UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MARCELO GUSTAVO AGUILAR CALEGARE

**Contribuições da Psicologia Social ao estudo de
uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões:
redes comunitárias e identidades coletivas**

São Paulo
2010

MARCELO GUSTAVO AGUILAR CALEGARE

**Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade
ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas**

Tese apresentada ao Departamento de
Psicologia Social e do Trabalho (PST) do
Instituto de Psicologia da Universidade de São
Paulo (IP-USP) como requisito para obtenção
do título de Doutor em Psicologia Social.

Área de Concentração: Psicologia Social
Orientador: Prof. Dr. Nelson da Silva Júnior

São Paulo
2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Calegare, Marcelo Gustavo Aguilar.

Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade
ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas
/ Marcelo Gustavo Aguilar Calegare; orientador Nelson da Silva
Júnior. -- São Paulo, 2010.

322 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo.

1. Comunidades 2. Psicologia Social 3. Desenvolvimento
sustentável 4. Redes sociais 5. Identidade I. Título.

HM753

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar

Título: **Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas.**

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP) como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson da Silva Júnior (Orientador)

Instituição: IP-USP

Assinatura: _____

Profa. Dr. Alessandro Soares da Silva

Instituição: EACH-USP

Assinatura: _____

Prof. Dr. Antônio Carlos Sant'Ana Diegues

Instituição: NUPAUB-USP

Assinatura: _____

Prof. Dr. Salvador Antonio Meireles Sandoval

Instituição: PUC-SP / UNICAMP

Assinatura: _____

Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro

Instituição: IP-USP

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese às pessoas que vivem à beira do Paraná da Saudade, Alto Solimões, comunidade de Tauaru. Por terem me ensinado que o carinho, convivência e proximidade nos fazem sentir mais humanos.

PALAVRAS DE AGRADECIMENTO¹

Saudações ao mundo natural

Os Povos

Hoje nós estamos reunidos e vemos que os ciclos da vida continuam. A nós foi dada a missão de vivermos em equilíbrio e harmonia uns com os outros e com todas as coisas vivas. Então, neste momento unimos nossos pensamentos em um só, saudamos e agradecemos uns aos outros como Pessoas que somos. Agora nossos pensamentos são um.

A Mãe Terra

Somos todos gratos a nossa Mãe Terra, pois ela nos dá tudo que precisamos para viver. Ela apóia nossos pés sobre o chão quando caminhamos sobre ela. Ela nos dá a certeza de que continuará a cuidar de nós como tem cuidado desde o começo dos tempos. A nossa Mãe Terra, enviamos nossa saudação e gratidão. Agora nossos pensamentos são um.

As Águas

Nós agradecemos a todas as Águas do mundo por saciar a nossa sede e nos prover de forças. Água é vida. Sua força é conhecida de diversas formas – cachoeiras e chuva, orvalho e riachos, rios e oceanos. Com um pensamento, nós mandamos nossa saudação e gratidão ao espírito da Água. Agora nossos pensamentos são um.

Os Peixes

Nós agora voltamos nossos pensamentos para todos os Peixes das águas. Eles foram instruídos a limpar e purificar a água. Eles também se doam para nós em forma de alimento. Somos gratos por ainda podermos encontrar água pura. Então, nós nos dirigimos neste momento aos Peixes e mandamos nossa saudação e gratidão. Agora nossos pensamentos são um.

As Plantas

Agora nós nos dirigimos aos vastos campos onde vivem as Plantas. Tão longe quando nossos olhos podem ver, as Plantas crescem, realizando muitas maravilhas. Elas sustentam muitas formas de vida. Com os nossos pensamentos reunidos, nós agradecemos e queremos ver as Plantas vivas por muitas gerações futuras. Agora nossos pensamentos são um.

As Plantas que Alimentam

Com um só pensamento, nós, neste momento honramos e agradecemos a todas as plantas que nos servem de alimento e que colhemos nas hortas e nos campos. Desde o começo dos tempos, os grãos, verduras, feijões e frutas têm ajudado os povos a sobreviverem. Muitas outras formas de vida retiram seu sustento das plantas também. Nós reunimos todas as Plantas Alimentícias em uma e por ela mandamos nossa saudação e gratidão. Agora nossos pensamentos são um.

As ervas medicinais

Agora nós nos dirigimos a todas as Ervas Medicinais de todo o mundo. Desde o princípio, elas foram instruídas a afastar as doenças. Elas estão sempre esperando, prontas para nos curar. Estamos felizes que ainda estão entre nós aquelas poucas pessoas especiais que se lembram como usar estas plantas para curar. Com um só pensamento, nós mandamos nossa

¹ Six Nations Indian Museum e The Tracking Project.

saudação e gratidão às Ervas Medicinais e aqueles que as preservam. Agora nossos pensamentos são um.

Os Animais

Nós reunimos nossos pensamentos para mandar nossa saudação e gratidão a toda a vida Animal do planeta. Eles têm muitas coisas a nos ensinar como pessoas. Nós os vemos próximos de nossas casas e no silêncio das florestas. Estamos felizes por eles ainda estarem aqui e esperamos que seja sempre assim. Agora nossos pensamentos são um.

As Árvores

Nós agora dirigimos nossos pensamentos às Árvores. A Terra tem muitas famílias de Árvores que têm sua própria missão e utilidade. Algumas nos fornecem abrigo e sombra, outras com frutos, beleza e outras coisas úteis. Muitos povos do mundo usam a Árvore como símbolo de paz e força. Com um só pensamento, nós saudamos e agradecemos a vida das Árvores. Agora nossos pensamentos são um.

Os Pássaros

Nós reunimos nossos pensamentos e agradecemos a todos os Pássaros que se movimentam e voam sobre nossas cabeças. O Criador os presenteou com melodias maravilhosas. Todos os dias eles nos lembram que devemos aproveitar e apreciar a vida. A água foi escolhida para ser o líder deles. A todos os Pássaros – do menor ao maior – nós mandamos nossa saudação mais alegre e nossa gratidão. Agora nossos pensamentos são um.

Os Quatro Ventos

Somos gratos aos poderes conhecidos como Quatro Ventos. Nós ouvimos suas vozes no ar que se movimentam e eles nos refrescam e purificam o ar que respiramos. Eles ajudam a trazer a mudança das estações. Das quatro direções que eles vêm, trazendo mensagens e nos dando força. Com um só pensamento, nós mandamos nossa saudação e gratidão aos Quatro Ventos. Agora nossos pensamentos são um.

Os Trovões

Agora, nós nos voltamos para o oeste onde nossos avós, os Seres Trovões vivem. Com relâmpagos e trovoadas, eles trazem com eles a água que renova a vida. Nós reunimos nossos pensamentos em um só e mandamos nossa saudação e gratidão aos nossos avôs, os Trovões. Agora nossos pensamentos são um.

O Sol

Nós agora enviamos nossa saudação e gratidão ao nosso Irmão Maior, o Sol. A cada dia, sem faltar, ele viaja pelo céu de leste a oeste, trazendo a luz de um novo dia. Ele é a fonte de todo o fogo da vida. Com um só pensamento, nós enviamos nossa saudação e gratidão ao nosso Irmão, o Sol. Agora nossos pensamentos são um.

Avó Lua

Nós reunimos nossos pensamentos e somos gratos à Avó Lua, a luz que ilumina a noite no céu. Ela é a líder das mulheres em todo o mundo, e ela governa o movimento das marés nos oceanos. Com a mudança de sua face nós medimos o tempo, e é a Lua que determina a chegada das crianças aqui na Terra. Com um só pensamento, nós mandamos nossa saudação e gratidão a nossa Avó-Lua. Agora nossos pensamentos são um.

As Estrelas

Somos gratos às estrelas que estão espalhadas pelo céu como jóias. Nós as vemos na noite, ajudando a Lua a iluminar a escuridão trazendo o orvalho para os jardins e seres em crescimento. Com nossos pensamentos reunidos em um só, nós enviamos nossa saudação e gratidão a todas as Estrelas. Agora nossos pensamentos são um.

Os Mestres Iluminados

Nós reunimos nossos pensamentos para saudar e expressar nossa gratidão aos Mestres Iluminados que têm vindo nos ajudar através dos tempos. Quando nós esquecemos como viver em harmonia, eles nos lembram a maneira pela qual fomos orientados a viver como pessoas. Com um só pensamento, nós mandamos nossa saudação e gratidão a estes Mestres que olham por nós. Agora nossos pensamentos são um.

O Criador

Agora, nós dirigimos nossos pensamentos ao Criador, ou Grande Espírito, e enviamos nossa saudação e gratidão por todos os presentes da Criação. Tudo que precisamos para viver está aqui na Mãe Terra. Por todo o amor que ainda está a nossa volta, nós reunimos nossos pensamentos em um só e mandamos nossas melhores palavras de saudação e gratidão ao Criador. Agora nossos pensamentos são um.

Conclusão

Chegamos agora no momento onde concluimos nossas palavras. De todas as coisas que mencionamos, não foi nossa intenção deixar outras de fora. Se alguma coisa foi esquecida, nós deixamos que cada um mande sua saudação e gratidão na sua própria maneira. Agora nossos pensamentos são um.

AGRADECIMENTOS

À Força Superior, que me guarda, me ilumina, me fortalece e por sua infinita bondade, que me permite chegar até aqui.

À toda minha família, pela vida, apoio e compreensão, especialmente meu pai Álvaro José, minha mãe Adriana Alicia e meus irmãos Álvaro Adrián, Leonardo Gabriel e Bruno Frederico. O auxílio deles foi fundamental nesta empreitada.

Ao meu orientador, prof. Dr. Nelson da Silva Junior, por todos os conselhos, ensinamentos e exemplos. E também pelos muitos momentos que precisei de uma palavra amiga e confortadora.

À Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, do Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambiental e Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Grupo Inter-Ação/UFAM), que me chamou para integrar projeto de pesquisa que originou esta tese. E às colegas do Grupo Inter-Ação, com quem convivi durante minha estadia em Manaus e que acrescentaram sustância a meu trabalho.

Às minhas amigas e pesquisadoras parceiras de campo: Maria Francenilda Gualberto de Oliveira, que me recebeu em sua casa ao chegar a Manaus e pelos bons debates teóricos que ainda temos. Elane Cristina Lima da Silva, pela força, conversas, mexericos e risadas.

Aos professores e colegas que me receberam em seus respectivos grupos de pesquisa e que me deram importantíssimas orientações: prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval, do Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais (NUPMOS/PUC-SP e UNICAMP); prof. Dr. Alessandro Soares da Silva, do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (GEPSIPOLIM/EACH-USP); e prof. Dr. Antônio Carlos Sant'Ana Diegues, do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB/USP).

Às simpáticas bibliotecárias e à profa. Dra. Lígia Terezinha Lopes Simonian, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), por terem sido solícitas e gentis nas minhas pesquisas junto a esse núcleo.

Aos funcionários, professores e alunos do Instituto de Psicologia da USP, pelos anos de convivência, auxílio e conversas que guardarei por toda a vida.

Aos amigos de São Paulo, do Brasil e do mundo, pelas muitas conversas, risadas, tristezas, apoio e discussões que acrescentaram elementos essenciais à minha vida e a esta tese.

Aos amigos que fiz em Manaus, interior do Amazonas e àqueles do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA), que fizeram minha vida mais feliz nesses anos que passei no norte do país.

À prefeitura municipal de Tabatinga e ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), que subsidiaram parte de minhas viagens à comunidade de Tauaru.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de doutorado que me permitiu realizar esta pesquisa.

RESUMO

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. *Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas*. 2010. 322p. Tese (doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Um dos modos de compreender a Amazônia é por meio dos povos e comunidades tradicionais que nela habitam, dentre os quais destacamos os caboclos/ribeirinhos. A vida comunitária à beira dos rios amazônicos configura-se segundo uma organização social particular, com aspectos únicos e em comum a cada comunidade ribeirinha. Nessa perspectiva, nosso objetivo foi investigar as redes comunitárias e o processo de construção das identidades coletivas de uma comunidade do Alto Solimões, na zona rural do município de Tabatinga/Amazonas. Para tanto, dividimos este trabalho em três partes. A primeira refere-se ao questionamento dos parâmetros da produção científica e da construção do conhecimento no estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas. Localizamos a Psicologia Social entre as ciências sociais e reforçamos o argumento de que questões socioambientais requerem abordagem inter-/transdisciplinar. Desse modo, configuramos nossas estratégias metodológicas como uma pesquisa qualitativa, com inspiração em atitude interdisciplinar – haja visto que esta investigação foi realizada junto a equipe interdisciplinar. Foram feitas viagens a campo em períodos-chave ao longo de quatro anos, utilizando-se os seguintes instrumentos de pesquisa: questionário socioeconômico, entrevistas semi-estruturadas, grupos focais, diários de campo, realização de reuniões comunitárias, visitas domiciliares, elaboração de croqui, pesquisa documental e reunião de equipe. A segunda parte remete ao pano de fundo do estudo. Discutimos a respeito da emergência e crise do racionalismo moderno (que dá base ao paradigma científico moderno); a cisão Homem/natureza na modernidade, sob distintos ângulos; a idéia de progresso e teorias desenvolvimentistas do século XX, o desenvolvimento sustentável (antecedentes, emergência, críticas e avanços) e novas perspectivas do conceito de 'desenvolvimento'; o momento de transição paradigmática, abertura à diversidade e pluralidade epistemológica e adoção do pensamento complexo. Na terceira parte adentramos no universo amazônico. Mostramos as interpretações a respeito da Amazônia em distintos momentos históricos, que direcionaram: sua inserção no cenário nacional e mundial, as políticas/ações sobre ela incidentes e a invenção de seus povos. Dentro desse debate, localizamos algumas classificações: o caboclo/ribeirinho, como caso empírico do campesinato histórico amazônico; e povos e comunidades tradicionais, inicialmente dentro do contexto de áreas de preservação e atualmente carregado pela dimensão ideológica e política de luta por direitos e da autodefinição. Por fim, apresentamos a comunidade estudada, mostrando a origem das famílias, a fundação pela religião da Santa Cruz e o jogo de interferências recíprocas entre sua organização interna e forças externas: fenômeno da terra caída; demarcação de terras indígenas na região; o fomento à institucionalização de associações; a incidência de políticas ambientais (pesca) e de desenvolvimento pesqueiro/agrícola por órgãos governamentais; a figura do líder e sua ligação com o governo municipal; o início das lutas comunitárias por direitos. Enfocamos a particularidade de suas ações coletivas (luta por bens e serviços sociais, bem-estar) e a relação com sua organização social fundamentada na religião, associações, laços de parentesco, processos de ajuda mútua e apropriação comunal dos recursos naturais – o que expressam suas identidades coletivas: pescadores, agricultores, caboclos e, recentemente, a assunção da identidade indígena.

Palavras-chave: comunidade ribeirinha; Psicologia Social; Desenvolvimento Sustentável; redes comunitárias, identidade coletiva.

ABSTRACT

CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. Social Psychology's contributions to the study of one riverine village on the Upper Solimões river: community networks and collective identities. 2010. 322p. Tese (doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

One way to understand the Amazon Rain Forest is through its traditional peoples and communities, among which we highlight the caboclos/riverines. Community life on the banks of Amazonian rivers is configured according to a particular social organization, with common and unique aspects to each riverine village. From this perspective, we aimed to investigate the community networks and the construction of collective identities in a riverine village on the Upper Solimões river, located at the rural area of Tabatinga/ Amazonas. To reach that scope, we divided this thesis into three parts. The first one is concerned with the questioning of the scientific parameters and the construction of knowledge in studies of Amazon riverine villages. We situate Social psychology as a Social Science and reinforce the argument that environmental issues require an inter-/transdisciplinary approach. Thus, we set our methodological strategies according to parameters of qualitative research, inspired on an interdisciplinary approach – due to the fact that this investigation was conducted by an interdisciplinary team. Our field researches were made at key periods over four years, using the following instruments: socioeconomic questionnaires, semi-structured interviews, focus groups, field diaries, community meetings, home visits, preparation of maps, documentary research and team meeting. The second part refers to the background of the study. We discuss about the emergency and crisis of modern rationalism (which underlies the modern scientific paradigm); the separation Men/ nature in modernity, from different angles; the idea of progress and developmental theories of the twentieth century; the concept of sustainable development (antecedents, emergency, critics and advances) and prospects for the concept of “Development”; the moment of paradigm transition, openness to epistemological diversity and pluralism, adoption of the complex thinking. In the third part, we enter the Amazon universe. We show the interpretations of the Amazon in different historical moments, which directed: its inclusion in the national and global scenario, the conduction of policies and actions, the invention of its peoples. Within this debate, we locate some classifications: the caboclo/riverine, as an empirical example of historical Amazonian peasantry; and traditional peoples and communities, initially related to the context of protected areas and currently to ideological and political struggles for rights and self-definition. Finally, we present the riverine village studied, showing the origins of its families, its foundation by the Santa Cruz religion and the mutual interference between its internal organization and external forces: the lying land phenomenon, demarcation of indigenous lands in the region, the incentive for institutionalization of associations, the impact of environmental policies (fishery) and development of fishery/agriculture projects by governmental agencies, the role of the community leader and his connection to the municipal government, and the beginning of the community's struggles for rights. We focus on the particularity of their collective actions (fight for goods and social services, welfare) and its relations with their social organization based on religion, associations, kinship ties, processes of mutual aid and communal usage of natural resources – which express their collective identities: fishermen, farmers, caboclo and, recently, the assumption of indigenous identity.

Keywords: Riverine Village; Social Psychology; Sustainable Development; Community networks; Collective Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Localização de Tauaru	p. 221
Figura 02	Perfil típico das várzeas na Amazônia Central	p. 228
Figura 03	Croqui Tauaru Antigo e fenômeno da terra caída	p. 231
Figura 04	Croqui Tauaru Setembro/2008	p. 231
Figura 05	Casas e comunidades antes de 1977	p. 241
Figura 06	Relação das famílias e descendência antes da fundação de Tauaru	p. 244
Figura 07	Documento da fundação de Tauaru	p. 252

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Família de fundadores, descendência atual na comunidade (pelo número de pessoas responsáveis) p. 254
Tabela 02	Perfil da Santa Cruz em Tauaru p. 257
Tabela 03	Perfil da Associação de Pescadores de Tauaru (APT) p. 262
Tabela 04	Perfil da Associação de Produtores Rurais de Tauaru (APRT) p. 264
Tabela 05	Número de associados por entidade (2007) p. 264

LISTA DE SIGLAS

AIS	Agente Indígena de Saúde
AMCICT	Presidente da Associação dos Moradores das Comunidades Indígenas Cocama e Ticuna
APRT	Associação de produtores rurais de Tauaru
APT	Associação de Pescadores de Tauaru
Colônia Z-24	Colônia de Pescadores de Tabatinga Z-24
CGTT	Conselho Geral da Tribo Ticuna
COIAMA	Coordenação de Apoio aos Índios Cocama
DSEI-AS	Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões
FOCCIT	Federação das Organizações dos Caciques das Comunidades Indígenas Ticuna
IBAMA	Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
OCAS	Associação dos Cambeba do Alto Solimões
OGCCIPC	Organização Geral dos Caciques das Comunidades Indígenas do Povo Cocama
OGPTB	Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngües
OSPTAS	Organização da Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões
OMSPT	Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna
OSPTAS	Organização de Saúde do Povo Ticuna- Alto Solimões
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 016
PARTE 01. CONSIDERAÇÕES METODOLOGÓICAS	p. 018
Cap. 01. Ciência	p. 020
1.1. Introdução	p. 020
1.2. Forma e linguagem científica	p. 020
1.3. Primeiras críticas à ciência moderna	p. 023
1.4. Incompletude da ciência	p. 024
1.5. Conclusão	p. 025
Cap. 02. Entre ciências humanas e sociais: as 'Psicologias Sociais'	p. 026
2.1. Introdução	p. 026
2.2. Consolidação da ciência moderna (ciências naturais) e diferenciação das ciências humanas/sociais	p. 026
2.3. As 'Psicologias Sociais': diferenciação das ciências naturais	p. 027
2.4. As principais tradições da Psicologia Social	p. 028
2.5. A crise da Psicologia Social: abordagens latino-americanas	p. 033
2.6. Outras abordagens em Psicologia Social no Brasil	p. 037
2.7. Conclusão	p. 039
Cap. 03. Da necessidade iminente do rompimento das barreiras disciplinares	p. 042
3.1. Introdução	p. 042
3.2. Consolidação e crise disciplinar	p. 044
3.3. Multi- e pluridisciplinaridade	p. 047
3.4. Interdisciplinaridade	p. 048
3.4.1. Como nova inteligibilidade	p. 049
3.4.2. Como interseção metodológica	p. 050
3.4.3. Como intercâmbio de saberes	p. 052
3.5. Transdisciplinaridade	p. 054
3.6. Conclusão	p. 057
Cap. 04. Estratégias metodológicas (ou um psicólogo no 'paraíso dos etnólogos')	p. 058
4.1. Introdução	p. 058
4.2. Parâmetros metodológicos	p. 059
4.3. Primeira configuração da pesquisa	p. 065
4.3.1. Local de pesquisa e pessoas envolvidas	p. 065
4.3.2. Projeto de pesquisa	p. 066
4.3.3. Financiamento, logística e tempo de execução	p. 066
4.3.4. Inserção Institucional	p. 067
4.3.5. Equipe de pesquisadores	p. 067
4.3.6. Referência teórica	p. 067
4.3.7. Metodologia	p. 067
4.3.8. Primeiro objetivo do doutorado	p. 068
4.4. Da mudança de contingência: novas dificuldades, novas estratégias	p. 069
4.4.1. Suspensão do financiamento	p. 069
4.4.2. Redução da equipe e eleição da comunidade estudada	p. 069
4.4.3. Particularidades logísticas	p. 070
4.4.4. Critérios de idas a campo e tempo de execução	p. 072
4.4.5. Objetivos da pesquisa	p. 073
4.4.6. Financiamento ao longo da pesquisa e viagens a campo	p. 074
4.4.7. Instrumentos de pesquisa	p. 076

4.5. Conclusão	p. 080
Cap. 05. Considerações parciais 01	p. 081
PARTE 02. RAZÃO E DESENVOLVIMENTO	p.082
Cap. 06. Racionalismo moderno e crise da razão	p. 085
6.1. Introdução	p. 085
6.2. Universalização do racionalismo	p. 085
6.3. Crise do racionalismo moderno	p. 087
6.4. Desrazão e razão aberta	p. 088
6.5. Conclusão	p. 087
Cap. 07. Cisão Homem/natureza na modernidade	p. 090
7.1. Introdução	p. 090
7.2. Pensamento cartesiano	p. 090
7.3. Organização da sociabilidade e política	p. 091
7.4. Reforço teológico, antropocentrismo e áreas de preservação	p. 095
7.5. A construção social da relação Homem/natureza	p. 097
7.6. Conclusão	p. 100
Cap. 08. Desenvolvimento Sustentável	p. 102
8.1. Introdução	p. 102
8.2. Desenvolvimento e progresso	p. 103
8.3. O ambiente pelas ciências econômicas e enfoques de desenvolvimento	p. 106
8.4. Do desenvolvimento sustentável	p. 113
8.5. Críticas e limites do desenvolvimento sustentável	p. 122
8.5.1. Universalização de interesses sobre áreas estratégicas	p. 123
8.5.2. Visão únicas sobre a natureza	p. 123
8.5.3. Inconsistência científica	p. 124
8.5.4. Não-equidade social	p. 125
8.5.5. Supremacia do econômico	p. 125
8.5.6. Diferenças Norte / Sul	p. 128
8.6. Avanços graças a discussão sobre desenvolvimento sustentável	p. 130
8.6.1. Reconfiguração da ciência	p. 130
8.6.2. Decisões políticas	p. 131
8.6.3. Integração de políticas ambientais e desenvolvimento econômico	p. 132
8.6.4. Explicitação das diferenças entre Norte / Sul	p. 132
8.6.5. Avanço epistemológico	p. 133
8.7. Por uma nova concepção de desenvolvimento	p. 135
8.8. Conclusão	p. 142
Cap. 09. Da transição paradigmática	p. 143
9.1. Introdução	p. 143
9.2. Diversidade e pluralidade epistemológicas	p. 143
9.3. Pensamento complexo	p. 146
9.4. Desenvolvimento	p. 148
9.5. Relação Homem/natureza	p. 150
9.6. Conclusão: utopia ecológica?	p. 152
Cap. 10. Considerações parciais 02	p. 154
PARTE 03. UNIVERSO AMAZÔNICO	p. 156
Cap. 11. Interpretações a respeito dos povos amazônicos	p. 161
11.1. Introdução	p. 161
11.2. Os primeiros engendramentos... ..	p. 161

11.3. ...e o caboclo	p. 169
11.3.1. Uso coloquial, identidade e estereotipia	p. 171
11.3.2. Natureza conceitual: campesinato histórico	p. 176
11.4. Novos engendramentos... ..	p. 182
11.5. ...e os povos e comunidades tradicionais	p. 191
11.5.1. No âmbito do ambientalismo internacional	p. 193
11.5.2. A apropriação no âmbito nacional	p. 197
11.5.3. A apropriação pelos agentes locais e políticas governamentais	p. 204
11.6. Conclusão	p. 215
Cap. 12. Redes comunitárias e identidades coletivas em Tauaru	p. 220
12.1. Introdução	p. 220
12.2. Identidades coletivas	p. 221
12.3. Comunidade ribeirinha	p. 226
12.4. Organização social, gestão comunitária, redes comunitárias	p. 231
12.5. Brasão Novo de Tauaru	p. 327
12.6. Histórico de Tauaru	p. 240
12.6.1. Os primeiros moradores da região	p. 240
12.6.2. O padre santo e o plantio da Santa Cruz	p. 246
12.7. Influências externas na organização social	p. 252
12.7.1. Influência da religião	p. 254
12.7.2. As novas influências	p. 259
12.7.3. A influência indígena	p. 274
12.8 Conclusão	p. 280
Cap. 13. Considerações finais	p. 282
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 286
APÊNCIDE 01. Novas interseções interdisciplinares	p. 315
APÊNCIDE 02. Do compromisso ético e político do pesquisador	p. 318
ANEXO	p. 322

INTRODUÇÃO

Este trabalho começa a ser escrito antes mesmo dele existir. Tudo inicia em setembro de 2004, no 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, quando eu ainda estava realizando mestrado em psicologia social. Logo no início do evento, conheci Fran, uma pesquisadora da UFAM que desenvolvia trabalhos na Amazônia. Seus relatos despertaram o meu interesse e, igualmente, meu trabalho de intervenção em instituições a fizeram querer conhecer melhor minha prática profissional. Nessa época, tinha na ponta da língua jargões da psicossociologia, análise institucional, análise do discurso, processos grupais e institucionais, entre outras vertentes teóricas que compõem o quadro de conhecimentos de quem se interessa pela psicologia institucional.

Na ocasião, apresentei um trabalho desenvolvido na FEBEM-SP, junto a uma colega pesquisadora. Igualmente, Fran estava com mais uma colega e com a Profa. Dr. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves. Após alguns dias de convívio, decidimos construir um projeto coletivamente. O congresso terminou e, em Outubro, meu nome e de minha colega faziam parte de uma grande pesquisa desenvolvida pelos pesquisadores do Grupo Inter-Ação. O tempo passou e, por demora na liberação de verbas da FAPEAM, somente em janeiro de 2006 fui convocado para realizar consultoria para o projeto que havíamos idealizado. Fui para a Amazônia em fevereiro de 2006, pela primeira vez.

A partir desse momento, esta tese começa a ganhar contornos. Entre idas e vindas, vou descobrindo que temas amazônicos são tratados com destaque pela mídia, por acadêmicos, por pessoas que nunca foram conhecer a floresta, mas possuem opinião formada a respeito dos rumos necessários à resolução do enigma amazônico.

Aos olhos dos paulistanos, o ribeirinho é o índio da Amazônia. Isso me intrigava. Chego a Manaus, e descubro às duras penas que caboclo é um termo ofensivo. Faço viagens ao interior do Amazonas, e percebo que há um quase completo descaso com aquelas pessoas vivendo à beira dos rios.

A resolução desses estranhamentos veio pelo aprofundamento dos muitos pontos deste trabalho e pela convivência com o povo do interior do Amazonas. Finalmente, o meu enigma amazônico vinha sendo desvendado.

Na primeira parte desta tese temos uma série de questionamentos dos instrumentos de pesquisa: nós mesmos. A ciência não é uma entidade abstrata que vive fora dos círculos humanos. Ao compartilharmos de certos valores, pressupostos, crenças, com nossos pares, estamos fazendo ciência. Parti então da delimitação científica dos modos de conhecer, para romper com esses parâmetros e construir meu próprio caminho. Afinal de contas, compreender a Amazônia exige uma postura de abertura que a disciplinaridade não permite. Claro, sem deixar de adotar pontos de apoio inteligíveis à comunidade científica. Em outras

palavras, coloco em questão a produção científica e tento mostra que temos que partir da disciplina para prescindir dela. Esse trajeto percorrido pelo pesquisador é o que constitui uma prática verdadeiramente interdisciplinar. Deve-se dialogar com aqueles que possuem bases diferentes das nossas – e isso se constitui no mais puro exercício de convivência. Portanto, ao invés de partir de um método pronto, desconstruí essas bases e a reconstruí segundo minha conveniência. Tal atitude foi fundamental para realizar esta pesquisa: abertura aos fenômenos vivenciados pelo outro.

Na segunda parte, trato de captar elementos que estão por trás dos coadjuvantes: nossa razão, compreensão do que é a natureza, idéia de progresso, de desenvolvimento, transição paradigmática. Enfim, pontos importantes que permeia a vida daqueles moradores de uma comunidade ribeirinha, sem que eles saibam disso. A cada reinvenção da Amazônia, por meio de projetos, programas, investidas de grupos e governos, quem arca com as conseqüências são justamente aqueles que não tiveram a chance de participar desse processo. Para transformar essa situação, necessitamos mudar o pano que está nos fundos do cenário.

Por fim, na terceira parte começam a falar os atores amazônicos. Pessoas deixadas de lado nos processos decisórios. Sempre tem alguém que sabe o que é melhor para eles. E quem foi que parou para perguntar-lhes o que querem, quais suas aspirações, anseios? Tento mostrar que a vida tranquila, que o observador imagina, não é tão fácil quanto se pensa. As lutas políticas vêm fazendo parte do cotidiano dos amazônidas há alguns anos. Esta tese é uma tentativa de mostrar como isso se processa no cotidiano dessas pessoas.

PARTE 1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Não devemos nos contentar com a simples justaposição de nossos pontos de vista e abordagens: formam apenas uma abordagem dos pressupostos e saberes ligados a uma comunidade científica que reconhece como tal em torno do objeto que constrói. Precisamos encontrar em seus componentes o gosto do risco, da inquietude e da ousadia próprios a toda descoberta, sem promover uma indiferenciação das demarches.

Hilton Japiassu

O estudo dos saberes do Outro sobre a Natureza é um exercício difícil, que explicita melhor a transformação das relações com a natureza na sociedade do observador, do que na sociedade observada.

Marie Roué

De acordo com Suely VILELA (p. 07)², a elaboração de uma tese consiste em duas etapas, divididas didaticamente: o desenvolvimento do projeto de pesquisa e a redação da tese, fundamentados em uma linguagem e forma científica. A linguagem científica se apóia na literatura da área e a forma em estruturas científicas, ambas com objetivo de valorizar a metodologia e os resultados obtidos no projeto de pesquisa.

Esta primeira parte desta tese trata de fundamentar todo o trabalho realizado segundo os parâmetros científico, alinhado a essas duas etapas citadas por Vilela – mais especificamente, aqueles pertencentes aos domínios das ciências humanas (Psicologia) e ciências sociais (Psicologia Social).

Os quatro capítulos que seguem não se resumem a meras descrições de bases teóricas, métodos e procedimentos adotados. Trata-se de discussões suscitadas pela própria condução desta tese, que romperam com a linearidade tradicional de uma pesquisa científica: revisão de literatura, delineamento da parte empírica e posterior confrontação dos dados com a teoria. Neste trabalho, a construção teórica foi sendo formulada ao longo das atividades de campo, em função das inquietações provocadas pelos debates com outros pesquisadores e com as experiências vividas junto aos habitantes de Tauaru.

As discussões expressas nestes capítulos iniciais serviram também para construir novas referências à práxis de um pesquisador/psicólogo, que partindo da Psicologia (graduação) e Psicologia Social (pós-graduação) se dedica às questões ligadas às pessoas que vivem em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Isso vai ao encontro da própria definição de uma tese, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT apud

² VILELA, Suely (2004). Prefácio. In: FUNARO, Vânia M. B. De Oliveira et al. (coord.). Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas. Grupo DiTeses. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP*: documento eletrônico e impresso. São Paulo: SIBi-USP.

FUNARO, 2004, p.11³): um documento que representa a exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado, elaborado com base em investigação original e constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão⁴.

Feitas tais considerações, no capítulo 01 descrevemos os critérios científicos de forma e linguagem que adotamos, elaboramos as primeiras críticas aos paradigmas⁵ da ciência moderna e trouxemos alguns questionamentos e inquietações centrais, que nos conduziram à necessidade de reformulação dos parâmetros científicos que julgamos pertinentes aos estudos em comunidades ribeirinhas amazônicas. No capítulo 02, situamos a emergência das ciências humanas e sociais a partir das ciências naturais, localizamos a Psicologia Social nesse contexto, apresentamos as principais abordagens desta disciplina e aquelas em desenvolvimento – especialmente as latino-americanas, cujas bases nos serviram de ponto de partida nesta tese. No capítulo 03, reforçamos o argumento de que as questões socioambientais não são apreensíveis por uma única disciplina, mas por uma abordagem inter-/transdisciplinar. Para tanto, discute-se sobre a consolidação das disciplinas científicas, a necessidade de ruptura desse paradigma e as abordagens multi-, pluri-, inter- e transdisciplinar, localizando nossa fonte de inspiração metodológica dentre desses questionamentos. Por fim, no capítulo 04 apresentamos as estratégias metodológicas, construção dos caminhos percorridos nesta tese (com as muitas dificuldades enfrentadas) e os instrumentos utilizados.

³ FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira et al. (coord.). Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas. Grupo DiTeses. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP*: documento eletrônico e impresso. São Paulo: SIBi-USP.

⁴ As mesmas diretrizes foram reeditadas e ampliadas em documento de 2009, cujas recomendações também seguimos.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira et al. (coord.) (2009). Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP*: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT). São Paulo: SIBi-USP. (Cadernos de Estudo, 9).

⁵ Seguindo as leituras de Thomas Samuel KUHN (2006), entende-se por paradigma o conjunto de regras, padrões, modelos e valores compartilhados por um determinado grupo de praticantes da ciência que legitimam um campo de pesquisa. Dessa maneira, a prática científica real inclui leis, teorias, aplicação e instrumentação que “proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica” (idem, p. 30). Parte essencial dos paradigmas científicos são as comunidades de cientistas: “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (idem, p. 219).

KUHN, Thomas Samuel (1962/2006). *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9ª Edição. São Paulo: Perspectiva.

Capítulo 1. Ciência

1.1. Introdução

Como já expressei anteriormente, é importante que toda pesquisa siga uma forma e uma linguagem científica. Neste primeiro capítulo trataremos de explicitar quais os critérios científicos utilizados nesta pesquisa, uma primeira crítica ao modelo de ciência moderna e, por fim, as experiências que trouxeram esses questionamentos e a necessidade de reformulação desses parâmetros para estudos em comunidades ribeirinhas amazônicas.

1.2. Forma e linguagem científica

Podemos considerar a ciência, de acordo com as colocações de Edgar MORIN (2008, p. 57)⁶, “como uma atividade de investigação e pesquisa. Investigação e pesquisa da verdade, da realidade, etc.”. Por um lado, configura-se como uma atividade cognitiva de cientistas e, por outro, sofre efeito de manipulação, de prática, de poder e de interesses sociais de grupos pertencentes a uma determinada sociedade, que emolduram as condições de produção da ciência⁷.

A pesquisa é, segundo Maria Cecília de Souza MINAYO (2007a, p. 16)⁸, “a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade”. Embora seja uma prática teórica, vincula pensamento e ação. Além disso, algo se torna intelectualmente um problema se, primeiramente, tiver sido um problema da vida prática. Em outras palavras, Minayo explica que as questões de investigação estão, necessariamente, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, o que significa que são fruto de determinada inserção na vida real e nela encontrando suas razões e seus objetivos.

Para concretizar a investigação segundo os moldes da ciência moderna, deve-se materializar a vontade de indagar segundo os modelos de um projeto de pesquisa, que nas palavras de Antônio Carlos Will LUDWIG (2009, p. 70)⁹ é “um documento que é elaborado para nortear o trabalho de investigação” e diz respeito “a um tipo de planejamento que visa

⁶ MORIN, Edgar. (1982/ 2008). *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Ed. revista modificada pelo autor. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

⁷ Conforme dicionário Larousse Cultural da língua portuguesa, do latim *scientia*: conhecimento; arte; habilidade. 1. Conjunto organizado de conhecimentos relativos a determinada área do saber, caracterizado por metodologia específica. 2. Saber, conhecimento. 3. Conhecimento que se obtém através de leituras, estudos; instrução, erudição. 4. Conhecimento prático usado para uma dada finalidade // *Ciências ocultas*, Ocultismo // *Ciências naturais*, ciência que estuda os animais, os vegetais, os minerais, como a zoologia, a botânica, a mineralogia. // *Ciências sociais*, disciplinas que estudam as sociedades humanas, sua cultura e evolução. Podemos compreender que Morin, ao nomear a ciência como uma atividade, se refere aos significados 1, 3 e 4. Ciência, enquanto saber, conhecimento, é o objetivo da atividade científica.

⁸ MINAYO, Maria Cecília de Souza (2007a). O desafio da pesquisa social. In: _____ (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26ª edição. Petrópolis: Vozes.

⁹ LUDWIG, Antonio Carlos Will (2009). *Fundamentos e prática de metodologia científica*. Petrópolis: Vozes.

garantir a viabilidade de um determinado estudo” (idem, ibidem). Suely Ferreira DESLANTES (2007)¹⁰ destaca que um projeto de pesquisa constitui a síntese de múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem e se complementam: abstração teórico-conceitual e conexão com a realidade empírica, exaustividade e síntese, inclusões e recortes, rigor e criatividade. A construção de um projeto de pesquisa é artesanal (um artefato) e fruto do trabalho vivo do pesquisador, que articula “informações e conhecimentos disponíveis (um amplo conjunto de saberes e técnicas), usar certas tecnologias (o uso de internet e certos programas, por ex.), empregar sua imaginação e emprestar seu corpo ao esforço de realizar a tarefa” (DESLANTES, 2007, p. 31).

A realização de um projeto de pesquisa deve contemplar alguns pilares centrais para que seja possível sua concretização. Um destes pilares é a metodologia. De acordo com Minayo, deve-se entender esta última como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2007a, p.14), o que inclui, simultaneamente, a teoria da abordagem (método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, capacidade pessoal e sensibilidade).

Por meio do estudo e desenho de um *methodos*¹¹ a ser empregado, o pesquisador consegue investigar acerca de um fenômeno que sua vontade de conhecer o levou a buscar. Este caminho que conduz a um objetivo é delimitado, em nosso ponto de vista, segundo alguns fatores: a) a referência teórica que inspira a leitura de uma determinada realidade; b) os instrumentos utilizados (em geral, previamente testados e aprovados na sua eficácia); c) o local de pesquisa; d) as pessoas envolvidas na co-construção do conhecimento (os 'sujeitos/objetos' de estudo); e) a equipe de pesquisadores; f) inserção institucional e formação acadêmica do pesquisador; g) o pertencimento a um projeto de pesquisa mais amplo ou não; h) as condições logísticas; i) a verba disponível; j) o tempo de execução; k) e, como apontado por Minayo, a marca da criatividade do pesquisador, que é “nossa 'grife' (ou seja, nossa experiência, intuição, capacidade de comunicação e de indagação) em qualquer trabalho de investigação” (MINAYO, 2007a, p.16).

Explorando mais a fundo as marcas do pesquisador na pesquisa, Paulo Salles de OLIVEIRA (1998, p.18)¹² descreve que há relação íntima do tema eleito para pesquisa e a vida do pesquisador, complementando que “os pensadores mais admiráveis não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram ambos demasiado a sério para permitir tal

¹⁰ DELANDES, Suely Ferreira (2007). O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26ª edição. Petrópolis: Vozes.

¹¹ “*methodos* significa uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada determinada para conhecer alguma coisa; procedimento racional para o conhecimento seguindo um percurso fixado” (CHAUÍ, 1994, p.354 in OLIVEIRA, 1998, p.17).

¹² OLIVEIRA, Paulo de Salles (1998). Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: _____ (org.) *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: HUCITEC/ UNESP.

dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra” (WRIGHT MILLS, 1982, p.211-12 in OLIVEIRA, 1998, p. 19). Isso quer dizer que há consonância entre pesquisa e biografia, e isto é o que dá vitalidade ao estudo. As vivências do pesquisador são fundamentais no modo como ele é levado a indagar sobre determinado fenômeno e, mais do que isso, a própria condução do projeto de pesquisa marca sua biografia. Esta trajetória pessoal, traduzida segundo a linguagem científico-acadêmica (baseada em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas), é tecida¹³ em um resultado final concreto inteligível dentro desta linguagem – no caso, esta tese de doutorado.

Os caminhos percorridos pelo pesquisador e as necessidades da pesquisa o levam a fazer determinadas escolhas metodológicas. Em geral, as mais seguras, familiares, previamente testadas e aprovadas pela comunidade científica. Nessa linha, nos diz Oliveira (1998, p. 17) que

o método não representa tão-somente um caminho qualquer entre outros, mas um caminho seguro, uma via de acesso que permita interpretar com a maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abraçada pelo pesquisador.

A escolha das opções metodológicas, segundo essa perspectiva, assinala um percurso escolhido entre outros possíveis e, no caso de uma pesquisa realizada na Amazônia, esse caminho é delimitado por contingências muito particulares. Essas peculiaridades inerentes ao universo amazônico, que marcam a maneira de pesquisar neste contexto, serão descritas mais abaixo, no momento em que explicarmos quais as escolhas que fizemos e as dificuldades que enfrentamos para concretizar este estudo.

Ainda versando sobre as marcas do pesquisador na construção da pesquisa – o que remete diretamente à tensão entre subjetividade/objetividade na construção do conhecimento, bem como ao questionamento da universalidade, despersonalização e objetivismo da ciência moderna – não há como pensar estas marcas sem ponderar o *standpoint* (ponto de partida) do pesquisador (e pesquisados). Vejamos do que se trata essa contribuição que vem das críticas feministas.

¹³ “A palavra texto provém do latim *textum*, que significa 'tecido, entrelaçamento'. Há, portanto, uma razão etimológica para nunca esquecermos que o texto resulta da ação de tecer, de entrelaçar unidades e partes a fim de formar um todo inter-relacionado. Daí podermos falar em textura ou tessitura de um texto: é a rede de relações que garantem a sua coesão, sua unidade” (INFANTE, 1998, p.90).
INFANTES, Ulisses (1998). *Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação*. 5ª Edição. São Paulo: Scipione.

1.3. Primeiras críticas à ciência moderna

Tal qual descrito por Donna HARAWAY (1995)¹⁴, a produção científica é realizada sempre por pessoas que pertencem a determinados grupos: gênero, classe social, idade, etnia, categoria profissional, nação, entre muitos outros – com intenções inerentes a esses grupos de pertencimento. Isso explicita que o conhecimento não possui a objetividade e neutralidade pretendida pelos cientistas, pois este está eminentemente marcado por suas condições de produção. Os questionamentos de Haraway demonstram que na ciência moderna se busca a tradução, convertibilidade, mobilidade de significados e universalidade segundo uma linguagem específica, imposta como o parâmetro, por determinados segmentos da sociedade (ocidental), para todas as traduções e conversões. Isso é o que caracteriza o etnocentrismo, que segundo Sandra HARDING (1993, p.58)¹⁵ é “a crença da superioridade inerente a seu próprio grupo étnico ou cultura”. As contundentes críticas esboçadas por Harding se dirigem ao androcentrismo (olhar masculino como centro), dualismo (subjetivismo imaterial impalpável X objetivismo concreto científico), positivismo (como o mundo é ordenado, segundo leis naturais universais, e progride, por meio de intervenções comprovadas pela ciência), neutralidade científica (desconsideração da subjetividade na relação sujeito/ objeto) e invisibilidade de grupos marginalizados (não-reconhecimento de que estes entendem de si e do mundo a seu redor). Segundo a autora, esse cenário pode ser transformado com: o rompimento da crença na objetividade, universalidade e neutralidade, vinda do ponto de vista androcentrismo e etnocêntrico; reformulação dos métodos provenientes das ciências naturais e utilização de novas perspectivas em ciências humanas e sociais; dar voz aos grupos considerados marginalizados (segundo a perspectiva etnocêntrica) e às formas de conhecimentos produzidas por estes sobre sua realidade; e valorizar a subjetividade do pesquisador pra construir saberes não-hierárquicos e não-homogeneizantes, uma vez que sempre se está partindo de um ponto de partida, que lhe permite ter certo alcance e limite nas leituras do mundo a seu redor.

Essas contribuições nos mostram que o conhecimento é sempre situado e parcial, ou seja, a perspectiva pesquisada depende do ponto de partida do pesquisador e, por isso mesmo, é relativa, incompleta e enviesada segundo sua 'posição social'¹⁶. Dentro dessa perspectiva, compreendemos que a construção de saberes deve ser realizada pelo diálogo entre pesquisadores e pesquisados, o que resulta numa série de implicações científicas

¹⁴ HARAWAY, DONNA (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, nº 05, p.07-41. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/?q=node/35>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

¹⁵ HARDING, Sandra (1993). Rethinking standpoint epistemology: what is “strong objectivity”? In: ALCOFF, Linda & POTTER, Elizabeth (eds.). *Feminist epistemologies*. New York: Routledge.

¹⁶ Harding (1993, p. 54-5) descreve que a posição social é o lugar do qual partimos (gênero, classe, idade, etc.) e que nos permite compreender sobre nós e o mundo ao nosso redor.

(teóricas e metodológicas), éticas e políticas. Dedicaremos atenção especial a estas colocações ao longo desta primeira parte da tese. O que é necessário ressaltar, antes de prosseguir, é que o diálogo entre pessoas de posições sociais diferentes causa impacto e transformações em ambos. O modo como os pontos de referências vão se modificando nessa interação é um dos indícios valiosos na produção do conhecimento em ciências humanas e sociais. Como é menos complicado fazer essa decodificação em si mesmo, ao invés de fazê-lo no outro, podemos entender agora a importância das colocações feitas até então.

1.4. Incompletude da ciência

Além de partirmos de uma posição social diferente para produzirmos conhecimento, devemos abordar mais um de nossos pontos de partida, que torna este trabalho inteligível a certos pares: a linguagem acadêmica e as ciências humanas e sociais. Entretanto, o caminho percorrido segundo os parâmetros científicos teve de ser relativizado em função: a) das limitações da ciência moderna, da qual estamos buscando ser letrados; b) das impossibilidades de alcance para leitura de determinados fenômenos da Amazônia e seus povos, só compreensíveis quando se adota postura de abertura ao outro e a seus saberes.

Como lidar com o relato da visão de um arco-íris noturno, sem a presença da lua ou nuvens? Ou de um raio de luz vindo de uma estrela e iluminando diretamente a pessoa, como um holofote? Ou uma castanheira recoberta por chamas azuis em certas noites? Como compreender que uma pessoa é curada de acidente vascular cerebral (AVC) por uma reza (força da palavra)? O que dizer do *padre santo*, que caminhou num campo de barro e sua sandália e batina branca não se sujaram de lama? Ou que ele celebrou um casamento de tarde com uma aparência e, na manhã seguinte, apareceu com outra? Como interpretar vidas regidas pela religião, sem cair na condenação laica típica no pensamento científico? O que dizer sobre a visão do Curupira, lara e outros seres encantados da floresta? Como entender a vida de pessoas cujos afazeres estão intimamente relacionados com os ciclos da natureza e laços de parentesco? Enfim, entre estes e outros questionamentos fruto do contato com povos da Amazônia, tivemos que nos conscientizar da incompletude da ciência moderna. Nas palavras de Hilton JAPIASSU (2005, p.07)¹⁷

Há mais de dois séculos prevalece a opinião: os progressos da ciência moderna fazem avançar triunfalmente as luzes da Razão e recuar inexoravelmente as superstições, os mitos e as religiões. Doravante, finalmente liberto de magias, credulidades e superstições, o homem não se comporta mais “*como se a natureza com ele delirasse*” (Espinoza) ao sabor de seus medos e esperanças. Está empenhado em fazer de seu Saber um

¹⁷ JAPIASSU, Hilton (2005). *Ciência e destino humano*. Rio de Janeiro: Imago.

Poder (Bacon) e realizar o projeto de tornar-se efetivamente “*mestre e possuidor da natureza*” (Descartes). E convicto de que “*pensar é calcular!*” (Hobbes), e “*só é real o que pode ser medido*” (Planck). Alguns viram nessa crença a promessa e o penhor de uma emancipação política do cidadão. E passaram a crer no poder soberano e indiscutível da Ciência.

A abertura para o mito, crenças, religião, senso comum, superstições e outros conhecimentos inerentes àqueles que habitam na floresta amazônica só é possível com a relativização dessa opinião prevalente. Como nos ensina Morin (2008, p.189), não podemos continuar acreditando que aquilo que não é quantificável e formalizável não existe ou só é a escória do real, conforme pensamento unidimensional inerente à ciência moderna. É preciso ponderarmos que existe valor em conhecimentos vindos para além do método experimental, que mensura, quantifica, delinea em termos racionais e lógico-matemáticos – legado do reforço positivista. O aprofundamento dessas discussões nos levaria às antigas, porém atuais, questões filosóficas: o que é a verdade? Como conhecemos? O que é o Homem? Qual o sentido da vida?

1.5. Conclusão

Essa trajetória de relativização do conhecimento científico será abordada, principalmente, nesta e na segunda parte da tese. Trata-se de adotar a interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade (DIEGUES, 2000, 2001, 2004; MORIN, 2000, 2008; FAZENDA, 2007, 2008; JAPIASSU, 2006; NICOLESCU, 1996), ou a diversidade e pluralidade epistemológica (SANTOS, 2008), como *atitude* para conceber que existem diferentes formas de conhecer o mundo e que a ciência moderna, por sua fragmentação disciplinar, não consegue apreender os cenários atuais. Tais noções e conceitos serão apresentados no devido momento, com seus respectivos autores. Isso significa colocar em xeque a própria ciência da qual estamos partindo. Essa aprendizagem sobre o diálogo com outras maneiras de saber, fruto do relacionamento com os moradores da beira dos rios do estado do Amazonas, modificou o nosso modo de fazer ciência e recebe o devido destaque ao longo de toda esta tese.

Capítulo 2. Entre ciências humanas e sociais: as 'Psicologias Sociais'

2.1. Introdução

Neste capítulo anunciamos outro ponto de partida: referenciamos esta pesquisa como inscrita dentro dos parâmetros das ciências humanas (Psicologia)¹⁸ e sociais (Psicologia Social). A importância de explicitarmos este ponto de vista é que estas possuem paradigmas diferentes das ciências naturais, não obstante tenham emergido usando os modelos destas últimas e, de certo modo, ainda estão inscritas dentro dos parâmetros da ciência moderna. Faremos uma breve e esquemática apresentação da Psicologia Social, para localizarmos suas diferentes vertentes e sua contextualização dentro do debate a respeito de métodos quantitativos e qualitativos.

2.2. Consolidação da ciência moderna (ciências naturais) e diferenciação das ciências humanas/sociais

Tal qual exposto por Ludwing (2009), a ciência moderna surge em um determinado momento histórico, iniciando-se a partir do século XVII, embora seu embrião encontre-se no século precedente. O pensamento moderno, em linhas gerais, é consequência do declínio da cultura medieval e se consolida pela necessidade de separação entre teologia, filosofia e as nascentes áreas da ciência. Reforçado pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa, um de seus aspectos centrais era o destaque concedido à razão como instrumento de obtenção do saber e, para tal, se aceitava “somente as verdades resultantes da investigação da razão através de procedimentos demonstrativos” (LUDWING, 2009, p.14). Nesse ponto é que o método científico ganha centralidade na produção do conhecimento. A construção do método científico ocorreu, primeiramente, na área das ciências da natureza e teve em Galileu Galilei (1564-1642) e Francis Bacon (1561-1626) alguns dos fundadores do método experimental: observação de fatos, proposição de hipótese e verificação por meio de experiências controladas. O reforço desse tipo de método veio no século XIX, com a emergência do Positivismo, com seu rigor e acento na universalidade e objetividade científica.

Graças ao método experimental, a ciência moderna evoluiu de maneira consistente, em especial por meio das ciências da natureza, a saber, pela consolidação da Química, Física e Biologia. Vale ressaltar que, como campo de estudos e especulação, os temas envolvendo todas as disciplinas modernas são antigos, mas a maneira como se

¹⁸ Considerar a Psicologia como ciência humana não é consenso. Por exemplo, atualmente há os que a consideram como uma ciência da saúde, alocando a formação de psicólogos dentro dos centros de saúde.

constituíram nesse período referido está marcada pelos modelos da ciência moderna. As ciências sociais e humanas se desenvolveram mais recentemente (final do século XIX e começo do século XX) e vêm se estabelecendo graças a métodos próprios, não obstante tenham emergido usando métodos das ciências naturais. Dentre esses novos métodos, Ludwing enuncia os seguintes: dialético, fenomenológico, estrutural e funcionalista (LUDWING, 2009, p.17-20). Entre as ciências que se utilizam desses métodos estão a Sociologia, Antropologia, Psicologia e Psicologia Social.

2.3. As 'Psicologias Sociais': diferenciação das ciências naturais

Cabe uma breve consideração sobre a Psicologia Social nesse contexto. O intuito da exposição que faremos nas páginas que seguites é mostrar que há diferentes abordagens em Psicologia Social e que a história dessa disciplina está marcada pelos questionamentos teórico, metodológico e político que acompanham as ciências humanas e sociais desde sua diferenciação das ciências naturais. Além disso, mostraremos as fragmentações dentro da disciplina, o que traz primeiro um viés intra-disciplinar, para então retomarmos a necessidade da interdisciplinaridade/ transdisciplinaridade, imposta pelos problemas contemporâneos da fragmentação disciplinar. Por sua vez, estamos apresentando a existência desta disciplina dentro das ciências sociais, para que tanto psicólogos quanto profissionais de outras áreas conheçam um pouco mais da Psicologia Social.

Tal qual exposto por José Luis ÁLVARO e Alicia GARRIDO (2006)¹⁹, esta veio constituindo-se como disciplina ao mesmo tempo em que também emergem a Psicologia e a Sociologia, num momento histórico em que as ciências humanas e sociais começam a se diferenciar das ciências naturais, tanto no que se refere aos métodos adotados, quantos aos objetos de estudo. A diversidade nas formas de entender os fenômenos psicossociais foi fundante de cada uma dessas disciplinas e marcou campos de estudo, métodos, profissão e nicho de atuação. Como exposto pelos autores,

Desde seu surgimento, no pensamento social europeu do século XIX, a psicologia social se definia como uma disciplina plural. A pluralidade, tanto de enfoques teóricos como de objetos de estudo, continuou caracterizando a psicologia social à medida que ocorria sua diferenciação e sua consolidação definitiva como disciplina científica independente, o que aconteceu simultaneamente na psicologia e na sociologia (ÁLVARO & GARRIDO, 2006, p.40).

¹⁹ ÁLVARO, José Luis & GARRIDO, Alicia (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. Tradução Miguel Cabrera Fernandes; revisão técnica Raquel Rosas Torres. São Paulo: McGraw-Hill.

As raízes da Psicologia Social moderna, na esteira de Robert M. FARR (1998)²⁰, são encontradas na interface com a Psicologia e a Sociologia, o que resultou em enfoques de psicologia social psicológica e de psicologia social sociológica. A multiplicidade da Psicologia Social, dentre desse contexto, esteve estreitamente ligada à utilização de métodos de investigação. Do lado da psicologia social psicológica, o predomínio da experimentação em laboratório e da compreensão de ciência segundo objetivismo e universalidade, inerentes à visão positivista. Do lado da psicologia social sociológica, a busca por novas metodologias, que resultou no desenvolvimento de pesquisas aplicadas e métodos qualitativos, não obstante estes tenham coexistido com estudos de caráter quantitativo.

O desenvolvimento das 'Psicologias Sociais', acompanhando os debates das demais disciplinas das ciências humanas e sociais, também ocorreu sob o crivo das discussões sobre objetividade/ subjetividade, pesquisa quantitativa/ qualitativa, experimentalismo/ pesquisa aplicada, marcando diferenças nos fundamentos epistemológicos e estatuto ontológico de cada linha teórica. Até hoje, tais discussões ainda permeiam as abordagens em Psicologia Social utilizadas para trabalhos de investigação e intervenção, não havendo unidade entre elas. Como descrito por Danielle Monteiro CORGA (1998)²¹, a Psicologia Social é uma disciplina que tenta entender o homem em seu contexto social, mas entre suas diferentes abordagens parece ter em acordo apenas o nome. Sua pluralidade (que gera tensões e divisões) deve ser observada segundo dois tipos de diversidade:

- 1) Diversidade Gestáltica. A diversidade vista a partir da totalidade da Psicologia Social enquanto disciplina, cujas tensões de divisão aparecem pelos estudos centrados nas inter-relações sociais a partir do ponto de vista do indivíduo e por aqueles centrados nos aspectos sociológicos das relações sociais entre indivíduos.
- 2) Diversidade Analítica. Fruto desta primeira, a diversidade tratada analiticamente, em seus fundamentos científicos, com delimitações de objeto de estudo, método, conceitos, teorias, etc.

2.4. As principais tradições da Psicologia Social

A partir dessa diversidade na disciplina, Corga circunscreve agrupamentos segundo

²⁰ FARR, Robert M. (1998). *As raízes da psicologia social moderna*. Tradução: Pedrinho A. Guareschi e Paulo V. Maya. Petrópolis: Editora Vozes.

²¹ CORGA, Danielle Monteiro (1998). *Uma história da Psicologia Social: sua diversidade*. 269f. Tese (doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998.

quatro principais 'tradições'²² da Psicologia Social (CORGA, 1998, p.75-183):

A) a tradição sociológica americana do interacionismo simbólico, iniciada por George Herbert Mead²³ e desenvolvido por seus discípulos, entre eles, Herbert Blumer (1969)²⁴, que alinha o termo 'interacionismo simbólico'; posteriormente, Theodore R. SARBIN²⁵, com a teoria do papel; e Sheldon STRYKER²⁶ e a teoria da identidade; entre muitos outros. As teorizações de Mead continuam influenciando teóricos contemporâneos, como Jürgen HABERMAS, que afirma que “a única tentativa promissora de apreender conceitualmente o conteúdo pleno do significado da individualização social encontra-se na psicologia social de G. H. Mead” (HABERMAS, 1990, p. 185)²⁷.

B) a tradição sociológica européia das representações sociais, iniciada Serge MOSCOVICI (1978)²⁸, a partir dos anos '60, com a publicação do livro 'A representação social da psicanálise'. Moscovici se inspira na obra de Émile Durkheim (com seus conceitos de representação individual e coletiva), que critica duramente a Psicologia, mas que acrescenta:

não temos nenhuma objeção a que se caracterize a sociologia como um tipo de psicologia, desde que tenhamos o cuidado de acrescentar que a psicologia social tem suas próprias leis, que não são as mesmas da psicologia individual (DURKHEIM, 1898 in FARR, 1998, p. 152-3).

Nessa esteira é que Moscovici vai constituindo sua obra, diferenciando-se de Durkheim, na qual pretende analisar os processos através dos quais os indivíduos e os grupos em interação constroem uma 'teoria' sobre um objeto social, a qual norteará e orientará seus comportamentos, tomando como ponto de partida as representações sociais

²² “compreendida, aqui, como um conjunto dos fundamentos, convicções e expressões que compõe e dinamiza uma cultura. Esse conjunto é reconhecido por uma comunidade, tal qual suas marcas, como as características pertencentes a este grupo, e que, portanto, o diferencia dos demais” (CORGA, 1998, p. 70). A autora complementa que é por meio de congressos, sociedades científicas, revistas, centros de pós-graduação e *handbooks* que tais tradições são cultivadas.

²³ Mead ministrou a cadeira de Psicologia Social no depto de Filosofia da Universidade de Chicago, entre 1900 e 1931. Lecionava sem o auxílio de notas. Por esse motivo, uma de suas publicações mais importantes foi compilada por seu aluno Moris, no curso ministrado em 1927, que o considerava um “behaviorista social”. MEAD, George Herbert (1934/1962). *Mind, Self and Society: from the standpoint of a social behaviorist*. Edited by Charles W. Moris. Chicago: The University of Chicago Press.

²⁴ BLUMER, Herbert (1969). *Symbolic interaction: perspective and method*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

²⁵ SARBIN, Theodore R. & ALLEN, V. L. (1968) Role Theory. In: LINDZEY, Gardner & ARONSON, Elliot (orgs.). *Handbook of Social Psychology*. 2nd edition. Massachusetts: Addison-Wesley. Vol. 1.

²⁶ STRYKER, Sheldon & BURKE, Peter J. (2000). The Past, Present, and Future of an Identity Theory. *Social Psychology Quarterly*, Vol. 63, No. 4, Dec., pp. 284-297. Special Millenium Issue on the State of Sociological Social Psychology. Disponível em: <<http://wat2146.ucr.edu/papers/00c.pdf>>. Acesso em: 22 de Mar. 2006.

²⁷ HABERMAS, Jürgen (1990). *Pensamento Pós-Metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

²⁸ MOSCOVICI, Serge (1961/1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

da Psicanálise na França (CORGA, 1998, p. 95)²⁹.

C) a tradição do experimentalismo psicológico (Psicologia Social Experimental), com seu desenvolvimento e transformações por meio das influências do behaviorismo (Floyd Henry Allport³⁰), neobehaviorismo (Clark Leonard Hull³¹ e Burrhus Frederick Skinner³²), Gestalt (Kurt Lewin³³, que alcunha os termos 'dinâmica de grupo' e 'action research'; Solomon E. Asch³⁴), e psicologia cognitiva³⁵. A Psicologia Social ganhou visibilidade principalmente pelos autores provenientes desta tradição.

D) a tradição dos 'estudos de grupos sociais'. Corga localiza vários autores que contribuem para a edificação desta tradição, nos primeiros anos de produção acadêmica norte-americana: 1) os estudos de Elton Mayo³⁶, com pequenos grupos de trabalhadores da Western Electric Company em Hawthorne, Chicago, entre 1924 e 1932; 2) os estudos sociológicos da Escola de Sociologia de Chicago, nos anos '30, em ambientes naturais; 3) alguns trabalhos de F. H. Allport, sobre 'facilitação social' e 'conformismo'; 4) as inovações

²⁹ Álvaro & Garrido localizam as contribuições de Moscovici dentro do contexto da Psicologia, por se tratar de um psicólogo, não obstante tenha se inspirado em idéias de Durkheim. Suas teorizações possuem discordâncias da psicologia social cognitiva tradicional, com o enfoque individualista para leituras dos processos cognitivos e, por isso, Corga o insere dentro da tradição sociológica de psicologia social.

³⁰ ALLPORT, Floyd Henry (1924). *Social Psychology*. Boston; New York: Houghton Mifflin.

³¹ HULL, Clark Leonard (1952). *Behavior system: an introduction to behavior theory concerning the individual organism*. New York Science Editions.

³² SKINNER, Burrhus Frederick (1938). *The behavior of organisms: an experimental analysis*. New York; London: D. Appleton-Century Company incorporated.

³³ LEWIN, Kurt (1970). *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Editora Cutrix. Livro editado por sua mulher, após seu precoce falecimento.

_____ (1951). *Field theory in social science: selected theoretical papers*. Edited by Dorwin Cartwright. New York: Harper.

³⁴ ASCH, Solomon Elliott (1952/1977). *Psicologia Social*. 4ª edição. Tradução de Dante Moreira Leite e Miriam Moreira Leite. São Paulo: Nacional.

³⁵ Farr (1998) aponta S. Asch como um dos precursores da psicologia social cognitiva, nos EUA. No entanto, por ter boa parte de suas idéias inspiradas na Gestalt, Corga o localiza ainda sob as influências desta última, e não da psicologia cognitiva.

³⁶ MAYO, Elton (1933/1945). *The social problems of an industrial civilization*. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University.

de Jacob Levy Moreno no trabalho de psicoterapia de grupo³⁷; 5) as contribuições de Muzafer Sherif³⁸, que em 1936 publica 'A psicologia das normas sociais', na qual aponta como os sujeitos se aproximam no grupo para criar normas para situações ainda não estruturadas. Posteriormente, na década de '60, com o prosseguimento das pesquisas, elabora um modelo explicativo das relações intergrupais para a questão do conflito e cooperação intergrupo. 6) as contribuições de Lewin, que mesmo considerado como consolidador da Psicologia Social Experimental, tem em sua obra importante marco para as pesquisas nesta *tradição*³⁹. 7) os trabalhos de Leon Festinger⁴⁰, com sua teoria de 'comparação social' e 'dissonância cognitiva'; a 'teoria do intercâmbio social', de John N. Thibaut e Harold H. Kelley⁴¹; as pesquisas sobre a 'Personalidade Autoritária', de Theodore W. Adorno et al., publicada em 1950⁴²; os trabalhos do sociólogo George Caspar Homans⁴³,

³⁷ Cabem aqui dois parênteses. 1) Moreno cria uma técnica de grupo, centrando tanto nas técnicas sociométricas para a investigação social, quanto na dramatização de conflitos psicológicos para obter efeitos terapêuticos (Psicodrama). Suas teorizações, no entanto, pertencem mais ao ramo da Psicologia (Clínica) do que ao da Psicologia Social. Outros trabalhos em grupo, com finalidade terapêutica ('psicoterapia de grupo', cujo primeiro trabalho é creditado ao médico J. Pratts, em 1906), foram surgindo ao longo do século passado. Entretanto, como apontado por Saidon (1983, p. 17), as inúmeras práticas grupoterapêuticas têm origens em três tendências originais: a 'microsociologia' de K. Lewin; a Psicanálise; e o Psicodrama (entre 1930 e 1962). O próprio Moreno, aliado a outras figuras, cria a International Association of Group Pshychotherapy (IAGP). Inevitavelmente, os subseqüentes autores que se debruçaram sobre essas abordagens teóricas também se detiveram nas investigações sobre processos grupais (e institucionais). Dos subseqüentes desenvolvimentos teóricos e renovações técnicas (assim como da absorção ou críticas das outras correntes), desdobram-se as correntes da Psicanálise de Grupos e Instituições (com as escolas inglesa, argentina e francesa), da Psicossociologia francesa e da Análise Institucional, que re-posicionam seus postulados para a intervenção social (com maior ou menor amplitude, em interface direta ou indireta com a 'clínica'), tendo no grupo e na instituição centralidade de reflexão e ação. 2) No que tange aos trabalhos que envolvem 'dinâmica de grupo', Gregório Baremlitt (1986) aponta que esta não pertence ao domínio de uma só disciplina e que deve ser pensada a partir de suas múltiplas origens geográficas, históricas, epistemológicas, técnicas, campo da vida social em que se aplicam e finalidade. Por outro lado, aponta o caráter ideológico, reprodutivista e meramente técnico que o uso da 'dinâmica de grupo' pode adquirir em sua utilização. Logo, suas proposições são no sentido do caráter transformador da utilização do referencial técnico-teórico que subsidia a 'dinâmica de grupo'.

BAREMBLITT, Gregório (1986). Notas estratégicas a respeito da orientação da dinâmica de grupo na América Latina. In: _____ (org). *Grupos: teoria e técnica*. Rio de Janeiro: Edições graal. 2ª edição.

MORENO, Jacob Levy (1999). *Psicoterapia de grupo e psicodrama: introdução à teoria e à prática*. Tradução José Carlos Vitor Gomes. 3ª ed. revisada. Campinas: Livro pleno.

SAIDON, Osvaldo I. (1983). *Práticas grupais*. Rio de Janeiro: Campus.

³⁸ SHERIF, Muzaref (1948). *An outline of social psychology*. New York: Harper.

_____ (1962). *Intergroups relations and leadership approaches and research in industrial, ethnic, cultural, and political areas*. New York: John Wiley.

³⁹ Além do Centro de Pesquisas em Dinâmica de Grupo, Lewin também funda um outro centro, nomeado 'comissão para inter-relações comunitárias', no qual guiou estudos sobre as raízes do anti-semitismo, práticas de socialização para a conscientização coletiva da discriminação social e sobre o preconceito de forma global.

⁴⁰ FESTINGER, Leon (org.) (1974). *Pesquisa na psicologia social*. Rio de Janeiro: FGV.

_____ (1957/1975). *Teoria da dissonância cognitiva*. Tradução Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar.

_____; SCHACHTER, Stanley & BACK, Kurt. (1950/1963). *Social pressures in informal groups: a study of human factors in housing*. London: Tavistock.

⁴¹ THIBAUT, John N. & KELLEY, Harold. H. (1959/1967). *Social psychology of groups*. New York: John Wiley.

⁴² ADORNO, Theodore W. et al. (1950/1965). *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Editorial Proyección.

com a teoria do intercâmbio e a proposta de uma análise sociológica alternativa ao funcionalismo; e as contribuições de S. Asch nas investigações sobre as minorias.

Os estudos sobre grupos sociais diminuíram consideravelmente nos anos '60, nos EUA, devido aos contextos sócio-político-econômicos. Entretanto, o interesse dos psicólogos sociais a respeito de processos grupais e intergrupais é retomado no final dos anos '70. Desta vez, com força na Europa, perdurando e tendo produção expressiva até hoje. Algumas escolas (grupos universitários) representam tal *tradição*, como, por exemplo, a Escola de Bristol (com estudos sobre a compreensão das relações intergrupais, seus conflitos e discriminações, através de conceitos como identidade social, categorização social e comparação social, cuja figura proeminente é seu precursor Henri Tajfel⁴⁴ – além de John C. Turner⁴⁵, com a teoria da auto-categorização, entre outros autores), a Escola de Genebra, entre outros grupos de pesquisadores ingleses, americanos, canadenses e alemães.

Como se nota, há abordagens em Psicologia Social no contexto da sociologia e aquelas no contexto da psicologia, como preferem descrever Álvaro & Garrido (2006), com teóricos que se influenciam mutuamente e que são, prioritariamente, de origens européia e norte-americana. De modo geral e grosso modo, as Psicologias Sociais no contexto da sociologia seguiram inovações metodologias das abordagens quantitativas, enquanto aquelas no contexto da psicologia desenvolveram-se segundo metodologias qualitativas, como já apontado anteriormente.

Como descrito por Silvia Tatiana Maurer LANE (1981, p. 76-7)⁴⁶, a produção da Psicologia Social (prioritariamente experimental, norte-americana, de viés pragmático), desde seu florescimento até os anos '60, tinha seus focos de pesquisas centradas nos estudos dos fenômenos de liderança, opinião pública, propaganda, preconceito, mudanças de atitudes, comunicação, relações raciais, conflitos de valores, relações grupais, etc. Todos estudos e experimentos que procuravam procedimentos e técnicas de intervenção nas relações sociais, que se traduziam em fórmulas de ajustamento e adequação de comportamentos individuais ao contexto social.

A importância dos norte-americanos para a Psicologia Social vai além do desenvolvimento teórico-metodológico de teorias que tentassem explicar os fenômenos

⁴³ HOMANS, George Caspar (1951). *The human group*. London: Routledge & K. Paul.

⁴⁴ TAJFEL, Henri (1972). La categorisation sociale. In: MOSCOVICI, S. (org.). *Introduction à la psychologie sociale*. Paris: Larousse, v. 1.

_____ (1978). *Differentiation between social groups*. London: Academic Press.

_____ (1981). *Human groups and social categories: studies in social psychology*. Cambridge [Cambridgeshire]; New York: Cambridge University Press.

⁴⁵ TURNER, John C. (1987). *Rediscovering the social group: a self-categorization theory*. Oxford: Basil Blackwell.

⁴⁶ LANE, Silvia Tatiana Maurer (1981). *O que é Psicologia Social*. São Paulo: editora brasiliense. Coleção primeiros passos. N° 39.

psicossociais (com as ressalvas das diferenças já explicitadas). Segundo Farr (1998, p. 28-31), após a Segunda Guerra, muitos psicólogos sociais norte-americanos ajudaram os europeus, com suas pesquisas até então isoladas, no apoio logístico necessário para a constituição de sociedades científicas (entre elas, a Associação Européia de Psicólogos Sociais Experimentais), que fora liderada por personalidades proeminentes como Henri Tajfel e Serge Moscovici. Entre os norte-americanos estavam Dorwin Cartwright⁴⁷ e Leon Festinger, discípulos de Lewin.

2.5. A crise da Psicologia Social: abordagens Latino-americanas

Segundo Corga, outras correntes não são tratadas como *tradição* por ainda não possuírem sedimentações históricas suficiente, destacando:

- E) a Psicologia Social Comunitária (ou Psicologia Comunitária), que na América Latina já apresenta produção teórica relevante e expressiva;
- F) e a Psicologia Política, que também vem ganhando força no cenário europeu, norte-americano e latino-americano.

Nossos pontos de vista teórico, metodológico e político são permeados principalmente por essas duas vertentes e receberão maiores destaques ao longo de todo este trabalho, principalmente por terem suas produções marcadas pelas características peculiares à América Latina. Explicitaremos porque desta escolha nos parágrafos seguintes, antes de retomarmos nossa argumentação sobre a Psicologia Social e as ciências humanas e sociais, e a necessidade da superação das barreiras disciplinares para enfrentamento das questões socioambientais.

No final da década de '60, críticas vindas principalmente da Europa começam a colocar a Psicologia Social em xeque. Na mesma onda, um movimento de autocrítica também chega aos psicólogos sociais norte-americanos e aos seguidores latino-americanos, que bebiam de suas teorizações. Este momento foi denominado de 'crise da Psicologia Social'. Os questionamentos vieram de vários lados e os artigos e livros produzidos nessa linha

refletiam criticamente a Psicologia Social, como os de Bruno, Poitou, Pêcheux e outros publicados na *Nouvelle Critique* sob o título "Psicologia Social: uma utopia em crise", assim como o prefácio de Moscovici numa obra organizada por ele com o título *Introduction de la psychologie sociale*. Por outro lado, Merani na Venezuela, Sève na França, Israel e Tajfel na Inglaterra contribuíram para uma reflexão mais profunda, assim como a releitura de Politzer, George Mead e Vigotski trouxeram novas

⁴⁷ Segundo Farr, Cartwright chega a influenciar até mesmo no apoio ao estabelecimento da Psicologia Social no Japão.

perspectivas de estudo (LANE, 2006, p. 68-9)⁴⁸.

Corga (1998, p. 152-154) aponta que tais críticas tinham como foco principal o questionamento do laboratório como ambiente de produção científica, complementando que se passou a problematizar os avanços dos experimentos em laboratório em detrimento da relevância do que se estava produzindo para o enfrentamento de problemas sociais. Lane (1981, p. 78-80; 2006, p.67-8) descreve que as críticas se dirigiam principalmente ao caráter ideológico e mantenedor das relações sociais das teorias e técnicas que vinham sendo produzidas e que, na América Latina, mais um fator veio contribuir para reforçar os questionamentos sobre teorias e metodologias: o caráter político da Psicologia Social e da atuação dos psicólogos diante das ditaduras militares.

Esse movimento de crítica atinge diretamente a (re)produção latino-americana. Em 1973, no XIV Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), realizado em São Paulo (MALUF, 2004)⁴⁹, questionou-se a produção da Psicologia (enquanto ciência) ter leis universais para o comportamento humano, uma vez que este muda em função das diferenças históricas, culturais e sociais de cada momento. No congresso de 1976 (Miami, EUA), foram explicitadas as críticas aos modelos teórico-metodológicos, mas sem propostas de superação. No congresso seguinte, em 1979 (Lima, Peru), os psicólogos dos diferentes países latino-americanos passam a reconhecer que suas produções deveriam estar voltadas para as condições próprias de cada um de seus países. O encontro de brasileiros nesse congresso gerou a força necessária à criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), segundo Lane (1981). O impulso definitivo da criação da ABRAPSO veio em Novembro de 1979, por meio do I Encontro de Psicologia Social, sediado em São Paulo, com o tema 'Psicologia Social e Problemas Urbanos', e sua fundação oficial veio em Julho de 1980, no Rio de Janeiro, durante a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)⁵⁰.

Nesse contexto de questionamento teórico, metodológico e político, nasce a Psicologia Social Comunitária⁵¹. Entre os anos '60 e '70, na América Latina, como explica

⁴⁸ LANE, Silvia Tatiana Maurer (2006). Avanços da Psicologia Social na América Latina. In: _____ & SAWAIA, Bader Burihan (2006). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense; Educ.

⁴⁹ MALUF, Maria Regina (2004). A participação de psicólogos brasileiros na sociedade interamericana de psicologia: contribuições e perspectivas. *Interamerican journal of psychology*, v. 38, n. 02, p.323-332

⁵⁰ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (ABRAPSO). Disponível em: <<http://abrapso.org.br>>. Acesso em: 03 de Agosto, 2009.

⁵¹ Alberto Abib Andery (1984, p. 204), aponta que o termo aparece primeiro na Inglaterra e depois nos Estados Unidos. Em seu texto, trata de apresentar idéias sobre uma Psicologia 'na' comunidade. Entretanto, Maritza Montero (2004a) precisa a origem da Psicologia Social Comunitária tanto na América Latina, quanto nos EUA, como tentativas de re-direcionamentos da Psicologia Social.

ANDERY, Alberto Abib (1984). *Psicologia na comunidade*. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer & CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia Social – o homem em movimento*. São Paulo: editora Brasiliense.

Maritza MONTERO (2004a), essa emergência ocorreu a partir das discordâncias da psicologia social psicológica norte-americana e seu caráter estritamente subjetivista e experimental que vinha sendo produzida até então, assim como pelo impulso de outras disciplinas das ciências sociais que tinham leituras macro-sociais voltadas à comunidade.

Fato importante a ser mencionado, tal vertente da Psicologia Social surge, na América Latina, em um contexto em que as desigualdades sociais e o momento político explicitavam uma urgência de trabalhos críticos voltados para a realidade de seus povos. Logo, a Psicologia Social Comunitária nasce de uma prática emergente e transformadora de psicólogos sociais, colocados diante de situações concretas, apelando para uma pluralidade de fontes teóricas e revisões críticas das mesmas, que conduziu à elaboração de um modelo teórico próprio às realidades latino-americanas (MONTERO, 2004b, p. 42-49)⁵².

Diante desse campo emergente, Maria de Fátima Quintal de Freitas (1999a, p. 50)⁵³ agrega que esse tipo de *praxis* vem se desenvolvendo por duas preocupações básicas: a construção do conhecimento, que configura esse campo; e aquela comprometida explicitamente com a realidade concreta. Nessa linha, Montero (2004a, p. 53) argumenta que os modelos construídos dentro dessa abordagem são tratados em seis frentes: prático-teórico, ontológico, epistemológico, metodológico, ético e político.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a Psicologia Social Comunitária é um ramo da Psicologia Social que aborda as comunidades e que é realizada com as mesmas. Ou, nas palavras de MONTERO (2004a, p. 70),

o ramo da psicologia [social] cujo objeto é o estudo dos fatores psicossociais que permitem desenvolver, fomentar e manter o controle e poder que os indivíduos podem exercer sobre seu ambiente individual e social para solucionar problemas que os afetam e lograr mudanças nesses ambientes e na estrutura social.

MONTERO, Maritza. (2004a). *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. 1ªed. Buenos Aires: Paidós.

⁵² 1) No capítulo 4 de seu livro, Montero (2004a) expõe quais as influências e os desenvolvimentos teóricos da Psicologia Social Comunitária na América Latina, dividindo entre as primeiras influências, as influências centrais e as relações interinfluências, que tratam das três correntes que se influenciaram mutuamente: psicologia social comunitária, psicologia da libertação e psicologia social crítica. Para esclarecimentos sintetizados sobre essas relações, cf. Montero (2004b) 2). Montero descreve que na América do Norte se chama esse modelo apenas de 'Psicologia Comunitária', enquanto que na América Latina, por sua origem das correntes e críticas da Psicologia Social, se denominou de 'Psicologia Social Comunitária'.

MONTERO, Maritza. (2004b). Relaciones entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: Una respuesta Latino Americana. *PSYKHE: revista de la escuela de psicología, facultad de ciencias sociales, Pontificia Universidad Católica de Chile*. Vol. 13, n° 2, p. 17-28.

⁵³ FREITAS, Maria de Fátima Quintal de (1999a). Desafios e necessidades apresentados ao(a) psicólogo(a) para trabalhar em comunidade, na perspectiva da comunidade. *PSYKHE: revista de la escuela de psicología, facultad de ciencias sociales, Pontificia Universidad Católica de Chile*. Vol. 08, n° 1, p. 49-55.

Segundo Bader Burihan SAWAIA (1997, p. 86)⁵⁴, pode-se dizer que o objetivo dessa práxis psicossocial é de atuar pela legitimação social dos envolvidos, que pressupõe tanto a legitimidade individual na vida pública e na privada, no sentido de buscar firmar o exercício da autonomia e da criação no espaço coletivo. Ou seja, atua-se pela potencialização das ações individuais e coletivas em prol do bem comum e da felicidade particular.

Um dos impulsionadores das vertentes críticas aos modelos vigentes em Psicologia Social foi Ignacio MARTÍN-BARÓ (1998; 1999; 2001)⁵⁵, com suas contundentes colocações a respeito da disciplina e do caráter histórico das teorias, ideológico das práticas dos psicólogos⁵⁶ e ético-político a ser adotado na atuação que propicie ações transformadoras. Como exposto por Amalio BLANCO (1998)⁵⁷, Martín-Baró propõe a atuação do psicólogo por meio do compromisso pela emancipação, desideologização e bem-estar, o que configuram a própria libertação. Adotando a idéia de conscientização de Paulo Freire (2007)⁵⁸, Martín-Baró (2001, p.169-172) afirma ser esta o horizonte primordial do quefazer dos psicólogos, trabalhando-se pela desalienação da consciência social. Ao falar sobre a consciência, o autor a descreve da seguinte maneira:

A consciência não é simplesmente o âmbito privado do saber e sentir subjetivo dos indivíduos, mas sobre aquele âmbito onde cada pessoa encontra o impacto reflexo de seu ser e de seu fazer em sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social. A consciência é o saber e o não-saber sobre si mesmo, sobre o próprio mundo e sobre os demais, um saber prático antes que mental, já que se inscreve na adequação às realidades objetivas de todo comportamento (MARTÍN-BARÓ, 2001, p.167-8).

⁵⁴ SAWAIA, Bader Burihan (1997). O ofício da psicologia social à luz da idéia reguladora de sujeito: da eficácia da ação à estética da existência. In: ZANELLA, Andrea, V. et all. (orgs.). *Psicologia e práticas sociais*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

⁵⁵ MARTÍN-BARÓ, Ignacio (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: editora trota. Colección estructuras y procesos. Serie pensamiento, psicopatología y psiquiatría.

_____. (1999). *Sistema, grupo y poder: psicología social desde centroamérica II*. San Salvador: UCA Editores.

_____. (2001). *Acción e ideología: psicología social desde centroamérica*. San Salvador: UCA Editores.

⁵⁶ No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, a Psicologia Social foi abraçada pelos psicólogos por uma série de fatores. Os motivos não foram ainda devidamente pesquisados e publicados. No presente, os cursos de graduação em Psicologia possuem disciplinas de Psicologia Social, sendo considerada por muitos como um ramo da Psicologia. Igualmente, os programas de pós-graduação em Psicologia Social estão todos dentro dos departamentos, faculdades e institutos de Psicologia. Por isso, o quefazer do psicólogo é questionado: quais as limitações que as áreas da Psicologia possuem ao lidar com o âmbito social, que merecem reconsiderações segundo as contribuições da Psicologia Social? Nos EUA, pode-se graduar-se em Sociologia com ênfase em Psicologia Social, ou graduar-se em Psicologia com ênfase em Psicologia Social, dependendo da universidade cursada. Na Argentina, existem cursos superiores específicos de Psicologia Social.

⁵⁷ BLANCO, Amalio (2001). Introducció. La coherencia en los compromisos. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: editora trota. Colección estructuras y procesos. Serie pensamiento, psicopatología y psiquiatría.

⁵⁸ FREIRE, Paulo (2007). *Pedagogia do oprimido*. 46ª edição. São Paulo: Paz e Terra.

Sendo a consciência um objeto de estudos privilegiado pela Psicologia (e Psicologia Social), como colocado por Martín-Baró, é importante que a consideremos como uma realidade psicossocial, ou seja, um saber dialético das pessoas sobre si mesmas e sobre a coletividade. Nesse sentido, a conscientização visa: a) romper com a alienação, constituída em esquemas fatalista sustentadas ideologicamente, que consideram a maioria popular como indolente, preguiçosa e incapaz de transformar sua realidade; b) sair da reprodução da relação dominação/submissão; c) recuperação da memória histórica, para assumir a ligação do passado e presente numa perspectiva de futuro que integrem o pertencimento e as lutas políticas no âmbito pessoal e social.

Dentro dessa perspectiva de atuação comprometida com a realidade, Montero & Martín-Baró (1987)⁵⁹ entendem que este campo teórico e metodológico, de processos políticos e de formas de intervenção psicopolítica são, eminentemente, marcantes da Psicologia Política – uma subdisciplina da Psicologia Social⁶⁰.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem da Psicologia Social Comunitária não poderia deixar de ser de cunho ativo e participativo, uma vez que suas posturas rompem com a neutralidade do pesquisador em relação aos 'objetos' de estudo (as pessoas), o que implica na consideração de uma postura ética e política do pesquisador. Além do rompimento da neutralidade, há também a intenção de emancipação nas ações que configuram o grau de participação da pesquisa, delineadas em função de acordos firmados junto aos envolvidos na co-construção do conhecimento.

2.6. Outras abordagens em Psicologia Social no Brasil

Retomando as diferentes abordagens em Psicologia Social, destacaríamos também outras que ainda não são *tradições* fortes, porém estudadas por pesquisadores da Psicologia Social no Brasil:

G) a Psicologia Social fundada pelo argentino Enrique Pichon-Rivière (2002, 2003)⁶¹ e seus discípulos, cujos trabalhos são mais conhecidos pela contribuição dos grupos operativos, mas que de longe estão restritos a estes. Na Argentina, há escolas que outorgam título de nível superior em Psicologia Social, sendo difundida a prática desses profissionais na condução de trabalhos em grupos, instituições e comunidades, nas áreas da saúde,

⁵⁹ MONTERO, Maritza & MARTÍN-BARÓ, Ignacio (1987). Presentación. In: MONTERO, Maritza (org.). *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Editorial Panapo.

⁶⁰ A psicologia social comunitária latino-americana (ou psicologia comunitária, como preferem denominar alguns grupos brasileiros) desenvolveu-se em algumas direções, enquanto a psicologia política veio se desenvolvendo por outros caminhos. Para compreensão das intersecções dentro das perspectivas atuais, Cf. FREITAS, Maria de Fátima Quintal de (2001). Psicologia social comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com a psicologia política. *Revista de Psicologia Política*, vol 1, nº 02, p.71-92.

⁶¹ PICHON-RIVIÈRE, Enrique (2002). *Teoría del vínculo*. 1ª ed. 24ª reimp. Buenos Aires: Nueva Visión. _____ (2003). *El proceso grupal: del psicoanálisis a la psicología social (1)*. 2ª ed. 33ª reimp. Buenos Aires: Nueva Visión.

educação e trabalho⁶².

H) as interfaces entre a 'Psicologia Social' e as leituras da psicanálise dos fenômenos sociais e aquelas provenientes da psicanálise de abordagem grupal e institucional, com autores advindos da escola argentina, inglesa e francesa de psicanálise⁶³;

I) a 'Psicologia Social' em sua interface com a psicossociologia, pelas contribuições do movimento institucionalista (sociopsicanálise, psicoterapia institucional, socioanálise e esquizoanálise) (MACHADO & ROEDEL, 2001)⁶⁴, também com autores argentinos e franceses, e da qual emerge recentemente a Psicologia Social Clínica proposta por Jacqueline BARUS-MICHEL (2004)⁶⁵.

J) a corrente nomeada como psicologia social crítica (ou psicologia crítica), que adota discussões de autores marxistas, neomarxistas e da Escola de Frankfurt (MONTEIRO, 2006⁶⁶; LANE, 1981, 2006);

K) As contribuições dos russos Alexis Nikolaevich Leontiev, Lev Semenovitch Vygotsky e Alexander Romanovich Luria, que dão base às teorizações da Psicologia Sócio-Histórica (BOCK, GONÇALVES & FURTADO, 2004)⁶⁷, com contribuições pertinentes às discussões da Psicologia Social, em especial pelo estudo sobre a constituição social da subjetividade, a historicidade como noção básica nos processos de formação do sujeito, a consciência e atividade como categorias centrais para compreender o indivíduo/sociedade e a aquisição da linguagem, aprendizagem e socialização como fenômenos do âmbito individual/social.

L) O construcionismo social inaugurado por Kenneth J. Gergen (1973; 2008)⁶⁸, afim às teorizações do interacionismo simbólico e teoria psicossocial de G. H. Mead, à fenomenologia social de Alfred Schütz (que combina a fenomenologia de Husserl e a sociologia de Weber) e aos desdobramentos dados por Peter L. BERGER e Thomas

⁶² Alguns exemplos: Primera Escuela Privada de Psicología Social. Disponível em: <www.psicologiasocial.esc.edu.ar>. Escuela de Psicología Social del Sur. Disponível em: <www.psicologiasocial.org.ar>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

⁶³ Uma exposição das teorias psicanalíticas de grupo e instituições, as respectivas 'escolas' e suas leituras de fenômenos sociais, cf. CASTANHO, Pablo de Carvalho de Godoy *Entre Línguas e Afetos: Uma Investigação Psicanalítica da Língua em Grupos Multilíngues*. 2005. 333f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

⁶⁴ MACHADO, Marília Novais da Mata & ROEDEL, Sonia (2001). Prefácio. In: MACHADO, Marília Novais da Mata et al. (org.). *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica.

⁶⁵ BARUS-MICHEL, Jacqueline (2004). *O sujeito social*. Tradução de Eunice Galery e Virgínia Mata Machado. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

⁶⁶ MONTEIRO, Luís Gonzaga Mattos (2006). Objetividade X Subjetividade: da crítica à psicologia à psicologia crítica. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer & SAWAIA, Bader Burihan (2006). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense; Educ.

⁶⁷ BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria Graça M.; FURTADO, Odair (orgs.) (2004). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez Editora.

⁶⁸ GERGEN, Kenneth J. (1973). Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 26, nº 02, p. 309-320. Disponível em: <http://www.swarthmore.edu/Documents/faculty/gergen/soc_psych.pdf>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
GERGEN, Kenneth J. (2008). A psicologia social como história. *Psicologia & Sociedade*, vol. 20, nº. 3, Dec., p. 475-484. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

LUCKMANN (2008), no difundido 'A construção social da realidade'⁶⁹ (IBÁÑEZ GRACIA, 2004⁷⁰; IÑIGUEZ, 2004⁷¹, MOL, 2008⁷²; SPINK; 2004⁷³).

Além, é claro, de muitas outras leituras em 'Psicologia Social' realizadas dentro do contexto da Psicologia e Sociologia contemporâneas, não referidas acima e que recebem o devido valor em seus respectivos centros de estudos, manuais e livros da área. Todas as tradições e correntes teriam, paradoxalmente, um mesmo ponto em comum e de litígio: a relação indivíduo-sociedade. Segundo Corga (1998, p. 240), todas essas abordagens são consideradas como pertencentes à grande disciplina Psicologia Social por tentar estudar o indivíduo psicológico e a sociedade num único objeto, deixando de lado tanto a supremacia do psicologismo quanto do sociologismo, por meio de metodologias quantitativas e qualitativas.

2.6. Conclusão

Com esta breve exposição e localização da Psicologia Social, vimos que sua crise movimentou a produção de novas abordagens teóricas, metodológicas e políticas. Isso teve repercussão direta sobre a maneira como os psicólogos lidaram com sua formação, produção acadêmica e intervenção na realidade. Neste caminho, passou-se a privilegiar métodos qualitativos em detrimento dos quantitativos, cujas bases se encontravam sedimentadas na Psicologia Social criticada. Esse mesmo movimento de contestação à ciência realizada por métodos quantitativos também teve sua repercussão, a partir dos anos '60, em outras ciências sociais e humanas, como descrito por Minayo (2000)⁷⁴, num momento em que passam a ganhar credibilidade as pesquisas qualitativas, como formas legítimas de produção do conhecimento.

Atualmente, continuam as discussões a respeito da superação da dicotomia qualitativo/quantitativo dentro das ciências humanas e sociais. Dentro desse movimento, já se fala em triangulação de métodos, como elaborado por Minayo, Simone Gonçalves de

⁶⁹ BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas (1966/ 2008). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 29ª Edição. Petrópolis: Vozes.

⁷⁰ IBÁÑEZ GRACIA, Tomás (2004). O 'giro lingüístico'. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes.

⁷¹ IÑIGUEZ, Lupicínio (2004). Os fundamentos da Análise do Discurso. In: _____ (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes.

⁷² MOL, Annemarie (2008). Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (Org.). *Objectos impuros. Experiências em estudos sobre a ciência*. Tradução de Gonçalo Praça. Porto: Edições Afrontamento.

⁷³ SPINK, Mary Jane P. & MENEGON, Vera Mincoff (2004). Práticas Discursivas. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes.

⁷⁴ MINAYO, Maria Cecília de Souza (2000). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde*. 7ª Edição. São Paulo: Hucitec.

ASSIS e Edinilsa Ramos de SOUZA (2006)⁷⁵, em que se cruzam técnicas vindas de ambas perspectivas para poder estudar um objeto de vários ângulos e, assim, ter uma visão mais diversificada e completa sobre um determinado fenômeno. Do mesmo modo, Álvaro & Garrido (2006) apontam que um dos desafios da Psicologia Social contemporânea é superar tais barreiras e desenvolver pesquisas e intervenções que se utilizem dessa combinação, pois a adequação de cada uma das técnicas de pesquisa empregadas depende da forma em que elas são ajustadas à natureza do objeto de estudo. Esse aspecto será abordado adiante e merecerá atenção especial: as questões socioambientais só são possíveis de serem refletidas quando vistas de vários pontos de vista, o que envolve uma visão inter-/transdisciplinar e utilização de vários métodos para realização de pesquisas que versam sobre esses temas.

Antes de finalizarmos esta reflexão, devemos esclarecer quais as características centrais das ciências sociais, que podem ser identificadas entre as disciplinas que a compõem e que as diferenciam dos outros tipos de ciências. Minayo (2007a) caracteriza suas particularidades da seguinte maneira:

- 1) o objeto das ciências sociais é histórico. As sociedades humanas existem e se constroem num determinado espaço e se organizam de forma particular e diferente de outras; vivenciam a mesma época histórica e têm traços em comum; vivem o presente marcado pelo passado e é com tais determinações que constroem o futuro. Há provisoriedade, dinamismo e especificidade marcantes em qualquer questão social. As ciências sociais também se inscrevem nesses processos, tendo momentos distintos de decadência e desenvolvimento teórico.
- 2) o objeto de estudos das ciências sociais possui consciência histórica. Não apenas o investigador tem a capacidade de dar sentido ao trabalho intelectual, mas todos os seres humanos dão significado às suas ações e construções, explicitam intenções de seus atos e projetam e planejam o futuro segundo sua racionalidade.
- 3) existe identidade entre sujeito e objeto. A pesquisa nesta área lida com seres humanos. Portanto, há substrato comum de identidade entre os envolvidos na investigação, o que os torna solidariamente imbricados e comprometidos. O pesquisador é da mesma natureza que seu objeto e é, ele mesmo, parte de sua investigação.
- 4) as ciências sociais são intrínseca e extrinsecamente ideológicas. Não há neutralidade científica, pois toda investigação está imersa em interesses, visões de mundo historicamente construídas. A visão de mundo do pesquisador e dos pesquisados está implicada em todo processo de conhecimento, ou seja, “a relação (...) entre conhecimento e

⁷⁵ MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves e SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs.) (2006). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Fiocruz.

interesse deve ser compreendida como critério de realidade e busca de objetivação” (idem, p. 14).

5) o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante. Por meio de teorias e instrumentos próprios destas ciências, há uma tentativa de aproximação da magnitude da existência da vida humana em sociedade, mesmo que incompleta, imperfeita e insatisfatória. Tenta-se reconstruir teoricamente os processos, relações, símbolos, significados e toda expressão da subjetividade constituintes/constituídas das/pelas expressões humanas.

Com estas colocações, pudemos inscrever esta pesquisa dentro dos parâmetros das ciências humanas (Psicologia – dada nossa formação acadêmica) e sociais (Psicologia Social – dada nossa pós-graduação e foco de estudos), o que vem auxiliar os interlocutores a compreender o alcance e a limitação deste trabalho.

Capítulo 3. Da necessidade iminente do rompimento das barreiras disciplinares

3.1. Introdução

As transformações do mundo contemporâneo estão colocando em xeque as barreiras existentes em cada disciplina, impulsionadas por uma série de fatores. Entre eles está uma das exigências impostas pelos problemas enfrentados pela humanidade: as questões socioambientais e a percepção da finitude e destruição do mundo natural⁷⁶, que

⁷⁶ A natureza é algo que traz medo e fascínio ao Homem, como nos colocam Theodor W. ADORNO e Max HORKHEIMER (1985). A busca do esclarecimento, do saber, tem por objetivo livrar o Homem desse medo e investi-lo na posição de senhor, dominador da natureza. Na modernidade, isso significa desencantar o mundo, destituindo-o do animismo, do mito, do antropomorfismo. Estabelece-se uma relação de exterioridade. Domesticar a natureza. Nesse sentido, natureza é algo exterior ao Homem, desconsiderando que o Homem faz parte da natureza. Por isso, natureza é sinônimo de mundo natural – em contrapartida ao mundo humano. Nesta tese usamos natureza e mundo natural como sinônimos. A maneira como se compreende mundo natural depende da abordagem que se faz sobre este, ou dito de outra forma, cada cultura o compreende de uma forma diferente, nem sempre homogênea. De modo geral, esse modo de entender o mundo natural (também utilizado como sinônimo de meio ambiente, ou simplesmente ambiente) é procedido segundo referencial antropocêntrico, como colocado por Philippe DESCOLA (2000, p.162), o que remete diretamente a uma visão dualista que dicotomiza natureza e cultura. Dentro dessa perspectiva, Antônio Carlos Sant'Ana DIEGUES (2004b) mostra que as concepções sobre o mundo natural da sociedade ocidental moderna, que se orientam segundo o que chama de 'mito moderno da natureza intocada', permearam as idéias preservacionistas e conservacionistas, e inspiraram a criação de parques nacionais, unidades de conservação sem a presença humana e inúmeras políticas públicas relacionadas ao meio ambiente. As formas como os Homens pensam, organizam o mundo e se relacionam com o que não é humano, pode ser compreendido segundo quatro cosmologias, segundo aponta Descola (2005 in TASSARA, 2006): animismo, totemismo, naturalismo e analogismo. No ocidente, há cerca de 400 anos, impera o naturalismo, que concebe a autonomia da cultura, triunfando a idéia de natureza por oposição à cultura – o que torna a relação do Homem com a natureza como de sujeito e objeto, e permite estudá-la como 'alter', destituída de espírito (linguagem cartesiana). Afirma e pergunta Eda Terezinha de Oliveira TASSARA (2006, p.01): “tal cisão marca uma diferença de interioridade entre humano e o não-humano, que a universalidade física da matéria não permite superar. Quais são suas fronteiras?”. Essas cosmologias apontadas por Descola foram alvo de estudos de inúmeros pesquisadores, entre eles muitos antropólogos, fascinados pela maneira como determinados grupos culturais compreendiam e se relacionavam com a natureza. Portanto, 'mundo natural' e 'natureza' são termos que dependem da maneira como se os entende. Superar essa visão dualista de cultura/natureza exige um empenho considerável e já vem sendo sugerida por alguns cientistas, como aponta Descola (2000, p.162-3). Dentro dessa breve discussão, localizamos a definição de ambiente, compartilhada com Tassara (2006, p.05), que considera “a conceituação de ambiente, vista como sócio-ambiente, que pode ser representado pela definição oferecida por Milton Santos em 2001 e referida por Aziz Ab'Saber: ambiente é a organização humana no espaço total que compreende os fragmentos territoriais em sua totalidade”. Para entendimento mais aprofundado de espaço (e paisagem), a leitura de Milton SANTOS (2007) é bastante esclarecedora.

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max (1944/1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora.

DESCOLA, Philippe (2000). *Ecologia e Cosmologia*. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUPAUB/USP; Annablume; Hucitec.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (1996/2004b). *O mito moderno da natureza intocada*. 5ª Edição. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP.

SANTOS, Milton (1982/ 2007). *Pensando o espaço do homem*. 5ª edição. 1ª reimpr. São Paulo: EDUSP.

TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira (2006). *A psicologia social e o enfrentamento da crise ambiental*. Texto apresentado em Prova de Erudição para obtenção de título de professora titular junto ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST) do Instituto de Psicologia da USP, em 05/05/2006.

colocam em risco a existência humana – o que Ulrich BECK (1998)⁷⁷ chama de sociedade do risco, isto é, os problemas ambientais que estão levando a humanidade ao risco da extinção são resultados tanto da geração da riqueza quanto da pobreza, fruto dos processos de modernização e desenvolvimento econômico.

Diegues (2001, p.21)⁷⁸ indica que as questões socioambientais, envolvem uma série de fatores: o efeito estufa, a destruição florestal, a perda da biodiversidade biológica, a poluição de rios e mares, a desertificação crescente, resultantes de processos que afetam toda biosfera e as sociedades que nelas vivem – todos constituem temas globais, ao lado de outros como a paz, a qualidade de vida, o desenvolvimento, entre outros. A globalização das questões socioambientais leva à elaboração de um cenário chamado de 'crise socioambiental', pautado na degradação planetária do ambiente e recursos naturais, bem como na tomada de consciência universal da gravidade da crise, caracterizada como: global, acelerada e crescente, irreversível, ameaçadora, reforçadora das desigualdades sociais e entre nações, causadora de impactos sócio-culturais (idem, p. 22-3).

A solução para esse cenário encontra respaldo em dois tipos de compreensões: 1) durante a modernidade, o Homem se relacionou de forma agressiva e conquistadora com o mundo natural, o que causou danos profundos ao ambiente. Atualmente, vive-se uma crise socioambiental, civilizatória, superável pela alteração profunda de padrões científicos-tecnológicos e de valores de consumo da sociedade moderna. 2) Apesar dos prejuízos causados pelos processos de modernização, por meio das formas de produção e consumo, a ciência e as novas tecnologias podem corrigir tais erros e ajustá-los para o desenvolvimento e progresso da sociedade.

Aqui, explicitamos mais um de nossos pontos de partida: compartilhamos das opiniões de autores que escrevem a respeito desta primeira compreensão e durante todo este trabalho apresentaremos principalmente tais colocações. Essas duas abordagens são subjacentes à noção de desenvolvimento sustentável, discutida na segunda parte da tese.

O ponto em comum a essas duas compreensões refere-se ao próprio questionamento da ciência atualmente: a busca de soluções para as questões socioambientais só é possível quando se integram olhares provenientes de diferentes pontos de vista, uma vez que não se trata apenas de uma questão de ordem econômica isolada, ou biológica, social, etc. A natureza deste 'objeto' (questão socioambiental) não é captável por uma só disciplina, mas por várias. Como colocado por Hilton JAPIASSU (2006, p.26)⁷⁹, “no domínio das ciências humanas e do meio ambiente, por exemplo, os objetos de

⁷⁷ BECK, Ulrich (1998). *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Traducción: Jorge Navarro, Daniel Jiménez, Ma. Rosa Borrás. Barcelona: Paidós.

⁷⁸ DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (2001). *Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras*. 2ª Edição. São Paulo: NUPAUB/USP.

⁷⁹ JAPIASSU, Hilton (2006). *O sonho transdisciplinar: e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago.

pesquisa revelam-se tão complexos que só podem ser tratados e solucionados por uma abordagem multi-, inter- ou transdisciplinar”. Daí falarmos em interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade para tratarmos das questões socioambientais contemporâneas.

Nas páginas que seguem, discutiremos mais detalhadamente tais afirmações e explicaremos o que é a inter- e transdisciplinaridade, com a finalidade de apontar que, nesta tese, buscou-se elaborar referenciais metodológicos a partir dos questionamentos dessas novas maneiras de fazer ciência.

3.2. Consolidação e crise disciplinar

Do ponto de vista da ciência moderna, Bernard VALADE (1999, p.11)⁸⁰, explorando colocações de Georges Gusdorf, nos explica que a busca pela interdisciplinaridade, mais do que um progresso, é sintoma da patologia de desintegração e especialização em que atualmente se encontra o saber – mesma compreensão de Japiassu (2006, p.13). Se durante a consolidação da ciência moderna essa segmentação foi importante para a demarcação e aprofundamento de unidades particulares do saber, atualmente o olhar fragmentado dificulta percebermos as relações e conexões entre as diferentes unidades, do mesmo modo que estorva a visão holística sobre o mundo exterior e interior. Por sua vez, se por um lado a interdisciplinaridade é sintoma de um problema, paradoxalmente por outro ela é solução. Como aponta Aziz AB'SABER (2005)⁸¹, ao debater sobre os problemas socioambientais contemporâneos, “hoje em dia, a interdisciplinaridade torna-se um verdadeiro imperativo para a construção de uma sociedade que seja capaz de receber e absorver, em todos seus segmentos, os benefícios e facilidades dessa ciência integrada” (idem, p.24).

A fragmentação do conhecimento em inúmeras disciplinas, que se faz acompanhar da figura do especialista, teve motivos para ter ocorrido dessa maneira. Segundo Célia LINHARES (1999)⁸², a disciplinarização do saber está diretamente relacionada com o advento da modernidade, na íntima relação com a emergência do capitalismo e industrialização. Segundo a autora,

o projeto de industrialização – fruto da razão e da política hegemônicas na modernidade – não podia prescindir do disciplinamento dos saberes, submetendo-os a um regime severo, que operava no sentido de uma

⁸⁰ VALADE, Bernard (1999). Le 'sujet' de l'interdisciplinarité. *Sociologie et société*, vol. 31, n° 01, printemps. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/001814ar>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

⁸¹ AB'SABER, Aziz (2005). Refletindo sobre questões ambientais: ecologia, psicologia e outras ciências. *Psicologia USP*, vol. 16, n° 1/2, p.19-34. Psicologia e Ambiente.

⁸² LINHARES, Célia (1999). Memórias e projetos nos percursos interdisciplinares e transdisciplinares. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *A virtude da força nas práticas interdisciplinares*. 1ª Edição. Campinas: Papirus.

produção que também atingia o corpo, enquadrando-o em tempos e espaços modelados pelos regimes de poder (LINHARES, 1999, p.22).

Linhares aponta ainda que houve uma correspondente disciplinarização da sociedade, que produz a disciplinarização dos saberes ao mesmo tempo que é por eles produzida, submetendo uma “lógica fragmentária e hierárquica a serviço de controladores de mentes e corpos” (idem, ibidem). Essa racionalidade moderna, em si mesma disjuntiva, avaliza a figura do especialista autorizado a falar sobre seu tema, mas que não consegue tecer as conexões que enlaçam a complexidade da sociedade. Para Marilena de Souza CHAUI (2003)⁸³, trata-se do discurso competente, segundo o qual aqueles que possuem determinados conhecimentos têm direito natural de mandar e comandar os demais em todas as esferas da vida social – os incompetentes, que executam ordens e aceitam os efeitos das ações dos especialistas, mantendo uma estratificação social correspondente àquela dos especialistas. A hiperespecialização contemporânea, orientadora de pesquisas e aplicações científicas alimentadas pela necessidade do progresso capitalista, afastou o humano como sentido de sociedade, para entronizar a eficácia econômica como centro das justificações sociais. Na segunda parte da tese, ao debatermos sobre a noção de desenvolvimento sustentável, veremos que as questões socioambientais não são decorrentes apenas do mal uso de recursos naturais, como postulam algumas visões desenvolvimentistas conservadoras, mas dos paradigmas que permeiam a modernidade em todos seus projetos e que ditaram um modelo universalizante da fonte, natureza e validade do conhecimento – a própria epistemologia. Na referida parte do texto, estreitaremos as ligações entre racionalidade moderna ocidental, paradigma científico moderno, desenvolvimento econômico, uso de recursos naturais e relação Homem/natureza.

As críticas sobre a visão restrita de cada disciplina sobre a realidade passa a ser discutida segundo o crivo da interdisciplinaridade a partir dos anos '60, como recapitulado por Ivani Catarina Arantes FAZENDA (2007, p.18-9)⁸⁴, na Europa (mais especialmente, Itália e França), num momento em que insurgem os movimentos estudantis clamando pelo rompimento da lógica instituída até então. Reivindicava-se um novo estatuto de universidade e o rompimento da educação por migalhas, pois se visualizava o conhecimento sendo reproduzido segundo privilégio de certas ciências, excessiva especialização e que produzia um olhar numa única, restrita e limitada direção. Questionava-se a *verdade* paradigmática da ciência moderna: a razão como critério de conhecimento, a lógica formal como sustentáculo da objetividade, a dissecação do saber

⁸³ CHAUI, Marilena de Souza (1980/2003). *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*. 10ª Edição. São Paulo: Cortez.

⁸⁴ FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (1994/2007). *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 14ª Edição. Campinas: Papirus.

global em partes para melhor estudá-lo e a experimentação científica para verificação da veracidade de fatos. Esse tipo de objetividade da ciência já não encontrava pátria nas atuais subjetividades, como nos fala Fazenda.

Após os questionamentos dos anos '60, o movimento dos estudiosos que se debruçaram sobre a interdisciplinaridade passou pelas seguintes etapas (divisão didática): anos '70, sua definição e conceituação; anos '80, busca de epistemologias e métodos; anos '90, construção de uma teoria da interdisciplinaridade. Desse percurso enfrentado pelos estudiosos do tema, Fazenda nos mostra que a *verdade* paradigmática da objetividade vem sendo substituída pelo *erro* e pela transitoriedade da ciência, o que conduz à superação da dicotomia ciência/existência, separada com o advento do pensamento cartesiano⁸⁵. Na retomada da subjetividade como aspecto central para a construção do conhecimento, Fazenda nos fala de “novas formas de conhecimento – a do conhecimento vivenciado e não apenas refletido, a de um conhecimento percebido, sentido e não apenas pensado” (FAZENDA, 2007, p.115). Para a autora, as dicotomias do paradigma científico tradicional vêm sendo superadas na medida em que começa a aparecer “uma epistemologia da 'alteridade', em que razão e sentimento se harmonizem, em que objetividade e subjetividade se complementem, em que corpo e intelecto convivam, em que *ser* e *estar* co-habitem, em que *tempo* e *espaço* se intersubjetivem” (idem, p.17). O que está presente nesse novo ciclo científico

(...) é que a objetividade científica ou verdade reside única e exclusivamente no trabalho da crítica recíproca dos pesquisadores,

⁸⁵ Para Morin (2008, p.138) “a separação sujeito/objeto é um dos aspectos essenciais de um paradigma mais geral de separação/redução, pelo qual o pensamento científico ou distingue realidades inseparáveis sem poder encarar sua relação, ou identifica-as por redução da realidade mais complexa à menos complexa”. O autor explica que a ciência se baseou na exclusão do sujeito, conforme a resolução dada por Descartes para o problema filosófico do sujeito: dissociou-se o sujeito (*res cogitans*), remetido à metafísica (especulação filosófica), e o objeto (*res extensa*), domínio da ciência. O método cartesiano partia de um princípio simples de verdade, ou seja, que identificava a verdade com as idéias claras e distintas – por isso, simplificação segundo uma visão determinista e unidimensional da realidade. É o que Morin chama de paradigma da simplificação, isto é, “conjunto dos princípios de inteligibilidade próprios da ciência clássica, e que, ligados uns aos outros, produzem uma concepção simplificadora do universo” (idem, p.330). A verdade, segundo esse ponto de vista, baseia-se na em dados verificados/verificáveis e aptos a fornecer previsões concretas. As certezas do conhecimento científico são obtidas segundo o método experimental (tomar um objeto ou ser e colocá-lo em condições artificiais para tentar controlar as variações nele provocadas), que trata de encontrar dados concretos, coerentes, matematizáveis, formalizáveis, não falsificáveis, reproduzíveis e concordantes, o que confere objetividade aos dados. A aleatoriedade é desconsiderada em nome de um universo estrita e totalmente determinista. A contradição, ao invés de apontar facetas diferentes de um fenômeno, é sinal de erro. Essa visão de ciência tradicional é reconsiderada ao reponderar o *erro* e a transitoriedade da ciência, pois “a verdade da ciência não estava em suas teorias, mas no jogo que permitia a confrontação dessas teorias, no jogo da verdade e do erro; a ciência não possui verdade, mas joga num nível de verdade e de erro” (idem, p.155). Ou seja, verdade científica e erro (o que foge à regra, o imprevisto, o contraditório, as falhas de tradução, o que gera a vida e a morte) caminham juntos na produção da verdade e são considerados segundo o consenso dos cientistas, envolvidos em um contexto. Se toda verdade depende de sua condição de formação ou de existência, isso significa que ela é transitória.

resultado de uma permanente construção e conquista, de uma teoria que se coloca permanentemente em estado de risco, na qual a regra fundamental metodológica consiste, como diz Japiassu, na *imprudência* de fazer do *erro* uma condição essencial para a obtenção da verdade (FAZENDA, 2007, p.42).

Segundo tais colocações, a objetividade de um estudo é garantida perante a *atitude* do pesquisador na construção do conhecimento: a interdisciplinaridade como processo, como atitude interdisciplinar⁸⁶. Nesse sentido, Fazenda (2009, p.13) frisa que é impossível a construção de uma única, absoluta e geral teoria da interdisciplinaridade, mas é necessária a busca ou o desvelamento do percurso teórico pessoal de cada pesquisador que se aventurou a tratar as questões desse tema. Em outras palavras, uma pesquisa de cunho interdisciplinar deve ser compreendida pelo movimento percorrido pelo pesquisador no rompimento das barreiras disciplinares da qual parte, sem com isso deixar de ter em sua disciplina as bases para percorrer esse caminho. Desde o início desta parte da tese, estamos nos referindo à abertura a outras formas de conhecer, que não aquelas vindas única e exclusivamente do pensamento científico. Por esse motivo, nos inspiramos nas atitudes interdisciplinares descritas por Fazenda.

3.3. Multi- e pluridisciplinaridade

Para prosseguir nesse debate, faz-se necessário que tratemos dos distintos agrupamentos disciplinares: multi-, pluri-, inter- e transdisciplinaridade. Para Isac Nikos IRIBARRY (2003, p.483)⁸⁷, disciplinaridade é a exploração científica e especializada de determinado domínio homogêneo de estudos, com conjunto sistemático e organizado de conhecimentos com características próprias de ensino, formação, métodos e matérias, com a finalidade de fazer surgir novos conhecimentos e substituir os antigos. A disciplina, para Japiassu (2006, p.38), “enquanto unidade *metodológica*, é a regra (*disciplina*) do saber comum a um conjunto de matérias reagrupadas com fins de ensino (*discere*)”. Segundo a definição operacional de disciplinaridade exposta por Iribarry (que iguala ciência a disciplina), podem-se compreender alguns tipos de contatos:

a) Multidisciplinaridade. Uma gama de disciplinas propostas simultaneamente, sem

⁸⁶ “Entendemos por atitude interdisciplinar, uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de esperar ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo – atitude de humildade diante da limitação do próprio ser, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes, atitude de desafio – desafio perante o novo, atitude em redimensionar o velho – atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível, atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, enfim, de vida” (FAZENDA, 2007, p.82).

⁸⁷ IRIBARRY, Isac Nikos (2003). Aproximações sobre transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 16, nº 3, p.483-490.

cooperação entre elas (do ponto de vista disciplinar) e sem fazer aparecer diretamente as relações que podem existir entre elas. Por exemplo, um hospital que possui equipe multidisciplinar: os profissionais não possuem articulação disciplinar (medicina, enfermagem, física, química, psicologia, etc.) e trabalham isoladamente (cada um segundo seus métodos): o paciente passa por uma contagem de linfócitos, em seguida é atendido pelo oncologista e, depois, vai à sala de quimioterapia (IRIBARRY, 2003, p. 484).

b) Pluridisciplinaridade. Concerne ao estudo de um objeto de uma só e mesma disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo, como exposto por Barasab NICOLESCU (1996)⁸⁸. Por exemplo, a filosofia marxista pode ser estudada pelo olhar cruzado da filosofia com a física, economia, psicanálise ou literatura. No entanto, o aporte das outras disciplinas agrega conteúdo à própria disciplina em foco. No exemplo dado, à filosofia marxista. A abordagem pluridisciplinar alarga as disciplinas, mas sua finalidade permanece inscrita dentro do quadro da pesquisa disciplinar. Japiassu (2005, p.39) nomeia esta definição de Nicolescu como multidisciplinar e explica que uma equipe, ao realizar uma pesquisa multidisciplinar, é colocada em cooperação para o trabalho e, com isso, pode efetivar-se a troca de saberes. Portanto, já há um avanço da pesquisa mono- à multidisciplinar.

3.4. Interdisciplinaridade

Pela raiz etimológica da palavra, interdisciplinaridade significa relação *entre* disciplinas, como apontado por Ivone YARED (2008)⁸⁹. Para haver entre, é preciso partir da disciplinaridade. Para Raquel Gianolla MIRANDA (2008, p.113)⁹⁰, “a interdisciplinaridade tem se constituído como termo polissêmico de estudos, interpretação e ação”, ressaltando que essa característica contribui para sua reflexão e crítica, uma vez que o movimento de acomodação do termo resultaria em sua morte de sentido. De acordo com essa contribuição de Miranda, a interdisciplinaridade já não se inscreve apenas como atividade cognitiva, mas como ação – o que a coloca num campo que transcende a atividade científica, isto é, a ação segundo o ético e o político. Ainda sobre a polissemia comportada pelo termo, Dirce Encarnacion TAVARES (2008, p.136)⁹¹ reforça que um dos principais pressupostos para se caminhar interdisciplinarmente é o diálogo, para se reconhecer aquilo que falta de um lado e que pode ou deve receber do outro. Ou, dito de outra forma, quebrar o isolamento

⁸⁸ NICOLESCU, Barasab (1996). *La transdisciplinarité – manifeste*. Monaco: Edition du Rocher. Collection “Transdisciplinarité”. Disponível em: <<http://basarab.nicolescu.perso.sfr.fr/ciret/vision.htm>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

⁸⁹ YARED, Ivone (2008). O que é interdisciplinaridade? In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez.

⁹⁰ MIRANDA, Raquel Gianolla (2008). Da interdisciplinaridade. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez.

⁹¹ TAVARES, Dirce Encarnacion (2008). A interdisciplinaridade na contemporaneidade – qual o sentido? In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez.

disciplinar pela negociação de pontos de vista, projetos e interesses divergentes (porém, convergentes), a fim de propiciar: a circulação de conceitos e esquemas; a emergência de novos esquemas cognitivos e hipóteses explicativas; interferências, interfecundações e fusões; a constituição de concepções organizadoras que permitam articular domínios disciplinares num sistema teórico comum (JAPIASSU, 2006, p.46).

Por essas colocações, trataremos de apresentar três significados atribuídos à interdisciplinaridade, que serviram para reflexão e guia para a construção de nosso percurso nesta pesquisa.

3.4.1. Como nova inteligibilidade

O primeiro deles, já apresentado acima, refere-se à interdisciplinaridade como atitude, conforme compreensão de Fazenda, o que dá a possibilidade de irmos ao encontro de uma ação interdisciplinar.

Fazenda (2008, p.17)⁹² nos diz que a interdisciplinaridade é uma atitude de ousadia e busca frente ao conhecimento. Busca de novas formas de acesso à realidade, de inteligibilidade, em que as noções de parte e todo adquirem abordagens distintas. Isso só é possível quando submetido a um tratamento eminentemente pragmático, em que “a ação passa a ser o ponto de convergência e partida entre o fazer e o pensar da interdisciplinaridade” (FAZENDA, 2007, p.67). Nesse sentido, reforça Japiassu (2006, p.27):

(...) a interdisciplinaridade precisa ser entendida muito mais como uma *atitude* devendo resultar, não de uma pura operação de *síntese* (sempre precária e parcial), mas de um trabalho perseverante de sínteses imaginativas bastante corajosas, sem ter a ilusão de que basta a simples colocação em contato dos cientistas de disciplinas diferentes para se criar a interdisciplinaridade.

E complementa que esta: não é uma categoria do conhecimento, mas da ação; tem por objetivo revelar a existência de uma diferença de categorias, e não apenas levar-nos ao exercício do conhecimento; apresenta-se como arte de um tecido bem definido e flexível que impede o divórcio de seus elementos constitutivos; intensifica-se a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas; e nosso pensamento sente necessidade legítima de dissipar as obscuridades e pôr ordem e clareza ao real.

Em suma, a atitude interdisciplinar é ação não apenas como categoria, mas como investigação epistemológica (natureza, fonte e validade do conhecimento), ontológica (o que é o ser, em sua essência, e como constrói o conhecimento) e axiológica (o componente

⁹² FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (2008). Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: _____ (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez.

valorativo inerente a cada área do saber). É transgressora à medida que questiona as formas estabelecidas e enraizadas da realidade, contextualizada social, econômica e politicamente, sem com isso deixar de agir nesta mesma realidade textual/contextual. A implicação de objetividade e subjetividade da atitude é bem descrita por Miranda (2008, p.119-120):

Ao revelarmos a interdisciplinaridade como atitude, esta nos convoca a refletir sobre as possibilidades de uma ação que promova a parceria e a integração, e este movimento implica o difícil exercício do conhecer-se, porque impõe uma ação paradoxal de busca e posicionamento das questões existenciais, na tentativa de compreensão da relação entre os acontecimentos percebidos e seus reflexos no eu interior e, ainda, como devolvo tudo isso aos outros e à vida externa.

Por essas colocações, compreendemos que o diálogo entre os envolvidos na co-construção do conhecimento não abarca apenas as externalidades das palavras, mas também aspectos da interioridade, que nos trazem indícios valiosos advindos da interação com pessoas, ambientes e situações. O mesmo questionamento sobre a realidade exterior vale para a interior, o que nos faz ter muita atenção e cautela sobre a validade daquilo que consideramos como informação e conhecimento das experiências vividas e registradas. Por isso o trabalho de registro, reflexão e diálogo é essencial para a pesquisa, por possibilitar o trânsito de significados e o estabelecimento de acordos entre estes. O que enfatizamos é que temos de superar o medo, advindo da separação sujeito/objeto, de considerar que nossa subjetividade não faz parte dos objetos. Muito pelo contrário, sempre estamos fazendo traduções da realidade, como enfatiza Morin (2008, p.145), o que mostra que toda leitura é subjetiva. Isso envolve erros. E, como já dito, os erros são condição da verdade. A verdade é constituída pelos acordos, consensos e diálogos, que devem ser reflexivos, críticos, entusiásticos, que respeita e transforma (TAVARES, 2008, p.136). Esse trabalho é mais explícito na análise: conversa com pares, consigo mesmo e, na medida do possível, com os envolvidos na pesquisa (após estar com eles), para sistematização segundo determinada inteligibilidade – em nosso caso, a científica.

3.4.2. Como interseção metodológica

O segundo significado atribuído à interdisciplinaridade concerne à transferência de métodos de uma disciplina às outras. Os graus de interdisciplinaridade, segundo Nicolescu (1996), podem ser distinguidos em função do: 1) *grau de aplicação* – da física nuclear, a medicina desenvolve novos tratamentos para o câncer; 2) *grau epistemológico* – a lógica formal inspira análises interessantes na epistemologia do direito; 3) *grau de engendramento de novas disciplinas* – a matemática no domínio da física engendra a física matemática, a

física das partículas na astrofísica engendra a cosmologia quântica, etc. A interdisciplinaridade alarga as disciplinas, mas sua finalidade também permanece inscrita na pesquisa disciplinar.

No que diz respeito às questões socioambientais, foi colocado que a compreensão por uma única disciplina não consegue apreender a complexidade dessa problemática. Vários estudiosos, a partir de suas disciplinas, buscaram explorar as interfaces e pontos em comum com outros campos, na tentativa de compreender a relação do Homem com o ambiente, subjacente à discussão sobre a questão socioambiental. Alpina BEGOSSI (2004)⁹³ e Diegues (2000⁹⁴; 2001; 2004a⁹⁵; 2004b) nos dão um panorama sobre as novas disciplinas, áreas de estudo, movimentos e conceitos oriundos dessas hibridizações que visam compreender a relação da humanidade com os recursos, incluindo aspectos cognitivos, comportamentais e de conservação: Ecologia Profunda, Ecologia Social, Ecosocialismo/ Ecomarxismo, Biologia da Conservação, Ecologia Cultural, Ecologia Humana, Etnociências (com todas suas variações), Sociobiologia, Psicologia Evolutiva, Economia Ecológica, Antropologia Ecológica, Antropologia Neomarxista (ou Econômica) (DIEGUES, 2004b, p.78-80)⁹⁶. E mencionamos também a Psicologia Ambiental (que trata do relacionamento recíproco entre comportamento e ambiente físico, tanto construído quanto natural)⁹⁷ e a Psicologia Socioambiental, uma reconsideração da Psicologia Social lewiniana, como proposto Tassara (2006). Entre muitas outras interseções existentes que não citamos e das quais ainda não temos conhecimento, tamanha difusão no presente.

Pelas teorizações feitas por essa série de (re)agrupamentos disciplinares, também se fazem releituras e propostas de novos conceitos e noções, para superar o reducionismo biológico (todos aspectos da vida humana podem ser explicados por fatores biológicos, hereditários, etc.) e sociológico (a natureza só é compreensível pelo viés de suas representações culturais) da ciência moderna (DIEGUES, 2000, p.14-6). Ou, em outra linguagem, superar a ruptura e oposição entre culturalismo (primazia da cultura, história e sociedade sobre a natureza) e naturalismo (primazia da natureza sobre o Homem e oposta à visão antropocêntrica do mundo) (DIEGUES, 2004b, p.48-51). Entre estes, estão: co-

⁹³ BEGOSSI, Alpina (2004). Introdução – Ecologia Humana. In: _____ (org.). *Ecologia de pescadores da mata atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec; NEPAM/UNICAMP; NUPAUB/USP; FAPESP.

⁹⁴ DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (2000). Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: _____ (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUPAUB/USP; Annablume; Hucitec.

⁹⁵ DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (2004a). *A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira*. São Paulo: NUPAUB/USP.

⁹⁶ Descrição e referências de cada uma dessas novas disciplinas encontram-se em apêndice.

⁹⁷ Para compreensão do que é a Psicologia Ambiental, Cf. *Psicologia USP*, vol. 16, nº 1/2. Psicologia e Ambiente.

evolução da natureza e cultura, novo naturalismo⁹⁸, etnoconservação, ecologia da paisagem, biodiversidade como fenômeno natural e cultural, manejo como prática cultural de conservação, respeito à diversidade cultural e democracia (DIEGUES, 2000, p.22-40). Como aponta Diegues (2004a, p.40), estes conceitos e noções têm orientado cientistas sociais, cientistas naturais, associações locais, organizações não-governamentais e técnicos governamentais a tentarem construir novas práticas e ciência da conservação mais apropriada às condições ecológicas e culturais dos países do Sul.

Essa apresentação das interseções disciplinares nos mostra que existem pesquisadores empenhados em realizar seus trabalhos de modo interdisciplinar, segundo os parâmetros da ciência moderna, mas como apontado por Nicolescu, devemos considerá-las inscritas na pesquisa disciplinar.

3.3.3. Como intercâmbio de saberes

O terceiro significado de interdisciplinaridade é aquele que tenta integrar os conhecimentos de povos tradicionais⁹⁹ à ciência ocidental, considerando tais saberes como se fossem também uma maneira científica de ordenar, classificar e agir sobre o mundo – por isso, interdisciplinar. Seguindo a esteira de Lévi-Strauss, Diegues (2004a, p.30-43) argumenta que o Homem neolítico já usava de técnicas de cultivo e domesticação oriundas de observação ativa e metódica, com hipóteses ousadas e controladas para serem rejeitadas ou aprovadas por experiências empíricas. Igualmente, povos tradicionais se utilizam de técnicas que são: acumuladas durante longo período de tempo; transmitidas oralmente e pela prática; empíricas, por serem constantemente retestadas; e dinâmicas, por se transformarem em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas. Em suma, a diferença entre o conhecimento tradicional e a ciência seria mais de grau (quantitativo) do que de tipo (qualitativo), por compartilhar da vontade de saber, ser capaz

⁹⁸ Moscovici propõe superação do entendimento da relação Homem/natureza do viés naturalista e culturalista pelo que chama de novo naturalismo, que se baseia em três idéias principais: 1) o Homem produz o meio que o cerca e é ao mesmo tempo seu produto; 2) a natureza é parte de nossa história; 3) a coletividade, e não apenas o indivíduo, se relaciona com a natureza. Segundo suas colocações, deve-se substituir a separação Homem/natureza pela unidade, em que o Homem encontra na natureza não a uniformidade, mas a diversidade, e que cada cultura, região e coletividade a traduzem de sua maneira, devendo-se intercambiar essas palavras, ao invés de impô-las uns aos outros. Isso implica num retorno do Homem à natureza, tornar a vida mais 'selvagem' (*ensauvager la vie*). (MOSCOVICI, 1969, 1974, in DIEGUES, 2004b, p.48-50).

⁹⁹ Esse termo será discutido na terceira parte, ao apresentarmos o debate sobre os povos da Amazônia. No momento, utilizamos 'povos tradicionais', tal como consta no Decreto 6040, que no inciso I do artigo 3º, define como “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. BRASIL. Decreto 6040, de 07 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

de realizar experimentos controlados, quantificar fenômenos e usar métodos elaborados de interferência e reflexão.

Desse modo, a interdisciplinaridade acontece na aliança de cientistas com povos tradicionais, em que ambos se unem para compreender e interferir em um determinado objeto: o mar, o manejo da pesca, a conservação de determinada área, etc. Um exemplo dessa coordenação de conhecimentos comuns já vem sendo sistematizada também em novos campos disciplinares, além dos já citados, como por exemplo a Antropologia Marítima (ou Socioantropologia Marítima) – uma subdisciplina da Antropologia, em que a *gente do mar*, com sua variedade e complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos (DIEGUES, 2004a), é alvo dos estudos antropológicos, mas é o mar o elemento articulador e de convergência entre os diferentes conhecimentos (científicos e tradicionais).

Segundo a argumentação exposta até este momento, podemos compreender a interdisciplinaridade segundo três maneiras: 1) uma nova inteligibilidade, que requer o rompimento com a racionalidade da ciência moderna e o modo científico padronizado de conhecer – o que exige uma atitude diferenciada; 2) interseção metodológica de disciplinas segundo seus diferentes graus; 3) intercâmbio de saberes da ciência moderna com conhecimentos tradicionais. As três, a seu modo, implicam na reconsideração do pesquisador sobre seu modo de conhecer e como chegar a determinadas verdades.

Esta pesquisa teve de ser realizada segundo o crivo desses três modos de entender a interdisciplinaridade, por motivos muito simples:

- a) apenas pela Psicologia e Psicologia Social não seria possível fazer leituras suficientemente boas das questões socioambientais que perpassam a realidade de uma comunidade ribeirinha;
- b) não há ainda produção suficiente e expressiva, dentro dessas disciplinas, que versem sobre a vida de povos amazônicos;
- c) ao lidar com pessoas consideradas como 'povos tradicionais', entramos em um universo discursivo e metodológico já estudado por outras disciplinas (acima citadas);
- d) para melhor entendimento da vida dessas pessoas, é condição básica adotar uma postura de abertura e de diálogo para co-construir um conhecimento sobre essas vidas;
- e) a maneira como essas pessoas se relacionam com a natureza é diferente das de alguém vindo de um referencial urbano-industrial, o que nos faz ponderar sobre um modo de conhecer para além do pensamento, da idéia, da racionalidade.

Portanto, um percurso de aprendizagem inspirado sobre a pesquisa interdisciplinar, que nos exigiu abordar novas inteligibilidades do saber e que pode conter erros e acertos – o que desde já nos faz remeter à observância das limitações que este trabalho venha apresentar. A desconfiança é um bom indicador para esse trajeto: não sabemos se conseguimos ter o rigor e clareza necessários às nossas disciplinas de partida, assim como

não podemos afirmar que fizemos uma pesquisa de cunho interdisciplinar. Essa é a aprendizagem própria da pesquisa e temos consciência de que erros e acertos são inerentes à busca da verdade. Nosso aprofundamento nos termos, apesar de extenso e metódico, se deve ao que coloca Miranda (2008, p.120): “rigor, no sentido de 'habitar' os conceitos (Fazenda, 2001, p.47), reconhecendo sentidos e compreendendo significados e usos, exigindo de si uma real compreensão de termos, propiciando nos olhares, a cada momento de investigação, um olhar em camadas”.

3.5. Transdisciplinaridade

Transdisciplinaridade. Como mostra Fazenda (2008, p.26), “quem habita o território da interdisciplinaridade não pode prescindir dos estudos transdisciplinares”. Isso porque, como descrito pela autora, bem como por Morin (2008) e Japiassu (2006), os estudos e pesquisas sobre transdisciplinaridade antecedem os da interdisciplinaridade. Vejamos porque.

Segundo Nicolescu (1996), transdisciplinaridade concerne, como o prefixo 'trans' indica, ao que está ao mesmo tempo entre, através e além das disciplinas. Sua finalidade é a compreensão do mundo presente, cujo um dos imperativos é a unidade do conhecimento. Para Morin (2008, p.135),

O desenvolvimento da ciência ocidental desde o século XVII não foi apenas disciplinar, *mas também um desenvolvimento transdisciplinar*. Há que dizer não só as ciências, mas também 'a' ciência, porque há uma unidade de método, um certo número de postulados implícitos em todas as disciplinas, como o postulado da objetividade, a eliminação da questão do sujeito, a utilização das matemáticas como linguagem e um modo de explicação comum, a procura da formalização, etc. *A ciência nunca teria sido ciência se não tivesse sido transdisciplinar*.

Vemos que a transdisciplinaridade busca a unidade do conhecimento. No caso da ciência moderna, esses princípios de unidade, como a matematização e formalização, foram os que enclausuraram as disciplinas – por serem unidades hiperabstratas e hiperformalizadas que tornaram o real unidimensional. Atualmente, a transdisciplinaridade busca a unidade não pela redução do real a uma leitura, mas pelo diálogo possível entre diferentes dimensões da realidade. Por esse motivo, parte da disciplinaridade para compreender a realidade, mas não se restringe àquela.

Por que a busca da unidade? Uma pergunta que parece de ordem metafísica, mística, religiosa. Para Japiassu (2006, p.73)

Numa sociedade em mutação acelerada como a nossa, onde o homem

perdeu quase todos os seus referenciais, todos acreditam que a questão da unidade precisa ser posta, notadamente porque somos obrigados a enfrentar, de um lado, a ultra-especialização dos saberes, do outro, a desagregação dos vínculos sociais e 'políticos' em favor dos neotribalismos conduzindo a uma atomização de nossos conhecimentos e da identidade humana. Enquanto a dispersão e a especialização dos saberes foram decisivas para a fragmentação de nossos conhecimentos; enquanto as racionalidades filosófica e científica, a poesia e a experiência mística parecem tão separadas em domínios irreduzíveis e opostos, indispensável se torna a instauração de uma abordagem transdisciplinar tentando reglobalizar nossos saberes e promover, não somente uma unidade essencial do ser humano, mas do mundo onde vivemos.

Esse panorama indica que a busca de uma nova transdisciplinaridade – a anterior foi da ciência moderna – pode possibilitar a superação da patologia que se encontra o saber atualmente, como nomeia Japiassu.

Quais os princípios dessa nova transdisciplinaridade? Nicolescu (1996) diz que no pensamento clássico não há nada no espaço *entre* e *através* das disciplinas, e nem mesmo *fora* de cada um dos fragmentos que compõem a imagem da pirâmide do conhecimento. Mesmo com o *big bang* disciplinar, a pirâmide é inteira e setorizada. A perspectiva transdisciplinar pode ser considerada segundo três pilares: 1) há vários níveis de realidade, que se configura como um espaço de descontinuidade e, por isso, todo conhecimento é complementar – e não fragmentado e num só nível da realidade. 2) a lógica do terceiro incluído, em que proposições contrárias podem ser simultaneamente verdadeiras. Pela lei do terceiro excluído temos: ou A é x ou é y, e não há terceira possibilidade. Pela compreensão transdisciplinar, essa terceira possibilidade rompe com o pensamento dualista e permite captar níveis da realidade excluídos pelo pensamento clássico. 3) O mundo presente é impossível de ser inscrito dentro dos parâmetros de uma só disciplina, sendo necessária a compreensão da 'complexidade'¹⁰⁰, para captar as intra, inter e trans-relações entre os vários níveis da realidade – a unidade plural do conhecimento. Esses três pilares determinam também a metodologia transdisciplinar.

¹⁰⁰ Vejamos esquematicamente o que Morin (2008) explica sobre algumas 'avenidas' que conduzem ao 'desafio da complexidade': 1) a irreduzibilidade do acaso e da desordem; 2) transgressão da abstração universalista que elimina singularidade, localidade e temporalidade; 3) a complicação, em que fenômenos apresentam incalculáveis interações e inter-retroações; 4) a misteriosa relação complementar e antagonista de ordem, desordem e organização; 5) a organização, que “é aquilo que constitui um sistema a partir de elementos diferentes; portanto, ela constitui, ao mesmo tempo, uma unidade e uma multiplicidade” (idem, p.180); 6) o princípio hologramático (“holograma é a imagem física cujas qualidades de relevo, de cor e de presença são devidas ao fato de cada um dos seus pontos incluírem quase toda a informação do conjunto que ele representa” (idem, p.181)) e o princípio da organização recursiva, que “é a organização cujos efeitos e produtos são necessários a sua própria causação e a sua própria produção” (idem, p.182); 7) a crise de conceitos fechados e claros, isto é, que clareza e distinção são os únicos sinais de verdade; 8) a volta do observador na observação, do conceitor na concepção, do diálogo com a contradição, a incerteza, o irracional e o erro para alcançar uma verdade, do pensamento dialógico (duas lógicas, dois princípios, estão unidos sem que a dualidade se perca nessa unidade – por exemplo, o homem é totalmente biológico e totalmente cultural ao mesmo tempo).

A Carta da Transdisciplinaridade¹⁰¹, em seus 14 artigos, explica: é complementar à abordagem disciplinar, por possibilitar a emergência do confronto de disciplinas a novos dados que as articulam entre si e abertura para tudo aquilo que as ultrapassa e atravessa, o que enriquece a leitura da natureza e da realidade. É multirreferencial e multidimensional. Reconhece a existência de vários níveis da realidade. Tenta conciliar a visão das várias ciências, filosofia, arte, literatura e poesia. Leva atitude aberta em relação aos mitos e religião. Baseia-se no diálogo e discussão, seja de origem ideológica, religiosa, política ou filosófica. Não privilegia apenas a abstração, mas também o papel da intuição, imaginário, sensibilidade e do corpo na transmissão do conhecimento e ensina a contextualizar, concretizar e globalizar. Tem no rigor, abertura e tolerância suas características fundamentais, isto é: “o *rigor* na argumentação, levando em conta todos os dados, é a proteção contra desvios possíveis. A *abertura* comporta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A *tolerância* é o reconhecimento do direito às idéias e verdades contrárias às nossas” (artigo 14).

Para Japiassu, a transdisciplinaridade é um objetivo utópico ainda não concretizável, pois um paradigma de unificação dos saberes ainda não está constituído enquanto tal – por isso o chama de sonho transdisciplinar, por pretender ser “um meio de compensar as lacunas de um pensamento científico mutilado pela especialização e exigindo a restauração de um pensamento globalizante em busca da unidade, por mais utópica que possa parecer (JAPIASSU, 2006, p.17). Segundo o autor, “já somos capazes de formular questões transdisciplinares (os problemas complexos e globais da humanidade, a ecologia, a energia, etc.), mas ainda não temos condições de encontrar respostas ou soluções transdisciplinares” (idem, p.64). Japiassu defende que o novo transdisciplinar deve pautar-se no paradigma da complexidade, “o único capaz de promover um tipo de comunicação sem redução, pois nasce ao mesmo tempo do desenvolvimento e dos limites da ciência contemporânea” (idem, p.66).

A busca da transdisciplinaridade aparece como uma “*necessidade histórica* de se promover uma reconciliação entre sujeito e objeto, entre homem exterior e interior, e de uma tentativa de recomposição dos diferentes fragmentos do conhecimento” (idem, p.40). Nesse sentido, as atitudes do pesquisador que se inspira no sonho transdisciplinar e acredita nessa utopia são idênticos àqueles já descritos sobre a atitude interdisciplinar, por se tratar da superação de obstáculos oriundos de uma aprendizagem disciplinar arraigada em princípios unidimensionalizantes. Trata-se de atitude de coragem para romper com o instituído; aventurar-se e ser criativo, abrir diálogo com a irracionalidade, o místico, o

¹⁰¹ CENTRE INTERNACIONAL DE RECHERCHE ET ETUDES TRANSDISCIPLINAIRES - CIRET (1994). Carta da Transdisciplinaridade. Primeiro congresso mundial da transdisciplinaridade. Arrabida, Portugal. Disponível em: <<http://basarab.nicolescu.perso.sfr.fr/ciret/index.htm>>. Acessado em: 03 de Ago, 2009.

religioso, o misterioso, a desordem, o incerto, o inesperado, o acaso, o antagonista, o contraditório, o erro; estar engajado no fazer ciência (dimensão ética e política), ao invés de apenas reforçar a disciplinaridade. Isso significa que, do ponto de vista do método, suas bases ainda são disciplinares, mas seguindo os princípios da complexidade.

Nesse sentido, Morin (2008, p.190-3) aponta que não existe uma metodologia da complexidade, mas pode ter seu método, e que devemos renunciar ao mito da elucidação total do universo, para prosseguir na aventura do conhecimento que é o diálogo com este. Isso indica a eleição de estratégias, que “é a arte de utilizar as informações que aparecem na ação, de integrá-las, de formular esquemas de ação e de estar apto para reunir o máximo de certezas para enfrentar a incerteza” (idem, p.192). Ou seja, pensarmos nos conceitos sem dá-los por concluídos, quebrar esferas fechadas, restabelecer articulações do que foi separado, a fim de compreendermos a multidimensionalidade da realidade, a singularidade com a localidade e temporalidade – a busca pela totalidade integradora de antagonismos, sem apagá-los. Com isso, a complexidade tem alguns imperativos: o uso estratégico da dialógica (duas lógicas ao mesmo tempo) e o pensar de forma organizacional (a relação auto-eco-organizadora, isto é, a relação íntima e profunda com o ambiente, a relação hologramática e a recursividade) (idem, p.192-3).

Pelo descrito até este momento, também elaboramos nossas estratégias segundo as inspirações dessa nova transdisciplinaridade, segundo seus três pontos de apoio. Sabemos que esta ainda não se constitui como um paradigma bem elaborado e aceito pela comunidade científica, causando-lhe medo e recusa. Mesmo assim, a leitura dos autores que versam sobre esse tema nos elucidou caminhos possíveis para nossa investigação, nos abriu novas possibilidades de compreensão da realidade e nos deu a coragem necessária para enfrentar os desafios de uma pesquisa na Amazônia.

2.6. Conclusão

Temos agora um cenário melhor definido. Nossos pontos de partida são as muitas críticas ao modo de fazer ciência enrijecido e fragmentado, não obstante tenhamos partido das disciplinas (Psicologia e Psicologia Social, pertencentes às ciências humanas e sociais) para percorrer o caminho da pesquisa. Esse percurso de transgressão científica se inspira nas idéias da inter- e transdisciplinaridade, imposto não apenas pela urgência de rompimento com as barreiras disciplinares ou pela complexidade das problemáticas socioambientais, mas também pela necessidade de ampliar nossa compreensão ao lidarmos com pessoas que habitam a beira dos rios da Amazônia – o que implica numa atitude diferenciada de quem quer fazer pesquisa nesse contexto tão particular, exótico e misterioso.

Capítulo 4. Estratégias metodológicas (ou um psicólogo no 'paraíso dos etnólogos')¹⁰².

4.1. Introdução

Ao entrarmos no mundo acadêmico daqueles que estudam a Amazônia, nos deparamos com compartimentos bem estabelecidos por cada grupo em seus respectivos domínios científicos: biólogos¹⁰³, antropólogos¹⁰⁴, sociólogos e assistentes sociais, entre muitos outros (engenheiros de diversas especialidades, historiadores, geógrafos, agrônomos, pedagogos, educadores, linguistas, técnicos de diversas áreas, etc.). Entre todos estes profissionais, um aspecto em comum: o trabalho de campo, que fascina e instiga a todos que vêm realizar pesquisas na Amazônia.

O trabalho de campo, segundo Minayo (2007b, p.61)¹⁰⁵, “permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre o qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os 'atores' que conformam a realidade e, assim, constrói um

¹⁰² Expressão emprestada pelo prof. Dr. Maurício Rodrigues de SOUZA, da cadeira de Psicologia Social da UFPA, que explica: “expressão utilizada em analogia a uma outra de Emílio Goeldi, que denominou a Amazônia de 'Paraíso dos Naturalistas' (Maués, 1999)” (SOUZA, 2007, p.37).

SOUZA, Maurício Rodrigues de (2007). *A igreja em movimento – catolicismo carismático e identidades religiosas na Amazônia*. São Paulo: Letras À Margem.

¹⁰³ Em expedição científica que participamos, a equipe de inúmeros biólogos, em suas várias especialidades, era nomeada de 'pesquisadores'. A equipe de pesquisadores de ciências humanas e sociais era considerada apenas como 'equipe social', e não como pesquisadores. Igualmente, ao dialogarmos sobre metodologia, não era fácil explicar que trabalhamos com hipóteses, pressupostos e objetivos não pautados exclusivamente em números ou princípios estatísticos. Nas inúmeras conversas que tivemos com biólogos, entrar em acordo sobre esses pontos-chave da ciência exigiu muito diálogo.

¹⁰⁴ Diegues (1998) explica que a Antropologia, em alguma de suas vertentes (cognitivista, cultural, simbólica, neomarxista e estruturalista), é utilizada para analisar a produção e reprodução das práticas sociais e simbólicas de um determinado grupo/sociedade, em um contexto particular, e que nesse processo “dá-se importância às práticas simbólicas como práticas construídas socialmente e que orientam o comportamento e as ações” (idem, p. 15) dessas pessoas. A busca de inteligibilidade de alguns antropólogos para o simbólico desemboca, na Psicologia, na compreensão dada por Carl Gustav Jung para os símbolos. Lembremos que, ao tratarmos de práticas sociais de indivíduos, grupos e comunidades, expressas por ações e por significantes/significados socialmente compartilhados, encontramos na Psicologia e Psicologia Social diversificada literatura versando sobre esses temas, mas que não necessariamente se utilizam do termo 'simbólico' ou 'imaginário' como centrais. Ainda sobre o quefazer do antropólogo, Diegues (2004a) fala da atuação deste profissional em questões de conservação ambiental, sob um viés interdisciplinar: “o antropólogo produz laudos periciais e, usando a noção de território de uso tradicional de agricultura e pesca, redes de parentesco e migrações, pode propor o reconhecimento oficial de um determinado espaço como terra indígena” (idem, p.39). A produção de laudos faz parte da profissão do antropólogo, reconhecido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e garantido pela Constituição de 1988, através do artigo 67 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como instrumento ao reconhecimento e a titulação das terras indígenas e quilombolas.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acessado em: 03 de Ago, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (1998). *Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Editora Hucitec.

¹⁰⁵ MINAYO, Maria Cecília de Souza (2007b). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: _____ (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26ª edição. Petrópolis: Vozes.

conhecimento empírico importantíssimo”. E define “campo, na pesquisa qualitativa, como o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação” (idem, p.62).

Fica a pergunta: existiria algum tipo de método próprio aos psicólogos e/ou psicólogos sociais para lidar com questões referentes ao universo amazônico? Com certeza, a resposta é negativa. Isso não significa que psicólogos (sociais) não possam contribuir, a partir de suas perspectivas, com a construção de conhecimentos sobre a Amazônia e seus povos. Não é nossa intenção criar mais um fragmento específico à Psicologia e/ou Psicologia Social, mas sim termos uma atitude que abra a possibilidade para tipos de leituras, uso de conceitos, abordagens metodológicas e análises de informações que acrescentem sustância ao debate e intervenções neste universo¹⁰⁶.

Além disso, nos inspiramos nas elaborações das outras disciplinas, para enriquecer nossas estratégias, confrontar nossas idéias e dar base sólida aos nossos procedimentos e análises, sem com isso esquecer que cada ferramenta e conceito está enraizado em uma raiz epistemológica, ontológica e axiológica que os legitimaram como científicos.

4.2. Parâmetros metodológicos

Para fins de inteligibilidade com outros cientistas, podemos dizer que esta é uma pesquisa qualitativa em ciências sociais. Ao invés de encaixá-la em modelos de estratégias de pesquisa (pesquisa experimental, *survey*/levantamento, pesquisa histórica, análise de arquivos/documental, estudo de caso, pesquisa etnográfica/observação participantes, pesquisa-ação, pesquisa-participante, pesquisa-ação-participante), preferimos tomar por base algumas orientações desses modelos e configurá-los segundo nossa necessidade, pois acreditamos que uma investigação assim deve proceder: temos um fenômeno a investigar e buscamos o melhor caminho para compreendê-lo. Essa atitude, em si, envolve certas transgressões a esquemas pré-estabelecidos, já que nem sempre uma estratégia metodológica se encaixa perfeitamente em um caso a ser estudado. A seguir, descrevemos quais esses modelos e em que medida os readaptamos.

Dentro de uma perspectiva mais geral, coloca Minayo (2007a, p.26) que “para fins bem práticos, dividimos o processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa em três etapas: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental”. A primeira refere-se à produção do projeto de pesquisa e

¹⁰⁶ Nossa preocupação metodológica foi alvo de debate em mesa-redonda “abordagens metodológicas atuais na pesquisa em psicologia social brasileira” realizada no XIV Encontro Nacional da ABRAPSO, em Novembro de 2007, com a fala “considerações metodológicas sobre investigação em comunidades rurais amazônicas” (CALEGARE, 2007). Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/html/mesa/1962_mesa_resumo.htm> Acessado em: 03 de Ago, 2009.

procedimentos necessários para preparar a entrada em campo¹⁰⁷. A segunda consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada anteriormente. A terceira é a ordenação, classificação e análise propriamente dita dos dados, em que busca a “lógica peculiar e interna do grupo que estamos analisando, sendo esta a construção fundamental do pesquisador” (idem, p.27). Essa estratégia de pesquisa qualitativa nos serviu de guia e teve de ser flexibilizada durante toda a pesquisa. Em cada uma de nossas idas a campo, tivemos que percorrer essas três etapas novamente. Dito em outras palavras, as questões suscitadas em cada uma das viagens nos remeteu a questões diferentes, o que exigiu rearticulação de métodos, objetivos e análises para cada um desses momentos, sem com isso perder a linha condutora do objetivo central desta pesquisa.

Por outro, esse processo descrito por Minayo foi transgredido porque não obedecemos à sequência: preparação teórica, ida a campo, sistematização de dados comprovando ou refutando visões teóricas. Nossa compreensão teórica não se restringiu aos momentos precedentes às idas a campo, mas foi em boa parte buscada durante e após essas vivências em campo, pois estas nos trouxeram inquietações que nos impulsionou à busca de entendimento e, conseqüentemente, aprofundamento teórico. Essa foi uma das vantagens por termos feitos viagens em momentos-chave ao longo de 04 anos, e não apenas em um único período, mesmo que prolongado, de tempo. Essa estratégia foi configurada, em grande parte, pelas condições impostas pela produção da pesquisa, mais do que por uma justificativa teórica – o que não a invalida, muito pelo contrário, a reforça.

Uma outra fonte de inspiração para a elaboração de nossa estratégia metodológica foi as colocações sobre a inter-/transdisciplinaridade – mais especificamente a atitude interdisciplinar, que pressupõe que o ponto de partida à interdisciplinaridade é a disciplina. Como nos indica Fazenda (2007, p.69), “a metodologia interdisciplinar parte de uma liberdade científica, alicerça-se no diálogo e na colaboração, funda-se no desejo de inovar, de criar, de ir além e exercita-se na *arte de pesquisar*”. Ao estudar projetos de cunho interdisciplinar, Fazenda encontrou que suas premissas de realização são (idem, p.86-9): o encontro de indivíduos, não de disciplinas; seguir uma atitude interdisciplinar, que contagie a todos os envolvidos; trata-se de projetos de vida que se cruzam e dão vitalidade a um projeto maior e a cada um daqueles pessoais; a escolha de bibliografias é sempre provisória, e não definitiva; deve haver um projeto, intencionalidade e rigor; alicerça-se em pressupostos epistemológicos e metodológicos periodicamente revisados; a ousadia da busca, da pesquisa, da transformação exige constância no pensar, questionar, construir; a

¹⁰⁷ Dentre esses procedimentos, incluem-se as exigências éticas para realização de uma pesquisa que envolva seres humanos. Esta pesquisa teve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CEP-IP/USP). O termo de consentimento livre e esclarecido está em anexo.

busca da construção coletiva de um novo conhecimento, prático ou teórico, configura-se como possibilidade para a própria educação interdisciplinar. Boa parte de nossa pesquisa foi realizada segundo essas premissas, por ter sido realizada junto a uma equipe de pesquisadores pertencentes a um grupo interdisciplinar de pesquisa – o que não necessariamente garante que seja uma pesquisa interdisciplinar, mas assegura que teve inspiração nesta.

Fazenda (2007) também nos deixa indicações de como elaborar estratégias interdisciplinares, cuja ação é o ponto de partida e convergência entre o pensar e fazer interdisciplinar. Dentre estas, ao constituirmos uma equipe que pretenda trabalhar segundo esse viés, temos: estabelecimento de conceitos-chave; delimitação do problema ou questão a ser desenvolvida/pesquisada; repartição de tarefas; registro e memória das atividades; e comunicação de resultados (idem, p.25). Para tanto, é importante o envolvimento de todos no questionar, indagar e pesquisar, a fim de chegar ao máximo a excelência de argumentação, explicitação e clareza para formular questões e perguntas necessárias à cientificidade de um projeto. Uma dos princípios dessa atitude metodológica é a maiêutica, “que intensifica o exercício do dinamismo do perguntar e do questionar, mecanismo esse que se autoprocessa e alimenta, por meio de perguntas que se sucedem num elevado grau de compromisso com a elucidação do questionamento levantado” (idem, p.69). O saber elaborar perguntas e questionamentos deve ser acompanhado da liberdade na expressão e no diálogo entre os envolvidos, para que seja possível a construção de pontos nodais comuns. Isso implica também na abertura e reconhecimento das competências e incompetências, limites e alcances, peculiares a cada agente e disciplina. Aqui temos um ponto chave, muitas vezes omitido nas comunicações científicas: as características pessoais do pesquisador são o que lhe confere uma certa particularidade no modo de agir, devido a seu caráter, crenças, valores, maneira de falar, de expressar suas emoções e pensamentos, de lidar com situações, etc. Isso tem uma influência não quantificável nas pesquisas, mas que permeiam a configuração das equipes e da ação segundo o conhecimento que cada pessoa tem sobre a outra.

Novamente, encontramos nessas colocações de Fazenda o que nos inspirou de guia para elaboração de nossas estratégias, assim como ressonância nas ações desenvolvidas. Vale lembrar que, para a autora, suas postulações são nomeadas de interdisciplinar, mas possuem a mesma conotação da transdisciplinaridade.

Do ponto de vista das orientações oriundas mais especificamente da Psicologia Social Comunitária, Maria de Fátima Quintal de FREITAS (1999b, p.188-9)¹⁰⁸ indica que o

¹⁰⁸ FREITAS, Maria de Fátima Quintal de (1999b). Grupos, entrevistas coletivas e produção de conhecimento popular em trabalhos da psicologia comunitária. *PSYKHE: revista de la escuela de psicología, facultad de ciencias sociales, Pontificia Universidad Católica de Chile*. Vol. 08, n° 1, p. 189-194.

trabalho do psicólogo deve ser de caráter ativo e participativo, no sentido de que este é convocado a fazer parte das atividades do cotidiano das pessoas, deixando de lado as pretensões de neutralidade típica de uma visão tradicional de ciência. Essa atitude deve pautar-se numa atuação centrada no compromisso ético e político com as pessoas, em que se preza pelo desenvolvimento comunitário por meio do acompanhamento daquilo que a própria comunidade decide e encaminha como alternativas para sua melhor qualidade de vida, seja pela atuação junto a essas pessoas em todo esse processo ou pelo seu acompanhamento. Desse modo, a postura do psicólogo em um trabalho comunitário, segundo a autora, tem como características principais: 1) ser um trabalho eminentemente multidisciplinar; 2) orientado pelas necessidades e demandas coletivas; 3) lida prioritariamente com grupos e, portanto, levam-se em conta os processos grupais; 4) ter conhecimento contínuo e atualizado sobre dinâmica comunitária, que imprime novas diretrizes ao trabalho; 5) admitir mudanças constantes nas estratégias, objetivos, problemas, alternativas, etc.; 6) questionar a todo o momento a importância e viabilidade do trabalho; 7) o tempo previsto de ação deve ser avaliado junto à comunidade. Apesar de termos nos inspirado por essas orientações gerais de Freitas, tivemos de cometer uma transgressão fundamental: agimos na tentativa de realizar um trabalho interdisciplinar, e não meramente multidisciplinar.

Martín-Baró (1998) ilustra que o quefazer científico deve estar comprometido com a sua própria realidade histórica e com os problemas e anseios de seu povo. Isso significa que o psicólogo deve buscar formular suas estratégias não apenas em pressupostos, métodos e teorias prontas para fortalecer sua disciplina científica, mas estar comprometido com uma atuação condizente com as necessidades daqueles que ele busca auxiliar. Por um lado, isso implica em fazer uma boa leitura de cenário/conjuntura. Em seu contexto centroamericano, Martín-Baró (idem, p.162) indicava três características do momento histórico dos povos da região: a situação estrutural de injustiça, os processos de confrontação revolucionária e a acelerada 'satelização' dos estados nacionais. Nossa contextualização do cenário foi sendo construída ao longo da pesquisa, o que podemos caracterizar como mais uma transgressão: ao invés de partir de uma leitura da realidade para formular nosso agir, elaboramos as estratégias de ação concomitantemente à construção da compreensão desse cenário. Como resultado, temos o debate sobre a cientificidade de nossa abordagem (por isso a discussão sobre ciência e o rompimento de suas barreiras), a complexidade que envolve as questões socioambientais globais e amazônicas (a ser debatida especialmente ao problematizarmos a noção de desenvolvimento sustentável), as classificações e lutas políticas dos povos tradicionais da Amazônia (que também merecerá o devido destaque nesta tese) e a apresentação da comunidade estudada, em que apontamos seus anseios e necessidades.

Por outro lado, temos o compromisso de atuação do psicólogo, condizente com a atitude de uma pesquisa que recusa a neutralidade e os laboratórios, para ser engajada e estimulada em razão da busca de soluções para os cenários em que ela ocorre. Essa colocação de Martín-Baró também nos serviu de inspiração, na medida em que tivemos de nos debruçar sobre uma realidade para formular nossas estratégias de atuação, que não se restringiram unicamente à observação da vida de pessoas, mas à interação com estas para conseguir construir a complexidade da realidade de vida delas – diálogos não isentos de intervenções, mesmo que estas tenham sido restritas a orientações, esclarecimentos, aprofundamento de pontos de vista e acompanhamento das lutas comunitárias¹⁰⁹. Não podemos afirmar ou quantificar em que grau tais interferências resultaram, pois não adotamos nenhum instrumento de avaliação para mensurar a adoção, satisfação ou recusa dessas intervenções. Somente podemos afirmar que por mais que prezássemos por não interferir na vida comunitária (atitude científica tradicional), não foi possível manter neutralidade diante da solicitação para agir em determinadas situações (atitude de psicólogo inspirado na Psicologia Social latinoamericana). Mais do que isso, percebemos que nossa presença causou impactos de alguma maneira – mas não tivemos como mensurar isso.

Expliquemos um pouco melhor as colocações acima. Regina Helena de Freitas CAMPOS (2006, p.10-1)¹¹⁰ descreve que os trabalhos comunitários realizados por psicólogos, na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, partem de um levantamento das necessidades e carências vividas pelo grupo, especialmente àquelas referentes ao acesso a direitos e ao cumprimento de deveres inerentes ao exercício pleno da cidadania.

¹⁰⁹ Já havíamos apontado que uma pesquisa de orientação da Psicologia Social Comunitária é de cunho participante. Existe um conjunto de metodologias que pressupõem a participação do pesquisador junto aos pesquisados. O grau dessa participação, que diz respeito ao envolvimento e intenção de emancipação, vão configurar o tipo de metodologia. Em geral, fala-se em pesquisa-ação quando o pesquisador elabora projeto junto aos pesquisados para superação de um cenário elaborado coletivamente. Não foi nosso caso. A discussão contemporânea do *métier* dos antropólogos, no referente à identidade e autoridade do lugar do etnógrafo, também indica que, apesar do termo 'observação', a observação participante compreende a interação entre pessoas para a co-construção do conhecimento. Por não sermos antropólogos e nem orientados por um deles, só pudemos nos inspirar nas preciosas indicações sobre a ida a campo e escrita etnográfica. Poderíamos falar também em pesquisa participante, pesquisa-ação-participante, investigação-ação-participante, ou outras modalidades 'participantes'. Cada uma com uma especificidade no grau de participação, intervenção e intenção de emancipação. Nesta pesquisa, a presença juntos aos pesquisados foi inspirada nas discussões do cunho participante segundo a perspectiva de Schmidt (2006) de pesquisa participante, que entende que a construção do conhecimento envolve, necessariamente, a negociação de sentidos fruto do diálogo entre pesquisador/ pesquisados, caracterizada pelo reconhecimento das diferenças da alteridade, da capacidade auto-reflexiva dos envolvidos na pesquisa, das implicações éticas desse encontro e do engajamento político do pesquisador para além da permanência em campo. Por isso, sob nosso ponto de vista, o aspecto fundamental na pesquisa de cunho participante é a postura ética assumida pelo pesquisador em relação ao seu par pesquisado, o que, inevitavelmente, remete ao engajamento político, seja este em maior ou menor grau. Uma discussão mais aprofundada sobre esse ponto de vista encontra-se em apêndice.

SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval (2006). Pesquisa Participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*. São Paulo, v. 17, nº 2, p. 11-39.

¹¹⁰ CAMPOS, Regina Helena de Freitas (1996). Introdução: a psicologia social comunitária. In: _____ (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes. 11ª Edição.

As intervenções são realizadas por métodos e processos de conscientização, em que as pessoas assumem, progressivamente, o papel de sujeito ativo de sua história, conscientizam-se dos determinantes sócio-políticos das situações vividas e busquem soluções aos problemas encontrados. Esse agir é norteado pelo incentivo à busca da consciência crítica, da ética da solidariedade e de práticas cooperativas e/ou autogestionárias, a partir da análise concreta dos problemas cotidianos de uma comunidade. Dentre essas colocações da autora, existem três perspectivas subjacentes, em termos: teóricos (interação entre sujeitos na co-construção do conhecimento); metodológicos (pesquisas de cunho participante); e de valores (questiona-se a ciência como atividade não-valorativa e assume-se ativamente o compromisso ético e político). Seguimos a orientação diagnóstica da autora ao construir as leituras da realidade junto aos pesquisados, sempre validando nossas percepções com os mesmos. Entretanto, apesar de desejosos de despertar consciência crítica, temos clareza que tal pretensão não foi o foco de nossa participação na vida comunitária, pois aprendemos que é preciso primeiro respeitar o modo de vida das pessoas antes de julgar a necessidade de lhe despertar algo que, talvez, já o tenham há tempos. Trata-se de uma atitude cautelosa e respeitosa para entender como esses grupos lidam com suas dificuldades e anseiam por determinados objetivos, ao invés de partir do pressuposto da carência generalizada, cegueira política ou alienação que necessitam de urgente resolução.

Dito isto, nossas intervenções foram realizadas à medida que eram solicitadas e sob o crivo da parcimônia. Da mesma forma, não consideramos que os povos das comunidades que habitam a beira dos rios do Amazonas necessitam de organização (em geral, segundo o associativismo e cooperativismo), pois como nos frisa Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues CHAVES (2001)¹¹¹, há um mecanismo interno de organização particular a essas comunidades, que deve ser entendido e respeitado. Isso significa que nesta pesquisa não propusemos projetos a serem empreendidos coletivamente – apenas acompanhamos as atividades comunitárias já existentes, na sua luta por melhoria no padrão/ qualidade de vida¹¹².

¹¹¹ CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues (2001). *Uma experiência de Pesquisa-ação para gestão de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá*. Tese. Doutorado em Política Científica e Tecnológica. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

¹¹² Cabe um exemplo, na primeira pessoa do singular, pois eu estava sozinho nessa ocasião. Certa noite, fui convidado a jantar peixe fresco com açaí e farinha na casa de uma família. Durante a refeição, um deles me disse que, certa vez, uma técnica universitária que esteve por lá havia lhe dito que ali eles tinham qualidade de vida, apesar de não terem padrão de vida. Ele argumentou que padrão de vida era relativo a bens materiais – o que sentiam falta (como uma geladeira, por exemplo). Qualidade de vida referia-se ao bem-estar sentido em relação ao cotidiano – comer peixe fresco todo dia, ter tranquilidade no trabalho, estar perto da família, por exemplo. Conversamos bastante sobre o tema. Em dias posteriores, outra pessoa da família, que não estava presente no momento e sem que eu lhe perguntasse a respeito, me falou sobre o padrão/qualidade de vida nos termos dessa discussão do jantar, relacionando-os às lutas comunitárias em que estavam envolvidos naquele momento.

Diante do exposto até este momento, fazemos uma distinção para fins didáticos. Toda a elaboração teórica desta pesquisa, que resultou na redação desta tese, ocorreu antes, durante e depois das idas a campo. Isso significa que a atitude de pesquisar não se refere apenas ao trabalho nas comunidades ribeirinhas do Amazonas, mas também àquele das pesquisas e revisão de literatura, do debate com outros pesquisadores em seus respectivos centros¹¹³, da discussão dos textos produzidos ao longo do trabalho, da preparação das idas a campo, da elaboração de relatórios de viagem para agências financiadoras e universidade, de elaboração de artigos científicos oriundos dessas experiências e da apresentação de trabalhos científicos em congressos, seminários, simpósios, etc.

Apesar de considerarmos estas atividades como pertencentes a um único trabalho de pesquisa, a parte que se refere ao campo exige uma atenção especial. Neste doutorado, as estratégias para as viagens foram modificadas ao longo de sua execução em função uma série de fatores. A partir deste momento, passo a escrever em primeira pessoa do singular, pois a maneira como construí esta investigação diz respeito ao caminho que tive que percorrer para concluí-la. É necessário relatar essa trajetória de mudanças para compreender porque optei por caminhos que, conseqüentemente, me permitiram chegar à compreensão de uma realidade particular sobre uma das comunidades ribeirinhas do Alto Solimões e cujo fruto é este trabalho artesanal de tessitura da experiência vivida ao longo destes anos, isto é, o próprio texto desta tese.

4.3. Primeira configuração da pesquisa

4.3.1. Local de pesquisa e pessoas envolvidas. Em 2006, quando vim pela primeira vez à Amazônia, participei de uma série de viagens pelo interior do estado do Amazonas, durante o período de 01 mês. As cidades visitadas foram Coari e Tabatinga. Na primeira, visitei 02 bairros urbanos e 02 comunidades rurais (Esperança I e Vila Lira). Na segunda, 01 bairro urbano e 03 comunidades rurais (Terezina I, Terezina IV e Tauaru). As pessoas envolvidas na pesquisa foram os ribeirinhos (meio rural) e aquelas das classes populares (meio urbano). Não se trabalhou com indígenas.

4.3.2. Projeto de Pesquisa. Na ocasião, participei do projeto intitulado 'Estudo-diagnóstico

¹¹³ Dentre os centros que pude passar e que me agregaram substancial contribuição pelas discussões e orientações de seus respectivos coordenadores e colaboradores, devo citar: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB/USP), do prof. Dr. Antônio Carlos Sant'Ana Diegues; Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais (NUPMOS/PUC-SP), do prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval; Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (GEPSIPOLIM/USP), do prof. Dr. Alessandro Soares da Silva; Grupo Interdisciplinar de Estudos Sócio-Ambiental e Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Grupo Inter-Ação/UFAM), da profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves.

sobre o modo de organização da produção pesqueira para implantação de empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas nos municípios de Coari e Tabatinga – Amazonas'. Este projeto tinha por objetivo central realizar experimentos que comprovassem a efetividade na viabilização de infra-estrutura para a implantação e implementação de empreendimentos solidários¹¹⁴ para geração de trabalho e renda, que servissem de subsídio a políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico das comunidades ribeirinhas amazônicas, por meio de práticas de pesca sustentável. Portanto, um projeto que servia como uma importante experiência com vistas a fomentar ações em comunidades ribeirinhas e que, posteriormente, se prestaria a contribuir para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas a essa população.

4.3.3. Financiamento, logística e tempo de execução. Tal pesquisa foi realizada em parceria com a Agência de Agronegócios do estado do Amazonas (AGROAMAZON) no âmbito do Programa Amazonas de Apoio a Pesquisa em Políticas Públicas em Áreas Estratégicas (PPOPE), incentivado e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), que garantiu todas as despesas para o estudo, que no caso da Amazônia tornam-se onerosas devido à cara logística da região. O projeto foi realizado também em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM). Nesta parte do país, o transporte é o que absorve boa parte do orçamento, pois para se chegar às comunidades, se gasta com: avião, barco, gasolina, voadeira, barqueiro, alimentação, remédios, material em geral, hospedagem, além de outros gastos que tornam a logística dispendiosa. Há comunidades que são distantes e se leva muitos dias para se chegar até elas. Essa distância e tempo é o que tornam particulares as condições logísticas das pesquisas realizadas na Amazônia. A execução do projeto estava programado para durar 03 anos, divididos em Fase I (diagnóstico local e formação de banco de dados), II (plano de ação) e III (monitoramento e assessoria).

4.3.4. Inserção institucional. Psicólogo, mestre e doutorando em Psicologia Social pelo IP-USP, fui chamado como consultor, juntamente com uma colega psicóloga do IP-USP

¹¹⁴ Chaves et all. (2006) nomeia dessa maneira os empreendimentos geridos pelos comunitários que obedecem a organização própria de trabalho do ribeirinho amazônico. Isso envolve o estilo de liderança entre eles, a rede comunitária mobilizada para a execução de ações e, principalmente, a divisão de trabalho específica das comunidades ribeirinhas (que funcionam em regimes de *mutirão* e *ajuri*). No caso em questão, eram empreendimentos ligados à prática pesqueira, tocados pelos comunitários segundo organização própria. *Ajuri* é um modo de organização coletiva de trabalho cujo beneficiário é uma pessoa ou grupo familiar. *Mutirão* é uma prática que segue a mesma lógica de trabalho coletivo, mas que beneficia a comunidade como um todo. CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues et all. (2006). Relatório Fase I do Projeto: *Estudo-diagnóstico sobre o modo de organização da produção pesqueira para implantação de empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas nos municípios de Coari e Tabatinga no Estado do Amazonas*. Circulação interna restrita.

(mestre em Psicologia da Educação), para compor a equipe de pesquisa do Grupo Interdisciplinar de Estudos socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais Apropriadas na Amazônia (Grupo Inter-Ação), coordenado pela Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, do Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

4.3.5. Equipe de pesquisadores. O grupo de pesquisa era composto por profissionais de disciplinas diferentes: biologia, engenharia de pesca, técnico agrícola, psicologia, serviço social, história e sociologia. E em todos os níveis: graduandos, graduados, mestrandos, mestres, doutorandos e doutores.

4.3.6. Referência teórica. Em relação ao conhecimento sobre a vida do ribeirinho, boa parte das referências consultadas no momento foi proveniente dos escritos de Chaves, cuja produção é expressiva sobre políticas públicas, sustentabilidade do desenvolvimento, pesquisa-ação, vida ribeirinha, entre outros temas relacionados à Amazônia – sob o crivo do olhar das ciências sociais aplicadas. Além da produção teórica dessa autora, também outros teóricos foram utilizados para conduzir nosso olhar sobre a realidade amazônica. Todos eles estão citados ao longo desta tese.

4.3.7. Metodologia. Os membros da equipe provinham de áreas diferentes, o que foi bastante enriquecedor como experiência de trabalho interdisciplinar. Não obstante cada profissional tivesse vindo de uma área diferente, o que implica em possuírem recursos técnico-teóricos diferentes, houve comum acordo numa base conceitual comum e na utilização de um método a ser empregado, adequado aos propósitos da pesquisa e ao contexto amazônico. O estudo-diagnóstico configurou-se com uma modalidade de pesquisa-

ação – a metodologia interação¹¹⁵ – para o estudo das condições de vida nas comunidades ribeirinhas (focando-se os aspectos sócio-econômicos e culturais referentes à atividade pesqueira). Portanto, para efeitos de estudo, buscou-se: a) identificar e dar maior enfoque às comunidades ribeirinhas em que a prática da pesca é considerada a atividade principal para reprodução dos grupos domésticos familiares; b) avaliar a teia formada pelas entidades organizativas dos pescadores e a dinâmica de mobilização; c) observar as formas de lutas e o modelo político-organizativo adotados, os quais forneceram indicações importantes sobre: como os pescadores reivindicam seus direitos e defendem seu modo de vida; uso dos recursos locais na demarcação de seus territórios, que marcam posição na sociedade e na história. Os procedimentos técnico-operacionais utilizados na Fase I foram: pesquisa bibliográfica; visitas institucionais; formulários para lideranças; formulários para pescadores; entrevistas semi-estruturadas; diário de campo; reunião de equipe; elaboração de material didático e instrumentais de pesquisa-ação; levantamento de demandas e potencialidades por meio de técnicas de abordagem grupal; atividades de arte/cultura com criança e adolescente; registro fotográfico; participação em atividades do cotidiano dos ribeirinhos; atividades de instrumentalização/capacitação técnica de lideranças e comunitários; alimentação de banco de dados e elaboração do relatório final.

4.3.8. Primeiro objetivo do doutorado. Meu projeto de doutorado se inseria nesse projeto maior. Minha questão de pesquisa era estudar essa implantação e implementação dos empreendimentos solidários, elucidando os processos comunitários particulares das comunidades ribeirinhas amazônicas alvo da pesquisa – características próprias aos povos tradicionais dessa região. O resultado da Fase I da pesquisa-ação foi concluída em 2006 e descrita em Chaves et al. (2006). Boa parte dos dados levantados nessa etapa serviriam também como fonte para minha pesquisa de doutorado.

¹¹⁵ Sua base teórica-metodológica e técnica-operacional foi estruturada no trabalho de doutorado em política científica e tecnológica de Chaves (2001). Esta se caracteriza como pesquisa social aplicada, onde se articulam a base teórica e metodológica à investigação empírica através de atividades sócio-educativas, que visam subsidiar a construção de alternativas de manejo dos recursos locais, juntamente com os grupos comunitários. Colocado de outra maneira, a 'metodologia interação' propõe a geração do conhecimento e o enfrentamento de problemáticas socioambientais por meio da interação entre os pesquisadores e os agentes sociais envolvidos, aliando o saber técnico-científico ao saber tradicional e possibilitando o acesso a bens e serviços sociais. Essa articulação permite a valorização das habilidades e conhecimentos dos agentes sociais na definição, gestão e execução de um plano de ação participativo, numa relação de horizontalidade. A elaboração e gestão deste plano compreendem estudos contínuos para conhecimento da realidade local e a permanente avaliação e rearticulação das ações implementadas. O mérito dessa metodologia consiste em apoiar a organização interna comunitária e, ao mesmo tempo, captar alguns de seus princípios e tomá-los como orientação de trabalho (rede de ajuda mútua, coletivização do trabalho). Seu molde, similar a um programa social (com ações integradas de serviços sociais), requer a participação dos envolvidos não de modo secundário, mas como protagonistas na determinação dos rumos a serem assumidos. Dentre as orientações prioritárias do projeto, permeava o caráter de busca da sustentabilidade e autonomia das comunidades.

4.4. Da mudança de contingência: novas dificuldades, novas estratégias.

4.4.1. Suspensão do financiamento. Concluída a Fase I do estudo-diagnóstico, durante o ano de 2006 o Grupo Inter-Ação ficou esperando a liberação da verba para o início da Fase II – o que significou a não ida às comunidades, após a primeira viagem, no mesmo ano. Até o início de 2007, o grupo de pesquisa ainda esperava resposta da FAPEAM para prosseguimento do projeto.

Isso significou que a pesquisa-ação foi suspensa por tempo indeterminado, não obstante as pesquisas nos níveis de mestrado e doutorado não tivessem sido interrompidas. Eu e as pesquisadoras, todos envolvidos em seus respectivos projetos individuais, enfrentamos um dilema: abandonar nossos objetivos iniciais, os dados coletados e as comunidades estudadas, ou continuar de alguma maneira essas investigações? Essa pergunta só poderia ser respondida reconsiderando: logística das viagens a campo, método, instrumentais, comunidades estudadas, equipe de pesquisadores, financiamento e tempo restante para finalização dos projetos individuais. Decidimos continuar nossos projetos, enfrentando todas as dificuldades implícitas a essa decisão.

4.4.2. Redução da equipe e eleição da comunidade estudada. Por um lado, a falta de definição da agência financiadora e, por outro, a necessidade de prosseguir com os projetos de pesquisa individuais, levaram-me a reconsiderar o número de comunidades que abrangeria em minha investigação. Eu e mais duas pesquisadoras do Grupo Inter-Ação, em nível de mestrado, decidimos focar nossos esforços acadêmicos em apenas uma das comunidades, pois seria mais fácil conseguirmos ir a apenas uma comunidade, caso houvesse algum tipo de impasse em relação às verbas do projeto. No início de 2007, ainda não havia uma resposta definitiva do financiador a respeito da verba para o estudo-diagnóstico. Nossa equipe estava reduzida a três pessoas: aquelas que tinham seus projetos de pós-graduação em andamento. Nesse início de ano, precisávamos ir a campo, para tocar nossas pesquisas adiante.

Decidimos centrar nossas atenções em uma das comunidades ribeirinhas de Tabatinga. Faríamos pesquisas complementares, que levassem em conta os interesses individuais e, ao mesmo tempo, uma compreensão mais ampla da comunidade que servisse aos três pesquisadores. Isso significa que continuamos tendo a perspectiva interdisciplinar como ponto nodal de nossas ações.

Elegemos a comunidade de Tauaru, localizada à margem esquerda do Alto Solimões (muito próximo à divisa Brasil/ Peru/ Colômbia)¹¹⁶. O critério de escolha dessa comunidade decorreu de alguns fatores:

¹¹⁶ Posteriormente descreveremos em detalhes a comunidade de Tauaru, na zona rural do município de Tabatinga/Amazonas.

- 1) Realização de pesquisa prévia (com participação do Grupo Inter-Ação), realizada entre setembro/2002 e novembro/2003 (IBAMA & PRO-VÁRZEA, 2007)¹¹⁷, na qual se fez a caracterização socioeconômica da atividade pesqueira e da estrutura de comercialização do pescado no município de Tabatinga e se obtiveram informações sobre esta comunidade;
- 2) Ser uma comunidade na região conhecida por sua vocação pesqueira;
- 3) As principais fontes de renda baseavam-se na exploração dos recursos naturais, em especial, por meio da agricultura e da pesca – esta última realizada sem o estímulo de seu manejo, gerenciamento da produção e promoção de alternativas econômicas que resultassem no desenvolvimento social dessa comunidade;
- 4) Necessidade de implementação de ações voltadas para a melhoria da utilização de recursos locais, bem como de políticas efetivas que proporcionasse a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população que vive em comunidades ribeirinhas na Amazônia, levando em consideração a realidade local, os mecanismos comunitários de uso dos recursos locais e a demanda local;
- 5) Incidência de projetos pioneiros que buscam o desenvolvimento social e econômico das comunidades dessa região da Amazônia, concretizado por órgãos governamentais (IDAM – com projeto de desenvolvimento e acompanhamento agrário; SEBRAE-AM e SEPROR – com o projeto 'pólos de produção de pescado da mesorregião do alto Solimões') e pela universidade (UFAM - pelo projeto do Grupo Inter-Ação);
- 6) Haver organizações formais para a luta por bens e serviços sociais;
- 7) Tauaru é uma comunidade da região que, ao contrário daquelas ao seu redor, não se caracteriza como indígena e sim como ribeirinha, apesar das miscigenações. Essa diferença produz tensões identitárias no interior da comunidade decorrentes de políticas públicas formuladas para distintas populações, que possibilitam diferentes formas de acesso a bens e serviços sociais fornecidos pelo Estado e que, como no caso do acesso à Saúde nessa região, se faz algo eminentemente estratégico para a sobrevivência e qualidade de vida da comunidade, impactando no seu auto-reconhecimento.
- 8) Baixa incidência de estudos acadêmicos a respeito de ribeirinhos na região, bem como pouca disposição de pesquisadores irem até essas localidades realizarem seus estudos.

4.4.3. Particularidades logísticas. O aspecto central da factibilidade de nossas pesquisas é a localização de Tauaru. Trata-se de uma comunidade distante dos grandes centros urbanos do país. Para se chegar até lá, é preciso ir de Manaus até Tabatinga (1.105 km em linha reta e 1.607km por via fluvial). Isso é possível por meio de barco de passeio (os

¹¹⁷ IBAMA & PRÓ-VARZEA (2007). *O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendência do desenvolvimento a indústria da pesca – Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea*. Manaus: IBAMA/Pró-Varzea.

'recreios') (7 dias) ou por avião (02 horas e 30 minutos). Em 2008, passou a existir uma terceira possibilidade: uma lancha rápida, que percorre o trajeto entre 30 e 40 horas. Para voltar a Manaus, o mesmo tempo de avião, 3 dias e meio de recreio ou 1 dia de lancha. Uma vez em Tabatinga, se desce o rio até Tauaru por meio de voadeira, balieira ou rabeta¹¹⁸ – que demoram aproximadamente 02 horas, 03 horas e 05 horas, respectivamente. Para subir até Tabatinga, o tempo de voadeira é praticamente o mesmo, mas de balieira leva-se 04 horas e meia e de voadeira 06 a 08 horas, devido ao contra-fluxo do rio. Os custos com o transporte são, aproximadamente:

a) Avião: de R\$ 500,00 a R\$1.200,00/bilhete. Havia concorrência de duas empresas regionais (Trip e Rico), o que fazia flutuar ligeiramente o preço de cada bilhete por volta desse valor. Por conta de um acidente aéreo ocorrido no trecho Manaus/Tabatinga, a Rico deixou de realizar o percurso. Os altos custos de transporte aéreo são motivo de reclamações por parte dos moradores de Tabatinga (PORTAL TABATINGA, 2009). As saídas são diárias.

b) Recreio: R\$ 340,00 ida (Manaus/Tabatinga) e R\$ 160,00 volta (preços de 2009). Também existem recreios concorrentes (M. Monteiro, Oliveira V, Itapuranga, Itaberaba, Ypacarai, Sagrado Coração de Jesus, Fênix, Voyager III, Voyager IV), o que também faz variar o preço. Dentro desse valor, os recreios oferecem local para pendurar redes, banheiros, área de lazer e refeições (café-da-manhã, almoço e janta). Em geral, saídas às Quartas-feiras e Sábado, tanto de Tabatinga quanto de Manaus.

c) Lancha rápida: custava R\$330,00 por trecho, operado pelo 'Regina' até Março de 2009. No início das operações do 'Coração de Jesus', em Abril de 2009, o preço era de R\$350,00 por trecho. Saídas às Sextas-feiras de Tabatinga.

d) Gasolina para voadeira, balieira ou voadeira. Em uma das viagens, fomos até a comunidade e voltamos em uma voadeira cedida pelo IDAM, que também nos cedeu o barqueiro. O gasto foi de R\$ 900,00, preço pago para comprar 20 latas de gasolina (R\$ 45,00/lata), em um motor de 60HP. Cada lata possui 18 litros. Em outra viagem, fizemos o percurso Tauaru/Tabatinga de balieira e gastou-se R\$ 60,00, com gasto de 1 lata e meia em motor de 15 HP. Numa outra ocasião, fiz o percurso Tabatinga/Tauaru em uma rabeta, com motor 11 HP, gastando-se 1 lata e meia de gasolina¹¹⁹.

Além do transporte, há também gastos com hospedagem. A estadia na comunidade não gera nenhuma despesa, pois se dorme em redes estendidas em locais oferecidos pelos

¹¹⁸ Voadeira é uma lancha pequena, em geral coberta, de metal, com motor potente (de 30 a 60 HP). Balieira se assemelha a uma canoa, mas é de metal e motor leve (de 15 HP a 30 HP). Rabeta é uma canoa de madeira com motor leve (de 5,5 a 15 HP).

¹¹⁹ Pode-se comprar uma lata de gasolina em Tabatinga, obtendo-se nota fiscal. No entanto, sem a necessidade de nota fiscal, os pescadores compram gasolina em Santa Rosa, no Peru (cidade da fronteira tríplice). O preço da lata é de R\$25,00.

moradores. No entanto, na sede do município se gasta com hotel. Também se gasta com alimentação em Tabatinga. Para ir à comunidade, é costume comprar um rancho¹²⁰, que serve para que alguém da comunidade prepare as refeições aos pesquisadores. Há também gastos com remédios e com material didático, este último utilizado para as atividades realizadas com os moradores de Tauaru.

Pela descrição dos gastos e da logística particular, nota-se que o desenho metodológico de pesquisas em comunidades ribeirinhas da Amazônia é diferente do que em outras localidades do país. Para esta região, é importante que as agências financiadoras compreendam que parte significativa do orçamento é destinada à logística e que, pelas condições locais, a realização de pesquisas torna-se dispendiosa. Além disso, deve haver disposição de tempo para o deslocamento até as localidades, bem como verbas a serem empenhadas única e exclusivamente no transporte¹²¹.

Em função dessa característica peculiar e da indefinição de financiamento, decidimos que, para além de termos restrito nossas pesquisas apenas a uma comunidade, as idas a Tauaru também tornar-se-iam reduzidas.

4.4.4. Critério de idas a campo e tempo de execução. Em função da falta de financiamento e da busca de alternativas econômicas viáveis para realização da pesquisa, nós pesquisadores chegamos à conclusão de que a quantidade de vezes que iríamos a campo tinha peso maior sobre as despesas que conseguiríamos arcar do que com uma necessidade imposta por algum método de pesquisa adotado.

Em função dessa contingência, nossas idas a campo foram configuradas de acordo com momentos chave da vida comunitária. Adotou-se como critério o calendário produtivo da comunidade, que se divide em três momentos (CHAVES et al., 2006):

- 1) Jan-Mai: coleta da mandioca e produção de farinha; época do açaí (Abril a Junho); pesca para consumo; enchente e cheia do rio (entre Abril e Maio).
- 2) Jun-Set: plantio da roça; pesca intensiva para consumo e fins comerciais (em Setembro, na piracema); época do tracajá¹²²; período de vazante e seca do rio (Setembro).
- 3) Out-Dez: cultivo da roça; proibição da pesca; enchente do rio.

¹²⁰ No Amazonas, rancho significa os insumos alimentícios que se compra para alimentação e, em geral, para levar de viagem a algum lugar. Os pesquisadores comprar um rancho para levar à comunidade e se alimentar. Os professores que residem nas comunidades ribeirinhas compram seu rancho na cidade e levam até o meio rural, para terem do que se alimentar. Alguns ribeirinhos, quando vão até a cidade, compram um rancho para trazer de volta à comunidade e terem o que consumir.

¹²¹ Chaves relata que, em vários editais que concorreu, houve questionamento da agência financiadora em relação aos altos custos com transporte. Essa atitude resultou no corte do financiamento, o que tornou as pesquisas inviáveis. O Grupo Inter-Ação já deixou de realizar pesquisas por conta disso. Ela também conta que existem comunidades muito distantes e inacessíveis por avião, chegando-se até elas de recreio até um município (o que demora alguns dias, dependendo da cidade) e alguns dias de voadeira até o local.

¹²² É um quelônio aquático dulcícola, típico da Amazônia. Em outras palavras, é uma tartaruga de água doce da região.

Esse calendário produtivo foi elaborado em reuniões com os moradores de Tauaru, na primeira visita, em 2006. Nossas idas à comunidade foram delimitadas de acordo com esses momentos chave. Com isso, poderíamos estar presentes nas diferentes variações do nível do rio: enchente, cheia, vazante e seca. Igualmente, acompanhariamos o calendário produtivo estabelecido em função dessa condição da natureza: pesca e agricultura particulares à área de várzea do Alto Solimões. Uma vez que a comunidade se organiza de modo particular em cada uma dessas épocas do ano, também teríamos a chance de conhecer as relações dessas condições da natureza e trabalho sobre outros âmbitos da vida comunitária.

O tempo de execução das pesquisas de cada um dos envolvidos no grupo de pesquisadores foi diferente. Eu, no nível de doutorado, tive entre 2006 e 2009 para ir a campo. As outras duas pesquisadoras, em nível de mestrado, 2006 e 2007.

4.4.5. Objetivos da pesquisa. Como já referendi acima, meus objetivos de pesquisa foram delimitados a partir de algumas condições que tornaram este estudo factível. Também já fiz menção ao fato de que trabalhei de maneira interdisciplinar e com uma equipe de pesquisadores, o que tornou meus objetivos uma parte complementar a outros objetivos de pesquisa na compreensão de uma realidade. Dito em outras palavras, fiz um recorte sobre a vida comunitária de Tauaru, tomando como referência os estudos de minhas colegas de pesquisa e meus interesses e formação acadêmica¹²³.

Não obstante tenhamos realizados trabalhos complementares, isso não quer dizer que tenhamos chegado a uma completa compreensão da vida em Tauaru. Quanto mais nos aprofundávamos nas questões comunitárias, mais percebíamos que deveria haver mais estudos para entender a complexa realidade que se nos apresentava. E, mesmo assim, isso não seria garantia de que chegaríamos a entender plenamente as particularidades de uma comunidade ribeirinha da Amazônia.

Uma das maneiras de compreender a vida comunitária na beira dos rios da Amazônia é segundo o que Chaves (2001) denomina de gestão comunitária, que se refere à tentativa de nomear as potencialidades locais devidamente gerenciadas e coletivamente administradas. Trata-se de um “(...) mecanismo interno às comunidades [que] lhes capacita

¹²³ Elane Cristina Lima da Silva estudou a organização do trabalho por meio do regime de ajuda mútua existente nessa comunidade. Maria Francenilda Gualberto de Oliveira estudou a construção histórica do processo de organização política dos pescadores da comunidade de Tauaru.

OLIVEIRA, Maria Francenilda Gualberto de (2008). *A organização política dos pescadores em uma comunidade ribeirinha no município de Tabatinga/AM*. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação sociedade e cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM.

SILVA, Elane Cristina Lima da (2008). *A dinâmica das relações comunitárias na amazônia: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauaru no município de Tabatinga-AM*. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação sociedade e cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM.

para atuarem como protagonistas de seu próprio desenvolvimento, seja através dos saberes e manejo dos recursos locais, seja como usuários de tecnologias” (CHAVES, 2001, p. 221). A defesa de Chaves, com a noção de gestão comunitária, é reforçar a organização social própria existente em comunidades ribeirinhas, que devem ser estudadas e respeitadas ao se proporem intervenções de origem externa a elas. Tendo em vista ampliar essa noção de gestão comunitária esboçada por Chaves, meu objetivo principal foi tentar fazer uma leitura da vida em uma comunidade ribeirinha da Amazônia, pelas contribuições de conceitos oriundos da Psicologia Social. Desse modo, delimitei como:

- *Objetivo geral:* investigar a gestão comunitária, as redes comunitárias e o processo de construção das identidades coletivas de uma comunidade do Alto Solimões¹²⁴. Em outras palavras, uma tentativa de mostrar a particularidade de uma parte das ações coletivas dessa comunidade (luta por bens e serviços sociais), possuidora de uma organização sociopolítica particular (pela ótica da gestão comunitária/redes comunitárias), que expressam suas identidades coletivas. Um objetivo não pretensioso, simples e exequível diante das contingências de pesquisa.

Nesta pesquisa, trabalhei com a hipótese de que as famílias podem se manter em suas áreas de trabalho e produção social, manejando os recursos naturais de forma planejada e equilibrada, considerando-se que os elementos identitários são chave para a elucidação do cotidiano desses grupos.

- *Objetivos específicos:* 1) investigar a história da comunidade; 2) o histórico das organizações formais e informais comunitárias; 3) as redes comunitárias vividas na comunidade de Tauaru e para além dela; 4) as lideranças formais e informais, enfocando os processos decisórios e as relações de poder na vida comunitária; 5) as lutas por acesso a direitos, bens e serviços sociais.

4.4.6. Financiamento ao longo da pesquisa e viagens a campo.

1ª Viagem – 02 dias; Fevereiro/2006. Período de enchente. Equipe: barqueiro, técnico agrícola, engenheiro florestal, 02 psicólogos, 02 assistentes sociais; 02 estudantes de serviço social. Ida e volta a Tabatinga de avião. Todo o financiamento para o estudo-diagnóstico provinha da FAPEAM. Havia também parceria com o IDAM, que cedeu barqueiro e voadeira para nos acompanhar pelas comunidades de Tabatinga (nós bancamos a gasolina). Foco central: levantamento sócio-econômico da comunidade; levantamento de lagos e áreas de manejo da pesca; mapa das lideranças formais e informais, necessidades da comunidade, lutas por melhorias e práticas produtivas.

2ª Viagem – 08 dias; Janeiro/2007. Período de enchente. Equipe: barqueiro, técnico

¹²⁴ Essas noções e conceitos serão discutidos na terceira parte da tese, com a apresentação do estudo na comunidade.

agrícola, psicólogo, 02 assistentes sociais. Ida a Tabatinga de avião. Custeou-se toda a viagem com verbas do Grupo Inter-Ação (ainda havia indefinição sobre financiamento da FAPEAM). Usufruiu-se de parceria do IDAM, que cedeu voadeira e barqueiro (pagamos gasolina). Firmou-se parceria com a prefeitura de Tabatinga, que cedeu bilhetes de recreio para retorno a Manaus. Foco central: investigação sobre as lideranças, relacionamentos entre líderes e entre estes e os não líderes; mecanismos de organização das demandas e de lutas comunitárias; fluxo para tomada de decisão; compreensão das normas religiosas; genealogia e grau de parentesco dos moradores; união e desentendimentos comunitários; histórico da associação de pescadores; práticas pesqueiras/agrícolas.

3ª Viagem – O financiamento para o estudo-diagnóstico havia sido definitivamente cortado. Não conseguimos angariar fundos de outras agências financiadoras. Buscaram-se editais e possíveis patrocinadores durante todo o ano de 2007, mas não conseguimos verbas em nenhum âmbito¹²⁵. Continuar as pesquisas, com uma série de informações e já semi-encaminhadas, ou desistir? Em 2008, decidi pessoalmente me deslocar (morar) até o norte do país (Manaus) para tentar arranjar financiamento para minha pesquisa de doutorado, que a esta altura era a única ainda em andamento. De Manaus, por intermédio do Grupo Inter-Ação, consegui articular as demais viagens. Foi-me dado apoio para efetuar os contatos com as instituições parceiras, cartas-pedido, cartas de agradecimento, pesquisadoras para auxílio na sistematização das informações obtidas e para as devolutivas na comunidade, assim como ponto central para reunião de todos dados, discussões acadêmicas e prosseguimento da pesquisa. Sem o apoio do Grupo Inter-Ação, esta tese não teria sido feita.

Da viagem – 07 dias; Julho/2008. Período de vazante. Equipe: psicólogo e assistente social. Ida a Tabatinga de avião (verba PROAP/CAPES¹²⁶), volta de recreio (bilhete cedido pela prefeitura de Tabatinga). Ida a Tauaru de voadeira (prefeitura), volta de balieira (da prefeitura, para uso do agente comunitário de saúde de Tauaru; gasolina custeada pela prefeitura). O material didático foi cedido pelo Grupo Inter-Ação. Hospedagem e rancho por nossa conta. Foco central: aprofundamento das relações das lideranças entre eles e comunidade; histórico das associações comunitárias; lutas por melhorias; motivo da busca de mudança identitária como estratégia de acesso a bens e serviços sociais; croqui da comunidade, com dados sobre número de famílias e filhos em cada casa; compreensão da relação da agricultura/pesca com os ciclos da natureza.

¹²⁵ Quisemos fazer uma outra viagem no segundo semestre de 2007, mas a forte seca que se abateu sobre a região, impedindo a navegação, nos fez postergar a viagem.

¹²⁶ Apenas para mim, verba do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), concedida pela CAPES ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, IP/USP.

4ª Viagem – 18 dias; Setembro/2008. Período de seca. Véspera de eleições municipais¹²⁷. Sem equipe. Ida e volta de Tabatinga de recreio (cedido pela prefeitura). Ida a Tauaru de rabeta (com pescador da comunidade) e volta de balieira (gasolina cedida pela prefeitura). Material didático cedido pelo Grupo Inter-Ação. Hospedagem e rancho por recursos próprios. Foco central: aprofundar compreensão da busca de mudança identitária, relacionada com demanda por acesso a bens e serviços sociais; histórico da questão indígena na comunidade; aprofundamento sobre o trabalho coletivo e práticas de ajuda mútua, relacionados diretamente com a religião local; dinâmicas familiares e união/disputas comunitárias; histórico da comunidade (desde sua fundação) e mudanças geográficas (fenômeno da terra caída); complementação do croqui, por meio de visitas domiciliares, com dados sobre: situação familiar, eletrodomésticos, ocupação, renda, genealogia e relacionamento com vizinhos¹²⁸.

5ª Viagem – 15 dias; Abril/2009. Período de cheia. Sem equipe. Ida e volta de Tabatinga de recreio (cedido pela prefeitura). Ida a Tauaru de voadeira (prefeitura) e volta de voadeira (carona com barqueiro da região). Material didático cedido pelo grupo Inter-Ação. Hospedagem e racho por recursos próprios. Foco central: participar do festejo¹²⁹; confirmar informações sobre dinâmicas comunitárias (lideranças, tomadas de decisão, mecanismos de reunião e lutas políticas, questão indígena, relação do trabalho com ciclos da natureza, união/disputas familiares, condições sócio-econômica das famílias); aprofundamento sobre a religião local.

4.4.7. Instrumentos de pesquisa. Para conseguir executar nossas estratégias e dar conta de cumprir com nossos objetivos, que a cada viagem exigiam rearticulação, nos utilizamos dos seguintes instrumentos.

1) *Questionário sócio-econômico*. Para obter um perfil sócio-econômico da comunidade, com dados sobre: gênero, faixa etária, ocupação, escolaridade, origem e/ou naturalidade, número de filhos (com idade, escolaridade), renda familiar, condições de moradia, relações de convivência, acesso a bens e serviços sociais, organização sociopolítica, representação institucional, relação com o ambiente, uso de recursos naturais e perfil da atividade pesqueira. De um total de 64 grupos domésticos, foram preenchidos 22 questionários. O

¹²⁷ Minha pretensão era realizar essa viagem entre outubro e novembro. No entanto, na viagem anterior, a época do tracajá havia se adiantado de Agosto para Julho, o que indicava que a seca viria antes. Como queria estar presente durante o trabalho de plantio (durante a vazante), os moradores me sugeriram ir em Setembro. Assim, eu poderia também ver a vazante e a seca em seu ápice e, por outro lado, pegar a época de eleições municipais, com direito a visitas dos candidatos na comunidade. Tive de ir embora poucos dias antes das eleições (começo de outubro), para cumprir com meus deveres cívicos.

¹²⁸ Também tínhamos intenção de fazer mais uma viagem em Dezembro de 2008, mas pela transição da prefeitura, não conseguimos obter o apoio necessário.

¹²⁹ O festejo da comunidade acontece dia 02 de Abril, comemorando a data de sua fundação. Infelizmente, devido à cheia do rio, que alagou completamente a comunidade, nesse ano não foi possível realizá-lo.

critério para seleção dos informantes foi serem representantes de seus respectivos grupos domésticos (reconhecidos como tal pelo próprio grupo a que pertencem) e possuírem no mínimo 15 anos de idade. Realizado na primeira viagem.

2) *Entrevistas semi-estruturadas*. Com cada uma das lideranças formais (religião, agricultura, pesca, indígena, educação e saúde) e com não-líderes (12 entrevistas). A eleição destes últimos seguiu o critério da indicação dos próprios moradores – semelhante ao que se chama de 'técnica da bola de neve'. O recurso à entrevista são comuns e preferenciais a pesquisadores que vão a campo, segundo Minayo (2007b)¹³⁰. Do mesmo modo, a entrevista é o instrumento predileto daqueles advindos da Psicologia e Psicologia Social. As vantagens da entrevista, como apontado por Ecléia BOSI (1998, p. 200)¹³¹, são sua flexibilidade, seu contato mais próximo com os sujeitos, a possibilidade de colher atitudes gerais do interlocutor diante das perguntas e, principalmente, a criação de uma atmosfera de confiança que se estabelece entre os envolvidos¹³². As análises das entrevistas foram guiadas segundo a perspectiva de Laurence BARDIN (1977)¹³³, seguindo-se as seguintes etapas: a) pré-análise: após transcrever as entrevistas, realiza-se uma primeira leitura 'flutuante', que consiste em deixar-se invadir por impressões e orientações do texto, para que, aos poucos, tal leitura torne-se mais precisa em função de hipóteses emergentes, desencadeadas pelas impressões da permanência no campo e pelo ponto de vista teórico inerente à pesquisa (mais uma transgressão: não fizemos validação de teoria pela experiência, mas a construímos ao longo da investigação). b) análise: trata-se da sistematização da pré-análise, desconstruindo, agregando e enumerando algumas falas dos depoentes, agrupando-as em grandes eixos temáticos. c) síntese: os temas decorrentes, destacados nessas categorias temáticas, são descritos e discutidos de modo mais profundo, relacionando-os aos temas abordados teoricamente e presentes nos objetivos da pesquisa. Realizamos entrevistas na segunda, terceira e quarta viagem.

3) *Grupo Focal*. Para Minayo (2007b, p.68), “consistem em reuniões com um pequeno número de interlocutores (seis a doze)”. Para Solange Abrocesi LERVOLINO & Maria Cecília Focesi PELICIONI (2001p.116)¹³⁴, “a essência do grupo focal consiste justamente na

¹³⁰ MINAYO, Maria Cecília de Souza (2007b). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: _____ (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26ª edição. Petrópolis: Vozes.

¹³¹ BOSI, Ecléia (1998). Cultura popular e cultura operária. Leituras operárias. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec/Unesp.

¹³² Para as entrevistas e para outros procedimentos da pesquisa, seguimos as orientações de Minayo (2007b, p.66-7): apresentação, menção dos interesses da pesquisa, apresentação dos credenciais institucionais, explicação dos motivos da pesquisa, justificativa da escolha do entrevistado, garantia de anonimato e de sigilo (apresentação do consentimento livre e esclarecido), conversa inicial (aquecimento) antes de iniciar a entrevista.

¹³³ BARDIN, Laurence (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

¹³⁴ LERVOLINO, Solange Abrocesi & PELICIONI, Maria Cecília Focesi (2001). A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da Saúde. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, vol. 35, n. 2, p. 115-21, jun.

interação entre os participantes e o pesquisador, que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos (por isso é chamado grupo focal)”. Igualmente às entrevistas semi-estruturadas, a partir das respostas do roteiro inicial, podem-se fazer perguntas para aprofundar temas emergentes durante a entrevista. Exige a presença de um animador e um relator, cada um com função específica. Seguimos as exigências desta técnica. Realizamos 02 grupos focais: com as lideranças da comunidade e outro com não-líderes, seguindo o mesmo roteiro. Todos participantes foram eleitos segundo indicação dos próprios moradores, em reunião comunitária. Realizamos os grupos focais na terceira viagem.

4) *Reuniões comunitárias*. Reuniões com os moradores, convocadas pelas lideranças, a pedido dos pesquisadores. O objetivo dessas reuniões foi nos apresentarmos, explicar os objetivos das pesquisas, obter informações, estabelecer acordos com os comunitários sobre as atividades a serem desenvolvidas, bem como transmitir os resultados obtidos nas visitas anteriores. Utilizou-se de técnicas de abordagem grupal para facilitar a explicação de alguns tópicos e para coleta de informações. A observação das reuniões comunitárias são fontes importantes de informações a respeito da organização interna da comunidade. Só não fizemos reunião na quinta viagem, pois a comunidade estava alagada, a casa de reuniões tinha sido desmontada (para não ser levada pelo barranco), não havia outro local de encontro coletivo e os moradores não dispunham de canoas suficientes para irem à reunião. Como substituição, foram feitas visitas domiciliares em casas que concentravam núcleos familiares centrais.

5) *Participação nas atividades cotidianas dos moradores*. Como trabalhos coletivos, reuniões, eventos religiosos, pescaria, agricultura, produção de farinha, preparo de açaí, refeições, conversas com agentes do governo presentes na comunidade e fora dela, etc. Em diversas ocasiões, as conversas com as famílias tornaram-se verdadeiras entrevistas coletivas, sem roteiros prévios ou formalidades de algum instrumento. Realizadas em todas as viagens.

6) *Diário de campo*. Procede-se ao registro das conversas informais, fatos observados e impressões pessoais que, no momento de sua sistematização, guia a maneira como as informações são dispostas e cruzadas com as outras fontes de dados. Instrumento de excelência para pesquisadores em campo, nos inspiramos nas recomendações dos antropólogos para realizar um bom registro das vivências na comunidade (MINAYO, 2007b; OLIVEIRA, 2006) e dos psicólogos que trabalham com grupos, instituições e comunidades. Sempre estávamos acompanhados de nosso caderno de campo, gravador e máquina fotográfica. Realizados em todas as viagens.

7) *Visitas domiciliares*. A todas as casas. Conversar com cada família para estreitar laços, esclarecer suas origens genealógicas, histórias familiares, número de filhos, problemas

enfrentados, fonte de renda, ocupação, condições de moradia, entre outros assuntos enriquecedores da pesquisa. Realizadas na quarta e quinta viagem.

8) *Elaboração de croqui*. Trata-se de um desenho da comunidade, feitos pelos próprios moradores, contendo informações sobre localização das casas e outras construções, roças, número de famílias, quantidade de pessoas em cada casa, eletrodomésticos, fonte de renda familiar e origem genealógica. Também foi elaborado um croqui com a comunidade antes da queda do barranco (a partir de 1992), para compreender o deslocamento geográfico dos moradores ao longo dos anos. Realizado na terceira e quarta viagem.

9) *Registro fotográfico*. Para identificar melhor as peculiaridades da região, comprovar nossas idas à comunidade e servir como fonte de dados. Realizado em todas as viagens.

10) *Levantamento de documentos*. Das origens da comunidade e de suas organizações formais; de dados sobre aspectos físicos, infra-estrutura, populacionais, socioeconômicos e do pescado em Tabatinga. Realizado em todas as viagens.

11) *Reuniões de equipe*. Este tipo de reunião se assemelha ao que, em Psicologia Clínica, se chama de supervisão – ou análise de implicação, no universo discursivo da Análise Institucional. Por meio desta, discutem-se as implicações vividas pelos pesquisadores em relação aos pesquisados e vice-versa, sob o ponto de vista dos primeiros. O objetivo desse tipo de reunião é problematizar os tipos de relações que se estabeleceram entre esses atores, compreender melhor a dinâmica comunitária e contribuir para a tomada de decisões mais precisas sobre os re-direcionamentos dos próximos passos da pesquisa. Isso porque, como apontado por Freitas (1999b), se considera que as informações não seguem uma objetividade cartesiana, mas passam pelas vivências e laços criados entre pesquisadores e pesquisados, bem como pelas impressões compartilhadas entre os membros da equipe. Realizada nas primeiras três viagens.

12) *Reuniões temáticas*. Este procedimento se assemelha à reunião de equipe no sentido de ser um momento de reflexão sobre as experiências vividas pelos pesquisadores em campo. No entanto, traz um elemento diferente e inovador inspirado na obra de Paulo Freire (2005). Ao elaborar uma proposta de 'ação cultural' libertadora, Freire indica dois momentos para a compreensão da realidade local e a posterior ação educativa. No primeiro, trata-se do levantamento de uma série de informações da localidade, em que os educadores convivem com a população e captam elementos que, no momento seguinte, serão fundamentais para a prática. A inovação freiriana que adotaremos consiste na maneira como as informações são sistematizadas. O autor sugere que estas sejam discutidas entre todos os autores envolvidos no processo educativo. Ou seja, há um momento de reunião em que educadores e educandos discutem a validade de todas as informações obtidas durante esse período de reconhecimento da vida comunitária. Esse gesto é o que concretiza a posição do autor de superação educador/ educando, para uma de educador-

educando e educando-educador. Esta postura ética coloca o pesquisado na condição de interlocutor e co-autor de todo o conhecimento produzido, conferindo-lhe o papel de protagonista na transformação de sua realidade. Realizado na quinta viagem, em casas que concentravam núcleos familiares centrais.

4.5. Conclusão

Neste capítulo referendamos as bases metodológicas das quais partimos e, na medida do possível, explicamos quais os pontos transgredidos em cada uma das fontes de inspiração na construção de nosso percurso metodológico. Tivemos de romper com alguns esquemas pré-estabelecidos porque assim o exigiram as experiências vividas na prática. Além do mais, não tratamos de simplesmente fazer verificações de teorias, mas construí-las a partir das vivências e das inquietações produzidas por estas.

Descrevemos também nossas dificuldades para concretização desta pesquisa, pois não havia como e porque deixá-las de lado. É importante explicitar tais condições, por terem permeado boa parte de nossas escolhas. Muitas vezes, pesquisadores omitem esses acontecimentos, sob a justificativa de que estes não fazem parte dos dados obtidos. No entanto, não somos partidários desse ponto de vista e pudemos constatar, pela experiência de produção desta tese, que uma pesquisa empreendida na Amazônia requer a observância de uma série de aspectos e que, de uma forma ou de outra, marcam profundamente as verdades alcançadas e os erros cometidos.

Capítulo 05. Considerações Parciais 01

Realizar uma pesquisa no contexto amazônico nos fez ponderar uma série de condições à produção acadêmica. A primeira ordem de questionamentos veio em função da própria incompletude da ciência moderna. Dadas suas características fundantes, uma série de fenômenos são desconsiderados – justamente aqueles que se apresentam de modo marcante na vida das pessoas que habitam na Amazônia: mitos, superstições, crenças e religião. Outra característica é a compreensão do que é o informante ou interlocutor, dentro desses parâmetros científicos: objetos a serem estudados, ou sujeitos que constroem significados junto com os pesquisadores, com tudo o que isso implica?

Outra ordem de questionamentos de refere à Psicologia Social. Entre os psicólogos não existe clareza do âmbito dessa disciplina nem de suas diferentes abordagens. Seu aprofundamento, no Brasil, só é possível no nível de pós-graduação. E ainda há pouquíssima produção que aborde questões ligadas aos povos da Amazônia. Se por um lado nosso ponto de partida foi a Psicologia Social – ainda pouco conhecida dentro e fora dos limites da Psicologia –, por outro tivemos de relativizar nossas referências em função da necessidade imposta pelas questões socioambientais, que não são apreensíveis por apenas um ponto de vista. Isso nos fez, paradoxalmente, buscar maior rigor dentro da própria disciplina e, ao mesmo tempo, romper com certos parâmetros, para podermos esboçar um tipo de pesquisa de cunho inter-/transdisciplinar.

Enfim, uma terceira ordem de questionamentos das condições de produção científica diz respeito ao aspecto operacional de sua concretização, que envolve desde o financiamento, condições logísticas e instrumentos de pesquisa, por exemplo, até a disponibilidade da equipe de pesquisadores e as características pessoais de cada um. O que muitas vezes parece não entrar nem no contexto da pesquisa é, em verdade, seu próprio condicionante.

Tais inquietações se tornaram motivo de elaborações de cunho teórico-prático esboçados nesta parte da tese. De modo geral, muitos estudos iniciam descrevendo a metodologia, pois é a partir desta que todo o trabalho é conduzido. Nesta pesquisa nos propusemos a discutir sobre esse ponto de partida, para reelaborá-los em função de melhor adequação às questões que envolvem o universo amazônico – e que podem servir também a futuros pesquisadores que queiram se envolver com investigações nesse âmbito.

Parte II. Razão e Desenvolvimento

Se a modernidade é definida como fé incondicional no progresso, na tecnologia, na ciência, no desenvolvimento econômico, então esta modernidade está morta.

Edgar Morin

Se a idéia de progresso morrer no Ocidente, desaparecerá com ela muito do que prezamos há tempos, nesta civilização.

Robert Nisbet

Nesta segunda parte desta pesquisa, temos uma série de discussões alinhadas segundo um mesmo fio condutor. Desta vez nosso foco central é compreender como e porque na sociedade ocidental moderna chegamos a cindir Homem e natureza a tal ponto, que a idéia de progresso e as teorias desenvolvimentistas do século XX nos conduziram a uma encruzilhada: se não mudarmos agora, a vida humana e não humana correm sérios riscos de prejuízos irreversíveis.

Mudar do que para que? Podemos refletir sobre mudanças em diversos níveis. Neste trabalho, compartilhamos e defendemos o ponto de vista de que a modernidade está passando por mudanças cujas conseqüências ainda não podem ser previstas, mas há um rumo a ser tomado: uma reformulação dos paradigmas vigentes, sejam os científicos, os desenvolvimentistas, os ecológicos, os da razão, etc., em função do questionamento/crise de seus modelos. Alguns falam em pós-modernidade e outros nomes que designam a superação deste momento histórico. Outros, afirmam que a modernidade ainda se prolongará por mais algum tempo. Somos partidários de autores, como Boaventura de Sousa Santos (1999; 2008), que indicam um momento de 'transição paradigmática' e argumentaremos a respeito de alguns dos pontos centrais dessa tese.

Para Santos (2008, p. 15), a modernidade ocidental fundamenta-se no que chama de paradigma epistemológico e paradigma sócio-cultural. O autor refere que o primeiro se assenta nas seguintes idéias fundamentais:

distinção entre sujeito e objeto e entre natureza e sociedade ou cultura; redução da complexidade do mundo a leis simples susceptíveis de formulação matemática; uma concepção da realidade dominada pelo mecanicismo determinista e da verdade como representação transparente da realidade; uma separação absoluta entre conhecimento científico – considerado o único válido e rigoroso – e outras formas de conhecimento como o senso comum ou estudos humanísticos; privilegiamento da causalidade funcional, hostil à investigação das 'causas últimas' consideradas metafísicas, e centradas na manipulação e transformação da realidade estudada pela ciência (SANTOS, 2008, p. 26).

Esse paradigma epistemológico (presentes em todas as ciências) é reproduzido principalmente pelos cientistas (assim como pela sociedade em geral) em sistemas de representações que buscam reproduzir por conceitos e noções (relacionados entre si) a coerência (pressuposta endógena, própria e independente) do objeto a que se refere. Até o momento em que passam por uma revolução, que gera ruptura e reformulação desses paradigmas, como refere Kuhn (2006). O destino da transição paradigmática sob esse ângulo está contido nas discussões dos capítulos desta segunda parte. Por sua vez, pode-se dizer que há certa concordância, entre cientistas, de que os parâmetros científicos vêm se transformando.

O paradigma sócio-cultural se baseia na dialética entre regulação social e emancipação social. O que caracteriza esse paradigma dominante é: sociedade patriarcal, produção capitalista, consumismo individualista, identidades fortaleza, democracia autoritária e desenvolvimento global e excludente. O pilar da regulação é composto pelo Estado, o mercado e a comunidade; o pilar da emancipação, por três formas de racionalidade: a estético-expressiva, a cognitivo-instrumental e a racionalidade prático-moral do direito. No século XX, essa tensão deixou de ser tensão criativa, em função do colapso do pilar da emancipação no pilar da regulação,

que se deu por meio da convergência entre modernidade e capitalismo e a conseqüente racionalização da vida coletiva baseada apenas na ciência moderna e no direito estatal moderno (Santos, 2000, p. 42). A sobreposição do conhecimento regulação sobre o conhecimento emancipação se deu através da imposição da racionalidade cognitivo-instrumental sobre as outras formas de racionalidade e a imposição do princípio da regulação mercado sobre os outros dois princípios, Estado e comunidade. Portanto, a emancipação esgotou-se na própria regulação e, assim, a ciência tornou-se a forma de racionalidade hegemônica e o mercado, o único princípio regulador moderno. É o que o autor vai definir como a *hipermercadorização* da emancipação e a *hipermercadorização* da regulação (PEREIRA & CARVALHO, 2008, p. 46)¹³⁵

O destino da transição paradigmática sob esse ângulo ainda não pode ser definido nem previsto. Santos (2008) dá bastante crédito às possibilidades e articulações contra-hegemônicas vindas do Sul. No entanto, tantos os termos desse paradigma sócio-cultural quanto os possíveis caminhos de superação de sua crise ainda são objeto de intensos debates teórico-práticos. Nesta tese, não temos fôlego suficiente para acirrar essas discussões.

Feitas tais considerações, no capítulo 06 faremos uma breve descrição da

¹³⁵ PEREIRA, Marcus Abílio & CARVALHO (2008), Ernani. Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social. *Lua Nova: revista de cultura e política*, nº 73, pág. 45-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000100002>. Acesso em: 26 de Ago, 2009.

emergência do racionalismo moderno (que dá base ao paradigma científico moderno), os motivos pelos quais este carrega intrinsecamente uma incompletude fundante, sua crise, desconstrução e a defesa de uma razão aberta, que dá os fundamentos para uma nova compreensão dos alcances e limites da ciência. No capítulo 07, argumentamos sobre a cisão Homem/natureza propriamente dita na modernidade, explorando as indicações de autores que colocam essa separação como sedimentadas em algumas bases: filosófica; organização da sociabilidade e política das sociedades modernas ocidentais; o reforço teológico e a visão antropocêntrica – que influenciou diretamente na concepção de natureza selvagem e intocada. Abordamos também uma visão mais ampla sobre as tendências da construção social da relação Homem/natureza e, por fim, justificamos a importância de estudarmos a organização social particular de determinados grupos/sociedades para compreender melhor como essa relação é constituída/constituinte. No capítulo 08, finalmente chega-se às noções do desenvolvimento sustentável (DS), uma tentativa de união entre o viés desenvolvimentista e o ambientalista. Discutiremos sobre a idéia de progresso, as teorias de desenvolvimento do século XX, a emergência do DS, críticas e limites, novas discussões propiciadas pelo DS e uma apresentação de novas abordagens de desenvolvimento – incluindo visões sobre a Amazônia. Por fim, no capítulo 09, argumentamos sobre a transição paradigmática, que envolve reformulação da ciência, do pensamento, do desenvolvimento e da relação Homem/natureza. Neste capítulo encontram-se também algumas indicações dos pontos de vistas que adotamos nesta tese: abertura para a diversidade e pluralidade epistemológica; adoção da compreensão e do pensamento complexo; e visualização do desenvolvimento segundo novas perspectivas desse conceito.

Capítulo 6. Racionalismo moderno e crise da razão.

6.1. Introdução

A maneira como conhecemos não é estática e muda de tempos em tempos, em função das condições pelas quais os Homens constroem seu modo de pensar, sentir e estar no mundo. Neste capítulo, nos deteremos particularmente na constituição da razão moderna – o racionalismo –, indicando como esta se universalizou sobre outros racionalismos, e mostraremos sua desconstrução, apontando suas falhas intrínsecas, sua crise e a defesa de uma nova razão, aberta ao que anteriormente se excluiu: a subjetividade, os afetos, a fé, o mito, o supersticioso, o irracional, o erro, etc. Nosso objetivo é mostrar que um dos pilares da crise socioambiental é mais profundo do que meramente um problema de equacionamento do tripé ambiente-economia-social: uma de suas bases é a razão configurada ao longo da modernidade, que pelo modo como se configurou até o presente favoreceu um pensamento que cinde em partes aparentemente distintas.

6.2. Universalização do racionalismo

Razão é “um método de conhecimento baseado no cálculo e na lógica (na origem, *ratio* significa cálculo), empregado para resolver problemas postos ao espírito, em função dos dados que caracterizam uma situação ou um fenômeno” (MORIN, 2008, p.157). Japiassu (2006, p.99) complementa que devemos entendê-la também como um poder de autocrítica, pois raciocinar significa julgar o valor de nosso juízo (nossas opiniões) e criticar os preconceitos da opinião pública. E resume que “a Razão nada mais é que o poder do espírito, o poder de discernir o verdadeiro, de pensar o mundo e compreender a natureza” (idem, p.102).

Racionalidade é “o estabelecimento de adequação entre uma coerência lógica (descritiva, explicativa) e uma realidade empírica” (MORIN, 2008, p.157) e “é capaz de dar conta da diversidade da conduta humana” (JAPIASSU, 2006, p.99).

Racionalismo é, por um lado “uma visão de mundo afirmando a concordância perfeita entre o racional (coerência) e a realidade do universo; exclui, portanto, do real o irracional e a-razional” (MORIN, 2008, p. 157); e, por outro, “uma ética afirmando que as ações e as sociedades humanas podem e dever ser racionais em seu princípio, sua conduta, sua finalidade” (idem, ibidem).

Racionalização é “a construção de uma visão coerente, totalizante do universo, a partir de dados parciais, de uma visão parcial, ou de um princípio único” (MORIN, 2008, p.157).

A *atitude racional* (agir racionalmente) é “fazer apelo aos cientistas para resolver

problemas concretos e dotar-nos de conselhos para encontrarmos soluções adequadas, aceitarmos determinadas técnicas e as exigências intrínsecas das coisas (a *força das coisas*)” (JAPIASSU, 2006, p.99) – ou seja, as coerções aparentemente imutáveis da realidade.

O singular da razão não é incompatível com o plural das racionalidades. Tentamos criar estruturas inteligíveis para aplicá-las à realidade e com ela dialogar. Podem (co)existir diversas racionalidades, pois o universo é muito mais amplo do que podemos concebê-lo segundo nossas estruturas racionais, o que abre a possibilidade para muitas leituras possíveis, nunca esgotantes da realidade.

A particularidade do desenvolvimento do pensamento ocidental é “esta forma de racionalidade denominada *racionalismo*, isto é, a crença segundo a qual todo objeto só pode ser pensado e resolvido por um bom uso da razão” (JAPIASSU, 2006, p.98). Dito de outra forma, esse bom uso da razão só pode ser realizado por atitudes racionais, modeladas segundo a racionalidade científica ocidental moderna, que se firma como caminho único de busca da verdade (em oposição às explicações mitológicas e às revelações religiosas) e passa a imperar como racionalismo dominante. Como colocado por Japiassu (idem, p.99), “percebemos que a aventura da Razão ocidental produziu, a partir do século XVII, um robusto, autoritário e dogmático racionalismo bem como várias formas de racionalidades e racionalizações”.

Esse racionalismo moderno se pauta numa leitura de um universo determinista totalmente inteligível ao cálculo, cuja visão de mundo comporta identidade do real, do racional, do calculável e de onde foram eliminadas toda desordem e subjetividade. Isso significa que

a razão torna-se o grande mito unificador do saber, da ética e da política. Há que viver segundo a razão, isto é, repudiar os apelos da paixão, da fé; e como no princípio de razão há o princípio de economia, a vida segundo a razão é conforme os princípios utilitários da economia burguesa. Mas também a sociedade exige ser organizada segundo a razão, isto é, segundo ordem e harmonia. Tal razão é, então, profundamente liberal: visto que o homem é suposto naturalmente racional, então se pode optar não só pelo déspota esclarecido (racional para todos os seus súditos que ainda são crianças grandes insuficientemente racionalizadas), mas também pela democracia e a liberdade que permitirão à razão coletiva exprimir-se, à razão individual (combatida e perseguida pela religião e superstição) desabrochar (MORIN, 2008, p.159).

Portanto, o racionalismo passa a ser considerado como a própria razão, influenciando não só a ciência, mas a sociedade de modo geral. No século XVII, o desenvolvimento do racionalismo das Luzes, continha um ideal humanista que associava

sincreticamente o respeito ao culto ao homem (ser livre, sujeito do universo) e a ideologia de um universo integralmente racional (isento do mito, superstição, obscurantismo, religião). Por meio desse racionalismo, acreditou-se: na conquista progressiva da racionalidade, sob o impulso do cientificismo; na aplicação de resultados obtidos cientificamente aos diferentes âmbitos da vida do Homem e sociedade; na ruptura do Homem com a tradição anterior (ancorada na religião e superstição) para sua liberdade e igualdade. Esse racionalismo, portanto, carrega consigo ideais de emancipação e de progresso, pautados na luta permanente contra tudo o que foge à razão e ação racional.

Esses ideais só permanecem emancipatórios enquanto atrelados ao humanismo, unindo amor à humanidade, paixão pela justiça, pela liberdade, pela igualdade. Ao abandonarem-se as idéias humanistas por uma série de contingências, a racionalidade começa a devorar a razão “e os homens deixam de ser concebidos como indivíduos livres e sujeitos autônomos. Passam a obedecer à aparente racionalidade do Estado, da Burocracia, do Mercado” (JAPIASSU, 2006, p. 103). Nessa linha, a industrialização, a urbanização, a burocratização e a tecnologização se efetuaram segundo as regras e princípios da racionalização, isto é, a manipulação social e dos indivíduos tratados como coisas em proveito dos princípios de ordem, de economia e de eficácia (MORIN, 2008, p.162).

A história ocidental moderna está marcada por moderações humanistas a essas racionalizações, por meio do jogo pluralista das forças sociais e políticas, da ação sindical, por exemplo. Não obstante tenha sido parcialmente refreado, o racionalismo ocidental universalizou-se para todo o planeta e tornou-se dominante, principalmente a partir do século XVIII. Esse etnocentrismo ocidental camufla uma visão racionalizadora, limitada e parcial do mundo, e uma prática conquistadora e destruidora das culturas não ocidentais. Esse racionalismo aparece não só como força de emancipação universal, mas como princípio justificando a subjugação operada por uma economia, uma sociedade, uma civilização sobre a outra (MORIN, 2008, p.165).

6.3. Crise do racionalismo moderno

No século XIX, radicalizou-se a separação entre o mundo da razão e o do coração/sentimentos, entre ciência do universo físico e o conhecimento do universo moral, espiritual e social. A razão passa a demonstrar que está em crise, no século XX, quando esta se converteu em racionalidade instrumental, como nos fala Adorno & Horkheimer (1995), obcecada pela eficácia e obtenção de resultados, impondo-se como concepção unidimensional, isto é, conceber-se e apresentar-se como racionalização ditatorial e totalitária. Invertem-se as relações causais: produz-se a sociedade para a burocracia, o povo para a tecnocracia, o sujeito para o objeto (JAPIASSU, 2006, p.111-2). Os Homens,

destituídos de sua condição humana, considerados como coisas manipuláveis e submetidos à ditadura da racionalidade instrumental, foram alvo da irracionalidade dessa racionalidade: as Grandes Guerras, Hiroshima e Auschwitz.

Esses tristes episódios vieram demonstrar que a razão moderna (racionalismo) carrega em seu cerne uma irracionalidade ocultada. A razão enlouquece quando “esse irracionalizado oculto é desencadeado, se torna senhor e guia da razão, quando o desabrochamento da razão se transmuta em desencantamento irracional” (MORIN, 2008, p.164). Em outras palavras,

A razão enlouquece quando se torna ao mesmo tempo puro instrumento do poder, dos poderes e da ordem e fim do poder e dos poderes; ou seja, quando a racionalização se torna não só instrumento dos processos bárbaros da dominação, mas também quando se destina ao mesmo tempo à instauração de uma ordem racionalizadora, na qual tudo o que a perturba se torna demente ou criminoso (idem, ibidem).

A crise da razão é interna. A racionalidade traz à tona a presença ora acompanhante, ora dominadora, ora tornando-se ébria, louca e destrutiva da *desrazão*. Já não se questiona a suficiência ou insuficiência da razão, mas a irracionalidade do racionalismo e de suas racionalidades.

6.4. Desrazão e razão aberta

A equação do racionalismo moderno caracteriza o que Morin (2008, p.165) chama de razão fechada, que rejeitou como inassimilável fragmentos enormes da realidade, isto é, tudo o que é *desrazão*: o irracional (que não é dotado de razão; contrário à razão), o sobrracional (acima da razão), o a-racional (não racional; fora do eixo racional/irracional). Essa razão fechada rejeitou: a subjetividade (questão da relação sujeito/objeto); a natureza como inerente ao Homem; a desordem e o acaso; o singular e o individual; a paixão (afetividade); a poesia, arte, superstição, mito e religião como fontes/formas de conhecimento. A realidade é reduzida à idéia, excluindo-se o sensível.

O desenvolvimento da ciência deu-se por processos de desracionalizações e re-racionalizações, por aventuras da racionalidade em terras desconhecidas e obscuras do real, que revolucionaram cada época. Como nos fala Kuhn (2006), as revoluções científicas não acontecem pelo progresso linear e cumulativo, mas pela ruptura com paradigmas vigentes e criação de novos paradigmas. Em outras palavras, de revoluções desracionalizantes e de novas racionalizações. Atualmente, na ciência se está lidando com a irrupção da desordem (acaso, aleatoriedade), da aporia (antinomias lógicas) e da questão do sujeito observador/concebedor.

Por esse motivo, Morin (2008, p.167-9) defende uma razão aberta à coexistência com a desrazão, isto é, com tudo aquilo que lhe é irracional, a-razional, soberracional. A partir do reconhecimento desses outros níveis de realidade, busca-se comunicação e compreensão das interfaces e interferências entre estes. Tudo o que fora rejeitado anteriormente, agora passa a ser reconsiderado: a subjetividade, a paixão, a fé, o mito, o supersticioso, o irracional, o trágico, o irrisório, etc. Trata-se de uma razão complexa, que reconhece em si mesma zonas obscuras, irracionalizáveis e incertas, e que as concebe não como oposição absoluta, mas como oposição relativa: em relação de complementariedade, de comunicação, de troca. Desse modo, passa-se a considerar o Homem não apenas como *homo sapiens*, mas como *homo sapiens/demens*.

6.5. Conclusão

Tais colocações não conduzem ao abandono da racionalidade e entrada no relativismo, ceticismo e niilismo. Muito pelo contrário, devemos salvaguardá-la como atitude crítica e vontade de controle lógico, que configuram um confiável e seguro instrumento de conhecimento, acrescentando-lhe a autocrítica e reconhecimento dos limites lógicos, uma vez que o real sempre excede o racional. Isso implica no grande desafio de equacionar uma nova razão com: a reintrodução do que foi desencantado e dessacralizado; a volta do passional (afetividade) e espiritualidade; o entendimento de que existem formas diferentes de acesso e compreensão da realidade, que não apenas pela idéia; a abertura à multiplicidade de pensamentos, pluralidade de visões de mundo e diversidade dos modos de viver, encontradas em outras culturas; o retorno da subjetividade na observação e concepção; a consideração das condições sociais, históricas, econômicas, etc., na produção científica; a religação do Homem com a natureza.

Podemos resumir a atitude frente a essa racionalidade tecnocrática ainda dominante da seguinte maneira: *crítica*, em que se supera a visão da razão que exclui a subjetividade (irracional, emocional, passional), para buscar diálogo e mediação com esta; *abertura*, para formas diferentes de conhecimento da realidade, encontradas na literatura, arte, religião, senso comum, etc.

Em suma, Japiassu (2006) ressalta que devemos reconhecer que o trabalho científico exige o rigor do pensamento, do cálculo e da experimentação, sem com isso deixar de buscar uma nova *episteme* (da indeterminação, da descontinuidade, da pluralidade), que não aceita nenhum tipo de dogmatismo, pois este é gerador de intolerância e violência. Pode-se dizer que se trata de abandonar o puritanismo científico, para não reduzir a profundidade e multiplicidade das relações que unem o mundo da ciência ao da religião (espiritualidade) e da superstição (magia), ocultadas ao longo do desenvolvimento da ciência moderna (JAPIASSU, 2005).

Capítulo 7. Cisão Homem/natureza na modernidade

7.1. Introdução

A natureza sempre foi alvo do fascínio e motivo de medo do Homem. O desconhecido interno e externo a si, em toda história da humanidade, tem sido motivo de investigações que passam pelo crivo do pensamento filosófico, religioso, supersticioso, científico, etc. O ato de conhecer a natureza extirpa o medo que temos dela. Na modernidade, acreditou-se que poderíamos nos tornar senhores da natureza pela razão, dominando-a e domesticando-a segundo nossos interesses. Essa crença só foi possível com a cisão Homem/natureza. Nas linhas que seguem, exploraremos o que alguns autores consideram como as bases para essa separação na modernidade: o pensamento cartesiano, a organização da sociabilidade e a política nas sociedades modernas, as interpretações teológicas e a visão antropocêntrica que culminam nas áreas de preservação. Em seguida, discutiremos algumas tendências que procuram compreender a relação Homem/natureza como uma construção localizada em cada contexto histórico particular. E faremos algumas considerações para justificar a importância no acerto de estudarmos a organização social dos ribeirinhos da Amazônia.

7.2. Pensamento cartesiano

No âmbito filosófico, um dos autores que contribuiu para a cisão Homem/ natureza foi René Descartes (2008a, 2008b)¹³⁶ (1596-1650), considerado como um dos precursores da racionalidade moderna. Uma das contribuições do pensador é o que foi chamado de método cartesiano, que consiste na instauração da dúvida, na qual só se pode afirmar a existência de algo caso esta possa ser provada. Na ótica de Descartes, os sentidos podem nos enganar e as idéias são confusas. Nessa linha, a importância de um método de pensamento repousa no fato de que se trata de um conjunto de regras capazes de evitar erros e garantir a validade dos resultados, por meio de um sistema de raciocínio que se baseia na dúvida e não pressupõe certezas e verdades pré-estabelecidas.

Tendo como foco principal a busca da razão e da verdade, o filósofo prova a existência do próprio eu, que por ser capaz de duvidar, é sujeito de algo – *cogito ergo sum*: penso (cogito/duvido), logo existo. Para Descartes, o pensamento é uma realidade em si, diferente da matéria. Dentro de suas proposições, existem dois tipos de substâncias (res):

¹³⁶ DESCARTES, René (2008a). *Discurso do Método*. Edição eletrônica livre. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/>>. Acessado em: 03 de Ago, 2009.
_____(2008b). *Meditaciones Metafísicas*. Edição eletrônica livre. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/>>. Acessado em: 03 de Ago, 2009.

as finitas (*res cogitas* e *res extensa*) e uma infinita (Deus). O ser humano é dotado da mente/alma (*res cogitas*) e também do corpo/matéria (*res extensa*). É esse o dualismo cartesiano que permite o sujeito pensante produzir pensamentos e conhecer as substâncias do mundo.

Esse paralelismo característico da racionalidade cartesiana propiciou cisões até então indivisíveis: corpo e mente; sujeito cognoscente e objeto; Homem e natureza. O estudo das coisas do mundo caberia à ciência. As especulações metafísicas, à filosofia. Doravante está resolvida a questão filosófica do sujeito.

No que tange a cisão Homem/natureza especificamente, o corpo é tido como autômato e a mente se iguala ao intelecto. Dessa maneira, só o Homem é provido de atributos da alma (capacidade de percepção, memória, reflexão, etc.), enquanto fauna e flora, que não têm alma, são autômatos. A Natureza é alter e pode ser tida como objeto e, por esse motivo, não possui direito e pode ser explorados. Com isso, justifica-se o domínio humano sobre todas as coisas.

Como nos mostra Japiassu (2006, p.113), ao instaurar um paradigma da simplificação, caracterizado pelos princípios da disjunção, redução e abstração, Descartes legitima a dominação, domesticação e sujeição da natureza pelo Homem. O universo pode ser racionalizado e utilizado a favor dos desejos de seu dominador, por meio de métodos científicos racionalmente estipulados.

Por outro lado, Francis Bacon (1561-1626), com sua visão empirista, trazia uma nova contribuição à ciência e sociedade: o método científico para estudar fenômenos naturais. Na esteira de Chaves et al. (2008, p.130)¹³⁷, o pensador identificava uma relação dicotômica entre Homem e natureza, pois considerava que para se conhecer esta última seria necessário conhecer as leis/fenômenos naturais e, a partir do contato direto com ela, dominá-la. Portanto, reforça-se essa separação pelo próprio fundamento científico emergente.

7.3. Organização da sociabilidade e política

Se por um lado essa racionalidade cartesiana coloca em contraste Homem e natureza, por outro a organização da sociabilidade e a política nas sociedades modernas também encontram-se sedimentadas na soberania humana sobre o mundo natural, baseada em teorizações de pensadores cujas idéias se expandiram para além da esfera

¹³⁷ CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; SIMONETTI, Susy Rodrigues; LIMA, Marly dos Santos (2008). Pueblos ribereños de la Amazonía: haberes y habilidades. *Interações*, Campo Grande, vol. 09, n. 02, p.129-139, jul./dez.

filosófico-científica. Como nos explica Boaventura de Sousa SANTOS (2008)¹³⁸, uma dessas idéias é a do contrato social, cujos princípios reguladores e fundamentos ideológicos e políticos constituíram a contratualidade real dessas sociedades. Entre os teóricos que desenvolveram essa idéia, se encontram Thomas HOBBS (2008)¹³⁹ (1588-1679), John LOCKE (2006)¹⁴⁰ (1632-1704) e Jean-Jacques ROUSSEAU (2001; 2002)¹⁴¹ (1712-1778).

Para Santos (2008, p.317), o contrato social é uma grande narrativa em que se funda a obrigação política moderna ocidental. Esta obrigação é complexa e contraditória, pois se expressa segundo uma tensão dialética entre regulação social e emancipação social, reproduzida constantemente pela polarização entre vontade individual (interesse particular) e a vontade geral (coletiva, bem comum). O Estado nacional, o direito e a educação cívica garantem o desenrolar pacífico e democrático dessa polarização num campo social que se denominou de sociedade civil. O procedimento lógico que estabelece o caráter inovador da sociedade civil reside, para Santos, na contraposição entre esta e o estado de natureza (ou estado natural). Como nos esclarece Calegare (2005)¹⁴², a doutrina jusnaturalista desses autores compreendia que a formação da sociedade ocorre a partir da domesticação/civilização do estado natural do Homem. Sociedade civil (*societas civilis*) é sinônimo de sociedade política (Estado) e estão em contraposição à sociedade natural (*societas naturalis*). Isso implica na afirmação de que o Estado (sociedade política/sociedade civil) nasce “com a instituição de um poder comum que só é capaz de garantir aos indivíduos associados alguns bens fundamentais (...) que, no Estado natural, são ameaçados seguidamente” (BOBBIO, 1986, p.1206)¹⁴³. Ou seja, o estado primitivo da humanidade, na qual o homem vivia segundo as leis da natureza, daria lugar ao estado civil por meio da civilidade fruto da união entre os Homens em formas institucionalizadas de organização e leis. Nesse momento, o Homem, com o surgimento do Estado, se diferencia de seu estado natural, primitivo e selvagem.

Santos (2008) explica que a diferença entre esses pensadores sedimenta-se na

¹³⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa (2008). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez. Coleção para um novo senso comum; v. 4.

¹³⁹ HOBBS, Thomas (1651/2008). *Leviatã; ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Edição eletrônica livre. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

¹⁴⁰ LOCKE, John (1690/2006). *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. São Paulo: Vozes.

¹⁴¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques (1755/2001). *Discurso sobre a origem da desigualdade*. Tradução de Maria Lacerda de Moura. Edição eletrônica livre. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

_____. (1762/2002). *Do contrato social; ou princípios do direito político*. Tradução de Rolando Roque da Silva. Edição eletrônica livre. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

¹⁴² CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar (2005). *A transformação social no discurso de uma organização do Terceiro Setor*. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹⁴³ BOBBIO, Norberto et all. (1986). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB. 1318p. Verbete Sociedade civil.

maneira como entendem o estado natural/selvagem e o posterior investimento de poderes do Estado saídos do contrato social. Vejamos rapidamente algumas considerações desses pensadores.

Hobbes entende que o Homem, no estado primitivo/natural, estaria em constante estado de guerra (HOBBS, 2008, p.46): “durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens”. A segurança que o homem tem para viver com os outros homens ocorre pela superação da discórdia entre eles, vinda com a instituição do poder comum, da lei e da justiça, todas as qualidades que pertencem ao homem civilizado, isto é, que vive em sociedade (HOBBS, 2008, p. 47). A formação da sociedade civil (sinônima de sociedade política, ou Estado), portanto, se dá pela superação do estado selvagem por meio do contrato social – reflexo da civilidade do Homem – que assegura a liberdade, a paz interna, a defesa comum e outros aspectos da vida civilizada. O Estado é instituído quando uma multidão de homens, e não apenas grupo isolado, concorda e pactua (contrato social) em atribuir autoridade absoluta a uma figura (Leviatã) que lhe garanta viver em paz uns com os outros e protegidos do restante dos Homens (idem, p.61). Nessa linha interpretativa, temos que natureza e estado primitivo/selvagem do Homem são identificados com aspectos negativos da existência humana – o estado miserável da existência humana na terra. A vida em sociedade se reflete por leis, progresso e civilidade, o que representam aspectos nobres da vida terrena.

Locke, que contesta a obra de Hobbes, coloca algumas diferenças: o estado de natureza não é essencialmente um estado de guerra (ou estado de permissividade/liberdade total); o pacto comum (contrato social), que contrasta estado de natureza e sociedade civil (sinônima de sociedade política, ou Estado), constitui-se em um governo limitado constitucionalmente sob sistema jurídico e judiciário (LOCKE, 2006, p.58), e não na figura de uma autoridade absoluta. As semelhanças são: o estado de natureza é primitivo, miserável, atrasado e incivilizado; apenas com o estabelecimento de acordo coletivo, “a partir de uma união voluntária e do acordo mútuo de homens que escolhiam livremente seus governantes e suas formas de governo” (idem, p.63), os Homens podem superar a inconveniência do estado de natureza e, assim, viver adequadamente em sociedade. Por essa linha interpretativa, temos natureza e estado primitivo/selvagem identificados com aspectos negativos à convivência humana e o acordo entre Homens, que marcam o abandono desse estado e entrada à civilidade, como características positivas.

Rousseau, que também contesta Hobbes (ROUSSEAU, 2001, p.46-79), aponta as qualidades do homem selvagem (o bom selvagem) e como esse estado primordial do Homem (estado de natureza) o imbuía de uma série de características mais favoráveis para

a sobrevivência física, metafísica e moral do que o Homem civilizado. O Homem nasce bom (perfectibilidade, virtudes morais e outras faculdades que recebe em potencial no estado de natureza), e a sociedade e a educação recebida nela é que o corrompem (idem, p.86-89). Entretanto, os obstáculos naturais e prejudiciais à conservação da vida do Homem o levam a se unir e formar, por agregação, uma soma de forças que possam “arrastá-lo sobre a resistência, pô-los em movimento por um único móbil e fazê-lo agir de comum acordo” (ROUSSEAU, 2002, p. 23). O contrato social surge para “encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente” (idem, p.24). Portanto, para Rousseau a constituição da sociedade, por meio desse pacto coletivo (contrato social), traz ganhos suficientes para todos seus membros e, por isso, é o caminho que leva o Homem às conquistas mais caras à civilização e a formas mais adequadas de convivência entre eles, com resume José Sávio LEOPOLDI (2002, p.159)¹⁴⁴. Por essa linha interpretativa, natureza e estados naturais/selvagens possuem características positivas, mas há ganhos coletivos em se formalizar um pacto que tragam melhores possibilidades de convivência e sobrevivência coletiva. Ou seja, a civilidade traz ganhos sobre o estado natural.

O ponto em comum a todos eles é a idéia de que a opção de abandonar o estado natural para constituir a sociedade civil e o Estado moderno é uma opção radical e irreversível (SANTOS, 2008, p.317). Os principais critérios do contrato social são: 1) constitui-se apenas de indivíduos e exclui a natureza, sendo que “a única natureza que conta é a humana e mesmo esta apenas para ser domesticada pelas leis do Estado e pelas regras de convivência da sociedade civil. Toda a outra natureza ou é ameaça ou é recurso” (idem, p.318). 2) sedimenta-se sob a cidadania territorialmente fundada, isto é, alguns são designados cidadãos e são parte no contrato social, enquanto os demais (mulheres, migrantes, minorias étnicas, etc., que vivem em estado de natureza) não fazem parte deste – e todos convivem dentro de um mesmo espaço geopolítico. 3) baseia-se no comércio público de interesses, que separa espaço público e espaço privado. Ou seja, “só os interesses exprimíveis na sociedade civil são objeto do contrato. Estão, portanto, fora dele a vida privada, os interesses pessoais de que é feita a intimidade, o espaço doméstico, em suma, o espaço privado” (idem, ibidem).

As tensões e antinomias subjacentes a essa contratualização, por sua vez, são controladas segundo princípios reguladores metacontratuais: regime geral de valores; sistema comum de medidas; espaço-tempo privilegiado. Tal como nos resume Santos (2008, p. 321), “a idéia do contrato social e seus princípios reguladores são os fundamentos

¹⁴⁴ LEOPOLDI, José Sávio (2002). Rousseau – Estado de natureza, o 'bom selvagem' e as sociedades indígenas. *ALCEU*, vol. 02, nº. 04, jan./jun., p. 158-172.

ideológicos e políticos da contratualidade real que organiza a sociabilidade e a política nas sociedades modernas”. E acrescenta que “o contrato social visa criar um paradigma sócio-político que produz de maneira normal, constante e consistente quatro bens públicos: legitimidade da governação, bem-estar econômico e social, segurança, identidade cultural nacional” (idem, ibidem).

Em suma, pudemos ver que organização da sociabilidade e a política nas sociedades modernas ocidentais também estiveram pautadas numa cisão que caracterizou o domínio, civilização e domesticação do Homem sobre a natureza e seu estado primitivo e selvagem.

7.4. Reforço teológico, antropocentrismo e áreas de preservação

Se do ponto de vista científico e sócio-político justificou-se essa soberania humana, também pela leitura da teologia se atribuiu um lugar diferente do Homem na sua relação com a natureza, como nos aponta Keith THOMAS (1988)¹⁴⁵. Segundo o autor, os intelectuais e teólogos da Inglaterra do início da era moderna concebiam que a natureza havia sido criada para servir ao Homem, justificando essa máxima segundo inúmeras interpretações bíblicas. Por exemplo, dizia-se que o jardim do Éden fora criado para servir ao Homem e havia perfeição na relação de Adão, Eva e a natureza ao redor. Entretanto, a natureza se tornou selvagem e hostil com a caída do Homem pelo pecado. Após o dilúvio, houve a renovação da autoridade do Homem sobre a natureza e tal direito humano sobre plantas e animais fora confirmado por Jesus, na sua vinda à Terra.

Essa visão antropocêntrica afirmava que todos os animais e plantas existiam para proporcionar ao Homem o bem-estar necessário para a vida na terra. A autoridade humana sobre a natureza era inquestionável e até mesmo os relatos de viajantes vindos do Novo Mundo e do Oriente, que contavam do respeito pela vida não-humana na interação Homem/natureza, era vista com desdém no Velho Mundo (THOMAS, 1988, p.26). Entretanto, o próprio autor esclarece que o antropocentrismo não foi exclusividade dos europeus, pois em outras culturas também existiram crenças de que o Homem era guardião de todas as coisas existentes no mundo, permitindo-lhes explorar todos os recursos naturais disponíveis para a sobrevivência sem restrições de qualquer cunho.

O que queremos salientar, na esteira de Thomas (1988, p.30), é que no início do período moderno, os intérpretes, literatos e teólogos ingleses faziam leituras antropocêntricas do mundo a seu redor, colocando o Homem como senhor e a natureza como subordinada.

Dessa maneira, o contexto antropocêntrico dos intelectuais e dos teólogos ingleses,

¹⁴⁵ THOMAS, Keith (1983/1988). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das letras.

reforçado pelos literatos, veio reforçar a sujeição do mundo natural pelo Homem. O reflexo disso pode ser observado: na compreensão de que a civilização é resultante do domínio humano sobre a natureza; no nascimento da História Natural (Botânica e Zoologia), para se poder identificar o uso e virtude das plantas, bem como a serventia dos animais, para os propósitos humanos; no crescente interesse que o mundo natural despertou na elite britânica do século XIX, na forma de observação estética na natureza selvagem, que aliado à interesse científica e ao impulso religioso de tutela da natureza pelo Homem, levaram os ingleses a criarem leis de proteção às aves selvagens e, na seqüência, à natureza intocada de forma mais ampla (THOMAS, 1988, p.332-4)¹⁴⁶.

Uma das conseqüências da expansão dessas concepções da relação entre Homem e natureza, na qual o mundo selvagem (*wilderness*) passa a ser revalorizado pela sociedade e, portanto, deve ser preservado da presença antrópica do ser humano, ainda hoje é visível em muitas políticas adotadas pelos governos mundiais e que habita o imaginário popular. Como nos mostra Diegues (2004b), trata-se do mito moderno da natureza intocada: o mundo natural deve permanecer preservado da presença destrutiva do Homem, no sentido mais amplo que isso venha a adquirir. Isso impulsionou, no século XIX, a criação dos parques nacionais norte-americanos – o modelo de área protegida das unidades de conservação, que foi exportado para inúmeros países, incluindo o Brasil (DIEGUES, 2004b, p.35-38)¹⁴⁷.

Como reforçado por Diegues & André de Castro Cotti MOREIRA (2001)¹⁴⁸, os

¹⁴⁶ Em seu livro, Thomas (1988) descreve que houve uma mudança de sensibilidade do Homem em relação às plantas e animais. Em meados do século XVI, valorizava-se a natureza domesticada (campos cultivados, jardins simétricos, criação de animais). Já em meados do século XIX, houve uma mudança de atitude, na qual se passou a valorizar a natureza intocada (campos selvagens, áreas intocadas, animais no habitat natural). Esse novo relacionamento com a natureza inspirou os ingleses e, posteriormente, os norte-americanos, a criarem leis de proteção do mundo selvagem.

¹⁴⁷ “A noção de mito naturalista, da *natureza intocada*, do *mundo selvagem*, diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiram áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado 'puro' até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitam de uma 'proteção total'. Quando se fala em *mito moderno*, refere-se a um conjunto de representações existentes entre setores importantes do conservacionismo ambiental de nosso tempo, portador de uma concepção biocêntrica das relações homem/natureza, pela qual o mundo natural tem direitos idênticos ao ser humano. Como corolário dessa concepção, o homem não teria o direito de dominar a natureza. Esse mito tem raízes nas grandes religiões, sobretudo cristã, e está associado à idéia do paraíso perdido. Ele se revelou, no entanto, na concepção dos 'parques nacionais' norte-americanos, na segunda metade do século XIX, pela qual porções de território consideradas 'intocadas' foram transformadas em áreas naturais protegidas, nas quais não poderia haver morador. Essas áreas selvagens foram criadas em benefício das populações urbanas norte-americanas que poderiam, como visitantes, apreciar as belezas naturais. Essa representação do mundo natural, expressa pelos chamados 'preservacionistas puros' como John Muir e Thoreau, constituiu-se na justificativa para a criação de áreas naturais protegidas que deveriam permanecer intactas. Esse modelo de conservação chamada de 'moderna' e a ideologia que lhe é subjacente espalhou-se para o resto do mundo” (DIEGUES, 2004b, p.53).

¹⁴⁸ DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana & MOREIRA, André de Castro Cotti (2001). Apresentação. In: _____. (orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP.

modelos que subsidiaram inúmeras políticas conservacionistas/preservacionistas¹⁴⁹ e ocupação da floresta, adotadas no Terceiro Mundo, são oriundos de modelos norte-americanos de áreas naturais protegidas, desde o século XIX, que partem de uma visão preservacionista baseada no pressuposto de que o Homem é o destruidor da natureza. Tal abordagem, ainda predominante atualmente, é erigida tomando-se como fundamento uma concepção estática de natureza, desvinculada da presença do Homem sobre ela e sem levar em consideração os fatores sociais, históricos e culturais que estão nos alicerces dessas compreensões (THOMAS, 1988; PONS, P., 1997¹⁵⁰; PONS, X., 1997¹⁵¹).

Diegues (2000, p.1-19) destaca que na atualidade grande parte das visões de conservação/preservação da natureza principia de uma concepção ambientalista generalizada, tecnocrática e neoliberal que tende a considerar essa questão como solucionáveis pelas técnicas modernas e pelo mercado, sem levar em conta as teorias mais amplas relativas aos estudos das relações Homem/natureza.

7.5. A construção social da relação Homem/natureza

De um ponto de vista mais geral, Chaves et al. (2008) destacam que existem diversos modos de se pensar, em função de cada época e localidade, as relações entre Homem e natureza. Para as autoras, no ocidente predominou a visão de natureza separada do Homem, cuja matriz filosófica vem desde a Grécia e Roma antigas, e que se firmaram em contraposição a outras formas de pensar e atuar. Ao longo da modernidade ocidental, como já esboçado acima, essa cisão entre Homem e natureza foi reforçada em diferentes planos e por muitos autores. Na perspectiva da sociedade capitalista a natureza é vista como recurso natural e se enquadra dentro de um viés economicista, “considerada como um recurso econômico apenas, como uma mercadoria, ao mesmo tempo em que se integra ao conjunto dos meios de produção, condição que torna possível a consolidação da acumulação de capital” (idem, p.130).

Cada momento histórico que uma sociedade atravessa pode ser caracterizado também pelas diferenças no trato com a natureza, decorrente da heterogeneidade entre os

¹⁴⁹ Diegues (2004b, p.28-34) destaca que, sob o ponto de vista teórico nos EUA, no século XIX, havia duas visões sobre a conservação do mundo natural, que influenciaram o mundo todo: 1) conservacionismo, com Gifford Pinchot, que criou o movimento de conservação dos recursos naturais, pelo seu uso racional (adequado e criterioso). 2) preservacionismo, principalmente com John Muir, mas também com George Perkin Marsh e Henry David Thoreau, que reverenciam a natureza no sentido de sua apreciação estética e espiritual, devendo-se protegê-la contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. As idéias conservacionistas de Pinchot, no debate com as correntes desenvolvimentistas (do progresso a qualquer custo), deram base para enfoques posteriores, nos anos '70, como o ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, segundo o autor.

¹⁵⁰ PONS, Philippe (1997). Japão: um apego seletivo à natureza. In: BOURG, Dominique (org.). *Os sentimentos da Natureza*. Lisboa: Instituto Piaget.

¹⁵¹ PONS, Xavier (1997). Austrália: entre o terror e a beleza. In: BOURG, Dominique (org.). *Os sentimentos da Natureza*. Lisboa: Instituto Piaget.

indivíduos. Cada cultura tem suas particularidades e as condições da relação Homem/natureza são definidas em função ao modo específico de cada sociedade. Por meio da abordagem da Antropologia Ecológica, Emílio F. MORAN (1994)¹⁵² mapeia as tendências predominantes existentes nas teorias sobre a relação Homem/natureza no mundo ocidental até os anos '50, citando três delas. O ponto em comum “é que todos conceitualizam a interação homem/ambiente mais como unidirecional do que sistêmica, e dão maior ênfase a estágios do que a processos” (idem, p.48). Tal como exposto pelo autor (idem, p.47-64) e na releitura de Chaves et al. (2008), são elas:

1) Determinismo ambiental. A tendência que enfatiza o papel determinante do ambiente no desenvolvimento da sociedade e cultura humana. O ator social seria considerado produto da natureza: uns são melhores do que outros, por pertencerem a localidades diferentes. O indivíduo poderia ser considerado vítima dos processos geográficos e climatológicos do planeta. A natureza seria fonte das forças seletiva que resultariam no êxito de determinadas espécies sobre outras. As sociedades buscariam, incessantemente, melhores condições materiais de sobrevivência – sendo favorecidas por melhores condições geoclimáticas. As teorias greco-romanas, árabes, renascentistas e do século XVIII, e do século XIX e XX, que exaltavam a vitalidade do Homem que vive sob determinado ambiente (o Homem de áreas frias, temperadas e quentes), fazem parte dessa tendência. Essa visão permeou a expansão colonialista dos europeus em busca de novos mercados, colocando sua cultura, fruto de sua localidade geográfica, como superior às outras. Para Moran (1994, p.48), essas teorias deterministas, que desprezam as complexas interações dos sistemas biológicos, são de cunho etnocêntrico e têm a função de explicar uma posição influente de um país e racionalizar uma dominação política contínua.

2) Adaptação humana à natureza. A tendência que enfatiza o papel dominante da cultura sobre o ambiente físico. A natureza impõe limitações e cabe às espécies/Homens superá-las, por meio de adaptações. A sociedade possui uma infinita capacidade de tentar controlar a natureza, ignorando as próprias limitações que tem em dominá-la. A cultura é considerada superior à natureza, porque a o Homem intermedeia sua relação com a natureza por meio da representação e esta, por sua vez, lhe serve de base para agir sobre ela. Portanto, não são as limitações geográficas-ambientais que levam a um tipo específico de exploração de recursos naturais, mas as próprias configurações das relações sociais, suas intencionalidades racionais, seus objetivos de produção material e social, que determinam a cultura e a maneira como o Homem representa e age sobre o mundo. Essa tendência inclui: a doutrina humoral (que vem do Egito e passa pelos gregos, romanos até a renascença); a teleologia na modernidade (“doutrina das causas finalísticas e subentende um propósito na

¹⁵² MORAN, Emilio F. (1994). *Adaptabilidade humana: uma introdução à Antropologia Ecológica*. Tradução de Carlos E. A. Coimbra Jr. E Marcelo Soares Brandão. São Paulo: Edusp.

evolução dos organismos” (MORAN, 1994, p.53), em que pensadores passaram a pensar as limitações do ambiente sobre a organização humana e como os Homens venciam tais barreiras; as especulações dos historiadores naturalistas sobre comportamentos culturais adaptativos e não adaptativos ao ambiente – o que já dá maior ênfase a respostas evolutivas sociais, ao invés de puramente ambientais; a escola escocesa (com Adam Smith, Adam Ferguson, David Hume, entre outros), com a ênfase da evolução de sociedades complexas e das forças culturais e materiais que levam à estratificação social; teoria da evolução de Darwin, com seu desenvolvimento posterior e surgimento da genética. Um exemplo da adaptação cultural é o modo de produção capitalista, em que a organização social dos valores é o fator responsável pela má utilização dos recursos naturais, e não apenas as tecnologias. Há uma oposição sociedade/natureza caracterizada pela crença no modelo de desenvolvimento (econômico-industrial) e racionalidade técnico científica, em que a natureza é integrada ao conjunto dos meios de produção dos quais o capital se beneficia. Para exemplificar como um sistema de representações serve de base para a atuação sobre a natureza, Chaves nos fala da diferença de interpretação da selva amazônica entre um ribeirinho e um indivíduo oriundo de outro lugar:

para o primeiro, a selva representa seu habitat, de onde pode obter sua sobrevivência, cujo uso é ordenado, em primeira instância, pelo princípios socioculturais que possui; enquanto que o segundo vê a selva como obstáculo a ser vencido para a implantação da agricultura, da pecuária, ou seja, uma fonte potencial de recursos econômicos e financeiros (CHAVES et al., 2008, p.133).

3) A natureza como um fator limitante. A tendência que se caracteriza pela predominância nem do ambiente nem da cultura, o que implica que cada caso deve ser estudado como uma situação particular e complexa. Por esta tendência, estão pensadores que rejeitam tanto o determinismo ambiental quanto as limitações ambientais. Estão Franz Boas e Malthus, que demonstravam “pouca preocupação com a natureza, porém uma nítida consciência quanto ao lado humano da equação” (MORAN, 1994, p.63). Segundo Chaves et al. (2008), pode-se compreender que há um entendimento dialético da relação sociedade/natureza, um processo interativo, o que impede admitir-se uma relação natural ou perfeita, em equilíbrio e harmoniosa, entre os indivíduos e a natureza. Isso porque esse intercâmbio entre Homem e natureza se modifica segundo as relações dos Homens entre si, o que altera o sistema de valores atribuído à natureza e seus recursos, bem como a lógica social e ecológica de suas práticas. Desse modo, no sistema capitalista nos relacionamos com a natureza para além da retirada do que é necessário para nossa sobrevivência: retiramos também o que satisfaz nossas necessidades socialmente fabricadas, nascidas de

um modelo socioeconômico e cultural que emoldura nossos padrões de consumo.

7.6. Conclusão

De acordo com as tendências expostas acima, podemos reforçar a afirmação de Waldir MANTOVANI (2009, p.03)¹⁵³:

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

Nesse sentido, compreendemos que o estudo da relação entre Homem e natureza deve envolver necessariamente o estudo dos atores sociais que vivem em um determinado grupo/sociedade, na sua relação com determinado ambiente. Segundo Moran (1994, p. 86-9), com a emergência das etnociências, a partir dos anos '50, se passou a tentar compreender como as pessoas percebem seu ambiente e como organizam essas percepções, dando novo impulso aos estudos sobre a relação Homem/natureza. Chaves et al. (2008) complementa que no caso dos povos tradicionais amazônicos essa compreensão passa, necessariamente, pelas relações intrínsecas entre organização sociocultural e o uso de recursos locais. A importância de estudar também o modo de organização de determinada população vem em função de uma ressalva de Moran (1994, p.89): “a etno-ecologia pode servir apenas para demarcar o sistema, mas não para especificar a utilização dos recursos”. Isso quer dizer que o avanço nos estudos da relação Homem/ natureza, especialmente de povos tradicionais, deve envolver não apenas o mapeamento dos recursos naturais utilizados, mas quem os utiliza e porque, como, quando, em que circunstâncias sociais, econômicas, etc. Sobre as especificidades desses povos, nos deteremos com mais profundidade na terceira parte da tese.

Por fim, a exposição desses pontos de vista diferentes sobre a compreensão da relação Homem/natureza nos mostra que, pela conjuntura construída ao longo da era moderna no ocidente, expandida e universalizada segundo o padrão eurocêntrico, a natureza ocupa um lugar de exterioridade e inferioridade, sendo a referência central o Homem. Ela foi considerada ameaçadora e recurso, subjugada por estratégias de poder e dominação para sua domesticação e utilização aos propósitos da constituição de um sistema econômico mundial centrado na Europa. Como nos mostra Santos (2008, p.189), “essa construção foi sustentada por uma portentosa revolução científica que trouxe no seu

¹⁵³ MANTOVANI, Waldir (2009). Relação homem e natureza: raízes do conflito. *Gaia Scientia*, vol. 03, nº 01, p. 3-10.

bojo a ciência tal como hoje a conhecemos, a ciência moderna”. E adiciona que de autores como Galileu, Newton, Descartes e Bacon, emergiu um novo paradigma científico que separou a natureza da cultura e sociedade, submetendo-a a um guião determinístico de leis de base matemática. A natureza, irracional, não pode ser compreendida, apenas explicada e pela ciência moderna.

Como vimos, o acento maior da civilização ocidental moderna, segundo os padrões eurocêntricos universalizados, está nos acordos entre Homens – ou dito de outra forma, na dominação e hegemonia de um grupo sobre outros. A natureza foi colocada em segundo plano e tida como objeto das investidas humanas, sejam elas de contemplação da vida selvagem, da preservação do mundo natural ou do usufruto para o desenvolvimento e progresso da sociedade. Santos (2008) nos fala que este paradigma está apresentando sinais de crise, tendo como indicadores desta a crise socioambiental e a questão da biodiversidade. São discussões destacadas em muitos fóruns locais e globais, mas ainda longe de resoluções plausíveis, pois ainda atuamos segundo uma base de pensamento antiga e que necessita de reformulação urgente. Este será o tema do capítulo 09.

Em relação aos estudos das interações entre Homem e natureza, vimos que distintas abordagens foram dadas ao longo da história humana. Muitas das teorizações são colocadas como reificantes, ao invés de colocá-las sob o prisma do processo histórico. Por ainda não termos uma aliança firme entre ciências sociais e naturais, muitos erros são cometidos ao tentar teorizar sobre este tema. O que inclui também a redação desta tese. Nossa tentativa é de apontar minimamente que a organização social de povos tradicionais está atrelada ao acordo entre Homens (processo histórico) e às condições ambientais. Por estar em um campo em construção, apresentaremos falhas – que esperamos sejam corrigidas no futuro por pesquisadores que também lidem com a re-união de ciências diferentes.

Capítulo 08. Desenvolvimento Sustentável

8.1. Introdução

Desde os anos '70 a comunidade global vem refletindo, com cada vez mais intensidade nos fóruns internacionais, sobre as condições de manutenção da vida humana na Terra. A crise socioambiental, que começa a partir da percepção de que o mundo é finito, em especial no que diz respeito aos recursos naturais disponíveis para o progresso e desenvolvimento da sociedade pensada no âmbito mundial, colocou algumas questões em pauta: a humanidade vai continuar existindo se continuarmos nesse ritmo de destruição do planeta? Como aproveitar a tecnologia para usufruto adequado da natureza? Há alternativas para geração de energia a partir de recursos renováveis? É possível integrar bem-estar social, crescimento econômico e sustentabilidade ecológica? Qual o valor da extinção de plantas e animais?

Esses questionamentos começaram a povoar o imaginário da humanidade após as bombas de Hiroshima e Nagasaki, momento em que a percepção de que o Homem tinha conquistado as condições suficientes para destruir o planeta e a própria espécie se tornara óbvia. Aos anos Pós-Guerra, seguiu-se a onda de reconstrução dos países destruídos pela guerra e de desenvolvimento e crescimento pelos programas de cooperação internacional para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. Como aponta José Carlos BARBIERI (2005, p.16-17)¹⁵⁴, esse surto de crescimento trouxe conseqüências negativas para o ambiente e, por conseguinte, os problemas ecológicos foram se tornando visíveis aos governos em nível internacional.

Atualmente, como nos falam Guillermo FOLADORI & Javier TAKS (2004)¹⁵⁵, a relação entre meio ambiente, sociedade e desenvolvimento econômico vem cada vez mais se firmando como uma das principais preocupações globais, tanto no que se refere à produção de conhecimento que envolva a interligação de questões ambientais, econômicas e sociais, quanto à proposição de políticas alinhadas às discussões ligadas a esse contexto. Nesse sentido, José Eli da VEIGA (2006a)¹⁵⁶ coloca que os imperativos globais atuais caminham no sentido de incentivar o Desenvolvimento Sustentável (DS) de regiões críticas e estratégicas, como é o caso da Amazônia, em que se procura vincular a temática do crescimento econômico e social com a do meio ambiente. Em regiões como essa, parece

¹⁵⁴ BARBIERI, José Carlos (2005). *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. 7ª edição rev. e atual. Petrópolis: Vozes.

¹⁵⁵ FOLADORI, Guillermo & TAKS, Javier (2004). Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Maná*, vol. 10, nº 02, p. 323-348.

¹⁵⁶ VEIGA, José Eli da (2006a). Territórios para um desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*, vol. 58, nº. 1, p. 20-24. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a12v58n1.pdf>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

que tal incentivo é mais explícito do que em outras localidades, dada a influência do pensamento preservacionista ainda presente no imaginário da maior parte da humanidade e que, por outro lado, ainda concebem a abordagem de desenvolvimento como apenas referida ao âmbito econômico.

O que é e quando surgiu a noção de DS? Esta vem ao encontro de que? Para Diegues (2001, p.39), “esse termo transita pelos mais diversos círculos e grupos sociais, desde as organizações não-governamentais até as de pesquisa, com notável e estranho consenso, como se fosse uma palavra mágica ou um fetiche”. O autor afirma que uma análise mais profunda revela a falta de consenso, tanto pelo uso indiscriminado do adjetivo sustentável quanto pelo desgastado conceito de desenvolvimento.

Neste capítulo, nosso objetivo central é recuperaremos a origem do termo, a que este se refere e quais os rumos das discussões a este associadas. Para tanto, abordaremos a noção de progresso, subjacente à noção de desenvolvimento; o ambiente sob as teorias econômicas e os enfoques desenvolvimentistas; a origem e apresentação da noção de DS; as críticas e perspectivas abertas pelo DS; e uma redefinição do que é o desenvolvimento – em que também mencionamos como estas se enquadram no contexto amazônico.

8.2. Desenvolvimento e progresso

Segundo Dália MAIMON (1993, p.54)¹⁵⁷, o conceito de progresso está na base dos enfoques desenvolvimentistas tradicionais. De certo modo, acrescentamos que continua inerente àqueles do desenvolvimento sustentável e correlato. Vejamos do que trata, primeiramente, a idéia de progresso.

Para John Bagnell BURY (1921)¹⁵⁸, o que permeia a idéia do progresso é o avanço da humanidade do passado (cuja condição original é primitiva, bárbara, nula) até o presente, (cujos sinais são a sociedade, a cultura, a dominação da natureza), e que continua avançando rumo a um futuro previsível de realização plena da humanidade. Portanto, o progresso é o avanço/desenvolvimento de um estado inferior a outro superior.

Na perspectiva da história da idéia de progresso de Robert A. NISBET (1985)¹⁵⁹, esse avanço ou passagem do inferior ao superior encontra duas proposições intimamente relacionadas, desde os gregos até os 'grandes profetas do progresso' do século XIX e XX, Saint-Simon, Comte, Hegel, Marx, Spencer e Hayek: 1) o progresso é a lenta, acumulativa e gradual melhoria em conhecimentos (das artes e ciências), expressa pela maneira do

¹⁵⁷ MAIMON, Dália (1993). A economia e a problemática ambiental. In: VIEIRA, Paulo Freire & _____ (orgs.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: APED; Belém: NAEA/UFGA.

¹⁵⁸ BURY, John Bagnell (1920/1921). *The idea of progress: an inquiry into its origin and growth*. London: Macmillan and Co.

¹⁵⁹ NISBET, Robert A. (1980/1985). *História da idéia de progresso*. Tradução de Leopoldo José Collor Jobim. Brasília: Editora UnB.

Homem lidar com a natureza e consigo mesmo na convivência social. Há convicção de que a própria essência do conhecimento leva a progredir, melhorar, tornar mais perfeito. 2) dada a condição moral e espiritual do Homem na Terra, o progresso é o empreendimento da humanidade resultante de virtudes espirituais e morais (felicidade, independência nos tormentos da natureza e sociedade, serenidade e tranquilidade), levando a uma cada vez maior perfeição humana. Comum às duas perspectivas, encontra-se a referência de progresso em relação a alguma coisa: o progresso é da humanidade, que avança etapa por etapa (continuidade histórica), é cumulativo em conhecimento, cultura e moral, e alcançará algum fim ou meta radiosa – a fé no retorno à idade de ouro¹⁶⁰.

Nisbet (1985, p.321) resume cinco premissas que permeiam a idéia de progresso: 1) crença no valor do passado – que serve de base cumulativa para o presente e futuro. 2) convicção da nobreza e até mesmo da superioridade da civilização ocidental; 3) aceitação do valor do crescimento econômico e tecnológico; 4) fé na razão e no tipo de conhecimento científico e acadêmico que só pode derivar da razão; 5) fé na importância intrínseca e no inefável valor da vida neste mundo. Não obstante haja questionamento dessas verdades axiomáticas na atualidade, ainda persiste a crença num futuro promissor pautado nessas premissas da idéia de progresso.

A crença na idéia de progresso esteve presente em todas as épocas da história ocidental e se manifestou de diversas maneiras. Os gregos e romanos utilizaram o método de assimilar os estrangeiros dentro de uma interpretação progressiva de história para justificar que as outras sociedades estavam em estágios preliminares a sua. Igualmente, os europeus, com as viagens e conquistas ultramarinas do século XV em diante, também atribuíram às outras culturas e povos a mesma inferioridade, tendo a si mesmos como mais avançados. Segundo Nisbet (1985, p.159), esse eurocentrismo influenciou não apenas os relatos etnográficos dos viajantes, que descreviam os nativos como bárbaros e em nível inferior de desenvolvimento, mas também as teorias políticas de Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu e Voltaire, que em seus escritos atribuíam superioridade à civilização, tomando como base a ocidental/européia – em relação às não-ocidentais¹⁶¹.

Essa crença na supremacia cultural de uma sociedade sobre outra permeou inúmeras políticas de conservação/preservação ambiental, no século XIX e XX, que consideravam os habitantes nativos de uma localidade como agentes de degradação da natureza. Atualmente, já se fazem esforços de valorização dos conhecimentos de outras

¹⁶⁰ Na mitologia grega, a idade de ouro refere-se ao início da humanidade, em que se vivia um estado ideal (de paz, harmonia, estabilidade e prosperidade), quando o gênero humano era puro e imortal. Termina quando Prometeu traz o fogo à humanidade, contra a vontade de Zeus. Como punição, permaneceu acorrentado no monte Cáucaso.

¹⁶¹ Apesar de Rousseau apontar a civilização como corruptora do Homem, mesmo assim há em sua obra o ideal de vida coletiva segundo determinados princípios.

culturas, sem hierarquizá-los segundo um padrão considerado superior, com a finalidade de conjugar esses saberes e estilos de vida ao manejo sustentável de recursos naturais.

Nisbet (1985) descreve que o ápice da idéia de progresso aconteceu nos séculos XVIII e XIX, momento em que a ciência moderna, a secularização das idéias e o progresso econômico tornaram-se as chaves para a humanidade alcançar um determinado fim: liberdade, igualdade, justiça social, soberania popular. É a fé numa visão positiva e otimista de progresso, para chegar a uma sociedade plenamente realizada. David S. LANDES (1994)¹⁶² destaca que crescimento econômico e avanços tecnológicos passam a ser aspectos centrais da busca de progresso com o advento da revolução industrial, a partir do século XVIII. O autor descreve uma série de motivos pelos quais a revolução industrial ocorreu primeiro na Inglaterra e em seguida no continente europeu e novo-mundo (Estados Unidos da América), ao invés de outras civilizações (povos africanos, povos nativos americanos, China, Índia e mundo islâmico), evidenciando que foram os europeus quem iniciaram uma corrida pela liderança econômica mundial sem precedentes. Por essa expansão européia ao resto do planeta, que significou exploração e dominação de uma sociedade por outra, exportou-se o processo de industrialização e as características inerentes a ela: a busca incessante por novas tecnologias, o desejo de dominação, a abordagem racional dos problemas (racionalidade e método científico), a competição pela riqueza e poder.

Dentro dessa perspectiva, o progresso é a busca de riqueza por meio da industrialização e passa a ser sinônimo de desenvolvimento econômico, crescimento, avanço da tecnologia, inovação constante, expansão a novos mercados, aumento de produtividade. Como ressalta Landes (1994, p.239-43), o crescimento econômico depende de inovações constantes e é a mola propulsora do processo de industrialização, por isso sua substancial valorização até a atualidade. Pelo crivo do progresso, os países desenvolvidos são aqueles que atingiram certo grau de industrialização e abandonaram uma economia baseada fundamentalmente na agricultura. Os países subdesenvolvidos deveriam alcançar não só o mesmo nível de industrialização, mas de produção de bens e serviços, bem-estar, ética e valores.

Principalmente com o advento da revolução industrial, o desenvolvimento é adjetivado como econômico e designa progresso. Como resume Veiga (2006b, p.61)¹⁶³ “desde meados do século XVIII, com a Revolução Industrial, a história da humanidade passou a ser quase inteiramente determinada pelo fenômeno do crescimento econômico”.

¹⁶² LANDES, David S. (1969/1994). *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova fronteira.

¹⁶³ VEIGA, José Eli da (2006b). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Garamond.

Os modelos clássicos de desenvolvimento/crescimento econômico estão baseados na crença de que industrialização, e os supostos inerentes a ela, traria progresso em todos os níveis às nações. Adiante veremos quais os enfoques desses modelos.

8.3. O ambiente pelas ciências econômicas e enfoques de desenvolvimento

Maimon (1993, p.49) descreve que nas teorias econômicas clássicas e neoclássicas, dos séculos XIX e XX, o fator de produção, que impulsiona o desenvolvimento, está em função: do capital, do trabalho e dos recursos naturais. O acento dado pelos teóricos é maior nos primeiros dois. O terceiro é considerado como apêndice do sistema econômico e sua utilização seguia a equação: retirada de insumos do ambiente, passagem pelo sistema de produção, devolução dos dejetos.

Como nos mostra Veiga (2006b), nas teorias das ciências econômicas o ambiente não é incorporado pelos economistas com peso equivalente às outras variáveis, nem considerado segundo uma dimensão sustentável – quando não completamente desconsiderado. Maimon (1993, p.50) aponta dois motivos para isso: a) a economia convencional concentra-se na escassez, isto é, entendem-se os bens ambientais como abundantes, livres e gratuitos. É o que Maria Amélia da SILVA (2009)¹⁶⁴ chama de lógica do mundo vazio, isto é, as teorias foram formuladas num contexto onde havia pouca população, poucas máquinas, pouco capital e um mundo cheio de recursos a serem explorados. b) pelos bens ambientais serem públicos, não possuíam mercado definido e isso implicava na dificuldade de estimativa dos preços desses bens.

Em suma, dentro das teorias clássicas e neoclássicas da Economia, Maimon (1993, p.51-2) resume que o ambiente é considerado segundo três aspectos: a) fonte de matéria prima, utilizada como insumo (renováveis ou não) nos processos de produção; b) absorção de dejetos e efluentes da produção e do consumo de bens e serviços; c) outras funções, como suporte à vida animal, vegetal, lazer e estética.

Essa abordagem do ambiente das teorias econômicas está contida dentro dos enfoques desenvolvimentistas do século XX, imbuídos pelas idéias de progresso já acima citadas. Maimon (1993, p.54-5) agrupa-os em quatro tipos:

- 1) Desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento;
- 2) Desenvolvimento enquanto etapa;
- 3) Desenvolvimento enquanto processo de mudança estrutural;
- 4) Desenvolvimento sustentável.

O primeiro e segundo enfoques prevaleceram nos anos '50 e '60. Entendiam que a

¹⁶⁴ SILVA, Maria Amélia da (2009). *Introdução à economia ecológica (a economia na perspectiva ecológica)*. Manaus, UFAM, julho de 2009. Mini-curso 61ª Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

sociedade era constituída de unidades econômicas (de produção ou consumo), segundo processos mecanicistas e cujas leis são conhecidas cientificamente. O desenvolvimento se media pelo produto nacional bruto e *renda per capita* – sinais de eficiência econômica. A equidade social e a distribuição dos frutos do crescimento econômico não são contempladas nestes modelos. Para desencadear o desenvolvimento, que significa passar de uma sociedade tradicional para uma moderna e implica em consumo de massa, os países devem seguir os modelos de industrialização.

Gilberto MONTIBELLER FILHO (2004, p.59-82)¹⁶⁵ aponta que são recentes as críticas ao reducionismo econômico e desenvolvimentista sobre as teorias de desenvolvimento elaboradas, principalmente, nas décadas de '50 e '60. O autor descreve três teorias de desenvolvimento econômico representativas de abordagens críticas ao sistema capitalista: a) a teoria da renda diferencial da terra, dos salários e dos lucros de David Ricardo; b) a teoria do fluxo circular de Joseph Schumpeter; c) a teoria marxista de crítica ao sistema capitalista. Em todas essas abordagens críticas não estão contemplados componentes ambientais, como a degradação do meio pela poluição, destruição de ecossistemas e a exaustão de recursos naturais, renováveis ou não. Montibeller Filho aponta também que apenas quando a atividade humana sobre a natureza atingiu níveis alarmantes, nos anos '70, é que a consciência ambiental passou a ser pauta das discussões sobre as teorias de desenvolvimento.

No terceiro enfoque, a partir dos anos '60, o desenvolvimento não é considerado como um processo mecânico, mas implica mudanças sociais e estruturais. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são faces de um mesmo processo de divisão internacional do trabalho, isto é, o crescimento da produção e qualidade de vida em países centrais ocorre à custa dos demais países, mantendo-os atrasados. Por este enfoque, a industrialização também é a força motriz para romper o subdesenvolvimento. Diegues (2001, p. 42) acrescenta que nessa linha foi proposta a teoria da dependência, que aponta interesses opostos entre países capitalistas centrais e periféricos.

Segundo Silva (2009), por estes três enfoques tradicionais a natureza é considerada como recurso a ser explorado para a geração de riquezas. O ambiente é o lugar de onde se extrai os insumos e para onde se envia os dejetos da produção e consumo. São modelos intrinsecamente predatórios, baseados no uso intensivo de energias renováveis e não-renováveis a um ritmo que compromete a capacidade de (re)geração dos ecossistemas essenciais para a manutenção da vida. São também modelos que privilegiam apenas alguns países centrais, já que o padrão de acumulação predatório é desigual, por não ser física, ecológica e tampouco socialmente universalizável.

¹⁶⁵ MONTIBELLER FILHO, Gilberto (2004). *O mito do desenvolvimento sustentável – meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2ª Edição. Florianópolis: Ed. UFSC.

O quarto enfoque, que tem raízes nos anos '60 e permaneceu por um tempo sem grande destaque, pautam-se na integração entre crescimento econômico, equidade social e harmonia ambiental. Trata-se de abordagens que tentavam integrar a visão desenvolvimentista à ambientalista e resultaram na proposta do desenvolvimento sustentável (DS). Uma gama de vertentes teóricas foi elaborada segundo este enfoque, como apontam NOGUEIRA e Chaves (2005)¹⁶⁶, Chaves e RODRIGUES (2006)¹⁶⁷, Chaves et al. (2008)¹⁶⁸, Maimon (1993) e Olivier GODARD (1997; 2002)¹⁶⁹:

1) *Estratégias de ecodesenvolvimento*. Anos '70. Segundo David Ferreira CARVALHO (2006, p. 196-7)¹⁷⁰, apresentadas por Maurice F. Strong no decorrer da '1ª Reunião do Conselho Administrativo do PNUMA' (em Genebra, 1973), para designar uma concepção alternativa de desenvolvimento e “que questionava o caráter tecnocrático do planejamento econômico tradicional, visando direcionar ações em zonas rurais dos países em desenvolvimento para incorporação da racionalidade de prudência ecológica” (NOGUEIRA & CHAVES, 2005, p.133). Em 1974, Ignacy Sachs desenvolve o conceito¹⁷¹ e, nessa versão aprimorada, expressa um estilo de desenvolvimento aplicável também a projetos urbanos e orientado pela busca de autonomia e pela satisfação prioritária das necessidades básicas das populações envolvidas. Para Sachs (1980 in NOGUEIRA & CHAVES, 2005, p.134), é “desenvolvimento endógeno e dependendo de suas forças próprias, submetido à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecológica e buscando estabelecer uma relação de harmonia entre o Homem e a natureza”. Em outras palavras, esta proposta corresponde à preocupação de subordinar o desenvolvimento aos objetivos sociais e éticos integrando as dificuldades ecológicas e buscando, no nível

¹⁶⁶ NOGUEIRA, Marinez Gil & CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues (2005). Desenvolvimento sustentável e Ecodesenvolvimento: uma reflexão sobre as diferenças ideológicas conceituais. *Somanlu: revista de estudos amazônicos*. Manaus: EDUA/ CAPES, ano 5, n. 1, jan/jun, p. 129-143.

¹⁶⁷ CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues & RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira (2006). Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. *INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, vol. 08, n. 13, p.99-106.

¹⁶⁸ CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues et al. (2008). Recursos naturais, biotecnologia e conhecimentos tradicionais: questões sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia. *Revista Perspectiva*. Erechim: URI. v.32, n. 117, p. 137-148. mar.

¹⁶⁹ GODARD, Olivier (1997). O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de & PINTON, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; NAEA -UFPA.

_____. (2002). A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo Freire & WEBER, Jacques (orgs.). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental*. 3ª edição. São Paulo: Cortez.

¹⁷⁰ CARVALHO, David Ferreira (2006). Desenvolvimento Sustentável e seus limites teóricos-metodológicos. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.

¹⁷¹ Em suas obras, Sachs reconhece que não é o autor do ecodesenvolvimento. Apesar de ter-lhe dado aprimoramento e ampla divulgação.

instrumental, soluções economicamente eficazes (SACHS, 1998)¹⁷². As estratégias do ecodesenvolvimento estão fundamentadas, segundo Godard (1997, p.111), no

atendimento às necessidades fundamentais (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias, saúde e decisões nas participações) das populações menos favorecidas, prioritariamente nos países em desenvolvimento, na adaptação das tecnologias e dos modos de vida às potencialidades e dificuldades específicas de cada *ecozona*, na valorização dos resíduos e na organização da exploração dos recursos renováveis pela concepção de sistemas cíclicos de produção, sistematizando os ciclos ecológicos.¹⁷³

2) *Bioeconomia* ou *Economia Ecológica*. Final anos '80. De acordo com Cavalcanti (1993, p.86)¹⁷⁴, a “economia ecológica busca é entender e integrar o estudo e o gerenciamento do 'lar da natureza' (a ecologia) e do 'lar da humanidade' (a economia), visando compreender a ecologia dos humanos e a economia da natureza”. Silva (2009) precisa que a economia ecológica funda-se no princípio de que o sistema econômico é um subsistema dentro do ecossistema biofísico global, pois é deste que derivam a energia e matérias-primas para o próprio funcionamento da Economia. Suas propostas partem da lógica do mundo cheio, isto é, deve-se equilibrar o que já existe em abundância (população, capital, máquinas, tecnologia), de maneira a não comprometer o ambiente (já bastante explorado e com níveis de esgotamento). Para tanto, o desafio é reorientar políticas que ponderem: escalas (quanto se pode mexer nos recursos naturais, na economia, na vida social, etc.), distribuição (de renda, dos custos, dívida e pegada ecológica, para quem e onde) e eficiência (como o mercado se regula em função da definição dos outros dois princípios). Por essa corrente, questiona-se a sustentabilidade do sistema econômico, por estar restrito pelas impossibilidades de reciclagem completa das matérias-primas devido aos fenômenos da

¹⁷² SACHS, Ignacy (1998). O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.12, n.33, Mai/Ago. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

¹⁷³ Posteriormente, pela influência de pesquisadores anglo-saxões, passou-se a adotar o termo e postulados do DS, que ganhou maior visibilidade e tornou-se dominante no cenário mundial a partir de 1987. De acordo com Nogueira e Chaves (2005), isso ocorreu porque este tinha uma conotação ideológica menos radical que o ecodesenvolvimento. Para as autoras, os pontos em comum entre ambos são: defesa ao direito das gerações futuras e criação de uma sociedade sustentável. As diferenças são: pelo DS, a solução da crise socioambiental vem por mecanismos que consolidam o sistema vigente (modelos de desenvolvimento sob uma 'roupagem verde'); pelo ecodesenvolvimento, tal solução vem pela superação da lógica individualista/predatória do capitalismo e limitação à livre atuação do mercado.

¹⁷⁴ CAVALCANTI, Clóvis (1993). Em busca da compatibilização entre a ciência da economia e a ecologia: bases da economia ecológica. In: VIEIRA, Paulo Freire & _____ (orgs.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: APED; Belém: NAEA/UFPA.

entropia (2ª lei da termodinâmica)¹⁷⁵.

3) O prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico. Por meio destas, são feitas análises sobre os regimes de exploração de recursos naturais não-renováveis (DASGUPTA & HEAL, 1979; SOLOW, 1974 in GODARD, 2002) ou renováveis (CLARK, 1973, 1990 in GODARD, 2002), para identificar: as condições possíveis de uma exploração economicamente ideal; as implicações sobre a evolução destes recursos; deduzir as possíveis consequências analíticas para o estudo do crescimento e da distribuição do bem-estar. Foram construídos modelos para analisar as implicações lógicas de uma exigência de equidade entre as gerações nas trajetórias de crescimento máximo, os respectivos níveis de consumo acessíveis a cada geração e as condições de transferência de custos de uma geração a outra (CHAVES et al., 2008).

4) *Desenvolvimento sustentado*. Chaves & Nogueira (2005, p.136) descrevem que, entre 1973 e 1986, pesquisadores do Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement (CIRED)¹⁷⁶ e Fondation Internationale pour un Autre Développement (FIPAD), aprofundaram o debate sobre as estratégias de desenvolvimento ecologicamente viável e chegaram a essa proposta. Segundo este enfoque, é preciso construir um novo paradigma de desenvolvimento, que se sustente pela integração entre questões econômicas, sociais, culturais, ecológicas e tecnológicas. Este novo paradigma deve estar pautado na noção de prudência ecológica (princípio de precaução)¹⁷⁷, reformas no âmbito do processamento das políticas econômicas e sociais públicas, novas bases científicas que

¹⁷⁵ A entropia é uma grandeza termodinâmica geralmente associada ao grau de desordem. Ela mede a parte da energia que não pode ser transformada em trabalho. Em outras palavras, a entropia é a energia que tende a ser dissipada de tal modo que a energia total utilizável se torna cada vez mais desordenada e mais difícil de captar e utilizar (portanto, não reciclável). Enrique Leff (2006, p.202) aponta que os enfoques provenientes da lei da entropia para outras áreas adquirem um caráter heurístico, conectando seus significados científicos aos seus sentidos sociais em uma nova percepção da ordem ecológica e do processo econômico. Segundo a extrapolação do conceito a outros campos, a entropia é referida como energia que se dissipa/degrada e não pode mais ser utilizada, portanto não é reciclável. Isso significa que, por essa lei da termodinâmica, se percebeu que há processos irreversíveis de utilização de energia por recursos não renováveis, o que leva necessariamente à degradação ambiental. Ou seja, a entropia surge como lei-limite que a natureza impõe à expansão do processo econômico, sedimentado na ciência econômica nascida da visão mecanicista subjacente ao paradigma científico da modernidade.

LEFF, Enrique (2006). *Racionalidade ambiental: e reapropriação social da natureza*. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

¹⁷⁶ CENTRE INTERNATIONAL DE RECHERCHE SUR L'ENVIRONNEMENT ET LE DÉVELOPPEMENT. Disponível em: <<http://www.centre-cired.fr/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

¹⁷⁷ “(...) ações que limitem as emissões de certas substâncias potencialmente perigosas, sem esperar que uma relação de causalidade seja estabelecida de maneira formal sobre bases científicas” (GODARD, 1997, p.118 in CHAVES & RODRIGUES, 2006, p.104). Um exemplo do princípio de precaução são as pesquisas sobre aquecimento global. Philip Martin Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA), possui inúmeras pesquisas mostrando correlação direta entre efeitos devastadores do desmatamento e emissão de carbono na atmosfera sobre o aquecimento global. No entanto, há outros pesquisadores que, por outras metodologias, não estabelecem essa correlação. Portanto, não há consenso e nem verdade científica sobre os motivos do aquecimento global. Isso abre a possibilidade para decisões políticas serem tomadas com base em uma ou outra comprovação científica. O princípio da precaução é: na dúvida, não façamos. Infelizmente, ainda muitas decisões são tomadas sem levar em conta esse princípio. FEARNSIDE, Philip Martin. Disponível em: <<http://philip.inpa.gov.br/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

superem as limitações da ciência moderna, novo arcabouço sociocultural de respeito à natureza. Para tanto, como colocado por Cavalcanti (1997, p.37)¹⁷⁸, as linhas de ação devem concentrar-se na busca da sustentabilidade de um desenvolvimento equitativo, economicamente eficiente, socialmente justo, ecológica e politicamente viável. Isso seria possível por meio de uma reforma institucional que envolve três fatores: educação, gestão participativa e diálogo com atores sociais relevantes (*stakeholders*). Seriam novas instituições exigidas para: conservação dos ativos naturais; encorajar a regeneração dos recursos naturais; proteger a biodiversidade; gerar tecnologias ambientalmente benignas; promover estilos de vida menos intensivos no uso de energia e materiais; manter constante o capital da natureza em benefício das gerações futuras; proteger os saberes dos povos indígenas e tradicionais.

5) *Desenvolvimento sustentável (DS)*. Segundo Diegues (2004b, p.29), as idéias precursoras do DS surgem nos EUA, no final do século XIX, por meio das proposições conservacionistas de Gifford Pinchot, as quais enfocavam que a produção máxima sustentável pauta-se na busca de benefícios à maioria (incluindo as gerações futuras), pela redução dos dejetos e da ineficiência na exploração e consumo dos recursos naturais não-renováveis. Manuel Sena DUTRA (2006, p.179)¹⁷⁹ relata que a noção de DS foi originada em 1968, na primeira 'Biosphere Conference' da UNESCO, em Paris. Stephen BOCKING (2009)¹⁸⁰ descreve que nesta conferência, as atenções foram focadas na necessidade de se ligar pesquisas científicas com a disseminação de resultados de investigações sobre conservação da natureza e recursos naturais. Isso levou à elaboração do 'Man and the Biosphere Programme' (MAB). Este programa, segundo o autor, tem fornecido a base para uma combinação inovadora de pesquisa ecológica e de base comunitária de conservação. Para Veiga (2006b, p.190), a expressão DS foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto 1979, em Estocolmo, no 'Simpósio das Nações Unidas sobre Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento', no qual W. Burger apresentou o texto 'A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento'. Para Barbieri (2005, p.23), "a expressão Desenvolvimento Sustentável surge pela primeira vez em 1980, no documento denominado

¹⁷⁸ CAVALCANTI, Clóvis (1997). Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: _____ (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

¹⁷⁹ DUTRA, Manuel Sena (2006). Biodiversidade e desenvolvimento sustentável: considerações sobre um discurso de inferiorização dos povos da floresta. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.

¹⁸⁰ BOCKING, Stephen. *Linking Science and Practice: The History of UNESCO's Man and the Biosphere Programme. Symposium, UNESCO*. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=30393&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

World Conservation Strategy”¹⁸¹ – organizado por Robert ALLEN (1980)¹⁸², teve importante influência no âmbito mundial, por apontar estratégias mundiais para a conservação da natureza e reconhecer que a abordagem dos problemas ambientais requerem esforço em logo prazo e integração entre desenvolvimento e ambiente: “esse é o tipo de desenvolvimento que proporciona melhorias reais na qualidade da vida humana e ao mesmo tempo conserva a vitalidade e a diversidade da terra. O objetivo é um desenvolvimento que seja sustentável” (ALLEN, 1980 in IBAMA/UNA, 2004, p.11).

O termo DS só viria a ser mundialmente conhecido, em 1987, pelo Relatório Brundtland e popularizado pela Rio-92, sendo adotado por muitos organismos internacionais, nacionais, organizações não-governamentais, entre inúmeras outras instituições – não obstante haja muita confusão em relação ao uso desse termo, especialmente devido às mais de 100 definições que adquiriu após sua ampla divulgação, como aponta Subhabrata Bobby BANERJEE (2006, p. 82)¹⁸³. Segundo Godard (1997), a proposta de DS inaugurada pelo referido relatório não é inédita, mas inspirada em três correntes teóricas nos meios científicos, cujos estudiosos vinham discutindo essa integração entre o desenvolvimento econômico e as consequências sobre o ambiente: as estratégias de ecodesenvolvimento, a economia ecológica e o prolongamento da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico. Adiante veremos como surgiu e do que trata o DS.

Antes de prosseguir, podemos resumir as noções de desenvolvimento segundo o viés dos economistas segundo três vertentes, como sugere Veiga (2006b, p.17-82). Na primeira, desenvolver é crescer economicamente. Produto Interno Bruto (PIB) e *renda per capita* são os indicadores de desenvolvimento. A riqueza vem pela industrialização e os processos inerentes a ela, o que divide os países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. E “o que o economista precisa saber é macroeconomia e microeconomia, duas disciplinas voltadas ao crescimento econômico, e não à idéia muito mais ampla de desenvolvimento” (idem, p.20). Os novos indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU (a partir da publicação do primeiro relatório, em 1990), que utiliza índices da educação (índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino), longevidade (índices sobre expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita, em dólar PPC – paridade do poder de compra), tentam minimizar essa abordagem estritamente economicista, para superar a simples identificação do desenvolvimento com crescimento

¹⁸¹ Produzido pela International Union for Conservation of Nature (IUCN), sob o conselho, cooperação e apoio financeiro da World Wildlife Fund (hoje, World Wide Fund for Nature – WWF) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA – em inglês, United Nations Environment Programme – UNEP).

¹⁸² ALLEN, Robert (1980). *How to save the world: Strategy for world conservation*. London: Kogan Page.

¹⁸³ BANERJEE, Subhabrata Bobby (2006). Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.

econômico e a considerá-lo como desenvolvimento do ser humano de modo global¹⁸⁴.

Na segunda, desenvolvimento é uma quimera, ilusão, falácia – visão apontada principalmente pelas teses de Celso Furtado. Há pouca mobilidade dos países fora do núcleo central da economia global. O acúmulo de riqueza para ingressar no núcleo orgânico dos países desenvolvidos, via processo de industrialização, é uma ilusão, pois foram muito raros os saltos de países da periferia para o centro. A baixa tecnologia e as altas taxas de natalidade resultam em aumento da pobreza e perpetuam a situação dos subdesenvolvidos enquanto tal. Os modelos de industrialização e padrão de consumo dos países já desenvolvidos não são reproduzíveis por países em desenvolvimento. E “os únicos países da periferia a se saírem razoavelmente bem durante a última década do século XX foram exatamente aqueles que se recusaram a aplicar ao pé da letra as prescrições cultuadas no chamado Consenso de Washington” (idem, p.80).

A terceira, ainda em construção, é compreender desenvolvimento entre as outras duas vertentes. Trata-se da noção de desenvolvimento como liberdade, tal qual defendida por Amartya Kumar SEN (2000)¹⁸⁵. A liberdade é o meio e o fim do desenvolvimento. Mais adiante trataremos dessa abordagem, ao discutirmos sobre noções emergentes de desenvolvimento.

8.4. Do desenvolvimento sustentável (DS)

Colocado de modo esquemático, Lars-Göran ENGFELDT (2002)¹⁸⁶ descreve que a partir dos anos '70 inaugurou-se um novo ambientalismo, em que se tenta integrar o ambiente ao desenvolvimento, até então considerados como dimensões separadas. Essa mesma abordagem temporal é referida no 'Terceiro Relatório do PNUMA sobre as Perspectivas do Meio Ambiente Mundial 2002 – *GEO-3: Passado, presente e futuro*' (IBAMA/UMA, 2004, p.02-28)¹⁸⁷, que aponta uma trajetória no marco de referência do pensamento moderno em relação ao ambiente e ao desenvolvimento: nos anos '50 e '60,

¹⁸⁴ Criado por Mahbub ul Haq (1934-1998) com a colaboração do economista indiano Amartya K. Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. O IDH parte do pressuposto de que “para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana” (PNUD, 2009).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

¹⁸⁵ SEN, Amartya Kumar (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

¹⁸⁶ ENGFELDT, Lars-Göran (2002). *Chronicle Essay: The Road from Stockholm to Johannesburg*. Online edition. Disponível em: <http://www.un.org/Pubs/chronicle/2002/issue3/0302p14_essay.html>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

¹⁸⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) E UNIVERSIDADE LIVRE DA MATA ATLÂNTICA (UMA) (2002/2004). *Perspectivas do Meio Ambiente Mundial - 2002 GEO-3: Passado, presente e futuro*. Tradução de Sofia Shellard e Neila Barbosa Corrêa. Brasília: IBAMA; Salvador: UMA. Disponível em: <http://www.wviuma.org.br/geo_mundial_arquivos/index.htm>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

catástrofes ambientais e os primeiros trabalhos apontando problemáticas ambientais, como 'Primavera Silenciosa' de Rachel Carson em 1962 e 'A tragédia dos comuns' de Garrett Hardin em 1968¹⁸⁸; nos anos '70, a fundação do ambientalismo moderno, em que se passa a integrar a visão desenvolvimentista com a ambientalista; nos anos '80, a definição do DS; nos anos '90, a implementação do DS nas agendas locais e globais; do ano 2000 em diante, a revisão dessas agendas. Essa trajetória de discussões em nível internacional pode ser recapitulada de acordo com a seguinte sequência de eventos:

- 1968. Clube de Roma. Reunião de cúpula entre cientistas de países desenvolvidos realizada em Roma. Nesta reunião, debateu-se sobre a urgência de se planejar meios para garantir a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população, após haverem visualizado os limites do crescimento econômico em função dessas condições (Nogueira & Chaves, 2005, p.131-2). O resultado foi a publicação, em 1972, do fatalista '*Limites do crescimento*', elaborado por Dennis L. MEADOWS et al. (1978)¹⁸⁹, que inseriu a discussão da problemática ambiental em nível planetário. Dentre as polêmicas propostas do Clube de Roma, estava a idéia do 'estado estacionário', por meio da redução a zero, ou próximo dela, das taxas anuais de crescimento econômico dos países desenvolvidos; os países em desenvolvimento não deveriam seguir as aspirações ao crescimento econômico e, ainda, teriam sua soberania nacional ferida no que se refere ao destino dos seus recursos naturais, como resume Carvalho (2006, p.198-9).

- 1971. Encontro de Founex, na Suíça, em junho de 1971. Essa reunião preparatória inaugura a pauta de discussão no âmbito mundial a respeito das preocupações ecológicas. Produziu-se um relatório em que analisou a problemática da relação entre ambiente e desenvolvimento. Segundo Sachs (1993)¹⁹⁰, nesse documento se traçou um caminho intermediário entre as teses malthusianas e as cornucopianas. A teoria de Malthus, do começo do século XIX, diz que as plantas e animais crescem em progressão aritmética, enquanto os homens crescem em progressão aritmética. A problemática existente entre superpopulação, produção de alimentos e incapacidade tecnológica para solucionar essa

¹⁸⁸ “A tragédia dos bens comuns como fonte de alimentos pode ser evitada pela propriedade privada, ou algo que se assemelhe formalmente a isso. Mas o ar e as águas a nossa volta não podem ser cercados de forma fácil, e assim, a tragédia do uso dos bens comuns como fossa sanitária deve ser evitada por outros meios, por leis coercitivas ou impostos que façam com que seja menos dispendioso para o poluidor tratar seus agentes poluentes do que despejá-los sem tratamento no meio ambiente.” (HARDIN, 1968 in IBAMA/UNA, 2004, p.02). Segundo Diegues & Moreira (2001, p.10), o trabalho de Hardin serve de base às teses liberais, segundo as quais somente o capital privado pode explorar os recursos naturais de forma adequada, sem destruí-lo. Com isso, ignoram-se os povos residentes em determinadas localidades e seus sistemas tradicionais de manejo comunitário dos recursos naturais.

¹⁸⁹ MEADOWS, Dennis L.; MEADOWS, Donella H.; RONDERS, Jorgen (1972/1978). *Limites do crescimento: um relatório para o projeto do clube de roma sobre um dilema da humanidade*. 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva.

¹⁹⁰ SACHS, Ignacy (1993). *Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel: Fundap.

equação é a questão central de suas teorizações, como resume John Bellany FOSTER (2005, p.202-209)¹⁹¹. As teses cornucopianas postulam a necessidade de ajuste tecnológico para superar a escassez física da produção do que precisamos para nossa existência, bem como o controle de poluentes decorrentes dessas atividades, uma vez que se entende ser essa a chave para desenvolver a capacidade ilimitada de produção de alimentos (SACHS, 1993, p.11-12). Segundo Maimon (1993, p.56), o relatório do Clube de Roma foi elaborado a partir de um modelo econométrico que previa o esgotamento dos recursos naturais em função do modelo de crescimento, padrão tecnológico e estrutura de demanda internacional – o que remetia à problemática malthusiana da incompatibilidade entre crescimento populacional e limitação do patrimônio natural. Tal abordagem foi altamente contestada e nesse encontro de Founex se ponderou que, para atingir o desenvolvimento econômico, a prioridade ambiental era fundamental e esta, por sua vez, dependia da vida humana em si. Carvalho (2006, p.197) refere que o Relatório de Founex rejeitou as polarizações entre o ecologismo radical e a visão de desenvolvimento econômico neoclássico, dando as bases para uma agenda sobre ambiente e desenvolvimento às reuniões seguintes.

- 1972. Estocolmo. 'Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano' com o tema 'meio ambiente e desenvolvimento'. Nesse encontro produziu-se a 'Declaração de Estocolmo'¹⁹², foi criado o PNUMA¹⁹³ e apresentaram-se idéias cujo foco central era que a noção de desenvolvimento fosse intermediária aos partidários do crescimento econômico selvagem e aqueles que ponderam outras variáveis, como as ecológicas e sociais, para o desenvolvimento (SACHS, 1993). Dentre os expositores que deixaram sua marca ao trazerem uma abordagem social do ambientalismo e desenvolvimento, registram-se a primeira ministra indiana, Indira Ghandi, que afirma ser a pobreza a pior forma de poluição, e Tang Ke, da delegação chinesa, que aponta serem as pessoas o que há de mais precioso no planeta (IBAMA/UMA, 2004). Carvalho (2006, p.198) descreve que o relatório da conferência de Estocolmo estabeleceu as bases metodológicas para se pensar os grandes problemas ambientais numa perspectiva global; e enfatizou também a idéia da possibilidade de harmonização entre desenvolvimento e ambiente. No entanto, no plano operacional cada nação deveria levar adiante suas próprias políticas para resolução desses problemas – apesar do discurso de aldeia global.

- 1974. Cocoyoc (México). Simpósio do Programa das Nações Unidas para o

¹⁹¹ FOSTER, John Bellany (2005). *A ecologia de Marx – materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

¹⁹² DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

REPORT OF THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE HUMAN ENVIRONMENT - STOCKHOLM 1972. Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents/Multilingual/Default.asp?DocumentID=97>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

¹⁹³ INSTITUTO BRASIL PNUMA. Disponível em: <www.brasilpnuma.org.br/>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

Desenvolvimento, organizado pelo PNUMA e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), com o tema 'Modelos de utilização de recursos, meio ambiente e estratégias de desenvolvimento', em que se identificaram os fatores sociais e econômicos que levam à deterioração ambiental (IBAMA/UMA, 2004, p.07). Como apontado por Carvalho (2006, p.199), nessa reunião reconheceu-se que os grandes problemas ambientais urbanos e de destruição dos recursos naturais rurais eram causados, principalmente, pelos países industrializados. Mainom (1993, p. 56) descreve que havia duas posições em Cocoyoc: os que fixavam como prioridade as necessidades básicas (alimentação, água, aquecimento) em oposição ao crescimento puro e simples; os que priorizavam outros limites do planeta, como recursos naturais e ambiente. O resultado desses simpósios foi a 'Declaração de Cocoyoc', na qual se destaca, mais uma vez, a necessidade de repensar o desenvolvimento dos países em nível mundial, para além do simples ajuste tecnológico: remodelar as estruturas sociais para diminuir a pobreza e promover a igualdade social, calcadas em formas de desenvolvimento que garantam a sobrevivência do homem na biosfera. Em suma, reforçou-se a primazia de considerar novas noções de desenvolvimento, mas ainda sem considerá-lo segundo as diferenças dos países do Norte e Sul.

- 1975. A Fundação Dag Hammarskjöld publica o influente Relatório sobre desenvolvimento e cooperação internacional "What Now" (1975)¹⁹⁴. Este aponta que "o presente estado do mundo, caracterizado por pobreza em massa e degradação ambiental, é inaceitável. Precisa ser mudado" (idem, p.25). Após retomar as abordagens dos que previam a abundância (cornucopianos – com a fé em soluções técnicas e do crescimento econômico) e dos catastrofistas (*doomsayers* – dentre os quais, os neomalthusianos), declara a necessidade de se adotar um novo paradigma de desenvolvimento, que satisfaça as necessidades humanas com base na autosuficiência e harmonia com o ambiente. Este outro desenvolvimento descrito pelo relatório seria "endógeno (em oposição à transposição mimética de paradigmas alienígenas), autosuficiente (em vez de dependente), orientado para as necessidades (em lugar de direcionado pelo mercado), em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais" (SACHS, 2002, p. 54)¹⁹⁵.

- 1980. Três publicações oficiais importantes: 1) órgãos do governo norte-americano publicam o relatório 'Global 2000' (BARNEY, 1980)¹⁹⁶, em que se reconheceu pela primeira vez que a extinção das espécies ameaçava a biodiversidade como componente essencial

¹⁹⁴ WHAT NOW – another development. The 1975 Dag Hammarskjöld Report. *Development Dialog*, 1/2. Disponível em: <<http://www.dhf.uu.se>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

¹⁹⁵ SACHS, Ignacy (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond.

¹⁹⁶ BARNEY, Gerald O. (org.) (1980). *The Global 2000 Report to the President. Vol. I: Entering the Twenty-First Century. Vol. II: The Technical Report*. Washington: U.S. Government Printing Office.

dos ecossistemas terrestres. O estudo adota uma linguagem mais moderada – e diz-se mais abrangente do que aquele do Clube de Roma – para apontar que os padrões de desenvolvimento são insustentáveis e que se tal tendência persistir, o mundo no ano 2000 seria mais lotado, mais vulnerável a rupturas, mais poluído, menos estável ecologicamente e haverá graves tensões envolvendo população, recursos e meio ambiente. Não obstante haja maior produção material, a população mundial seria mais pobre em muitos aspectos, pois não haveria como continuar a satisfazer suas necessidades com a diminuição da base mundial de recursos naturais. 2) O 'World Conservation Strategy' (WCS), já referido acima. 3) Os dois relatórios da 'Brandt Commission', (BRANDT, 1980, 1983)¹⁹⁷, encabeçado pelo então presidente da Socialista Internacional Willy Brandt, que também enfatizam a deterioração dos recursos naturais, as diferenças entre países do Norte e Sul, e a necessidade de cooperação internacional para repensar novos padrões de desenvolvimento. Como a interdependência entre desenvolvimento e ambiente se tornava cada vez mais óbvia, a Assembleia Geral da ONU adotou em 1982 a 'Carta Mundial da Natureza'¹⁹⁸, chamando a atenção para o valor intrínseco das espécies e do ecossistema (IBAMA/UNA, 2004, p.10).

- De 1979 a 1987. O PNUMA, em conjunto com as Comissões Regionais das Nações Unidas, realizou seminários sobre estilos alternativos de desenvolvimento, que culminaram no Relatório Brundtland, em 1987, denominado também '*Nosso futuro comum*'¹⁹⁹, cujo núcleo central é a formulação dos princípios do DS. Criada em 1983, por decisão da Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) – ou Comissão Brundtland (nome dado em homenagem à presidente da comissão, a ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland) – tinha como objetivo propor estratégias que aliassem desenvolvimento e ambiente, considerando a economia global de forma ampla. Isso implica na observância de que, por um lado, existem dinâmicas econômicas que geram pobreza e desigualdade em países subdesenvolvidos, o que acentua a crise ambiental, e, por outro lado, os padrões de produção e consumo de países desenvolvidos estão levando ao desgaste dos recursos naturais. Em suma, o papel dessa comissão foi produzir o Relatório Brundtland, que serviu de base para as ações na linha do DS e foi adotado por inúmeros órgãos da ONU e governos. A CMMAD define:

¹⁹⁷ BRANDT, W. & ICIDI (1980). *North-South: a programme for survival – report of the Independent Commission on International Development Issues under the chairmanship of Willy Brandt*. Massachusetts: MIT Press.

_____. (1983). *Common crisis north-south: cooperation for world recovery*. Massachusetts: MIT Press. Disponível em: <http://files.globalmarshallplan.org/inhalt/coc_2.pdf>. Acesso: 03 de Ago, 2009.

¹⁹⁸ WORLD CHARTER FOR NATURE. ONU. Assembleia Geral 37/7. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/37/a37r007.htm>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

¹⁹⁹ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *NOSSO FUTURO COMUM* (1987/1991). 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave:

- o conceito de 'necessidade', sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Portanto, ao se definirem os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é preciso levar em conta suas sustentabilidade em todos os países – desenvolvidos ou em desenvolvimento, com economia de mercado ou de planejamento central. Haverá muitas interpretações, mas todas elas terão características comuns e devem derivar de um consenso quanto ao conceito básico de desenvolvimento sustentável e quanto a uma série de estratégias necessárias para sua conservação (CMMAD, 1991, p. 46).

Essa definição é compartilhada por inúmeros órgãos internacionais, governamentais e não-governamentais desde o Relatório Brundtland. De acordo com Olivier MEUNIER e Marcílio de FREITAS (2005, p. 131)²⁰⁰, a idéia central do DS é a de gerar condições de desenvolvimento para crescimento das nações e erradicação das desigualdades e pobreza, na qual a utilização dos recursos naturais seja conduzida de maneira a perdurar para as gerações futuras. Além destes pressupostos, a noção de DS parte do princípio de que há diferenças nos modelos de desenvolvimento dos países do Norte e Sul, insustentáveis em longo prazo; introduz uma dimensão ética e política ao considerar o desenvolvimento como um processo de mudança social, que implica em transformações das relações econômicas e sociais entre os países; enfatiza o processo democrático do acesso aos recursos naturais e distribuição dos benefícios do desenvolvimento; propõe uma nova concepção de economia, que leve em conta variáveis ambientais, participação política e equilíbrio entre uso de recursos e crescimento demográfico. Nesse relatório, ainda se qualificou melhor a crise ambiental em âmbito global; menciona a insustentabilidade do desenvolvimento econômico capitalista às gerações futuras; associa as questões socioambientais e a crise geral do capitalismo aos problemas socioeconômicos, pobreza, superpopulação e retardo do desenvolvimento nos países de periferia; inverte o argumento: a preocupação passa a ser dos impactos da destruição do ambiente sobre o desenvolvimento econômico; relaciona pobreza como causa e efeito dos problemas ambientais fruto do modelo econômico vigente; associa o inadequado uso e manejo de recursos naturais com desigualdades sociais e distribuição dos benefícios do desenvolvimento; entrelaça desenvolvimento econômico às questões ambientais e sociais numa nova forma de desenvolvimento que seja sustentável.

²⁰⁰ MEUNIER, Olivier & FREITAS, Marcílio de (2005). Culturas, técnicas, educação e ambiente: uma abordagem histórica do desenvolvimento sustentável. In: FREITAS, Marcílio de (org.). *Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza*. Manaus: EDUA. v. 1.

- 1989. O PNUMA e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) criam o Intergovernmental Panel on Climate Change²⁰¹ (IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), com grupos de trabalho centrados em avaliar cientificamente as mudanças climáticas, os impactos ambientais e socioeconômicos, bem como estratégias de resposta aos desafios a serem enfrentados pela humanidade nas décadas vindouras²⁰². Desde 2001, o IPCC vem ganhando maior destaque por mostrar evidências de mudanças climáticas cada vez mais significativas de origem antrópica, com consequências diretas sobre o aquecimento global.
- 1992. Rio de Janeiro. 'Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento' (CNUMAD) – conhecida como Rio-92 (ou 'Cúpula da Terra'). Simultaneamente a esse evento oficial internacional, ocorreu o 'Fórum Global das Organizações Não-Governamentais', reunindo inúmeras organizações para discussão de temas diretamente relacionados à Rio-92. A união desses dois eventos ficou conhecida como Eco-92 (BARBIERI, 2005, p.47). O resultado da CNUMAD foi a reafirmação e ampliação da Declaração de Estocolmo com mais 27 princípios, que objetivam “orientar a formulação de políticas e acordos internacionais que respeitem interesses de todos, o desenvolvimento global e a integridade do meio ambiente” (BARBIERI, 2005, p.48). Além desta ampliação da Declaração de Estocolmo, conhecida como 'Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento'²⁰³, na conferência formam aprovados: 'Convenção sobre Mudanças Climáticas' (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC)²⁰⁴; 'Comissão de Desenvolvimento Sustentável' (Comission on

²⁰¹ INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²⁰² Sobre mudanças climáticas, alguns protocolos foram elaborados pelas agências internacionais. Em 1987, o Protocolo de Montreal, em que os países signatários se comprometem a substituir as substâncias que empobrecem a camada de ozônio – especialmente os Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs). Posteriormente, foi reforçado e ampliado por meio das emendas de Londres (1990), de Copenhague (1992), de Viena (1995), de Montreal (1997) e de Beijing (1999). Em 1997, o Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor somente em 2005, estabelece a redução da emissão de gases de efeito estufa. Com vigência até 2012, será substituído por novo documento, que atenda às indicações do IPCC.

PROTOCOLO DE MONTREAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.protocolodemontreal.org.br/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

THE MONTREAL PROTOCOL ON SUBSTANCES THAT DEplete THE OZONE LAYER. Disponível em: <<http://ozone.unep.org/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

THE KYOTO PROTOCOL. Disponível em: <http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²⁰³ DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=576>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²⁰⁴ CONVENÇÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4069.html#ancora>>. Acessado em: 03 de Ago, 2009.
UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Disponível em: <<http://unfccc.int>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

Sustainable Development – CSD)²⁰⁵, 'Declaração de Princípios sobre Floresta'; 'Convenção da Diversidade Biológica' (Convention on Biological Diversity – CBD)²⁰⁶; 'Agenda 21'²⁰⁷; e um acordo para negociar uma 'convenção mundial sobre a desertificação'²⁰⁸.

No que diz respeito à Agenda 21, nela encontram-se planos de ação que visam alcançar os objetivos do DS. Trata-se de uma consolidação dos diversos tratados, encontros e declarações, em forma de um manual para orientar as nações e suas comunidades no “processo de transição para uma nova concepção de sociedade” (BARBIERI, 2005, p.65). Sua implementação deve ocorrer de forma global e local e, por essa razão, se fala na construção da Agenda 21 de cada localidade. Na Amazônia, como nos relata Luis E. ARAGÓN (2000b, p. 1-2)²⁰⁹, a construção da Agenda Amazônia 21 começou a ser construída por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA)²¹⁰. Uma versão preliminar foi apresentada na reunião 'Rio + 5', em 1997. Posteriormente, uma conferência envolvendo a SCA e a Associação de Universidades da Amazônia (UNAMAZ), em novembro de 2007, reuniu especialistas de todos os países amazônicos para debater sobre a formulação da Agenda 21 para a Grande Amazônia, tendo como resultado a publicação do volume 'Amazônia 21: uma agenda para um mundo sustentável' (ARAGÓN, 1998)²¹¹. Em seguida, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a UNAMAZ realizaram ciclo de debate, em outubro de 1998, para discutir por que,

²⁰⁵ UNITED NATIONS COMMISSION ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Disponível em: <http://www.un.org/esa/dsd/csd/csd_aboutsd.shtml>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²⁰⁶ Um acordo suplementar à convenção foi firmado em 2000, chamado 'Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança'. A Conferência das Partes (COP – Conference Of the Parties) é o órgão executivo da Convenção, trata de seus avanços e implementação, bem como espaço de deliberação das decisões de suas reuniões periódicas. A 10ª COP está prevista para acontecer em outubro de 2010, ano internacional da biodiversidade. A COP refere-se também a reuniões de outras convenções, não apenas da CBD. A derradeira COP, a COP-15, ocorreu em Copenhague, em dezembro de 2009, para elaborar tratado sobre mudanças climáticas. Pretendeu-se firmar um acordo que seguisse ao Protocolo de Kyoto, mas a divergência de interesses entre os países desenvolvidos e os demais, mais do que ter explicitado as diferenças de prioridades desses países, resultou no não estabelecimento de nenhum acordo substituto.

CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.9.html>>.

Acesso em: 03 de Ago, 2009.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. Disponível em: <<http://www.cbd.int/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

THE CARTAGENA PROTOCOL ON BIOSAFETY. Disponível em: <<http://www.cbd.int/biosafety/protocol.shtml>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²⁰⁷ AGENDA 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²⁰⁸ Essa comissão foi criada apenas em 1994.

UNITED NATIONS CONVENTION TO COMBAT DESERTIFICATION. Disponível em: <<http://www.unccd.int/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²⁰⁹ ARAGÓN, Luis E. (2000b). Introdução. In: _____ (org.) *Debates sobre a Agenda Amazônia 21*. Belém: UNAMAZ. Serie Cooperación Amazónica, nº 21.

²¹⁰ SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/capa/index.html>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²¹¹ ARAGÓN, Luis E. (org.) (1998). *Amazônia 21: uma agenda para um mundo sustentável*. Anais. Belém: UNAMAZ.

para quem e como da Agenda Amazônia 21. A publicação contém debates acerca dos documentos produzidos pela SCA (ARAGÓN, 2000a)²¹². Um dos aspectos-chave da Agenda 21 é dar legitimidade ao gerenciamento sustentável pela base científica, isto é, as decisões sobre a maneira de conduzir o DS devem estar pautadas em pesquisas científicas que comprovem a eficácia das decisões.

- 1997. Rio + 5. Nova Iorque. Reunião para rever os compromissos empreendidos na Rio-92. Avaliou-se que ainda faltavam muitas metas a serem alcançadas para concretizar a Agenda 21 e os objetivos do DS.

- 2000. Cúpula do Milênio das Nações Unidas, cujo resultado foi a 'Declaração do Milênio'²¹³, disposta com os seguintes capítulos: 1) valores e princípios (entre os valores fundamentais figuram: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum); 2) paz, segurança e desarmamento; 3) o desenvolvimento e erradicação da pobreza (onde afirma na página 07: “14. Estamos preocupados com os obstáculos que os países em desenvolvimento enfrentam para mobilizar os recursos necessários para financiar o seu DS”); 4) proteção do nosso ambiente comum; 5) Direitos humanos, democracia e boa governação; 6) proteção dos grupos vulneráveis; 7) responder às necessidades especiais de África; 8) Reforçar as Nações Unidas. Dentro desses princípios, os 191 Estados-membros da ONU assumiram o compromisso de alcançarem, até 2015, os oito objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM)²¹⁴, com 18 e mais de 40 indicadores que descrevem o que é necessário para reduzir a pobreza e atingir o DS. Os oito jeitos de se mudar o mundo (os ODM) são: 1) Erradicar a extrema pobreza e fome; 2) atingir o ensino básico universal; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade na infância; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; 8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Como apontam Flora CERQUEIRA e Márcia FACCHINA (2005, p.05)²¹⁵, “a Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são dois instrumentos irmãos para a consecução do DS”.

- 2002. Joanesburgo. 'Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável' (ou '2ª Cúpula da Terra'). Essa reunião teve como ponto central discutir os avanços da Agenda 21 deste a Rio-92 e verificou-se que houve poucos deles. Elaborou-se a 'Declaração de

²¹² ARAGÓN, Luis E. (org.) (2000a). *Debates sobre a Agenda Amazônia 21*. Belém: UNAMAZ. Serie Cooperación Amazónica, nº 21.

²¹³ DECLARAÇÃO DO MILÊNIO. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/#>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²¹⁴ OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/#>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²¹⁵ CERQUEIRA, Flora & FACCHINA, Márcia (2005). *A Agenda 21 e os Objetivos Do Milênio: as oportunidades para o nível local*. Brasília: MMA; Secretaria de políticas para o desenvolvimento sustentável. Caderno de Debate: Agenda 21 e Sustentabilidade. Nº 07. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/#>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

Joanesburgo²¹⁶ e o 'Plano de implementação de Joanesburgo'²¹⁷, em que se reafirmam os compromissos da Declaração do Rio de Janeiro, elencam-se os desafios que foram enfrentados até o momento, reafirma-se o compromisso com o DS e direcionam-se realizações às áreas que requerem maior esforço à implementação do DS. Nessa reunião, houve poucos resultados práticos, pois as discussões ficaram polarizadas em blocos de países que defendiam interesses próprios e focaram-se prioritariamente problemas sociais.

A importância dos eventos em Founex, Estocolmo, Cocoyoc, Rio de Janeiro, Joanesburgo e dos posteriores²¹⁸ é que, a partir deles passou-se a questionar que o desenvolvimento das nações – crescimento populacional, industrialização, produção de alimentos, poluição, consumo de recursos renováveis e não-renováveis – levaria a Terra ao seu limite dentro dos próximos 100 anos. A solução ainda está em discussão até hoje e se pondera, nos fóruns internacionais, nacionais e locais, qual a melhor maneira de conduzir o desenvolvimento e a preservação/conservação do planeta, nos diferentes níveis que isso representa. Como é de se imaginar, existem muitas opiniões sobre que tipo de desenvolvimento é o melhor para a maioria dos países. Há aqueles que defendem que a economia é o carro-chefe do progresso de qualquer país e, portanto, do mundo globalizado; enquanto outros preferem colocar a tríade econômico-social-ecológico para sustentar o desenvolvimento mundial.

8.5. Críticas e limites do DS

Muitas críticas foram feitas à noção de DS proposta desde o Relatório Brundtland. A seguir, apresentaremos grupos de argumentos questionadores, para então apontarmos os avanços propiciados graças às discussões a respeito do tema.

8.5.1. Universalização de interesses sobre áreas estratégicas

Para Michael REDCLIFT (2006)²¹⁹ o uso simplificado e aparente consenso do DS e sustentabilidade servem para camuflar as complexidades subliminares e contradições de quem está decidindo, a quem interessa tais decisões e com base no que elas são tomada. A retórica do DS sustenta ações políticas e legitimam determinados grupos, obscurecendo que as decisões são tomadas por alguns e colocadas como globais a todos. Sob o discurso

²¹⁶ DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/_arquivos/joanesburgo.doc>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²¹⁷ PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DE JOANESBURGO. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/_arquivos/planojoanesburgo.doc>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

²¹⁸ Desde a Rio-92, foram realizadas 17 reuniões da CSD. Disponível em: <http://www.un.org/esa/dsd/csd/csd_csd17.shtml>. Acessado em: 03 de Ago, 2009.

²¹⁹ REDCLIFT, Michael (2006). Os novos discursos de sustentabilidade. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.

de segurança humana e ambiental há interesses econômicos e políticos dos países centrais. O ambiente é utilizado como recurso estratégico de dominação ideológica e a bandeira do ambientalismo global serve para dar aval a organismos supranacionais se sobreponem à soberania nacional de alguns países – especialmente aqueles que possuem grandes reservas de recursos naturais e diversidade biológica ainda não totalmente explorados.

Marcionila FERNANDES (2006)²²⁰ esclarece que “o que parece estar no centro do debate sobre os problemas ambientais e sobre as eventuais estratégias de seu enfrentamento é, antes, a disputa pelo controle dos recursos naturais renováveis e não renováveis do planeta” (idem, p.162). Para a autora, o modelo de DS se expressa como um projeto internacional de gestão de recursos naturais de áreas ecológicas importantes do planeta. O discurso consensual de preservação, que iguala interesses comuns entre os diferentes países, apaga as diferenças regionais e universaliza os interesses do Norte (desenvolvidos). Caberia ao Sul (subdesenvolvidos, em desenvolvimento ou 'terceiro mundo') prioritariamente adotar as prerrogativas do DS, pois o modelo de desenvolvimento do Norte se mostrou insustentável. Segundo esse parâmetro, o DS serve como mecanismo de manutenção dos padrões de produção e consumo do Norte, que dita sobre o modo de preservação dos recursos naturais de áreas estratégicas para atender às demandas de crescimento econômico dos países hegemônicos.

8.5.2. Visão única sobre a natureza

Segundo Banerjee (2006), a noção de DS tenta igualar custos ambientais e aponta responsabilidades como igualitárias, sem reconhecer diferenças entre localidades. Privilegia noções ocidentais de ambientalismo e preservacionismo, igualando pobreza e degradação ambiental nos países subdesenvolvidos. Transfere os direitos de populações rurais/tradicionais a controladores nacionais e internacionais, sem considerar seus interesses particulares. As comunidades locais são tidas como objeto passivo do projeto ocidental de desenvolvimento a despeito das promessas de autonomia local. Dito de outra forma, apesar de afirmar a aceitação da pluralidade, o DS baseia-se num sistema único de conhecimento, que coopta e desconsidera conhecimentos tradicionais ambientais sob o discurso da biodiversidade, biotecnologia e direitos à propriedade intelectual. Além disso, tal gerenciamento acontece em função do modo de produção capitalista e da dinâmica dos mercados globais, com ferramentas consideradas eficientes para a superação da contradição entre sustentabilidade e capitalismo.

²²⁰ FERNANDES, Marcionila (2006). Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito. In: _____ & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.

Para Redclift (2006), um dos resultados da tomada de decisões pautada em valores, ao invés de atrelado às comprovações científicas, é que políticas globais se sobrepõem a realidades locais: os saberes de populações locais sobre o ambiente são ignorados para que a lógica dos países do Norte impere.

8.5.3. Inconsistência científica

O conhecimento científico, que “deveria ser aplicado para articular e dar suporte ao DS (...) [objetivando] o fortalecimento da base científica do gerenciamento sustentável” (AGENDA 21), está em conformidade com o paradigma científico dominante e supõe a participação em pé de igualdade entre cientistas do mundo todo. Entretanto, não se explicita como operacionalizar essa cooperação científica, prioriza-se a ciência moderna ocidental e se descartam outras formas de conhecimentos não-científicos, que também poderiam contribuir para a preservação ambiental. Segundo Banerjee (2006, p. 86), há divergências de interesses políticos entre cientistas do Norte e do Sul, a ciência mencionada não demonstra abertura para outras formas de ciências de povos tradicionais e se obscurece que existem desigualdades e distinções culturais daqueles que cercam os recursos ambientais.

Para Redclift (2006, p.59-63), poucas disciplinas conseguem contribuir com as ligações entre o sistema ambiental humano e o natural, tal como identificado na Agenda 21 – a relação Homem/ natureza. Isso indica que o manejo da natureza e dos recursos naturais está mais ligado às questões da necessidade e valores humanos de alguns grupos do que à sua comprovação científica.

Na compreensão de Carvalho (2006), o DS é noção sem método, uma vez que não possui método científico convincente que oriente as visões fragmentárias das ciências ambientais, sociais, econômicas, etc. Não há teoria geral de uma ciência socioambiental, que consiga realizar uma boa leitura das questões socioambientais, diga sobre a relação sociedade/natureza, permita integração entre as diferentes dimensões de sustentabilidade e, com isso, propor soluções metodologicamente adequadas. Como aponta o autor (idem, p. 215), “são raros os 'programas universitários' de ensino e pesquisa sobre meio ambiente que trabalham realmente as problemáticas epistemológicas e metodológicas da interdisciplinaridade”.

8.5.4. Não-equidade social

A noção de DS não explica como a sustentabilidade, as necessidades humanas e a preocupação com as gerações futuras podem ser operacionalizadas. O discurso de equidade, democracia e inclusão servem para justificar processos de modernização que não questionam a “capitalização, expropriação, mercadorização e homogeneização da natureza”

(BANERJEE, 2006, p. 94). Segundo Fernandes (2006, p.132-3) o DS não consegue corrigir a disparidade de riqueza entre as nações, não indica caminhos de superação da lógica que produz a pobreza, não atende nem mesmo as necessidades da geração presente, não relaciona coerentemente os problemas ambientais com os sociais e nem apresenta um novo projeto societário que de fato traga equidade social, prudência ecológica e sustentabilidade econômica.

Veiga (2006b) acrescenta que as teorias econômicas não têm poder de previsão em médio e longo prazo, o que reforça o caráter fictício da previsibilidade das mesmas condições do presente para gerações futuras. Desse modo, a idéia de equidade na noção de DS vem atender interesses de grupos específicos na atualidade, que estão longe de serem solidárias com gerações vindouras. As instituições que dão forma ao movimento ecológico internacional não criticam as formas de apropriação da natureza capitalista, não instituem mudanças da base sócio-econômico-política para diminuir a distância de riqueza entre os países e, com isso, “todos encaminhamentos políticos e econômicos, no plano mundial, incluindo-se aqui os previstos nas políticas de DS, se constroem na perspectiva de manter e/ou agravar essas disparidades” (idem, p.131).

8.5.5. Supremacia do econômico

O objetivo principal do DS, segundo Banerjee (2006, p.78), é “descrever um processo de crescimento econômico que não cause destruição ambiental”. E sustentar o crescimento econômico e conciliá-lo com o ambiente “é simplesmente um lance de mágica que falha no que refere ao equacionamento dos genuínos problemas ambientais” (idem, ibidem). Para o autor, o DS não representa uma quebra de um paradigma teórico, mas sua subsunção sob o paradigma economicista dominante. A noção de desenvolvimento subjacente a essa ótica econômica, classificante de países desenvolvidos e subdesenvolvidos (nos antigos e ainda presentes planos de cooperação para o desenvolvimento dos países do 'Terceiro Mundo'), está imbuída do contexto sociocultural e político dos países industrializados do ocidente, que universalizaram padrões para o restante do globo. Desse modo, criou-se uma noção de pobreza em relação ao padrão capitalista industrializado, categorizaram-se as diferenças culturais segundo o estigma 'subdesenvolvido' e adotou-se como único o pensamento moderno econômico ocidental, que separa a economia e o social numa concepção de que os problemas sociais são resolúveis pelo crescimento econômico. Essas leituras econômicas foram pautadas em “sistema de conhecimentos da modernidade ocidental, rejeitando e marginalizando formas não ocidentais de conhecimento” (idem, p.81). Para o autor, esse viés presente nas noções desenvolvimentistas do século XX foi renomeado na atualidade como DS.

A manutenção da ordem social e da economia global a ser suportada

indefinidamente ganha maior destaque do que a preservação da natureza: “ao invés de reformar os mercados e os processos produtivos para que se adequem à lógica da natureza, o DS usa a lógica de mercado e da acumulação capitalista para determinar o futuro da natureza” (BANERJEE, 2006, p.85). O discurso do DS se utiliza de jargões ambientalistas para operacionalizar a economia segundo a roupagem de um novo paradigma, propondo-se ao gerenciamento e acúmulo de riqueza sem a depredação dos recursos naturais, mas “exatamente como isso seria possível permanece um mistério” (idem, ibidem), devido a serem inconciliáveis os pressupostos das lógicas de mercado e da natureza.

Banerjee (2006) ainda acrescenta que o DS não questiona as noções de progresso e de racionalidade econômica existentes, mas continua a privilegiar o consumismo industrial. Focaliza mais os efeitos da destruição ambiental sobre o crescimento econômico do que o contrário. Aponta preocupações ambientais na medida em que ameaçam a sustentabilidade do sistema econômico. Não questiona a lógica do mercado e do capital, e sim cria e impõe uma lógica semelhante a todo o globo sob um modelo universal e em jargões ambientalistas.

Para Carvalho (2006, p.205), o DS não se constitui como novo paradigma de desenvolvimento, não tem embasamento teórico e método operacional que lhe proporcionem sustentação empírica. O DS é uma noção sem teoria, pois quer designar uma ação educadora do Estado sobre a sociedade de modo a-histórico e sem “análise crítica de como viabilizá-la num mundo real dividido e dominado pelo hegemônico modo de produção capitalista contemporâneo” (idem, p.206). A proposta do DS não está embasada numa nova teoria de desenvolvimento econômico sustentável e continua com a centralidade/universalidade do caráter sustentado da economia²²¹.

Para Diegues (2001, p.51-2), o DS adota uma posição próxima à economia neoclássica, em que os problemas ambientais são meras externalidades do processo de desenvolvimento e cujas forças de mercado solucionariam os problemas ambientais. Além disso, a concepção de desenvolvimento do DS se baseia num grau a ser atingido semelhante aos países industrializados, que é insustentável no médio e longo prazo.

Daniel Chaves de BRITO (1999)²²² aponta que a noção de DS não representa uma mudança de paradigma em relação aos enfoques desenvolvimentistas das teorias

²²¹ Para Carvalho (2006, p. 207-8), o desenvolvimento econômico sustentado é aquele que sustenta apenas o crescimento econômico. O desenvolvimento econômico sustentável supõe uma transformação no modo de produção, de consumo, de modo de vida, busca de equidade social e conservação da natureza, intra- e intergeracional. Isso requer pensar a sustentabilidade do desenvolvimento em múltiplas dimensões – as dimensões de sustentabilidade: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico, política (nacional) e política (internacional) (SACHS, 2002).

²²² BRITO, Daniel Chaves de (1999). A paradoxal unidade do discurso de desenvolvimento. In: ALTVATER, Elmar et al. *Terra incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento*. Belém: UFPA/NAEA.

econômicas clássicas e neoclássicas, que têm intrínseca a idéia de infinitude e de estratégias corretas para o perpétuo crescimento. Nesse sentido, o DS “se inscreve numa paradoxal unidade do discurso de desenvolvimento, na medida em que suas alternativas não fogem ao problema do crescimento econômico” (idem, p.199).

Montibeller Filho (2004) nos fala do 'mito do desenvolvimento sustentável':

Conclui-se, então, pela impossibilidade de que no mundo capitalista venha a atingir-se o desenvolvimento sustentável, em suas dimensões básicas de equidade intrageracional (garantia de qualidade de vida a todos os contemporâneos), intergeracional (igual garantia às pessoas das próximas gerações, mediante a preservação do meio ambiente) e equidade internacional (de todos os países, ou a todo indivíduo independente de sua localização geográfica). Assim, cremos haver demonstrado a validade da hipótese principal, a saber, que as proposições ambientalistas conservadoras do sistema de mercado – que o defendem ou toleram – constituem-se em contribuições relevantes para amenizar os efeitos da problemática socioambiental; mas que, todavia, não conseguem superar a contradição fundamental do sistema de tender a apropriar-se de forma degenerativa dos recursos naturais (esgotamento) e do meio ambiente (degradação), impossibilitando que sejam concretizadas as equidades sociais e ecológicas intra, intergeracional e internacional do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável revela-se um mito, compreendendo dupla dimensionalidade: o caráter universal, ao contemplar a reflexão pela maioria dos povos – do mundo capitalista ou não –, de uma condição de equidade socioambiental e ambiental desejada, dando elementos para a construção de projeto civilizatório em diferentes culturas e norteador de práticas sociais (conflituosas); e o caráter particular, sendo no sistema atualmente dominante, e nas condições analisadas de tendência secular e escala global, todavia, uma idéia sem correspondência direta, sendo até conflitante, com a realidade. Este aspecto contribui na compreensão da sociedade capitalista e seus limites em concretizarem ideais socialmente construídos (MONTIBELLER FILHO, 2004, p.292).

Pelas colocações do autor, por meio da análise das teorias desenvolvimentistas clássicas e das apropriações neoclássicas dos fatores ambientais, o DS continua sendo uma solução incompleta para superar os problemas ambientais atuais. Isso porque, segundo Santos (2008, p. 125), as concepções de desenvolvimento capitalista têm sido reproduzidas pelas ciências econômicas e se assentam na idéia de crescimento infinito obtido por meio da sujeição progressiva de práticas e saberes à lógica mercantil.

Para Rosa Elizabeth Acevedo MARIN e Edna Maria Ramos de CASTRO (2006, p.16-20)²²³, o discurso globalizado e institucionalizado do DS está atrelado ao seu poder enunciativo, auto-explicativo, prenúncio de venturas e esperanças. O DS serve para fazer o desenvolvimento econômico aparecer como necessário, acalmando os medos provocados pelos seus efeitos indesejáveis. Nesse sentido, as críticas ao DS são à modernidade, pois

²²³ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo & CASTRO, Edna Maria Ramos de (2006). Prefácio 2ª edição. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.

revelam os problemas com os quais a sociedade atualmente se debate: a falência da solidariedade social e autodeterminação dos povos à destruição da natureza, por meio de uma racionalidade que se forja no avanço da civilização ocidental. Para as autoras, um dos desafios teóricos que se impõem é superar o mito da terra prometida, da natureza sem limite e do paraíso ligados à idéia de progresso e modernidade, que permeiam o imaginário social e os discursos políticos, militares, científicos, etc.

Na opinião de Sachs (1993, p.18), atingiremos o objetivo de proporcionar a todos uma sobrevivência decente, em um planeta para sempre habitável, no momento em que se reconhecer que devemos modificar o comportamento econômico, ambiental e socialmente destrutivo. Isso requer mais do que estratégias de desenvolvimento de uma agenda em longo prazo. Requer a reconfiguração de padrões de produção compatíveis com a equidade social e prudência ambiental, um novo conceito de modernidade e uma nova civilização, fundadas nas idéias de respeito humano, conhecimento intensivo e amor à natureza.

8.5.6. Diferenças Norte / Sul

Diegues (2001, p.50) critica que a proposta de DS ignora as relações de forças internacionais, os interesses dos países industrializados em dificultar o acesso à tecnologia aos países em desenvolvimento, as relações desiguais de comércio e a oposição de multinacionais às propostas tecnológicas contrárias às suas estratégias globais.

Em decorrência dos acordos estabelecidos em âmbito internacional, muitos países passaram a adotar legislações e a criar mecanismos institucionais que suportem ministérios, secretarias e agências de planejamento e implementação de políticas ambientais. Sachs (1993, p.14) aponta que desde os anos '70 já houve progresso nesse sentido, mas há ainda muito a ser feito no campo da legislação nacional e internacional, sobretudo no que refere ao seu cumprimento. Esse problema explicita as diferenças existentes entre os países do Norte e Sul, pois não há linearidade na implementação do que se entende por DS. Como descrito pelo autor, há uma grande defasagem entre tais países: segundo dados da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCED, 1991 in SACHS, 1993), seus países membros respondem por parcela pequena da população mundial, concentram grande parte do capital, do comércio internacional e do consumo de energia, e são responsáveis por grande parte da poluição do planeta. Esta defasagem explicita que os padrões de consumo dos países do Norte são insustentáveis e teve profundo impacto sobre a crise socioambiental.

Por esse raciocínio, é preciso ponderar que existem estilos de vida inerentes aos países promotores das bandeiras do DS, que foram, justamente, os que contribuíram de maneira mais efetiva para o acirramento da crise socioambiental. Na ótica de Sachs (1993), os países industrializados deveriam reconsiderar o desperdício que caracteriza seus

padrões de consumo e de utilização de recursos, antes de exportar esse estilo de vida ocidental aos países do Sul. Nas palavras do autor:

Embora reconhecendo a ligação entre meio ambiente e desenvolvimento, o Norte insiste na idéia de riscos ambientais globais e na responsabilidade compartilhada de enfrentá-los. O Sul, ao contrário, prioriza a agenda de desenvolvimento, alertando para o perigo de imposições descabidas, sob o pretexto da degradação ambiental, de novas condicionalidades sobre as economias altamente endividadas e depauperadas do Sul, enquanto o Norte prossegue com seus padrões de vida ambientalmente inviáveis (South Commission, 1990, p.281). O Sul não pode aceitar que seu desenvolvimento seja interrompido em nome da preservação do meio ambiente. A verdadeira escolha não é entre desenvolvimento e meio ambiente, mas entre formas de desenvolvimento sensíveis ou insensíveis à questão ambiental (SACHS, 1993, p.17).

Pelas análises críticas de Leff (2002)²²⁴, o movimento ambientalista problematiza uma série de fatores interligados: padrões de produção e de consumo, estilo de vida e a orientação e aplicação do conhecimento no processo de desenvolvimento. O redimensionamento destes levaria, necessariamente, a um novo projeto de civilização, no qual se recolocam as necessidades humanas em um patamar diferente do atual, se reconfiguram as relações entre o Estado e as demandas dos diferentes grupos sociais, sejam estes organizados em organizações do mercado como da sociedade civil de forma mais ampla.

Apesar dos esforços da comunidade internacional serem unanimemente favoráveis à concepção do DS, ainda existem fatores inerentes aos sistemas políticos e econômicos que impedem, nos momentos de negociação de acordos e na implementação das estratégias de políticas públicas, a orientação para o bem comum, como apontado por Klaus FREY (2001, p. 2)²²⁵. Esse é o problema que Leonardo AVRITZER e Sérgio Costa (2004, p. 714-717)²²⁶ salientam sobre a uniformização de uma agenda pública global: os fóruns transnacionais são diversos, segmentados e desarticulados entre si e, além disso, as questões tratadas no plano global são, na verdade, materializadas e praticadas segundo as lógicas nacionais e nas esferas locais.

Segundo Frey (2001, p.22-34), boa parte das teorias que embasam o DS – segundo as abordagens econômico-liberal de mercado, ecológico-tecnocrata de planejamento, política de participação democrática – carecem de investigações que aprofundem a

²²⁴ LEFF, Henrique (2002). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.

²²⁵ FREY, Klaus (2001). A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, ano IV, nº 9, 2º semestre, p. 1-34.

²²⁶ AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. (2004) Teoria crítica, democracia e esfera pública. Concepções e usos na América Latina. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 47, nº 4, p. 703-728. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

dimensão político-democrática do termo. Nesse sentido, o desafio destas teorizações é superar os problemas de cunho político e de exercício de poder, que trazem à tona as questões das instituições político-administrativas, da participação e do processo político. Para superação desses entraves, é essencial que as esferas estatais propiciem o exercício democrático dos cidadãos, nas comunidades locais, por meio da ampliação ativa das margens de ação da sociedade civil e de sua capacitação para defender e sustentar interesses relacionados às suas causas.

Sachs (1993, p.15) descreve que a conscientização da opinião pública, a pressão dos movimentos civis por meio da sociedade civil organizada e os movimentos populares de base têm gerado transformações significativas no que tange à aplicação de políticas ambientais. Mais do que isso, o autor descreve que os processos de modernização conduzidos de cima para baixo são os que geralmente produzem desequilíbrios socioambientais, enquanto que os sistemas de gestão de recursos e meio ambiente baseados na comunidade têm mostrado bons resultados. Esse é um dos caminhos, reconhecidos por Sachs, para a promoção e consolidação da genuína democracia participativa, exercida em todos os níveis: global, nacional e local.

8.6. Avanços graças à discussão sobre DS

8.6.1. Reconfiguração da ciência

A noção de DS, como apontado por Chaves e Rodrigues (2006), ainda é incerta por se encontrar no cruzamento de várias tradições intelectuais, que buscam conciliar desenvolvimento econômico, proteção ao ambiente e equidade social. Nesse sentido, a discussão sobre o DS favoreceu a abertura para aproximações intelectuais, recomposições teóricas e reorganizações institucionais. Apesar de ainda não haver consenso sobre o que é o desenvolvimento e como conduzi-lo de maneira verdadeiramente sustentável, o debate sobre o tema leva ao rompimento das barreiras disciplinares, ao questionamento dos paradigmas científicos dominantes, à superação da fragmentação do conhecimento, à busca da inter- e/ou transdisciplinaridade e à reconfiguração dos objetivos da ciência diante das questões socioambientais para o século XXI. Por outro lado, Godard (1997) ressalta que a ampliação dessas discussões mais abre novos campos do que organizam as noções já existentes, assim como relembra que os “conceitos e doutrinas, regras e procedimentos práticos vão ser elaborados de acordo com a conveniência das decisões econômicas, das regras jurídicas e das inovações institucionais” (GODARD, 1997, p.109).

Enquanto campo de debate, o DS é um processo ainda em construção, cujas correntes de pensamento científico e não-científico são convocadas a participar para estabelecer critérios, normas e orientações a ações de desenvolvimento em diferentes dimensões. Resumindo, um dos avanços propiciado pelos questionamentos sobre o DS é

explicitar a necessidade de reconfiguração científica para o enfrentamento dos problemas socioambientais, que alguns autores indicam como possível pela busca da inter/transdisciplinaridade (JAPIASSU, 2006), pelo pensamento complexo (MORIN, 2008), pela pluralidade e diversidade epistemológica (SANTOS, 2008), por uma epistemologia e racionalidade ambiental (LEFF, 2002, 2006).

8.6.2. Decisões políticas

Se por um lado ainda não há conhecimento científico suficiente para afirmar sobre a dinâmica dos processos biofísicos, nem prever em médio e longo prazo os impactos de determinadas ações econômicas, por outro se pondera que decisões políticas talvez sejam o caminho mais prudente, neste momento, para manutenção da vida terrena. Como apontam Chaves e Nogueira (2006), se deve ir além da mera otimização econômica intertemporal, observados pelos preços nos mercados, e da simples busca de conhecimentos científicos dos processos biofísicos, dos quais depende a reprodução do ambiente. É preciso ponderar um comportamento de segurança e de prevenção dos riscos conhecidos; a otimização do tempo para conhecer os fenômenos, de modo a responder de forma mais eficaz aos problemas ainda incertos neste campo; busca por soluções de menor arrependimento, que atendam de forma simultânea a vários objetivos da coletividade. Nessa linha, fala-se no 'Princípio de Precaução', cujas exigências de provas científicas (comprovação de determinados fenômenos) não são a única fonte para tomada de decisões que garantam a preservação ambiental. Certamente, há um contraponto: decisões são tomadas com base em interesses de grupos particulares, sob o alibi da imprecisão de metodologias científicas. Por isso, é necessário o estabelecimento de regras que possam garantir sua aplicação sensata e previsível.

8.6.3. Integração de políticas ambientais e desenvolvimento econômico

A linha de pensamento acima se enquadra com outro avanço propiciado pela discussão sobre DS: a integração de políticas ambientais e desenvolvimento econômico – que ainda mantém o crescimento econômico dentro do consenso político internacional, apesar de veementemente criticado. Dentro dessa perspectiva, Chaves e Rodrigues (2006, p.103) indicam duas posições predominantes: os que acreditam que as taxas elevadas de crescimento podem financiar políticas ambientais rigorosas, centradas na difusão rápida de inovações, custos de manutenção/restauração de ambientes e mecanismos de reciclagem de materiais ou eliminação de dejetos; e aqueles cuja crença na harmonização entre desenvolvimento e preservação ambiental exige uma nova concepção de modelos de desenvolvimento, o que implica em mudanças significativas nos modos de vida, modos de produção, opções técnicas e formas de organização social e das relações internacionais.

Para as autoras, essa perspectiva de análise revela quanto a relação sociedade/ natureza é

resultado de uma construção histórico-social, a partir do estabelecimento das relações dos homens entre si, num determinado tipo de sociedade. Este modelo precisa ser repensado, uma vez que as políticas de meio ambiente não podem ser mais marginalizadas ou relegadas a um plano secundário às decisões econômicas e sociais (CHAVES & RODRIGUES, 2006, p.104)

8.6.4. Explicitação das diferenças entre Norte / Sul

Além das discussões sobre novos modelos de desenvolvimento, políticas ambientais, tomada de consciência da construção sócio-histórica da relação Homem/natureza e aspirações de uma nova sociedade, o avanço no debate sobre DS vem cada vez mais explicitando diferenças entre países do Norte e Sul. Como destaca Godard (1997, p.125), o futuro do ambiente depende da evolução dos conteúdos globais dos modos de desenvolvimento dos países de ambas as partes, sob diferentes aspectos: modos de consumo, escolha de tecnologias, organização do espaço, gestão dos recursos e dos resíduos. Desse modo, se devem respeitar as prioridades de desenvolvimento de cada parte, ao mesmo tempo em que se estabelecem compromissos globais para além dessas prioridades particulares.

8.6.5. Avanço epistemológico

Outro aspecto, descrito por Sachs, é que desde Estocolmo (1972) até Joanesburgo (2002) “o conceito de DS foi refinado, levando a importantes avanços epistemológicos” (SACHS, 2004, p.36)²²⁷. Durante esses anos até o presente, o autor no lembra que primeiramente se discutiram reconceituações do desenvolvimento, “em termos de ecodesenvolvimento, recentemente renomeado de DS” (idem, ibidem), em que se passou a ponderar como verdadeiro desenvolvimento somente aquele que traga soluções e harmonização entre três elementos: promovam crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais. O autor indica dois principais avanços de cunho epistemológico na noção de DS.

O primeiro se refere à explicitação de critérios de sustentabilidade em suas diferentes dimensões. De acordo com Tassara (2007)²²⁸, a noção de sustentabilidade pressupõe um sistema, que se sustenta por meio de conjunto de relações internas que se auto-regulam e se equilibram, mas que se relacionam com o mundo externo a ele. Desse modo, ao se pensar em sustentabilidade de um sistema, deve-se remeter a um conjunto de

²²⁷ SACHS, Ignacy (2004). *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.

²²⁸ TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira (2007). *Aula expositiva*. Esalq-USP.

relações internas e externas, fatores de equilíbrio e de desequilíbrio. Segundo esse ponto de vista, a sustentabilidade só ganha conteúdo ao se pautar em um conjunto de valores que lhe dão forma – baseadas na racionalidade das disciplinas. Um exemplo são as considerações de José Alberto MACHADO (1999, 215-221)²²⁹, que mostra a existência de quatro enfoques diferentes utilizados na construção de sistemas de indicadores de aferição da sustentabilidade, decorrentes de distintas abordagens sobre o que causa sustentabilidade/insustentabilidade: o problema, danos causados, quem legitima, elementos de política ambiental e objetivos políticos a partir de abordagens toxicológicas, equilíbrio sistêmico, termodinâmico, ético-moral e econômico.

Viega (2006b) nos explica que a noção de sustentabilidade é ainda mais vaga do que a de desenvolvimento. Existem duas principais abordagens: os que acreditam que não há dilema entre crescimento econômico e conservação ambiental. Sustenta-se a economia e seu avanço, que trará benefícios ambientais e sociais. Outros acreditam que o crescimento deve sofrer retração e decréscimo da produção, para podermos conservar o ambiente. Igualmente, sustenta-se uma economia mais adequada à manutenção da biosfera. Uma abordagem mais completa, e complexa, é indicada por Sachs, que “soube evitar o ambientalismo pueril, que pouco se preocupa com pobreza e desigualdade, e o desenvolvimentismo anacrônico, que pouco se preocupa com as gerações futuras” (VEIGA, 2006b, p.171). Na ótica de Sachs (2002, p.85-88), seriam oito dimensões/critérios de sustentabilidade do desenvolvimento:

1. social: alcance de patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
2. cultural: equilíbrio entre respeito à tradição e inovação; autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno; autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
3. ecológica: preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitar o uso dos recursos não-renováveis.
4. ambiental: respeitar e realçar a capacidade de autodeturpação dos ecossistemas naturais.
5. territorial: configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo

²²⁹ MACHADO, José Alberto (1999). Desenvolvimento sustentável: a busca de unidade para seu entendimento e operacionalização. In: ALTVATER, Elmar et al. *Terra incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento*. Belém: UFPA/NAEA.

ecodesenvolvimento).

6. econômico: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica.

7. política nacional: democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; um nível razoável de coesão social.

8. política internacional: eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento de responsabilidade de fornecimento do parceiro fraco); controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; aplicação do Princípio da Precaução na gestão do ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da biodiversidade biológica e cultural; gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum a humanidade.

Explicitar esses critérios de sustentabilidade é um dos avanços epistemológicos na discussão sobre DS – apesar de ainda haverem indicadores questionáveis. O segundo refere-se à reconceitualização do desenvolvimento, por meio de trabalhos de Amartya K. Sen, que o redefine em termos de universalização e exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, civis e cívicos; econômicos, sociais e culturais; coletivos ao desenvolvimento, ao ambiente (SACHS, 2002, p.37). Adiante explicaremos com maiores detalhes estas idéias de Sen.

Por fim, Chaves e Rodrigues (2006, p. 106) resumem que o debate sobre DS expõe novos rumos para tratamento das questões ambientais (local/global) e, por sua vez, explicitam as determinações políticas e econômicas subjacentes aos modelos de desenvolvimento. Além desses aspectos ressaltados, as autoras indicam também que a retórica do DS passou a ser utilizada por diferentes grupos como recurso de denúncia política ou exercício de cidadania, abertura de novos espaços de expressão e como bandeira para legitimidade de causas locais, nacionais e globais. Como já esboçado anteriormente, as propostas do DS vão além do crescimento econômico e do uso racional de recursos naturais. Dependem, também, da participação social e do aumento das potencialidades e qualidades das pessoas, em suas localidades, para a construção de uma sociedade mais democrática participativa. Por conta desse conjunto de fatores é que hoje alguns autores preferem se referir a esses desafios como os da sustentabilidade do desenvolvimento (NOGUEIRA & CHAVES, 2005).

8.7. Por uma nova concepção de desenvolvimento

Decorrente da necessidade de reformulação da idéia de desenvolvimento, alguns autores vêm elaborando propostas que rompem com os paradigmas vigentes. Um deles é Amartya K. Sen (2000), para quem a expansão da liberdade é vista “como o principal fim e principal meio do desenvolvimento” (idem, p.10). Por isso, sua idéia de desenvolvimento como liberdade. Para o autor, “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (idem, ibidem).

Sen explica que a expansão das liberdades que as pessoas podem vir a desfrutar é considerada segundo dois pontos de vista:

- 1) como fim primordial do desenvolvimento: é o papel constitutivo do processo de desenvolvimento, relacionado “à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana” (SEN, 2000, p.52). As liberdades substantivas incluem capacidades elementares, como ter condições para evitar privações como a fome, desnutrição, morbidez evitável, morte prematura, assim como liberdades associadas a saber ler, escrever, fazer cálculos aritméticos, ter participação política, liberdade de expressão, etc. Sob estes aspectos, para alcançar o desenvolvimento se deve eliminar as fontes de privação destas liberdades substantivas: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática (educação, emprego remunerado, segurança econômica e social), negligência dos serviços públicos (acesso a serviços de saúde, saneamento básico, água tratada) e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.
- 2) como principal meio do desenvolvimento: o papel instrumental desse processo, concernente ao “modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento (SEN, 2000, p. 54). Seriam cinco liberdades instrumentais: liberdades políticas (direitos civis, políticos e sociais), facilidades econômicas (financiamentos e utilização de recursos econômicos com propósito para consumo, produção ou troca), oportunidades sociais (saúde, educação, etc., que influenciam nas liberdades substantivas), garantias de transparência (dessegregado, clareza, inibição de corrupção, irresponsabilidades financeiras e transações ilícitas), segurança protetora (rede de segurança social com disposições institucionais fixas, como benefícios a desempregados, suplemento de renda a indigentes, distribuição de alimentos em crises de fome coletiva, empregos públicos de emergência para gerar renda a necessitados). As capacidades individuais estão atreladas às inter-relações entre estas liberdades e às disposições econômicas, sociais e políticas, que em arranjos institucionais apropriadas constituem os meios para a liberdade. Isso

implica em “desenvolver e sustentar uma pluralidade de instituições, como sistemas democráticos, mecanismos legais, estruturas de mercado, provisão de serviços de educação e saúde, facilidades para mídias e outros tipos de comunicação, etc.” (idem, p.71), realizadas pela iniciativa privada, pública ou mescladas, assim como por ONGs e entidades cooperativas.

Por tais colocações, os fins e meios do desenvolvimento colocam a liberdade como centro, e não o crescimento econômico. Sob essa perspectiva, se pondera que Estado e sociedade têm papel no fortalecimento e proteção das capacidades humanas. As pessoas, vistas como ativamente envolvidas neste processo, devem receber as oportunidades adequadas para decidir seu próprio destino.

A liberdade é central nessa reconceitualização de desenvolvimento por duas razões: avaliatória – se há aumento das liberdades das pessoas; de eficácia – o desenvolvimento depende da livre condição de agente das pessoas (SEN, 2000, p.18). Sobre a condição de agente, Sen a entende como “alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo” (idem, p.33). Por essa compreensão, atenta-se à expansão das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam, tradições que querem seguir, como desejam agir, onde trabalhar, o que produzir, o que consumir, etc. Isso vem ao encontro das colocações de Diegues (2001, p.52-3), que ao se referir às 'sociedades sustentáveis' como contraponto ao DS, argumenta a favor de que cada sociedade seja capaz de definir seu padrão de produção e consumo, o bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente. Por essas idéias, as pessoas são agentes do desenvolvimento, e não apenas objetos passivos de projetos desenvolvimentistas impostos a partir de um outro contexto.

Em linha argumentativa semelhante estão as contribuições de Virgílio Maurício VIANA (2007)²³⁰, que nos relembra que envolver é a antítese de des-envolver. Des-envolver significa tirar do invólucro, descobrir o que está encoberto; enquanto envolver significa manter-se num invólucro, comprometer-se. Para Viana, os paradigmas desenvolvimentistas das sociedades industriais levaram ao des-envolvimento das pessoas com seus ecossistemas e recursos naturais. O autor nos dá um exemplo: no Brasil, tendemos a considerar 'mato' como algo ruim. E a floresta é mato. Remover o mato é caminho para o progresso e desenvolvimento. Isso se traduziu em políticas públicas, atitudes práticas, investimento público e privado. Refletiu-se na criação de unidades de conservação sem a presença humana (para preservação), devastação para pecuária e monoculturas agrícolas (para progresso). Segundo essa concepção, a floresta amazônica é mais valiosa derrubada

²³⁰ VIANA, Virgílio Maurício (2007). *As florestas e o DESEnvolvimento sustentável na Amazônia*. 2ª edição. Manaus: Editora Valer.

do que de pé. As populações que ali vivem, por terem uma relação diferenciada com esse ambiente, são des-envolvidas de seu contexto ambiental (em muitos casos, retiradas de seu local de morada) por meio de ações ressonantes com outra idéia de 'envolvimento', que tentam encaixá-las em padrões diferentes daquele onde vivem.

Por isso, o autor fala em envolvimento sustentável (ES), que designa “o conjunto de políticas e ações destinadas a fortalecer o envolvimento das sociedades com os ecossistemas locais, expandindo os seus laços sociais, econômicos, culturais, espirituais e ecológicos” (idem, p.43-4). A idéia de sustentabilidade permearia todas essas dimensões. Fortalecer a idéia de ES na Amazônia, por exemplo, significa valorizar as populações tradicionais que ali vivem, respeitando seus direitos à propriedade e ao manejo tradicional dos ecossistemas; desenvolver estratégias de conservação da floresta por meio de tecnologias ambientalmente apropriadas e economicamente rentáveis (a floresta ser mais rentável de pé do que derrubada); valorizar e aprimorar o sistema tradicional de manejo²³¹, para maior sustentabilidade e produtividade de produtos florestais certificados; envolver essas populações nas tomadas de decisão sobre a gestão dos ecossistemas, reconhecendo seu grandioso valor na proteção da natureza feita até hoje. Por tais colocações, o desafio é de elaborar um conceito novo que estimule a mudança de atitude, valores e práticas no processo de tomada de decisões públicas e privadas. Ao mesmo tempo, deve-se respeitar, valorizar e fortalecer as estruturas organizativas das populações que vivem em determinados contextos ambientais, envolvendo-as ativamente nas etapas de planejamento, implantação e avaliação de políticas e ações governamentais (VIANA, 2007, p.56).

Também Morin & Kern (2002)²³² mostram que, mais além do que buscar a chave para o desenvolvimento-problema, é preciso recuperar-se o sentido do desenvolvimento humano. Para os autores, deve-se buscar a 'hominização', entendida como o desenvolvimento das potencialidades psíquicas, espirituais, éticas, culturais e sociais do homem (MORIN & KERN, 2002, p.101). Segundo esse ângulo, o desenvolvimento é colocado para além da ótica do crescimento, mas concebido de maneira antropológica e compreendido segundo sua multidimensionalidade, para “ultrapassar e romper os esquemas não apenas econômicos, mas também civilizacionais e culturais ocidentais que pretendem fixar seu sentido e suas normas. Deve romper com a concepção do progresso como certeza histórica” (MORIN & KERN, 2002, p.102).

²³¹ “Por sistema tradicional de manejo entende-se os sistemas de produção utilizados por populações tradicionais. Esses sistemas foram desenvolvidos com base num processo histórico de desenvolvimento tecnológico protagonizado pelas próprias populações tradicionais. O saber empírico acumulado ao longo desse processo é retransmitido entre diferentes populações (índios, extrativistas, quilombolas, etc.) e gerações” (VIANA, 2007, p. 52).

²³² MORIN, Edgar & KERN, Anne Brigitte (2002). *Terra/Pátria*. Porto Alegre: Sulina.

Para Sachs (2002, p.65),

o desenvolvimento é o processo histórico de apropriação universal pelos povos da totalidade dos direitos humanos, individuais e coletivos, negativos (liberdade contra) e positivos (liberdade a favor), significando três gerações de direitos: políticos, cívicos e civis; sociais, econômicos e culturais; e os direitos coletivos ao desenvolvimento, meio ambiente e à cidade (BOBBIO, M., 1990; LAFER, C., 1994).

De acordo com o autor, o crescimento econômico serve como expansão das forças produtivas da sociedade para alcançar esses direitos plenos para toda população. Por essa compreensão, pondera-se um triplo imperativo ético: solidariedade sincrônica (com as gerações presentes), diacrônica (com as futuras) e com a inviolabilidade da natureza (respeito à biodiversidade, à diversidade cultural e à sustentação da vida). Isso significa que a conservação da natureza entra necessariamente em cena ao se refletir sobre o futuro da humanidade e o alcance de direitos plenos. Sobre a conservação, Sachs (2002, p.68-71) aponta que a natureza sem pessoas é uma violação dos direitos à vida, lembrando estudos que mostram que a natureza habitada é enriquecida pela presença humana. Mais além, deve-se desenvolver uma economia da permanência, pautada na perenidade dos recursos e aproveitamento sensato da natureza, isto é, na utilização da ciência e tecnologia para transformar elementos do ambiente em recursos (um conceito cultura e histórico), sem destruir a natureza. Para que seja possível chegar à harmonização entre estes objetivos sociais, ecológicos e econômicos em áreas estratégicas, como a Amazônia, necessita-se reconhecer o direito das populações locais em utilizar os recursos naturais, dando-lhes papel central no planejamento da proteção e monitoramento de seu ambiente, por meio: da aliança de conhecimentos tradicionais com os da ciência moderna; da identificação, criação e desenvolvimento de alternativas no uso de recursos de biomassa e geração de renda; do envolvimento dos agentes locais em planejamento participativo; e do cultivo da conscientização do valor e necessidade de proteção da área, bem como de padrões de crescimento local apropriado.

Esse modo de compreender o desenvolvimento, segundo Sachs (2002, p.75-6), implica numa abordagem negociada e contratual dos recursos entre os diferentes atores envolvidos, com seus interesses particulares, mas tendo em vista os objetivos mencionados acima. Por meio desse processo de negociação, explorar-se a matriz ecossistema/cultura, valorizam-se respostas culturais para desafios ambientais, aproveita-se o sistema tradicional de manejo dos recursos naturais, aproveita-se da melhor maneira a biodiversidade e identificam-se as necessidades fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos. Segundo o autor, esse pode ser um caminho alternativo para regimes

democráticos, enquanto resposta criativa à atual crise de paradigmas: colapso do socialismo real, enfraquecimento do Estado do Bem-Estar, não-cumprimento das promessas da contra-revolução neoliberal.

Em outro modo de argumentar, Sachs (2002, p.29-42) fala em uma nova civilização fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Para termos a 'moderna civilização baseada em biomassa', deve-se inicialmente transformar os conhecimentos das 'pessoas dos ecossistemas' (povos tradicionais) – que possuem conhecimentos profundos sobre a natureza – e decodificá-los pelas etnociências, de modo a conjugá-los com as ciências de ponta e explorar o paradigma do 'B ao cubo': biodiversidade, biomassa, biotecnologia.

1) A biodiversidade envolve o estudo de espécies e genes; de ecossistemas e paisagens; e da diversidade cultural no processo histórico de co-evolução. Para tanto, é necessária uma abordagem holística e interdisciplinar, que conjugue ciências sociais e naturais para a conservação e uso/aproveitamento racional da natureza.

2) A biomassa coletada ou produzida em terra e na água refere-se aos 5-F: alimento (food), suprimentos (feed – ou matérias-primas industriais, como fibras, celulosas, óleos, resinas, etc.), combustível (fuel – os biocombustíveis), fertilizantes (fertilizers) e ração animal industrializada (feedstock). Sachs (2004, p.130) adiciona mais três elementos posteriormente: materiais de construção, fármacos e cosméticos. O uso da biomassa pode ser otimizado quando combinado de maneira adequada em sistemas integrados de alimento-energia adaptados às diferentes condições agroclimáticas e socioeconômicas. Busca-se cada vez mais, por meio da ciência, desenvolver sistemas produtivos artificiais análogos aos ecossistemas naturais.

3) A biotecnologia tem papel fundamental, por propiciar o aumento da produtividade da biomassa e permitir a expansão de produtos dela derivados. Para tanto, é primordial disponibilizar a biotecnologia moderna aos pequenos produtores, implementar políticas complementares (acesso justo à terra, ao conhecimento, ao crédito e mercado, melhor educação rural) e desenvolvimento de uma 'química verde' (para substituir a petroquímica e trocar combustível fóssil por biocombustível).

Segundo o autor, atualmente já se consideram países com clima tropical como mais vantajoso do que os temperados, por permitir produtividades maiores de biomassa. O Brasil tem boas condições de 'pular etapas' (aquelas percorridas pelos países industrializados) e chegar à moderna civilização da biomassa, por combinar algumas vantagens competitivas: recursos naturais abundantes e baratos, fronteira agrícola ainda não totalmente explorada, força de trabalho qualificado e conhecimentos modernos. Para tanto, necessita-se chegar a linhas de ação para o aproveitamento racional da natureza, ordenadas segundo prioridades em ciência e tecnologia que criem estratégias de sustentabilidade rumo a essa sociedade

proposta. No caso da Amazônia, Sachs (2002, p.38-42) sugere 10 prioridades de pesquisa para alcançar esse objetivo: compreender melhor o funcionamento dos ecossistemas; pesquisas com macrodados e dados locais sobre a biodiversidade, sob controle de mãos nativas; aliança entre cientistas sociais e naturais para estudar a diversidade biológica e cultural; uso sustentável da biodiversidade e pesquisas avançadas sobre ela; estudos de sistemas integrados de produção (da agricultura familiar aos grandes sistemas comerciais), adaptados às condições locais; logística adequada para produtos florestais (armazenamento, transporte e processamento); diferentes sistemas locais de geração de energia (baseados na biomassa, mini-hidrelétricas, eólico, solar); fortalecimento e modernização das técnicas de subsistência da agricultura familiar; acoplar novos sistemas de produção (como a piscicultura, domesticação de animais, etc.); redimensionamento de acesso a bens e serviços sociais apropriados às condições específicas da Amazônia rural. O acento dado por Sachs é a busca de padrões endógenos de desenvolvimento, que sejam mais justos socialmente e que receitem a natureza.

Por fim, Sachs (2004) resume suas idéias, influenciado também pelas dos autores acima citados, no que chama de estratégias de desenvolvimento nacionais includentes, sustentáveis e sustentadas (DISS), cujo “adjetivo sustentável se refere à condicionalidade ambiental, (...) sustentado se refere à permanência do processo de desenvolvimento” (SACHS, 2004, p.70) e includente se refere à dimensão social²³³. As metas do desenvolvimento não são o crescimento econômico – uma condição necessária, mas não suficiente – e sim termos uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. É apropriação plena dos direitos humanos. Implica em igualdade, equidade e solidariedade. Neste momento, o grande desafio das teorias desenvolvimentistas é encontrar soluções para dois grandes problemas enfrentados pela humanidade: desemprego em massa e desigualdade crescente (SACHS, 2004, p.26).

Sob essa perspectiva, o crescimento econômico deve ser guiado para ampliar o emprego, reduzir a pobreza, atenuar a desigualdade e evitar as armadilhas da competitividade espúria (SACHS, 2004, p. 14). A equidade significa, então, “o tratamento desigual dispensado aos desiguais, de forma que as regras do jogo favoreçam os participantes mais fracos e incluam ações afirmativas que os apóiem” (idem, ibidem). Uma

²³³ O desenvolvimento includente está em oposição ao crescimento perverso: excludente (do mercado de consumo), concentrador (de renda e riqueza), em mercados de trabalho segmentados (que mantém uma parte da população na economia informal), em condições precária de subsistência pela agricultura familiar e de fraca ou nulo estímulo à participação política. E refere-se: ao tratamento desigual aos desiguais, ao comércio justo, à transformação da ciência e tecnologia em bens públicos, ao exercício pleno dos direitos humanos, à democracia participativa e planejamento local participativo, ao acesso a programas de assistência, políticas sociais compensatórias e serviços públicos (educação, saúde, moradia, etc.), à facilitação de crédito, à geração de empregos e ao trabalho descente para todos (saída do mercado informal e montagem de microempresas; estímulo ao trabalho autônomo e empreendedorismo; estímulo e modernização da produção agrícola familiar/rural). (SACHS, 2004, p.38-42).

das idéias de Sachs para aliar a necessidade de crescimento econômico com equidade é a do desenvolvimento endógeno (opostas ao crescimento mimético), que envolve: autoconfiança (oposta à dependência), orientação por necessidades (em oposição à orientação pelo mercado), harmonia com a natureza, abertura à mudança institucional (SACHS, 2004, p. 12).

O autor coloca que para executar o DISS e fortalecer esse processo endógeno, necessita-se aliar um projeto societal para urgências não apenas no curto, mas também médio e longo prazo; crescimento baseado na mobilização de recursos internos, induzido pelo emprego; envolver todos agentes nos processos de negociação: autoridades públicas, trabalhadores, empregadores e sociedade civil organizada (o que inclui o Terceiro Setor); e combinar políticas complementares de: a) crescimento induzido por empregos sem importações (obras públicas, construção civil, ligados à conservação de energia e de recursos, à reciclagem de materiais, à manutenção da infra-estrutura existente); b) consolidação e modernização da agricultura familiar (desenvolvimento rural endógeno/ noções da 'moderna sociedade da biomassa'); c) ações afirmativas para melhorar as condições de criação e gestão de empreendimentos próprios (sair da informalidade e criar microempresa); d) fortalecimento das estratégias endógenas nacionais, que ao obterem maior sucesso adquirem poder de barganha, no plano internacional, para mudanças da ordem econômica desigual.

Em suma, a necessidade de se reformular a idéia de desenvolvimento é torná-la mais central e operacional, reaproximando ética, economia e política na condução de uma sociedade mais incluyente socialmente, sustentável ecologicamente e sustentada economicamente. O desenvolvimento pretende

habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na procura da auto-realização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas (SACHS, 2004, p.35).

Algumas chaves foram colocadas para se alcançar essas metas: busca do exercício pleno dos direitos humanos; expansão das liberdades substantivas e instrumentais; conhecimento mais aprofundado da biodiversidade, na sua relação com a diversidade cultural; uso sustentável da biomassa; planejamento participativo, dialógico e negociado entre os atores envolvidos, em arranjos contratuais que beneficiem a todos; envolvimento das populações enquanto agentes em áreas a serem conservadas; maximização de oportunidades que criem condições de produção de meios de existência viáveis e em função de cada contexto socioambiental.

8.8. Conclusão

Pela maneira como abordamos a questão do DS, vimos que estamos em um momento crucial da humanidade: necessitamos reformular não apenas que desenvolvimento queremos, como também conduzi-lo segundo ações que propiciem a toda humanidade um presente bom de se viver. Se conseguirmos transformar o mundo atual em um lugar digno e bom para todos, seremos capazes também de deixá-lo às gerações futuras num legado de bem-feitorias. Mas, pelo andar da carruagem, ainda teremos que nos empenhar bastante para que isso se transforme de um ideal quase utópico em realidade.

Capítulo 09. Da transição de paradigma

9.1. Introdução

Neste capítulo, convergimos as discussões até aqui empreendidas e defendemos o ponto de vista de que estamos vivendo um momento de transição paradigmática em vários níveis, que indicaremos apenas segundo os seguintes pontos de vista: na ciência, no pensamento, nas noções de desenvolvimento e na relação Homem/natureza. Esboçaremos alguns argumentos que sedimenta essa tese de Santos (2008), sem pretensões de exaurir ou sermos conclusivos em cada um desses tópicos. Nossa intenção é abrir espaço para reflexão e mostrar que há ligação entre estas linhas, não obstante sejam esquecidos seus entrelaçamentos e pontos nodais. Além disso, estas considerações traduzem a maneira como abordamos a experiência de campo: abertura e diálogo com diferentes formas de ser, conhecer e saberes.

9.2. Diversidade e pluralidade epistemológicas

As formas como os homens pensam, organizam o mundo e se relacionam como o que não é humano – a cosmologia –, foram desenvolvidas de forma particular na sociedade Ocidental nos últimos 400 anos, como já explanado nas sessões anteriores. Descola (2006 in TASSARA, 2006, p.01), nos mostra a existência de quatro cosmologias possíveis: o animismo, o totemismo, o analogismo e o naturalismo. Esta última é a que impera em nossa sociedade e se caracteriza pela idéia da cultura ser triunfante e estar em oposição à de natureza, por conceber a relação entre humano e não-humano como de sujeito e objeto, marcar diferença da interioridade entre eles e, desse modo, se poder estudar a natureza como 'alter'.

Dentro desta perspectiva cosmológica, o paradigma metodológico de conhecimento (científico) também se funda de maneira específica. Para Tassara (2006), os paradigmas científicos são definidos de acordo com as respostas que oferecem às questões ontológicas (concepção da relação entre sujeito e objeto do conhecimento), epistemológicas (concepção da natureza do conhecimento) e de método de investigação e aceitação de verdades (método de acesso ao conhecimento, de forma coerente e consistente, das duas primeiras questões). Dessa maneira, o naturalismo se materializa com a fundação da física dinâmica e se constituiu como uma forma de conhecimento.

comprometida com uma ontologia realista-materialista, uma epistemologia objetivista e dualista, através da qual, pela suposta não interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, pressuposto do paradigma eleito, excluíam-se do conhecimento os valores e crenças redutores deste mesmo

conhecimento. Decorria, então, uma metodologia experimental-empirista, isolando o conhecimento dela derivado, dos valores e crenças do sujeito e, os eventos observados, de fatores externos de interferência sobre os mesmos (TASSARA, 2006, p.1-2).

Desta epistemologia clássica, que constituiu a primeira forma de conhecimento científico do pensamento moderno, se consolidou a racionalidade que se refere a um objeto e uma lógica atemporal. Tornada generalizada, essa epistemologia demarcou critérios de valoração do que eram ciência e não-ciência, conhecimentos empíricos e conhecimentos do senso comum, objetividade e não-objetividade, por meio do discurso metodológico que envolve a produção do conhecimento tido como neutro e universal. Como descrito por Santos (2008, p. 155), a ciência moderna, que inicialmente era um tipo de conhecimento entre outros, assumiu uma preponderância totalizante por uma série de condições do processo histórico, tomando para si (os cientistas) o monopólio do conhecimento válido e rigoroso, consagrando a epistemologia positivista (ou clássica) e descredibilizando todas as epistemologias alternativas. Considerada como conhecimento uno e universal, esta ciência moderna ocidental consolidou-se como fonte de progresso tecnológico e desenvolvimento capitalista, excluindo as outras formas de construção de conhecimento.

Para Santos (2008, p.138), desde o século XVII as sociedades ocidentais têm privilegiado epistemológica e sociologicamente a forma de conhecimento que se designa como ciência moderna. Essa hegemonia científica começa, lentamente a partir do século XIX, a ser quebrada pela ação do tempo histórico processual, expressa em novas formas de pensar a realidade natural (ou social), materializadas em teorias que rompem com a linearidade científica vigente (TASSARA, 2006, p.2). O próprio campo das ciências sociais e humanas nasce dentro do paradigma vigente, mas inscrevem-se numa lógica diferente e colocam em questão o próprio paradigma da qual surgiram, reinventando-o e modificando a demarcação entre ciências e saberes.

Ainda que esse movimento tenha iniciado há algum tempo, Santos (2008) discute que a tradição científica ou filosofia ocidental ainda é marcadamente presente e hegemônica na maneira como as políticas são delineadas no âmbito do neoliberalismo e do capitalismo globalizado. Isso quer dizer que o desenvolvimento da ciência moderna ocidental caminhou de forma entrelaçada com o do capitalismo e, posteriormente, com o movimento que resultou no neoliberalismo e na globalização.

Segundo a compreensão de Santos, estamos para entrar num período de transição paradigmática, entre a ciência moderna – identificada com a mecânica clássica, cartesiana e newtoniana, positivista (determinista, reducionista e dualista) – e uma ciência pós-moderna, na qual, a partir da reflexão epistemológica da nova física (ou física pós-clássica), se caminha para um conhecimento pós-dualista “assente na superação das dicotomias que

dominavam a ciência moderna clássica: natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjetivo/objetivo, etc.” (SANTOS, 2008, p.139). Isso levaria ao abalo das disciplinas tradicionais e a superação da cisão entre ciências naturais e ciências sociais.

Não obstante o autor fale da transição paradigmática, ainda se privilegia mais uma forma de epistemologia do que outras, a saber, aquela que se consolida como hegemônica. Sua argumentação deixa claro que existem outras formas de explicação da realidade, não contempladas pela ciência moderna, e que são deixadas de lado por considerações de cunho cultural, político ou ético – ou seja, as condições de produção desse tipo de conhecimento são aquelas que impedem a visualização de outras formas de epistemologias.

A discussão sobre o esgotamento do projeto de modernidade, a eminência da crise socioambiental e alternativas contra-hegemônicas à globalização e ao neoliberalismo fazem emergir, por sua vez, a retomada da diversidade e pluralidade de formas de conceber o conhecimento por outras ciências e culturas. Como aponta Santos (2008, p.142), “o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo sugere que a diversidade é também cultural e, em última instância, ontológica, traduzindo-se em múltiplas concepções de ser e estar no mundo”. Em outras palavras, há diversos modos de conceber o mundo e de intervir sobre ele para conhecê-lo, conservá-lo e transformá-lo. Se por um lado temos a diversidade epistemológica, por outro se deve considerar, neste momento de transição paradigmática, a pluralidade epistemológica, que consiste na aceitação de que existe pluralidade de explicações ou concepções da realidade para além da unidade e universalismo impostos pela ciência moderna, e estas podem co-existir sem se recair em hierarquizações decorrentes de juízos vindos das condições políticas, econômicas e culturais que tendem a preferir uma de suas formas às outras. Portanto, a pluralidade epistemológica trata da abertura de novos modos de conhecimentos e formas de relacionamentos entre as diversas ciências.

Essa reflexão leva, necessariamente, à discussão sobre a revalorização de conhecimentos não-científicos, locais, tradicionais, alternativos e periféricos – ou, em suma, o 'senso comum' –, que foram excluídos no processo histórico sob o discurso científico moderno. A diferença central entre ambas é de que o saber moderno se assenta na idéia da unidade, neutralidade e universalidade do conhecimento, enquanto o saber tradicional se pauta na idéia de ser um conhecimento prático, coletivo, fortemente implantado no local e refletindo experiências exóticas (SANTOS, 2008, p.153). Entretanto, se levarmos em consideração as críticas ao modelo hegemônico de ciência e considerarmos que todo conhecimento é parcial e situado (está intrinsecamente ligado às suas condições de produção), então “é mais correto comparar todos os conhecimentos (incluindo o científico)

em função das suas capacidades para a realização de determinadas tarefas em contextos sociais delineados por lógicas particulares (incluindo as que persistem ao conhecimento científico).” (SANTOS, 2008, p.153).

O acento dado por Santos é que a ciência moderna se tornou hegemônica ao longo dos últimos séculos, mas neste momento de transição paradigmática é preciso re-ponderar sua supremacia. Isso não quer dizer que se deva considerá-la como errônea ou causadora dos males contemporâneos, pois foi graças a ela houve desenvolvimento tecnológico significativo que permitiu gerar transformações benéficas à humanidade no seu conjunto. Em suas palavras:

No início do século XXI, pensar e promover a diversidade e pluralidade, para além do capitalismo, e a globalização, para além da globalização neoliberal, exige que a ciência moderna seja não negligenciada ou muito menos recusada, mas reconfigurada numa constelação mais ampla de saberes onde coexista com práticas de saberes não científicos que sobreviveram ao epistemicídio ou que, apesar de sua invisibilidade epistemológica, têm emergido e florescido nas lutas contra a desigualdade a discriminação, tenham ou não um horizonte não capitalista (SANTOS, 2008, p.155-6).

9.3. Pensamento complexo

A reformulação do pensamento passa, necessariamente, pela reformulação do conhecimento pertinente, que Morin (2000)²³⁴ identifica sendo possível a partir do reconhecimento do contexto, do global, do multidimensional e da complexidade. O contexto é aquilo que dá sentido ao texto, por isso a necessidade de ser sempre considerado na produção de qualquer conhecimento. O global “é mais do que o contexto, é o conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional” (MORIN, 2000, p.37), ou seja, o todo tem qualidades ou propriedades não encontradas nas partes, em especial se estas estiverem isoladas umas das outras – por isso a importância de considerar essa dimensão. O multidimensional são as unidades complexas, como, por exemplo, o ser humano, que é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional. Isto quer dizer que o conhecimento é composto de múltiplas dimensões – o que depende mais da ótica do observador do que do objeto visto em si. No tocante à complexidade, o autor descreve que

Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e

²³⁴ MORIN, Edgar (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (MORIN, 2000, p.38).

O pensamento complexo, como se nota, não é uma habilidade restrita aos intelectuais e eruditos de uma determinada cultura. Trata-se de ter clareza dos diferentes fios que tecem um texto, seu contexto e suas inter-relações com as diferentes dimensões em que esses entrelaçamentos se inserem. Dessa forma, mesmo a fala simples de um camponês, um ribeirinho dos rios da Amazônia ou um homem simples de qualquer localidade ou condição social, cujas palavras são diretivas e articuladas dentro de um universo discursivo estranho e avesso à academia, pode conter a complexidade que Morin acima expõe. Desvendar as complexidades de alguém de fala simples é um bom exercício de alteridade, abertura à diversidade e respeito à pluralidade.

Para compreender a complexidade do pensamento vinda de fontes diferentes daquelas que estamos acostumados a valorizar como complexo, Santos propõe o trabalho de tradução, entendida como “o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências no mundo, tanto as disponíveis como as possíveis” (SANTOS, 2008, p.123). O autor prossegue que se trata de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva, nem o estatuto de parte homogênea, isto é, as experiências do mundo “são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidades que se não esgotam nessas totalidades ou partes. Por exemplo, ver o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade” (idem, p.124). A tradução só é possível entre saberes – portanto, não se coloca a hierarquia entre conhecimentos, mas a diversidade e pluralidade – e é uma forma de contemplar a totalidade inesgotável que constituem as experiências no mundo, expressa de maneira sempre parcial por quem as vive e que, por isso mesmo, deve haver clareza da diferença entre os lugares daqueles que se envolvem num diálogo. Especialmente ao tratarmos de culturas diferentes e de maneiras diversas de expressar a complexidade acima referida, deve-se tomar como premissa que a tradução é um trabalho intelectual, político e emocional, “porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do caráter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática” (idem, p.129).

Segundo a ótica proposta por Morin, a educação do futuro deve ser pautada na inteligência geral, capaz de articular os elementos acima descritos, na qual cada ser humano seja capaz de superar a especialização e fragmentação do conhecimento inerente à ciência moderna, que provocou a disjunção entre as humanidades e as ciências, hierarquizou o conhecimento possível como verdade e o não-verificável como inexistente,

enfraqueceu a percepção do global e do essencial, dividiu o mundo em parcelas disjuntas e se coloca como racionalidade abstrata e unidimensional – a falsa racionalidade.

Em consequência disso, se passa a requestionar a condição humana no mundo, situando-se o Homem na Terra e universo. A percepção de si no mundo implica, necessariamente, na recuperação da responsabilidade por tudo aquilo que está ao nosso redor. No que se refere às questões socioambientais – portanto, o global, o contexto e o multidimensional da vida humana –, tomar consciência dos problemas significa compreender o mundo segundo o entrelaçamento de fatores que os envolvem, na sua relação com a própria existência dos homens. Para tanto, Morin propõe que a complexidade humana deve ser compreendida associada aos elementos que a constituem: “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana” (MORIN, 2000, p.55).

Nessa linha, estamos todos imersos dentro dos mesmos problemas de vida e morte que nos unem na mesma comunidade de destino planetário e, por isso, Morin insiste em se fazer avançar a idéia de Terra-pátria. Desse modo, é preciso se pensar numa cidadania terrestre, pois chegou o momento em que devemos aprender a “ser, viver, dividir, e comunicar como humanos no planeta Terra, não mais somente pertencer a uma cultura, mas também ser terrenos”. (MORIN, 2000, p.76). Para o autor, isso nos auxilia a superar os legados deixados no século XX, fruto das promessas da modernidade: o legado de guerras; a racionalização desumanizante e servidão técnico-industrial; o crescimento do poderio da morte (pelas armas nucleares); a possibilidade eminente da morte ecológica; a vivência da fragilidade biológica do corpo humano (vírus da AIDS); e a morte da alma (pelos reflexos da drogadicção excessiva, da depressão, solidão e angústia).

9.4. Desenvolvimento

Morin & Kern (2002, p.105) descrevem que o repensar crítico do desenvolvimento, já esboçado acima na amplitude que o termo exige ser ponderado, requer igualmente o questionamento do que é o subdesenvolvimento. Ao se ponderar esses dois termos, inevitavelmente se recai na discussão e valoração sobre prós e contras das diferentes culturas. Considerado de forma mais ampla, o subdesenvolvimento a ser superado é aquele mental, psíquico, afetivo e humano, que se configura como o problema-chave a ser superado para alcançar a hominização. Portanto, o desenvolvimento é entendido como uma finalidade, de viver verdadeiramente e viver melhor, que significa “viver com compreensão, solidariedade, compaixão. Viver sem ser explorado, insultado, desprezado” (MORIN & KERN, 2002, p.106). O que os autores defendem é a hominização, que exigem uma ética do desenvolvimento, na qual a busca primordial é do viver bem e melhor. Para tanto, fazem

um alerta:

É preciso considerar a insuficiência da concepção, mesmo hominizante, de desenvolvimento, que, como a palavra indica, desdobra, desenrola, estende. É preciso dialetizá-la com a idéia de envolvimento e de involução, que significa retorno à origem ou ao mundo anterior, mergulho nas profundezas do ser, remergulho no antigo, reiteração, esquecimento de si, introjeção quase fetal num banho amniótico beatificante, imersão na natureza, reencontro com os mitos, busca sem objetivos, paz sem palavras (MORIN & KERN, 2002, p.107).

Ainda na esteira da diferença entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, Sachs (1993, p.16-18) descreve que existe um abismo entre os países do Norte, tido como desenvolvidos, e os do Sul, considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento – que do aspecto econômico se generaliza para âmbitos mais amplos. Seguindo esse ponto de vista, Morin & Kern apontam que “o subdesenvolvimento dos desenvolvidos aumenta precisamente com seu desenvolvimento tecno-econômico” (MORIN & KERN, 2002, p.104). Dito de outra forma, os padrões insustentáveis de produção e consumo, expresso segundo modelos culturais universalizados a partir dos países do Norte, são os que fortemente contribuíram para a emergência da crise socioambiental na atualidade e marcadamente são mais representativos do modelo da racionalidade moderna ocidental, como expresso por Santos (2008, p.93) – sendo necessária a reconfiguração dos padrões culturais circulantes na esfera global. Esse é um dos motivos pela qual o autor menciona a defesa do multiculturalismo e da pluralidade epistemológica, pois se deve reconfigurar o que é o desenvolvimento a partir da compreensão vinda de diferentes culturas e, em última instância, para o ser humano de forma mais ampla – e não reduzida a apenas uma ou outra dimensão de sua existência.

Ao nos referirmos à cultura, compartilhamos com as reflexões de José Luiz dos Santos (1994)²³⁵, que nos traz a origem latina dessa palavra: *colere*, que significa cultivar. Nesse sentido, a cultura é a produção social de hábitos, costumes, formas de organização, tradições, artes, folclore, mitos, saberes, bens simbólicos, leis, aptidões, etc., constituída por e constituinte de cada pessoa em uma família, grupo, instituição, comunidade e sociedade. A partir da vivência e da tradição comum, a cultura é transmitida de geração em geração, ao mesmo tempo em que é modificada no cotidiano por aqueles que a vivem. Portanto, a cultura é dinâmica e o que se vem argumentando até aqui é o cultivo de novos valores, especialmente de respeito à diversidade epistemológica de diferentes povos e abertura à pluralidade de saberes.

²³⁵ SANTOS, José Luiz dos (1994). *O que é cultura*. 9ª edição. São Paulo: editora brasiliense. Coleção Primeiros Passos, vol. 110.

Essa maneira de refletir sobre a realidade – a não unidimensionalidade – está inserida dentro do que Morin (2000) descreve como 'compreender', que “significa intelectualmente apreender em conjunto, *comprehendere*, abraçar junto (o texto e seu contexto, as partes e o todo, o múltiplo e o uno)” (MORIN, 2000, p. 94). Segundo o autor, a compreensão é um modo de pensar que permite articular texto e contexto, o ser e seu ambiente, o local e o global, o multidimensional e o complexo das condições do comportamento humano, por meio das condições objetivas e subjetivas. A compreensão pressupõe abertura das pessoas em suas diferentes culturas e, no caso daqueles pertencentes à cultura ocidental, isso significa integrar e desenvolver os aspectos atrofiados de sua própria cultura, que foram aprimorados por outras culturas.

Com isso queremos defender que a cultura ocidental não deve ser nem condenada e nem conduzida à sua transformação radical, como em muitos momentos alguns críticos podem deixar a entender. Também não acreditamos que se devam idealizar culturas de outros tempos e/ou localidades, como forma de acentuar os defeitos da cultura presente, por comparação. Muito além disso, é importante termos clareza que toda e qualquer cultura é incompleta e imperfeita, possui algo “de disfuncional (falta de funcionalidade), de mal-funcional (funcionando num mal sentido), de sub-funcional (efetuando uma performance num nível mais baixo) e de toxi-funcional (criando danos em seu funcionamento)” (SANTOS, 2008, p.105). Dessa maneira, cabe a nós, pertencentes a esta cultura ocidental moderna capitalista, buscarmos corrigir, por um lado, o ativismo, o pragmatismo, o 'quantitativismo', o consumismo desenfreado e, por outro, salvaguardar, regenerar e propagar a democracia, os direitos humanos e a proteção da esfera privada do cidadão, como descrito por Morin (2000, p.104).

9.5. Relação Homem/natureza

A reforma do pensamento significa reconfigurar o posicionamento do Homem na RH/N. Na abordagem filosófica de Michel SERRES (1991)²³⁶, o estado humano que precede o contrato social hobbesiano não é a guerra de todos contra todos, pois mesmo a guerra pressupõe um pacto que protege a todos contra a reprodução infinita da violência. Para o autor, esse contrato exclui a natureza como sujeito na relação que os Homens, pelo fato de existirem, têm com o mundo não-humano. Dito de outra forma, a origem da civilização, por meio do estabelecimento de um contrato social, nos fez deixar o estado de natureza para formar a sociedade. Como descrito por Serres (1991, p.47-9), a exclusão da natureza se firmou por três vias: 1) pelo contrato social, já descrito suficientemente acima. 2) Pelo direito natural, na qual se reduziu a natureza a natureza humana, que, por sua vez,

²³⁶ SERRES, Michel (1991). *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.

se reduz à história e à razão. O homem se outorga o domínio jurídico do direito natural, criado por si próprio e, por isso, tem direito a tudo e coloca a natureza em segundo plano. 3) E pela declaração dos direitos do homem, extraída do direito natural (segundo seu texto), na ocasião do segundo centenário da Revolução Francesa – que coroa as idéias dos pensadores do início da era moderna. Em suma, esses três fatores, que reforçam a idéia central do direito natural moderno, começaram ao mesmo tempo em que as revoluções científicas, técnica e industrial, que consagraram o domínio e posse do mundo (natureza) como objeto.

A superação desse contrato só é possível com o estabelecimento de um novo contrato, que Serres chama de 'contrato natural', no qual se considera a natureza como sujeito do contrato que permite ao Homem viver em sociedade no mundo. Ou, tal como elaborado por Sachs (2002, p.49), “o contrato social no qual se baseia a governabilidade de nossa sociedade deve ser complementado por um contrato natural (Michel Serres)”. Para Serres, a natureza é “o conjunto das condições da própria natureza humana, suas restrições globais de renascimento ou de extinção, o hotel que lhe dá alojamento, calor e mesa – além disso, ela as tira, quando há um abuso” (SERRES, 1991, p.49) e, por esse motivo, a considera como sujeito. Nas palavras do autor, o contrato natural se refere à

Volta à natureza! Isto significa: ao contrato exclusivamente social juntar o estabelecimento de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade onde a nossa relação com as coisas deixaria domínio e posse pela escuta admirativa, pela reciprocidade, pela contemplação e pelo respeito, onde o conhecimento não mais suporia a propriedade nem a ação a dominação, nem estas os seus resultados ou condições estercoreárias. Contrato de armistício na guerra objetiva, contrato de simbiose: o simbiota admite o direito do hospedeiro, enquanto o parasita – nosso estatuto atual – condena à morte aquele que pilha e que habita, sem tomar consciência de que no final condena-se a desaparecer. (...) O direito de simbiose se define pela reciprocidade: o que a natureza dá ao homem é o que este deve restituir a ela, transformada em sujeito de direito (SERRES, 1991, p.51).

Como esclarece Serres (1991, p.121), a palavra 'contrato' significa originalmente o traço que aperta e puxa; um jogo de cordas garante, sem linguagem, este sistema flexível de restrições e liberdades, pelo qual cada elemento atado recebe a informação sobre cada um dos outros e sobre o sistema, bem como sobre a segurança de todos. A natureza se define pela soma dessas cordas, malhas e nós, compondo um conjunto de contratos. Pelo contrato natural, a sociedade contemporânea é considerada pelo estatuto do homem como um só, e não mais fragmentado em suas diferentes coletividades. É um contrato metafísico, pois ultrapassa as limitações comuns das diversas especialidades locais e, em especial, da física (a ciência moderna). O coletivo humano só existe porque passam pelas coisas (o mundo), e por isso a natureza é também sujeito nas relações com os Homens. Nos seus

termos, há equilíbrio entre as potências do Homem e as forças do mundo, este último considerado segundo o ponto de vista de sua totalidade. O contrato natural une as redes de relações humanas. Nossas obrigações contratuais são amar os Homens e o mundo. O primeiro amor, do ponto de vista local, é amar ao próximo e, do ponto de vista global, amar a humanidade. O segundo amor, na perspectiva local, é amar o solo em que estamos, e na perspectiva global, amar a Terra.

A idéia de que o homem está em simbiose com a terra ganha contorno dentro da tese de Gaia, de James LOVELOCK (1998)²³⁷. O autor defende que a terra, em determinado momento da sua constituição, gerou a vida e esta, por sua vez, passou a interagir de modo dinâmico com a não-vida, constituindo-se num grande organismo vivo que gera suas próprias condições de vida. Pelas suposições científicas que faz, Gaia sobrevive até hoje em função da interação existente entre toda forma de vida e não-vida – por isso se configura como um macro-organismo. Em muitos mitos e crenças de diferentes culturas, a mesma consideração é ponderada: a terra como organismo vivo e os seres humanos em simbiose com ela. Se levarmos em consideração que devemos nos colocar num lugar diferente na RH/N, como proposto pelo contrato natural de Serres, talvez tais proposições deixem de soar absurdas na tomada de consciência necessária à preservação da espécie humana e da própria terra.

9.6. Conclusão: utopia ecológica?

Para Santos (1999)²³⁸, nossa sociedade caminha para uma transformação social que segue o que denomina de 'utopia ecológica'. Essa utopia pressupõe, de um lado, a transformação global nos modos de produção, no conhecimento científico, nas formas de sociabilidade e dos universos simbólicos e, por outro, “uma nova relação paradigmática democrática porque a transformação a que aspira pressupõe repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, incluindo nela a carta dos direitos humanos da natureza” (SOUSA SANTOS, 1999, p.43-4). Isso requer a transformação na nossa forma de pensar, a valorização da pluralidade epistemológica e a reconsideração da relação Homem/ natureza segundo novos paradigmas, para que seja possível delinear novas políticas e diretrizes econômicas, estabelecer diferentes modos de sociabilidade e reconstituir modelos de desenvolvimento que mantenham viva Gaia.

Para que tais transformações sejam factíveis, Sachs (1993) e Leff (2002) descrevem que é necessária uma série de transições entre toda a política, economia, práticas sociais,

²³⁷ LOVELOCK, James (1998). O que é Gaia? In: NICHOLSON, Shirley & ROSEN, Brenda (orgs.). *A vida oculta de Gaia – a inteligência invisível da terra*. São Paulo: Gaia.

²³⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa (1999). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

modelos de consumo, etc., e o novo momento do *não-lugar* ecológico. Ou seja, a mudança deve ocorrer de forma paulatina, por meio de decisões tomadas pelos governos e organizações da sociedade civil, por instâncias internacionais, nacionais e locais, bem como por todo cidadão comprometido com alguma causa ecológica ou não. Contudo, essa transição deve ocorrer em ritmo que não venha a comprometer o planeta. Como todo movimento de mudança, há resistências a serem superadas, reposicionamentos a serem tomados e alianças a serem firmadas.

A guisa da conclusão, é importante ressaltar que estamos vivendo um momento de transição paradigmática, em que se passa a reconsiderar, pela força eminente do esgotamento da terra e da extinção da humanidade, os modos de relação entre Homem e natureza – ou seja, da própria condição humana na terra. Como toda grande transição histórica, somente o tempo dirá o momento em que essa operação estará finalmente concretizada. A nós, seres humanos, nos resta o papel de sujeitos ativos da história: termos a responsabilidade de transformar nossa maneira de estar no mundo e insistir para que as mudanças sejam visíveis não só para as gerações presentes, mas para aquela que nem sequer imaginamos ainda neste pequeno plano. Isso vai ao encontro do que Morin (2000, p.61) ilustra como o destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o individual, o social, o histórico, todos entrelaçados e inseparáveis. O primeiro passo é a revolução do pensamento, na qual devemos reformular a maneira como concebemos o mundo, a epistemologia, a ciência; como nos relacionamos e nos colocamos na terra, em decorrência de nossos mitos cientificizantes e do paradigma ocidental moderno ainda predominante. Devemos encontrar rupturas no próprio pensamento, para passar a compreender a condição humana dentro da complexidade em que ela se insere. Precisamos superar nosso egocentrismo, etnocentrismo e sociocentrismo, para ponderar outras formas de racionalidade e epistemologia. Para tanto, a chave é a convicção da constância e paciência nas atitudes transformadoras, pois estas só são reconhecidas lentamente e após muita insistência por parte daqueles que teimam em querer viver num mundo melhor para todos.

Capítulo 10. Considerações parciais 02

Na primeira parte desta tese, iniciamos tentando mostrar rigor científico por meio da definição de conceitos, métodos, etc., o que nos garante coerência e inteligibilidade nos domínios desta linguagem artificial. Como esclarece Nelson da SILVA JUNIOR (2007, p. 42)²³⁹, a ciência se produz numa linguagem, isto é, num sistema simbólico formal, constituído a partir de um conjunto de signos organizados como um sistema fechado. Esse fechamento “significa simplesmente que a inserção de novos signos no sistema deve ser submetida a certas regras. As linguagens científicas pertencem à classe especial dos sistemas simbólicos fechados” (idem, ibidem). No entanto, um contraponto foi necessário desde o início desta investigação científica: a experiência com povos que moram à beira dos rios amazônicos deflagra a incompletude da ciência. Como então realizar uma pesquisa, com um instrumental inadequado e incompleto? Para encontrar as condições necessárias à superação deste impasse, abordamos então visões críticas à ciência na tentativa de termos uma solução de compromisso entre as exigências científicas e as imposições da experiência vivida.

Em seguida, mostramos que esse caminho necessariamente requer o rompimento das barreiras disciplinares. Contextualizamos a Psicologia Social dentro das ciências sociais e apontamos porque o estudo de questões socioambientais exige a inter-/transdisciplinaridade. Então, indicamos os métodos e procedimentos utilizados para realizarmos esta pesquisa.

Nesta segunda parte desta tese, abordamos a constituição, fortalecimento e universalização da racionalidade moderna ocidental, um aspecto central dentro das discussões da primeira parte. Vimos que ela enfrenta uma crise interna e se ponderam novas formas de pensar a realidade por meio de uma razão aberta, em que a construção do conhecimento vem também por outras vias que não apenas aquelas até então dominantes. A forma ainda imperante de conduzir o pensamento, inerente à ciência moderna, também permeia a maneira como os Homens concebem sua relação com a natureza. Nessa linha, discutimos como a cisão entre Homem e natureza na modernidade não foi fruto apenas dessa racionalidade anteriormente referida, mas também de alguns outros fatores que reforçaram essa separação. Um dos resultados dessa aliança de fatores foi a geração da crise socioambiental, percebida pela comunidade mundial como alarmante a partir dos anos '60. Tais preocupações se expressam pelas teorizações sobre o desenvolvimento sustentável, debatido num capítulo dedicado somente a esse tema. Por fim, reconsideramos

²³⁹ SILVA JUNIOR, Nelson da (2007). *Linguagens e pensamento: a lógica na razão e na desrazão*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Coleção Clínica Psicanalítica).

as discussões sobre os paradigmas científicos e a necessidade de reformulação de nosso modo de pensar, de conhecer o mundo, de compreender, de nos relacionarmos com a natureza e com os Homens, para conseguirmos superar o que subjaz a crise socioambiental.

Podemos considerar que até este momento abordamos questões pertinentes ao contexto da produção desta tese e ao objeto de estudo propriamente dito. Na próxima e derradeira parte deste trabalho, abordaremos questões mais específicas sobre o texto: discutiremos sobre os povos tradicionais e, finalmente, traremos as especificidades da experiência com as pessoas que vivem na comunidade ribeirinha de Tauaru, município de Tabatinga – Amazonas. Nunca é demais lembrar: 1) em nossa compreensão, texto e contexto são apenas divisões didáticas de um mesmo processo. 2) tudo o que escrevemos nesta tese foi fruto de um processo dinâmico de construção, exigidas pela experiência em campo, que nos exigiu reformulações em todos os níveis.

PARTE III. Universo Amazônico

Mas então não haverá segredos na própria Natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazonia será o fecho de toda a Historia Natural...

Porque o que ahi é phantastico e incomprehensivel, não é o autor, é a Amazonia...

Realmente, a Amazonia é a ultima pagina, ainda a escrever-se, do Genesis.

Euclides da Cunha

A visão da Amazônia como uma das últimas fronteiras da expansão da economia mundial tem como premissa a possibilidade de um processo real da acumulação do capital (...) A Amazônia é realmente para o mundo todo o símbolo, a síntese mais clara da crise do projeto de modernização. A Amazônia está como um espelho que revela a impossibilidade de combinar uma transformação dos ecossistemas e o desenvolvimento de formas sustentáveis economicamente. E resta aparentemente, só a outra visão, a Amazônia como reserva biológica.

Thomas Hurtienne

Existem muitas definições sobre a Amazônia, que nos vêm à mente segundo as matrizes interpretativas que temos dessa região. Cada uma delas pode ser circunscrita de acordo com o momento histórico em que emergiram, as crenças da época, a cultura daqueles que a significam, a compreensão sobre a natureza, a disciplina da qual partiram, as intenções políticas, econômicas, ecológicas, sociais, etc. Por exemplo, Antônio M. M. FERREIRA e Enéas SALATI (2005, p.25)²⁴⁰ mencionam que a Amazônia já foi considerada como o domínio da grande floresta tropical exuberante e intrincada, referida na literatura como: 'Inferno Verde'²⁴¹ ou 'Floresta Amazônica'; local das maiores bacias hidrográficas do mundo (Solimões-Amazonas); 'Vale Amazônico' (vasta planície fluvial formada predominantemente por terrenos baixos). Já a estereotiparam também de 'pulmão do mundo', idéia forte nos anos '80. E atualmente colocam-na como fonte de inestimável biodiversidade e biotecnologia, com soluções à saúde e inúmeras doenças humanas. Cada um desses jargões dizem respeito a um modo particular de compreender o que é a Amazônia.

Classificá-la, portanto, não é tarefa fácil. Muitos foram os viajantes, exploradores,

²⁴⁰ FERREIRA, Antônio M. M. & SALATI, Enéas (2005). Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Maio/Agosto, p. 25-44. Dossiê Amazônia Brasileira II.

²⁴¹ Alusão aos contos publicados por Alberto Rangel, em 1908, sob o título de 'Inferno Verde', com prefácio de Euclides da Cunha. São onze contos que narram as peculiaridades do Amazonas durante o ciclo da borracha, como por exemplo a exploração do trabalhador nos seringais ('Maibi'), o extermínio de populações indígenas ('A decana dos Muras'), os desertados que habitavam a periferia da capital ('Um conceito do Catolé') e fenômenos da geografia local, como o fenômeno da 'terra caída' ('Terra Caída').

RANGEL, Alberto (1908/1927). *Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas*. 4ª Edição. Manaus: Typografia Arrault & cia.

naturalistas, migrantes, literatos e cientistas de várias áreas que trouxeram suas contribuições à significação deste lugar tão instigante e inapreensível. Ou, como coloca Armando Dias MENDES (2006)²⁴², tentativas de desvendar um mistério indecifrável: o enigma amazônico. Cada uma das imagens formadas influenciou e continua influenciando, à sua maneira, o que se compreende ser esse lugar. Podemos dizer que temos um mosaico variado, que segundo Manuel Maria de Amorim SÁ (2000, p. 892)²⁴³ compõem um acervo polissêmico do imaginário social da Amazônia: discursos sobre o 'celeiro do mundo' e 'Hiléia'²⁴⁴ (Humboldt, cientista); 'paraíso perdido' e 'terra da promessa' (Euclides da Cunha, geólogo, jornalista, escritor); 'terra imatura' (Alfredo Ladislau, escritor paraense); Eldorado (conquistadores espanhóis), pulmão do mundo, inferno verde (Alberto Rangel, escritor), counterfeit paradise (paraíso falsificado – Betty Meggers, arqueóloga), entre outros. Segundo o autor, estes modos de falar representam visões gerais que tendem a dicotomizar a Amazônia em dois pólos: o ponto de vista edênico e o ponto de vista satânico. Mais do que isso, são referências de imaginário exógeno que desconsideram o ponto de vista endógeno daqueles que habitam a região.

Em capítulos anteriores, tivemos a oportunidade de debater e defender a idéia de que a natureza é significada segundo os acordos dos Homens entre si: ela não existe por si só, mas em função dos significados que lhe atribuímos, fundamentados em nossos valores e viés interpretativo. Mesmo que compreendamos ser ela algo independente de nós, isso é um indicativo da maneira como estabelecemos a relação Homem/ natureza. As visões preservacionistas, que surgiram em um determinado contexto histórico e cindem a natureza selvagem da vida civilizada, são um exemplo desse ponto de vista que considera o mundo natural como autônomo da experiência humana. Esse viés permeia muitas ações de ONGs nacionais e internacionais, governos, cientistas e políticas públicas na Amazônia, com fortes tendências a postular que áreas florestais devem ser mantidas intactas e sem a presença humana. Durante muitos anos, se desconsiderou a existência e as particularidades dos habitantes amazônicos, indígenas e não-indígenas, chegando-se até mesmo a expulsar sumariamente certos grupos de suas 'terras tradicionalmente ocupadas', como defende Alfredo Wagner Berno de ALMEIDA (2008b)²⁴⁵.

Apesar de atualmente já haver significativa produção a respeito da Amazônia e de

²⁴² MENDES, Armando Dias (2006). *A invenção da Amazônia*. 3ª Edição revisada e aumentada. Belém: Banco da Amazônia.

²⁴³ SÁ, Manuel Maria de Amorim (2000). O imaginário social sobre a Amazônia: antropologia dos conhecedores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VI (suplemento), Setembro, p. 889-900.

²⁴⁴ “Hylea, aporuguesado para Hiléia, é o vocábulo de origem grega que Humboldt resgatou para espelhar a enorme floresta úmida, significando algo como mata densa ou, em português de antanho, 'mato grosso'” (MENDES, 2006, p. 84)

²⁴⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2008b). *Terra de quilombo, terras indígenas, 'babaçuais livres', 'castanhais do povo', faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª Edição. Manaus: PGSCA-UFAM. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico.

seus povos, ainda são necessárias mais investigações para mitigar o desconhecimento que temos a respeito destes. Hoje, dadas as discussões do DS, tentam-se encontrar soluções para preservação da floresta conjugadas com interesses sociais e econômicos sustentáveis. Seria o viés do DS o melhor para refletirmos a respeito dos amazônidas? Além disso, há muita divergência de como conduzir esse desenvolvimento, especialmente devido aos conflitos entre visões e disputa de interesses daqueles que estão tentando empreender projetos inovadores adequados à realidade amazônica. Dentro dessa arena, onde entra a voz e as reivindicações dos amazônidas?

Um dos passos importantes para o avanço na compreensão da Amazônia é o estudo mais detalhado das particularidades dos povos da região. Por se tratar de um universo amplo, cabem aqui duas delimitações: 1) Referente às pessoas estudadas. Iniciamos trabalhando essencialmente com habitantes não-indígenas, normalmente categorizados como 'ribeirinho/caboclo', 'campesinato histórico amazônico', 'povos tradicionais'. Como nosso caso deflagrou um processo de mudança identitária de caboclo (segundo autodefinição) para indígena, ainda em vias de consumação, eventualmente também tivemos de recorrer à literatura envolvendo as questões indígenas no Brasil. 2) Referente ao enfoque temático principal. A maneira como abordamos a vida dos habitantes de Tauaru, uma comunidade à beira do Paraná da Saudade²⁴⁶ (um atalho no Alto Solimões, na zona rural do município de Tabatinga/AM), foi pela ótica da construção das identidades coletivas, que expressam ações coletivas de luta por bens e serviços sociais. Em outras palavras, nosso aprofundamento se refere à tentativa de mostrar como acontece a relação da organização social (segundo a ótica da gestão comunitária/redes sociais) com as lutas por benefícios (cidadania)²⁴⁷, o que em nosso ponto de vista expressam as identidades coletivas nessa comunidade. Ao falarmos de identidades ou identidades múltiplas, ao invés de simplesmente identidade, estamos corroborando com a leitura de Manuel CASTELLS (2002)²⁴⁸, que entende por identidade

(...) o processo de construção de significado com base em atributo cultural,

²⁴⁶ Segundo me relataram seus habitantes, quem passa pelo Paraná na época da cheia demora entre 15 a 20 minutos para chegar de um lado ao outro. Se seguir pelo percurso principal do rio Solimões, o trajeto demora quase 02 horas. Por isso, quando as águas estão baixas de mais, os barcos não conseguem navegar pelo Paraná, o que deixa seus tripulantes com saudade. Por isso, 'Paraná da Saudade'.

²⁴⁷ Em muitos dos trabalhos de Chaves, que parte do Serviço Social para suas leituras, coloca-se que “a condição de cidadania está vinculada à igualdade de acesso aos bens e serviços sociais” (CHAVES et al. 2004, p.08), entendendo-se cidadania como reconhecimento da integralidade de direitos e deveres dos agentes no âmbito da sociedade. Essa abordagem liga-se às políticas públicas de Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), instituídas a partir da Constituição de 1988, cujo modelo de seguridade introduz a noção de direitos sociais universais como parte da condição de cidadania.

CHAVES, M. P. S. R. et al. (2004). Serviço social e meio ambiente: aliança entre saberes técnicos-científicos e tradicionais na Amazônia. In: Congresso Brasileiro de Serviço Social, XI, 2004. *Anais*. Fortaleza: CBSS.

²⁴⁸ CASTELLS, Manuel (2002). *O poder da identidade*. São Paulo: editora paz e terra.

ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significação. Para um determinado indivíduo ou um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas (CASTELLS, 2002, p.22).

Segundo essa leitura, podemos ter múltiplas identidades no sentido de que não nos identificamos exclusivamente com um conjunto de atributos culturais, mas com vários ao mesmo tempo, sem que isso represente um conflito interior ao sujeito. A respeito da constituição identitária, ao longo do primeiro capítulo desta terceira parte lhe daremos o devido destaque. Nesse mesmo capítulo trazemos a história dos engendramentos amazônicos, que forjam políticas, projetos, ações e os termos 'caboclo' e 'povos e comunidades tradicionais'. No segundo capítulo, analisamos o caso de Tauaru com o auxílio da ótica da Psicologia Social, mostrando o processo de construção das identidades coletivas nessa comunidade, as lutas políticas por direitos e a assunção da identidade indígena como uma expressão da busca de direitos.

As delimitações de nosso foco de estudos foram inspiradas principalmente em produções como as de Marin e Guerra (1994)²⁴⁹, Chaves (2001; 2009²⁵⁰), Chaves, Barros e Fabré (2008)²⁵¹, que versam mais especificamente sobre a vida do amazônida relacionando políticas públicas, lutas políticas por direitos/benefícios sociais e acesso a recursos naturais; de Almeida (1994; 2006; 2008a; 2008b)²⁵², que reflete a respeito das identidades coletivas de diversos grupos sociais da Amazônia e tem interessantes trabalhos para entender a nova cartografia social amazônica; e de Oliveira Filho (1988; 1994; 1999a, 1999b)²⁵³ e de Saraiva

²⁴⁹ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo & GUERRA, Gutemberg Armando Diniz (1994). Trabalhadores rurais: a cidadania via seguridade social. *Paper do NAEA*, Belém, nº 28, novembro, p. 01-25. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/detalhes_publicacao.php?idpubli=59>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

²⁵⁰ CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues (2009). *Políticas públicas e manejo das populações tradicionais*. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 61, 2009. Manaus. Mimeo.

²⁵¹ CHAVES, M. P. S. R.; BARROS, José Fernandes; FABRÉ, Nidia Noemi (2008). Conflitos socioambientais e identidades políticas na Amazônia. *Achegas.net – revista de Ciência Política*, nº 37, maio-junho, p. 42-57. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/37/maria_37.pdf>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

²⁵² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1994). Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

_____. (2006). Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo & _____ (org.). *Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia*. Belém: UNAMAZ.

²⁵³ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (1988). *'O nosso governo': os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq.

_____. (1994). Novas identidades indígenas: análise de alguns casos na Amazônia e no Nordeste. In: D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

_____. (1999a). *Ensaio em antropologia histórica*. Prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____. (1999b). Uma etnologia dos 'índios misturados': situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ (org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

(2005; 2008)²⁵⁴, que tratam da reaparição, reconstrução e valorização das identidades indígenas.

²⁵⁴ SARAIVA, Márcia Pires (2005). Sob o signo da identidade: os índios Juruna da TI Paquicamba e a ameaça da UHE Belo Monte. *Papers do NAEA*, Belém, nº 183, p. 01-20.

_____. (2008). *Identidade multifacetada: a reconstrução do 'ser indígena' entre os Juruna do Médio Xingu*. Belém: NAEA.

Capítulo 11. Interpretações a respeito dos povos amazônicos

11.1. Introdução

Neste capítulo, colocamos em discussão algumas abordagens interpretativas a respeito dos habitantes amazônicos. Nosso foco principal são os povos tradicionais não-indígenas, mais especificamente os ribeirinhos/'caboclos' amazônicos, tomando alguns exemplos de nosso estudo de caso – todas nomeações que abordaremos ao longo do texto. Nosso objetivo é mostrar que a partir das interpretações sobre a Amazônia, que variaram em distintos momentos históricos, plasmou-se sua inserção no cenário nacional e mundial, modelaram-se as políticas sobre ela incidentes (econômicas, sociais, de ocupação, etc.) e forjaram-se quem são os povos que nela habitam.

Para tanto, inicialmente apresentaremos os primeiros engendramentos da Amazônia: as concepções pré-construídas que habitavam o imaginário dos viajantes, exploradores, missionários, naturalistas e intelectuais europeus, fundantes das imagens da floresta e de seus povos. Dentro disso, mostra-se como a Amazônia, desde o conquista, fora inserida no contexto da economia mundial. Aborda-se a miscigenação dos portugueses com as índias, que gera uma população de mestiços nomeados de 'caboclo', e se discute essa categoria social também no panorama atual. Em seguida, se apresenta a nova onda de engendramentos, que ganha força maior a partir da reconquista da região nos anos '60, com os projetos de integração da região ao contexto econômico nacional e internacional. Desta reinvenção da Amazônia, emergem os conflitos regionais por terras e uso de recursos naturais, que vem despontar nas lutas políticas, novas identidades dos habitantes locais e legislações específicas para esses segmentos sociais. Nesse ponto, apresentaremos as definições de povos tradicionais (e autodefinições) e daremos o acento às identidades coletivas como aspecto central à compreensão dos povos amazônicos.

11.2. Os primeiros engendramentos...

Para Neide GODIM (2007)²⁵⁵, a Amazônia não foi descoberta e nem construída: “a Amazônia é o mistério inventado pelos europeus. A expectativa que antecedia a chegada à região era alternada por momentos de puro êxtase e por ocasiões de extremo desânimo” (idem, p. 158). Invenção porque é imaginação edificante, criação, no sentido de produto das imagens escolhidas para edificar a região (MENDES, 2006, p. 48). Segundo Godim, essa invenção está arraigada no antes e no distante da região: a partir da 'construção' da Índia, que fora fabricada pela historiografia greco-romana, relatos dos peregrinos, missionários,

²⁵⁵ GODIM, Neide (2007). *A invenção da Amazônia*. 2ª Edição. Manaus: Editora Valer.

viajantes e comerciantes da idade média, que nas viagens ao oriente entraram em contato com um outro universo simbólico de mitologias indianas, cultura, hábitos, religião e paisagens exóticas. Em seu livro, há muitas referências às viagens dos europeus ao oriente e como estas foram contribuindo para formar imagens e histórias que deliciavam e apavoravam o Homem medieval.

As primeiras viagens ao Novo Mundo fizeram-se acompanhadas desse imaginário europeu. Este alimentou o sonho da busca do Eldorado e as lendas das mulheres guerreiras, as Amazonas da mitologia grega, como exposto por Leandro TOCANTINS (2000)²⁵⁶. Nos relatos dos primeiros viajantes, como Cristobal Colón e Américo Vespucci, encontram-se imagens do paraíso terrestre, da fonte eterna da juventude, riqueza adquirida sem esforço físico, monstruosidades corporais, fantásticas descrições de fauna e flora e guerreiras solitárias. Da expedição de Vicente Yáñez Pinzón, entre 1499 e 1500, relatos belicosos com índios e o encontro com a foz do grande rio, batizado de 'mar dulce'. Nas excursões frustradas (costa brasileira e foz do 'mar dulce') de Diego de Lepe (1500) e de Diego Ordaz (1531), mais relatos de conflitos armados com indígenas, tal como descrito por Marilene Corrêa da SILVA (2004, p. 27)²⁵⁷. Nos relatos dos espanhóis, que entre 1541-2, com a expedição de Francisco de Orellana (escrita pelo frei Gaspar de Carvajal), descem pela primeira vez o rio todo desde os Andes em busca do Eldorado, encontram-se não apenas essas imagens, mas a descrição de batalha com as guerreiras amazonas – o que modificou o nome de 'mar dulce' para 'rio das Amazonas'²⁵⁸. Também há relatos de segunda expedição dos espanhóis rio abaixo, de Pedro de Ursua e Lope de Aguirre, realizada entre 1560-1, documentada pelos cronistas Altamirano, Monguía, Vásquez e Zúñiga, que segundo Porro (1992, p. 179) são menos repletas de histórias fantásticas e com mais dados demográficos, quantidade de povoados e abundância de mantimentos. A ilusão fabulosa de riqueza na selva faz espanhóis se desinteressarem pela região, pois nela não encontravam o esperado. Enquanto isso, franceses, holandeses, irlandeses e ingleses fixam-se (com fortes) no litoral do atual Amapá, baía do Marajó, Gurupá e baixo Xingu em

²⁵⁶ TOCANTINS, Leandro (2000). *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 9ª Edição. Manaus: Editora Valer.

²⁵⁷ SILVA, Marilene Corrêa da (2004). *O Paiz do Amazonas*. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas; UniNorte.

²⁵⁸ Segundo Antônio PORRO (1992, p.), “Diogo Nunes, um mameluco português a serviço da Espanha, havia estado no alto Amazonas antes de Francisco Orellana, com a expedição de Mercadillo. Em 1538 chegou até a região de Tefé, onde os Aisuari constituíram a rica *província* de Machiparo, amplamente referida pelos cronistas posteriores; em Machiparo ele encontrou um grupo numeroso de índios Tupinambá, procedentes de Pernambuco e em plena migração rumo ao Peru, onde chegariam em 1539 (Drumond, 1950; Nunes, 1921-4)”. Nesse capítulo do autor, há mapas do Alto Amazonas (atual Solimões) de 1550 e 1650, mostrando trechos onde localizavam-se as nações indígenas e como haviam se modificado entre esses anos. PORRO, Antônio (1992). História indígena do alto e médio Amazonas: século XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP.

meados do século XVII.

Em 1615, o projeto de Portugal de conquista da região invadida pelos demais europeus é comandada por Francisco Caldeira Castelo Branco, resultando na criação do Forte do Presépio de Santa Maria de Belém (1616), futura Belém em 1637, como lembra Deusamir PEREIRA (2005, p. 61-2)²⁵⁹. Após a chegada de Castelo Branco, expulsam-se os invasores, a Amazônia é rebatizada de 'Nova Lusitânia' e loteada em capitanias hereditárias (BESSA et al, 1987 apud GODIM, 2007, p. 27), e posteriormente se funda o estado do Maranhão e Grão-Pará (em decorrência deste último ter sido anexado à então 'capitania do Maranhão')²⁶⁰. Em expedição dos portugueses, encabeçada por Pedro Teixeira (provavelmente escrita pelo jesuíta de Alonso de Rojas), entre 1637-8, que sobe o rio de até Quito (Equador) e a quem é creditado a conquista da Amazônia²⁶¹, também há descrições dos povos exóticos (como os Omáguas), do paraíso terrestre, de ouro, de possibilidades

²⁵⁹ PEREIRA, Deusamir (2005). *Amazônia (in)sustentável: Zona Franca de Manaus – estudo e análise*. Manaus: Editora Valer.

²⁶⁰ “A capitania do Maranhão era campo aberto para a penetração e a ampliação do domínio holandês no Nordeste. No extremo norte, as fronteiras com a Espanha propiciavam a penetração francesa. O estado do Maranhão e do Grão-Pará, criado em 1621, é medida política do Conselho Ultramarino para fazer frente aos exploradores franceses, holandeses e ingleses. Pretende-se a exclusividade. Fracassada a distribuição espacial e administrativa das capitanias hereditárias, enfatiza-se a fortificação de pontos estratégicos e a Amazônia é separada do resto do Brasil, ligada diretamente à metrópole portuguesa” (SILVA, 2047, p. 38-9). Como lembra Mendes (2006, p. 31) “coexistiram, até 1822, na chamada América Portuguesa, dois Estados autônomos entre si, diretamente vinculados a Lisboa: um era o Estado do Brasil, com sede em Salvador e depois no Rio de Janeiro. Vinha de 1500 e dos dois primeiros Pedros (o Cabral e o Caminha). O outro era o do Maranhão e Grão-Pará, posteriormente Grão-Pará e Maranhão, primeiro com sede em São Luiz e depois em Belém. Surgiu no século XVII, e deveu a sua final conformação principalmente a um terceiro Pedro (o Teixeira) (...). O Estado do Grão-Pará 'aderiu' tardiamente à independência do Brasil quase um ano depois desta, em 15 de Agosto de 1823, sob os convincentes auspícios de uma armada imperial comandada por mercenários ingleses”.

²⁶¹ A respeito da conquista da Amazônia, cf. GADELHA, Maria Regina A. Fonseca (2002). Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 16, nº 45, p.63-80. Amazônia Brasileira I. LIMA, Rubens Rodrigues (1973). *A conquista da Amazônia: reflexos na segurança nacional*. Belém: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26920>. Acesso em: 27 de Jan, 2010. REIS, Arthur César Ferreira (1993). *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols. Belém: Secretaria do Estado da Cultura. Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) contém muitas referências de artigos, dissertações, teses, capítulos de livro acadêmicos e militares envolvendo questões amazônicas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/militares-amazonia/bibliografia>>.

mercantis e das guerreiras amazonas²⁶². Devido à presença embaraçosa em Quito, Pedro Teixeira realiza descida no início de 1639, acompanhado de nova expedição de espanhóis (descrita por Cristobal de Acuña), que tinham interesses de colher dados geoeconômicos daquela estrada fluvial e cujo relato mistura o onírico com o científico: as mesmas imagens de maravilhas, diversidade cultural, monstruosidades índicas, natureza, guerras, possibilidades de usufruto dos produtos regionais e estratégias de mercantilização. E a 'bandeira dos limites', liderada pelo bandeirante paulista Antônio Raposo Tavares²⁶³, entre 1647-51, que saindo do rio Tietê passou pela bacia do rio Paraguai e subiu rumo ao Peru (hoje, Bolívia), descendo os rios Mamoré, Madeira, Solimões e Amazonas até Belém, confirmando a investida portuguesa para territórios além-Tordesilhas – com relatos que

²⁶² No site do Comando do 9º Distrito Naval e no Museu Naval da Amazônia (em Belém/Pará) encontram-se cartazes explicativos (extraídos da Revista Marítima Brasileira, 1996) da história naval na Amazônia ocidental, a origem naval da cidade de Belém, a expulsão dos estrangeiros invasores e fatos históricos impulsionaram o deslocamento de Pedro Teixeira até a atual Tabatinga. O texto, com linguagem literária e militar (embarcações usadas, capitão e subalternos, contingente – soldados e índios –, número de baixas, prisioneiros), contextualiza a saída de Castelo Branco do Maranhão e fixação na baía do Sapatará, envio de tropas à região, episódios épicos de lutas contra os holandeses, irlandeses e ingleses (algumas liderada por Pedro Teixeira) e a construção do Forte Santo Cristo (ou Presepe/Presépio) com peças de artilharia retiradas dessas vitórias contra os invasores. Relata-se também o que impulsiona a aventura náutica rio Amazonas acima: em 1636, aportam em Belém os espanhóis Frei Domingos de Briebe, Frei André de Toledo (ordem franciscana) e seis soldados. Contam haver se escapado do trágico destino que os indígenas lhe auferiram ao capitão João de Palácio. E narram, no Maranhão, ao governador Jácome de Noronha o itinerário percorrido. Impulsionados pela vantagem de domínio completo do território (prevenção contra invasores), possíveis alianças com indígenas e tráfico com o Peru (tido como país rico – pelo ouro e prata), organiza-se expedição rio acima. O capitão-mor nomeado é Pedro Teixeira, que inicia a façanha náutico-militar em 28 de outubro de 1637, com 45 canoas, nas quais fez embarcar 70 soldados, mil índios de flecha e remo, nove oficiais, dois sargentos, um almoxarife, e um escrivão de viagem. Atinge seu objetivo em setembro de 1638. Porro (1992, p. 180) concorda com os argumentos de que a chegada inesperada desses espanhóis instigou os portugueses a chegar ao Peru pelo rio das Amazonas e se anteciper a novas aventuras espanholas. E adiciona que um dos guias de Pedro Teixeira foi Domingos de Briebe (b e v em espanhol são fonemas facilmente confundíveis). Apesar dos freis não terem escrito relatos, tal viagem teria sido redigida em 1639 (obra anônima 'Descobrimento do rio das Amazonas e suas dilatadas províncias') em Quito, publicada posteriormente por Jimenez de la Espada (1880-9) e atribuída a Alonso de Rojas. Em 1653, o franciscano Laureano de la Cruz teria publicado outro relato dessa viagem.

COMANDO DO 9º DISTRITO NAVAL. Amazônia. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/9dn/OM/Amazon.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

²⁶³ Que em bandeiras anteriores já havia assegurado a posse dos territórios dos atuais estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e parte do Rio Grande do Sul, expulsando os jesuítas, caçando índios e impondo a dominação portuguesa. Também participou da expulsão de holandeses dos atuais Pernambuco e Bahia. Tais expedições eram compostas por portugueses, mamelucos e muitos índios. A respeito dos mamelucos, explica Ribeiro (1995, p. 107-8): “os brasilíndios foram chamados de mamelucos pelos jesuítas espanhóis horrorizados com a bruteza e desumanidade dessa gente castigadora de seu gentio materno. Nenhuma designação podia ser mais apropriada. O termo originalmente se referia a uma casta de escravos que os árabes tomavam de seus pais para criar e adestrar em suas casas-criatórios, onde desenvolviam o talento que acaso tivessem. Seriam *janízaros*, se promettessem fazer-se ágeis cavaleiros de guerra, ou *xipaios*, se covardes e servissem melhor para policiais e espões. Castrados, serviriam como *eunucos* nos haréns, se não tivessem outro mérito. Mas podiam alcançar a alta condição de *mameluco* se revelassem talento para exercer o mando e a suserania islâmica sobre a gente de que foram tirados”.

ficaram conhecidos pela façanha do bandeirante. Além dos relatos de outros missionários²⁶⁴ e dos europeus que tentaram se fixar na região em busca de riquezas e contribuíram para formar imagens da Amazônia aos europeus.

Das histórias desses cronistas, imagens da busca do paraíso perdido, do ouro sem fim, de fauna e flora exóticos, de povos estranhos e atrasados. Atestava-se o atraso do *modus vivendi* dos indígenas e sua barbaridade (em relação ao ocidental) e até mesmo debatia-se se possuíam alma: as justificativas bíblicas serviam tanto para aprovar a 'guerra justa' e escravidão (pelos europeus e colonos) quanto a catequese (missionários). A intenção dos conquistadores era expandir o domínio mercantilista da expansão ultra-marina: era preciso garantir suprimento de metais preciosos e mercadorias para serem comercializadas no Velho Mundo. Descobria-se uma nova fonte de riquezas a serem retiradas e levadas: as especiarias amazônicas. Por outro lado, a expansão no Novo Mundo pelos ibéricos tinha também um significado religioso: garantir o quinhão da Igreja Católica no movimento da Contra-Reforma, o que se concretizou com a presença de jesuítas e outras ordens após o Concílio de Trento (entre 1545-63). Coroa e Igreja mesclavam seus interesses nesse mundo recém-conquistado.

As obras dos cronistas influenciaram não só os demais viajantes à região nos séculos vindouro, como também a produção intelectual, científica e literária européia. Pensadores como Montaigne, Buffon, Montesquieu, Hobbes, Voltaire, Locke e Rousseau “incluem o Novo Mundo em suas reflexões, retirando dali o material necessário para sustentações ou exemplificações teóricas” (GODIM, 2007, p.84). As teorizações desses pensadores incluem o Homem selvagem, cujo estado natural contrasta com a civilização e o Estado. Do mesmo modo, a partir do século XVIII naturalistas como Wallace, Buffon, Darwin e muitos outros também focam sua produção a partir das inquietações trazidas desta região – incluindo imagens não só de fauna e flora, mas de indolência e preguiça preferida pelos povos nativos à civilidade: “os nativos são os agentes que desarmonizam a ordem social instalada pelo branco – essa é a conclusão a que praticamente todos os viajantes chegaram depois de visitar o paraíso infernal amazônico” (idem, p.163). E, no plano literário, Godin

²⁶⁴ Porro (1992, p. 180-1) faz referência a: Laureano de la Cruz, o primeiro missionário a conviver por alguns anos com tribos do alto Amazonas (os Omágua), de 1647 a 1650, em que descreve seus hábitos 'relativamente civilizados', a catequese e a dizimação pelas primeiras epidemias (retorna à Espanha devido à expulsão pelos portugueses); Maurício de Heriarte (da expedição de Pedro Teixeira), que escreve entre 1662-7 a 'Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rios das Amazonas', com descrições das *províncias* indígenas ao longo do curso deste último rio. Segundo Porro, estas são descrições que antecedem a intensificação da entrada dos portugueses na Amazônia, por isso ainda relatam as populações indígenas em 'estado de relativa integridade'. O autor ainda cita as obras 'Crônica de Betendorf' (jesuíta português, completada em 1698), 'Diário' (do jesuíta espanhol Samuel Fritz, transcrito por Maroni em 1738). Fritz teria deixado também mapa, de 1691, com localização das tribos conhecidas até então). Os escritos de Chantre y Herrera e 'Tesouro' (do padre João Daniel). Tais relatos são ricos em descrições (futuramente poderiam ser classificadas etnográficas) dos Aparia, Omágua, Yoriman, Yurimagua (ou Solimões), Paguana, Cuchiguara, Carabuyana, Conduris, Tapajós, entre outros.

(idem, p. 173-325) descreve que a Amazônia entra no círculo internacional ao servir de tema aos romances de Julio Verne ('A Jangada. Oitocentas léguas pelo rio Amazonas', de 1881), Arthur Conan Doyle ('O mundo perdido', de 1912) e Vicki Baum ('A árvore que chora. O romance da borracha', de 1946) – também com imagens depreciativas dos povos locais. Em suma, todos elementos etnocêntricos empregados pelos europeus para qualificar os nativos da Amazônia.

Esses engendramentos inscrevem a Amazônia não apenas na filosofia, literatura, artes e ciência do mundo ocidental. A região, desde a chegada dos portugueses e espanhóis é inserida no contexto da economia mercantil dos países que tomavam a cena global. Primeiro, o Tratado de Tordesilhas (1494)²⁶⁵ divide esse território ainda não mapeado em Lusitânia (parte oriental portuguesa) e Nova Andaluzia (parte ocidental espanhola), anexando-os à geografia econômica européia, cujo cenário posteriormente foi nomeado de Antigo Regime (absolutismo, capitalismo comercial, sociedade estamental, prática mercantilista, expansão ultramarina e colonial) (NOVAIS, 1986 apud SILVA, 2004, p. 21). A Amazônia é um dos lugares de reajustes econômicos e políticos da Europa dos séculos XVI e XVII, por ser fonte potencial de escravos (índios), possíveis mercados, rotas marítimas e comerciais alternativas, terras e matérias-primas. As disputas colonialistas perdem sentido, temporariamente, pela União Ibérica, com a coroa dos três Felipes entre 1580-1640, dando chance aos portugueses fazerem incursões e expedições que, com a restauração da coroa portuguesa, lhes rendera domínio sobre o território além-Tordesilhas, até aquele momento deixado em segundo plano pelos espanhóis – o que corresponde hoje a 60% da Pan-Amazônia sob o território brasileiro. Para a efetivação da ocupação portuguesa da região, expedições ao interior, construção de fortes e expulsão de invasores europeus, criação de aldeamentos, vilas e cidades, catequese religiosa e exploração econômica.

Pereira (2005, p. 63-7) inscreve o primeiro período de exploração econômica dentro

²⁶⁵ O Tratado de Tordesilhas, datado de 7 de Junho de 1494 (com ratificações no mesmo ano), estabeleceu a divisão das áreas de domínio dos países ibéricos: a Portugal, as terras descobertas e por descobrir situadas antes da linha imaginária que demarcava 370 léguas (1.770 km) a oeste das ilhas de Cabo Verde, enquanto à Espanha, as terras além dessa linha. Em um antigo mapa, o 'planisfério de cantino' (de Alberto Cantino), de 1502, há o detalhamento náutico do mundo da época, feito com precisão a partir das navegações dos portugueses (com Europa e África bem detalhados, Ásia ainda sem os limites norte definidos e apenas as Antilhas, Flórida e a costa brasileira) e com a linha do tratado de Tordesilhas. Pode ser encontrado na Biblioteca Estense (Modena, Itália), ou visualizada em: <<http://www.cedoc.mo.it/estense/img/geo/Cantino/index.html>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

do que alguns estudiosos da Amazônia nomeia de ciclo²⁶⁶ das Drogas do Sertão²⁶⁷, que pode ser subdividido em dois períodos: entre 1616-1750 (chegada de Castelo Branco) e 1751-1840 (chegada do Marquês de Pombal). No primeiro, expedições de reconhecimento e posse com a instalação de estabelecimentos coloniais (aldeamentos), missões religiosas²⁶⁸ (os principais agentes da ação cultural européia sobre os povos amazônicos

²⁶⁶ Para Almeida (2008a), a idéia de 'ciclos' remete a um esquema interpretativo que fundamentam a Amazônia como palco de planos de intervenção sob a ótica da racionalidade e do progresso iluminista. Esse esquema interpretativo origina-se com as reformas do ilustrado Marquês de Pombal: combinava a noção de 'progresso' com o que denominavam 'racionalidade econômica' e, reproduzido no tempo, "torna-se uma sociologia espontânea de explicação da Amazônia" (idem, p.25). Os 'ciclos' são apresentados numa sequência linear estrita "que tem como referência empírica o que se convencionou designar como 'Amazônia'" (ALMEIDA, 2008a, p. 26). E ainda complementa: "pelo menos até final do século XX, elementos básicos de tal esquema interpretativos podem ser identificados sob uma forma de vulgarização científica, quando todos discutem ou preconizam formas de exploração 'racional', ocupação 'racional' e ação 'racional' como 'moderna', suportando planos, projetos e programas oficiais de desenvolvimento da região Amazônica" (idem, p. 25).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2008a). *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8: Fundação Universidade do Amazonas.

²⁶⁷ Milho, batata doce, mandioca, cacau, baunilha, cravo, canela, urucu, açafrão, quina, puxuri, tomate, amendoim, pimenta, mamão, maracujá, abacate, castanha-do-pará (hoje, castanha do Brasil), sorva, salsaparrilha, entre outras sementes, cascas, óleos e resinas – além das outras frutas típicas, como açaí, cupuaçu, bacuri, etc.

²⁶⁸ Os primeiros jesuítas portugueses chegaram à Amazônia em 1615. Mas quem colonizaram o rio Solimões primeiro foram os jesuítas espanhóis, que chegam à região em 1645 (NIMUENDAJÚ, 1952, p. 08 apud ALMEIDA, 2005, p. 73) – ou 1686, com Samuel Fritz, que "promoveu a catequese dos Omáguas, Aisuares, Tarumãs, Ibononas, Xabecos e Cocamas, tendo fundado inúmeras missões" (LOUREIRO, 1978, p. 95 apud SILVA, 2004, p. 37-8), que hoje são as cidades São Paulo de Olivença, Amaturá, Fonte Boa (Alto Solimões), Tefé e Coari. Roberto Cardoso de OLIVEIRA (1996, p. 69) elenca os alguns relatos de indivíduos ou expedições na área do Alto Solimões durante os séculos XVII a XIX, em que se descrevem os Omáguas (conhecidas também como Cambeba ou Cambeva), povo que dominava as margens e ilhas do Solimões, impressionando os viajantes e cronistas pelo volume demográfico, potencial militar e pujança econômica. No final do século XVII, a coroa portuguesa resolve tomar tais territórios, expulsa os espanhóis e instala suas próprias missões, com carmelitas e mercenários. Oliveira (idem, p. 70-1) precisa que, em 1708, os jesuítas espanhóis foram obrigados a se retirar para Quito. Reagiram e, no ano seguinte, realizam ataques a três aldeias Omáguas. Meses depois, portugueses retomam suas posições. Essas invasões de espanhóis, portugueses e, posteriormente, de seringueiros no ciclo da borracha, contribuíram para o desaparecimento dessa etnia habitante do alto Solimões. O desgaste dos Omáguas afastou os Ticunas (inimigos 'tradicionais' dos Omáguas) para outros rios, o que contribuiu para sua sobrevivência nos séculos vindouros, como destaca Flávio Vaz Ribeiro de ALMEIDA (2005). De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), por muito tempo os poucos Cambeba sobreviventes deixaram de se identificar como indígena, devida à violência e discriminação de frentes não-indígenas na região. Com o crescimento do movimento indígena (anos '80), reconhecimento dos direitos indígenas pela Constituição de 1988 e multiplicação das organizações indígenas, os Cambeba voltam a se afirmar como índios. Atualmente habitam no Peru (em 1994, 3.500 indivíduos) e no Brasil (em 2002, estimava-se 1.500 indivíduos), localizados em cinco aldeias: quatro na região do médio e Alto Solimões, uma no baixo rio Negro (rio Cuieiras). Há também famílias em Manaus e outras em terras Ticuna do alto Solimões. Estão organizados na Associação dos Cambeba do Alto Solimões – OCAS. Os Cocama (19.000 no Peru, 792 na Colômbia e 3.000 no Brasil) localizam-se no Alto Solimões e organizam-se na Organização Geral dos Caciques das Comunidades Indígenas do Povo Cocama – OGCCIPC; Coordenação de Apoio aos Índios Cocama – COIAMA. Os Ticunas atualmente são os mais numerosos (estimados em 30.000) e habitam todos os municípios do alto Solimões, em mais de 20 áreas indígenas. Organizam-se no Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT; Federação das Organizações dos Caciques das Comunidades Indígenas Ticuna – FOCCIT; Organização da Saúde do Povo Ticuna do Alto Solimões – OSPTAS; Organização dos Monitores de Saúde do Povo Ticuna – OMSPT; Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngües – OGPTB.

ALMEIDA, Flávio Vaz Ribeiro de (2005). *Desenvolvimento Sustentado entre os Ticuna: as escolhas e os rumos de um projeto*. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 1, jan-abr., p. 45-110.

originários) e dos fortes (que viriam se tornar as vilas e cidades da Amazônia), guerras com nativos, sua escravização, catolização, caça e resgate (as 'tropas de resgate'), e a retirada das especiarias. No segundo, o déspota esclarecido se encarrega da terceira companhia de comércio portuguesa (a companhia do Grão-Pará e do Maranhão), que sedimenta e fortalece a retirada de matérias-primas, impulsionado pelo advento da Revolução Industrial, propõe experiências agrícolas, expulsa os jesuítas e os demais missionários, e continua a subjugação dos índios. Mendes e Sachs (1997, p. 133)²⁶⁹ ao invés de nomear esse primeiro momento de ciclo, preferem falar em primeira onda de inserção amazônica no mundo. O marco do fim desta primeira onda/ciclo é a supressão completa da revolta dos cabanos, ou Cabanagem²⁷⁰.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Kambeba. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kambeba>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

_____. Kokama. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kokama>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

_____. Ticuna. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (1996). *O índio e o mundo dos brancos*. 4ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

²⁶⁹ MENDES, Armando Dias & SACHS, Ignacy (1997). A inserção da Amazônia no mundo. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de & PINTON, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; NAEA-UFPA.

²⁷⁰ Movimento de insurreição, que eclode entre 1835-40 (poucos anos após independência do Brasil e anexação do Grão-Pará ao Brasil) e que reuniu a insatisfação da elite fazendeira do Grão-Pará com a falta de participação nas decisões do governo central (dominado pelas províncias do Sudeste e do Nordeste) e da massa de negros, índios, tapuios/caboclos pobres e famintos que habitavam em cabanas. Para Pereira (2005, p. 77-8), “o completo declínio econômico da região e a inércia do Governo Provincial, a penúria do povo e a insatisfação das elites regionais ensejaram as circunstâncias que levaram o povo a considerar a destituição das autoridades”. No enfoque de Darcy RIBEIRO (1995, p. 172-3): “a guerra dos Cabanos, que assumiu tantas vezes o caráter de um genocídio, com o objetivo de trucidar as populações caboclas, é o exemplo mais claro de enfrentamento interétnico. Ali se digladiam a população antiga da Amazônia, caracterizável como neobrasileira porque já não era indígena mas aspirava viver autonomamente para si mesma, e a estreita camada dominante, fundamentalmente luso-brasileira, formando um projeto de existência que correspondia à ocupação das outras áreas do país. Esse contingente civilizatório é que, ajudado por forças vindas de fora, enfrentou os cabanos, destruindo-os núcleo a núcleo. Os cabanos ganharam muitas batalhas, chegaram mesmo a assumir o poder central na região, ocupando Belém, Manaus e outras cidades, mas viviam o antiprivilegio dramático de não poder perder batalha alguma. Isso é o que finalmente sucedeu e eles foram dizimados”. Na perspectiva de Silva (2004, p. 199-266), a Cabanagem está inserida em um contexto de disputas na formação e desenvolvimento da sociedade regional, impostas por Portugal à população local (com jogos de interesses diversos entre a elite luso-brasileira, colonos, índios e os neobrasileiros – como nomeia Ribeiro), ao mesmo tempo em que envolve a configuração da Amazônia no processo de consolidação da unidade política e territorial do Império contra os interesses de Portugal. Nesse campo de confrontos podem ser pontuados a Revolução do Porto, os desdobramentos da independência do Brasil e a Cabanagem, que “é expressão revolucionária que dá conta das relações da região com a Nação recém-criada; a derrota militar da Cabanagem é a expressão do caráter unificador da sociedade nacional. A Amazônia brasileira é processo e resultado dessas manifestações políticas na sociedade regional, imposta pela Nação brasileira”. Estimou-se 40 mil mortos nas repressões brutais (pois mesmo após dominada a rebelião, chacinas contra qualquer 'mestiço' foram empreendidas), o que representou entre 30% e 40% da população da região (e representando 50% da população masculina).

RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

11.3. ... e o caboclo

Desta primeira onda de engendramentos devemos enfatizar o tratamento os povos autóctones e a primeira onda de miscigenação ocorrida na região. Para Ribeiro (1995), os primeiros aldeamentos portugueses na Amazônia surgiram quando estes decidem ocupar a região e, para tanto, suas estratégias foram a expulsão dos jesuítas espanhóis e dos invasores europeus, construção de fortificações, escravização indígena, união com os missionários portugueses e incentivo à miscigenação. Conquistadores e missionários construíram os aldeamentos, dividindo os índios em três grupos: um terço a serviço dos padres; outro terço para a edificação das obras públicas e o serviço das autoridades da Coroa; o terço restante a ser distribuído entre os colonizadores nas quadras de coleta de drogas do sertão. Os aldeamentos-reduções impunham homogeneidade aos indígenas:

A disciplina imposta por esses trabalhos e as condições de convívio entre índios de diferentes matrizes impuseram a homogeneização linguística²⁷¹ e o enquadramento cultural compulsório do indígena no corpo de crenças e nos modos de vida dos seus cativadores. Sob essas compulsões é que se tupinizaram as populações aborígenes da Amazônia, em sua maioria pertencentes a outros troncos linguísticos, mas que passaram a falar a língua geral, aprendida não como um idioma indígena, mas como a fala da civilização, como ocorria então com quase toda a população brasileira (RIBEIRO, 1995, p. 313)

Esses aldeamentos contribuíram para o declínio das sociedades indígenas seja pela subjugação cultural, como pelo contágio de doenças, guerras e desgaste do trabalho. Ao mesmo tempo, favoreceram a miscigenação do português com a índia, com incentivo da Coroa para tal. Essa primeira onda de miscigenação resultou na aparição de uma “sociedade nova de mestiços que constituiriam uma variante cultural diferenciada da sociedade brasileira: a dos caboclos amazônicos” (RIBEIRO, 1995, p. 316). Esta caracterizava-se por possuir um modo de vida com elementos indígenas (adaptação ecológico-cultural), ao mesmo tempo em que descaracterizava a vida tribal pelo cotidiano

²⁷¹ A língua geral ou *nheengatu* – de *ie’engatu*, que significa língua boa – é proveniente do tronco tupi, da família tupi-guarani. Inventada pelos primeiros missionários (onde corresponde hoje a São Paulo), tratava-se de uma mistura com vocabulário e pronúncia indígena, enquadrados em gramática modelada na língua portuguesa. Foi adotada na colonização da Amazônia, mas abolida com a chegada do Marquês de Pombal (expulsão progressiva dos missionários de todas as ordens). Resistiu até a migração de nordestinos à região, que só falavam o português e, por isso, acabou por impor-se. Atualmente, ainda se fala essa língua principalmente no Rio Negro (oficializada no município de São Gabriel da Cachoeira). Algumas etnias que perderam sua língua originária também a adotam como forma de fortalecimento da identidade indígena.

imposto pela colonização²⁷².

Ribeiro (idem, p. 314) refere-se a essa nova população como herdeira da cultura tribal, no que ela tinha de formula adaptativa à floresta tropical: falavam uma língua indígena (apesar da homogenia pelo nheengatu); identificavam plantas e animais, águas e formas de vida aquática, seres encantados da cultura original; subsistiam por meio do roçado de mandioca, milho e outras culturas tropicais herdadas; também eram caçadores, pescadores e coletores de frutos e tubérculos; navegavam em canoas e balsas indígenas; construíam suas rancharias e as proviam de utensílios por meio das velhas técnicas tribais; comiam, dormiam e viviam na floresta e à beira dos rios como seus ascendentes; e sabiam localizar e coletar na mata as especiarias de valor comercial que vinculava a Amazônia à economia internacional. Porro (1995, p. 14)²⁷³ pondera que os povos tribais originais haviam praticamente desaparecido das várzeas em fins do século XVIII e que os novos povoados, com a nova população de caboclos, apesar de ter assimilado uma série de elementos culturais que permitiam a adaptação à várzea, não constituíram um sistema integrado, igual ao indígena, que otimizasse o aproveitamento dos recursos naturais. Por outro lado, nos aldeamentos essa população mestiça adquiria novos hábitos no plano social: ocupavam-se até o desgaste com tarefas produtivas de caráter mercantil, gerida por interesses exógenos; fundavam-se nas relações colonizador-escravo e missionário-catequizado; estavam inseridos em uma estratificação social diferente; obedeciam a uma nova religião e modo de pensar; as relações familiares se modificavam para o padrão europeu. Esses mestiços, nem indígena nem européia, são os que foram categorizados como caboclos – dentro dessa sociedade colonial estratificada e altamente hierarquizada que se constituiu nesse período.

A etimologia da palavra 'caboclo' é especulativa, segundo revisão de Maria das Graças Ferreira de MEDEIROS (2004, p. 57)²⁷⁴. A origem mais aceita, segundo Deborah de

²⁷² A origem do 'caboclo' é controversa e depende do viés interpretativo adotado. Até aqui, apresentamos a visão de Ribeiro (1995), que considera sua origem a partir dos aldeamentos. Por outro lado, Mark HARRIS (2006, p.81) traz uma abordagem crítica aos autores que pontuam o marco inicial da configuração da 'cultura cabocla' com a expulsão dos missionários por Pombal (metade do século XVIII) e estabelecimentos do 'Diretório dos Índios' – fim dos aldeamentos e assimilação planejada de índios e mestiços na sociedade colonial pela incorporação na economia regional. Essa população viria formar então o 'caboclo', que posteriormente viveria à beira dos rios, igarapés e lagos amazônicos. Esse ponto de vista refere-se à 'cultura cabocla' (realidade ontológica enquanto rede de crenças e procedimentos com um legado imóvel) e 'identidade cabocla' (fronteira étnica separando esse modo de vida de outros) em termos de ganhos e perdas de características culturais. Deve-se levar em conta outros ângulos: os fluxos migratórios, o dinamismo inerente a qualquer cultura, lutas políticas, contexto econômico, etc.

HARRIS, Mark (2006). Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.

²⁷³ PORRO, Antônio (1995). *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes.

²⁷⁴ MEDEIROS, Maria das Graças Ferreira de (2004). *Um estranho no espelho: representações do caboclo amazônico*. 2004. 187 p. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação sociedade e cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM.

Magalhães LIMA (1997, p. 306)²⁷⁵, é a do termo caá-boc, que significa 'aquele que vem do mato' e era usado inicialmente por tribos do litoral para se referirem aos povos do interior. Inicialmente, era usado como sinônimo de tapuio (do tupi: hostil, inimigo, escravo), um termo genérico de desprezo que os povos indígenas usavam para se referirem a indivíduos de outros grupos; os colonizadores também designavam os índios genéricos assentados dessa maneira, com a mesma conotação de desprezo (LIMA, 1999, p. 09)²⁷⁶. Na adoção do termo caboclo, os colonizadores se referiam inicialmente aos índios aldeados e, posteriormente, à população miscigenada, associada a características pejorativas, como indolência e preguiça – imagens presentes nos relatos dos missionários, exploradores, naturalistas e literatos acima referidos. Segundo Medeiros (2004, p. 56-7), caboclo era aplicado também aos portugueses degradados (bandidos, mercenários, sem-terra e pobres), discriminados em Portugal pelo status social que ocupavam.

O uso atual de caboclo é controverso. Como explica Lima (1999), há confusão do uso coloquial e da natureza conceitual a que se refere. Vejamos esquematicamente o que trata cada um destes pontos de vista do entendimento de 'caboclo'.

11.3.1. Uso coloquial, identidade e estereotipia

O uso coloquial de 'caboclo' está ligada a uma forma de categorização social complexa, que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe (LIMA, 1999, p. 06):

1) Geográfica, pois refere-se a um tipo geral característico da população rural da Amazônia. Esse homem típico evoca a a figura de um homem (essencialmente rural e ribeirinho) associado ao ambiente amazônico (rios e floresta). O estereótipo que marca essa imagem liga-se às suas atividades econômicas de subsistência: caça e pesca – que trazem maior apelo e associação à natureza do que a agricultura. A imagem da mulher cabocla é menos exótica e associada mais à agricultura e atividades domésticas, e “é apresentada, entretanto, em outro contexto: como 'a caboclinha', simbolizando uma sensualidade mansas” (LIMA, 1999, p. 13)²⁷⁷.

2) Racial, uma vez que nomeia o filho do branco com índio. Esse 'tipo racial' caracteriza

²⁷⁵ LIMA, Deborah de Magalhães (1997). Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de & PINTON, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; NAEA-UFPA.

²⁷⁶ LIMA, Deborah de Magalhães (1999). A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, vol .2, nº. 2. Belém : NAEA/UFPA. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/issue/view/14>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

²⁷⁷ Medeiros (2004), acrescenta um outro ângulo da mulher cabocla: “Torres (2003) acrescenta que o jeito introspectivo da mulher 'caboca' da zona interiorana do Amazonas é freqüentemente interpretado também como 'rudeza do tipo brava, amuada, sonsa, calada e arredia', sem considerar que os nativos amazônicos, de modo geral, têm esse comportamento silencioso, um tanto arredio, que tem a ver com a vida calma do interior e a estreita relação do caboclo com esse ambiente, traduzindo-se como uma expressão cultural desse povo” (idem, p.55).

mais especificamente a mistura entre o português e a índia, pois a história de colonização amazônica foi marcada preponderantemente pela migração desses europeus, que utilizavam a mão-de-obra escrava indígena e tinham incentivos da Coroa para miscigenação. Migrantes de outros países, bem como a maioria dos negros, foram mais expressivos em outras regiões do país. Outras misturas (mulato: branco com negro; cafuzo: índio com negro) não são mestiçagens exclusivas de uma ou outra região, enquanto caboclo, é mais específico da nova 'raça' da Amazônia.

3) De classe, por ser usada na construção de uma representação da classe superior amazônica como branca e a classe baixa rural como cabocla – o que, pelo uso da palavra, corrobora para a manutenção da estratificação social que vem deste a colonização e continua mantendo um abismo entre esses segmentos. 'Caboclo' não apenas descreve, mas cria uma estrutura social (LIMA, 1999, p. 27).

A autora ainda menciona o uso de 'caboclo' como categoria relacional, isto é, “o termo identifica uma categoria de pessoas que se encontra numa posição social inferior em relação àquela com que o locutor ou a locutora se identifica” (idem, p. 07). O superior, ligados a qualidades urbana, branca e civilizada. O inferior, incluem as qualidades rurais, descendência indígena e não civilizada (ou seja, analfabeta e rústica). Podemos dar alguns exemplos: existem casos de indígenas que vivem em áreas indígenas e se identificam como 'caboclo', pois 'índio' está ligado a características pejorativas e selvagens isolados; outros usam 'caboclo' apenas no contato interétnico: eles são 'caboclo', os 'índios' são grupos isolados arredios e os brancos recebem uma outra rotulação. Atualmente, alguns indígenas se referem diretamente à sua etnia – devido à valorização política que a identidade indígena vem ganhando (informação verbal)²⁷⁸. Jovens de Manaus sentem-se ofendidos ao serem chamados de 'caboclo', por ser uma estigmatização negativa (MEDEIROS, 2004); assim como sentem-se ofendidos pelo mesmo motivo muitas pessoas das cidades da Amazônia, que consideram 'caboclo' as pessoas do meio rural. Algumas populações rurais amazônicas também rejeitam o termo, por considerar 'caboclo' o índio; enquanto outras, adotam-no como auto-referência. É o caso da comunidade de Tauaru, onde a população se identifica como 'caboclo', pois 'índio' são os Ticuna (das comunidades vizinhas), com outro idioma, cultura e hábitos; enquanto os Cocama²⁷⁹ são tidos como 'civilizados' e não 'índio', por falarem português, terem idioma mais fácil de aprender que o Ticuna e terem hábitos

²⁷⁸ Informação dada por Moacir Biondo, do Instituto de Permacultura da Amazônia, cuja experiência em diversas áreas indígenas acumula-se por mais de 20 anos. E também descrita em vários exemplos citados por Lima (1999, p. 09-10).

²⁷⁹ Cujas classificações foram dadas à comunidade – sem laudo antropológico.

semelhantes aos 'civilizados'²⁸⁰.

Cabe aqui um breve parêntese. Identificar-se a si como pertencente a um grupo pode ser melhor compreendido quando abordamos tais situações segundo o prisma do conceito de identidade – do latim, idem: igual, idêntico, como aponta Philip GLEASON (1983, p. 919)²⁸¹. Há uma diferença de ordem conceitual que pode ser feita entre identidade pessoal e identidade social.

Segundo Alessandro Soares da SILVA (2006, p. 419-20)²⁸², considera-se que na construção da identidade pessoal estão presentes processos de internalização de normas, valores, crenças, etc., que irão constituir a maneira como um indivíduo é reconhecido/se reconhece a si mesmo. Seguindo o raciocínio de Geraldo José PAIVA (2007)²⁸³, podemos dizer que o foco desse tipo de conceituação são os processos de permanência: o que, na interioridade desse indivíduo, faz com que reconheça o idêntico em relação às variações da história pela qual passa – em geral creditando-se à memória essa função de continuidade. Segundo o autor, esse tipo de abordagem é localizada – especialmente por cientistas sociais (da Sociologia e Antropologia) – como dentro dos domínios da Psicologia (da

²⁸⁰ Essa é uma situação semelhante (talvez análoga) ao que descreve Oliveira (1996) a respeito dos Ticuna entre os anos 1959-62: 'índio' são as tribos isoladas, arredias, com hábitos incivilizados; 'caboclo' são a si próprios, nem 'índio' e nem compartilhando do *ethos* do 'civilizado'; 'civilizado' são os 'brancos'. Para Oliveira (1996, p. 117): “o contato entre índios e brancos no alto Solimões teve como sua consequência mais imediata o surgimento de uma nova categoria social: o caboclo. O caboclo, na área tomada para investigação, é o Tükúna transfigurado pelo contato com o branco. Ele se diferencia dos grupos tribais do Javari, porquanto se constitui para o branco numa população indígena pacífica, 'desmoraliza-sa', atada às formas de trabalho impostas pela civilização, e extremamente dependente do comércio regional. Em suma, é o índio integrado (a seu modo) na periferia da sociedade nacional, oposto ao 'índio selvagem', nu ou semivestido, hostil ou arreado, exemplificado na paisagem do alto Solimões pelas tribos do Quixito e do Curuçá. Em certo sentido, o caboclo pode ser visto ainda como o resultado da interiorização do mundo do branco pelo Tükúna, dividida que está sua consciência em duas: uma, voltada para os seus ancestrais, outra, para os poderosos homens que o circundam. O caboclo é, assim, o Tükuna vendo-se a si mesmo com os olhos do branco, isto é, como intruso, indolente, traíçoeiro, enfim, como alguém cujo único destino é trabalhar para o branco. Parafraseando Hegel, poder-se-ia dizer que o caboclo é a própria 'consciência infeliz'. Fracionada sua personalidade em duas, ela bem retrata a ambiguidade de sua situação total”.

²⁸¹ Gleason (1983, p. 917-919) relata que o conceito de identidade é uma invenção do século XX e passa a se popularizar através das produções das ciências sociais principalmente a partir dos anos '50, com a sistematização da 'teoria do papel', da 'teoria do grupo de referência' e do 'interacionismo simbólico' nas ciências sociais e, posteriormente, pela produção dos psicólogos, em especial pelas obras de Erikson (1967), com as considerações sobre a 'crise de identidade'.

ERIKSON, Erik Homburger. (1967). Identity, Psychosocial. In: Sills, D. L. *International encyclopedia of social sciences*. New York: The MacMillan Company and The Free Press, v. 7, p. 61-65.

GLEASON, Philip. (1983). Identifying identity: a semantic history. *Journal of American History*, vol. 69, n. 04, March, p. 910-931. Disponível em: <http://www.soec.uni-jena.de/fileadmin/soec/media/GSBC/Veranstaltungen/Gleason_Identifying_identity_-_a_semantic_history.pdf>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

²⁸² SILVA, Alessandro Soares da (2006). *Marchando pelo Arco-Íris da política: A Parada do Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal*. 612p. Tese (doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP

²⁸³ PAIVA, Geraldo José (2007). Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. *Revista Psico*, Porto Alegre, vol. 38, nº. 1, jan./abr, pág. 77-84. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1926>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

Personalidade) e tende a considerar a identidade como algo estático e restrita à esfera individual²⁸⁴. No entanto, concordamos que ponderar o uso de 'caboclo' pelo viés apenas da identidade pessoal não nos auxilia a entender as vicissitudes sociais de seu uso, restringindo-nos ao foco da singularidade do indivíduo e sua história, isolado de um contexto social mais amplo.

Já dentro da perspectiva da Psicologia Social, entende-se que não se deve separar o reconhecimento de si da coletividade – por isso fala-se em identidade social. Há dinamismo no processo de construção identitária que envolve aspectos individuais e sociais, que só são distintos do ponto de vista didático. Segundo essa ótica, a percepção de si envolve uma operação de delimitação do que é meu e o que é do outro, imersa nas relações sociais das quais eu me identifico e, por isso, me sinto pertencente ou não a determinados grupos. Essa compreensão psicossocial segue as teorizações de Tajfel (1981, p. 258), que define identidade social como o sentimento de pertença de um indivíduo a um grupo, pela percepção de características comuns a este e de diferenças a grupos exteriores²⁸⁵. Essa ferramenta conceitual²⁸⁶ é melhor do que a anterior, pois com ela

²⁸⁴ Uma visão errônea, mesmo que dentro de uma abordagem 'psicológica'. Erikson (1967, p. 61) define a identidade psicossocial como o sentido subjetivo de existência contínua e de memória coerente de cada um, ao mesmo tempo que refere-se ao lugar que um indivíduo ocupa em sua comunidade. O senso de existência permanece articulado pela memória, ou seja, a memória dos fatos testemunha a singularidade de cada identidade. Por outro lado, a apreensão e a conservação da memória está mediada segundo as condições sociais do indivíduo, isto é, as condições de percepção modelam os registros de memória do mesmo modo que também o ato de lembrar é mediado por sua condição atual. Por exemplo, o registro que um indivíduo faz de um fato estando imerso em uma circunstância de preconceito; interpelado por sentimentos evocados por uma situação difícil; ou até mesmo mediados pelas crenças grupais e ideologia.

²⁸⁵ Na perspectiva de Tajfel, a percepção de grupos, objetos, eventos e pessoas acontece de acordo com suas semelhanças físicas, psíquicas, comportamentais, entre outras outras. Esse ato de categorizar é um ato cognitivo de encaixe em categorias sociais pré-existentes, construídas socialmente antes mesmo do nascimento do indivíduo (TAJFEL, 1972). Essa percepção social consiste em, por um lado, categorizar tais percepções em grupos de quem possui ou não as características percebidas e, por outro, identificar-se a si como pertencente ao que denomina de *ingroup* (percebido como mais heterogêneo) e, os demais, no *outgroup* (percebido com membros mais homogêneos). Esse pertencimento a um grupo pode resultar da escolha da pessoa, de imposição externa ou do acaso, tendo como aspecto chave da pertença o elemento motivacional da autoestima, que inicia, mantém, modifica ou termina o processo de adesão ao grupo (PAIVA, 2005, p. 79)

²⁸⁶ Outras definições de identidade poderiam ter sido utilizadas: 1) dos autores clássicos em Psicologia Social, as proposições dos discípulos da Escola de Chicago (interacionismo simbólico), com Sarbin e Scheibe (teoria do papel) ou Stryker (teoria da identidade); a diferenciação dada por Turner à identidade social de Tajfel, da escola de Bristol (substitui 'categoria' por 'protótipo'; e dá mais ênfase ao metacontraste na diferenciação inter-grupal). 2) a teoria de identidade de Antônio da Costa CIAMPA (1987), recentemente aprimorada segundo o sintagma identidade-metamorfose-emancipação, como bem descreve Lima (2005; 2009). 3) outras noções contemporâneas pautadas em leituras de estratos abastados da sociedade ocidental, que qualificam a identidade como mínimas, vazias, saturadas, nômades, fluidas, líquidas e possíveis, de acordo com os psicólogo Philip Cushman, Kenneth Gergen, Hazel Markus & Paula Nuriá, e os sociólogos Christopher Lasch, Anthony Giddens e Zygmunt Bauman (PAIVA, 2005, p. 77). CIAMPA (1987). *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

podemos compreender com mais facilidade o que leva uma pessoa a se considerar como 'caboclo', seu impulso para agir de acordo com o grupo, o reforço de preconceitos e condutas, etc., tanto em função de aspectos motivacionais (porque me sinto pertencente) quanto sociais (eu, nós X os outros; estereótipos sociais; relações/conflitos inter-grupais) da pertença a esta ou outras categorias sociais pré-existentes: as identidades de gênero, raça, etnia, sexual, de classe, como coloca Deborrah E. S. FRABE (1997)²⁸⁷.

Apesar de ser um conceito bastante útil para compreensão de fenômenos psicossociais – que nos auxiliou nas pesquisas de campo, este também apresenta deficiências, como esboçado por Aluísio Ferreira de LIMA (2009, p.150-9)²⁸⁸: essas teorizações podem estar associadas a interesses sociais que as tornam formas de manipulação ideológica, isto é, a identidade é pressuposta e obedece a normatizações sociais que perpetuam as categorizações e a condição do indivíduo como estanque. O indivíduo, enclausurado numa identidade pré-existente, re-produz o social e desconsidera-se tanto a dimensão política de lutas grupais por transformações do status quo (rompimento do pré-suposto e criação de novas identidades), quanto as metamorfoses individuais em direção à emancipação (romper com a condição de opressão e estigmatização de 'caboclo', por exemplo). Em seção mais adiante, retomaremos outro uso da 'identidade' como uma ferramenta conceitual, talvez mais adequada, para compreensão de algumas dimensões psicopolíticas da vida dos povos amazônicos.

Retomando a discussão a respeito do 'caboclo', este não é, portanto, um termo fixo a um grupo específico. Trata-se de uma forma de categorização que identifica grupos e também pode ser usado para autodefinição, tal como o termo 'índio'²⁸⁹. 'Caboclo' ganha significado concreto por meio de características e estereótipos associados a ele. Da primeira, há o modo de vida amazônica que os torna singulares: habitação, meios de transporte, instrumentos de trabalho, conhecimentos e manejo dos recursos florestais, hábitos alimentares, religiosidade, mitos, sistema de parentesco e outras particularidades sociais. Já a estereotipia do 'caboclo' se associa a alguém preguiçoso, indolente, passivo,

LIMA, Aluísio Ferreira de (2005). *A dependência de drogas como um problema de identidade: possibilidades de apresentação do 'Eu' por meio da oficina terapêutica de teatro*. 198p. Dissertação (mestrado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo:PUC-SP

²⁸⁷ FRABE, Deborrah, E. S. (1997). Gender, racial, ethnic, sexual, and class identities. *Annual Review of Psychology*, vol. 48, p. 139-162. Disponível em: <http://maxweber.hunter.cuny.edu/pub/eres/SOC217_PIMENTEL/frable.pdf>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

²⁸⁸ LIMA, Aluísio Ferreira de (2009). *Sofrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação*. 283p. Tese (doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo:PUC-SP.

²⁸⁹ Termo que se origina de um erro histórico, usado como categoria genérica de identificação utilizada pelos europeus, sem relação com as identidades dos povos indígenas aos quais se referia – e que posteriormente ganha força de identificação e autoidentificação.

criativo e desconfiado. Igualmente negativos, os traços de sua cultura são associados com atraso, inferioridade e primitivo. A vida simples é ligada à pobreza – em relação ao padrão de vida urbano opulento. E a depreciação por não alcançarem o progresso (por isso, fracassados), segundo Lima (1999, p. 14), relaciona-se à expectativa de elevada performance (material, econômica, cultural) na Amazônia, tida como reino de riqueza e que não é explorada dada a incompetência do caboclo. É pobreza atribuída à herança étnica do ameríndio: indisposição para o trabalho (em oposição ao ideal de produtividade), visualizável pelo modesto padrão de vida²⁹⁰.

Todas visões que não levam em conta as reais condições de vida do habitante do meio rural: ambiente de muitas adversidades, abundante só na aparência e permeado por contingências políticas e econômicas bastante desfavoráveis. Tampouco consideram o processo histórico e as lutas de resistência de certos segmentos na constituição desses estereótipos, modo de vida e identidades. Sobre tais aspectos na atualidade, mais adiante debateremos a respeito de como as políticas públicas na região são incongruentes com a realidade local e, por isso, estão longe de favorecer qualquer tipo de benefício ou melhoria a essas pessoas.

11.3.2. Natureza conceitual: campesinato histórico

A natureza conceitual refere-se a uma categoria social fixa usada nas ciências sociais para designar o campesinato histórico da Amazônia. Segundo LIMA (1999, p. 08-9):

A natureza do termo caboclo é portanto conceitual e consiste em uma categoria social de pensamento analítico. Sendo uma categoria social, o termo é uma abstração, uma unidade de um sistema de classificação social projetado para retratar as diferenças entre as pessoas na sociedade. Em contraste com um grupo social, uma categoria social consiste em uma agregação artificial de pessoas baseada na identificação de atributos comuns compartilhados por indivíduos que não se engajam necessariamente em um relacionamento social em razão dessa similaridade. Os atributos que definem uma categoria social podem ser biológicos, sociais ou culturais. Um grupo social, por outro lado, consiste em uma agregação humana real, que é definida por interações estreitas e relacionamentos pessoais.

Por essa colocação, vemos que há uma distinção clara entre: o modo como grupos

²⁹⁰ A indolência não é exclusividade atribuída ao índio ou ao caboclo. Martín-Baró (1998, p. 73-101) mostra que esta é uma característica atribuída a muitos latino-americanos. Aborda-se a pobreza e incapacidade de alcançar o progresso segundo uma visão fatalista, isto é, um destino inevitável e premeditado, dada as características inerentes a essas pessoas. Segundo o autor, a perpetuação dessa condição está em função de um sistema social (regido por interesses políticos, econômicos, etc.), que gera a interiorização das relações de dominação (os indivíduos sentem-se conformados, passivos) e impedem mudanças sociais dessas camadas da população (luta por transformações sociais), mantendo-as como 'pobres', 'preguiçosos', 'indolentes', num círculo vicioso a favor das camadas dominantes. A ruptura com o fatalismo seria possível pela transformação tanto pessoal (psicossocial) quanto social (estruturas políticas e econômicas), por meio da: recuperação da memória histórica; organização popular; e prática de classe (interesses de cada grupo).

se identificam e/ou rotulam a outros, em função das características acima mencionadas; e as tentativas de classificação acadêmica de um tipo particular de pessoas: o habitante não-indígena e não-remanescentes de comunidades quilombolas das zonas rurais da Amazônia.

Como discutem Cristina ADAMS, Rui MURRIETA e Walter NEVES (2006)²⁹¹, durante muito tempo as 'sociedades caboclas' foram negligenciadas pela academia e pela sociedade de modo geral. As referências ao modo de vida dessas pessoas vieram primeiramente da literatura nacional e internacional, o que favoreceu a estereotipia do 'típico amazônida' herdeiro da cultura indígena. Stephen NUGENT (2006)²⁹² enumera alguns motivos para isso: a) visão de paisagem natural norte-americana e europeia estava cega à percepção de uma paisagem social; b) estudos do campesinato no Novo Mundo, demonstrando a relação entre o capitalismo agrário e o industrial com base na produção da plantation, não se enquadravam no caso da Amazônia²⁹³; c) o campesinato amazônico não

²⁹¹ ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (2006). Introdução. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.

²⁹² NUGENT, Stephen (2006). Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.

²⁹³ Terezinha FRAXE (2000, p. 15) se propõe a reconstruir os processos sociais que configuram a existência do camponês da várzea do rio Solimões-Amazonas, tomando as discussões a respeito de campesinato de autores como Abramovay, Cândido, Chayanov, Mendras, Queiroz, Redfield, Wolf. Para a autora, os sujeitos sociais 'cabloco/ribeirinho' são identificados: sociologicamente como camponeses, por estarem a "meio caminho entre a tribo primitiva e a sociedade industrial" (idem, p.16), isto é, a existência do mundo camponês é definido por seu relacionamento subordinado a grupos dominantes exteriores, o que lhes obriga a manter o equilíbrio entre suas necessidades e aquelas vindas de fora (idem, p.17); metaforicamente como 'homens anfíbios', pois representa o modo de vida dessas populações em dois ambientes (terra e água), que deve ser considerado antes de categorizações antropológicas, sociológicas, econômicas, etc. (idem, p.16-18). Nessa mesma perspectiva problematizadora, Antônio Carlos WITKOSKI (2007) ancora a compreensão de campesinato com base nesses autores referendados por Fraxe (adicionando também leituras de Marx & Engels, Shanin e Firth) e discute que no caso do campesinato amazônico, essa categoria deve ser ampliada por abarcar, além do elemento 'terra' como definidor, a 'água' e a 'floresta'. O estilo de vida do 'cabloco/ribeirinho' seria o caso empírico desse campesinato particular da Amazônia, uma categoria analítica para entender não apenas aspectos econômicos, mas também os elementos históricos e sociais do cotidiano (cultura, modo de vida, identidade) dessas pessoas. Essa ampliação do 'campesinato' também é revista por Helena Doris de Almeida Barbosa QUARESMA (2003), que mostra que suas definições (também pelos autores citados por Fraxe e Witkoski) se aproximam e dão base às definições de 'populações tradicionais', mas só se adequam a esta última quando se considera a multiplicidade de fatores que configuram o estilo de vida concreto de 'caboclos/ ribeirinhos/ etc.'.

Para Biorn MAYBURY-LEWIS (1997, p. 47), "não se pode considerar como um *campesinato tradicional* as classes subalternas do campo brasileiro, na mesma proporção que se pode pensar seus equivalentes em grande parte da América Hispânica", pois o uso da terra e a vida comunitária (autonomia cultural) pelos ribeirinhos/caboclos ocorre de um modo diferente daquela descrita na literatura sobre o comportamento político de movimentos sociais rurais. O autor entende que se pode identificar nas comunidades ribeirinhas algum grau (maior ou menor) de *campesinato*, segundo as atitudes políticas descritas nas obras de Redfield, Hobsbawn e Shanin: "a) quanto maior o grau de isolamento de uma dada comunidade ribeirinha amazônida, maior sua *autonomia cultural*, maior seu controle sobre a economia local de subsistência, mais provável seu engajamento em ações políticas (...); b) Ou: quanto menor o grau de isolamento comunitário, *autonomia cultural* e controle da economia de subsistência, menor a probabilidade de que os ribeirinhos se engajem em ações políticas coletivas, e maior chance de que suas comunidades se dividam (...); c) resumindo: *quanto maior o grau de 'camponesidade', menos o espaço para os outside power holder (re)organizarem o uso de terra, água e mão-de-obra segundo seus critérios de organização político-social*" (idem, p. 51-2).

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto (2000). *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará.

é pós-indígena (como na América Hispânica), mas artefato do empreendimento colonial, e a integração da Amazônia na economia global moderna veio do extrativismo, e não baseado na plantation; d) A Amazônia era fronteira do Estado e da economia mundial ao mesmo tempo, o que dificulta entendê-la no contexto de formação do Estado brasileiro. Além deste motivos, o autor ainda se refere a impasses com a Antropologia, que deixaram de lado os estudos dos 'caboclos': a) a formação indígena e não-indígena traz um sujeito antropológico não autêntico, por isso deixado de lado; b) a integração da Amazônia na economia mundial pelo ciclo da borracha²⁹⁴ foi impulsionada pela demanda exterior e durou quase 100 anos, não apenas 25 do boom – o que impõe dificuldade de teorização a respeito da linearidade da formação desse Homem amazônico; c) considerar a Amazônia como domínio tropical, visão predominante dos naturalista, exclui a presença humana e sua sociodiversidade; d) dificuldade de categorização do mestiço de forma geral.

A partir dos anos '50, no entanto, começaram a surgir estudos focados mais especificamente nessas sociedades caboclas e que se fortaleceram na atualidade. Segundo a revisão Adams, Murrieta e Neves (2006, p. 18-20), pode-se dividir as linhas teóricas desses estudos em fases:

1) A primeira fase de antropólogos americanos e seus pupilos brasileiros, sob perspectiva funcionalista da cultura, retrata as sociedades caboclas como modelo dentro das quais as

MAYBURY-LEWIS, Biorn (1997). Terra e água, identidade camponesa como referência de organização política entre os ribeirinhos do rio Solimões. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves (org.). *Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA: NUMA. Universidade e Meio Ambiente, 09.

QUARESMA, Helena Doris de Almeida Barbosa (2003). *O desencanto da pincesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodoal/Maiandeuá*. Belém: NAEA.

WITKOSKI, Antônio Carlos (2007). *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Editora da UFAM. (série: Amazônia: a terra e o homem).

²⁹⁴ O segundo ciclo de atividade econômica e inserção da Amazônia no cenário mundial foi o ciclo da borracha. Pereira (2005) descreve que a exportação do látex extraído dos seringais amazônicos já havia iniciado pouco antes de 1827. Seu auge ocorre entre os anos 1870-1913. O que impulsionou a compra desta matéria-prima foi a necessidade crescente de produção pelas indústrias, que nesse momento de consolidação da Revolução Industrial. Houve fluxo migratório intenso de nordestinos ao Norte do país (em 1820, a população era de 137.000; em 1910, 1.217.000), impulsionados pelas promessas de riqueza e pelas devastadoras secas no Nordeste (especialmente a de 1877 – estima-se que entre esse ano e 1880, migraram 300 mil nordestinos). Os anos áureos desse ciclo fizeram de Manaus e Belém as cidades mais prósperas do país. A primeira chega a ser chamada de 'Paris dos trópicos', por ser tão desenvolvida e rica em serviços e opções culturais como a capital francesa – tendo como símbolo o pomposo Teatro Amazonas. O término abrupto deste ciclo ocorre após os experimentos do botânico inglês Sir Henry Wickham darem certo no sudoeste asiático, possibilitando aos ingleses o plantio da *hevea brasiliensis* e quebra do monopólio brasileiro no mercado mundial. Um segundo ciclo da borracha ocorre durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que os japoneses embolam a circulação de navios norte-americanos no oceano Pacífico. Entre 1942-45 o Brasil convoca os 'soldados da borracha', principalmente compostos por nordestinos, para fornecer a borracha necessária aos EUA. Estima-se que 30 mil pessoas morreram nesta 'batalha da borracha'. Mendes e Sachs (1997) preferem se referir à segunda onda: das matérias-primas industriais de origem vegetal (essências, resinas, cascas e o látex); com uma sub-onda de matérias-primas minerais: ferro, manganês, alumínio, cobre, ouro, entre outros metais nobres (nos projetos de Carajás, Trombetas, Serra do Navio, etc.).

populações rurais amazônicas seriam encaixadas. Para tais autores, a 'cultura cabocla'²⁹⁵ solidifica-se em meados do século XX (alguns falam no século XIX) e expressa-se na vida isolada à beira de rios, igarapés e lagos, em unidades familiares cuja subsistência alia agricultura, pesca e caça – cristalizando-se de modo a-histórico e isolado de pressões exteriores. Os primeiros trabalhos vêm em 1953, com Charles WAGLEY (1988)²⁹⁶ e complemento de Eduardo GALVÃO (1955)²⁹⁷, sob viés da ecologia cultural de Julian Steward e do culturalismo boasiano, respectivamente – apesar de já haverem trabalhos etnográficos acerca do 'caboclo'²⁹⁸ da Amazônia, como os do escrito paraense José Veríssimo, publicados no final do século XIX (BEZERRA NETO, 1999)²⁹⁹ e do romancista marajoara Dalcídio Jurandir (entre os anos '50 e '70), entre outros já mencionados anteriormente. Nos anos '70, trabalhos marcados por hipóteses de determinismo ecológico e a-historicidade, publicados por Emílio Moran (que considera o sistema social caboclo como o mais importante no contexto ambiental e sócio-político da Amazônia pós-conquista),

²⁹⁵ A formação da 'cultura cabocla', inerente ao 'caboclo', é controversa e depende do ponto de vista teórico adotado por cada um dos estudiosos. Alguns enfatizam a herança genética e cultural indígena. Outros, a íntima relação das práticas sociais com os ciclos da natureza. Há os que exaltam a qualidade adaptativa de seu sistema produtivo e sua contribuição para a economia e o desenvolvimento regional. No entanto, como resume Medeiros (2004, p. 69-70): “na atualidade, pelo menos no âmbito urbano, não é comum se falar na existência de uma 'cultura cabocla', exceto nos meios acadêmicos ou em eventuais menções na mídia, associadas neste caso ao folclore regional. A idéia no senso comum faz relação com práticas típicas do estilo de vida simples do homem interiorano, particularmente o ribeirinho, mas restringe-se ao modelo estereotipado consagrado no imaginário da maioria dos brasileiros, inclusive no da população citadina local”.

²⁹⁶ WAGLEY, Charles (1953/1988). *Uma comunidade amazônica: estudos do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

²⁹⁷ GALVÃO, Eduardo (1955). *Santos e viagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo: companhia editora nacional.

²⁹⁸ A explicação dada a seguir é análoga ao motivo pelo qual fomos levados a utilizar 'ribeirinho' ao invés de 'caboclo', para nos referirmos às pessoas que habitam à beira dos rios amazônicos. Em Manaus, nos diziam: 'Ei, tu vai estudar as comunidades ribeirinhas. Vai estudar os ribeirinhos'. O termo 'ribeirinho' passa a ser adotado por influência da nova onda missionária na Amazônia, a partir do final do século XIX, e traz a imagem do habitante à beira do rio menos carregada que os estereótipos negativos de 'caboclo'. Na capital amazonense, é comum referirem-se às pessoas do meio rural como 'ribeirinho'. Atualmente, há o 'Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas do Amazonas (MRRA) e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Ribeirinhas do Estado do Amazonas (MMTR-AM), que representam dezenas de associações desse segmento social. A respeito do uso de 'caboclo' nos primeiros estudos acadêmicos, descreve Lima (1999, p. 25-6): “Comentando a complexidade do significado do termo, Wagley (1985) explicou que o termo fora 'imposto' a ele e a Galvão, por seus colegas, autoridades governamentais e pessoas da cidade de Belém. Sempre que os dois pesquisadores esboçavam seu programa de pesquisa, ouviam a resposta: 'Então o senhor vai estudar os caboclos' (Wagley, 1985: vii). Durante minha própria pesquisa sobre a população rural do médio Solimões, ouvi os mesmos comentários (incluindo formulações mais duras como 'o que você vai fazer no meio dos caboclos?') e, acompanhando os trabalhos de Wagley e Galvão, adotei o termo *caboclos* para definir o sujeito da minha tese, mesmo tendo tido o cuidado de analisar a complexidade de significados e apesar de, na conclusão do trabalho, apresentar nota sobre o caráter provisional do termo - dado que não havia termo genérico de autodenominação. Hoje abandono essa opinião, mesmo a de que é possível tomá-lo como termo provisório. Como mencionei, não creio que possa existir um uso neutro para uma palavra que tem na memória coletiva um conjunto tão denso de significados”.

²⁹⁹ BEZERRA NETO, José Maia (1999). José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 42, nº. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

Eugene Parker (com a 'cabocliização': eventos e condições que derrubaram as sociedades ameríndias e deram lugar à nova cultura, isto é, a cabocla na Amazônia do século XIX) e Eric Ross (que delineia a conjunção de fatores históricos e ambientais que influenciaram na formação do campesinato histórico amazônico contemporâneo).

2) Numa segunda fase, em que as teorias antropológicas norte-americanas evoluíram (ecologia política, análise institucional, ecologia cultural, ecologia humana, ecologia histórica), novas abordagens vieram contribuir para esses estudos: a tipificação do caboclo abriu espaço para o entendimento do uso da terra e dos recursos naturais por essas populações, implicadas com questões políticas e ambientais de gerenciamento. Um contraponto vem dos ingleses, como teoria social (especialmente de inspiração do marxismo cultural inglês) que liga a compreensão da Amazônia e seus povos ao comércio, crédito, migração³⁰⁰, trocas, conflito, busca por commodities, pessoas fora do alcance do Estado (na economia informal, etc.) – encontrados nas produções de Mark Harris, Stephen Nugent e David Cleary.

Os pesquisadores brasileiros teriam se inspirado principalmente por essas correntes teóricas e, atualmente, suas produções possuem abordagens diferentes das questões envolvendo as questões socioambientais, tanto no nível local quando na interação com a inserção da Amazônia no contexto global. A ênfase dada às pesquisas podem ser colocadas da seguinte maneira (ADAMS, MURRIETA & NEVES, 2006, p. 20-1): a) prática de manejo e formas de posse de terra que identificam o caboclo como produtores agrícolas/rurais; b) análises sob a ótica da ecologia política e análise institucional; c) estudos dessas

³⁰⁰ As ondas de migrações são um fator em geral esquecido na compreensão da formação cultural amazônica – fatos relembrados por Mendes e Sachs (1997) e tidos como uma terceira onda de inserção da região amazônica no mundo. A primeira leva de migrações é a dos portugueses, que conquistam a Amazônia e se miscigenaram com as índias. Uma segunda leva veio da África: apesar da mão-se-obra ter sido preferencialmente a indígena, houve levas de escravos negros conduzidos à região. Samuel Isaac BENCHIMOL (1999) nos mostra também que, a partir de 1872, vieram sírios e libaneses (ocupados com empresas e comércio: mascates, varejistas e regatões). Ao fim da guerra de secessão dos EUA, foram mandados à região de Santarém (rio Tapajós) inúmeros negros libertos. As já referidas migrações maciças de nordestinos (especialmente cearenses), que vieram em busca da prosperidade proveniente da extração do látex – o que incluiu migrantes de outras regiões do país e europeus (com destaque aos italianos). Também houve migração de judeus-marroquinos, que se estabeleceram em cidades como Santarém, Oriximiná, Óbidos, Monte Alegre (entre outras, incluindo Manaus e Belém), tendo influência nas finanças e criando empresas comerciais de sucesso até hoje. A migração de japoneses inicialmente após a Primeira Guerra e mais intensamente a partir de 1926, influenciando na indústria e setor agrícola – e que introduzem a pimenta do reino e a juta na região. A segunda onda de migração nordestina pela 'Guerra da Borracha'. Com o Programa de Integração Nacional (PIN), nos anos '70, a transferência de 'homens sem terra para terras sem homem'. E, posteriormente, a migração maciça de sulistas e das outras regiões. Todas essas migrações não tornam fácil a tarefa de tipificar o 'caboclo' amazônico. Segundo Harris (2006, p. 86-7), “uma solução envolve reconhecer as características sistemáticas da história e da etnografia da região (por exemplo, a falta de posse formal de terra, as relações entre patrão e cliente), os arranjos laborais baseados no parentesco, e assim por diante), o que possibilita um entendimento abrangente e, então, reconhece quaisquer variações neste sistema. Na minha opinião, o sistema é comum à região e estabelece os parâmetros de continuidade e mudança”.

BENCHIMOL, Samuel Isaac (1999). *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer: UFAM.

'sociedades caboclas' sob o ponto de vista de suas identidades sócio-econômico e políticas; d) foco nos processos ligados a práticas cotidianas e motivações culturais subjacentes; e) ênfase nos padrões biológicos presentes nos processos de mudança que essas populações têm vivenciado; f) e os que verticalizam os modelos ecológicos-funcionalistas, sob orientação da ecologia comportamental; g) obras de historiadores que narram e analisa a conjunção de fatores que modelaram o campesinato histórico amazônico; h) conciliação de hipóteses e perspectivas teóricas de europeus e norte-americanos para evidenciar novas interpretações de fatos e episódios da historiográfica amazônica.

Entre essas distintas abordagens, encontram-se diferenças nas origens da constituição do 'caboclo' e sua cultura, a maneira como esta se formou, os processos que influenciaram na sua consolidação e o que age para sua manutenção/transformação. Por exemplo, Harris (2006, p. 82-8) explica que não se deve entender esses processos apenas como herança genética e cultural. A história econômica (na irregularidade dos altos e baixos dos ciclos; nas redes econômicas autônomas aos ciclos), as relações de parentesco (com migrações e miscigenações; organização social das comunidades) e o papel das religiões (disputas religiosas; definição de regras e condutas), que não ocorrem de maneira homogênea em toda a Amazônia, exercem pressões definidoras de uma cultura em cada localidade. Esse dinamismo local, inerente ao processo histórico-cultural, torna o estudo dessas 'sociedades caboclas' complexa e particular ao mesmo tempo.

Além da evolução científica de leituras a respeito dos povos amazônicos não-indígenas, há um marco importantes de redefinição da inserção da Amazônia no cenário brasileiro e mundial, a partir dos anos '50 e '60, que dá início a novos engendramentos à região: trata-se do que alguns autores chamam de 'segunda conquista da Amazônia' ou 'reconquista', como prefere chamar Francisco de OLIVEIRA (1994, p. 85)³⁰¹. Na seção seguinte se debate como uma nova invenção da Amazônia lhe trouxe mudanças significativas e que, na atualidade, vêm influenciando as dinâmicas de vida dos povos da região.

Recapitulando estes apontamentos a respeito do 'caboclo', estudos apontam que o pequeno produtor rural amazônico não se identifica, necessariamente, com 'caboclo': "a única categoria de autodenominação comumente empregada por toda a população rural é a de 'pobre'. Noções mais fortes de identidade baseiam-se no parentesco, na religião, na ecologia do assentamento e na ocupação econômica do grupo e do indivíduo" (LIMA, 1999, p. 09). Isso é um dos motivos da confusão terminológica: de um lado, a complexidade do uso coloquial, que envolve diferentes dimensões de (auto)identificação e remete a tensões sociais, estereótipos, estigmatização e preconceito em seu uso; por outro, a adoção da

³⁰¹ OLIVEIRA, Francisco de (1994). A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Antropologia de uma categoria de classificação social fixa e ampla suficiente para englobar a formação e características de determinados segmentos da sociedade – com pretensões de isentá-la dessa carga simbólica do uso coloquial e dar-lhe novo sentido.

Alguns acadêmicos continuam usando o termo. Outros, defendem que se utilizem novos termos, principalmente aqueles provenientes da autodefinição, por estarem embrenhado das lutas políticas de diferentes grupos e segmentos da Amazônia – o mesmo motivo pelo qual Lima (2009, p.154) critica abordagens identitárias que reforçam a manutenção da condição de certos indivíduos/grupos, ao invés de evocar seu potencial emancipatório. É o que trataremos a seguir.

11.4. Novos engendramentos...

De acordo com David CLEARY (1994, p.159)³⁰², pode-se considerar que a história recente da Amazônia na época moderna tem como marco a finalização da rodovia Belém-Brasília, em 1960, ligando a região ao resto do país e rompendo com o isolamento que tinha definido sua história até então – uma imagem errônea, como veremos mais adiante. Até esse marco, algumas atuações do governo (criação de políticas e instituições)³⁰³ já haviam sido realizadas na tentativa de integrar a região ao resto do país. O destaque é do período do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, com força extra vinda pelo 'Acordo de Washington' durante a Segunda Guerra, que favoreceu a 'guerra da borracha'. Nesse referido período, vale ressaltar as discussões que resultaram no Art. 199 da Constituição Federal de 1946, que dispôs sobre a implantação de programas para a valorização econômica da Amazônia³⁰⁴ – já atentos à questão da segurança nacional.

Um dos desdobramentos que indicam essa onda de nacionalização é a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em 1952, que segundo William GAMA e Léa VELHO (2005, p.205)³⁰⁵ vem “como uma resposta do governo brasileiro à opinião pública internacional, em função do veto do Congresso Nacional brasileiro à criação de um instituto

³⁰² CLEARY, David (1994). Problemas na interpretação da história moderna da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

³⁰³ Ressaltamos o Instituto Agrônomo do Norte, em 1939 – que, após transformações, hoje compõe a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Para lista das instituições criadas, cf Pereira (2005, p. 88-90).

³⁰⁴ “Art 199 - Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária. Parágrafo único - Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo federal”.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Assembléia Constituinte.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁰⁵ GAMA, William & VELHO, Léa (2005). A cooperação científica internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago. p. 205-224.

similar, só que de caráter internacional”. Priscila FAULHABER (2005, p. 243)³⁰⁶ refere que era a tentativa de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA), pela recém-criada UNESCO, cujos interesses científicos atraíam o olhar estrangeiro ao território nacional³⁰⁷.

Somente em 06 de Janeiro de 1953, com a Lei 1806³⁰⁸, dispôs-se sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e criou-se sua Superintendência (SPVEA), com objetivos de colonizar a região (LIMA, 1973, p. 32) e melhorar suas condições socioeconômicas, por meio do crescimento do setor produtivo, agrícola, mineral e industrial, com investimentos em infra-estrutura (PEREIRA, 2005, p. 104)³⁰⁹. Para Almeida, um dos efeitos mais significativos da criação da SPVEA foi a necessidade de conceituar formalmente, segundo critérios científicos e jurídicos-formais, o que se entendia por Amazônia: “os modelos para produzir tais critérios, considerados 'objetivos' e 'racionais', são de inspiração naturalista, amarrados em conceitos biológicos, que permeavam inclusive argumentos demografistas e as categorias censitárias do IBGE” (ALMEIDA, 2008a, p. 29). Essa abordagem bio-organicista subordina os fenômenos sociológicos e culturais aos processos biológicos e de leis naturais, corroborando com uma imagem dual de Amazônia: a de paisagens naturais e harmoniosa (atributo positivo); e a civilizada (atributo negativo). Esse enfoque, que expressa o racionalismo moderno, noções preservacionistas e as idéias

³⁰⁶ FAULHABER, Priscila (2005). A história dos institutos de pesquisa na Amazônia. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago. p. 241-257.

³⁰⁷ Para Mendes e Sachs (1997, p. 135-6), a quarta onda de inserção da Amazônia no mundo refere-se a sua invocação ideológica, que aparece primeiramente pelo movimento ecologista (preservacionismo), depois como reserva mundial de energia (gás natural, potencial hidrelétrico, depósito de biomassa), como local estratégico à sobrevivência humana (pulmão do mundo, gigantesca biodiversidade) e, mais recentemente, como região central à sustentação da vida em si (banco genético; subsistência de Gaia) – todas para justificar cuidados especiais e intervenções externas, de cunho internacionalizante. A quinta onda refere-se às provocações geopolíticas, cuja tese central é a incapacidade dos povos amazônicos de preservarem a região. Pressuposto que marcaram as tentativas de criação o IIHA e demais projetos internacionais, e que continua permeando comentários de incompetência das autoridades brasileiras em cuidar desse 'patrimônio'. Um desses projetos foi o Programa Piloto para a Proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG7) (Decreto nº 563/92), que passou a vigorar a partir de 1992 (oficializado na Rio-92), financiado por doações da Comissão Européia (especialmente Alemanha, mas também França, Itália, Espanha), Reino Unido, Países Baixos, Estados Unidos, Canadá e Japão. A cooperação multilateral veio do Banco Mundial e PNUD. E foi complementado com contrapartida crescente do governo brasileiro, dos governos estaduais e de organizações da sociedade civil. Entre suas linhas de ações, esteve o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea).

BRASIL. Decreto nº 563, de 05 de Junho de 1992. *Institui o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e cria a Comissão de Coordenação*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=225696>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Programa Piloto para a Proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG7). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/ppg7/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁰⁸ BRASIL. Lei nº 1806, de 06 de Janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=163890>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁰⁹ Essa mesma lei cria o conceito de Amazônia Legal, que abarcou os estados do Amazonas, Pará e os territórios de Roraima (então Rio Branco), Rondônia (então Guaporé), do Acre e do Amapá. Além de uma parte dos estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás (atual Tocantins) – e que corresponde a 58% do território nacional. Poucas alterações foram feitas até o presente.

de progresso, se reflete também em outras oposições: progresso/atraso, modernidade/primitivo, racional/nativo, sedentarização/nomadismo³¹⁰, harmonia/desequilíbrio. Portanto, nesse momento as tentativas de inserção da região ao resto do país, além de terem cunho militarista (segurança nacional) e desenvolvimentista³¹¹ (que reforça a cisão civilização/natureza), também desconsideravam as particularidades de seus povos (urbano e rural) e sua história de interação com as outras regiões desde a colonização. Um pouco adiante retomaremos esse ponto.

Conforme menciona Oliveira (1994, p.87-8), a inserção da Amazônia no contexto de integração nacional ganhou contornos mais ostensivos com os projetos governamentais do regime militar, que pretendiam tanto a expansão econômica da região, quanto o domínio dessa área estratégica: a Operação Amazônia (em 1966), com o 'integrar para não entregar', que aparece com o Projeto Rondon (em 1967) e com as demais intervenções, como as políticas de povoamento, com caráter de colonização “através da imigração dirigida ou da atração e fixação de imigrantes espontâneos, mediante estímulos de toda ordem” (LIMA, 1973, p. 30). Os planos de ação dentro dessas diretrizes foram materializados nos seguintes instrumentos: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)³¹²; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³¹³, as Secretarias de Agricultura dos Governos dos Estados e Territórios, as Colônias Militares de Fronteira (onde se enquadra a fronteira tríplice Tabatinga-Letícia-Santa Rosa), o Estímulo à iniciativa privada e as estradas de Integração (transamazônica) (LIMA, 1973, p.31). Passa-se a conduzir o país segundo cada Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)³¹⁴. A região ganha o 1º Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) para 1972/74, sob a condução da

³¹⁰ Referência ao célebre discurso de Getúlio Vargas, ocorrido no Teatro Amazonas em 10 de outubro de 1940: “o nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto” (Getúlio Vargas, 10/10/1940, g.n. apud ALMEIDA, 2008a, p. 34)

³¹¹ Lembremos que nesta época vivia-se no contexto pós-Segunda Guerra e havia planos de cooperação para o desenvolvimento de países do Terceiro Mundo. Dentro dessa perspectiva, acreditava-se também que os países subdesenvolvidos precisavam atingir os mesmos níveis de industrialização (sinônimo de desenvolvimento, progresso, crescimento econômico) que os países do Primeiro Mundo. A visão desenvolvimentista se concretiza também nos anos do governo de Juscelino Kubitschek, com o 'cinquenta anos em cinco', cujo arrojado Plano de Metas resultou, entre outras coisas, na construção de Brasília e a rodovia Belém-Brasília, marco da integração econômica da Amazônia com o resto do país, segundo os modelos de desenvolvimento que vinham sendo adotados.

³¹² BRASIL. Lei nº 5173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5173.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³¹³ BRASIL. Decreto-lei nº 1110, de 09 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1988/Del1110.htm>>. Acesso em: 27 de jan, 2010.

³¹⁴ O 1º PND de 1972-74 teve como instrumento básico de ação o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Distribuição de Terras (Proterra).

SUDAM.

Dentro dessas políticas formaliza-se a Zona Franca de Manaus (ZFM), em 28 de Fevereiro de 1967³¹⁵, que já tinha trajetória desde 23 de outubro de 1951³¹⁶, como relatam José SERÁFICO e Marcelo SERÁFICO (2005, p. 101)³¹⁷, e que Pereira (2005) considera como o terceiro ciclo econômico da Amazônia. A ZFM estava subordinada à Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)³¹⁸ e teria vigor por 30 anos – prorrogado para 2013 pela Constituição de 1988 e para 2023 com a Reforma Tributária de 2003 (PEREIRA, 2005, p. 106). Segundo Seráfico e Seráfico, a criação da ZFM estava atrelada a circunstâncias políticas nacionais e mundiais: havia interesse em conduzir “a política econômica nacional de modo a privilegiar o capital estrangeiro no processo de apropriação e uso das forças produtivas do país” (idem, p. 100). Melhor dito, a concepção e implantação da ZFM são oriundas de movimento mais amplo de descentralização da produção capitalista para fora de suas zonas originárias, inserida em processo de implantação de Zonas Francas em todo mundo, acompanhado, sistematizado e difundido pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) (idem, p. 104)³¹⁹.

A ênfase que queremos dar é que as políticas governamentais de Getúlio Vargas ao regime militar refletem uma visão mais ampla de que a Amazônia era um vazio demográfico, isolada do dinamismo econômico do resto do país, uma área a ser ocupada

³¹⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 288, de 28 de Fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Alterado pelo Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975. Alterado pelo Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976. Alterado pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Alterado pela Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. Alterado pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos-leis/DecLei28867.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³¹⁶ “O próprio deputado Francisco Pereira da Silva parecia dar-se conta da necessidade de se encontrar novas soluções para a economia local. Pois foi ele quem apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.310, de 23 de outubro de 1951, em que propõe a criação em Manaus de um *porto franco*. Este projeto é que, emendado pelo deputado Maurício Joppert, foi convertido na Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, transformando o *porto* em Zona Franca de Manaus. Não obstante sua regulamentação pelo Decreto nº 47.754, de 2 de fevereiro de 1960, a Zona Franca só entra em vigor, efetivamente, a partir de 28 de fevereiro de 1967, quando é reestruturada pelo Decreto-Lei nº 288. Essa trajetória de quase dezesseis anos entre a apresentação do Projeto de Lei nº 1.310 e a assinatura do Decreto-Lei nº 288 foi acompanhada pela sistemática frustração das expectativas de setores da sociedade local quanto a medidas federais que permitissem a redinamização econômica do estado” (SERÁFICO & SERÁFICO, 2005, p. 101).

³¹⁷ SERÁFICO, José & SERÁFICO, Marcelo (2005). A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago. p. 99-113.

³¹⁸ BRASIL. Decreto nº 61.244, de 28 de agosto de 1967. Regulamenta o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 e cria a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D61244.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³¹⁹ Em Pereira (2005, p. 112-4) encontram-se as determinações da ONUDI para Zonas Francas e como estas se encontram fundamentadas na proposta de ZFM aprovada em 1967. Atualmente, a ZFM integra o Comitê de Zonas Francas das Américas (CFZA).

estrategicamente, com povos atrasados e incompetentes para gerar progresso³²⁰. Isso serviu como motor aos engendramentos governamentais, expressos nas políticas de desenvolvimento da região. Como explica Oliveira (1994, p.88),

o que é importante reter, é a formação talvez não de um consenso, que é um processo sociocultural de maior fôlego, mas de uma impressão de que os problemas da Amazônia eram tão grandes, imensos, que as sociedades, comunidades, tribos, nações indígenas e etnias locais e regionais não teriam forças, competência técnica, recursos financeiros, poderes abrangentes para superá-los. Essa é a raiz propriamente autoritária.

Sob o crivo das populações locais, podemos considerar que essa raiz autoritária à reconquista da Amazônia trouxe consigo a produção de sua invisibilidade (especialmente aquela da zona rural), isto é, tanto seu desprestígio (vide discussão de 'caboclo') como a desconsideração de sua existência (ocupantes de terras) e de seu *modus vivendi* adaptado ao contexto amazônico (as práticas agrícolas, de pesca, etc.). Tal qual sugere Rosineide Bentes (2005)³²¹, essa operação ganha contornos não apenas pelos projetos governamentais, mas também pela elite científica e intelectual brasileira (dominante no eixo centro-sul), desatenta ao conhecimento da história da região e que, por conseguinte, repercutiu em seu despreparo para valorizar as especificidades e entender o significado

³²⁰ Aqui fica marcado nosso foco principal neste capítulo: estamos tratando prioritariamente dos povos não-indígenas, em geral categorizados como seringueiros, extrativistas, varjeiros, ribeirinhos, caboclos, etc. Os povos indígenas, apesar de terem sofrido com os processos descritos (e até pior), receberam atenção governamental diferenciada desde o início do século XX, regime militar, Constituição de 1988 e governo atual. Alguns marcos importantes são: em 1910, cria-se o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (Decreto-Lei nº 8.072/1910), mais tarde (1918) apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI), conduzido inicialmente inicialmente pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Em 1967, o SPI dá lugar à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Em 1988, a Constituição reconhece as especificidades étnicas, culturais e direitos territoriais dos indígenas. (um resumo dos dispositivos da Constituição de 1988 a respeito da situação dos índios brasileiros pode ser encontrado no site da FUNAI). Em 1999, institui-se o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) (decreto 3156/99, lei 9836/99 e portaria do ministério da saúde nº 254/2002), pela transferência de recursos humanos e outros bens destinados às atividades de assistência à saúde da FUNAI para a Fundação nacional de Saúde (FUNASA) (BRASIL, 2002, p. 06-13).

BRASIL. Decreto-Lei nº 8072, de 20 de junho de 1910. Cria o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=48347>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. 2ª edição. Brasília: Ministério da Saúde: FUNASA. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/internet/Bibli_saudeInd.asp>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Os índios na constituição federal de 1988. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/indios_na_constitui.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³²¹ BENTES, Rosineide (2005). A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago. p. 225-240.

político-ideológico dos múltiplos ambientes e dos saberes dos povos amazônicos³²². Essa reinvenção da Amazônia se expressa pela 'fronteira' a ser civilizada:

A partir dos anos de 1970, os brasileiros passaram a ser educados na crença de que a Amazônia seria uma 'fronteira' – território vazio ou livre à margem do 'Brasil civilizado'. Negando a história regional através da idéia de que a região teria começado a ser efetivamente ocupada e integrada ao 'Brasil' (leia-se centro-sul) somente a partir da década de 1950, os esquemas de 'fronteira' invisibilizaram seus habitantes para exaltar o suposto pioneirismo do imigrante brasileiro (BENTES, 2005, p. 233).

Reforçado por Violeta Refkalefsky LOUREIRO (2004)³²³, as políticas de ocupação da Amazônia tinham por base a crença do 'vazio demográfico' e a invisibilidade/desprestígio de seus habitantes. A autora nos mostra, com muitos dados oficiais, que até o começo dos anos '60, 98,14% das terras amazônicas eram terras públicas, isto é, pertenciam à União e aos estados – a terra devoluta³²⁴. Eram terras “‘livres' do pondo de vista de que eram terras passíveis de serem trabalhadas, sem disputa, por pequenos posseiros³²⁵ (moradores sem título de propriedade de terra), naturais da região” (LOUREIRO, 2004, p. 17). As terras habitadas secularmente por milhares de posseiros passaram por uma reestruturação fundiária a partir da Operação Amazônia – que favorecera a entrada do grande capital estatal, multinacional e nacional (OLIVEIRA, 1994, p. 90) e a concessão de terras para as grandes empresas e grupos econômicos (LOUREIRO, 2004, p. 180). Essas terras foram vendidas, leiloadas, licitadas ou transferidas por aforamento ou venda

através de editais de jornais que circulavam apenas nas capitais, sem que colonos, extratores, pescadores, índios, garimpeiros, etc., enfim, os representantes do 'vazio demográfico' (que o governo alegava existir na região) tivessem conhecimento dessa venda das terras em que habitavam; seja porque ainda que tomassem conhecimento não dispunham de apoio

³²² Cabe uma ressalva. Bentes se refere à elite intelectual e científica brasileira representada pelos intelectuais do eixo centro-sul do país. Podemos dizer que essa imagem de dominância ainda persiste até o presente. No entanto, a produção de intelectuais do Norte não deve ser esquecida nesse cenário. No 'a invenção da Amazônia' (de 1974), publicado por Mendes, mas elaborado em conjunto com Edna Maria Ramos Castro, Roberto da Costa Ferreira e Jean Hebette, há contundentes contribuições à formação de uma estratégia para desenvolvimento regional da Amazônia. Nesse documento, há significativas colocações a respeito da região e de seus povos, que apesar de terem sido feitas na década de '70, podem perfeitamente ser lidas como feitas para o presente. O referido texto fora solicitado a Mendes pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) e destinava-se a constituir uma contribuição da Amazônia Oriental à elaboração do II PND. Mendes (2006, p. 63) relata que o manuscrito fora considerado teórico demais e não fora incorporado no plano. A Amazônia Oriental compreende Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão e parte do Mato Grosso. A Amazônia Ocidental compreende Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima e obteve incentivos particulares via legislação (o que inclui a ZFM).

³²³ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky (2004). *Amazônia: estado, homem, natureza*. 2ª Edição. Belém: Cejup. (Coleção amazoniana, 1).

³²⁴ “Terras públicas que, não estando destinadas a algum uso público federal, estadual ou municipal, e que também não se incorporaram ao domínio privado na forma e condições legalmente previstas (art. 5º do Decreto-Lei nº 9.760, de 05.09.1946), estando, por isso, livre para uso” (LOUREIRO, 2004, p. 17).

³²⁵ “Alguém que mora e cultiva uma terra sem ter o título de propriedade da mesma em seu nome. O morador (posseiro) tem a posse, mas não a propriedade da terra” (LOUREIRO, 2004, p. 17).

institucional para legitimarem a posse e permanecerem na terra; seja porque os novos proprietários ou foreiros das terras, desejando despojá-las de seus moradores naturais promoviam a 'limpeza do terreno', através de despejo judicial, de ameaça, da jagunçagem e da violência policial. Quando muito, ressarciam o posseiro com indenizações simbólicas, já que os critérios norteadores dessas indenizações excluía(m) a perda da floresta natural e o rio, de onde o Homem da Amazônia extraía, e ainda extrai, parte de sua subsistência (LOUREIRO, 2004, p. 115-6)

Os anos 70' e '80 (mas também os anos '90 e 2000 – vide caso do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, 12 de Fevereiro de 2005, no Pará)³²⁶ são marcados por grilagem, pistolagem, expulsão sumária dos posseiros e exploração espúria dos recursos naturais (mineração, madeira), que passam a fazer parte do universo amazônico. Tudo sob a conivência e aliança entre setores/ órgãos/ funcionários do Estado com empresários/ aventureiros/ grileiros – que segundo Loureiro e Pinto (2005, p. 82)³²⁷ até hoje fazem parte de muitas relações políticas e econômicas da região.

Além da violência consentida contra os habitantes locais, Oliveira (1994, p. 90) nos fala de distintas temporalidades entre os atores dessa reconquista: os atores e sujeitos locais (indígenas e não-indígenas), com organização social, padrões culturais, modo de ocupação da terra e uso/manejo dos recursos naturais intimamente relacionados aos ritmos da natureza; e os atores representantes do grande capital, pautados pela lógica da produtividade, progresso, e crescimento a qualquer custo. A consequência do conflito dessas temporalidades, decorrente de concepções axiológicas radialmente distintas, “não poderiam ser equivocadas: destruição das temporalidades anteriores, o que quer dizer degradação ambiental em sentido amplo e genocídio” (OLIVEIRA, 1994, p.91). Para Loureiro (2004, p. 119),

a interferência das novas políticas sobre o modo de vida das populações da Amazônia implica na perda de práticas culturais, tradições, memória social, formas de articulação com a natureza, práticas de sobrevivência social e instituições culturais diversas. O princípio da autodeterminação lhes é negado. A mudança, não se processa pelo desejo de mudança, mas pela violência e pela ruptura cultural de antigos modos de vida, face aos interesses de grupos econômicos apoiados num Estado capturado pelo grande capital.

A violência contra as populações amazônicas, como referido por Loureiro, não veio apenas pelas políticas econômicas de inspiração desenvolvimentista. Segundo Neli

³²⁶ Esse foi um fato que mobilizou a opinião pública internacional a respeito da (in)capacidade do governo brasileiro de lidar com a complexidade das problemáticas amazônicas. Uma das respostas veio pelos cientistas da Universidade de São Paulo, que pela revista 'Estudos Avançados' organizaram o Dossiê Amazônia Brasileira (nº 53 e 54).

³²⁷ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky & PINTO, Jax Nildo Aragão (2005). A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago. p. 77-98.

Aparecida MELLO (2006, p. 311)³²⁸, a Amazônia estava (e continua) colocada entre essas políticas progressistas e aquelas ambientais. A esse respeito, Diegues (2004b) mostra que a expansão da fronteira agrícola na Amazônia veio acompanhada da criação de algumas unidades de conservação (UC)³²⁹ importantes nessa região e cujas “propostas partiram sobretudo de preocupações científicas e ambientalistas, por causa do rápido desmatamento da Amazônia” (DIEGUES, 2004b, p. 115). As primeiras UCs na Amazônia foram criadas nos anos '70, por meio do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) (Decreto-Lei nº 289/67³³⁰) e previstas no PIN e no II PND, contendo diretrizes alinhadas ao viés

³²⁸ MELLO, Neli Aparecida de (2006). *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume.

³²⁹ Diegues (2004b), no capítulo 08 de seu livro, explica a trajetória de preocupação pela preservação das florestas vinha desde José Bonifácio, no início do século XIX, com a preocupação de preservar as florestas – e que Barreto Filho (2004, p. 54-5) precisa ter sido as primeiras medidas de preservação decretadas por dom João VI, ainda em 1817 e 1818 no Rio de Janeiro (e ao longo do século XIX, criadas reservas de floresta, jardins botânicos, horto florestais); de André Rebouças, ainda em 1876, com a proposta de criação de Parques Nacionais, seguindo o modelo norte-americano; de 1896, com criação do Serviço Florestal em São Paulo e, em 1921, pelo governo federal; de 1934, com a elaboração do 1º Código Florestal, em que se define 'Parque Nacional' e impulsiona a criação do primeiro Parque Nacional, o de Itatiaia, em 1937 (já defendida desde 1911). A partir daí, criaram-se mais Parques Nacionais e, posteriormente, outras modalidades de UC – cada uma com uma história e particularidade distinta. Dessa trajetória o importante a ressaltar é que o Brasil importou o modelo de Parque Nacional norte-americano, cujo viés preservacionista pressupunha a cisão entre o mundo natural e a presença de populações humanas nativas, tida como 'fator antrópico' e incoerente com os propósitos científicos, estéticos e educativos das elites – o alibi à expulsão dos habitantes de certas áreas. Uma visão que demorou a ser superada e que ainda encontra eco no pensamento ecológico radical atual. No cenário internacional, esse viés preservacionista mais estrito deu espaço, paulatinamente, à defesa das populações nas diferentes modalidades de UC (para história dessa trajetória, capítulo 07 do referido livro) e no Brasil, novamente, foram adotadas medidas segundo essa influência exterior. No entanto, algumas modalidades de UC foram criadas em função da mobilização nacional, como por exemplos a Reserva Extrativista (RESEX) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Todas as modalidades de UC estão contidas na lei 9985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que define UC como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, Art. 2º, I). Pelo SNUC, dividem-se as UC em dois tipos: 1) as Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica, Monumento Natural, Parque Estadual, Parque Nacional, Refúgio de Vida Silvestre, Reserva Biológica), cujo objetivo de preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais – ou seja, não permite a presença de habitantes; 2) as Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Proteção Ambiental Estadual, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Floresta Estadual, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural), que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais – permite a presença de habitantes. Para compilação dos dispositivos legais e históricos das UC no Brasil, cf. PAZ, Ronilson José; FREITAS, Getúlio Luís de; SOUZA, Elivan Arantes de (2006). *Unidades de conservação no Brasil: história de legislação*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade (2004). Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³³⁰ BRASIL. Decreto-Lei nº 289, de 28 de Fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0289.htm>. Acesso em: 27 de Jan. 2010.

preservacionista dos modelos de Parque Nacional importados dos EUA. O primeiro foi criado em 1974, o Parque Nacional da Amazônia (em Itaituba, Pará). Entre 1974 e 1984, a “década de progresso para os Parques Nacionais e áreas protegidas sul-americanos” (WETTERBERG, 1985 apud BARRETO FILHO, 2004, p. 58), foram criadas 20 UCs de proteção integral na Amazônia (04 Parques Nacionais; 05 Reservas Biológicas; 11 Estações Ecológicas) de um total de 38 no Brasil, no referido período. Número que continuou a crescer nos anos seguintes³³¹.

Um exemplo dado por Diegues (2004b), que representa a implementação de políticas de desenvolvimento e ambientais, é o do rio Trombetas (Pará), onde se implantou mineradora (Alcoa), hidrelétrica e mais duas áreas protegidas (Reserva Ecológica do rio Trombetas e a Floresta Nacional de Saracá-Taquara), desconsiderando completamente os remanescentes de quilombolas que ali residiam. Como colocado por Paul E. LITTLE (2004, p. 272)³³², “as áreas protegidas representam um tipo específico de território que (...) caberia na noção de razão instrumental do Estado” e adiciona que “representam uma vertente desenvolvimentista baseada nas noções de controle e planejamento”. O mesmo argumento é referido por Barreto Filho (2004, p. 59):

As condições de possibilidade de criação das UCs de Proteção Integral na Amazônia Brasileira, nas décadas de 1970 e 1980, e as instâncias responsáveis pela sua gestão enraízam-se num conjunto de ações engendrando no contexto do regime militar, visando um planejamento globalizante e integrado do desenvolvimento do país, de caráter centralizado e hegemonicamente econômico, e à apropriação da dimensão política do espaço, como forma de controle social.

Como vimos, essas terras da União foram sobrepostas às 'terras tradicionalmente ocupadas' de povos indígenas, quilombolas, extrativistas, etc., ignorando a existência prévia

³³¹ No site do Instituto Sociambiental encontra-se um quadro da criação de UCs na Amazônia Legal, com destaque para o número de UCs em cada mandato presidencial pós-regime militar. Ressaltamos que “antes de 1959 foram criadas 'Reservas Florestais' na Amazônia: 04 pelo presidente Hermes da Fonseca no Acre, em 1911, e 09 pelo presidente Jânio Quadros, em 1961, nos estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Mato Grosso. A maior parte dessas Reservas tornaram-se TIs (Terra Indígena) e UCs e a parte restante segue sem implementação e não estão protegidas”. De 1959 a 1985, 23 UCs de Proteção Integral (PI) e 03 de Uso Sustentável (US). Em 20/20/2009, soma-se um total de 310 UCs (Federais: 48 PI e 84 US; Estaduais: 62 PI e 116 US), que correspondem a 18,47% do território da Amazônia Legal (7,72% PI e 10,75% US). Somando-se às Terras Indígenas, que correspondem a 21,72% da Amazônia Legal, temos um total de 40,19% de áreas protegidas na Amazônia. Somente no estado do Amazonas, do total territorial do estado 21,71% são UCs e 27,25% TIs (total de 48,96%). Segundo o site da Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI) do Amazonas, são 178 TIs no estado (que correspondem a 30% do total de 584 TIs do Brasil). No site, encontram-se estatísticas da situação dessas TIs: a identificar (38), em identificação (23), identificadas (09), delimitadas (21), demarcadas (4), homologadas (83).

FUNDAÇÃO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS. Dados Estatísticos. Disponível em: <http://www.fepi.am.gov.br/programas_02.php?cod=1103>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Unidades de Conservação na Amazônia Legal. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/uc/quadro_geral>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³³² LITTLE, Paul E. (2004). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico 2002/2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 251-290.

de regimes de propriedade comum, as relações afetivas com o lugar, as memórias coletivas, etc. (LITTLE, 2004, p. 273). O resultado foram mortes, expulsão das terras, migração para a cidade, etc.

No entanto, alguns amazônidas resistiram à expulsão e passaram a se organizar em movimentos populares apoiados por instituições (adiante veremos quais) e, até certo ponto, pelo ambientalismo internacional, que a partir dos anos '80 passa a desempenhar significativa pressão no cenário nacional. Segundo Loureiro (2004, p. 120), “o conflito – reação política dos grupos subordinados – começa a fazer parte do cotidiano da vida social do Homem da Amazônia”. Essa dimensão de lutas políticas por direito à terra e aos recursos naturais foram, muitas vezes, deixadas de lado nas tentativas acadêmicas de categorização social, como pudemos observar no debate sobre 'caboclo'. É essencial compreendermos essa dimensão psicopolítica, pois esta ganha destaque na autodefinição de inúmeros grupos amazônidas, reflexo das novas estratégias de defesa territorial contra essa onda de expansão de fronteiras. É o que veremos a seguir.

11.5. ...e os povos e comunidades tradicionais

A razão instrumental do Estado, nos termos de Little (2004) e Almeida (2008a), se expressou pela expansão desenvolvimentista concretizada em estradas, projetos de mineração, hidrelétricas, ZFM; pela invasão de terras, florestas e águas, que trouxe novas tecnologias industriais de produção, agropecuária, pesca industrial, transportes, comunicação; e pela desconsideração/ desprestígio dos povos que já habitavam a região, reflexo: 1) do viés biologizante que coloca as questões ambientais como questões sem sujeitos, “que prioriza a descrição de ecossistemas e pretende uma forma de classificação ou 'zoneamento' exclusivamente por biomas. Para tanto, recorre a termos 'passivos' tomados às ciências naturais tais como 'indivíduos', 'coletividades' e 'população'” (ALMEIDA, 2008a, p. 64). 2) do viés desenvolvimentista, concordante com o primeiro, que igualam tradicional, atraso e subdesenvolvimento e, por isso mesmo, justifica mudanças, modernização e desenvolvimento dos povos locais.

A resistência a essas investidas transfigura-se sob o conflito, tal como defende Chaves (2009), “entre a lógica do capital e a lógica de ordenamento sócio-cultural das populações na região”, que marcaram e direcionaram as políticas públicas segundo uma natureza perversa: limitadas, precárias e seletiva. Por essa ótica, a invisibilidade do amazônida não se deu por falta de políticas públicas, mas pela completa inadequação das propostas governamentais à região, quando se adota o ponto de vista do povo local. Mas se a referência é a soberania nacional e a integração da região aos circuitos do capital em nível nacional e internacional, então tais políticas tinham sua coerência.

As tensões decorrentes desse embate, principalmente em função da disputa pela

posse da terra e do acesso aos recursos naturais entre os atores locais e os representantes do grande capital estatal, nacional e multinacional (OLIVEIRA, 2004, p. 90), materializou-se em formas de mobilizações, em que “as populações amazônidas enredaram-se numa luta por direitos, por políticas públicas coerentes com suas necessidades e por acesso aos recursos naturais” (CHAVES, 2009).

Segundo Little (2004, p. 268), esses movimentos foram obrigados a elaborar novas estratégias de defesa de suas áreas, forçando o Estado a admitir a existência de distintas formas de expressão territorial no seu marco legal. O autor cita o caso dos indígenas e quilombolas: algumas mobilizações desses grupos (anos '70 e '80) obtiveram apoio de organizações não-governamentais ambientalistas (especialmente internacionais) e de alguns setores da elite intelectual e científica brasileira (adicionando-se o início do governo civil em 1985, que abriu espaço para os amazônidas), o que resultou na criação de novas modalidades territoriais, como por exemplos as 'terras indígenas' e as dos 'remanescentes das comunidade quilombolas' – figuras jurídicas estabelecidas pela Constituição de 1988³³³.

Desse emaranhado de forças entre as políticas governamentais, o ambientalismo internacional (seja pela vertente preservacionista mais radical, conservacionistas ou socioambientalista³³⁴), o ambientalismo nacional (também com suas heterogeneidades) e as mobilizações locais (organizadas institucionalmente ou não), emergem os novos

³³³ No caso dos indígenas, o SPI havia demarcado no seu período de vigência 54 áreas indígenas, com especial destaque ao Parque Nacional do Xingu (criado em 1961). Já com a FUNAI, a promulgação do Estatuto do Índio (Lei nº 6001, de 19 de Dezembro de 1967). Mas “a partir da década de '80, os povos indígenas ganham mais força por meio da organização interna de suas sociedades, alianças regionais e nacionais entre distintas sociedades indígenas, e até presença no Congresso Nacional” (LITTLE, 2004, p. 269). Com o reconhecimento pela Constituição de 1988, veio o processo de identificação, delimitação, demarcação física, homologação e registro de terras. O governo tinha 5 anos para realizar todo esse processo, mas até hoje continua em andamento. Todo esse processo de reconhecimento de territórios, que vem acompanhado da revalorização da identidade indígena, reforçou o aparecimento de novas etnias, até antes tidas como inexistentes. No caso do Nordeste, isso começou a ocorrer “quando chegam ao conhecimento público reivindicações e mobilizações de povos indígenas que não eram reconhecidos pelo órgão indigenista nem estavam descritos na literatura etnológica” (OLIVEIRA FILHO, 1999b, p. 27). O autor, que argumenta sobre o ressurgimento de identidades étnicas (indígenas), mostra que em “em 1950, a relação de povos indígenas do Nordeste incluía 10 etnias; quarenta anos depois, em 1994, essa lista montava a 23” (idem, p. 11). No caso dos remanescentes de comunidades quilombolas, Little (2004, p. 269-270) explica que esse conceito jurídico de reconhecimento fundiário aparece na Constituição de 1988 graças a uma série de movimentos de organização política, cujo mote foi o surgimento da 'consciência negra', a partir dos anos '80. A visibilidade política veio por meio de associações, encontros regionais e nacionais. O processo de reconhecimento de terras foi mais demorado que o indígena e ainda continua em andamento. Igual aos indígenas, também há aumento de remanescentes de quilombolas desde tal reconhecimento governamental.

³³⁴ Segundo Lucila Pinsard VIANNA (2008, p. 225), “o socioambientalismo parte do princípio de que a inclusão das comunidades locais na tomada de decisão das políticas públicas é condição para sua eficácia, legitimação e sustentação política. A esse princípio soma-se outro, de igual importância: a promoção da repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais. O movimento se fortaleceu nos anos 2000 e incorporou definitivamente as populações tradicionais na discussão ambiental, valorizando principalmente seus conhecimentos sobre o ambiente natural e seu manejo dos recursos naturais sustentáveis”.

VIANNA, Lucila Pinsard (2008). *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume; FAPESP.

engendramentos a respeito das populações amazônicas, especialmente aquelas das áreas protegidas: as 'populações tradicionais'.

Vejamos esquematicamente quais as influências de cada uma dessas forças para a consolidação nessa nomenclatura, sem antes deixar de reforçar: dentro de cada um dos âmbitos a seres descritos há antagonismos, contradições e aproximações entre os atores envolvidos, próprios ao processo histórico e que modelam a história e afetam as transformações materiais. Isso se repercute tanto “no molde conceitual constituído para lidar com e fazer conhecer esses grupos sociais, a princípio sociologicamente invisíveis” (BARRETO FILHO, 2006, p. 110)³³⁵; e, por outro, “é objeto do trabalho histórico ativo de posição em situação realizado por esses mesmos grupos, que muitas vezes se apropriam da noção, situando-a e situando-se face a ela, definindo o que conta como 'população tradicional'” (idem, ibidem). Dito isso, pode-se dizer que há acontecimentos marcantes dentro de cada uma desses âmbitos e são estes que serão lembrados aqui.

11.5.1. No âmbito do ambientalismo internacional

Marie Roué (1997)³³⁶ apresenta que a palavra 'tradicional' deriva da sigla Traditional Ecological Knowledge (TEK), por influência de pesquisadores interdisciplinares de língua inglesa, que nos anos '70-'80 estudavam “os saberes da natureza das populações locais ou indígenas, na perspectiva de valorizar esses saberes para gerir os recursos naturais” (idem, p. 193).

Antes disso, a invenção das 'populações tradicionais'³³⁷ começa no âmbito do conservacionismo internacional a partir de 1960, quando a IUCN (criada em 1948) estabeleceu a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, com o intuito de promover, monitorar e orientar o manejo desses territórios (DIEGUES, 2004b, p. 99). Em 1962, esta entidade organiza a I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais (Seattle/1962), onde admitiu-se haver algumas exceções de ocupação humana em áreas protegidas. Sugeriu-se a proposta da divisão dos parques em zonas, para atividades humanas permitidas ou não em cada delas – o princípio de zoneamento (BARRETO FILHO, 2006, p. 112). Na 10ª Assembléia-Geral da IUCN (Nova Déli, Índia/ 1969), 11ª (Banff,

³³⁵ BARRETO FILHO, Henyo Trindade (2006). Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (eds.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*.

³³⁶ ROUÉ, Marie (1997). Novas perspectivas em etnoecologia: 'saberes tradicionais' e gestão dos recursos naturais. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de & PINTON, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA.

³³⁷ Organismos internacionais (Banco Mundial, IUCN, etc.) utilizam a palavra *indigenous*, *native* e *tribal people*. A tradução para português de *indigenous* não corresponde exatamente a 'indígena', podendo significar também 'nativo'. Em função dessa variação, o 'tradicional' pode ser a tradução para *indigenous people*, dependendo do contexto em que é utilizado. Daí uma primeira confusão não apenas terminológica, mas conceitual. No Brasil, em geral povos indígenas é utilizado com o significado de 'etnia'. E 'tradicional' designa tanto os indígenas quanto os não-indígenas. Adiante seguiremos essa discussão.

Canadá/1972), 12ª (Zaire/1975) e demais eventos/documentos organizados pela instituição³³⁸, assim como nos Congressos Mundiais de Parques Nacionais³³⁹ – incluindo-se também o advento do DS – gradativamente se redefiniu 'Parques Nacionais' (e as outras modalidades de UC) e se passou a reconhecer que as populações humanas eram parte do ecossistema, com suas culturas originárias (agricultura adaptada e herança cultural) e diversidade cultural.

Passou-se também a considerar que tais populações eram importantes à conservação das áreas protegidas, poderiam permanecer nesses territórios e deveriam ser convencidas a preservar o ambiente em que vivem, estabelecendo-se planos de manejo conjunto com os administradores dessas áreas – mas restringindo-lhe suas ações caso fossem degradantes do ambiente. Ou seja, apesar da tendência socioambientalista/conservacionista parecerem se manifestar com maior preponderância, as visões preservacionistas mais radicais ainda se presentificaram no movimento de redefinições de áreas protegidas. Obviamente, o reconhecimento do direito das populações permanecerem em suas 'terras tradicionalmente ocupadas', mesmo que sob certas condições, não resulta apenas da disputa de cientistas, ONGs e formuladores de políticas, mas também da emergência de conflitos e manifestações dessas populações, que se aliam a um ou outro grupo para defender seus interesses.

Dentro dessa perspectiva, Barreto Filho (2006, p. 115-6) mostra que a idéia de desenvolvimento comunitário, via co-gestão do uso e manejo de recursos naturais nas UCs, tem como mote engajar as populações para os fins últimos da conservação. Em outras palavras, convencer os habitantes a aderir a planos de conservação significa harmonizar conflitos e assimetrias decorrentes da visão dominante imposta a eles, isto é, utiliza-se seus saberes de forma instrumental para manter intactas certas áreas. Essa é uma abordagem que carrega consigo uma ambivalência: de um lado, reconhece-se seus saberes e estimula-se sua participação nas tomadas de decisão e a concessão para reprodução social naquele ambiente; por outro, estas são induções segundo interesses exógenos que tentam integrar desenvolvimento e conservação – com o peso mais forte para esta última.

Esse interesse vindo do exterior refere-se, principalmente, a um dos desdobramentos das discussões do DS: os saberes tradicionais, expressos entre outras formas pelo uso/manejo de recursos naturais dessas populações, são práticas históricas de adaptação que refletem níveis de sustentabilidade ecológica ressonantes com o que se

³³⁸ Como por exemplo o 'World Conservation Strategy' (de 1980); Conferência 'Conservação e Desenvolvimento: pondo em prática a estratégia mundial para a conservação' (Ottawa, Canadá/ 1986); 'Manual para manejo de áreas protegidas nos trópicos' (de 1986); 'From Strategy to action' (1988, para implementar as considerações do 'Nosso Futuro Comum'); 'Cuidar de la Tierra' (de 1991, em parceria com a WWF e PNUMA).

³³⁹ 2º em Yellowstone, EUA/1972; 3º em Bali, Indonésia/1982; 4º em Caracas, Venezuela/1992; 5º em Durban, África do Sul/2003.

entende por DS. Como apontam Deborah M. Lima & Jorge POZZOBON (2005)³⁴⁰, se num primeiro momento o critério de racionalidade econômica capitalista ordenava os segmentos sociais de acordo com seu grau de desenvolvimento e integração ao mercado, o que colocava os amazônidas em segundo plano, num segundo momento o emprego de critérios de sustentabilidade ecológica atribui a esses segmentos sociais antes inferiorizados valoração ecológica positiva, dando-lhe um novo status: de degradadores a guardiões da floresta.

A sustentabilidade ecológica caminha lado a lado com a sustentabilidade social e econômica desses grupos, o que traz um desafio aos cientistas e formuladores de políticas: como manter a floresta de pé e rentável às populações locais, se aos detentores do grande capital ela é mais valiosa economicamente derrubada? Uns falam em mercadorias materiais extraídas da floresta. Daí vêm o estímulo a práticas de manejo de produtos ventáveis ao mercado, como produção de artesanatos, extração de produtos florestais, piscicultura, etc., e o combate à biopirataria, extração ilegal de madeira, minérios, etc.³⁴¹ Outros apontam que uma fonte de valor mais preciosa são os serviços ambientais da floresta. Nessa linha, Fearnside (1997, p. 314)³⁴² sugere “converter serviços como a manutenção da biodiversidade, o armazenamento de carbono e a ciclagem da água em fluxos monetários, que possam apoiar uma população de guardiões da floresta”.

Dentro desse contexto de mudanças climáticas globais, redução do desmatamento e conservação da biodiversidade, o amadurecimento da idéia de Prestação de Serviços Ambientais (PSA) ganhou contornos no estado do Amazonas, como menciona Viana (2008,

³⁴⁰ LIMA, Deborah de Magalhães & POZZOBON, Jorge (2005). Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estudos Avançados*, n° 54, p. 45-76.

³⁴¹ Um esforço governamental do estado do Amazonas nesse sentido foi a criação do Programa Zona Franca Verde (ZFV), para promover o DS do estado a partir de sistemas de produção florestal, pesca, agropecuária a atividades de turismo, sob bases ecologicamente saudáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, associadas à gestão de unidades de conservação e a promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas. De acordo com Viana (2008, p. 143) “no período de 2003-2007, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas formulou e coordenou a implementação de uma série de instrumentos inovadores de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável, com especial ênfase para a conservação ambiental, combate à pobreza e mudanças climáticas. Essa política de sustentabilidade foi denominada como Zona Franca Verde para facilitar sua compreensão pela população em geral. 'Zona Franca', no Amazonas, é sinônimo de emprego e renda; o 'verde' nos remete à floresta. 'Zona Franca Verde', portanto, foi definido como um programa de geração de emprego e renda a partir do uso sustentável dos recursos naturais de florestas, rios e lagos, com o objetivo de valorizar a floresta em pé e assim gerar emprego e renda e promover a conservação ambiental”. VIANA, Virgílio Maurício (2008). Bolsa Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 22, n° 64, Dec., p. 143-153. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁴² FEARNSIDE, Philip Martin (1997). Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

p. 145), pela Lei Estadual nº 3135/07³⁴³ (que define a base legal para posterior criação do Programa Bolsa Floresta – PBF) e a Lei Complementar nº 53/07³⁴⁴ (que define o conceito de 'comunidades tradicionais'³⁴⁵, produtos³⁴⁶ e serviços ambientais³⁴⁷). Para implementar a primeira, foi criado o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA)³⁴⁸. A gestão das UCs estaduais cabe ao Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC)³⁴⁹, com uma Coordenação de Populações Tradicionais (CPT)³⁵⁰. E a gestão do PBF³⁵¹ sob responsabilidade da também criada Fundação Amazonas Sustentável (FAS)³⁵².

Em suma, vimos que a trajetória de influência internacional das definições da noção de 'populações tradicionais' no Brasil inicia pela atribuição do status de 'fator antrópico' aos habitantes de áreas protegidas, decorrente de um viés preservacionista radical que dominava o círculo das ciências naturais desde seus primórdios. À medida que a emergência de conflitos sociais e de outras abordagens ambientalistas vieram agregando pontos de vista distintos a respeito da preservação integral, passou-se a considerar que a existência de habitantes nesses locais seria possível de alguma maneira – mesmo que

³⁴³ ESTADO DO AMAZONAS. Lei Estadual nº 3135, de 04 de Junho de 2007. Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/pagina_interna.php?cod=33>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁴⁴ ESTADO DO AMAZONAS. Lei Complementar nº 53, de 05 de Junho de 2007. Regulamenta o inciso V do artigo 230 e o § 1º do artigo 231 da Constituição Estadual, institui o sistema estadual de unidades de conservação – SEUC, dispondo sobre infrações e penalidades e estabelecendo outras providências. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/pagina_interna.php?cod=33>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁴⁵ COMUNIDADE TRADICIONAL - grupo rural culturalmente diferenciado, que se reconhece como tal, com formas próprias de organização social, e que utiliza os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, com relevância para conservação e utilização sustentável da diversidade biológica.

³⁴⁶ PRODUTO AMBIENTAL - produtos oriundos dos serviços ambientais, inclusive o carbono acumulado na biomassa e outros, associados ao uso e conservação dos ecossistemas.

³⁴⁷ SERVIÇO AMBIENTAL - o armazenamento de estoques de carbono, o sequestro de carbono, a produção de gases, água, sua filtração e limpeza naturais, o equilíbrio do ciclo hidrológico, a conservação da biodiversidade, a conservação do solo e a manutenção da vitalidade dos ecossistemas, a paisagem, o equilíbrio climático, o conforto térmico, e outros processos que gerem benefícios decorrentes do manejo e da preservação dos ecossistemas naturais ou modificados pela ação humana.

³⁴⁸ ESTADO DO AMAZONAS. Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA). Disponível em: <<http://www.mmcricoes.com/ceclima/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁴⁹ ESTADO DO AMAZONAS. Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC). Disponível em: <<http://www.ceuc.sds.am.gov.br/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁵⁰ Segundo o site do CEUC “o CPT tem como desafio contribuir na organização social das comunidades tradicionais com o intuito de subsidiar e implementar políticas públicas nas unidades de conservação que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações e a conservação ambiental. Formado por uma equipe multidisciplinar, o CPT apóia a gestão participativa, formação dos Conselhos Gestores e o envolvimento da sociedade na elaboração dos Planos de Gestão das Unidades”. Até final de 2009, essa coordenação não possuía profissionais com formação em ciências humanas ou sociais.

³⁵¹ Até o início de 2010, eram 04 modalidades de PBF: Bolsa Floresta Renda - incentivo à produção sustentável; Bolsa Floresta Social - investimentos em saúde, educação, transporte e comunicação; Bolsa Floresta Associação - fortalecimento da associação e controle social do programa; Bolsa Floresta Familiar - envolvimento das famílias na redução do desmatamento.

³⁵² FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL. Disponível em: <<http://www.fas-amazonas.org/pt/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

controlada. Com a consolidação das discussões de DS, inicia-se uma mudança gradativa desse status inicial: passa-se a colocar os conhecimentos tradicionais como aspecto chave à conservação da biodiversidade e a modelos alternativos de desenvolvimento. Nesse momento, os habitantes de UCs começam a receber o status de protagonistas: guardiões da floresta e prestadores de serviços preciosos não só à preservação da floresta, mas à humanidade como um todo. Não obstante essa mudança de status venha visibilizar e privilegiar as 'populações tradicionais', "as expectativas conservadoras dos modelos de uso sustentável podem conspirar contra a autonomia desses mesmos grupos decidirem o seu futuro frente às aspirações modernas de níveis de consumo e bem-estar" (BARRETO FILHO, 2006, p. 137)".

Vianna (2008, p. 250) aponta que em documentos desta década, publicados pela IUCN e pelo Programa de Trabalho para Áreas Protegidas da CDB³⁵³, estabelecidos na decisão VI/28 da COP-7 (de 2001), se fazem referências a indigenous people e às local communities, "pois a noção sugere que elas possam ou queiram permanecer nas mesmas condições em que viviam ao serem assim classificadas" (ISA, 2005, p. 182 apud idem, ibidem). Isso não necessariamente quer dizer o abandono das expectativas conservadoras, mas uma abertura, no nível discursivo, para melhor definição de habitantes em áreas protegidas. Em 2006, o governo brasileiro, signatário da CDB e concordante com as propostas do programa recém mencionado, institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (Decreto nº 5758/06)³⁵⁴ para fazer valer os acordos firmados. Neste, não se menciona 'populações tradicionais', mas 'povos indígenas', 'comunidades quilombolas', 'comunidades locais', 'comunidades de pescadores', 'comunidades extrativistas' e 'populações extrativistas tradicionais'. O decreto é uma óbvia ressonância dessa influência exógenas, pois no âmbito nacional se utilizava o termo 'populações tradicionais' (SNUC) e no Decreto nº 6040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), se definiu 'povos e comunidades tradicionais'. Mais adiante retomaremos esse ponto.

11.5.2. A apropriação no âmbito nacional

Para Barreto Filho (2006), a incorporação da noção de 'populações tradicionais' pela agendas ambientalistas da sociedade civil e poder público no Brasil foi influenciada por alguns vetores, nem sempre homogêneos e/ou concordantes entre si: 1) pela influência das discussões no âmbito internacional sob o crivo das UCs, que tendem a generalizar a noção

³⁵³ Um amplo acordo de conservação *in situ* firmado pela comunidade internacional.

³⁵⁴ BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

para qualquer grupo (critério não-étnico) detentor de conhecimentos favoráveis à conservação, apesar dos antagonismos entre as visões ecológicas mais radicais e aquelas mais 'sociais'; 2) pela tradição do pensamento social brasileiro, cuja caracterização de tipos culturais regionais se pauta em conceitos de sociedades/culturas 'rústicas'³⁵⁵ numa narrativa hegemônica de miscigenação; 3) pelas mobilizações locais, cujos atores passaram a incorporar essa variável ambiental como dimensão de suas lutas políticas por direito a terras e acesso a recursos naturais.

O primeiro vetor já foi discutido acima, sem antes deixar de sumarizar: Diegues (2004b, p.125) coloca que a visão preservacionista norte-americana de natureza intocada influenciou e continua influenciando uma série de entidades nacionais (governais, não-governamentais, empresariais, científicas, etc.), como por exemplo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, promulgado pela Lei 7735/89³⁵⁶), em geral dominada por cientistas naturais, que colocam a conservação da diversidade predominantemente em termos ecológicos, e não culturais³⁵⁷. Little (2004, p. 274) mostra que um dos palcos do embate entre as visões mais radicais e aquelas mais moderadas foi a tramitação da lei que regulamentou o SNUC: após 10 anos de discussões no congresso nacional, não houve acordo de quem são as 'populações tradicionais' e excluiu-se a cláusula com sua definição³⁵⁸.

Do vetor da apropriação nacional, quem inicia tais discussões no plano acadêmico é o cientista social Diegues, sob o crivo da defesa da permanência de habitantes em UCs. Boa parte das posteriores apropriações e discussões do termo decorreram de suas produções. O autor (2004b, p.75-98) descreve que há certa confusão no uso dos termos 'populações tradicionais', 'sociedades tradicionais', 'culturas tradicionais' e 'comunidades

³⁵⁵ Referência à obra de Darcy Ribeiro (1995), para quem a cultura rústica representa a soma das distintas formações regionais do Brasil colonial, a saber, a cultura crioula, caipira (no litoral, caíçara), cabocla, sertaneja e sulista.

³⁵⁶ BRASIL. Lei nº 7735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7735.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁵⁷ No site do IBAMA temos a seguinte descrição: “além de objetivar a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, visa também assegurar o desenvolvimento econômico, mas com racionalidade de uso dos recursos naturais. Foi um grande avanço, principalmente numa época onde a visão que existia era a de desenvolvimento a qualquer preço”.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Histórico. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/historico/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁵⁸ O inciso vetado fora proposto por Diegues (contido no PL 2892): “População tradicional: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável” (LITTLE, 2004, p. 274). Para entender a trajetória de discussões do SNUC e da consideração a respeito das 'populações tradicionais', cf. Vianna (2008, p. 232-239).

tradicionais' ao se referirem a grupos não-indígenas no Brasil³⁵⁹. Dependendo da leitura feita, em geral pelas ciências sociais, cada um desses termos se refere a algo diferente³⁶⁰. Além de recapitular as diferenças de compreensão das abordagens em Antropologia a respeito da influência mútua cultura/ambiente, Diegues recupera as produções científicas que colocam em debate os termos acima (dentro das leituras de campesinato histórico), mostrando como em tais teorizações se acentua a diferenciação de certos grupos sociais segundo distintos critérios: se são autônomos ou não em relação à sociedade capitalista e qual o grau de dependência; do grau de relação com a natureza, que define sua territorialidade³⁶¹; se a cultura está mais ou menos atrelada ao modo de produção capitalista ou à pequena produção mercantil³⁶²; e como, além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o locus das representações e do imaginário mitológico desses grupos.

Diegues (2004b, p. 87-8) caracteriza as culturas e sociedades tradicionais pela:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus

³⁵⁹ Além da confusão do inglês para *indigenous* e *tribal*, já referidas acima.

³⁶⁰ Nas obras de Foster, Firth, Redfield, Godelier, por exemplo, fala-se em *part society* (sociedades parciais) e em *folk* (sociedade camponesa, diferenciadas das sociedades primitivas), *peasant* (camponês), cultura/sociedades tradicionais de camponeses. Dassman, em *ecosystem people* (povo do ecossistema).

³⁶¹ “a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (Godelier, 1984) (...) o território depende não somente do tipo de meio-físico explorado, mas também das relações sociais existentes” (DIEGUES, 2004b, p. 83).

³⁶² “É importante recordar que o modo de produção que caracteriza essas formas sociais de produção é o da pequena produção mercantil; isto é, ainda que produzam mercadoria para venda, são sociedades que garantem sua subsistência por meio da pequena agricultura, pequena pesca, extrativismo. São formas de produção em que o trabalho assalariado é ocasional e não é uma relação dominante, prevalecendo o trabalho autônomo ou familiar. E a pequena produção mercantil, como bem lembrou Barel (1974), é uma forma social que tem história muito mais longa que a dominante, como a feudal e a capitalista. A ordem escravocrata e a feudal desapareceram, mas a pequena produção mercantil continua existindo, e mesmo na sociedade capitalista, em certos momentos históricos e em certas regiões, ela floresce, para depois entrar em crise (o que sucede, por exemplo, nos bolsões de economia de subsistência, em certas regiões mais isoladas)” (DIEGUES, 2004b, p. 90). O autor ainda complementa que a longa permanência histórica desse modo de produção se deve ao seu sistema de produção e reprodução ecológica e social: são mais homogêneas e igualitárias; com baixa acumulação de capital; os laços de parentesco e compadrio determinam a forma de acesso aos recursos naturais, a organização do trabalho (mutirões, solidariedade grupal) e sua distribuição; tecnologias de baixo impacto ambiental; baixa densidade populacional; as festas, lendas, simbologias míticas e religião trazem coesão social, apesar de também haverem conflitos internos.

antepassados;

e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;

f) reduzida acumulação de capital;

g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

h) importância das simbologias, mitos, rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;

i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;

j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;

k) autodefinição ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

O autor alerta que esses critérios se baseiam na noção de 'tipo ideal' e que nenhuma cultura/sociedade tradicional existem em estado puro, devido ao maior ou menor peso de cada um desses fatores e grau de articulação com o modo de produção capitalista, que vêm alterando sua configuração primária (DIEGUES, 2004b, p.92). Essa configuração primária das 'culturas rústicas' fora constituída ainda no período colonial, a partir das miscigenações entre brancos, negros e índios, sob circunstâncias econômicas, geográficas, históricas, bio-físicas, etc, como relembra Rinaldo Sérgio Vieira ARRUDA (1997)³⁶³ – que adiciona às 'populações tradicionais' também os povos indígenas. Alguns cientistas brasileiros (e os brasilianistas estrangeiros) estudaram e descreveram esses tipos característicos na constituição da sociedade brasileira, que Diegues & Arruda (2001)³⁶⁴ apontam como exemplo empírico das 'sociedades tradicionais' os açorianos, babaqueiros, caboclos/ribeirinhos amazônicos³⁶⁵, caiçaras, caipiras/sitiantes, campeiros (pastoreio), jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, quilombolas,

³⁶³ ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira (1997). Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Vol. 1 Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁶⁴ _____ & ARRUDA, Rinaldo, S. V. (orgs.) (2001). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP. (Biodiversidade, 4). Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁶⁵ Benchimol (1999, p. 28), ao abordar os 'povos ribeirinhos', menciona 63 diferentes tipos humanos que os compõem: fazendeiros, vaqueiros, criadores de búfalo em Marajó, parauaras, coletores de castanha, piaçabeiros, tiradores de pau-rosa, brincantes dos bumbas, cultivadores de juta e malva, curandeiros, descendentes de cabanos, peixeiros, fabricantes de mixira, etc.

sertanejos/vaqueiros, varjeiros (ribeirinhos não-amazônicos) e indígenas³⁶⁶.

Diegues e Arruda (2001) reconhecem que há confusões e ambiguidades terminológicas nas discussões a respeito das 'sociedades tradicionais', mas dentro de um panorama crescente de conservação da biodiversidade aliada à sociodiversidade, uma série de dispositivos legais vêm reconhecer os direitos desses grupos sociais sobre seus territórios e seus saberes/conhecimentos tradicionais³⁶⁷ como elemento essencial à conservação, por isso a importância do estabelecimento desses tipos. No entanto, fazem uma ressalva:

Estamos cientes, ainda assim, das limitações de tais definições já que, a rigor, todas as culturas e sociedades têm uma 'tradição'. Por outro lado, tipologias como essas, baseadas num conjunto de 'traços culturais' empíricos tendem a apresentar rigidez simplificadora, dificultando a análise dessas sociedades e culturas como fluxos socioculturais dinâmicos e em permanente transformação. No contexto sociopolítico em que tais populações estão inseridas, essa caracterização é a que tem, muitas vezes, legitimado uma identidade diferenciada e fundamentado, no plano das relações com o Estado, a reivindicação por direitos territoriais e culturais específicos. Por um lado, se a fidelidade a esses 'traços socioculturais' lhes dá certo poder de negociação com o Estado, veda-lhes, por outro, o caminho para qualquer transformação sociocultural posterior, inviabilizando seu devir como sociedades e culturas diferenciadas, com direitos específicos. É o que vem ocorrendo, por exemplo, com as populações rurais nas unidades de conservação, onde, algumas vezes, são processados levantamentos de 'populações tradicionais' numa visão naturalista, de modo a permitir a expulsão daquelas que não correspondam traço a traço à definição de 'tradicionalidade', e ao mesmo tempo, são estabelecidas regras rígidas (propositalmente ignorantes da dinâmica de uso 'tradicional') para a utilização dos recursos naturais dessas áreas, acopladas a um sistema de vigilância marcado pela repressão a qualquer afastamento do modelo de 'tradicionalidade' aceito (DIEGUES & ARRUDA, 2001, p. 26).

Por essa ressalva dos autores, podemos perceber também que há um subsequente uso político e social a partir da formulação dessas noções, não obstante carreguem consigo

³⁶⁶ Para Diegues & Arruda (2001, p.26), “Exemplos empíricos de populações não-tradicionais são os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas de beneficiamento de palmito ou outros recursos e madeireiros”. Em seu texto, os autores utilizam a noção de 'sociedades tradicionais' “para definir grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos” (idem, ibidem).

³⁶⁷ “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo para as indígenas, há uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Para tais comunidades, não há uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o 'natural' e o 'social', mas sim um *continuum* entre ambos” (DIEGUES & ARRUDA, 2001, p. 31).

problemas de ordem conceitual³⁶⁸. Little (2004, p. 282) aponta quatro contextos para esses usos: 1) no contexto das fronteiras em expansão, o termo engloba interesses de grupos sociais que defendem seus territórios; 2) no contexto ambientalista (as tendências mais radicais), o termo vem designar os grupos de 'residentes'³⁶⁹ das UC de proteção integral que se constituíram como obstáculo aos propósitos preservacionistas; 3) noutro contexto ambientalista (mais próximo do socioambientalismo), o termo referenda os grupos sociais que demonstram formas históricas de uso sustentável de recursos naturais e, por isso, se aproximar dos interesses de conservação pela co-gestão do território; 4) no contexto do debate de autonomia territorial (Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT)³⁷⁰, o termo vem cumprir função central no reconhecimento de povos, especialmente via autodefinição.

Como indicam Diegues & Arruda (2001, p. 27), um dos critérios mais importantes da definição das 'populações tradicionais' é o autoreconhecimento como pertencente a um determinado grupo – portanto, uma questão identitária que remete ao uso político dessa noção. A esse respeito, Lima e Pozzobon (2005) argumentam que as recentes discussões de DS trazem o critério de sustentabilidade ecológica como uma nova base para classificação da diversidade social da Amazônia. E tais segmentos sociais “incorporaram a marca ecológica às suas identidades políticas como estratégia para legitimar novas e

³⁶⁸ Barreto Filho (2006, p. 131) critica o uso de 'populações', por ser referente a: 1) abordagem ecologista simplificadora, que naturaliza esses grupos como parte da paisagem natural (igual às populações de animais, etc., que são parte do ecossistema a ser protegido e encontram-se em uma espécie de sintonia natural com a natureza, que não deve ser alterada); 2) clivagem demografista atomizadora, que apaga distinções e singularidades em favor da orientação censitária (com a lógica de controle social e de produção de conhecimento para atender aos objetivos de intervenções governamentalizadoras). E critica o uso de 'tradicionais', usado como sinônimo de arcaico, atrasado, primitivo, entre outros termos imprecisos e simplificadores, “alguns dos quais a antropologia contemporânea conservou por comodidade e preguiça intelectual para designar certo tipo de sociedade – indicam o quadro simétrico e inverso do modernismo ocidental (Copans, 1989). São categorias classificatórias construídas de fora, ou seja, como nós nos referimos aos nossos olhos e a partir das nossas preocupações – e não como o conjunto diferenciado de grupos que reunimos sob a rubrica 'tradicional' se definem” (idem, p. 132).

³⁶⁹ Residente é um termo utilizado, dentro desse contexto, na tentativa de desvincular o grupo social da sua relação intrínseca com o território a ser preservado. Assim, tais pessoas podem ser expulsas e residir em outra localidade.

³⁷⁰ A *Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, versa a respeito das aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram. No artigo 1º, a Convenção postula: “a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção”. O governo brasileiro promulgou a Convenção 169 da OIT por meio do Decreto nº 5.051/04.

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

antigas reivindicações sociais” (idem, p. 45)³⁷¹. O cunho político do uso dessa noção pelas 'populações tradicionais', que configura também o terceiro vetor de influências de sua apropriação nacional, será destacado mais adiante.

Antes de prosseguir, uma consideração apontada por Vianna (2008), que traz um contraponto às leituras de viés miscigenista e explicita a crítica às discussões a respeito das 'populações tradicionais' em UCs:

Descritas como pequenos grupos isolados e cuja subsistência depende diretamente dos recursos naturais, os argumentos em favor dessas populações se reduzem à sua alegada relação harmônica com a natureza, mesmo quando se trata de discussões supostamente técnicas ou científicas ou para sustentar politicamente sua permanência em unidades de conservação de uso restrito, tanto por parte dos conservacionistas quanto das próprias populações. O que aconteceu historicamente, no movimento ambientalista e no poder público, foi uma idealização dessas populações permeada de referências associadas a povos 'primitivos', 'harmônicos', 'simbióticos' e 'conservacionistas'. Dois desdobramentos importantes dessas idéias são a naturalização dessas populações e seu 'congelamento', ou crença de que quaisquer mudanças podem alterar seus padrões 'tradicionais' – e, portanto, 'harmônicos' – de ocupação, considerados adequados para a conservação da biodiversidade. Dito de outro modo, espera-se que o contexto de ocupação das 'populações tradicionais' seja imutável e, mais ainda, acredita-se que, a partir de sua 'desarmonização' com a natureza – entenda-se mudanças ou modernização –, essas populações não mais poderão permanecer na unidade de conservação. Assim, busca-se um modelo de ocupação e comportamento que não supunha mudanças no impacto de suas atividades sobre o meio (VIANNA, 2008, p. 242).

Alguns apontamentos são necessários. Em nosso ponto de vista, a autora não dá o devido peso aos antagonismos presentes nos interesses e disputas científicas, ideológicas, políticas, etc., inerentes ao engendramento das 'populações tradicionais'. A defesa de que a estreita proximidade de certos segmentos sociais com a natureza (as 'culturas rústicas', os

³⁷¹ Lima e Pozzobon (2005) elaboram esboço de uma nova proposta de classificação socioambiental da ocupação humana e da diversidade cultural da Amazônia brasileira, segundo o critério de sustentabilidade ecológica – uma tentativa de superar as críticas das tipificações das classificações anteriores. Os autores argumentam que antigas dicotomias (Homem/natureza) devem dar espaço para “abordagens mais empíricas do que teóricas para estudar a relação entre populações e ecossistemas. Uma análise baseada na verificação empírica da sustentabilidade dos usos que fazem as populações humanas dos ecossistemas, produz, desta forma, uma ordenação da diversidade social segundo critérios ambientais. O emprego do critério de sustentabilidade – que substitui o de 'adaptação' da abordagem teórica evolucionária – permite enumerar as diferentes formas de uso que as populações fazem do meio ambiente, considerando suas diferenças genéricas em termos de inserção na economia de mercado e posse de uma tradição ou história ecológica” (idem, p.47). São 09 categorias socioambientais de produtores rurais: 1) povos indígenas de comércio esporádico; 2) povos indígenas de comércio recorrente; 3) povos indígenas dependentes da produção mercantil; 4) pequenos produtores 'tradicionais'; 5) latifúndios 'tradicionais'; 6) latifúndios recentes; 7) migrantes/fronteira; 8) grandes projetos; 9) exploradores itinerantes. Em cada uma destas, se atribui um grau de sustentabilidade ecológica (impacto ambiental de sua ocupação: muito baixa, baixa, média, alta, muito alta), de cultura ecológica (o tipo de conhecimento que têm a respeito do ambiente que ocupa: mitógena, 'tradicional cabocla', não formada, emergente, aplicada, depredatória) e a orientação econômica (autóctone, consuntiva, rentária, lucrativa).

'tipos'), que lhes confere conhecimentos que permitem o manejo de recursos de modo ecologicamente sustentável, vem como ponderação à visão preservacionista radical exógena de que grupos que habitam certas áreas – sem considerar que estão ali há gerações – são atrasados e degradadores do ambiente. Isso não significa que essas populações tenham o mais alto grau de sustentabilidade ecológica, mas seguramente estão mais adaptadas e equilibradas aos seus ecossistemas (VIANA, 2006; SACHS, 2002) do que a sociedade urbano-industrial ocidental que forjou essa compreensão de natureza selvagem/ mundo civilizado (LEFF, 2006; SANTOS, 2008; THOMAS, 1983).

De fato, existe o entendimento de que as 'populações tradicionais', caso entrem no mesmo padrão de modernização do que aqueles que tentam protegê-las, também destruirão o ambiente. Essa visão está arraigada, como discutimos em capítulos anteriores, na idéia de progresso e nos modelos vigentes de desenvolvimento – e permeiam boa parte das abordagens ambientalistas a respeito de áreas protegidas. No entanto, novas visões começam a emergir à medida que se repensa o que é o desenvolvimento. Como defende Sachs (2002), com sua idéia de sociedade baseada em biomassa, podem-se conceber modelos de desenvolvimento que integram a utilização de recursos naturais, participação das populações locais nas tomadas de decisão, integração com o mercado e conservação da natureza, sem que isso signifique estagnação desses grupos. Muito pelo contrário, Sachs (2004) defende que uma das soluções à superação de condições sociais desprivilegiadas dessas populações é, justamente, o incentivo ao fortalecimento (a 'tradição') e modernização das técnicas de manejo dos recursos naturais.

Entendemos que é no plano das tomadas de decisões e de implementações de políticas que uma ou outra compreensão são materializadas. Isso não ocorre de maneira linear, mas permeada por conflitos e interesses antagônicos. Por isso a importância de envolver em tais processos aqueles que são alvo dos projetos e programas de conservação: os habitantes locais, com seus próprios interesses.

11.5.3. A apropriação pelos agentes locais e políticas governamentais

Argumentamos anteriormente que o incentivo governamental à entrada do grande capital na Amazônia, por meio de programas e projetos, trouxe consigo conflitos para inúmeros grupos de habitantes da região. Para Loureiro (2004, p. 117), até os anos '60 a sociedade rural amazônica se caracterizava por uma grande fragmentação, isolamento das famílias e formação tardia de consciência de classe dos grupos sociais subordinados. Por conta disso, tais grupos se tornaram, pela ausência ou insuficiência de uma organização social e política concretas, objeto de dominação pelo Estado e pelas diversas formas do capital que se instalava.

Essa situação começa a mudar à medida que os atores locais passam a se

organizar, incentivados por instituições como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos³⁷², Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (LOUREIRO, 2004, p. 120). O enfrentamento imediato é resultado de uma questão econômica: garantir a sobrevivência pelo acesso aos recursos naturais. A longo prazo, o enfrentamento se constitui como luta política por defesa de direitos e valores usurpados.

Segundo Diegues (2004b, p. 136), as reações sociais à desapropriação dos territórios de uso comum se materializaram de diferentes formas: 1) por movimentos autônomos localizados: constituem-se como movimentos locais visando o controle do acesso aos recursos naturais, que posteriormente vieram (ou não) a ser reconhecidos pelo IBAMA. Um exemplo é o da 'reserva de lago', em que os ribeirinhos assumem a gestão do local para impedir a pesca predatória e, assim, garantirem seus sustentos³⁷³. 2) movimentos locais tutelados pelo Estado: os órgãos governamentais, por via única, estabelecem o controle das demandas vindas das populações; 3) movimentos locais com alianças incipientes com ONGs: é o caso de Mamirauá, que tinha um projeto inicial de gestão via

³⁷² Uma série de referências bibliográficas a respeito de movimentos sociais rurais organizados em forma de sindicatos pode ser encontrada no site do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Disponível em: http://www.cedec.org.br/publicacoes.asp?publ=current&page=publ&subpage=publ&control=1B5qUqDvRxZFS0U9tKTW7At24HOcl9KEFDJrAI2xxPEHx1Ab8M&cod_TIPO=18&btnOrder=>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁷³ Em Tauaru, a 'reserva de lagos' é praticado até hoje. Existem uma série de lagos ao redor da comunidade. Em função da pesca predatória dos grandes pesqueiros, os moradores se articularam para proteger esses lagos da invasão de quem não fosse da comunidade. Em parceria com o IBAMA, fizeram um plano de manejo, no qual eles mesmo fiscalizam os lagos: os invasores correm o risco de terem seu material apreendido, quando pequenos pescadores (eles mesmo apreendem); se forem grande pesqueiros, o IBAMA intervém com apreensão e multas. A pesca (especialmente de pirarucu) só pode ser realizada a cada 05 anos (em cada lago). Essa situação vivida em Tauaru é a mesma que em grande parte da Amazônia, onde a partir dos anos '60 verificou-se o aumento da demanda por produção pesqueira e diminuição gradativa do pescado (CÂMARA & McGRATH, 1995). Conseqüentemente, este último atingiu níveis de exploração que exigiram estratégias de seu manejo. Dentre elas, destacam-se as iniciativas centralizadas no Estado (com o 'defeso' e outras limitações) e aquela baseada no manejo comunitário dos recursos pesqueiros (reserva de lagos e piscicultura) (McGRATH, 1994; 1996).

CÂMARA, Evandro P. Leal & McGRATH, David (1995). A viabilidade da reserva de lago como unidade de manejo sustentável dos recursos da várzea amazônica. *Museu paraense Emílio Goeldi*, Belém, vol. 14, nº 1, p. 87-132. Série Antropologia.

McGRATH, David et al. (1994). Reservas de lado e manejo comunitário da pesca no baixo amazonas: uma avaliação preliminar. *Paper do NAEA*. Belém, nº 18, p. 01-21. Disponível em: http://www.ufpa.br/naea/detalhes_publicacao.php?idpubli=84. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

_____. (1996). Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. *Paper do NAEA*. Belém, nº 58, p. 01-20. Disponível em: http://www.ufpa.br/naea/detalhes_publicacao.php?idpubli=126. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

associação local incentivado por ONGs ambientalistas internacionais³⁷⁴; 4) os movimentos locais com inserção em movimentos sociais amplos. A respeito deste, argumentaremos nas linhas que seguem.

Um dos primeiros movimentos a ganhar visibilidade nacional nos anos '80 é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que inicia a partir dos anos '70 em resposta aos grandes projetos governamentais de construção de usinas hidrelétricas³⁷⁵. No entanto, o primeiro movimento a ganhar destaque maior é o dos seringueiros do vale do rio Acre, a partir da década de '70. O processo de ocupação estimulado pelo governo, baseado em empresas agropecuárias e projetos de colonização, teve algumas consequências: especulação fundiária que levou à venda dos antigos seringais a grupos empresariais do Centro-Sul do país; pistolagem; depredação do ambiente; e expulsão dos seringueiros e castanheiros da região. A resistência, que inicia segundo base de organização sindical³⁷⁶, vem pelo desenvolvimento de estratégias que visavam garantir direito de posse sobre áreas de floresta ocupada por gerações.

Esse movimento pode ser dividido em quatro momentos, como sugere Mary Helena Allegretti (1992, p.08)³⁷⁷: 1) Empate³⁷⁸ (1973-1976): para impedir as expulsões; 2)

³⁷⁴ Como relata Helder L. Queiroz (2005), essa área era uma Estação Ecológica, que fora criada em 1986 pelo governo federal e transferida sua administração ao governo estadual do Amazonas. Os administradores locais perceberam que só com a participação local a conservação da área aconteceria em longo prazo. Transferiu-se a gestão da área à 'Sociedade Civil Mamirauá' (SCM), que congregava a população local, cientistas e gestores em um único fórum deliberativo. Após várias negociações políticas, a SCM propõe ao governo do estado um modelo de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, aceita em 1996. Foi transformada, então, em Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM). A mudança do marco legal veio em 1999, pela criação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), que se configura como uma Organização Social (OS), "uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde" (idem, p. 186). Posteriormente, foi incorporada ao SNUC, dentro das UCs de uso sustentável. Atualmente, inúmeras RDS já foram criadas em toda Amazônia legal. A principal característica de uma RDS é a co-gestão (cientistas, administradores e população local) e uso participativo e sustentável dos recursos naturais.

QUEIROZ, Helder L. (2005). A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago, p. 183-203.

³⁷⁵ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁷⁶ Entre estes, destacamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, fundado em 1975 (Chico Mendes fora eleito secretário geral). Um dos líderes sindicais mais importantes foi Wilson Pinheiro, que assumiu a presidência em 1977 e foi assassinado em julho de 1980. Uma das delegacias sindicais era a de Xapuri, que em 1977 torna-se sindicato. Sua direção fora encabeçada por Derci Teles e formada por Chico Mendes, Raimundo de Barros, Júlio Barbosa, entre outros. Chico Mendes assumiu a presidência, em 1981, após o término do seu mandato como vereador (pelo MDB). Auxilia na fundação e direção do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre. Permaneceu no sindicato até sua morte, em 22 de dezembro de 1988. Chico Mendes foi considerado como símbolo mundial da defesa da floresta e de seus povos.

³⁷⁷ ALLEGRETTI, Mary Helena (1992). Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 54, p. 05-24. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201992%20v54_n1.pdf>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

indenizações e acordos (1976-1980): o primeiro refere-se ao reconhece o seringueiro como posseiro³⁷⁹; o segundo, aos acordos realizados entre os posseiros (representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG) e fazendeiros, que dividiam as terras para ambos. 3) Colonização (1980-1985): pela evolução desses acordos, o poder público criou lotes destinados ao assentamento de seringueiros e pequenos produtores sulistas, com objetivo de transformá-los a todos em agricultores. Ocorreu o inverso: os pequenos agricultores passaram a sobreviver do extrativismo. 4) Reserva Extrativista (1985-1990): a mobilização dos seringueiros (com destaque para Chico Mendes) se materializa com mais força em 1985, com a organização do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros (em Brasília), que reuniu 130 seringueiros do Acre, Rondônia, Amazônia e Pará, representando doze sindicatos e três associações. Essa mobilização se alinhou por um objetivo comum: permanência na floresta, reforma agrária que respeitasse seu modo de vida, introdução de tecnologias novas para melhora da produção, implantação de sistema educacional e de saúde adequado às necessidades das comunidades (ALLEGRETTI, 1992, p. 09).

A partir deste encontro cria-se o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e, em 1986, a 'Aliança dos Povos da Floresta' (com participação do CNS, União Nacional das Nações Indígenas – UNI, e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI) (VIANNA, 2008, p. 224) para a defesa conjunta da floresta, de reforma agrária (propostas de reservas extrativistas) e terras indígenas, projetos de educação, saúde e cooperativismo – com apoio e assessoria de entidades como o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA)³⁸⁰ e o Centro de Trabalhadores Amazônicos. O CNS passa a aliar-se a ONGs nacionais e internacionais, e a mobilizar a opinião pública nacional e internacional. Em 1987, em conjunto com o IEA e o INCRA, criou-se o 'Projeto de Assentamento Extrativista' (Portaria nº 627/87)³⁸¹, como parte do Plano Nacional de Reforma Agrária deste último – e que em 1990

³⁷⁸ “O empate consiste em uma tática espontânea de defesa da floresta contra as derrubadas através da qual os seringueiros se reúnem, com suas famílias, e impedem, pela ação direta, a derrubada de árvores, planejada por algum fazendeiro. Vão até a área que está sendo preparada e desmontam os acampamentos dos peões impedindo que a derrubada seja iniciada. Depois de criado o fato, argumentam com os proprietários, através da justiça ou pela intermediação governamental. O primeiro empate foi realizado no Município de Brasiléia, perto da fronteira do Acre com a Bolívia, em 1973, no Seringal Carmem. Até 1988 haviam sido realizadas mais de 40 ações como esta em vários municípios” (ALLEGRETTI, 1992, p. 08).

³⁷⁹ “categoria jurídica que, pelo Estatuto da Terra, assegura o recebimento de indenizações pelas benfeitorias existentes na área ocupada” (ALLEGRETTI, 1992, p. 08).

³⁸⁰ Que fora presidida por Allegretti.

³⁸¹ Que atendia a todas as reivindicações dos seringueiros.

BRASIL. INCRA. Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987. Criar a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=322&Itemid=133. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

passaria a fazer parte das UCs, já sob responsabilidade do IBAMA (Decreto nº 98897/90)³⁸².

Almeida (1994) argumenta que desde meados de 1988 tem-se manifestado condições favoráveis – o processo de redemocratização do país, aponta Vianna (2008, p. 224), e de institucionalização de movimentos sociais e de novos atores em movimentos populares rurais, como refere Maria da Glória Marcondes GOHN (1997, p. 381-2)³⁸³ – à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais diferenciados: “embora não haja homogeneidade absoluta nas suas condições materiais de existência, são momentaneamente aproximados e assemelhados, baixo o poder nivelador da ação do Estado” (idem, p. 521). Para o autor, as políticas públicas funcionaram como elemento básico à formação de composições e de vínculos solidários desses segmentos, que não representam necessariamente categorias profissionais ou segmentos de classe, mas constituem-se em 'unidades de mobilização'. Estas aglutinam os interesses dos coletivos em lutas localizada e imediatas, isto é, ao lutarem pela não remoção (ou fixação em outra área) e pela manutenção de seus estilos de vida pré-projetos e programas governamentais – elementos essenciais às suas identidades – suas diferenças são superadas em prol desses objetivos em comum.

Essas unidades de mobilização agregavam elementos de circunstâncias (atingidos por barragens, removidos, reassentados, etc.) e noções genéricas (povos da floresta, ribeirinhos), consolidando-se como uma estratégia discursiva diferenciada de outros movimentos sociais. Ao politizarem esses termos de uso local, cindem o monopólio político do uso de 'camponês' e 'trabalhador rural', não obstante obtiveram apoio dos partidos políticos, entidades confessionais ou movimentos sindicais e dos trabalhadores rurais. Para Almeida (1994, p. 523),

A nova classificação, verificada na alteração das nomeações e num conjunto de práticas organizativas, traduz transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização destes grupos sociais face ao poder do Estado. 'Seringueiros', 'castanheiros', 'juteiros', 'barranqueiros', 'assentados', 'colonheiros', 'posseiros', 'colonos' e pescadores sugerem denominações de uso local e de condições econômicas que se derramam naquelas categorias de mobilização de pretensão abrangente como 'povos da floresta' e 'ribeirinhos'. Revelam-se ainda embutidas em outras derivações que elas vão conhecendo segundo a particularidade dos antagonismos: 'os não-indenizados de Tucuruí', 'os deslocados pela base de Lançamento de Alcântara', 'os que serão atingidos pelas barragens de Altamira e do Rio Trombetas'.

Almeida argumenta ainda que as unidades de mobilização lograram generalizar o

³⁸² BRASIL. Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/98897-90.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁸³ GOHN, Maria da Glória Marcondes (1997). Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola.

localismo das reivindicações pela organização política em entidades de caráter regional/nacionais (como o CNS), aumentando seu poder de barganha frente ao governo e Estado. No bojo de intensificação desses movimentos, Almeida (1994, p. 524-526) localiza o 'tempo dos primeiros encontros', ocorridos todos em 1989³⁸⁴. O agrupamentos dessas unidades de mobilização nesses encontros explicitaram duas coisas: 1) o consenso das demandas locais em reação às políticas governamentais; 2) proposições básicas comuns: defendiam a reforma agrária, demarcação de terras indígenas e preservação ecológica.

Nesse contexto é que a dimensão política e ideológica das lutas desses segmentos sociais se coaduna à dimensão da crise ecológica vivida no plano internacional, que não eram necessariamente correspondentes (ALMEIDA, 1994, p. 522). Como descreve Barreto Filho (2006, p. 132):

ao promover a defesa dos ecossistemas amazônicos, por meio de suas lutas específicas e localizadas pela defesa dos recursos essenciais à sua reprodução sociocultural, as vítimas imediatas do desmatamento da Amazônia lograram articular coalizões transnacionais com ONGs ambientalistas e conservacionistas do Brasil e do exterior.

O autor complementa que a pressão internacional (ONGs ambientalistas e governos)³⁸⁵, a emergência de propostas de gestão compartilhada da Amazônia e as emergentes mobilizações sociais levaram o governo Sarney a criar uma série de medidas para a região, como a criação do 'Programa de defesa do complexo de ecossistemas da

³⁸⁴ I Encontro dos Povos da Floresta e II Encontro Nacional dos Seringueiros (Rio Branco); I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens (Goiânia); I Encontro dos Atingidos por Barragens de Tucuruí (Belém); III Encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão; II Encontro Raízes Negras do Médio Amazonas Paraense. Esse ano também foi marcado por manifestações da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (USAGAL), Associação das Áreas de Assentamento do Maranhão (ASSEMA) e Associações das Quebradeiras de Côco Babaçu.

³⁸⁵ O fato agravante, que desperta a opinião pública internacional foi o assassinato de Chico Mendes. No site do Comitê Chico Mendes, consta a influência que o seringueiro vinha obtendo no cenário internacional: “Em 1987, Chico Mendes recebe a visita de alguns membros da ONU, em Xapuri, onde puderam ver de perto a devastação da floresta e a expulsão dos seringueiros causada por projetos financiados por bancos internacionais. Dois meses depois, Chico Mendes levava estas denúncias ao Senado norte-americano e à reunião de um banco financiador, o BID. Trinta dias depois, os financiamentos aos projetos devastadores são suspensos e Chico é acusado por fazendeiros e políticos de prejudicar o 'progresso' do Estado do Acre. Meses depois, Chico Mendes começa a receber vários prêmios e reconhecimentos, nacionais e internacionais, como uma das pessoas que mais se destacaram naquele ano em defesa da ecologia, como por exemplo o prêmio 'Global 500', oferecido pela própria ONU (...) e foi homenageado no dia 21 de setembro com a medalha ambiental da Better World Society”.

COMITÊ CHICO MENDES. Disponível em: <<http://www.chicomendes.org/index.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

Amazônia Legal – Programa Nossa Natureza' (Decreto nº 96944/88)³⁸⁶, o IBAMA (1989), a primeira RESEX do Alto Juruá (Decreto nº 90063, de 23/01/1990) e a disposição sobre as RESEXs (1990). Ainda em 1989, o IBAMA contrata a consultoria da ONG FUNATURA (Fundação Pró-Natureza), que elabora a primeira proposta do que mais tarde viria ser o SNUC.

Bentes (2005) lembra que no início dos anos '80, o Brasil vinha seguindo as determinações de industrialização e agenda neoliberal impostas pelo Banco Mundial. Trata-se de uma dupla pressão: as políticas econômicas neoliberais, com os propósitos desenvolvimentistas; e as políticas ambientalistas, que seguia os conceitos e princípios do ambientalismo internacional. O governo Collor, mais explicitamente, passa a dar mais atenção às questões ambientais e indígenas, sob o impacto da pressão internacional sobre a Amazônia. Como resume Barreto Filho (2006, p. 133),

o objetivo imediato dessas medidas era cortejar os países industrializados e mostra que o Brasil estava em posição de poder exportar bens públicos ambientais para o resto do mundo, trocando a conservação das florestas tropicais por ajuda financeira, tecnológico e institucional de seus parceiros internacionais.

Prova empírica dessa interferência internacional foram o PPG-7 e o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA I)³⁸⁷. Segundo Bentes (2005), o governo absorveu muitas das reivindicações dos movimentos populares,

todavia, essa inserção política não se baseia no reconhecimento de que a Amazônia é patrimônio histórico culturas das populações indígenas e amazônicas, mas, ao contrário, na visão holliwoodiana das grandes ONGs conservacionistas americanas e européias, que transformou certos segmentos das populações tradicionais em 'mocinhos' ambientalistas, mas atribuiu-lhes papel secundário no processo decisório. A proposta de reforma agrária dos seringueiros do Acre – desapropriação dos seringais onde estivessem organizados, seguida de legalização da posse familiar privada de cada colocação – foi abandonada em favor da reserva extrativista,

³⁸⁶ No Art. 2, VI: “proteger as comunidades indígenas e as populações envolvidas no processo de extrativismo”. Almeida (1994, p. 533) argumenta que os conflitos agrários ainda eram visto pelo governo como uma questão de segurança nacional. Uma série de medidas nesse sentido foram tomadas, dentre as quais figurava o fortalecimento do Programa Calha Norte (instituído em 1985), cujo objetivo era preservar a soberania nacional e a integridade territorial na região da Calha Norte (faixa de fronteira no extremo norte do Brasil, com quase 6.000 km de extensão e 150 km de largura), além de promover o desenvolvimento regional. BRASIL. Decreto nº 96.944, de 12 de outubro de 1988. Cria o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/96944-88.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁸⁷ Financiado pelo Banco Internacional para a Reconstrução (BIRD) e Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), do governo alemão, com contrapartida do governo brasileiro. Em sua fase de implementação, foi também apoiado pelo PNUD. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Meio Ambiente I. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/tomenota.cfm?tomenota=/port/se/pnma/index.html&titulo=PNMA>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

proposta de antropólogos ambientalistas norte-americanos e brasileiros. A reserva extrativista atende várias das reivindicações dos seringueiros-agricultores. Entretanto, ela os confina em reservas de propriedade do Estado e sob a administração de instituições governamentais e ONGs, numa espécie de indianização dessas populações, que fica à mercê da conjuntura política do Estado e das ONGs, portanto, sujeita a vários dos problemas enfrentados pelos povos indígenas (BENTES, 2005, p. 235).

Desse movimentado período, como clarifica Barreto Filho (2005, p. 129), veio um reconhecimento do poder público: a criação, pelo IBAMA, do Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT – portaria IBAMA nº 22, de 10/02/1992), com a finalidade de promover elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas 'populações tradicionais' por meio de suas entidades representativas e/ou indiretamente, órgãos governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por ONGs³⁸⁸. As referências iniciais eram o CNS e as RESEXs.

As tensões internas da criação do CNPT expressam não apenas a cultura institucional do IBAMA naquele momento, mas os conflitos inerentes às distintas visões ambientalistas (do preservacionismo mais radical, conservacionismo, ao socioambientalismo, nessa época ainda incipiente) e aos interesses políticos alinhados àqueles das diferentes facções do governo, cientistas, elites, organizações da sociedade civil, entidades religiosas, empresários e ONGs, também heterogêneos em seus pontos de vista no que se refere à relação entre áreas protegidas e população local.

O resultado desses conflitos de ordem administrativa, científica, ética, ideológica, jurídica, política e técnica, vivenciadas no trânsito das esferas locais, regionais, nacionais e internacionais, é a falta de concordância de quem são as 'populações tradicionais' – que perdura até hoje dentro desses círculos. Da mesma maneira que perduraram as diferenças

³⁸⁸ No site do IBAMA, na sessão destinada ao CNPT, consta: “Para o CNPT, seus dois primeiros anos foram muito difíceis porque com apenas um mês de existência houve a troca do seu criador, na Presidência do IBAMA, frustrando a primeira expectativa de fortalecimento administrativo e operacional, e por que após a sua criação, recebeu a rejeição de diversos setores do IBAMA, que não compreendiam sua função. Foi difícil para o CNPT se estabelecer enquanto setor do IBAMA, devido à 'Cultura Institucional' alimentada por dogmas anacrônicos, taxava como 'heresia', a preocupação com questões sociais. Esquecia-se que a maior agressão ambiental é a miséria e que o próprio subdesenvolvimento é o principal fator de degradação ambiental. Afortunadamente, o princípio Nº 01 da Declaração do Rio de Janeiro aos poucos foi assimilado: 'Os seres humanos estão no Centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Tem direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza' (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). Hoje, devido, em primeiro lugar à evolução geral da sociedade e especialmente das esferas ambientalistas convictas de que o ser humano é o centro do problema e de que sua participação é indispensável, e em segundo lugar, devido aos bons resultados alcançados pelo CNPT nos seus 07 anos de atuação, o IBAMA orgulha-se deste Centro e o divulga como modelo de gestão. O reconhecimento da sua eficiência é compartilhado pelos seus beneficiários, ONGs e parceiros de trabalho conforme avaliações externas e independentes feitas pelo MMA, PNUD, Banco Mundial, PPG7 e pelo próprio IBAMA”. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

entre todos esses atores citados³⁸⁹.

No entanto, há o outro lado da moeda: a apropriação do termo pelos designados por este em suas diferentes modalidades de articulação política pela luta por direitos. Em outras palavras, à medida que há o reconhecimento governamental de certos segmentos sociais via políticas públicas – mesmo que aglutinados sob um jargão generalizador –, há também a apropriação desse lugar pelos seus representados, o que lhes abre a possibilidade de barganha por interesses próprios e a participação nos fóruns de tomadas de decisão.

Podemos entender essa apropriação segundo dois ângulos. Por um lado, temos a configuração de uma situação que vem cada vez mais ampliando o grau de visibilidade, protagonismo e poder de barganha das 'populações tradicionais': o processo crescente de redemocratização no país, a popularização dos preceitos inerentes ao DS, a crescente visibilidade amazônica no contexto internacional, a entrada maciça de ONGs ambientalistas e outros atores na Amazônia, o desenvolvimento dos meios de comunicação, a promulgação de leis que reconhecem direitos desses segmentos sociais, entre outros fatores. Por outro, temos as lutas políticas desses grupos, organizados em entidades, fóruns, e grupos³⁹⁰ cada vez mais articuladas e expressivas na busca de reconhecimento e garantia de direitos, principalmente os territoriais³⁹¹. Estas estabelecem parcerias entre si e com as facções do governo, cientistas, etc., que compartilham de interesses comuns. Como coloca Little (2004, p. 277), essa colaboração de cunho político “pode ter fundamento em finalidades comuns, mesmo que baseada em motivos distintos”.

A crescente visibilidade, as lutas políticas, as alianças estratégicas e assunção dos espaços destinados às 'populações tradicionais' garantiu que grupos organizados desse segmento tivessem participação ativa nos trabalhos da Comissão Nacional de

³⁸⁹ Nos governos FHC e Lula também foram criadas secretarias, planos, projetos, etc. concernentes à Amazônia. Nem sempre convergente em relação às políticas desenvolvimentistas e ambientalistas. E transitando entre os interesses desses diferentes atores e esferas.

³⁹⁰ Como por exemplo o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), “fundado em 1992, reúne 602 entidades filiadas e está estruturado em nove estados da Amazônia Legal e dividido em dezoito coletivos regionais. Fazem parte da Rede GTA organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais que representam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, ribeirinhos, comunidades indígenas, agricultores familiares, quilombolas, mulheres, jovens, rádios comunitárias, organizações de assessoria técnica, de direitos humanos e de meio ambiente”.

³⁹¹ A maneira como os distintos segmentos sociais se mobiliza e se organiza ainda é objeto de debate e dúvidas para os cientistas que vêm tentando entender a dinâmica das ações coletivas na Amazônia. Um dos projetos que vêm dando visibilidade a esses movimentos é o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) (Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM – Fundação Ford), que vem sendo desenvolvido desde Julho de 2005 coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida. O objetivo do PNCSA é realizar um trabalho de mapeamento social dos 'Povos e Comunidades Tradicionais' na Amazônia, privilegiando a diversidade das expressões culturais combinadas com distintas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Ao fazer esse mapeamento, por outro lado se dá visibilidade às lutas desses segmentos. Desde 2006, foi ampliado para povos e comunidades tradicionais de todo Brasil (PPGSCA/UFAM - FUND. FORD – MMA – MDS). Já foram produzidos vários fascículos (59), mas devido à extensão territorial amazônica e equipe técnica, ainda há muito que se desvendar sobre a região. PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Disponível em: <<http://www.novacartografiasocial.com>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (Decreto de 27/12/2004, revogado). Esta Comissão³⁹² organiza nove reuniões entre 2004 e 2005, junto a representantes dessas populações, ONGs, pesquisadores e acadêmicos. Convoca-se então o 'I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: Pautas para Políticas Públicas', realizado entre os dias 17 e 19 de agosto de 2005, em Luziânia (Goiás), com a finalidade de definir conceitualmente 'comunidades tradicionais', identificar junto a seus representantes as principais demandas e entraves de políticas públicas, eleger representantes e revisar a própria Comissão. A partir desse encontro, algumas entidades representativas dos então 'povos e comunidades tradicionais' (doravante, PCT) passaram a integrar a Comissão junto com os representantes do governo³⁹³. E também foram realizados mais cinco encontros regionais com o mesmo intuito³⁹⁴.

A participação dos PCT ganha destaque também em fóruns internacionais. Na COP-8 da CDB (março de 2006), o MMA, em cooperação com o MDS, ABA e Rede Faxinais (e mais alguns representantes de entidades dos PCT), promoveu o evento paralelo (side event) 'a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil: uma experiência na criação de espaços públicos para povos

³⁹² As informações a seguir foram retiradas do site dessa extinta Comissão e do site Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o documento 'Antecedentes da PNPCT'. BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS. Disponível: < http://www.mds.gov.br/ascom/hot_enct/encontro.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Antecedentes da PNPCT. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-articulacao-institucional-e-parcerias/arquivo-saip/povos-e-comunidades-tradicionais-1/antecedentes-da-pnpct.pdf/view>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

³⁹³ **Sertanejos** (Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas); **Seringueiros** (Conselho Nacional de Seringueiros); **Comunidades de Fundo de Pasto** (Coordenação Estadual de Fundo de Pasto); **Quilombolas** (Coordenação Nacional de Quilombolas); **Agroextrativistas da Amazônia** (Grupo de Trabalho Amazônico); **Faxinais** (Rede Faxinais); **Pescadores artesanais** (Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE); **Povos de terreiro** (Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu; Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kôdya); **Cigana** (Associação de Preservação da Cultura Cigana; Centro de Estudos e Discussão Romani); **Pomeranos** (Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas; Associação Cultural Alemã do Espírito Santo); **Indígena** (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo); **Pantaneiros** (Fórum Matogrossense de Desenvolvimento; Colônia de Pescadores CZ-5); **Quebradeiras de Coco** (Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu; Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão); **Caçaras** (Rede Caçara de Cultura; União dos Moradores da Juréia); **Gerazeiros** (Rede Cerrado; Articulação Pacari).

³⁹⁴ Desses encontros regionais (três deles na bacia do Rio São Francisco) contextualiza-se a polêmica da transposição do rio São Francisco. Encontros de povos e comunidades tradicionais do São Francisco são organizados envolvendo essa polêmica.

indígenas e comunidades locais³⁹⁵.

Em 2006, a Comissão é reformulada e renomeada de Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)³⁹⁶ (Decreto nº 10884/06)³⁹⁷. Após duas reuniões nacionais elaborou-se texto base para a futura PNPCT, enviada para discussão em cinco reuniões regionais. Das sugestões, a terceira reunião finaliza a proposta que é instituída pelo Decreto nº 6040/07. Em seu texto, a PNPCT tem por objetivo principal “promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições”.

Obviamente, essa participação ativa não significou ausência de conflitos das distintas partes em relação à definição da abrangência da categoria PCT, do número de PCT incluídos (dado o critério de autodefinição) e da definição de outras temáticas relacionadas na PNPCT. No entanto, os seguintes parâmetros foram estabelecidos, conforme o Art. 3º:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III – Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Por tais definições, vemos a clara articulação de diferentes pontos de vista e interesses nessa normatização: os ditames do DS, os conhecimentos tradicionais, a autodefinição e lutas territoriais.

³⁹⁵ Aqui se nota a interferência mútua das forças locais/nacionais e as internacionais. Da primeira, a designação vinha como 'comunidades/sociedades/culturas tradicionais' e 'povos indígenas'. Da segunda, 'povos indígenas e comunidades locais'. Não temos como afirmar com certeza (por não termos participado das reuniões da Comissão), mas podemos perceber o jogo de influências, que então resulta da designação 'povos e comunidades tradicionais'. A partir desses eventos referidos, surge a idéia e efetivação de ampliação do Projeto Nova Cartografia.

³⁹⁶ Sua composição passa a ser integrada por diferentes órgãos do governo e pelas mesmas entidades dos PCT.

³⁹⁷ BRASIL. Decreto nº 10884, de 13 de julho de 2006. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

Desde 2008, vem-se realizando a 'Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil' (PqPCT), para levantamento nacional sócio-demográfico e econômico dos PCT, envolvendo o CNPCT, MMA, MDS, IBGE e Projeto Nova Cartografia. Estima-se que as PCT ocupam ¼ do território nacional e sejam mais de 4,5 milhões de famílias³⁹⁸.

Apesar da formulação da PNPCT, isso não significa que está esteja funcionando conforme previsto, pois há intensas disputas de interesses entre diferentes atores, tal qual referido acima, que se manifesta por meio de leis, programas e projetos divergentes³⁹⁹. A diferença agora é de que as lutas dos PCT continuam, mas amparados por um dispositivo legal que lhes garante visibilidade por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania. Temos então uma nova configuração: passa-se a reconhecer que o Brasil não é um país mestiço ao estilo melting pot norte-americanos, mas multicultural e pluri-étnico e que se deve garantir por leis os direitos desses grupos. E se considerarmos o ponto de vista de Sen (2000), garantir as liberdades instrumentais e substantivas dos PCT é promover seu desenvolvimento.

11.6. Conclusão

Desde sua conquista, a Amazônia vem sendo inventada e reinventada. Apesar das inúmeras investidas humanas, revolver o enigma amazônico ainda não parece estar perto de chegar a um fim: o que fazer com sua inestimável biodiversidade e sociodiversidade? Como gerar riquezas? Como dinamizar seu desenvolvimento? Como integrá-la ao restante do planeta? Perguntas que vêm do âmbito de dominação do Homem. O destino que se quer dar aos amazônidas também permanece dúvida: podem eles ter autonomia para definirem com independência os rumos que querem tomar?

Ao longo deste capítulo, vimos que a maneira como se engendra a Amazônia configura também as concepções a respeito de suas populações. Dentro desse trajeto, localizamos algumas classificações vindas do ponto de vista de quem classifica. Como resume Lima (2006, p.145)⁴⁰⁰, 'caboclo' se refere ao campesinato amazônico de origem colonial e 'população tradicional' é um termo referido dentro do contexto das UCs. Em nosso entender, 'ribeirinho' iguala-se à aceção de caboclo, mas sua utilização é de longe bem

³⁹⁸ Estimativa levantada por Almeida, no documento 'Antecedentes da PNPCT'. Até o momento, não temos notícias das conclusões da PqPCT. A primeira etapa, de capacitação dos agentes para a realização da pesquisa, deveria durar todo ano de 2008.

³⁹⁹ Para citar apenas um caso: a construção da usina hidrelétrica no rio Madeira, que envolve interesses progressistas e deixa de lado as reivindicações dos PCT dessa região (ALMEIDA et al., 2009). ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. (2009). *Boletim informativo nova cartografia social da amazônia: complexo madeira – conflitos sociais na panamazônia*. Ano 02, nº 2, Mar. Manaus: UEA Edições; PPGAS-UFAM.

⁴⁰⁰ LIMA, Deborah de Magalhães (2006). A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.

menos carregada de estereótipos negativos – por isso vem sendo preferida por muitos pesquisadores.

Como tentamos enfatizar, tais denominações vem acompanhadas de intensas disputas e conflitos, especialmente na designação de 'populações tradicionais', por envolver um debate mais amplo a respeito da presença humana em áreas protegidas. Como resume, Cleyton Henrique GERHARDT (2008, p.11401)

Desta situação conflituosa envolvendo interesses locais e gestão de áreas protegidas, bem como do intenso debate (em que atuam forças, grupos e atores distintos) sobre políticas públicas e a legislação voltada para o disciplinamento do uso de recursos naturais, cresceu nas últimas décadas o interesse de pesquisadores pelo tema. Ainda que com enfoques distintos, cientistas de diversas áreas têm produzido farta literatura sobre o assunto, sendo que artigos, coletâneas, livros, dissertações, teses e outras publicações são hoje numerosas e ricas em termos de abordagem, recorte, conteúdo, amplitude e qualidade. Mas quando cientistas naturais (ecólogos, biólogos, botânicos, oceanógrafos), cientistas sociais (antropólogos, historiadores, sociólogos, economistas, cientistas políticos), profissionais de disciplinas aplicadas (agrônomos, advogados, eng. florestais, biólogos da conservação) ou de 'fronteira' (geógrafos, geólogos) começam a se pronunciar, vemos que uma disputa interpretativa vem se desenvolvendo na interface que marca o fazer científico e a ação nas demais arenas públicas. De fato, se há um consenso entre especialistas (...) é o de que discutir a relação entre áreas protegidas e populações locais implica entrar em um universo discursivo controverso caracterizado pelo dissenso, pela polifonia, por argumentos bem matizados e, em certos momentos, por ásperezas e ácidos diálogos acadêmicos.

Cada uma das opiniões dos especialistas, como refere Gerhardt, ganha mais ou menos amplitude quando aliadas àquela de outros atores, especialmente aqueles que possuem poder de determinação dos rumos da maioria. De acordo com o interesse comum, alguns consensos são determinados e reproduzidos por decisões tomadas, projetos elaborados, diretrizes executadas. Por certo tempo prevaleceu a compreensão preservacionista mais radical que determinava a ausência completa de seres humanos em certas áreas – especialmente porque a natureza era o campo de domínio exclusivo dos cientistas naturais.

À medida que novas abordagens emergiram, passou-se também a questionar essas verdades: a natureza é o que é porque assim a determina o Homem. Isso abre espaço para novos fatos. Descola (2000, p. 149-151) aponta que há diversos indícios que mostram que a presença do Homem na floresta aumentava as taxas de biodiversidade dessa porção de terras, indicando que essas populações, a seu modo, conduziam suas vidas de maneira

⁴⁰¹ GERHARDT, Cleyton Henrique. *Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos 'lados' e a multiplicidade estrutural das 'posições'*. 545p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais aplicadas ao conhecimento do mundo rural). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

integrada à natureza e conseguiam aplicar estratégias de manejo que estavam longe de agredir o ambiente. Do mesmo modo, Arturo GÓMEZ-POMPA e Andréa KAUS (2000, p. 125-143)⁴⁰² demonstram por estudos que em grandes áreas habitadas, o manejo pelo ser humano produzia o mesmo grau de interferência ambiental que aqueles das forças da natureza. Isto é, os distúrbios provocados pela interferência humana se igualam à destruição ocasional de fragmentos da floresta por causas naturais (GÓMEZ-POMPA, 1972 apud BARRETO FILHO, 2006, p. 118), configurando uma interação saudável e de preservação desses ambientes não imaginados pelos que compartilham do paradigma preservacionista e conservacionista. Estudos mais recentes em etnoarqueologia⁴⁰³ têm sugerido que a Amazônia foi densamente povoada e não só por sociedades tidas como mais ou menos primitivas, como refere Betty Jane MEGGERS (1977)⁴⁰⁴, mas por civilizações de elevada complexidade social que ocupavam extensos territórios. Como resume Barreto Filho (2006, p. 118-9),

isso significa reconhecer que a biodiversidade que encontramos hoje nesses ambientes seria o resultado de complexas interações históricas entre forças físicas, biológicas e sociais. A composição atual da vegetação madura/adulta pode muito bem ser legado de civilizações passadas, a herança de campos cultivados e florestas manejadas abandonados há centenas de anos atrás – especialmente na Bacia Amazônica, na qual, conforme apontam evidências arqueológicas, etno-históricas e etnobotânicas, uma alta densidade populacional e uma ocupação humana contínua teriam tido lugar.

Por tais colocações, vemos que os consensos mudam de tempos em tempos. Alguns grupos ainda insistem na idéia de natureza intocada. Outros falam em proteção da natureza pelos PCT, que vivem muito próximo dela há gerações e cujos conhecimentos adaptados – sob o ponto de vista ecológico – garantem a conservação. Como enfatizamos em capítulos anteriores, o significado da natureza é uma construção dos Homens entre si. Nesse sentido, compartilhamos com Simon SCHAMA (1996)⁴⁰⁵ que se deve recuperar o entendimento de que história do ambiente e história social caminham juntas, e de que a natureza e a percepção humana não são fatos separados, pois os sentidos do observador estão contaminados por suas lembranças, seu intelecto e sua cultura.

No entanto, há a assunção de classificações pelo lado de quem é classificado.

⁴⁰² GÓMEZ-POMPA, Arturo & KAUS, Andréa (2000). Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna (org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUPAUB-USP; Hucitec; Annablume.

⁴⁰³ Recomenda-se a leitura do Boletim de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi, v.4, n.1, janeiro/abril de 2009, com artigos que tratam da história da Arqueologia amazônica. Disponível em: <<http://www.museu-goeldi.br/editora/index.html>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

⁴⁰⁴ MEGGERS, Betty Jane (1977). *Amazônia: a Ilusão de um Paraíso*. Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

⁴⁰⁵ SCHAMA, Simon (1996). *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das letras.

Enquanto fala-se em termos genéricos como 'caboclos', 'ribeirinho' ou PCT, esses grupos se autodefinem segundo parâmetros diferentes. Vimos que as mobilizações sociais e pressão política dos PCT trouxeram um viés diferente à compreensão da relação entre populações e áreas de proteção. Suas demandas são por direitos, especialmente aqueles territoriais. A natureza ganha dimensão ideológico-política. E como todo jogo político, a força de expressão desses segmentos foi amplificada pelas alianças com atores de interesses comuns, mesmo que de motivações diferentes.

Como argumenta Almeida (2008b, p. 128), a eficácia dos movimentos sociais e entidades ambientalistas têm abalado os antigos esquemas interpretativos (primitivos, atrasados, etc.) e trazido novas formas de entender a relação Homem/natureza. A esse respeito, o autor coloca que a partir da redemocratização do país e com a Constituição de 1988, começa a mudar o sujeito da ação ambiental:

os conflitos sociais, de certo modo, o impuseram. A ação ambiental, que até então é entendida como sem sujeito, porque depositava tudo na 'razão' e no Estado, passa a ter sujeitos específicos, e passa a ser entendida por uma diversidade social e a ser explicada por uma heterogeneidade de formas de relação com a natureza (ALMEIDA, 2008b, p. 73).

Para o autor, nem as categorias homogeneizantes sob o critério da ocupação econômica (pescador, produtor, etc.), nem as classificações por 'tipos' (caboclo, ribeirinho, etc.), conseguem dar conta de entender como existências atomizada se transformaram em mobilizações políticas, cuja consciência ambiental carrega a dimensão política e ideológica de reivindicações por direitos e a força da autodefinição. Almeida discute que uma única racionalidade dominante, alimentada secularmente pelo colonialismo e Estado (de viés geografista e biologizante), passou a dar lugar a múltiplas racionalidades concorrentes a partir da redemocratização do país, o que trouxe a possibilidade de expressão de grupos até então estigmatizados sob as classificações recém-mencionadas: “a resposta à estigmatização, portanto, é que impulsiona as múltiplas identidades regionais (...) e reforça formas organizativas produzindo territorialidades específicas” (ALMEIDA, 2008b, p. 74). Colocado de outra maneira, a luta política por direitos funciona como elemento agregador das novas identidades coletivas materializadas em movimentos sociais.

Nesse sentido, a autodefinição expressa o rompimento com os esquemas interpretativos naturalizantes. As classificações por atividades (e instrumento) passam agora por quem as produz e detém um saber. O genérico 'caboclo' já não é mais simplesmente o Homem adaptado ao ecossistema: ele é o atingido por barragem; é o extrativista que quer garantir sua reprodução social; é o pescador que quer proteger seus lagos e rios da pesca predatória; é a quebradeira de côco babaçu que quer conquistar melhores condições de vida e de trabalho, bem como garantir o exercício pleno da cidadania; é o nativo que possui

conhecimentos a serem protegidos juridicamente contra a biopirataria e usurpação dos direitos de propriedade intelectual. As diferentes formas de apropriação da natureza por cada um desses grupos “ganham corpo em associações e formas diferenciadas de representação política. As formas organizativas heterogêneas redesenham a relação com a natureza, redesenhando a própria natureza” (Almeida, 2008b, p. 75). Para o autor, o antigo viés interpretativo acham-se abalados

mediante a emergência de novas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais que através de sua diversidade estão redefinindo a Amazônia desde a última década do século XX. A diversidade identitária está impondo releituras e revisões de abordagens que se cristalizaram nos meandros do campo de produção intelectual e científica (ALMEIDA, 2008b, p. 76).

Temos então uma série de autodefinições que rompem com a lógica interpretativa dos classificadores. No entanto, o exercício de reconhecimento mútuo – entre classificados e classificadores – é que modela a nomeação 'povos e comunidades tradicionais'. Não se trata apenas de negociação de sentidos de um termo, mas de interesses de ambas partes. Dentro das perspectivas abertas pelo Decreto nº 6040, os PCT já não se restringem ao âmbito das UCs, mas a todos os grupos de pessoas que compõem a ampla diversidade cultural e pluralidade étnica do Brasil. Mais do que isso, cidadãos que lutam pela garantia de seus direitos.

Capítulo 12. Redes comunitárias e identidades coletivas em Tauaru

12.1. Introdução

Em capítulos anteriores, abordamos algumas das nomeações dos povos amazônicos não-indígenas: caboclo/ribeirinho, povos e comunidades tradicionais. Da primeira, a formação, caracterização e particularidades de um segmento social visto sob um ponto de vista genérico, isto é, um tipo ideal que serve de modelo para compreender os casos específicos do campesinato histórico na Amazônia. A segunda, inicialmente referida no contexto das UCs, passa a designar os inúmeros grupos sociais brasileiros – autodefinidos por parâmetros próprios – que se enquadram nas proposições da PNPCT e que reivindicam o acesso pleno à cidadania (CHAVES, 2009).

Vimos também que a maneira como os amazônidas vêm conduzindo suas lutas políticas, por meio de mobilizações e entidades formalizadas, configura suas identidades coletivas (ALMEIDA, 1994, 2008b). Mas como acontece o processo de construção dessas identidades? O que faz com que essas pessoas se mobilizem e se organizem em ações coletivas? O que são as identidades coletivas?

Temos então uma questão teórica que se articula com um desafio empírico: entender como mobilizações de lutas por direitos, que se expressam por determinadas identidades coletivas, acontecem concretamente em uma comunidade ribeirinha. Para tanto, examinaremos o caso de Tauaru, uma comunidade à beira do Paraná da Saudade (um atalho à margem esquerda do rio Solimões, na zona rural do município de Tabatinga/AM). (Figura 01).

Apresentaremos este capítulo da seguinte maneira: começamos por delimitar, do ponto de vista teórico, o que são as identidades coletivas, comunidades ribeirinhas, organização social dessas comunidades – permeando essas discussões pelas contribuições da Psicologia Social e exemplos de Tauaru. Em seguida, recuperamos a história da comunidade, por meio da origem das famílias e de sua fundação, quando se planta a Santa Cruz, a 02 de Abril de 1977. A partir desse momento, tentamos mostrar com as interferências recíprocas entre elementos internos/externos a Tauaru vão transformando a trama de relações comunitárias, o que traz consequências sobre a maneira como constroem suas identidades coletivas, a saber: agricultor, pescador, caboclo amazonense, cocama e indígena. Nosso foco central é mostrar o processo dinâmico da pertença ao 'Nós' (essas autodefinições) e das ações coletivas (as lutas por direitos) materializadas em diferentes entidades representativas (as associações presentes na comunidade).

Colocado de outra forma, trata-se de compreender os fatores psicossociais que incidem sobre o fenômeno de reivindicação e participação social, por meio de ações

coletivas, de um grupo específico de habitantes da Amazônia.

Figura 01: Localização de Tauaru
Fonte: Alencar (2005)

12.2. Identidades coletivas

De um panorama mais geral, os estudos de fenômenos como 'massa', 'multidões', 'classes sociais', 'ações coletivas' e 'movimentos sociais' têm ganhado destaque nas ciências humanas e sociais desde o final do século XIX, apesar dos diferentes enfoques teóricos dados a cada um deles em seus respectivos momentos históricos, com lembra Silva (2006, p. 103). O interesse comum de cada uma das teorias formuladas é a compreensão dos motivos e dos processos indutores dos sujeitos a participar de ações coletivas. Para Marco Aurélio Máximo Prado (2001, p. 155)⁴⁰⁶, tais teorias podem ser compreendidas a partir de dois vértices principais: 1) como definem os sujeitos coletivos, isto é, como explicam a constituição no 'Nós' da ação; 2) como definem o espaço político, ou seja, o cenário das ações coletivas, o campo da ação política. A partir desses dois vértices, Prado (2001, p. 155-166) interpreta o conjunto de perspectivas teóricas dividindo-as em três agrupamentos (A/B, C/D, E):

A) Teorias que interpretam os sujeitos coletivos como um sujeito psicológico; o político como um espaço institucional sem contradições sociais e destinado a estabilidade e um equilíbrio

⁴⁰⁶ PRADO, Marco Aurélio Máximo (2001). Psicologia Política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do 'nós'. *Revista Psicologia Política*, vol. 01, nº 01, p. 149-172.

social. Os autores dessas *teorias psicológicas da ação coletiva* seriam: Gustave Le Bon ('Psicologia das Massas', de 1895), Sigmund Freud (e os textos sociais⁴⁰⁷) e Gabriel Tarde, com textos a respeito do comportamento das/nas massas e multidões. As ações coletivas seriam resultantes da irracionalidade do conjunto de sujeitos, que individualmente manteriam sua racionalidade.

B) Teorias que interpretam o sujeito coletivo como um sujeito psicossociológico; o político como um espaço, também institucional, e com vistas a uma estabilidade. Por estas teorias, o 'Nós' se constitui a partir de crenças coletivas, valores e necessidade sociais expressos em relações sociais e institucionais. Os autores dessas *teorias psicossociológicas da ação coletiva* são: Smelser, Eisentadt, Turner & Killian, Cantril, cujas inspirações teóricas vêm de Talcon Parsons, George H. Mead, S. Freud. As ações coletivas já não são atos irracionais, mas de sujeitos voluntaristas que buscam o equilíbrio entre o *self* e o sistema, por serem capazes de significar o mundo e buscar uma nova ordem social (por isso, sujeito psicossocial), isto é, dão sentido à ação e com isso garantem o consenso de normas e valores sociais (estabilidade social).

C) Teorias que interpretam o sujeito coletivo como um sujeito racional e unificado em torno da categoria 'consciência'⁴⁰⁸, isto é, os agentes da ação coletiva são explicados a partir de questões estruturais e sociais, deixando-se em segundo plano as explicações psicológicas; o político é entendido como campo contraditório e tendo essas contradições como funcionalidade social da mudança social, no sentido de que o campo político é provisório (pois um dia se chega a um ponto não mais contraditório). Os autores deste eixo se dividem em dois subgrupos: os que se baseiam na racionalidade das contradições históricas, de inspiração na obra de Karl Marx; os das teorias da *Escolha Racional* e da *Mobilização de Recursos*, pautados nos interesses coletivos e dos interesses institucionais mobilizados, com autores como Charles Tilly, Doug McAdam, Turner, McCarthy e Zald. Dentro dessas correntes teóricas se localizam as primeiras produções do que se classificada como 'movimentos sociais'⁴⁰⁹. As ações coletivas se dão por agentes políticos inseridos nas classes sociais, dentro de uma visão de sociedade conflitiva (conflito entre as classes, entre interesses institucionais ou de valores culturais), em busca de transformações das estruturas sociais.

⁴⁰⁷ 'Totem e tabu' (1912/3), 'Reflexões para os tempos de guerra e morte' (1915), 'Psicologia de grupos e análise do ego' (1921), 'O futuro de uma ilusão' (1927), 'O mal-estar na civilização' (1930), 'A aquisição e o controle do fogo' (1932), 'Por quê a guerra?' (1933), 'Moisés e monoteísmo' (1939).

⁴⁰⁸ Consciência de classe, consciência crítica.

⁴⁰⁹ Para Angela ALONSO (2009, p. 49), "as teorias dos movimentos sociais se constituíram diante de um quadro bastante distinto, o do Ocidente dos anos 1960, quando o próprio termo 'movimentos sociais' foi cunhado para designar multidões bradando por mudanças pacíficas ('faça amor, não faça guerra'), desinteressadas do poder do Estado".

ALONSO, Angela (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, nº 76, p. 49-86.

D) Teorias que ao focarem-se mais no processo político de constituição das ações coletivas, o sujeito coletivo alcança caráter processual: ele é produto de uma complexa relação dinâmica entre fatores internos e externos aos grupos sociais. O político é reconhecido como campo de disputas e negociações, com acento aos processos vinculados a questões institucionais. Dentro desta corrente de teorias de *Mobilização dos Processos Políticos*, temos autores como William A. Gamson, Bert Klandermans, Salvador A. M. Sandoval e os autores que têm trabalhado com as noções de processo político, agência e consciência social⁴¹⁰. O que marca esta corrente é a preocupação de articular explicações que não se reduzam a determinantes estruturais ou psicológicos, dando ênfase à historicidade, elementos culturais e papéis desempenhados pelos mediadores do processo de construção do 'Nós'. As ações coletivas trazem impactos nas instituições políticas e são fruto da organização em torno de uma consciência política⁴¹¹ que constitui as identidades coletivas, articula aspectos objetivos/ subjetivos da realidade social e leva em conta elementos culturais particulares.

E) Teorias que entendem o sujeito coletivo a partir do esgotamento do sujeito racional e unificado (tipicamente Moderno); e o político como um espaço não institucional e antagônico, que não é passível de sínteses permanentes. Os autores representativos dessas abordagens, para quem o conceito de identidade coletiva é parte fundamental das explicações das ações coletivas contemporâneas, são: Alberto Melucci⁴¹², Allain Touraine, Chantal Mouffe, Ernest Laclau. Os 'novos movimentos sociais' são enquadrados dentro destas posições teóricas⁴¹³. As ações coletivas não são compreendidas nem por fatores estruturais ('ação sem atores'), nem por comportamentos e crenças que constituem o 'Nós' ('atores sem ação'), mas como expressão da articulação entre as identidades coletivas e os

⁴¹⁰ Alonso (2009, p. 54) aloca Charles Tilly e Doug McAdam dentro do quadro da Teoria do Processo Político. E acrescenta Sidney Tarrow. Mesma divisão compreendida por Rafael CRUZ (2004, p. 100).

CRUZ, Rafael (2004). La movilización de la cultura em la acción colectiva. *Revista Psicología Política*. São Paulo, vol. 04, nº 07, p. 95-112.

⁴¹¹ Sandoval (2001) elabora um modelo de consciência política, que “trata das variadas dimensões psicossociais que constituem a compreensão política do indivíduo sobre a sociedade e sobre si próprio como membro dessa sociedade e, conseqüentemente, representa sua disposição para agir de acordo com essa compreensão. Por consciência política entendemos uma composição de dimensões psicossociais inter-relacionadas que permitem ao indivíduo realizar suas decisões como melhor modo de ação em relação ao contexto político e situações específicas” (idem, p.185). As dimensões do modelo de consciência política de Sandoval são: 1) identidade coletiva; 2) crenças, valores e expectativas sociais; 3) interesses antagonistas e adversários; 4) eficácia política; 5) sentimentos de justiça e injustiça; 6) vontade de agir coletivamente; 7) e metas de ação coletiva.

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles (2001). The crisis of the brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicología Política*. São Paulo, vol. 1, nº 01, p. 173-195.

⁴¹² O autor que se dedica a uma teoria das identidades coletivas, assim como por Klandermans, Laraña, segundo Silva (2005).

⁴¹³ Alonso (2009, p. 59) considera também J. Habermas como um dos principais teóricos das teorias dos Novos Movimentos Sociais.

antagonismos da sociedade contemporânea⁴¹⁴ – compreensão que conjuga aspectos objetivos e subjetivos⁴¹⁵.

Retomando nossas perguntas antes deste breve panorama geral, temos algumas definições do ponto de vista teórico. Para Klandermans (2001, p. 188)⁴¹⁶, a construção da identidade coletiva por um grupo é condição essencial à ação coletiva. Trata-se de um processo pela qual os sujeitos coletivos produzem significados, se comunicam entre si, negociam e tomam decisões, configurando o 'Nós'. Para o autor (idem, p. 189), “desenvolver uma identidade coletiva significa que um mesmo [grupo] se tenha definido como um grupo, e que tenha desenvolvido concepções de mundo, metas e opiniões compartilhadas sobre o entorno social e as possibilidades e limites da ação coletiva”. Um grupo leva ao cabo uma ação coletiva a partir do êxito com que construiu sua identidade coletiva. Para Klandermans (1997, p. 19)⁴¹⁷, esta envolve a construção de crenças coletivas compartilhadas (de injustiça, de poder de alteração da situação vigente, por exemplo) para gerar uma ação coletiva. Essas crenças são definições construídas socialmente a partir de uma situação que configura os sujeitos coletivos como 'Nós', em contraposição a 'Eles' e à percepção de conflitos vividos na sociedade⁴¹⁸.

Hank JOHNSTON, Enrique LARAÑA e Joseph GUSFIELD (2001, p. 17)⁴¹⁹ entendem que o conceito de identidade coletiva “se refere à definição de pertença a um grupo, limites

⁴¹⁴ Caracterizada como pós-industrial, complexa, com uma interpenetração entre mundo público e privado. Sociedades de massa, avançadas, ou da informação, como refere Melucci (2001).

MELUCCI, Alberto (2001). Qué hay de nuevo em los 'nuevos movimientos sociales'? In: LARAÑA, Enrique & GUSFIELD, Joseph (orgs.). *Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad*. Madrid: CIS.

⁴¹⁵ No artigo de Prado (2001) encontra-se um quadro didático com as divisões das linhas teóricas sob a perspectiva do sujeito coletivo e campo político. No capítulo V da tese de Silva (2005), encontram-se detalhamentos das diferenças entre todos os autores citados por Prado, assim como diferenciação entre 'movimentos sociais' e 'novos movimentos sociais' – também debatidos por Alonso (2009) e Gohn (1997, 2009), que referem uma gama mais ampla de autores por continente (norte-americano, europeu e latino-americano); e com foco mais específico no caso latino-americano por Gohn (2009, 2010) e Ilse SCHERER-WARREN (2005, 2008).

GOHN, Maria da Glória Marcondes (2008). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *CADERNO CRH*, Salvador, vol. 21, nº. 54, Set./Dez., p. 439-455. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=83>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

_____. (2009). *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2010). *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações no Brasil Contemporâneo*. 1a. ed. Petrópolis: Vozes.

SCHERER-WARREN, Ilse (2005). *Redes de movimentos sociais*. 3ª edição. São Paulo: Loyola.

_____. (2008). Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, Set./Dez., p. 439-455. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=83>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

⁴¹⁶ KLANDERMANS, Bert (2001). La construcción social de la protesta y los campos pluriorganizativos. In: LARAÑA, Enrique & GUSFIELD, Joseph (orgs.). *Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad*. Madrid: CIS.

⁴¹⁷ KLANDERMANS, Bert (1997). *The social psychology of protest*. Cambridge: Blackwell Publishers.

⁴¹⁸ Klandermans (1997) apresenta quadros que mostram como ocorre a geração das ações coletivas, a adesão/participação dos sujeitos a estas (e suas motivações) e até mesmo um modelo de comprometimento.

⁴¹⁹ JOHNSTON, Hank; LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph (2001). Identidad, ideología y vida cotidiana en los nuevos movimientos sociales. In: LARAÑA, Enrique & GUSFIELD, Joseph (orgs.). *Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad*. Madrid: CIS.

e atividades que este desenvolve” e complementam que essa identidade “está integrada por definições da situação compartilhadas pelos membros do grupo, e é o resultado de um processo de negociação e laborioso ajuste entre os distintos elementos relacionados com os fins e meios da ação coletiva e sua relação com o entorno”(idem, ibidem). É por meio desse processo de interação, negociação e conflito sobre as distintas definições da situação que as membros do grupo constituem o sentido de 'Nós' que impulsiona os movimentos sociais.

Para Melucci (1988, p. 342 apud ALONSO, 2008, p. 65), “a identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por vários indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece”. Sob essa perspectiva, Silva (2005) entende que a construção da identidade coletiva é um processo dinâmico que se estabelece mediante a percepção das condições objetivas pelos sujeitos coletivos (as oportunidades e constrangimentos), ao mesmo tempo que o 'Nós' se redesenha por meio da apreensão cognitiva das possibilidades e limites produzidos no curso das ações. Como aponta o autor,

a identidade coletiva compõe-se de três dimensões distintas, porém entrelaçadas, as quais configuram um mesmo processo. A primeira trata dos aspectos cognitivos da identidade, da formação de definições compartilhadas, de marcos cognitivos, da compreensão por parte dos sujeitos dos objetivos e meios de ação, bem como do contexto nos quais estes emergem e se constituem. A identidade coletiva implica num certo nível de percepção consciente por parte dos membros de um grupo, algum grau de reflexão e de articulação da pertença a um grupo social com uma história própria e um objetivo coletivo. Se modo simultâneo, no âmbito cognitivo a identidade coletiva é real e idealizada. Ela é real porque se encontra baseada nas experiências pessoais, nas memórias particulares e coletivas que mantêm inúmeros tipos de conhecimentos das realidades experienciadas. Ela é idealizada porque busca as noções ideais para o comportamento humano no desempenho de seus papéis sociais. A segunda dimensão trata dos aspectos referentes à interação dos sujeitos. Para o autor, os processos decisórios, a definição dos marcos cognitivos da ação, decorrem do processo da interação social, são construídos mediante a interação negociada por parte dos atores. A terceira dimensão trata dos aspectos emocionais, os quais são trazidos pelos sujeitos e lhes permitem reconhecer-se em meio ao coletivo. Este aspecto da construção da identidade coletiva envolve os sentimentos positivos ou negativos em relação às características que os membros do grupo compartilham e lhes permitem diferenciarem-se de outros grupos (Melucci, 1996:70-71) (SILVA, 2005, p. 446-7)

Por tais colocações, o caráter dinâmico da constituição da identidade coletiva remete à reconstrução e resignificação constante do 'Nós' e do 'real', por dependerem da permanente negociação e redefinição de orientações comuns acerca dos fins, meios e do ambiente do campo da ação. Como remete Prado (2001, p. 167), o real não pode ser

definido como uma objetividade transparente e completa, mas é tido como um jogo complexo e intenso de disputas por formas de significação.

Feitas essas considerações, corroboramos com as sumarizações teóricas de Prado (2001, p.167):

a identidade coletiva como um processo de criação de significados coletivos, de 'dar formas' à ação coletiva (Melucci, 1996), e de referências e pertencimentos que favorecem a participação dos sujeitos em ações coletivas; e o político como um espaço não institucional definido a partir das disputas por significar o real bem como as identidades, elas mesmas.

Dentro desses processos que constituem as identidades coletivas, temos então o desafio do ponto de vista empírico: compreender como isso ocorre concretamente em uma comunidade ribeirinha. Por meio do caso de Tauaru, veremos como isso acontece.

12.3. Comunidade ribeirinha

O que é uma comunidade ribeirinha? Para Lima (LIMA, 1999, p. 22-3), os assentamentos rurais são chamados de 'comunidade' devido a um programa de organização política dos assentamentos rurais introduzido pela igreja católica, na nova onda missionária a partir do final do século XIX. Antes da introdução desse termo, empregavam-se as palavras 'povoado', 'localidade' ou 'sítio'. Segundo a autora, os habitantes locais usam a palavra comunidade para transmitir a noção de direitos comuns de residência e uso comunal dos recursos (floresta, terra e água) relacionados ao território de sua localidade. E 'ribeirinha', nessa mesma onda missionária, é um termo que traz a imagem do habitante à beira do rio menos carregada que os estereótipos negativos de 'caboclo'. Os habitantes de Tauaru – bem como de muitas outras comunidades amazônicas – se referem à localização geográfica da comunidade à beira do rio como o 'beiradão'.

De um ponto de vista mais geral, Sawaia (1996)⁴²⁰ aponta que 'comunidade' pode ser pensada tanto como uma categoria científico-analítica (conceito abstrato para entender a relação indivíduo/ sociedade), quanto uma categoria orientadora da ação e da reflexão (seu caráter sociopolítico e utópico), cujo conteúdo é sensível ao contexto social em que se insere. Seguindo as elucubrações teóricas de Nisbet, a autora define que:

'Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral (...) e continuado no tempo. Ela encontra seu

⁴²⁰ SAWAIA, Bader Burihan (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes. 11ª Edição.

fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva duma motivação profunda e realiza-se na fusão das vontades individuais, o que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elemento de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição'. O elemento que lhe dá vida e movimento é a dialética da individualidade e da coletividade. A relação face a face e o espaço geográfico não são elementos fundamentais na configuração da comunidade, mas são sua base cotidiana de objetivação (SAWAIA, 1996, p. 50).

Discordamos da autora no que tange ao acento dado ao espaço geográfico. Na Amazônia, as referências comunitárias e identitárias estão fundamentadas, entre outros fatores, na concretude da natureza. Morar no 'beiradão' é uma experiência singular à vida das pessoas que ali estão. Edna Ferreira ALENCAR (2005, p. 61)⁴²¹ nos mostra que as várzeas⁴²² (Figura 02) do Alto Solimões apresentam terras de formação instáveis sujeitas a modificações constantes, devido ao fenômeno da terra caída e formação de praias e ilhas. Esse fenômeno “tem causado a extinção de povoados e mobilidade de outros (Alencar, 2004), imprimindo uma dinâmica ambiental que altera a configuração da paisagem, influenciando o padrão de ocupação humana, a densidade populacional e o tipo de produção econômica” (idem, p. 61).

⁴²¹ ALENCAR, Edna Ferreira (2005). Políticas Públicas e (in)sustentabilidade social: o caso de comunidades de várzea no Alto Solimões, Amazonas. In: LIMA, Deborah de Magalhães (org.). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Manaus: Ibama, ProVárzea.

⁴²² Para Miguel PETRERE JÚNIOR (2007, p. 11), “as áreas de várzeas representam um dos macro-ambientes mais importantes para a pesca em águas continentais do mundo. Em termos de abrangência, Sippel et al. (1992), estimaram que a várzea alcança de 400.000 km² a 500.000 km² de área inundável apenas no rio Solimões-Amazonas, dos quais 300.000 km² são planícies alagadas bordeando os grandes rios. Dentre esse ambiente, há áreas que permanecem mais tempo inundadas que seca, conhecidas como várzeas ou restinga baixa, e áreas raramente inundadas, as várzeas ou restinga alta. Nas várzeas baixas, formam-se numerosos lagos rasos, cuja extensão pode atingir centenas de quilômetros. Sazonalmente, as águas ultrapassam os limites das restingas marginais e transbordam [Figura 02]. Nesse processo, a floresta é inundada e os lagos interiores estabelecem uma conexão com a calha principal dos rios. Conseqüentemente, há erosão com carreamento de detritos e sedimentação que resulta em uma notável variação na produção aquática e enriquecimento do solo com nutrientes, catalisando o crescimento da vegetação e da cadeia trófica relacionada (Junk, 1983)”.

PETRERE JÚNIOR, Miguel et al. (2007). Amazônia: ambientes, recursos e pesca. In: IBAMA & PRÓVARZEA (2007). O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendência do desenvolvimento a indústria da pesca – Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. Manaus: IBAMA/PróVárzea.

Figura 02: Perfil típico das várzeas na Amazônia Central
Fonte: Petrere Júnior (2007)

Os ciclos das águas em uma zona de várzea, que inundam as comunidades, modificam a geografia local (fenômeno da terra caída) e determinam a época de plantio e colheita da agricultura, não são aspectos exteriores à essas vidas. Como argumenta Harris (1998)⁴²³, há reciprocidade entre a vida social e a sazonalidade típica dessas zonas. A natureza não é externa à vida comunitária, mas está contida nela: as pessoas constroem a sazonalidade, que se torna produto/produtora de sua relação com o ambiente. Para o autor (idem, p. 79), "podemos falar em 'culturas' e 'ambientes' como trabalho em movimento. As atividades das pessoas são uma parte crucial desse trabalho, e a sazonalidade é a periodicidade do movimento criativo ele próprio".

Esse aspecto recíproco entre sazonalidade e vida social é a base de objetivação do campo simbólico dos habitantes das várzeas. O conhecimento dos ciclos da natureza, especialmente aquele das águas, fazem parte de seu modo de reprodução social e simbólica. Tal como elaborado por Castro (1997, p. 226-7)⁴²⁴,

encontramos nos denominados *ribeirinhos*, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagens da mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada.

⁴²³ HARRIS, Mark (1998). The rhythm of life on the amazon floodplain: seasonality and sociality in a riverine village. *The journal of the royal antropological institute*, vol. 04, n° 01, March, p. 65-82.

⁴²⁴ CASTRO, Edna Maria Ramos de (1997). Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: _____ & PINTON, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA.

Por tais argumentações, compreendemos que os conhecimentos da natureza fazem parte da vida social do amazônida. Ou como preferem colocar Fraxe et al. (2006, p. 233)⁴²⁵, a natureza é o mundo vivido – e por isso o rio é espaço de referência identitária. Como defende Valter do Carmo Cruz (2008, p. 59)⁴²⁶,

(...) pois o rio como *espaço físico-natural* (paisagem natural) é fundamental como meio de transporte, como fonte de recursos naturais e ainda contrivui de maneira fundamental na temporalidade, no ritmo social de parte da região, bem como é matriz da organização espacial em grande parte da Amazônia. O rio como *espaço social* é meio e a mediação das tramas e dos dramas sociais que constituem o modo de vida ribeirinho com seus saberes, fazeres e sociabilidades cotidianas. Já como *espaço simbólico* ele é matriz do imaginário, produto e produtor dos sistemas de crenças, lendas, cosmologias e mitos ligados à floresta e ao misterioso universo das águas que são elementos fundamentais na construção da cultura do ribeirinho na Amazônia.

Por isso, uma comunidade ribeirinha não é apenas um assentamento rural, mas um emaranhado de relações sociais fundantes/fundadas por aqueles que estão dentro e fora dela, naquele ambiente particular: a beira dos rios amazônicos. O relato de S. Marcos indica bem esses aspetos interligados que queremos ressaltar:

[Como é a vida aqui em Tauaru?] Bem, a vida dos tauaruenses aqui é sempre aquela, tem a época da plantação e tem a época da pesca, ou seja, a gente vive nos dois. Quando está cheio a gente tá pescando, tem as épocas da pescaria também, quando o rio está cheio nós pescamos no igapó, que formam os igapós então isso aí a gente pesca para comer, vender peixe miúdo. E quando o rio baixa a gente começa as plantação, nós plantamo macaxeira, milho, banana e por aí vai, enquanto está crescendo, que o rio, o verão como o senhor percebeu quando chegou aqui e viu que estava seco, aí a gente está pescando nesse período enquanto as plantações estão crescendo. Quando chega o tempo da enchente de novo, do inverno, aí nós começamos a colher as plantação, colher as roça, banana, milho, aí depois que colhe e se não alagar, se não encher bastante da pra colher as plantas, a gente ainda escapa algumas plantações, agora se chegar a época dele encher bastante ele pode consumir as plantação que a gente têm. [Quais são as plantações que ficam debaixo d'água, e têm que coletar logo?] São as mandiocas. Ela não pode pegar água porque aí ela estraga rápido, vai para o barro aí a gente não consegue mais tirar. [Quanto tempo demora a mandioca para crescer?] Tem vários tipos de mandioca, tem para um ano, a colheita dela pra um ano, a mais fácil que a gente planta aqui é a de seis meses, aqui à 'varuda' que chamam é seis meses, então essa aí a gente planta que é mais fácil de colher, por que quando ela está com seis meses já da pra colher pra fazer a farinha. A outra é a 'racha terra' que chamam, é a mandioca amarela, dessas aí tem

⁴²⁵ FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; LIMA, Marcos castro de; CASTRO, Albejamere Pereira de (2006). Natureza e mundo vivido: o espaço e lugar na percepção da família cabocla/ribeirinha. In: SCHERER, Elenie & OLIVEIRA, José Aldemir de (orgs.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond.

⁴²⁶ CRUZ, Valter do Carmo (2008). O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro & TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA.

uma tal de sumaúma, tem vários tipos de maniva que chamam, agora essas aí são para um ano e demoram mais. [Alguém planta essa daí aqui?] Antes nós plantávamos, agora o pessoal planta mais essa seis meses. [Por que antes plantava aquela?] Bem, por causa que antes não dava tanta alagação assim, as terras mais alta já caíram o barranco já levou, aquelas restingas que eram mais altas que escapava a maniva, a macaxeira, né, então esse tempo a gente plantava. Ai depois que o barranco foi quebrando como o senhor vê aí, as terras já foram ficando mais baixas aí não dá tempo. O barranco foi destruindo. Agora só sobrou as terras mais baixas.

Como vemos, no caso da Amazônia a concretude da natureza é sim elemento fundamental na configuração de uma comunidade. No caso de Tauaru, pudemos vivenciar as transformações decorrentes do fenômeno da terra caída: ela havia se transformado bastante entre os anos de 2006 e 2008, momentos em que o barranco praticamente destrói o local onde a comunidade fora fundada (a 02 de Abril de 1977, quando se planta a cruz⁴²⁷). Para ilustrar esse grau de mudança, montamos um croqui com a configuração espacial da comunidade tomando por base o ano de 2006, com a reconstituição das casas a partir do momento em que o barranco começa a cair, em 1990.

Pela figura 03, podemos observar a primeira disposição da comunidade: ela se formou ao redor da cruz e foi se expandindo para o lado esquerdo. Para os tauaruenses, a partir do Paraná da Saudade se sobe à comunidade, por isso é o lado esquerdo⁴²⁸. O fenômeno da terra caída se apresenta entre 1990 e 1995 com menos força. Os moradores que perderam suas casas nesses anos, alguns se transladam para as outras já construídas no centro, num movimento de sucessão de casas (coincide de alguns se mudarem da comunidade e ceder/vender suas casas) e outros constroem suas casas do lado direito. Em 2003, o barranco cai com um pouco mais de intensidade, alcança o centro de Tauaru e essas famílias também constroem novas moradias do lado direito. Então, entre 2006 (início de nossas idas a campo) e 2008, o barranco leva boa parte das casas e seus moradores se mudam todos para o lado direito. A nova disposição da comunidade pode ser observada na figura 04. As principais consequências na vida comunitária foram: perda de áreas altas para a agricultura; distância muito grande entre as casas, o que dificulta a comunicação e a convivência familiar – mas, por outro lado, diminuíram as intensas rixas familiares; mudança de moradores para outras localidades; perda da casa de força (inaugurada em 2006).

⁴²⁷ Adiante explicamos a respeito desse acontecimento.

⁴²⁸ Essa orientação mental nos foi mostrada a partir do primeiro croqui (FIGURA 04). Após sua elaboração pelos próprios tauaruenses, eles me pediram que eu o trouxesse 'passado a limpo'. Então, na viagem seguinte, levei um croqui novo, desenhado por uma colega do Grupo Inter-Ação, para ser pintado pelos jovens. Durante esse processo, eles me disseram que o croqui estava ao contrário. As normas de elaboração de mapas ditam que o Norte fica para cima. Mas na imagem mental de seus habitantes, a comunidade fica 'ao contrário'. Desse modo, ao elaborar o segundo croqui com a disposição antiga da comunidade (FIGURA 03), já pedi que seus desenhistas o fizessem segundo sua orientação mental. Tomei o cuidado de deixar a Figura 04 para esta tese de acordo com a perspectiva tauaruense.

Figura 03: Croqui Tauru antigo e fenômeno terra caída

Figura 04: Croqui Tauru Setembro/2008.

12.4. Organização social, gestão comunitária, redes comunitárias

E o que é a organização social? De um ângulo mais geral, escreve Eliana Teles RODRIGUES (2006, p. 18)⁴²⁹:

Segundo Blau e Scott (1970), o termo organização social está diretamente relacionado às maneiras da conduta humana organizada socialmente. O

⁴²⁹ RODRIGUES, Eliana Teles (2006). *Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ribeirinho em uma ilha da Amazônia*. 128p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Programa de pós-graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido, Núcleo de altos estudos amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém: NAEA-UFPA.

caráter social a elas conferido deve-se muito mais às regularidades observadas no comportamento das pessoas do que às características fisiológicas ou psicológicas do indivíduo. O ponto central da organização, dizem os autores, é definido pela formação de redes de relações sociais entre indivíduos e grupos, os quais também definem as estruturas de posições. Mas para formarem um todo, necessita-se de um sistema de crença e orientações compartilhadas que os oriente (BLAU & SCOTT, 1970, p. 15-16).

De modo mais específico e tomando como objeto empírico as comunidades ribeirinhas amazônicas, Christian Nunes da SILVA e Antônio Marcos ALBUQUERQUE (2004, p. 137)⁴³⁰ colocam que a organização social diz respeito à maneira como as pessoas se organizam para se auto-reproduzirem em termos biológicos e socioeconômicos, envolvendo questões da demografia, da família, do associativismo e da organização política. Rodrigues (2006, p. 18) argumenta no mesmo sentido: a organização espacial e territorialidade de uma comunidade reflete sua produção e reprodução da vida material e econômica. Por essa mesma linha de raciocínio, encontramos as demais produções que versam a respeito da organização social em comunidades amazônicas, cada uma enfatizando mais ou menos um ou outro aspecto da vida comunitária. Por exemplo, Alencar (2005, p. 59), ao analisar as condições de vida e modos de reprodução social de algumas comunidades de várzea do Alto Solimões, destaca: as estratégias econômicas adotadas pelos grupos domésticos para garantir a reprodução; o grau de dependência de recursos naturais para a subsistência; as maneiras tradicionais de gerir tais recursos; os tipos de conflitos socioambientais envolvendo o controle do acesso aos mesmos.

Já Chaves (2001) ressalta que as comunidades ribeirinhas possuem um mecanismo interno de organização que as torna particulares e que lhes possibilita agirem em prol de suas necessidades. A autora nomeia-o como *gestão comunitária*: “um fator dinâmico instituído pelas forças internas à comunidade” (idem, p. 216). Em sua argumentação, esta se refere à tentativa de nomear as potencialidades locais devidamente gerenciadas e coletivamente administradas. Trata-se de um “mecanismo interno às comunidades [que] lhes capacita para atuarem como protagonistas de seu próprio desenvolvimento, seja através dos saberes e manejo dos recursos locais, seja como usuários de tecnologias” (idem, p. 224). A defesa de Chaves, com a noção de *gestão comunitária*, é reforçar a organização social própria existente em comunidades ribeirinhas, que devem ser estudadas e respeitadas ao se proporem intervenções de origem externa a elas. Essa mesma preocupação da autora é contemplada pela PNPCT, cujo um dos objetivos específicos é

⁴³⁰ SILVA, Christian Nunes da & ALBUQUERQUE, Antônio Marcos (2004). Organização social: demografia, família, associativismo e participação política. In: SIMONIAN, Lúcia Terezinha Lopes (org). *Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca – Barcarena/PA*. Belém: NAEA-UFGA; Projeto NAEA/Fundação Ford.

“apoiar e garantir o processo de formalização institucional, quando necessário, considerando as formas tradicionais de organização e representação locais”. No entanto, o acento de Chaves é o de que se deve, além de considerar e respeitar a organização comunitária, potencializá-la para que se amplie seu alcance e força pelas lutas por direitos e bem-estar⁴³¹.

Interpretamos essa nomeação como a tentativa da autora de, por um lado, salientar a especificidade da organização social das comunidades ribeirinhas amazônicas e, por outro, expressar a necessidade de fortalecê-la⁴³². Para Chaves (2001, p. 224), os elementos que compõem a *gestão comunitária* são: organização sociocultural e política, o nível de participação, as relações de vizinhança e a rede de ajuda mútua. Ou seja, aspectos muitos semelhantes aos ressaltados por Silva e Albuquerque, Rodrigues e muitos outros pesquisadores que adotam a 'organização social'. Chaves ressalta que não obstante se delimite formato e características comuns, o potencial inerente à *gestão comunitária* se particulariza em cada comunidade.

Desenvolvendo esse ponto de vista de Chaves, Silva (2008) parte da compreensão de que a relação dos Homens entre si e com natureza, no âmbito das comunidades ribeirinhas, é marcada pelas distintas formas de *gestão comunitária* desenvolvidas por esses grupos sociais. Esta gestão se caracteriza como “o modo singular de organização sociocultural, através da qual os núcleos comunitários utilizam e relacionam os recursos locais (sejam eles: recursos naturais, financeiros e humanos) disponíveis em seus territórios” (SILVA, 2008, p.15). Segundo a autora, a gestão comunitária se pode compreender diferentes perspectivas da vida comunitária, como: a) os conhecimentos tradicionais impressos no manejo dos recursos locais; b) as simbologias e mitos que permeiam a relação do Homem com a natureza neste contexto; c) os conflitos entre os grupos familiares; d) e as potencialidades da comunidade expressas por meio dos mecanismos e instrumentos coletivos utilizados no enfrentamento das dificuldades que os

⁴³¹ De acordo com Isaac PRILLELTENSKY (2004, p. 15), não entendemos o bem-estar como algo restrito à necessidade do âmbito psicológico, já que esse ideal é uma construção social baseada em valores e crenças de um determinado grupo/cultura. Há sinergia entre as necessidades pessoais (autoestima, autocontrole, esperança, etc.), as relacionais (sentido de comunidade, cuidado e apoio social, etc.) e as coletivas (acesso a serviços de saúde, seguridade social, igualdade, etc.). A experiência é individual, mas vivida em função dos aspectos relacionais e coletivos. Por esse ângulo, níveis satisfatórios de bem-estar não são logrados caso não se dê aos indivíduos/grupos oportunidades de aumentar sua influência política por justiça (também nos níveis individual, relacional e coletivo) – o que envolve poder de transformação do *status quo*. Portanto, é “quando alcançamos uma compreensão política e psicológica integrada do poder, bem-estar e justiça que efetivamente mudamos o mundo a nosso redor” (idem, p.28).

PRILLELTENSKY, Isaac (2004). Prólogo – Validez psicopolítica: o próximo desafio à psicologia comunitária. In: MONTERO, Maritza. *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós.

⁴³² Fortalecer a *gestão comunitária*, em primeiro plano, ocorre pelo tipo de metodologia adotada na interação entre quem faz a leitura da comunidade e os comunitários. Como Chaves sugere a pesquisa-ação, isso significa que o envolvimento comunitário nas tomadas de decisão e condução de um projeto é elemento essencial. Desse modo, respeita-se sua organização social e, ao fazê-lo, se fortalecem seus fundamentos.

atingem (SILVA, 2008, p.16).

Um exemplo dessas potencialidades, segundo Silva, se manifesta pelas práticas de ajuda mútua desenvolvidas pelos atores sociais das comunidade ribeirinha no contexto amazônico. Essa prática, compreendida em sua perspectiva histórica, se constitui como causa e efeito da sociabilidade entre os Homens e é fundante de suas identidades, estruturando um modo de agir coletivo caracterizado pelo auxílio recíproco, em que se encontram solidariedade e cooperação no compromisso pelo objetivo comum às atividades.

Em nosso caso, o aspecto da organização comunitária que daremos mais ênfase é o das 'forças internas' que configuram as ações coletivas pela luta por direitos e bem-estar, que constroem o sentido de 'Nós' e expressa a força política das identidades coletivas. O que geralmente causa certo espanto para acadêmicos de outras áreas, nós provenientes da Psicologia e Psicologia Social tratamos essas 'forças internas' não como algo restrito à esfera da interioridade de cada sujeito – e por isso ilegível –, mas como manifestações psicossociais que ilustram a relação indivíduo/sociedade, objetivo/subjetivo.

Para desmistificar e facilitar as leituras de aspectos das ações coletivas que ocorrem na tensão entre o interior/exterior de uma comunidade, recorreremos à perspectiva psicossocial de redes comunitárias elaborado por Montero (2004c, p. 181-2)⁴³³, que as define como:

uma trama de relações que mantém um fluxo e refluxo constante de informações e mediações organizadas e estabelecidas em prol de um fim comum: o desenvolvimento, o fortalecimento e alcance de metas específicas de uma comunidade em um contexto particular.

Essa noção é vazia se a pensarmos como abstração. No entanto, ao considerarmos os aspectos empíricos que preenchem as tramas de relações que dão significado às ações coletivas e à constituição das redes, damos-lhe vida e dinamismo. Para Maritza, os aspectos-chave dessa definição são: a complexidade das relações (trama), devido à diversidade dos sujeitos que a compõe (diferenças de idade, gênero, etc.); a multiplicidade de estilos para estabelecer e manter tais relações (a influência da particularidade das pessoas/grupos); a mobilidade dos elementos (aspecto do intercâmbio, jogo de interesses, em prol do objetivo previsto). Tais aspectos configuram a articulação das pessoas de maneira peculiar e em direção a um objetivo comum. Desse modo, uma série de características somadas nos permite identificar os processos de redes comunitárias dentro da organização social. São elas:

a) a pluralidade e diversidade dos membros; as distintas visões de cada um de como

⁴³³ MONTERO, Maritza (2004c). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. 1ª ed. 1ª reimpr. Buenos Aires: Paidós.

- conduzir as ações; as inter-relações entre eles; a dinâmica dessas relações; a interdependência entre os integrantes;
- b) a construção das ações coletivas; a participação e compromisso de cada um e do coletivo como um todo;
- c) as divergências e convergências; os pontos de tensão e negociação; a capacidade de construção e reconstrução da própria rede;
- d) o intercâmbio de experiências e informações; a cogestão; a repartição de conhecimentos e poderes compartilhados;
- e) a afetividade, filiação e solidariedade.

Em suma, características que servem como pontos de observação das 'forças internas' de uma comunidade e mostram as inter-relações existentes entre os indivíduos entre si, com a coletividade e seu exterior. Mais do que isso, ao compartilharmos do cotidiano dessas pessoas, somos inseridos nessas tramas de relações e, de certo modo, passamos a vivenciar as tensões, conflitos, pactos e acordos existentes em seus enredamentos. Daí a importância da 'análise da implicação' e a negociação de sentidos com os interlocutores, como referido no capítulo metodológico, como aspecto essencial à obtenção de informações⁴³⁴.

Por meio dessa perspectiva psicossocial comunitária, a organização social ganha vida e se pode entender como se vem a construir as ações coletivas. Foi tentando captar tais aspectos que formamos uma imagem das relações comunitárias vividas em Tauaru. Portanto, não se trata de algo diferente da organização social vista pela ótica de trabalhos de pesquisadores de outras formações, mas de chamar a atenção para alguns elementos que auxiliam a entender, a partir da *gestão comunitária* particular, as nuances das interações entre os indivíduos, que fundam coletivos articulados em prol de um objetivo comum – o que se expressa pela suas identidades.

Dentro dessa leitura, cabe refletir também sobre as estratégias das lideranças, formais e informais, bem como as relações de poder que se estabelecem no contexto comunitário. Inúmeros estudos, a partir da Psicologia Social, enfatizam a influência que uma pessoa exerce sobre outras e não é necessário, neste momento, retomar essa

⁴³⁴ A atitude metodológica que considera o pesquisador como fonte de informação, por ser elemento da relação estabelecida com a outra pessoa, faz parte das discussões dentro da Psicologia e Psicologia Social desde seus primórdios. Com argumenta Guareschi (1996, p. 89), as relações nunca se predicam de um só elemento, pois elas sempre implicam em dois e, por isso, deve-se considerar a interação que se estabelece entre os envolvidos na mesma. Nesse sentido, a construção de sentido da alteridade é resultado do diálogo que se estabelece entre os interlocutores, da negociação de sentidos e do intercâmbio entre saberes. Esse tipo de discussão é antiga em nossas disciplinas de formação, mas não significa que não venha sendo alvo de debate aos cientistas de outras áreas. Como lembram Oliveira (1996, 2006) e Oliveira Filho (1988, 1999a, 1999b), a Antropologia também passou pela problematização da construção da 'objetividade' de um ensaio etnográfico. Por isso, se ressalta “a preocupação em enquadrar o discurso histórico e etnográfico como um produto social resultante das potencialidades de um indivíduo imerso em uma rede de relações sociais” (OLIVEIRA FILHO, 1988, p. 62).

multiplicidade de abordagens sobre a liderança. O que queremos ressaltar é que, seguindo os pontos de vista de Alexandre DORNA (2003, 2004)⁴³⁵, para se entender os movimentos identitários vividos no interior de grupos, é necessário que se investigue as relações entre líderes e o grupo. Isso porque os elementos carismáticos que esses possam ter (ou não) influenciarão nas formas de organização social e política do grupo e direcionarão, em certa medida, as construções identitárias desses sujeitos coletivos, os antagonismos internos ao grupo e em relação aos grupos exteriores. Essas dinâmicas de ordem interna/externa compõem aspectos psicopolíticos dos processos de produção identitária, como apontam Klandermans (1992, 2002)⁴³⁶, Prado (2002)⁴³⁷, Sandoval (1994⁴³⁸, 2001) e Silva (2003⁴³⁹, 2006).

O que vale destacar a respeito da liderança, a partir da revisão de José Manuel Cameselle SABUCEDO (1996, p. 57-68)⁴⁴⁰ e das contribuições de Montero (2004a, p. 93-114), é que o fenômeno da liderança pode ser compreendido a partir da: estrutura do grupo/comunidade; função do líder nessa estrutura; características do líder; influência que este exerce sobre os demais; efeitos facilitadores que o líder proporciona para o alcance de objetivos; diferentes estilos de liderança. Dito de outra forma, ao se refletir sobre o fenômeno da liderança na comunidade estudada, se está concomitantemente aprofundando sobre sua dinâmica social.

Da mesma maneira, pode-se pensar que as relações comunitárias são relações de poder, como destaca Guareschi (1996). Tomando por base as leituras foucaultianas, o autor entende o “poder como sendo a capacidade de uma pessoa, de um grupo, para executar uma ação qualquer, ou para desempenhar qualquer prática” (idem, p. 90). É o poder de realizar algo, em função das condições que possibilitam, ou não, esse exercício. Dentro dessas condições está o modo como cada pessoa/grupo exerce o poder de executar uma determinada ação.

⁴³⁵ DORNA, Alexandre (2003). *Crisis de la democracia y liderazgo carismático*. México, D.F.: Ediciones Coyoacán.

_____. (2004). La re-habilitacion d'un paradigme perdu: la psychologie politique. *Revista Psicologia Política*. São Paulo, vol. 4, nº 8, p. 225-254.

⁴³⁶ KLANDERMANS, Bert. (1992). Mobilization and Participation: Social Psychological expansion of the resource mobilization theory. *American Sociological Review*, 49. p. 583-600.

_____. (2002). The demand and supply of participation: Social psychological correlates of participation in a social movement. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, vol. 02, nº 03, p. 83-114.

⁴³⁷ PRADO, Marco Aurélio Maximo (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: Reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, vol. 08, nº 11, p. 59-71. Disponível em: <http://www.pucminas.br/destaques/index_interna.php?pagina=775>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

⁴³⁸ SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. (1994). Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil, In: Spink, Mary Jane (org.) *A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.

⁴³⁹ SILVA, Alessandro Soares da (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. *Revista Psicologia Política*. São Paulo, vol. 03, nº 05, p. 55-88.

⁴⁴⁰ SABUCEDO, José Manuel Cameselle (1996). *Psicología Política*. Madrid: Editora Síntesis.

Michael Foucault (2002)⁴⁴¹ aponta que o poder é exercido na microfísica das relações, nas tramas que se estabelecem entre os diferentes agentes nelas envolvidos. O exercício de poder acontece devido à assimetria de lugares entre os indivíduos – e todas as relações humanas são assimétricas (FOUCAULT, 2005). Como refere Santos (1999, p. 43), as diferentes constelações de poder constituem as práticas sociais. Seguindo essa compreensão, em outros trabalhos (CALEGARE, 2005) argumentamos que é no conjunto de práticas ou relações sociais concretas que se reproduzem e, nesta reprodução, se legitimam, que se constituem as relações de poder.

Essa mesma abordagem é compartilhada por Montero (2004a), a qual indica que todas as condições psicossociais que sustentam as relações comunitárias estão presentes nas relações de poder e, nessa perspectiva, estas últimas são indicadores da organização social de uma comunidade particular.

12.5. Brasão Novo de Tauaru⁴⁴²

Tauaru é uma comunidade que no presente revela algumas particularidades. Dentre os aspectos que a tornam singular, temos:

- 1) trata-se de uma comunidade não-indígena, em um pequeno espaço territorial (na várzea) situado em meio a terras indígenas, que vem tentando se tornar indígena;
- 2) é reconhecida como comunidade de vocação pesqueira na região;
- 3) é uma comunidade que segue a religião da 'Santa Cruz';
- 4) possui maior número de moradores que aquelas a seu redor;
- 5) dispõe de algumas organizações formais e seu grau de reivindicação perante as autoridades governamentais já lhes rendeu alguns benefícios. A respeito deste derradeiro aspecto, explica S. Alcimar:

A nossa vida aqui em Tauaru, graças a Deus nós aqui vivemos numa riqueza suficiente, tudo que se planta aqui dá, tudo que a gente quer tem na comunidade. Até mesmo muitas comunidades ficam querendo a nossa comunidade e outras ficam com raiva porque não conseguem o que nós temos conseguido através da Associação, porque além de Belém do Solimões e Mariuçu que são as comunidades maiores aqui do município de Tabatinga, a única que tem recebido mais benefícios é a nossa, através da Associação que temos estado com o prefeito e conseguido muitos benefícios, e outras comunidades não tem conseguido nada porque eles não quiseram fazer associação, e hoje a gente tem visto que para conseguir alguma coisa é só através de uma associação para entrar em parceria com

⁴⁴¹ FOUCAULT, Michael (2002). *Microfísica do poder*. 23ª Edição. São Paulo: Graal editora
(2005). *Vigiar e Punir – história da violência nas prisões*. 30ª edição. Petrópolis: Vozes.

⁴⁴² Há um 'Diagnóstico da comunidade de Tauaru - Registro da comunidade' (doravante, Registro), escrito por um de seus moradores em 2004, em um livro de registros com acontecimentos comunitários. Nele consta: “Tauaru é uma palavra indígena que surgiu de uma árvore que existia na localidade com o nome de tauaru de designação de árvores das Ledetidáceas e no tupi-guarani que quer dizer pequena palhoça nas roças e seringais”.

as entidades, e muitas comunidades são prejudicadas, e nós não, graças a Deus temos como conseguir as coisas com facilidade, a gente pega a ajuda do Exército, a nossa comunidade pega medicação 03 vezes ao ano, eles vêm fazer um trabalho gratuitamente na nossa comunidade. [Eles fazem o quê?] Eles vêm fazer um trabalho de medicação, eles vêm fazer tudo na comunidade, eles trazem dentistas, médicos, trazem tudo quanto é coisa para a comunidade para fazer esse trabalho, passam um, dois dias e vão embora, e eles dispõem o hospital ao trabalho nosso lá se for preciso. Nós também temos parceria com a Casa da Mãe Gestante, temos conseguido esse acesso para lá.

Essas particularidades refletem o modo como atualmente sua organização social está fundamentada nos entrelaçamento entre laços de parentesco, ditames da religião, associações e organização coletiva das atividades produtivas (ajuda mútua e apropriação comunal dos recursos naturais).

Para entender porque a organização social atual da comunidade de Tauaru está configurada a essa maneira, buscamos no passado alguns elementos que nos indicassem o porquê do presente (FRAXE, 2004)⁴⁴³. Entre este estão: 1) as origens das famílias; 2) o ato de fundação da comunidade, em 04 de abril de 1977, quando se plantou a cruz⁴⁴⁴. Daqui em diante, passo a escrever em primeira pessoa do singular.

Nesse trabalho de resgate da memória e reconstrução de lembranças, como refere Ecléa Bosi (1994)⁴⁴⁵ – sempre focado em entender as redes comunitárias e as ações coletivas –, conversei com os mais velhos da comunidade em movimentos de idas e vindas às casas, pois a cada momento uma nova revelação aparecia e, na tentativa de dar certa coerência e linearidade às lembranças, eu consultava e reconsultava esses velhos. Além deles, cada vez que eu recontava os achados aos demais tauaruenses, mais alguns detalhes eram revelados ou indicações de novos interlocutores me eram dadas.

A reconstrução dessas memórias não é tarefa fácil, por dois motivos principais: a) a conversa com os mais velhos não é como uma consulta a um banco de dados. Uma lembrança puxa a outra e só com paciência se consegue constituir uma imagem que inter-relacione o relato dessas experiências vividas. b) espera-se que um relato seja condizente com o que de fato ocorreu, ou seja, o critério de verdade. De início, levei em conta a consideração de Bosi (1994, p. 37): "a veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial". Nesse sentido, não foi minha preocupação fazer uma 'constatação de realidade' – um termo utilizado em uma linha da Psicologia clínica para designar o ato do

⁴⁴³ FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto (2004). *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume.

⁴⁴⁴ Na horizontal, está o acrônimo STA (salve tua alma); na vertical, RDSM (Recordação da Santa Missão). Seguida da data em que foi plantada. Os moradores carregam uma cruzinha junto ao peito, com esses acrônimos (sem a data).

⁴⁴⁵ BOSI, Ecléa (1994). *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. 3ª edição. São Paulo: Cia das Letras.

terapeuta de procurar saber se o que o atendido diz é ou não verdade, se tem base ou não na realidade, pois ele pode estar fantasiando/inventando tudo. Por isso, os terapeutas não trabalham com essa constatação, mas com a verdade da pessoa construída na relação terapêutica. Em muitos dos fatos contados, não fui atrás de informações que validassem, ou não, o relato do narrador, pelo fato do aspecto essencial do ato de relatar ser o filtro do presente:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994, p. 55).

Fui me dando conta que o narrador relatava suas memórias em função do *ethos* do grupo familiar a que pertence e dos interesses ligados à pertença a um ou outro grupo, no presente. Portanto, mais do que verificações de realidade, meu interesse principal era perceber como o fato se encaixava nas tramas inter-familiares e suas relações de poder. Esse foi mais um modo de compreender as divergências/ convergências, os pontos de tensão e negociação, que singularizam a organização social de Tauaru.

Em boa parte das conversas éramos (a equipe) induzidos a ver através do ponto de vista de um interlocutor pelo fato dele nos posicionar na trama de relações da qual faz parte. Assim, pode-se dizer que o ato de construção de sentidos, pelo intercâmbio com o interlocutor, é enviesado por seu posicionamento nas redes comunitárias, suas opiniões a respeito das relações familiares, sua compreensão das relações de poder no presente. Minhas pretensões de objetividade científica tiveram que dar lugar à negociação das

verdades tendenciosas dos narradores⁴⁴⁶.

Nessa reconstrução, contei com a sorte de, em uma das viagens a campo, ter tido o privilégio de conversar com um dos fundadores, que não mora há anos na comunidade, mas estava lá por conta de motivos da religião – tal qual relato mais adiante.

Dito isso, apresenta-se então uma reconstrução a partir dos vários relatos, que não tem pretensão de verdade absoluta, mas de compilação da memória daqueles que vivenciaram a constituição de Tauaru. Por isso o cuidado de confirmar e reconfirmar as informações em muitas idas e vindas às casas dos moradores, cafezinhos e caldeiradas de peixe com farinha.

12.6. Histórico de Tauaru

12.6.1. Os primeiros moradores da região

A história de Tauaru se confunde com a do jovem cearense que chegara em 1908 à região: Gonçalo Evangelista de Almeida. Torna-se seringueiro na região do rio Javari e ali se arranja com Francisca Maria Angélica, uma mulher mais velha que também era cearense. Tiveram cinco filhos: Ivo, Pedro, Oscar, Aloísio e Edson. Conta-se que 'Dona Chiquinha', em determinado momento, adoeceu e disse para Gonçalo arranjar outra mulher porque ela já era velha. Então, o cearense arranjou-se com D. Julia, com quem teve mais uma filha: Alcide. Por julgar ela 'trapaceira', deu peia⁴⁴⁷ nela e expulsou-a de casa. Casa-se pela terceira vez, com Umbelina Xavier de Carvalho⁴⁴⁸, com quem tem 15 filhos. Conta-se que Gonçalo era 'bravo', 'ruim', não hesitava em usar da violência, sabia orações para se

⁴⁴⁶ Os grupos focais, em certo sentido, minimizaram essa discrepância de visões, pois os interlocutores estavam todos cara a cara. Cada ponto de vista era respeitado, corroborado ou confrontado naquele momento artificial, o que nos serviu de indício para compreender a dinâmica das relações comunitárias. Exemplos da discrepância de verdades, que eu intencionalmente não quis fazer uma constatação de realidade: 1) o proprietário das terras de Tauaru possui um documento antigo atestando a posse da área. Anualmente, ele paga, sozinho, imposto sobre as terras. Isso o torna uma liderança e figura de respeito na comunidade. Entretanto, membros de um outro grupo familiar me relataram que pesquisadores estiveram na comunidade e realizaram levantamento fundiário da região, constatando que a propriedade estava no nome de pessoas cujos descendentes não moram em Tauaru. No Registro, consta: 'com a propriedade do sr. Antônio Miranda Calda e de dona Raimunda Calda, conhecida como Iaia'. No entanto, as terras são reconhecidas como pertencentes a esse morador de Tauaru. Há também os que dizem que essa propriedade já nem existe mais, por ter sido levada pelo barranco. 2) O cacique da comunidade, reconhecido recentemente (o que o coloca como liderança), afirmou-me que sua mãe era Cocama. Seu irmão, entretanto, afirmou que seu pai era filho dos cearenses que vieram à região, e sua mãe filha de peruanos vindos de Lima à região. 3) A credibilidade do líder comunitário estava sendo posta em xeque durante o período que visitei Tauaru. Havia muita intriga em relação à seu mandato, que já seguia para o terceiro seguido. Num determinado momento, diziam que ele havia pedido chapas de zinco ao prefeito para a comunidade, mas que ele às colocou em sua casa (que estava em construção e eu pude acompanhar). Ele convocou uma reunião comunitária, com um das pautas 'o que os senhores têm contra o meu mandato', mostrando as notas fiscais da compra das chapas.

⁴⁴⁷ Dar peia: surrar, bater.

⁴⁴⁸ Ela morava em comunidade localizada no igarapé surubim, na outra margem do rio Solimões. Após casar-se, passa-se a chamar Umbelina Carvalho de Almeida.

proteger de tiros e até mesmo para 'virar pau'⁴⁴⁹ e passar despercebido na floresta contra seus desafetos.

Antes da fundação de Tauaru, Gonçalves, alguns dos filhos do primeiro casamento (já casados) e do terceiro (também já casados) viviam em sua propriedade (requerida desde 1925)⁴⁵⁰, no aglomerado de 12 casas que constituía a comunidade de 'Independência' (Figura 05). Os responsáveis por cada uma delas: Gonçalves; os filhos da primeira mulher: Aluísio, Ivo (casado com Helena Xavier), Oscar, Pedro (cujos descendentes são a Família E); os filhos do terceiro casamento: Wilter e os homens das Famílias AA, Família C, Família D, Família F. E mais: Álvaro (filho de Ivo) e um descendente da Família I (casado com Maria da Conceição, filha de Ivo) (Figura 06).

Figura 05: casas e comunidades antes de 1977

Próxima a Independência estava a comunidade Tamanduá (de Ticunas) e a comunidade 'Tartaruga', onde morava o peruano Liodoro Grande (Família I), casado com Maria Tananta, com as casas dos filhos Alberto, David, Guita, Trindade.

Conta-se que Independência ficava numa curva do rio Solimões. Na boca do Paraná morava um peruano (Família H). E ali perto, morava também outro filho de Gonçalves, que

⁴⁴⁹ Um de seus filhos sabia essa oração. Mas ao contar-me, disse que não podia se tratar de uma oração verdadeira, devido à má intenção. Segundo ele, oração é para coisa boa. O 'virar pau' é tornar-se o tronco da árvore. Diz-se pau para a madeira/tronco de uma árvore: "aquele pau é bom para fazer canoa", "este pau não é bom para lenha", "vi um pau que está bonito pra gente ir lá pegar ele".

⁴⁵⁰ Localizada à beira do rio Solimões. Contam que era onde hoje está a ilha São Jorge. Como referência de distância, diziam que levava 1 hora para chegar em Jutimã, que ficava à beira de um lago (e hoje está completamente aterrado).

constitui a Família B⁴⁵¹. Descendo pela beira esquerda do rio, encontravam-se algumas casas isoladas: S. Anastácio (peruano, casado com Ticuna, pai de S. Mário⁴⁵²), S. Manoel Curico, a comunidade Ciquipongue, S. Fernandes Samia, S. Severino Iobato, S. Eduardo Iobato, S. Alipe – nomes até onde alcançou a memória dos narradores⁴⁵³. A história de S. Anastácio Lofa Sampoin é contada pelo seu filho da seguinte maneira:

meu pai, é peruano. Meu pai veio da terra que em espanhol se chama 'moibamba e chachapoya'. Em português se chama Moivamba. Saiu em 1905, com idade de 18 anos. Veio servir a pátria dele em Iquitos. Ai ele veio, deu baixa e tudo, ai contaram pra ele que aqui no Amazonas, no Brasil, tinha muito dinheiro, que dinheiro era jogado que nem folha de pau. Eles vieram 2 irmãos e 3 primo, da mesma família, do mesmo local que moravam. Ai vieram, e vieram pro Javari, que naquele tempo, no Amazonas, vieram atrás de caucho e balata. É um elástico que tiravam, assim que nem a seringa, para exportação para o Peru. A balata, que era pro que chama-se chiclete. Ai ele ficou, foi e andou. Ai com 3 anos perdido, que eles estava no alto Jaripana, ai deram com os índios antigos. Ai eles foram, ai iam lá dentro, aquela picada aquela madeira em pique, já iam derrubando e sanfrando, e tirando fazendo aquela prancheta com leite, né, tapava, né. Ai, com 3, 4 dias iam tirava tudo, enchendo o tanquinho de leite coalhado. Iam lavam, tudinho, como dizem impressar, pra mandar pro Peru, que era os trabalhos deles, eles eram trabalhador. Ai com 3 anos, os índios se chegaram a eles, atacaram eles, flechando de arcos. Você não vê quando passa no baixo Amazonas, pro lado sul, não sei por onde, um parte do Brasil ai que tem, ai flechou o primo dele, aquela flecha pegou 3 costelas dele, mas não feriu a doença ficou horrível. Ai se adoidaram, tudo, e naquele tempo não tinha motor, era só a remo, a voga, e ai o patrão, falaram pro patrão, naquele tempo não tinha rádio, telefone, era tudo por carta. Naquele tempo um patrão mandava outro patrão ir lá na freguesia pegar o produto. E ai chegaram lá, pegaram o doente e sai pra fora, mais ou menos 6 horas de baixada e vieram estacionar em outro lugar, deixando tudo. Ai mandar meu tio, que era primo dele, mandaram de volta pra terra dele, Lima, ai já ficou bom já. Ai não voltaram mais. Mas ai ficou ele e com

⁴⁵¹ A Família AA é resultante do casamento de S. Vitor com D. Nádia. Após 4 filhos, eles se separam, pois D. Nádia fica com o irmão 14 anos mais novo deste, S. Otávio. Constituem a Família B. Até hoje os irmãos não se falam e há fortes rixas entre essas famílias. S. Vitor se casa novamente com D. Joanita, uma descendente de Cocama, formando a Família A (todos nomes fictícios).

⁴⁵² Nome fictício.

⁴⁵³ No Registro, escrito por um dos netos de Gonçalves, há algumas confusões de dados. Conversei com seu redator para saber como ele chegou às informações descritas. Ele me disse que foi pelo relato de seus parentes. Parte destas, confirmei pelos relatos dos velhos (dentre os quais, seus parentes). Outra parte, os narradores colocavam dados diferentes. O detalhe: só consultei o Registro depois das pesquisas com os velhos e de já ter elaborado as informações e mostrado-as aos narradores e demais moradores. Foi então que me falaram desse documento. Consta no Registro: “A comunidade de Tauaru deriva da etnia indígena fundada nos anos de 1925 por Gonçalves Evangelista de Almeida, somente ele e sua família, onde contava uma casa residencial com 12 pessoas. Na mesma época nos anos de 1930 chegaram mais três famílias: uma cearense, uma peruana e outra Ticuna, na qual a população passou a possuir 30 habitantes. Nesta época de 1925 a 1939 esta comunidade pertencia a comarca de São Paulo de Olivença. Em 1940 esta comunidade foi desmembrada do município de São Paulo de Olivença para o município de Benjamin Constant, nessa época a comunidade não era contemplada com nenhum apoio, tudo dependia dos próprios moradores, que arcavam com todos os seus labores para a sua sobrevivência. Com uma população de aproximadamente 60 habitantes, 10 casas residenciais, nesta época não existia nenhum tipo de comércio. Sempre a população comprava seus alimentos e seus pertences na sede do município na qual pertencia, mas a comunidade foi evoluindo gradativamente, tanto em termo populacional como também em sua estrutura física, ocupando uma área de 125.000m²”

outros e já vieram trabalhar com a madeira, que naquele tempo se chamava os coronel, né, que veio ai do Acre, os coronel subindo. Ai ele foi trabalhando já aqui, numa comunidade que chama-se Monte Santo, por antigo nome Tupi. Ai ele foi trabalhando lá, rasgaram, pegar madeira pra vender, fazer jangada tudo isso. Ai, numa folga, levavam pra manaus. Ai ele foi pra manaus naquele tempo. Vem ser, mais ou menos entre 1931, 32. E ai voltou e casou. [E ele se casou com quem?] Ele se casou com minha mãe. Se chamava Ivite Laurente, que é família indígena, daqui mesmo dessa região. Era família indígena, mas que chamava-se Laurente. Podemos dizer que, aqui nós entendemos assim nação indígena, nação que podemos dizer já da parte indígena nação de mutum. Ai se casou com ela, pronto, ai já não quis voltar pra terra deles, já ficou trabalhando. Ai passou aqui nessa terra onde eu nasci, aqui atrás. Essa terra aqui é uma serra crescida, aqui de trás.

A pequena comunidade de Ciquipongue era de propriedade (posse?) dos irmãos descendentes de peruano, João e Manoel Tananta (o primeiro, peruano), cuja irmã era Maria Tananta (brasileira, que casou com Liodoro Grande, de 'Tartaruga')⁴⁵⁴. Em Ciquipongue estavam 03 casas dos filhos de João: Faustino (cujas filhas compõem a Família L, que se casam com os filhos de Gonçalo), Romaldo e Manuel Tananta (em homenagem ao tio). Em frente se constituía uma praia⁴⁵⁵ e quatro casas foram construídas: S. Mário (filho de S. Anastácio) e seu filho Hernandes, Julio Curico (Família J) e seu filho Heitor Curico. O pai de Julio era Manoel Curico (referido acima), com uma irmã Mercedes Curico – que casa com Romaldo Tananta, e sua filha (D. Elisa⁴⁵⁶) se casa com S. Mário, gerando a família G⁴⁵⁷, conforme a Figura 06. As casas de Ciquipongue até hoje existem, onde estão hoje alguns lagos atrás da comunidade de Tauaru.

⁴⁵⁴ Liodoro era peruano. Já Maria, brasileira (descendente de peruano).

⁴⁵⁵ Antes dessa praia se formar, existiu uma primeira ilha chamada de Tauaru, farta em peixes e lagos, mas que foi levada devido ao fenômeno da terra caída. Formou-se uma segunda ilha, 'inferno', por não parar de quebrar tampouco. Então, finalmente surge a nova ilha, que também recebe o nome de ilha de Tauaru – e atualmente alguns a apelidam de 'ilha dos búfalos', pela criação de gado que há nesse local, tanto do proprietário da terra (aproximadamente 30 cabeças), quanto de um outro dono de animais. O proprietário conta que esta pessoa pagou por um trecho de terras (registrado em cartório) para criar os animais ali na ilha.

⁴⁵⁶ Nome fictício.

⁴⁵⁷ Contam que S. Mário se casou três vezes. A primeira mulher morreu. A segunda também. Casou-se com a terceira mulher, que era um ano mais velha que ele e constituiu a família G. E durante a realização da pesquisa, essa terceira morreu também, com 77 anos.

Figura 06: Relação das famílias e descendência antes da fundação de Tauaru

Por essa genealogia, podemos observar que os moradores de Tauaru possuem descendência de: peruanos e cearenses, que vêm à Amazônia em busca de trabalho e riqueza, no final do século XIX e começo do século XX; índios das etnias Ticuna e Cocama, que habitavam a região (OLIVEIRA, 1996; OLIVEIRA FILHO, 1988). Segundo estimativa do líder comunitário, 80% da comunidade é de descendência indígena. Pela figura 06, se nota que as Famílias AA, A, B, C, D, E, F, G, L com certeza têm o sangue indígena misturado com cearense. As Famílias H, I, J, K, são de sangue Peruano, mas não se sabe com quem se misturaram na vinda ao Brasil. Esses grupos familiares são predecessores dos que constituem a maioria dos habitantes de Tauaru no presente, conforme os dados da Tabela 01.

	Primeiros moradores	Atual	Total (pessoa responsável)
Fundadores	Gonçalo	Família AA	3
		Família A	10
		Família B	6
		Família C	5
		Família D	8
		Família E	3
		Família F	4
	Liodoro	Família I	8
	Tananta 01	Família G	6
	Tananta 02	Família L	4
	Peruano	Família H	6
	Julio Curico	Família J	3
Novos	Emiliano Curico	Família K	3
	Ticuna	Família M	4
	Família nova 01	Família N	5
	Família nova 02	Família O	4
TOTAL			82
Total comunidade			106

Tabela 01: Família de fundadores e descendência atual na comunidade (pelo número de pessoas responsáveis).

Do total de 106 'pessoas responsáveis'⁴⁵⁸ em 2008 (total de 57 unidades domésticas)⁴⁵⁹, 69 (65%) são descendentes dessas famílias da Figura 06 – sendo 49 (46%)

⁴⁵⁸ Duas observações: 1) Adotamos 'pessoa responsável', conforme categoria censitária do IBGE/2000. No entanto, não consideramos que 'pessoa responsável' seja apenas quem ganha mais ou comanda a família, pois acreditamos que tanto homem quanto mulher a conduzem. E, no caso desta comunidade, veremos que uma boa parte da renda vem de benefícios concedidos às mulheres. Portanto, consideramos 'pessoa responsável' tanto o homem, quanto a mulher. 2) Esses números são baseados nos dados que obtive em visita a todas as casas, durante 2008. Gonçalo não é dos primeiros moradores de Tauaru, pois já havia falecido. Mas deixamos na tabela para ilustrar quais de seus descendentes foram morar na comunidade. Os 'novos', refere-se a moradores que vieram nos últimos anos (não estimei a data) e que representam um conglomerado familiar mencionado pelos moradores. Do total de 106 pessoas responsáveis, restam 24 pessoas fora dessas genealogias que tracei. São pessoas com menos de 03 parentes na comunidade e que vieram de outras localidades (devido ao casamento com alguém de Tauaru).

⁴⁵⁹ Fraxe (2000, p. 67) considera que o camponês amazônico se constitui em 'famílias nucleares' (compostas exclusivamente pelos cônjuges e sua prole) e 'famílias extensas' (em uma única estrutura familiar, várias famílias nucleares) – categorizações cujo critério principal de reunião é por interesses de produção econômica. D'Incao (1994, p. 58) argumenta que se deve levar em conta não apenas o critério de unidade de produção, mas também a instância social de reprodução (além do laço consanguíneo, os valores, os significados compartilhados, a coalescência dos membros, a relação com a comunidade e sociedade mais ampla). No caso de Tauaru, em apenas 08 casas (de um total de 46) há mais de uma 'família nuclear'. Nestas casas, o motivo de reunião: a) famílias construindo nova casa; b) separação; c) idosos. No entanto, preferimos 'unidade doméstica' a 'família nuclear', em consonância com Fábio de CASTRO (2006, p. 176), que considera que a unidade doméstica é composta por: núcleo familiar (pessoas responsáveis: homem e/ou mulher, filhos) e idosos e jovens agregados (filhos de criação; compadrio). Segundo Célia FUTEMMA (2006, p. 238), “a unidade doméstica representa o centro da transmissão de informação e bens materiais, da produção, do sustento, da reprodução social e biológica dos indivíduos”. No caso de Tauaru, se cada unidade doméstica tivesse homem e mulher, seriam 120 pessoas responsáveis. No entanto, há casos em que há apenas uma pessoa responsável: pessoa separada, viúvo(a).

CASTRO, Fábio de (2006). Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo amazonas. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.

D'INCAO, Maria Ângela (1994). Estruturas familiares e unidades produtivas na Amazônia: uma avaliação das entidades fixas e transitórias. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Antropologia, vol. 10, nº 01, p. 57-73.

da mistura indígena/cearense e 20 (19%) de peruanos (com a ressalva de que não sabemos se possuem mistura indígena). Dos novos moradores, a Família M é Ticuna e as Famílias N, O, possuem descendência indígena – somando mais 13 (12%) aos de sangue indígena. O restante das 24 (23%) pessoas responsáveis, não discriminamos suas origens – mas são todos cônjuges das famílias citadas na Tabela 01. Portanto, muito provavelmente, a comunidade possui mais que os 80% de descendentes indígenas estimado pelo líder.

A constituição do 'caboclo', nesse caso, não se deu a partir da instituição dos *Diretórios de Índios*, com a chegada do Marques de Pombal. Ele começa a se configurar com a chegada maciça de peruanos e cearenses atrás de riquezas (ciclo da borracha), que se miscigenam com os indígenas da região – que passam por intenso processo de transformação devido à empresa seringalista (OLIVEIRA, 1996). Além desse movimento migratório que repercute na formação do 'caboclo' dessa região, há a interferência de diversas religiões que vem por meio de movimentos de missionários católicos, evangélicos e, especialmente, aquele da 'Santa Cruz' (OLIVEIRA FILHO, 1988).

12.6.2. O padre santo e o plantio da Santa Cruz

A data de fundação de Tauaru é 02 de abril de 1977, dia em que foi plantada a cruz da 'Associação Missão Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica – Igreja Madre Central do Brasil' ('Missão' ou 'Santa Cruz'), cujo fundador é o 'pastor padre missioneiro vidente das três pessoas divina' José Francisco da Cruz, missionário do Sagrado Coração de Jesus, apóstolo dos últimos tempos – o irmão José.

Segundo Jaime Regan (1993)⁴⁶⁰, a mãe do irmão José, no sexto mês de gravidez, adoeceu gravemente, correndo risco de vida. Diante da situação, um dos irmãos dela a faz prometer perante o sagrado coração de Jesus que se fosse curada, esse filho deveria se tornar servo de Deus. O menino nasceu a 3 de setembro de 1913, em Cristina, no sul do estado de Minas Gerais, às 23h. É batizado pelo Padre José Augusto Leite. Ainda jovem, levanta uma capela de nome 'Sagrada Família José e Maria'. Casa-se e tem sete filhos. Adoece de hanseníase e tentam interná-lo num leprosário, mas ele foge levando somente a Bíblia, prometendo semear cruzes por onde passasse e trabalhar pelo bem de quem quisesse segui-lo, caso recebesse a cura dos céus.

De um documento que tive a oportunidade de ler, supostamente escrito pelo irmão José, datilografado em 'portunhol' e linguagem rústica, ele conta que recebe revelações de

FUTEMMA, Célia (2006). Uso e acesso aos recursos florestais: os caboclos do baixo amazonas e seus atributos sócio-culturais. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.

⁴⁶⁰ REGAN, Jaime (1993). *Hacia la tierra sin mal: estudio sobre la religiosidad del pueblo en la Amazonía*. Iquitos: CAAAP, CETA.

Deus. Em uma delas, viu uma grande cruz iluminada. Em outra, uma cruz pequena de cor verde e amarela. Inicia sua andança a 20 de Janeiro de 1944. A 13 de setembro de 1944, debaixo de uma árvore, aparece-lhe o Sagrado Coração de Jesus em forma de um homem com um manto vermelho, que lhe mostra uma bíblia grande. Ele vê uma cruz grande marrom e uma menor, da mesma cor, na mão. Jesus lhe ordena que pregue às pessoas de todas as partes. Segue então como missionário do Sagrado Coração de Jesus, apóstolo dos últimos tempos.

Nesse relato, ele conta sua trajetória de peregrinação por cidades do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, com passagem pela Argentina, Paraguai e Uruguai. A história é de constante perseguição por autoridades governamentais (polícia), ricos (donos de propriedades) e padres católicos, que o impediam de proferir a palavra de Deus. Conta ter escapado de vários atentados, sempre de forma miraculosa. Durante essas andanças, conforme transcrito no Registro, “cria a religião da Santa Cruz, iniciada em 07 de junho de 1962, no norte do Paraná, na propriedade de Dom Afonso, na fazenda de Dom Aurélio, na casa de dois irmãos mineiros Dom Pedro e Dom Bento, em frente à cidade Faturinha, no município de Paranacity”.

Há um salto no relato, de quando está no sudeste brasileiro e aparece na selva peruana, na cidade de Pucallpa. Durante três anos percorreu muitas cidades, aldeias, povoados. Já não era perseguido, mas bem-recebido nas quase mais de 500 localidades por onde passou, sempre pregando a devoção à cruz para a salvação do castigo iminente de Deus – e já vestido com o hábito de franciscano branco. Passa pela Amazônia brasileira a primeira vez (sem referência de data e lugar), retorna ao Peru e percorre os rios Huallaga, Ucayali, Marañón e Amazonas. Na passagem pela Colômbia, em 1969, foi expulso. Segundo Regan (1993), no final de novembro de 1971 chegou a Iquitos, e plantou a cruz em Morona Cocha, a 3 de dezembro.

Durante essa trajetória, aos que pediam, ele organizava a comunidade para levantar e plantar uma cruz de madeira, deixava uma junta diretiva e um estatuto com orientações (de comportamento) de como seguir nesse credo. Pedia a cura dos doentes por orações e dava receitas caseiras de remédios (como fazê-los). Nesse relato ele conta que passa a receber galinhas, mandioca e outros alimentos, que uma multidão passa a segui-lo e que no início não sabia falar espanhol, por isso passou a ser acompanhado de intérprete, ajudantes e cozinheiras, para alimentar o povo.

Segundo o relato dos tauaruenses, ele chega ao rio Solimões⁴⁶¹ em Maio de 1972 – Oliveira (1996, p. 28) afirma ser em Junho e Ari Pedro Oro (1989)⁴⁶² diz ter sido final de 1971. Eles contam que se falava que estava descendo pelo rio um *padre santo*, que curava e fazia milagres. Alguns diziam que ele era Jesus. Outros, que era um apóstolo dos últimos tempos. Para Oro (1989, p. 77-8)

A maioria das pessoas (...) ficou impressionada com os *prodígios* atribuídos ao *Padre Santo* que ouviram falar antes mesmo da sua chegada ao alto Solimões. Eis alguns exemplos: como os habitantes de um povoado o tinham expulso e ridicularizado, o Irmão José anunciou um castigo do céu; logo uma forte tempestade varreu as casas e as plantações provocando a morte de pessoas e de animais. Animais e pessoas também morreram em outro povoado por causa de uma seca anunciada pelo Irmão José visto que seus habitantes haviam-lhe negado água para beber. Numa outra ocasião, ele recusou uma galinha que alguém lhe oferecia, dizendo: 'devolva a galinha pro dono, tu robô ela'. Isso foi confirmado, acrescentam os informantes. Conta-se também que ele disse a uma senhora: 'não se aproxime de mim, tu ta me queimando'. 'A mulher tinha matado o filho', acrescentam os membros da Irmandade. Além disso, comentava-se que o Padre Santo possuía estigmas, que ele não se alimentava e que não precisava dormir.

Diante dos rumores e expectativas, aquele homem barbudo, de túnica branca e com a bíblia e cruz na mão passa pelo Paraná da Saudade em direção a Belém do Solimões. Nesse momento, muitos dos habitantes aderem à flotilha, numa verdadeira procissão fluvial, e o seguem até a comunidade Ticuna.

Já em Belém, os relatos dos tauaruenses são de que havia um campo de barro enorme e que o padre santo o atravessou numa velocidade inalcançável. Ao conseguir chegar até ele, viam a túnica perfeitamente branca e pés sem vestígios da lama – o que os

⁴⁶¹ Do lado peruano, chama-se 'rio Amazonas'. Ao passar pela fronteira brasileira, 'rio Solimões'. Por que esse nome? Em um documento publicado em 1869 (em Gênova/Itália), por Dom Henrique Onffroy de Thoron, e traduzido (padre Theodoro Gabriel Thauby) e publicado em Manaós em 1876 (republicado em Belém em 1905 e digitalizado pela Biblioteca Virtual do Amazonas em 2004), temos a seguinte explicação: “o rio das Amazonas, desde a embocadura do Ucayali até a foz do Rio Negro, traz ainda o nome de Solimões: não é nem mais nem menos que o nome civiado de Salomão, dado ao rio das amazonas pela frota do grande rei que delle tomou posse: em hebraico Solima e em arabe Soliman. Ora, os chronistas da conquista do rio das Amazonas contam que, ao Oeste da provincia do Pará existia uma grande tribu com o nome de Soliman (*), nome que tinha o rio: pois na America as correntes d'agua tiram os nomes das tribus que as habitam. D'ahi tambem os portuguezes têm feito Solimão porque costumam mudar o *n* final em a vogal *o*. Não se torna por acaso de mais em mais evidente que a frota de Salomão reinava soberana nas águas das Amazonas (...) – (*) O diccionario geographico universal, por Picquet, escreve Soriman; porém em portuguez, diz-se indifferentemente Solimão, Solimões, Solimoens, Sorimões, porque nas linguas americanas as letras labiaes L e R se assemelham constringentemente” (THORON, 2004, p. 21).

THORON, Henrique Onffroy (Dom) (2004). *Da navegação do oceano. Viagens dos navios de Salomão ao rio das Amazonas, Ophir, Tardschisch e Parvaim*. Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/acervo/digitalizado/descObraDigitalizada.php?idTitulo=98#>>.

Acesso em: 27 de Jan, 2010.

⁴⁶² ORO, Ari Pedro (1989). *Na Amazônia um messias de índios e brancos: traços para uma antropologia do messianismo*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Edupucrs.

deixou deveras impressionados. Falam também que ele diz para buscarem um pau, dando localização exata da árvore na floresta. No trabalho de carpintaria para o feitio da cruz, os trabalhadores tinham dificuldade de atravessar a madeira. O padre santo toma o instrumento e, apesar de seu braço ter ficado encolhido pela lepra, fura o pau num instante. Alguns diziam que as feridas em seu corpo eram as chagas de Jesus.

Outros feitos miraculosos do padre santo, relatados pelos tauaruenses: 1) certa vez, pede que cortem um pau de maçaranduba e que, ao ser derrubado, cairia na água. Essa madeira é conhecida por ser dura, pesada e se afunda na água. O ceticismo de um daqueles que cortavam a árvore dá lugar ao espanto, no momento em que esta cai na água, afunda, mas logo em seguida flutua. 2) O *padre santo* é levado por uma canoa com pouca gasolina. Seu motorista lhe avisa que não chegarão muito longe. A canoa continua um longo trajeto e o canoeiro, a cada momento, abre o tanque para ver o nível de combustível. E este não desceu, não obstante tenha percorrido um trajeto que durou quase o dia todo. 3) Várias histórias em que ele sabia da intenção de alguém querendo assassiná-lo. Ao desmascarar o mal-intencionado, em geral tal pessoa sofria algum tipo de retalhação divina que lhe custava a vida.

Após um ano descendo a região do alto Solimões, plantando cruzeiros, celebrando cultos, recebendo doentes e deixando novos seguidores (com uma diretiva e estatuto), chega ao igarapé Juí, um afluente do rio Iça (rio Putumayo, no lado hispânico) – que desemboca no Solimões e onde está a cidade de Santo Antônio do Iça. Funda uma comunidade, denominada inicialmente de Lago Cruzador, onde desenvolveu agricultura, pesca e atividades comunitárias segundo os preceitos que vinha pregando de vida em comunidade.

Ali, recebia grupos e mais grupos de seguidores, em busca de orientação espiritual. Segundo os tauaruenses, havia um controle na chegada à comunidade: o irmão José sabia o que eles estavam pensando e proibia os mal-intencionados de subir. Olhava um a um e permitia quem poderia ficar e quem não. Dizem que assim desmascarou várias pessoas mal-intencionadas, inclusive que planejavam seu assassinato. Em geral não era permitida a entrada de mulheres, pois isso distraia os homens. Vários dos moradores mais antigos de Tauaru estiveram nessa comunidade. Relatam que a rotina de trabalho coletivo na agricultura era intensa: acordavam cedo e trabalhavam o dia inteiro. O trabalho era puxado e, por isso, não tinham tempo para ficar com a 'cabeça vazia'. Os que tinham maus pensamentos, o irmão José sabia e os advertia. Se persistissem, eram mandados embora. Havia muita fartura e comida para todos – com destaque ao pirarucu. Contam que o padre santo já estava acordado quando eles acordavam e não estava dormindo quando eles iam dormir, o que os faz supor que ele não dormia. Também falam que ele era muito empenhado com o trabalho, apesar do braço atrofiado. Quando uma caravana ia embora, dava-lhe

alimento e combustível suficiente para o retorno.

O relato mais impressionante é o de D. Joanita, que vai até essa comunidade para que o padre santo a case com S. Vitor. Diz ela que chegam ao fim da tarde e o irmão José desce a ladeira onde aportavam as canoas. Era um homem velho, já de cabelo branco e pouca barba. Realiza a sagrada união. No dia seguinte, ele havia mudado de semblante: era mais jovem, com cabelos escuros e barba longa.

Diante dessas histórias, tanto as que foram ouvidas por terceiros quanto aquelas vivenciadas pelos próprios moradores de Tauaru, as respostas à minha pergunta 'como era o irmão José?' era sempre a mesma: 'ele não era desta terra'. Eu, para entender melhor essa colocação, retrucava: 'daqui do Tauaru ou da região?'. A resposta também era unânime: era uma pessoa diferente, que ao primeiro olhar direcionado a ele, se percebia que não se tratava de alguém igual aos outros.

O padre santo falece a 23 de junho de 1982, com 69 anos, nessa comunidade fundada por ele, que já havia mudado de nome: Vila Alterosa de Jesus. Deixa como sucessor Walter de Souza Neves (descendente indígena), responsável por conduzir a irmandade da Santa Cruz. Atualmente, já está no terceiro diretor. Segundo contam os responsáveis da Missão em Tauaru, há mais seguidores da religião no Peru – os quais continuam seguindo fielmente os preceitos de seu fundador, já que há significativa diminuição de “engajamento dos regionais, muitos deles decepcionados com o controle excessivo do Movimento sobre suas vidas e da visão profundamente puritana do mundo vinculada por seus adeptos” (OLIVEIRA, 1996, p. 23).

Segundo Oro (1989), nas localidades onde foram erguidas as cruzes – seja pelo fundador quanto por seus emissários – uma nova dinâmica social passou a imperar. Os seguidores passam a viver de acordo com a doutrina dessa religião, que institui uma diretiva, possui um regulamento e fomenta a organização coletiva do trabalho na agricultura (regimes de mutirão e ajuda mútua). Para Oliveira (1996) e Oliveira Filho (1988), o movimento da 'Santa Cruz' traz profundas modificações na organização social dos Ticuna do Alto Solimões, que anteriormente já haviam sofrido algumas invasões: dos missionários espanhóis (início século XVII), dos conquistadores portugueses (século XVII e XVIII), dos *caucheros* (final século XIX e início século XX). Para os 'regionais' (como prefere nomear Oliveira), a modificação também foi significativa. É o caso de Tauaru, que foi fundada no momento em que se planta a cruz. A Missão foi o motivo aglutinador de várias famílias, que passaram a viver em função da organização social determinada pela religião. Segundo o relato de S. Mário:

Aqui nesse terreno que agora chamam de Tauaru, mas que antes tinha outro nome. Antes era Independência, era lá em cima, naquela ilha que a

gente vê por aí, o barranco já veio pra cá tudinho. E aí, quando fizeram a comunidade, eles já vieram tudo pra cá, se ajuntemo tudinho pra morar por debaixo da cruz. [Por que saíram de lá e vieram pra cá?] Porque acharam que aqui era melhor, por causa dessa cruz que tinham plantado. Aí pronto, já vieram e tem essas família tudinho, já tá com uns 30 anos. Eles moravam lá, e eu morava aqui, nas terras de cá, que tem um paraná e aí já vim pra cá e fiz uma casa pra cá. E aqui fizeram porque tem a beira, a terra bonita com um barranco né. Aí, meu primo que era diretor, veio convocando e aí já vieram chegando. [E aqui não tinha ninguém antes?] Aqui mesmo não morava ninguém, tinha uma casa aqui, outra ali. Aqui mesmo não morava ninguém. A primeira casa era do meu filho, o Hernande. A primeira casa que tinha nessa ilha, foi ele. Aí ele já chamou 'papai, vem morar aqui também'. Aí já fomos morar com ele. Aí apareceu essa comunidade, aí nós fomos já, se ajuntando, se ajuntando. Aí foi assim.

Esse terreno onde foi plantada a cruz foi tido como de Gonçalo por seus descendentes. Após a morte desse patriarca (antes de 1977), a propriedade passou para sua mulher e, em seguida, para um dos filhos, que detém o título de propriedade da terra atualmente. Conforme conta o próprio:

[Como é a história do senhor ser proprietário?] A história daqui da propriedade é que, em 1925, papai foi e requiriu a parte de terras. Foram 125 mil metros de frente. Era no distrito de São Paulo de Olivença, depois passou para Benjamin Constant. Aí foi na época que ele já adoeceu e já não pode mais fazer os trabalhos. Aí ele ia e eu acompanhava ele a fazer os trabalhos por ele. Ele ia só para se apresentar como proprietário. Quando ele faleceu, foi passado para o nome da mamãe, Umbelina Carvalho de Almeida. O dele era Gonçalo Evangelista de Almeida. Aí foi o tempo que ela faleceu, aí foi eu que fiquei respondendo até hoje.

Para iniciar a comunidade, era preciso uma junta diretiva, composta por 09 dirigentes. Em um antigo documento que funda Tauaru, constam as inscrições transcritas na Figura 07. As informações de quem eram essas pessoas da junta diretiva me foram dadas por esse primeiro diretor, que agora se tornou 'diretor disciplinário e conselheiro' da região e mora em Tabatinga. Como eram necessários 09 membros, três nomes foram de pessoas conhecidas aos das famílias citadas, sendo que logo dois deles foram substituídos pelos primeiros moradores de Tauaru. O nome 'Vila Nova Esperança', de uma comunidade da região, foi necessário para fundar a comunidade, que ganha nome próprio ao se plantar a cruz – devido à nomeação que se dava à ilha em frente.

Amazonas Brasil Rio Solimões	Vila Nova Esperança 02 – 04 – 1977
L. S. N. † S. J. C.	
Irmãos leitores e ouvintes creedores da palavra de Deus e adoradores de Deus vivente; aqui apresentamos os seguintes nomes dos membros da junta diretiva desta nova comunidade, denominado:	
1º Diretor:	Família G
2º Presidente:	Irmão D. Joanita
3º Vice-Presidente:	Família G
4º Tesoureiro:	S. Mário
5º Pro-tesoureiro:	'Estranho' (assumido por Julio Curico)
6º Secretário:	Filho de Gonçalo, casado mulher da Família G
7º Pro-secretário:	'Parente Família K'
8º Fiscal:	'Estranho' (assumido por Heitor Curico)
9º Porta-voz:	Família G
Eu como 1º patriarca e ao mesmo tempo sacerdote do novo rito da Igreja de Deus vivente, pertencente à Ordem 'Cruzada Católica Apostólica Evagélica', autorizo pelo nosso missioneiro do Coração de Jesus, José Francisco da Cruz, aqui subscrevo-me: Paulo Afonso.	

Figura 07: documento da fundação de Tauaru

12.7. Influências externas na organização social

Segundo Noda, Noda e Martins (2006, p. 166)⁴⁶³, a estrutura social de 'comunidade' e de associação comunitária, típica das comunidades de várzea da calha Solimões-Amazonas, é uma recriação ocorrida pela aceitação e apropriação das hierarquias de organização política e social de origem externa. Para os autores, tais formas de organização foram adotadas pela influência da Igreja Católica, por meio do Movimento Eclesial de Base (MEB), e do Movimento Sindical Regional, ocorridos nos anos '60 e '70. Um dos resquícios dessa influência, como mostra FRAXE (2004) é a adoção da palavra 'mutirão' para designar os trabalhos coletivos, introduzida por essa influência religiosa. Antes disso, utilizava-se *ajuri* ou *puxirum*. Como argumenta Chaves (2009), atualmente cada uma das três ganha significado específico: se a organização coletiva do trabalho tem como beneficiário uma pessoa ou grupo familiar; ou se beneficia a comunidade como um todo.

Como aponta Alencar (2005, p. 83), boa parte das comunidades do Alto Solimões foi formada em função dessa influência da Igreja Católica. No caso de Tauaru, essa influência

⁴⁶³ NODA, Sandra do Nascimento; NODA, Hiroshi; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi (2006). Agricultura familiar na várzea amazônica: espaço de conservação da diversidade cultural e ambiental. In: SCHERER, Elenie & OLIVEIRA, José Aldemir de (orgs.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond.

ocorre pela Santa Cruz; e não havia movimentos sindicais na região que agregassem os tauaruenses em prol de uma ação coletiva – e modelassem suas identidades com 'seringueiro', 'castanheiro', por exemplo. Isso significa que, num primeiro momento, a organização social dessa comunidade se configurou pela apropriação que as famílias de Independência, Ciquipongue e adjacências fizeram dos ditames dessa religião. Como bem pontuam Noda, Noda e Martins (2006), há reciprocidade entre uma hierarquia da organização original, marcada pelos fortes laços de parentesco, e aquela vinda do exterior. Mostraremos o fruto dessa interação interno/externo, que ocorre inicialmente com a chegada da religião e agregação de habitantes dispersos em uma comunidade: a modificação do trabalho coletivo e das práticas de agricultura familiar⁴⁶⁴; os acertos e rixas familiares para condução da vida familiar segundo os ditames da religião; a construção da identidade de agricultor, pescador e 'missioneiro/cruzador' – nome dado a quem segue a Cruzada – que expressam os antagonismos/convergências inerentes à constituição das ações coletivas da comunidade.

Num segundo momento, que inicia nos anos '80, mas ganha força no final dos anos '90 e começo de 2000, novos elementos começam a fazer parte da dinâmica tauaruenses: a demarcação de terras indígenas; a eleição da figura do líder comunitário como elo de ligação com o governo municipal; a incidência de políticas ambientais (sobre a pesca) e de desenvolvimento agrícola por órgãos governamentais; o fomento à institucionalização de associações (pescadores, produtores rurais); o início das lutas comunitárias por bens e serviços sociais, que culmina no processo de mudança de 'caboclo' a indígena. Segundo Noda, Noda e Martins (2006, p. 164),

Na atualidade, seguindo os mesmos princípios, foram criadas 'comunidades', organizações e associações comunitárias onde muitos dos participantes são originários dos grupos sociais de parentesco, ocupando cargos, justificando esta posição de destaque com uma pretensa superioridade em relação a todas as formas organizacionais.

Esses novos elementos, vivenciados por meio da dinâmica das relações de parentesco e da religião, vem transformando as estratégias das ações coletivas em Tauaru. Tentaremos mostrar esse movimento de reciprocidade entre fatores interno/externo à comunidade, que modelam a construção de suas identidades coletivas.

⁴⁶⁴ “A agricultura familiar corresponde a uma unidade agrícola de exploração onde a propriedade e o trabalho são familiares. Nela, o acesso e apropriação dos bens, principalmente terra e trabalho, estão intimamente ligados à família. A estabilidade do processo de funcionamento ao longo do tempo dá-se pela organização social sob influência da cultura, transmissão desse patrimônio e pela capacidade dos sistemas de produção adotados reproduzirem os recursos naturais necessários ao processo produtivo” (NODA, NODA & MARTINS, 2006, p. 163).

12.7.1. Influência da religião

Como referimos anteriormente, a Santa Cruz é uma religião que institui uma junta diretiva e possui um regulamento que rege a Missão. Vejamos como funciona a direção e do que tratam suas leis – sob o ângulo da modelação comportamental.

Cada um dos membros da diretiva possui uma função. O comando da comunidade cabe ao diretor, que se encarrega de fazer valer o regulamento. Os outros membros o auxiliam nessa tarefa, mas é ele quem ocupa o lugar de destaque nas tomadas de decisão e é referência aos cruzadores. O presidente e seu vice auxiliam diretamente o diretor. O secretário e seu vice cuidam dos registros religiosos. Há um livro onde se registra quem segue a Missão e neste são anotadas as presenças nos rituais, bem como as punições. O tesoureiro e seu vice cuidam dos assuntos relacionados às finanças. Não há uma regra específica em relação a doações e dízimo. Cabe ao fiscal averiguar se as regras de conduta estão sendo cumpridas. Pelo regulamento, este deve fazer rondas periódicas na comunidade para ver o que os cruzadores estão fazendo. Ele, então, passa ao porta-voz o que vê de irregularidades. Este, por sua vez, o comunica ao diretor, que toma então atitudes de correção. Entre estas, figuram algumas punições: penitência (dentre as quais está ajoelhar-se no milho), proibição de frequentar a igreja nos rituais, expulsão da comunidade.

As eleições de cada junta são realizadas pelos próprios missionários, para períodos de tempo estipulados no início de cada mandato. O primeiro diretor exerceu o cargo por 11 anos (1977-1988) e foi-se para Tabatinga porque, segundo S. Vitor, “seus filhos eram desobedientes”⁴⁶⁵. O diretor seguinte foi o proprietário, que durante 10 anos (1988-1998) permanece no cargo – momento em que coaduna duplo poder: mando sobre a terra e condução da religião. Nestes dois mandatos, predominou maior rigidez na comunidade. Depois do segundo diretor, vários outros diretores tomaram posse dessa função, mas nenhum permaneceu por muito tempo – pois como diz o depoente, “nenhum deles foram firmes no cumprimento da lei”. Esses três momentos (primeiro diretor, segundo diretor e os demais) são marcantes na história de Tauaru, como tentarei indicar.

Os rumos da Santa Cruz são decididos em reuniões entre os nove membros dessa junta diretiva, “pois se um erra, todos erram”, como revela S. Domênico. Se forem assuntos que envolvem a comunidade de um modo mais abrangente (não apenas da instituição concreta), então tais reuniões envolvem também os demais moradores. O diretor é a autoridade máxima na comunidade e assim permanece até o presente, não obstante novas

⁴⁶⁵ Os outros moradores me disseram que foi porque um dos filhos era homossexual e, por isso, a família foi expulsa da comunidade.

lideranças tenham surgido ao longo dos anos⁴⁶⁶. Um fato marcante na comunidade é o profundo respeito que um líder tem pelo outro, não obstante possua desavenças pessoais⁴⁶⁷. Neste momento inicial da existência de Tauaru, havia apenas duas lideranças: a religiosa e a do proprietário das terras – sendo que este último é um dos mais fieis seguidores das regras da religião.

A respeito do regulamento, há algumas versões deste, que não diferem muito entre si. Tive a oportunidade de lê-los. Um deles, que é referido com frequência pelos tauaruenses, contém 64 pontos: descreve regras de conduta, código moral, conselhos, prática de trabalho coletivo. Os que todos moradores lembram, ao perguntarmos a respeito dessas leis, são:

- 1) vestimenta: calça comprida e camisa manga comprida; as mulheres não podem usar roupa que terminam antes dos joelhos; proibido uso de acessórios (brincos, cordões, etc.).
- 2) não podem ingerir bebida alcoólica e fumar.
- 3) não podem realizar ou ir a festas (permitidas somente as religiosas, os 'festejos') e nem dançar.
- 4) não podem ouvir música, por conter mensagens ruins.
- 5) não é permitida união consensual nem ter filhos que não seja no casamento; rapazes podem casar com 16 anos e moças com 15 anos.
- 6) proibido barulho na comunidade após 21h.
- 7) não é permitido agente de outra religião aconselhar os moradores da comunidade.
- 8) não podem jogar futebol. Segundo relatam todos, não se trata de ser contra a prática esportiva, mas uma precaução ao pai de família. Expressa S. Dener:

eu sou um pai de família, eu vou jogar bola, por lá sucede deu quebrar uma perna, um braço, aquilo outro. Ai eu vou sofrer e vai sofrer a família todinha. Ai essa parte é proibido.

⁴⁶⁶ No levantamento que fizemos das lideranças em 2006, constavam os seguintes líderes: 1) Diretor da religião; 2) Presidente da associação de produtores rurais de Tauaru (APRT) / líder comunitário; 3) Associação de pescadores de Tauaru (APT); 4) Proprietário; 5) Agente de saúde; 6) Apicultura; 7) Pastoral da Criança; 8) Educação/Professores; 9) Presidente da Associação dos Moradores das Comunidades Indígenas Cocama e Ticuna (AMCICT); 10) Agente de preservação dos lagos; 11) Conselheiro de distrito; 12) Clube de mães. Já em 2009, havia desaparecido os últimos quatro, mas emergido a figura do Cacique.

⁴⁶⁷ Um líder respeita a área de liderança do outro. Caso se trata de uma questão de propriedade, então remetem ao proprietário. Se da religião, ao diretor. Indígena, ao cacique. E assim por diante. Essa repartição de lideranças vem ocorrer mais efetivamente nos anos '90. Uma prova do respeito profundo ao líder foi um caso ocorrido nos lagos da comunidade, que estão sob a tutela de seus moradores. Um pescador 'de fora' estava invadindo os lagos e num primeiro momento, este foi avisado sobre a preservação desse local e para não voltar lá. Mas o sujeito insistiu em voltar. Então, em uma dessas invasões, os tauaruenses o viram e duas lideranças (pesca e cacique) foram até ele para tomar-lhe seus instrumentos de pesca. Ao pegá-lo em flagrante, o líder da pesca decide não tomar seus instrumentos, para espanto do cacique. Como assunto de pesca é com o líder da pesca, então o invasor foi liberado com seus materiais. O fato foi muito comentado em Tauaru, mas era unânime a postura de respeitar qualquer figura de liderança, mesmo que o exercício desse lugar (pelas características pessoais) não seja a mais efetiva.

A interpretação da lei que proíbe o futebol é uma das mais controversas na comunidade. Nos primórdios de Tauaru, relata-se que não era permitido, em hipótese alguma, jogar futebol dentro da comunidade. Com o tempo, essa regra veio perdendo sua força e as crianças passaram a brincar em locais periféricos de Tauaru. Em seguida, em locais centrais, sem problemas – envolvendo também alguns adultos. No entanto, se a iniciativa parte dos professores da escola, a coisa muda radicalmente. Como relata S. Caio,

Teve também um caso que aconteceu, né, entre nós professores, a lei diz bem claro que nós seres humanos somos livres, a todos. Somos livres a todos, e a gente precisa que a criança brinque, né, e certos dias aí um professor de educação física, fez uma aula de educação física com uma pequena bola, e o líder da religião que é da igreja queria cortar a bola do professor. Então isso foi conversado com a direção. Têm certas coisas que a igreja proíbe na área da educação.

Isso aconteceu porque no regulamento há um artigo que recomenda atenção aos agentes exteriores à Missão. Em meu ponto de vista, percebi que o seguimento das leis é matizado pela sua interpretação e por aqueles que têm o poder de fazê-las valer. Portanto, uma questão de exercício de poder por quem ocupa lugares de destaque e dos acordos coletivos daqueles que reforçam esses pactos.

Por outro lado, em reunião comunitária em que a equipe de pesquisadores investigou a respeito das atribuições de cada uma das entidades existentes em Tauaru, os moradores colocaram os seguintes pontos à Santa Cruz:

- 1) orientar a boa conduta dos cruzadores.
- 2) prezar pela harmonia na comunidade.
- 3) realizar batizados, batismo nas águas (confirmação) e casamentos.
- 4) organizar o festejo de comemoração do aniversário da igreja, dia 02 de abril.
- 5) datas comemorativas: procissão de S. Sebastião (início da cruzada: 20 de Janeiro de 1944), 21 de Abril, 07 de Setembro, 12 de Outubro, 25 de Dezembro, dia das mães, dia dos pais, Semana Santa (com a 'guarda' de 45 dias anteriores e penitências de joelho).
- 6) procissão pela comunidade todo dia 02 de cada mês.
- 7) articular o trabalho coletivo.
- 8) auxiliar na condução das outras associações (organizar reuniões e tomadas de decisão).

Como nos contam os tauaruenses, para se organizarem reuniões comunitárias, avisa-se alguém da junta diretiva. Este comunica ao diretor, que nos rituais avisa todos os moradores. O mesmo funciona para determinação dos mutirões: avisa-se o diretor, que convida os demais interessados a participar do trabalho coletivo. Portanto, o elemento aglutinador das ações coletivas são as regras estipuladas pela Santa Cruz, colocadas em exercício pela junta diretiva. As tomadas de decisão passam, necessariamente, por estas pessoas. A tabela 02 resume o perfil da Santa Cruz em Tauaru – elaborado em reunião

comunitária.

ENTIDADE	MOTIVO DA CRIAÇÃO	ATRIBUIÇÕES	ATIVIDADES	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
Associação Missão Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica – Igreja Madre Central Do Brasil	- Crenças religiosas	- orientar a boa conduta dos cruzadores; - articular o trabalho coletivo; - auxiliar na condução das outras associações (organizar reuniões e tomadas de decisão); - prezar pela harmonia na comunidade;	- rituais (todos dias às 06h00 e 17h30); - batizados; batismo nas águas e casamentos; - festejo (02 de Abril) - festejar datas comemorativas - procissões; - mutirões; - punições;	- Diretor; - Presidente e vice; - Secretário e vice; - Tesoureiro e vice; - Fiscal; - Porta-voz;

Tabela 02: Perfil da Santa Cruz em Tauaru

Conforme estudado por Silva (2008), em Tauaru não se faz distinção entre ajuri e mutirão. Usa-se a mesma palavra para designar um trabalho em prol do bem coletivo ou particular. No entanto, no segundo caso (benefício para uma pessoa), está oferecendo em contrapartida uma alimentação aos participantes da atividade. Como lembra a autora, no contexto das comunidades ribeirinhas amazônicas, “a ajuda mútua possui elementos facilitadores dessas práticas, como as relações de parentescos, a espacialidade das unidades sociais e as regras internas às comunidades” (idem, p. 16). Em nosso caso específico, verificamos que o regime de ajuda mútua é marcado fortemente pelos modos de sociabilidade prescritos pela religião e se foca mais nas atividades agrícolas e para a organização espacial da comunidade.

De acordo com o relato de muitos tauaruenses, no início da comunidade, especialmente sob a primeira direção, vivia-se um regime muito rígido de conduta. Um exemplo é dado por D. Gisele, que nos conta sua história de vida: pertencente à Família B, fuge da comunidade ainda adolescente com um homem que por ali passou, devido à rigidez do regulamento. Logo volta à comunidade, novamente com sua família. Casa-se com seu segundo homem e vai morar em Tabatinga. Tem dois filhos. Brigavam muito e se separaram duas vezes – momentos em que volta a Tauaru. Em uma dessas brigas, em que há uso da violência masculina, seu pai vai resgatá-la. Sem marido e mal vista aos dois que seguiam o regulamento, acaba deixando a criação de um dos filhos com sua mãe, D. Nádia – filho criado pelos avós. Então, aos 18 anos e de volta a Tauaru, casa-se com seu terceiro homem e continua com ele até hoje, criando os 07 filhos com esse marido. Sua segunda filha do segundo homem, atualmente mora em Manaus e, por coincidência, se juntou com o neto de uma moradora da comunidade.

Outros casos são o das irmãs D. Elisa e D. Magele, também da Família B: devido à rigidez, vão viver ainda adolescentes em Tabatinga, cada uma trabalhando em uma casa de família. Essa é uma alternativa para as moças que até hoje persiste, como forma de se manter na capital. A primeira engravida de um militar que passou pela cidade. A outra, também engravida de um rapaz que conhece. Nenhuma delas se casa com esses homens. Seus pais vão buscá-la e, em decorrência de brigas entre as famílias em Tauaru e da rigidez da religião, acabam ficando por lá por mais de um ano – segundo contam os próprios, chegaram lá e lhes deu vontade de ficar, então ficaram. Nesse período, conseguem emprego e se mantêm dessa maneira. Após esse período, voltam todos à comunidade, já sentindo falta da vida mais ligada à natureza e de menor dependência de um emprego para conseguir subsistir. D. Elisa, mãe solteira, se casa com S. Peter, mas como D. Nádia não gostava dele, achava que sua filha não tinha condições de criar o filho e pela repressão da religião, tomou-o dela e o criou – mais um filho criado pela avó. Atualmente, ela já aprova S. Peter. Pela mesma justificativa, D. Nádia toma e cria o filho de D. Magele – que posteriormente vem a se casar com o irmão de S. Peter, S. Paulo⁴⁶⁸.

As famílias G, J, K, são as que inicialmente ocupam a direção da Missão, entre 1977 e 1988. Além da condução comunitária sob o aspecto comportamental, eles aliavam duas principais atividades produtivas: agricultura e pesca⁴⁶⁹. A primeira era aquela privilegiada pregadas pela religião: união em mutirões para trabalhos com a agricultura. Relata-se que nesses primeiros anos de Tauaru, organizavam-se numerosos mutirões para brocar, coivadar, roçar e carpinar a terra⁴⁷⁰. Igualmente, as colheitas da macaxeira, banana, melancia, feijão, arroz e milho eram feitas em coletivos⁴⁷¹. Os trabalhos agrícolas envolviam muitas pessoas e seus frutos eram repartidos entre todos. A prática pesqueira – privilegiada devido aos muitos lagos ao redor da comunidade e ao Paraná (por onde passa a piracema)

⁴⁶⁸ D. Nádia cria ao total seus 09 filhos, mais os 03 netos tomados, mais outro neto que o pai não tinha condições de criar (mais recentemente; este não foi tomado), mais uma criança de Tabatinga, cuja mãe não cuidava e maltratava. D. Nádia lhe pede que dê a criança e essa mãe concorda, pois não o queria. Hoje, ele a auxilia trazendo peixe, praticando agricultura e 'sendo obediente'. Assim como ela, há outros casos em que os avós tomaram a responsabilidade dos netos, pois os pais não tinha condições de criá-los. Também se encontram casos de famílias que pegam para criar uma criança rejeitada pelos pais, pelo motivo que seja.

⁴⁶⁹ Nessa comunidade, a coleta de açaí acontece somente entre março e maio, começo de junho, com cachos tirados nos igapós. Não há coleta de castanha. Outras frutas, só esporadicamente. Não há extração de latex das seringueiras, pois nas redondezas não se encontram tais árvores. A caça é esporádica: tatu, macaco, aves, anta, cotia, porco do mato, entre outros – dos quais tive a oportunidade de comer alguns desses nas viagens a campo. A extração de madeira é feita apenas para construção das casas e de canoas. Muito raramente comercializam madeira, pois como relata S. Marcos, “os pau não são tão bons aqui em volta pra vender, só alguns e ainda tem que procurar ai pra dentro”.

⁴⁷⁰ Trata-se do modo de agricultura tradicional do 'caboclo': *brocar*-derrubar-queimar-e-plantar. Determinação de uma área para o plantio. Cortam-se os galhos e árvores menores. Queima-se o terreno. Cortam-se os troncos maiores que sobraram. Espera-se uns dias. Esses troncos e galhos permanecem no local, para fertilizar a terra. Planta-se a mandioca, por exemplo. Retorna-se de vez em quando, para limpar de outras plantas que venham crescer no local. Aguarda-se o tempo da colheita. E colhe-se o resultado.

⁴⁷¹ Produtos cultivados pelos tauaruenses.

– também tinha papel importante na vida do tauaruense. Esta era praticada em menor número de pessoas, devido ao tamanho das canoas (que não comportam muitos tripulantes), ser uma atividade que emprega mais tempo (às vezes, dias) e pelo fato desse trabalho não exigir a mesma quantidade de gente que o da agricultura. Conta-se que, igualmente, havia repartição do pescado entre todos.

12.7.2. As novas influências

Ainda primeiro período da direção da Santa Cruz, há uma primeira interferência externa não-religiosa na organização social de Tauaru. Segundo pesquisa realizada por Oliveira (2008) a respeito da organização política dos pescadores dessa comunidade, uma primeira associação de pescadores é fundada em Tabatinga, em 1979. Como reflexo direto desse acontecimento, em 1980 os pescadores da comunidade organizam-se num grupo informal. Não havia uma diretoria, registro de reuniões em ata ou formalizações das atividades desenvolvidas, mas os tauaruenses já passam a ser reconhecidos como pescadores na região. Essa primeira tentativa de organização dura pouco tempo, mas é um fato lembrado por muitos e funciona como elemento importante à construção da identidade de pescadores na comunidade.

Já sob a segunda direção, entre 1988 e 1998, há uma mudança de configuração dos lugares de poder. O proprietário é quem ocupa o cargo de diretor. Nesse momento, o mando sobre a terra e rumos da comunidade estão concentrados nas mãos de uma só pessoa. Em seu depoimento, encontramos o mecanismo pelo qual ele efetiva a manutenção da posse das terras:

Ainda estou respondendo o sentido da propriedade, né? [O que o senhor responde?] O pagamento. O pagamento da terra. São uma base de 50 reais por ano. [Qual o nome desse pagamento?] É o pagamento sobre a terra ocupada. [O senhor reparte isso com a comunidade?] Não senhor, eu pago sozinho. É porque eu sou o responsável, então eu faço o pagamento. Porque cobrar, eu não cobro. São moradores, mas eu não cobro. E eles também pela vez deles, não me ajudam, então fica só com minha responsabilidade. Quando eu não puder mais, aí vou passar pro nome do filho, pra continuar, né. Pra que a área não fique abandonada. É importante ter um proprietário. Porque nessa área, muitas pessoas já quiseram invadir. Até mesmo a Funai já quis invadir. Se fosse a vontade da FUNAI, já tinham tomado tudo. Se apossaram de todas as áreas na beira do rio. Mas aqui não puderam se apossar não, só porque é pago todos os anos.

Por conta dessa atitude do proprietário, ele obtém o respeito dos demais moradores como autoridade comunitária até o presente, sempre consultado em tudo o que diz respeito à propriedade. Como destaca Almeida (2008b, p.133), na Amazônia a modalidades de uso comum da terra se dá por normas específicas instituídas de maneira consensual, nos

meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos sociais que compõem uma unidade social – regras estas que o código legal brasileiro não abarca. Para o autor,

A atualização destas normas ocorre em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas lindeiras sob a acepção corrente de 'terra comum' (ALMEIDA, 2008, p. 133-4).

Futemma (2006, p. 249-256) mostra que por meio dessas regras se determinam o direito de acesso, exploração e manejo de uma área, estipulada geralmente pelo dono da terra. Isso vai depender do grau das relações sociais com essa pessoa: se de primeiro grau de consanguinidade (pais e filhos), segundo grau de consanguinidade (sobrinhos, avós, tios), compadrinamento (compadre) ou conhecidos/amigos. No caso de Tauaru, pelo fato de nesse momento o diretor ser o principal agente na determinação das regras de uso da terra, sua família (especialmente a Família A) se destaca mais nas atividades agrícolas e seus membros se reconhecem mais como 'agricultores' – uma tendência que permanece até hoje.

As famílias G, J, K, se destacavam mais nas práticas pesqueiras e, por isso, seus membros são mais conhecidos como os grandes 'pescadores' da comunidade – também uma tendência que prevalece no presente. Oliveira (2008) lembra que em Tauaru há dois tipos de pescadores: a) o *pescador eventual*, que desenvolve a atividade mais intensiva durante a época de safra (piracema, em Setembro) e, ao longo do ano, apenas para subsistência; b) o *pescador permanente*, que faz dessa prática sua fonte de renda permanente durante todo ano. Pelo levantamento que fizemos, são 08 pescadores desta segunda classe, reconhecidos pelos tauaruenses – todos desses grupos familiares de 'pescadores'. Relata S. Alcimar:

Eles sobrevivem de peixe, passam inverno e verão só pescando. Ai eles pegam os peixes e vendem em Tabatinga, e quando não é muito eles vendem na própria comunidade, eles compram o seu alimento todinho.

Por terem dedicação muito maior à pesca, não praticam a agricultura com a mesma intensidade que outros moradores. Um desses pescadores permanentes já chegou ao lugar de patrão: 'emprega' um jovem da comunidade, dando-lhe material para pesca, levando-os às pescarias e conferindo-lhe um pagamento, em troca de obter sua produção de pescado e disponibilidade constante – trabalho que ele aprecia bastante. Os outros formam alianças

esporádicas com outros pescadores⁴⁷² e vendem sua produção diretamente em Tabatinga ou a um atravessador⁴⁷³.

Essas divisões acontecem paulatinamente às muitas brigas e acertos familiares, como relatam os mais velhos⁴⁷⁴. O que vem acentuar essa divisão entre famílias, que repercute na identificação com um ou outro grupo (pescador, agricultor, ou ambos), são as novas interferências exteriores, que trazem novas figuras de liderança à comunidade, novas delimitações à organização das ações coletivas e, conseqüentemente, novos elementos à construção das identidades coletivas. Isso coincide com o período de transição entre a segunda direção da igreja e as demais, marcado pelo afrouxamento da determinação religiosa sobre a vida comunitária em Tauaru. As duas principais interferências foram o movimento de criação das associações de pescadores e a de agricultores. Vejamos porque.

Como lembra Oliveira (2008), uma dessas influências ocorre pela associação de pescadores de Tabatinga, que tenta agregar mais filiados e fortalecer sua abrangência política. O resultado dessa atuação política, na comunidade, é a formalização da Associação de Pescadores de Tauaru (APT), em 1994, cuja diretoria é composta majoritariamente pelos 'pescadores'. Inicialmente, a APT tinha atuação tímida e se restringia a juntar o pagamento das taxas para levá-las a Tabatinga, para obtenção de benefícios sociais. Em pouco tempo, a atuação dessa diretoria se apaga e a APT fica abandonada.

No entanto, sua fundação funciona como um novo foco de aglutinação de interesses comunitários, que não o da religião. Os objetivos da APT são para benefício de toda comunidade – especialmente para aqueles que se agregavam aos 'pescadores'. Já sua condução, segundo a apropriação de pessoas nas tramas familiares tauaruenses. A partir desse momento, surge mais uma figura de liderança, que deve ser consultada sempre que o assunto envolve a pesca. Isso, de certa forma, quebra a hegemonia do diretor da Santa Cruz e do proprietário. Por sua vez, aumenta o alcance das demandas comunitárias para além de Tauaru, por meio dessa associação e liderança. Portanto, a identidade de pescador,

⁴⁷² Quando isso acontece, são chamados de patrão também, pois chamam os outros pescadores, oferecem os materiais de pesca, em troca da produção do pescado. Claro, estes ficam com uma parte dos peixes para si.

⁴⁷³ O esquema do processo de comercialização do pescado em Tauaru e Tabatinga pode ser encontrado em Oliveira (2008) e IBAMA/ProVÁRZEA (2007). Em linhas gerais, o pescador de Tauaru ou vende diretamente o peixe no mercado de Tabatinga ou a um atravessador. Este, o revende às bodegas de Letícia, que comercializa o peixe nos frigoríficos de Bogotá – que repassam ao consumidor colombiano.

⁴⁷⁴ Prefiro não colocar trechos dos depoimentos em que eles falam das brigas entre as famílias. Em todas entrevistas, há referências às rixas familiares. No entanto, abro uma exceção, em que o depoente fala da propriedade onde está Tauaru: “Essa terra era do terreno lá em Independência, mas o terreno dele o barranco já tirou tudo. Mas ficaram pagando e tudo. Tiraram e ainda estão pagando. Mas a terra mesmo, já não existe mais dele. Só que o nome por pagar, porque no Incra não comprova, porque na várzea, o Incra ele dá o documento de terreno é provisório. Terra de várzea é provisório, porque alaga, barranco some, tudinho, não é que nem a terra firme que tem título definitivo. Aqui nunca teve terra definitiva na várzea. [E por que ele é proprietários, então?] Porque ele diz que paga esse direito aqui. A terra dele era lá pra cima, naquela restinga de lá. Porque a terra mesmo é da comunidade. Porque ai já vieram eles, a família deles e vieram se ajeitando e pronto”

mais do que unicamente referida à prática pesqueira, vem também pela pertença a essa associação: ser pescador (da associação) significa ter acesso facilitado a certos benefícios sociais (Tabela 03).

ENTIDADE	MOTIVO DA CRIAÇÃO	ATRIBUIÇÕES	ATIVIDADES	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
Associação de Pescadores de Tauaru (APT)	- facilitar pagamento de taxas à associação de Tabatinga, para obtenção de benefícios sociais.	- participar das reuniões da Colônia Z-24; - recolher mensalidades dos comunitários para a Colônia; - encaminhamento para auxílio-doença, auxílio-maternidade e seguro-desemprego (defeso); - organizar mutirão de pesca; - preservação dos lagos e praias;	- Reuniões; - Assembléias; - Articulação de convênios; - Intervir para seus associados conseguirem benefícios sociais; - preservar os lagos (ainda em andamento); - preservar a beira das praias para bichos de casco (ainda em andamento).	- Presidente e vice; - Secretário; - Tesoureiro e vice; - Conselho Fiscal (04 membros);

Tabela 03: Perfil da Associação de Pescadores de Tauaru (APT)

A associação de Tabatinga vem ganhar força de representação política em 2001, com a instauração da Colônia de Pescadores de Tabatinga Z-24, momento em que amplia significativamente o número de associados. Em Tauaru, isso se reflete na rearticulação da APT, com uma nova diretoria. Segundo Oliveira (2008, p. 126), isso ocorreu por dois motivos centrais: 1) garantir a preservação dos lagos, pois nos anos '90 passou a haver escassez de pescado na região; 2) facilitar o pagamento das taxas à Colônia Z-24.

A eleição dessa segunda diretoria da APT, que ressuscita a entidade, serve como exemplo para demonstrar a interação entre fatores externos/internos à comunidade. Do ponto de vista das influências exógenas, temos os seguintes determinantes: a) intervenção do IBAMA intensificada no final dos anos '90, com a proibição de alguns tipos de peixe (defeso) em um determinado período do ano (outubro a fevereiro); b) a criação do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM)⁴⁷⁵, que em Tabatinga trabalham em parceria com o IBAMA atua no controle do pescado; c) os movimentos sociais de pescadores na Amazônia, que passam a se

⁴⁷⁵ Criado pela Lei Estadual n° 2.384, de 18 de março de 1996, conforme consta no site do IDAM. Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

manifestar com mais força em Tabatinga⁴⁷⁶. Do ponto de vista das influências internas, temos: a) a necessidade da comunidade garantir sua área de pesca (para subsistência e venda); b) reassunção dos 'pescadores' a um lugar de destaque, já que a associação de agricultores foi criada em 2001.

Dessa reciprocidade de fatores, a comunidade conseguiu elaborar plano de 'reserva de lago' *em parceria* com o IBAMA, no qual eles mesmos fiscalizam os lagos e fazem um rodízio de pesca: a cada 05 anos, se pesca em um dos grandes lagos ao redor da comunidade⁴⁷⁷. Segundo nos relatam os tauaruenses, há ocorrência de quebra da proteção do lago tanto por pescadores de outras localidades, quanto de Tauaru – o que causa certa indignação entre eles. Relatam que o controle não é tão efetivo por dois motivos: a) não há um agente que se dedique constantemente à fiscalização (falta de 'salário'); b) pela falta de força política da APT. A segunda diretoria eleita é de pouca expressão na comunidade e, por isso, não agrega muitos sócios⁴⁷⁸.

A identificação com 'agricultor' se acentua a partir de 1999, momento em que começa o movimento de organização para fundar a APRT. Segundo documentos da 'associação dos agricultores' (como nomeiam os tauaruenses), o impulso para sua sistematização parte do IDAM. Este órgão tinha postura política de estimular a criação de associações de trabalhadores rurais para descentralizar o atendimento a essa categoria, especialmente porque havia muita procura por informações de seguro-desemprego – conforme informações dos documentos dessa entidade e conversas com seus técnicos. Em 2001 é fundada a APRT é quem assume a liderança é o presidente comunitário, que agora

⁴⁷⁶ Segundo Oliveira (2008), os pescadores da Amazônia organizam-se para enfrentar as adversidades vivenciadas no contexto da pesca e buscam resistir desde a concorrência de métodos mais modernos de captura de pescado, até a luta contra a entrada de comerciantes não-pescadores, que se instalam nesse contexto pesqueiro. Além disso, a organização política serve-lhes como uma possibilidade de acesso aos recursos pesqueiros e bens e serviços sociais, assistência, direitos sociais e trabalhistas no que concerne ao exercício da atividade, seja no meio urbano ou rural. Desse modo, a história de luta e de organização política dos pescadores nos movimentos sociais da pesca na Amazônia ao longo dos últimos 30 anos, como referido por Alencar (1993), Câmara e McGrath (1995), Campos (1993), Chaves et all. (2003), Furtado (1993), Hartmann (2001), Isaac (2003), McGrath (1994, 1996), Mello (1995), Petrere Júnior (1978), Ruffino (2005), SANTOS & SANTOS (2005) se dá a partir da: a) luta contra as adversidades enfrentadas no cotidiano da atividade pesqueira; b) resistência ao modelo de gerenciamento de entidades representativas comandadas por não-pescadores; c) luta pelo direito de uso e gestão dos recursos pesqueiros; d) acesso a bens e serviços sociais.

⁴⁷⁷ Os lagos acima da comunidade são: lago do Teté (pois havia um morado lá com esse nome); lago do Torres (idem; lago do Manduca (idem); lago do menino (por dizerem ver um menino de tempos em tempos no local – uns dizem que é o curupira); lago Ciquipongue (onde há resquícios das casas dos ancestrais dos tauaruenses). Na ilha em frente à comunidade são: lago do pirarucu (pela quantidade desse peixe); lago da ressaca (por alguns bebedores iam lá após a bebedeira); lago do café; lago da bacaba (pela quantidade de palmeiras que dão essa fruta); lago da Célia (por antiga moradora com esse nome); lago do mucura (idem – já em frente à comunidade vizinha, Sacambu I).

⁴⁷⁸ Em uma das viagens a campo, organizamos uma reunião com os membros da diretoria. Havia mais de três anos que eles não se reuniam. Contam-nos que alguns tauaruenses preferem se associar diretamente à Colônia Z-24, por conta dessa desmobilização da APT. Novamente, pelo profundo respeito ao líder da associação, não se questionava sua atuação pouco expressiva. Durante o período de viagens a campo, não houve nova eleição de diretoria para a APT.

reúne dois cargos. Na tabela 04, encontra-se o perfil da APRT.

ENTIDADE	MOTIVO DA CRIAÇÃO	ATRIBUIÇÕES	ATIVIDADES	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
Associação de Produtores Rurais de Tauaru (APRT)	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de união; - Ampliar a comunicação entre os moradores; - Garantir recursos para melhorar a situação da comunidade; - Exigência dos órgãos governamentais para concessão de serviços sociais; - Acesso a financiamento e benefícios sociais junto ao IDAM e INSS; 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar o acesso a recursos agrícolas e financeiros; - Encaminhamento para benefícios (auxílio-maternidade, aposentadorias, etc.); - Garantir canal de interlocução junto a organizações e poder municipal; - Viabilizar a participação dos associados em projetos de produção pelo IDAM. - Criar espaços de discussão da comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões; - Assembléias; - Articulação de convênios; - Intervir para seus associados conseguirem benefícios sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente - Vice-presidente: 1º e 2º - Secretário: 1º e 2º - Tesoureiro - Conselho Fiscal (03 membros)

Tabela 04: Perfil da Associação de Produtores Rurais de Tauaru (APTR)

A APRT ganha mais força do que a APT por três motivos principais: a) há acompanhamento constante do IDAM às comunidades rurais de Tabatinga, o que garante assessoria permanente⁴⁷⁹; b) quem toma posse desse novo lugar de líder é o presidente comunitário; c) este faz parte da família do proprietário, cuja prática agrícola é a predominante entre seus descendentes. Com isso, seus associados conseguem obter benefícios sociais com mais facilidade – o que se reflete no maior número de sócios, como indica a tabela 05.

ENTIDADE	NÚMERO DE ASSOCIADOS
Associação de Produtores Rurais de Tauaru	137
Associação Missão Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica Igreja Madre Central do Brasil	191*
Associação de Pescadores de Tauarú	40 ⁴⁸⁰

Tabela 05: Número de associados por entidade (2007)

*número de inscritos no livro da santa cruz

Por essa tabela podemos observar que o número de frequentadores da Santa Cruz é o que abarca maior contingente de pessoas, apesar de algumas já não seguirem a religião

⁴⁷⁹ O IDAM também faz acompanhamento da produção agrícola das comunidades atendidas, por meio de: doação de sementes para o plantio; orientação em algumas práticas agrícolas; cadastro da produção das famílias; desenvolvimento de projetos ligados à agricultura; assessoria nos assuntos legais das associações de produtores rurais. Em Tauaru, as visitas dos técnicos do IDAM são frequentes. Nas nossas primeiras duas viagens a campo, estabelecemos parceria essa entidade, que nos cedeu o barqueiro, a voadeira (pagamos a gasolina) e fomos acompanhados de mais um técnico.

⁴⁸⁰ Em 2009, este número já havia aumentado para 57, pois os benefícios do seguro-desemprego começaram a sair aos tauaruenses, o que incentivou mais pescadores a se associarem.

(inscrição no livro da Santa Cruz). A APRT abarca boa parte dos tauaruenses adultos. Já a APT agrega um número bem menor. Desse modo, há mais pessoas que se consideram 'agricultores' do que 'pescadores', devido ao fato de serem representadas por uma ou outra entidade. Segundo relatam os tauaruenses, há formas de controle governamental para identificar se uma pessoa é agricultora/pescadora. Como relata S. Alcimar,

nós trabalhamos sobre a agricultura, a gente trabalha também de acordo com o cartório para fazer registro de nascimento (...), no sindicato é sobre a documentação dos agricultores, porque o sindicato dá uma carteira para cada agricultor que é agricultor mesmo, e aí a gente acompanha eles, o IDAM também faz só controlar a pessoa, se ele é um agricultor mesmo o IDAM acompanha ele direitinho para no momento de uma doença ter o acompanhamento dele.

Como esse processo de adesão é permeado pelas relações de parentesco, as pessoas que se consideram ambos são aquelas que não partilham das rixas familiares, pois há possibilidade de associação nas duas entidades simultaneamente – desde que consigam comprovar que são tanto agricultores como pescadores, segundo nos relatam. Nesse caso, relata S. Alcimar:

Aí o quê que acontece, como ele é um comunitário⁴⁸¹ bem documentado, aí na hora do benefício ele escolhe se vai fazer pela agricultura ou pela pesca, tem os dois lados para ele escolher. Aí tem pessoa que não pesca, só que o benefício só pode fazer somente pelo IDAM que é pelo sindicato. Tem gente que pesca e trabalha na agricultura, aí tem os dois lados que eles escolheram. Tem pessoa aqui que só pode fazer qualquer benefício somente pela pesca, porque eles não plantam, aí a associação não pode acompanhar ele como agricultor, a lei proíbe que uma pessoa que não plante possa ser agricultora.

Por essa colocação, podemos observar que para que alguém comprove ser agricultor, pescador ou ambos, este deve ter o apoio do líder de cada instituição. Como resume Oliveira (2008, p. 116), o vínculo associativo às diferentes entidades mostra: a) a identificação política como pescador/agricultor, e não apenas pela atividade produtiva; b) a luta pelo acesso a bens e serviços sociais. E acrescentamos: c) a identificação com um ou outro grupo familiar.

Como referimos, o líder da APRT é também presidente da comunidade. 'Presidente' (e seu vice) é um cargo de representação política exigido pela administração municipal para

⁴⁸¹ Aqui entra mais uma identidade dos tauaruenses. Comunitário é aquele que vive nas comunidades rurais e, por isso, carrega um aspecto relacional para diferenciar sede (cidade) e zona rural. Eles usam essa denominação somente na relação com as entidades governamentais, com maior destaque ao governo municipal. Fora desse âmbito específico, ou seja, na comunidade e na cidade, usa-se 'pescador', 'agricultor' e até mesmo 'caboclo', este último como forma de diferenciação do 'indígena', 'ticuna', 'cocama'.

reconhecer uma comunidade enquanto tal – daí a identidade 'comunitário'. Isso traz mais uma figura de lideranças às dinâmicas comunitárias de disputa de poder e também funciona como fator de quebra da hegemonia religiosa na condução da comunidade. No final dos anos '90, a eleição desse cargo acontecia por aclamação, até passar a valer votação direta, como me explica o próprio presidente: “ai, em 2002, o cartório exigiu que tinha que ser uma votação diretamente”. Esse lugar de presidente funciona como elo de ligação com o município e cabe a ele levar as reivindicações comunitárias aos governantes. Como lembra Alencar (2005, p. 83),

prefeitos e vereadores procuram sua base de apoio, entre os presidentes das comunidades, como forma de garantir votos nos pleitos eleitorais. Estes, por sua vez, buscam certos benefícios como motores de luz, escolas, equipamentos agrícolas, ajuda para tratamento de doenças. Se uma comunidade apoiar um candidato e ele for derrotado nas urnas, os moradores podem sofrer retaliações da nova administração municipal. De certa forma, os prefeitos de hoje reproduzem o modelo de poder dos antigos patrões (...) pelas ações paternalistas e pelo tipo de relação clientelística que estabelecem com os eleitores.

Ainda durante o período da segunda direção da Santa Cruz (1988-1998), quem ocupou a presidência foi um membro que ocupava um cargo superior à junta diretiva – que não fazia parte das famílias tauaruenses, mas se casa com uma moça da comunidade e vai morar lá. Além do destaque pela religião, ele também se diferenciava por assumir função na área da Saúde. Isso tudo lhe possibilitou proximidade com os governantes e troca de favores que perduram até hoje. Mas, como a eleição era por aclamação, no ano 2000 um descendente da família dominante (da posse da terra) assume esse lugar. Um indicador de que a dominância religiosa na organização social de Tauaru já não era mais a única determinante.

Em 2001, esse novo presidente torna-se também o líder da APRT. Em 2002, ele ganha a eleição por votação direta. Em 2006, ganha novamente, já com pouca margem de vantagem e sob fortes críticas dos tauaruenses. Durante esses mandatos, a comunidade consegue obter algumas benfeitorias: em 2001, caixa d'água que só começa a funcionar em 2008, por falta de motor que puxasse a água do subsolo à caixa; um gerador de energia, instalado a 14 de agosto de 2006, por meio do Programa de Eletrificação Rural do governo federal; casa de farinha comunitária; motores para ralar macaxeira; implantação dos orelhões; construção do posto de Saúde; construção da escola e de seu anexo; entre outras conquistas decorrentes da troca de favores com o governo municipal.

As intrigas familiares geram polêmica em relação à atuação do presidente. Todos na comunidade comentam a esse respeito e o próprio presidente nos relata que as disputas de poder quase o fazem abandonar o cargo. Disputa entre as lideranças para demonstrar maior

eficiência em trazer benefícios à comunidade e, assim, atestar a supremacia de seu grupo familiar. Portanto, uma disputa para mostrar quem é melhor para trazer benefícios ao coletivo e, conseqüentemente, ser uma figura de respeito e destaque.

Essa dinâmica das redes comunitárias foram melhor observadas em setembro de 2008, momento em que a tensão aumenta bastante devido às eleições municipais – o que poderia ser garantia de benefícios para uma ou outra liderança, de acordo com o candidato eleito.

Pude vivenciar com bastante clareza e intensidade o que Alencar chama de 'modelo de poder dos antigos patrões', com muitas ações paternalistas e estabelecimento de relações clientelísticas. Os tauaruenses, disputando votos entre três candidatos principais, recebiam-nos com muito peixe fresco, suco, cafezinho e passeatas. Estes, por sua vez, traziam retribuições do agrado dos comunitários. A preferência por um ou outro candidato não acompanhou o esquema de divisões familiares. No entanto, criou grupos momentaneamente rivais que tentavam convencer os moradores a votar em seus candidatos – os cabos eleitorais.

Como fiquei em Tauaru até a véspera das eleições, vi os comícios promovidos pelos candidatos e pude debater com os tauaruenses a respeito das propostas apresentadas. Passado o período das eleições, os ânimos esfriaram e a vida comunitária já não recebeu visitas dos políticos.

Em 2009, houve nova eleição para presidente da comunidade, já sob ares menos tensos entre os tauaruenses. O candidato de oposição – que alguns afirmaram seria o mais votado – não confirmou sua candidatura no dia da eleição. Desse modo, o presidente se manteve no cargo e as pressões internas sobre ele continuam.

Nesse contexto comunitário, a Família I passa a se destacar pelo fato de seus membros investirem na educação: seus filhos vão a Tabatinga estudar, pois só havia escola multi-seriada na comunidade. Alguns deles chegam a cursar o Normal Superior na Universidade Estadual do Amazonas (UEA) – habilitando-os ao professorado. Essa situação da escola perdurou até início do ano 2000, quando a comunidade conquista a implantação do ensino fundamental na comunidade. Alencar (2005) lembra que no final dos anos '90 houve um processo de municipalização da educação. Em Tabatinga foram criados pólos de educação, como forma de descentralizar as demandas da população rural sobre serviços prestados na área urbana. Tauaru torna-se um desses pólos, graças às lutas comunitárias por diretos, com lembra Oliveira (2008).

Assumem os cargos de destaque na escola esses membros da Família I. Desse modo, mais outro lugar de liderança é instituído e sempre que o assunto é educação, fala mais alto a liderança deste segmento. A pressão das rixas familiares também traz conseqüências à essa família. Uma parte abandona a comunidade, enquanto a outra resiste

à convivência ambivalente de momentos de concórdia/discórdia. Igualmente às outras lideranças, quando o interesse é coletivo, há união de todos em defesa das lutas comunitárias.

Como vimos, uma primeira vitória de Tauaru foi a implementação do pólo de educação. No entanto, há uma luta de anos para que chegue também o ensino médio. Este nível educacional é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), que exige uma turma de no mínimo 30 alunos para implantar o ensino médio. Nem em 2006, 2007 e 2008 se conseguiu reunir esse número de alunos na comunidade. No final de 2006, havia 24 alunos que concluíram o ensino fundamental, mas esse número não foi suficiente para barganhar com o poder público. Uma parte destes alunos foi para Tabatinga estudar, enquanto a outra permaneceu na comunidade sem ter como continuar os estudos. No final de 2007, formaram-se mais 20 alunos, que também em sua maioria abandonam Tauaru para continuar os estudos.

Para Oliveira (2008), tais fatos apontam para a necessidade de formulação de uma política de educação com exigências diferenciada para a zona rural. Uma das soluções encontradas foi o ensino a distância, que inicialmente foi recusado pelos moradores, sob a justificativa da precarização da educação nessas condições. Mas em função da evasão dos jovens, aceitaram-no em 2009 – momento em que chegaram os equipamentos necessários para sua implementação. Essa situação é descrita por S. Caio da seguinte maneira:

a gente percebe que fica meio difícil para um jovem aqui fazer a oitava série e sair da comunidade e ir para a cidade. Ela é uma situação precária. Por que dizer assim, se um jovem aqui, tem sua família aqui, e fazem o primeiro ano, e aqui não tem o ensino médio aí fica muito difícil ele ir para a cidade por falta de condições. E se vai também, se tem família lá na cidade é de família pobre, não é de família rica, e enfrenta certas dificuldades no alimento, recurso, trabalho, para estudar. E muitas vezes a própria família daqui não tem condições de levar seu filho para a cidade. E isso seria de acordo com, como se fala... em política, né, seria o pessoal da administração dos governantes, que faria uma própria escola aqui, onde a criança se forme na primeira, faça a segunda e a terceira e já se largue daqui para cursos superiores na cidade para eles alcançarem os seus objetivos. E outra questão que eu venho percebendo é dos jovens que já foram estudar, pois já vão na calma, na calma para a cidade, e vida de cidade sabe como é, muita farra, muita diversão, o mundo te leva, então eu vejo que isso, muitas vezes também a farra, a diversão, tira a criança da escola. Eu acho que eles vivem um mundo novo, vamos dizer, aqui nunca pegaram uma moto, nunca se divertiram, nunca fizeram como na cidade, aí chegando lá se metem em tudo, e muitas vezes largam os estudos por causa da diversão, por causa de mulheres bonitas, homens bonitos, e o futuro vai se acabando, quando se dão conta as moças ficam grávidas, os homens conseguem mulheres de casa, e são poucos os que conseguem chegar nos seus objetivos. Realmente a maioria fica no meio do caminho, aí eu posso dizer que falta confiança própria da juventude.

O primeiro aspecto ressaltado por S. Caio é o da dificuldade econômica das famílias

em manter seus filhos em Tabatinga. O caso de D. Solange ilustra esta situação: duas de suas filhas foram à sede para estudar, trabalhando em casas de família. O outro filho fica em Tauaru esperando chegar o ensino médio. Esse tipo de solução é a mais comum e só pode ser adotada pelas moças. Já os rapazes, estes só vão mediante suporte financeiro de seus pais. Como boa parte não tem condições, interrompem os estudos. D. Nádia utiliza boa parte de sua aposentadoria para manter seus netos em Tabatinga, alugando um quarto para eles e comprando-lhe o rancho. Todas famílias dizem que se esforçam bastante para poder manter os filhos fora da comunidade, o que lhes traz dificuldades financeiras.

O outro aspecto refere-se ao trânsito entre cidade/comunidade, que para Fraxe (2004) faz parte da circularidade da cultura cabocla-ribeirinha. No caso dos jovens da região de Tabatinga, como lembra Alencar (2005), essa situação vem introduzindo novos valores por parte de quem retorna da cidade para a área rural. Isso causa um choque de valores culturais, pois os jovens “tendem a adotar modos de vida e alternativas existenciais que causam conflito interno nos grupos. Os problemas maiores estão relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas, de entorpecentes, à prostituição infantil, à proliferação de DST, entre outros” (ALENCAR, 2005, p. 73-4). Na comunidade de Tauaru, vive-se o problema de drogadicção entre uma parte dos jovens, o que tem causado desorientação de seus pais e das autoridades comunitárias, especialmente a religiosa.

Em Tauaru, um dos fatores de convergência de interesses é a religião, apesar de já haverem não-seguidores. A condução da escola está alinhada com a Santa Cruz, o que causa intriga entre os professores vindos de fora, que se sentem impedidos de exercer a educação plena. Como já apontado anteriormente, o fator primordial de discordância é o futebol. As demais divergências referem-se a críticas à religião (vestimenta, conduta moral) – o que em meu ponto de vista trata-se mais de uma expressão de preconceito recíproco do que fundamentada nos alicerces da Educação. Como ambas partes reconhecem, é necessários diminuir as divergência e encontrar acordos entre as partes. Na opinião de S. Caio, ao falar das qualidades de Tauaru,

A qualidade é a educação. É que para ter uma boa qualidade na educação a gente precisa ter melhor preparação, para levar as crianças em frente, para ter uma qualidade boa, cada educador tem que ter o raciocínio lógico, construtivo. E outra eu vejo a religião. Para ter uma boa qualidade tem que esta de acordo com a igreja, e os membros da igreja tem que ser respeitados. Eu acho que depende também de uma boa união, de um bom entendimento, e essa qualidade pode melhorar num todo. Para ter uma boa qualidade é preciso ter preparação, para se chegar a essa união com qualidade. Se não tem essa união com qualidade fica tudo como está.

Por tais colocações, se percebe que a religião possui uma importante função na vida

comunitária. É por meio dela que os tauaruenses estabelecem seus modos de sociabilidade, cultivando valores coletivos e práticas de ajuda mútua. De certo modo, a crise com a Santa Cruz se repercute no abalo da vida comunitária em Tauaru. Os mais velhos percebem que a mudança de valores, descrita acima, é um dos elementos que faz com que os jovens não sigam a religião e, por isso, esta vem se enfraquecendo na comunidade. Isso porque não respeitam as autoridades e não seguem o regulamento. A importância da função da religião é captada por S. Caio, apesar das discordâncias com certos aspectos de sua doutrina.

As famílias que não se enquadraram sob as lideranças mencionadas, são aquelas que assumem outras posições de destaque. Uma desses lugares de liderança é pelo projeto de Meliponicultura, desenvolvido pelo SEBRAE, que envolve 04 famílias na produção de mel⁴⁸². Outra figura de liderança emerge com a Pastoral da Criança, que inicia seus trabalhos no ano 2000 – não sem a resistência de alguns membros da Santa Cruz, que tentaram impedir a entrada dos 'católicos' em Tauaru. Isso foi superado e as mães executam o trabalho de pesagem, medição, controle alimentar e de doenças das crianças Tauaruenses.

Outro papel de destaque é o dos PACS, como são chamados os agentes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, do Ministério da Saúde. Um deles, como já referido anteriormente, ocupa também um cargo importante da Santa Cruz, por isso é respeitado como liderança. O outro PACS é também uma das mulheres que coordena a Pastoral da Criança⁴⁸³. Os agentes de saúde possuem maiores destaque que os rezadores e os curandeiros de Tauaru. No entanto, segue-se um padrão de atendimento: se é um tipo de doença para os rezadores e curadores, passa-se inicialmente pelo atendimento deles; se é um problema resolúvel com remédios, então os PACS dão atenção; se é um problema mais grave, um dos PACS leva-o ou a Tabatinga ou a Belém de Solimões – dependendo da doença e do interesse deste em ir à sede. O relato de S. Arnaldo, um dos curadores, explicita como funciona essa hierarquia e seu afazer:

Quando tem uma doença que não é muito difícil, agente trabalha aqui mesmo em cima dela e fica bom, agente reza e faz o remédio. [Como chama isso?] É curador. [Como o senhor faz isso?] Eu trabalho na base da oração. Que existe as oração pras doenças. Como o vômito, por exemplo, ele nunca vem só, ele vem com uma diarreia, uma febre, dor de cabeça, esse é o costume dessa doença. Aqui agente chama de 'quebrante'. É um vento que a criança apanha, e aí ela fica toda roxa e tem que rezar, porque

⁴⁸² Além dessa produção pelo grupo da meliponicultura, o presidente da comunidade também mantém uma criação própria de melíponas.

⁴⁸³ Por acordos da prefeitura com a FUNASA, eles passam a ser considerados PACS e Agente Indígena de Saúde (AIS) simultaneamente, em 2009. Em 2008, a prefeitura realizou concurso de 08 vagas para PACS e estes dois agentes possuíam vantagem de pontos. Conseguem passar e se manter no cargo. Uma terceira tauaruense consegue passar no concurso e se torna exclusivamente PACS.

pra isso não tem remédio. [E como é essa reza?] É uma oração que ela é bíblica. Agora eu vou dizer, como no começo, Jesus quando ele andava pelo mundo, ele preparou João pra curar e expelir o demônio e deixou a oração pra ele, e falou 'João, você vai curar, expelir o o demônio, fazer a oração e curar' e ele saiu fazendo a oração e curando cego, aleijado, infarte. E hoje existe a doença do ar, quando a pessoa fica toda torta, derrame, e elas são de todo tipo, tem da branca, da roxa, da preta e da vermelha. A preta, quando a pessoa morre com ela, fica preta, quebra o osso. A cabeça ela parte todinha assim. A da roxa ela deixa só umas manchas no corpo, roxa. Todinho roxo o corpo. E a vermelha ela fica todinha vermelha o corpo. Todinho. E a branca a criança fica todinho branco, não chora, não mama, fica caladinha. Dá em adulto também. O derrame. Às vezes o cara vai abrir a porta, da uma banda e fica paralisado de um lado. [E como o senhor faz?] Agente identifica a doença. Vê qual é o tipo. Porque se ela deu dum lado, adormeceu todinho, pate ali na posição, se da de um lado, paraliso de um lado, agente sabe que é a doença da preta, e agente já trabalha em cima dela faz a oração pra ela. Pra cada uma tem uma oração. A gente trabalha em cima disso. Se for a branca, quase não dá em homem não, só em criança. O bucho fica inchado, vômito, diarreia, e quando ataca a pessoa não fala nem nada, mudo. Ai agente vai em cima dela, trabalhando em cima dela, três ou quatro dias. [E com que frequência o senhor faz a reza?] Depende da doença, se ela estiver muito alterada, pode ate rezar cinco vezes no dia, se ela tiver meio fraca três vezes, mais do que isso não. E faço remédio também. O remédio agente faz, vamos dizer aqui, pra doença do ar. Nós defumamos a criança com a pena de alencor, o chifre do boi, a gente queima ele, pega põe em cima da criança e põe pra receber aquela fumaça. Quando é dessa doença da preta mesmo, brava, a malvada mesmo, a gente dá um purgante de água ardente, água benta alemã, que é um tipo de remédio que tem nas farmácias, ai a gente dá um purgante só, que ele é forte. Que é um tipo de purgantes pra limpar o estômago, que é um purgante. É uma infecção, né. Se pego, chama na hora, se passar três dias sem eu ter rezado, não tem jeito, que ela anda rápido. Eu tenho que ter rezado. Pegou, chama quem sabe na hora para cuidar. Se passar, não tem jeito, é uma doença que anda rápido, espalhando no corpo. A vermelha é uma doença difícil, e doutor não cura. Pelo menos eu, na perna, o doutor vai logo e apara aqui. Porque ela vem andando, e a partir de um dia, dois dias ela anda 20 cm. E ai você reza duas vezes, três vezes é suficiente. Reza a primeira vez, atalha, sabe onde ela ta, dali pra baixo, ela não passa mais, onde ela tiver ela fica. [Junto com a reza, o senhor faz mais alguma coisa?] Só reza mesmo. E água e sal. Molhando com água e sal. [E onde o senhor aprendeu isso?] Foi quando eu tava em Manaus uma vez, tinha um velhinho que era avô de um cara que era meu conhecido, um colega. E nós fomos ficar na casa dele, e ele gostou de mim, nos meus 18 anos e ele foi e me chamou: 'Olha menino, eu vou te dar tudo o que eu sei, pra você'. Ai foi e me deu como cinco orações, 'você aprenda essas orações e faça como eu fazia. Pode curar todo mundo'. Eu aprendi mas não usei, sabe. Só fiz aprender. Ai de uns 10 anos pra cá, nessa comunidade, quando era essas épocas dessa doença, morria dois meninos por dia aqui dentro. Não tinha quem soubesse. Ai eu fui experimentando, como o velho disse, né. E eu fui rezando e foi dando certo, e de lá pra cá, na minhas mãos não morreu nenhum. Hoje porque domingo, eu não rezo, né. Esses dias aqui tinham 14 meninos doentes. Porque tem a dor de cabeça dá constipação. É uma dor que dá assim, realmente uma matéria que fica aqui na cabeça, chama constipação. E tem oração apropriada, e agente vai pra cima e fica bom. Cada uma das doença tem uma reza. E é assim. [Uma vez é suficiente?] Não, três vezes. Na pra própria dor uma só, mas tem que rezar três vezes pra não voltar mais. Agora, tem o câncer. O câncer é uma doença besta para curar. Que muitas vezes na mão de doutor mesmo a pessoa morre porque ela é uma doença que cresce como tumor, vem por dentro, o tumor maligno. E dali ela dá a

vermelha lá dentro, que é o câncer, que vai enraizando e vai pra cá, pra lá. E ai como o cara vai fazer se o cara mata aqui ela vai pra cá e sobre. Ai ela não tem cura. Mas com a reza não, com a reza ela se estrompa. O cara pega e reza. E onde ela estiver ela fica. Ai essa leva mais tempo para curar, por causa que já tem caroço, é um tumor. Aquele tumor vai ter que se acabar ali, vira massa, vira seja lá o que for, se acaba lá e fica bom. Aqui na comunidade, tem uma senhora, ela bolou mais de 3 meses de doença, no hospital, ia e voltava. Ai já não tinha mais condições, o peito dela estava muito grande mesmo, tava inchado, rachou tudo e escorria pus. O tumor estava grande já dentro. Ai ela veio aqui comigo. E vamos ver que a gente vai dar um jeitinho nesse problema. Ela veio aqui e custou mais e eu passei 9 dias rezando, três vezes por dia. A gente reza 06 horas, né, 12 horas e 06 horas da tarde. À parte da noite ninguém reza. [Por que não?] Porque a noite, ela é proibido rezar. Ninguém pode rezar. Só já a partir das 06 horas da manhã de novo, meio dia e 06 horas da tarde. Ai conforme a doença, vai levando os dias, levando até 18 vezes, inteirou. Quando inteira 18 vezes que reza, se não ficou bom não vai mais ficar bom, não tem jeito. [E como é que faz para saber se vai ficar bom ou não?] Ela modifica a cor. Se tá vermelho ela fica preto. Quando ela fica assim escura, ai pode dizer que dali já, ela vai para traz. Nós tivemos entrevista lá no hospital, em Tabatinga, cheio de doutor. Meu filho tava em Tabatinga, ele estava estudando, e ele adoeceu da perna. Ele foi pro Hospital, bateu radiografia e não dava nada e a perna foi inchando, inchando. Até que ele não conseguia mais andar. Internaram ele, e eu fui pra lá. Já tava 1 mês e 18 dias internado. Ai, mandaram me avisar aqui e eu fui pra lá. Ai cheguei lá, falei com o doutor, né, e fumo ver. A perna dele já era partindo a bermuda, que aquilo lá tava bem grande. Eu falei pro doutor 'o senhor fez de tudo', não dava nada, e ele gritava dia e noite. Eu falei, 'doutor, esse problema aqui, agente cura com reza'. Como o doutor era muito legal, ele disse 'então você procure quem sabe pra fazer esse tratamento aqui dentro do hospital'. Ai eu fui e disse pra ele que eu mesmo garantia, mas eu digo 'vou tirar daqui dentro do hospital', que era pra eles não verem, sabe. Levei lá pra casa, lá a casa deles. Cheguei lá, e ele tava com o vitelão. O vitelão é um tipo de doença que ele não dá na carne, nem no nervo, nem nada. Dá no osso. Ele vai enfraquecendo o osso, até ele partir o osso e depois que ele parte, muitos dias, ai joga pra cima, arromba as feridas. O vitelão falado. Ai a pessoa grita dia e noite. Ai cheguei lá na casa, fiz como a gente deve fazer mesmo, rezei. Ai com cinco dias eu fui lá no hospital, ai falei com o doutor, eu digo 'doutor, ta na hora do senhor resolver o problema, que agora já é com o senhor'. Ai disse 'manda trazer ele ai'. Peguemo lá o carro, a ambulância e trouxemo ele. Chegamos lá, estava bem alto assim, um nózão assim pra cima. Só o nó. Desinchou e ficou aquele nózão. Ai o doutor disse 'vamos operar'. Vieram 05 médicos, né. Foram fazer o tratamento lá. Ai ele disse se eu garantia ver a operação. Eu disse 'se eu estou aqui, tenho por direito ver, né'. Ai foram, prepararam bem, ai o doutor foi e cortou, né. Dali saiu mais ou menos um litro de uma matéria assim preta, sangue batido, dali de dentro. Ai foi quando o doutor perguntou como é que era trabalhado em cima daquilo, que eles estavam 1 mês e 18 dias e não faziam nada. Ai eu disse 'não, é que esse é um tipo de doença que não veio para curar com remédio'. A vermelha, doença do ar, da branca, da roxa, da preta, vitelão, aizipa. A aizipa ela é uma doencinha que ela vai em qualquer parte do seu corpo, uma coceira. A pessoa começa a coçar o pedacinho que está inchado e vai aumentando. Só coceira mesmo. Ainda eu não descobri porque que dá essa daí. Só que ela dá em qualquer parte. Só que ela não é de matar, mas faz o cara sofrer e vai inchando, coçando. [Qual mais que o senhor cura com reza?] O câncer de mama, ele é besta pra curar com reza. Esse daí foi que já fiz o tratamento que já fiz com 07 aqui da comunidade. Então esse tipo de doença ai dá nos seio das mulher. Ele tumoriza por dentro. Aquilo não sai fora. O tumor fica grande quando sai fora, já ta acabado. Lá perto de onde minha filha mora, em Tabatinga, uma

mulher teve isso aí. Foi pra Bogotá, e tiraram o peito dela fora inteiro. Ficou sem um lado. Por causa que aí dá o câncer, dá a vermelha e dá azipa. São os 3 só num. Aí fica difícil. E aquilo lá andando. [O que faz a doença parar?] Ela pára, mas eu não posso dizer porque é uma oração, né. É uma oração e ela foi feita pra isso aí. Aí você vai fazer aquele tratamento dizendo aquelas palavras e o que a gente passa é somente água e sal, ali em cima. Se for o seio da mulher, você pega aqui, por onde não está vermelho ainda, aqui por fora. Vai dizendo as palavras e vai molhando. Vai dizendo as palavras e vai molhando. Você reza a primeira vez, vamos dizer às 06 horas da manhã, quando for 12 horas, se ela não passou dali pra cá, aí ela vai ficar ali mesmo. Aí você reza de novo, e aquela parte ela vai ficar escura, e se ficar escura agente já está sabendo que ela já está sem condições de seguir mais. Se continuar, não adianta nem rezar, que não vai servir. [E como sabe se continua?] Ela passa daquele limite que a gente reza. Ela passa. Aí é porque não serviu. Já tem outro tipo de doença no meio. Não veio só uma. Aí tem que ter o médico. Aí o médico passa a faca e tira o que tem por dentro. Porque a reza ela cura se for o sangue batido, mas se for a matéria, a matéria ela não tem reza. Então realmente, o câncer de mana, que esse outro eu não sei, eu ainda não experimentei, mas o de mama ele é um sangue batido amarelo, preto, todo sujo. Ele não é aquela matéria que não tem calor, não é aquela matéria amarela. É outro tipo. Durante todo esse tempo de trabalho nesse tipo de doença, ainda não morreu ninguém. E antes morria de brincadeira. Que esse tipo de doença, que é infecção do vento caído, né, doença do ar, da roxa, da branca, da vermelha, não cura em hospital, porque se bater um soro no couro daquela pessoa, incha que racha o couro, é bater e morrer. Aqui a esposa do cacique não tá com um ano que ela morreu, ela pegou o derrame. Aí levaram ela pra Belém, aí de lá tinha uma pessoa que parece que entendia. Foi disse que tinha pegado a doença do ar. Foi, trouxeram pra rezar. Foi, trouxe, era umas 11 horas da noite, me mandaram me chamaram e eu fui lá. Como não pode fazer o tratamento de noite, quando foi de manhã eu fui lá, eu rezei. Aí ela se sentou, ela comeu. Aí o pai dela foi disse 'não, ninguém vai deixar aqui, vamos levar pra Tabatinga'. Aí, eu fui chamei ele, o S. Mário que era o pai dela, falei 'S. Mário, aqui nós faz esse tratamento', 'não, que se ela ficar aqui, ela vai morrer'. Eu digo 'não morre não, S. Mário, nós vamos fazer esse tratamento. Aí ele disse que a filha era dele e ia levar. Aí eu disse 'faz o que o senhor entende'. Aí pegaram levaram pra Tabatinga. Chegou 06 horas da tarde, chegou lá e ela começou a gritar. Aí quando colocou o soro no braço dela, e quando colocou o soro e aplicou a injeção, ela não falou mais, parou de falar. Quando deu 07 horas da manhã ela morreu, toda inchada. Isso aí ainda deu uns atrapalhos, daqui de Belém terem encaminhado ela pra cá, daqui já levado pra Tabatinga. Só sei que bolou por lá quiseram saber quem era os médico, até agora não tem solução. Qual era os médico que aplicou o remédio e ninguém sabe ainda. Não tem solução ainda não. Só sei que a mulher morreu. Essa doença, ninguém pode aplicar o soro. Pode tomar como água, mas não pode aplicar no sangue, porque essa doença ela dá no sangue, é um vento frio. E fica paralítico, o sangue não circula e ele morre. Por isso que a pessoa fica ali, quando escapa, fica morto, uma bamba, é perigoso. E ele não confiou. Aí ele foi. Ele acompanhou. Com três dias que ele tinha ficado com ela, aí foi ele sair que pegou, do mesmo jeitinho. Aí ele não quis ir pro hospital. Lá em Tabatinga tem umas senhoras que sabem rezar, foram buscar ela, e trabalhou em cima disso aí 4 dias. Aí ele baixou e veio pra cá, pode ver que ele anda arrastando a perna, quase ele morreu. Ele levou a filha pro hospital, mas ele não quis ir, porque ele sabia que se fosse ele iria morrer, porque a filha dele morreu com a mesma doença. Ele escapou, graças a Deus. Tá aí ele.

Esse interessante relato nos mostra não apenas os ritos, costumes e simbolismos da

cultura amazônica, mas um tipo de conhecimento que os amazônidas possuem e podem fazer usufruto. Como descreve Wagley (1988, p. 246), essas pessoas possuem poder especial para curar que se torna evidente por meio de diagnósticos e curas sucessivas. O uso das orações, “que elas em geral sabem de cor e que a maioria conserva em segredo, são específicas contra dores de cabeça, resfriados, diarreia, febres e outras doenças e indisposições comuns e só têm poder para a benzedeira ou rezadeira que as utilizam” (idem, *ibidem*). Apesar de haverem 2 curadores e alguns rezadores, boa parte dos tauaruenses preferem a atenção hospitalar e o uso de remédios alopáticos. Possuem conhecimentos a respeito do uso de plantas e ervas medicinais, mas estes estão sendo progressivamente desacreditados – em especial pelo contato dos tauaruenses com agentes externos, que não crêem nas práticas dos amazônidas⁴⁸⁴. Neste caso, a interferência externa vem fortalecer a atuação dos PACS e colocando em segundo plano os curadores e rezadeiros de Tauaru.

Enfim, a derradeira interferência vem pela entrega da balsa do SEPROR/ SEBRAE, como incentivo à prática pesqueira dos tauaruenses. Esta foi entregue em 2006. Mas por não ter sido dado andamento ao projeto, por parte dos propositores (órgão governamental), na comunidade não se instituiu ainda uma nova liderança.

Outra importante interferência externa, que vem para modificar de uma maneira ainda não-estimável a organização social de Tauaru, é a introdução das questões indígenas, como destacamos a seguir.

12.7.3. A influência indígena

Ainda no período da segunda direção da Santa Cruz, começaram a ocorrer interferências externas não-religiosas que marcam a vida comunitária até hoje. Uma delas é a demarcação das terras indígenas na região, que Alencar (2005, p. 64) indica terem ocorrido nos anos '80. Por não querer perder as terras e por não admitir a identificação com 'índio' devido à descendência cearense, como o próprio refere e todos tauaruenses comentam a esse respeito, o proprietário fez valer sua autoridade para unir a comunidade e se organizarem para não cederem à demarcação da TI Évare I – postura que ele só deixou de sustentar em 2009, quando há um apelo coletivo para adesão à TI.

⁴⁸⁴ Essa é uma discussão que não aprofundamos nesta tese. Como aponta Elizabeth Teixeira (2002), o cuidado da saúde do ribeirinho deve envolver seus conhecimentos tradicionais. Em conversa que tivemos com Moacir Biondo, uma referência em uso de plantas e ervas medicinais em Manaus, os conhecimentos tradicionais estão se perdendo ao longo dos anos. Não se trata de esquecimento, mas de desvalorização desses saberes por agentes externos à vida comunitária. Por isso sua defesa de trabalhos que resgatem as práticas de cura dos amazônidas. Segundo nos relata, em comunidades onde ele pôde realizar esse trabalho de resgate, houve uma redução de 80% da busca por atendimento médico. TEIXEIRA, Elizabeth (2002). Travessias, redes e nós: complexidade do cuidar cotidiano da saúde do ribeirinho. In: COUTO, Rosa Carmina; CASTRO, Edna Maria Ramos de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (orgs.). *Saúde, Trabalho e meio ambiente: políticas públicas na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA.

Em 2001, uma série de caciques são nomeados na região. Tauaru também recebe a nomeação de um cacique. Ninguém sabe como isso aconteceu, com qual critério e porque foi nomeado determinada pessoa e não outra. Segundo nos contam os tauaruenses, nenhuma pesquisa foi realizada na comunidade para avaliar a quantidade de descendentes Ticuna e Cocama na comunidade. Os relatos são de que surgiu uma lista vinda de Brasília, nomeando caciques na região.

O cacique nomeado⁴⁸⁵, ainda sem entender o que isso significava, é convidado a participar de um 'estudo' junto a outros 43 caciques recém-eleitos de comunidades dos municípios de Santo Antônio do Iça, Amaturá, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant e Tabatinga, onde estão as TI Évare I e Évare II. Este 'estudo', que ocorreu em 21 de agosto de 2001, de 80 horas de duração ao longo de 10 dias, conferiu-lhe um certificado de 'agente multiplicador de educação ambiental'. No entanto, é durante os dias desse curso que ele foi reconhecido como cacique da etnia Cocama e foi-lhe explicado quais as vantagens de ser indígena naquela região.

Esse acontecimento se passa num momento em que os tauaruenses vinham ganhando força política pela fundação da APRT, implementação de pólo de educação e fortalecimento do papel do presidente comunitário perante o governo municipal. Ou seja, um momento em que suas ações coletivas passam a ter maior poder de barganha para obtenção de benefícios à comunidade. No quesito saúde, entretanto, não se tinham conseguido grandes avanços.

Nesse contexto, o recém-cacique retornar a Tauaru e, com o apoio do diretor da cruzada, apresenta à comunidade as vantagens de se tornarem indígenas, tal como pôde aprender junto aos demais caciques no curso. Nessa primeira apresentação, apenas ouviu-se a notícia e nenhuma atitude prática foi tomada. Persistia a opinião do proprietário em ceder suas terras.

Ainda nos dias que seguem ao curso, um cacique da comunidade São Fernandes, mandado pelo representante da FUNAI, vai até Tauaru para testar alguns conhecimentos do recém-cacique na língua ticuna – na 'gíria', como nomeiam os não-indígenas da região. Um quadro lhe é apresentado com as seguintes figuras: tracajá, tartaruga, peixe-boi, tambaqui, pirarucu, anta e cotia. Pelo fato dele ter convivido com ticunas em alguns períodos de sua vida, ele sabia essas palavras e erra somente a anta. Então, ele passa no teste.

Em 2002, alguns representantes de distintas entidades indígenas da região vão à comunidade incentivá-los a se tornarem indígenas, pois assim conseguiriam benefícios como: medicamentos, posto de saúde, motores de canoa, entre outros. O acento maior é para aqueles relacionados à Saúde. A oposição do proprietário ainda persiste, mas começa

⁴⁸⁵ Descendente de filho de Gonçalo (primeira mulher), que se casa com descendente Cocama – família E.

haver simpatia dos tauaruenses pela facilidade de acessos a benefícios.

Em 2003, as autoridades dos órgãos governamentais realizam levantamento fundiário das comunidades da região para avaliar os títulos de propriedade das terras. Também foi feito levantamento dos lagos, pescado, flora⁴⁸⁶. Pelo fato de não ter sido garantido indenização ao proprietário, este não aceitou que suas terras fossem anexadas à TI Évare I. Como nos conta o próprio, ele não tinha garantias de que receberia qualquer retorno financeiro e, por isso, não queria entregar as terras. No entanto, uma parte significativa dos tauaruenses passa a se interessar pelos benefícios que se tornar indígenas lhes propiciaria.

Na efervescência da movimentação de representantes de entidades indígenas na região⁴⁸⁷, alguns moradores de Ourique, Emau, Jutimã, Novo Brasão, Sacambu I, Sacambu II, São Fernandes, Nova Estrela da Paz e Nova Extrema se reuniram em Tauaru, durante três dias, para se organizarem e terem mais força política de barganha perante a FUNAI/FUNASA – pois até esse momento, não tinham obtido nenhum benefício por terem caciques em suas comunidades. O resultado dessa reunião é a criação da Associação dos Moradores das Comunidades Indígenas Cocama e Ticuna (AMCICT). Dada a aprendizagem de que com uma entidade formalizada se consegue obter benefícios junto ao governo, no dia 02 de setembro de 2003 fundam a AMCICT, para que, com um CNPJ, conseguissem fazer pedidos e reivindicar direitos. O primeiro presidente dessa entidade foi um descendente da Família A – filho do proprietário e de descendente cocama.

Em nossa primeira viagem a campo, em 2006, o presidente da AMCICT é levantado com uma liderança na comunidade, enquanto o cacique não é lembrado. Posteriormente, investigamos que a figura deste último ainda não era popular entre os tauaruenses. Isso faz com que sua influência, na comunidade, fosse pouco expressiva nas lutas por benefícios via entidades indígenas. O presidente da AMCICT abandona seu cargo ainda esse ano, pois a entidade não vinha conseguindo obter o retorno esperado. Por outro lado, pela atuação do cacique extra-comunidade, a 12 de junho desse mesmo ano nomeia-se um tauarusense

⁴⁸⁶ De acordo com os registros comunitários, esse é um ano em que diferentes entidades visitam Tauaru. Foram feitas visitas de técnicos do IBAMA, do IBAMA e algumas pesquisas de universidades começaram a ser realizadas, dentre as quais se destaca a de Chaves et al. (2003) e a de Alencar (2005). Na pesquisa desta última, menciona-se que Tauaru se dividia em duas comunidades: uma religiosa e outra laica, convivendo pacificamente. No entanto, por nosso estudo podemos inferir que havia somente uma comunidade: os moradores da parte central eram aqueles mais ligados à religião; já aqueles em parte mais periféricas, os não-cruzadores (sem o nome no livro) – informação que nos foi dada na produção do croqui antigo de Tauaru, que no original continha os nomes dos moradores em cada casa, mas que omitimos tais informações nesta publicação.

⁴⁸⁷ Em 'Relatório sobre o Convênio entre o CGTT e a Fundação Nacional de Saúde' (de 15/05/2002), demonstra-se o processo de disputas das entidades indígenas pela parceria a ser estabelecida com a FUNASA, para comando do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Solimões (DSEI-AS). Como mostra Alencar (2005), esta posteriormente passou a ser dirigida pela Organização de Saúde do Povo Ticuna-Alto Solimões (OSPTAS). Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=4949>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

como conselheiro local do pólo tipo II, ligado ao DSEI-AS – o eleito é o filho do cacique. Ainda esse ano, a comunidade decide se tornar indígena, em reunião comunitária. Somente o proprietário continuou se opondo a isso e, por ser a liderança mais importante nesse assunto, não se tomaram atitudes de mudança para TI⁴⁸⁸.

Em decorrência disso, a 03 de Fevereiro de 2007, é inaugurado o posto de saúde de Tauaru⁴⁸⁹. Em 2008, a comunidade passa a receber educação bilíngue, conforme documentos da secretaria municipal de educação, tendo um professor especializado da língua Cocama que vai viver lá⁴⁹⁰.

Um fato importante, ocorrido entre 2007 e 2008, cativa a maioria dos tauaruenses a perceber os benefícios de serem indígenas: D. Elisa adoece e é levada para Brasília para realizar tratamento de Saúde. Dizem que o traslado Tabatinga-Manaus-Brasília, mais as despesas adicionais, custaram R\$ 54.000,00 – sem ônus algum à enferma. Diante disso, a pressão sobre o proprietário aumentou muito e fez com que ele, em 2009, cedesse sua propriedade para ser anexada à TI Évare I⁴⁹¹.

Como pudemos observar, em Tauaru esse processo de transição para indígena não está acontecendo pela necessidade de reconhecimento étnico ou reconstrução do 'ser indígena', tal como refere Saraiva (2005, 2008). Tornar-se uma comunidade indígena, em uma terra indígena, está sendo impulsionado pelas lutas por acesso a bens e serviços sociais. A mudança identitária não é algo que os tauaruenses vêm aceitando com facilidade. Como relata S. Dener,

É uma mudança meio complicada, por uma parte, porque fica difícil mas no próprio instante torna mais fácil, principalmente na saúde. Fica difícil, inclusive porque pra gente se adaptar. Porque o índio tem aqueles costume deles, daí pra gente se adaptar no costume do índio fica meio difícil, mas aos poucos a gente vai se acostumando. [Que costumes são esses?] É porque o índio tem, principalmente, a festa da moça nova⁴⁹², aí você vai ter lá uma festa, os índios vão ter que, dançar, né, mas na tradição deles. Os índios sempre costumam permanecer nu. Então, pra gente, costuma representar essa parte aí através do índio, nós vamos ter que fazer imitar esse processo deles. Porque tem alguém pra representar a comunidade. Alguém pra representar a comunidade através dessa parte aí. Por isso que eu digo, porque nem todos querem representar a comunidade se pintando, vestindo como traje de índio, né, por isso que fica difícil essa parte aí, da mudança. [E a parte fácil?] A parte fácil é através da saúde. Porque

⁴⁸⁸ Há controvérsias de quando Tauaru se torna 'aldeia indígena'. Alguns falam 2006, outros 2007 e outros ainda 2008. Isso significa que ali se reconhece a existência de uma etnia indígena.

⁴⁸⁹ Estávamos presentes no dia da inauguração.

⁴⁹⁰ Resguardadas pela Constituição de 1988 e, posteriormente, pela nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, as escolas em aldeias indígenas tornaram-se diferenciadas, apontando para uma autonomia, mantidas por meio de associações organizadas pelas aldeias. No caso de Tauaru, esse processo não ocorreu pela intervenção interna, mas externa.

⁴⁹¹ Até a redação desta tese, em 2010, não obtivemos informações se essa operação já foi realizada.

⁴⁹² A festa da moça nova é o ritual de passagem da jovem Ticuna à vida adulta (OLIVEIRA, 1996; OLIVEIRA FILHO, 1988).

acontece um problema na comunidade da parte de saúde, que a comunidade não dá jeito, a gente tem os agentes, leva pra Belém do Solimões. Lá é um pólo. E se em Belém do Solimões não dá jeito, tem o transporte diretamente de Belém a Tabatinga. Se em Tabatinga não tem jeito, já remete para Manaus. Isso aí é por conta da Funai. Quer dizer, da Funasa, né.

A referência feita aos costumes indígenas é aos da etnia Ticuna, cujas comunidades e contingente numérico no Alto Solimões são bastante expressivos – especialmente após a demarcação de TIs Ticuna. Para os tauaruenses, a convivência com os Ticuna da região fizera-lhes construir as seguintes imagens, como descreve S. Marcos ao falar das rixas familiares:

as vezes quando tinha uma discussão, as pessoas falavam, bem em termos de discriminação, 'ah, seus Ticunas'. Bem, é que a parte do meu pai é descendente de cearense, e eles sempre gostaram quando tinha uma briga 'ah seus Ticunas, e tal'. Esse pessoal que gostava de brigar, se distratar, 'seu Ticuna e tal', percebe. Talvez porque os Ticuna falem a gíria deles, né, e nós falamos o português e somos civilizados, e eu acho que é mais ou menos isso. [Qual é a diferença?] É bem melhor. É bem melhor em termos assim, de aconchego, vamos dizer, quando é uma pessoa de longe e tal chega em uma comunidade que é civilizada, ele fica mais disposto, não tem tanto medo assim, pode ter até um receio mas não muito, agora chegar em uma comunidade indígena ele fica... bem, até mesmo a gente, nós mesmos quando chegamos em uma comunidade Ticuna ficamos meio assustados, porque, uma o idioma deles isso vai assustar a gente, se ele tiver falando que vai bater na gente ou cortar, ninguém entende nada, aí eles podem fazer o que querem que a gente não entende nada. Por isso então que a gente se acha melhor um pouco né, em termos. [E quais as características dos Ticuna?] É porque eles gostam de se pintar, eles não tem vergonha do que eles são, se ele disser que não é não, se ele não achar o senhor simpático, não gostar do senhor, ele não vai dizer que não quer o senhor lá, vai lhe expulsar, não vai querer o senhor de maneira nenhuma. Se no caso ele quiser bater, espancar, eles vão fazer isso mesmo. Onde eles convivem, eles não vão querer que ninguém meta a mão. Se eles tiverem no lago, o senhor não vai pescar, na área que eles moram o senhor não vai botar um anzol para pegar um peixe, não vai fazer nada, porque se eles lhe pegarem eles vão lhe tomar, bater ou no caso antes eles podiam até matar as pessoas jogavam na água e tomavam tudo. Antes era assim, agora com a FUNAI que o pessoal chegou aqui botando lei, a lei do branco tinha que ser, a lei do Ticuna eles maneraram mais, então assim hoje eles não são mais bem agressivos, mais ainda são. Quando eles fazem as festas entre eles mesmos se matam, se furam ali, se cortam, as vezes morrem enforcados se uma mulher não quiser mais ele, ele vai se enforcar, tomar veneno. Se ele brigar com a namorada dele Ticuna, são dois Ticunas a mulher e o homem, se brigarem e ele vê a namorada dele com outro parecido dele, ele vai ficar zangado, ou vai brigar com ele se cortar, ou vai se enforcar, ou tomar um veneno para querer morrer, já aconteceu várias vezes aí em Belém. Agora já acalmou mais também, mais antes, bem antes era comum, quase uma brincadeira, se brigavam, ah, o fulano se enforcou, morreu, tomou veneno', assim era. Mas aí depois o coordenador, o presidente deles da Funai, chegou aí e disse que proibiu a bebida dentro da comunidade deles, aí acalmou mais. Quando existia bastante bebida aí, eles faziam mesmo. Depois que a autoridade, a

Federal também disse que não era pra ter mais, acalmou.

Diante dessas percepções, os tauaruenses não gostam de serem identificados como 'indígena' (em oposição a 'civilizado') – que está diretamente associado a 'Ticuna'. Todos se referem com estranheza à gíria (língua Ticuna) e à festa da moça nova, dizendo que não querem adotar tais costumes na comunidade. As mulheres são as que expressam maior estranheza. Por isso, vem crescendo o sentimento de pertencimento a 'caboclo amazonense'.

Entre 2008 e 2009, muitos deles, identificados como 'pescador' ou 'agricultor', passaram a se identificar como 'caboclo amazonense', devido às manifestações concretas da presença indígena na comunidade: o posto de saúde, a educação bilíngue Cocama, visita de indígenas de comunidades locais. Isso demonstra que, até o momento de produção da tese, o processo de construção da identidade coletiva 'indígena' não é consensual e tem como força motriz o acesso a benefícios sociais – e não uma reconstrução do *modus vivendi* indígena, como ocorre com outros grupos e em outras regiões (ALMEIDA, 2008a, 2008b; OLIVEIRA FILHO, 1994, 1999a, 1999b; SARAIVA, 2008).

Já o 'Cocama', por ter uma língua e hábitos semelhantes ao do 'civilizado', não é igualado a 'indígena'. 'Cocama' é simplesmente 'Cocama'. Dentro do contexto das disputas familiares e de luta por direitos, podemos entender melhor essas identificações. O relato de S. Alcimar ilustra essa trama:

A gente criou um vínculo no momento com a FUNAI sobre a medicação, porque a medicação pelo SUS em Tabatinga nós não temos uma medicação boa, todo tempo a gente vêm sofrendo da medicação por parte de Tabatinga, e através da Associação nós entramos com a FUNAI em Belém do Solimões e conseguimos levar o paciente. Porque graças a Deus no momento, através do apoio que atingimos com a FUNAI, já salvamos a vida de muitas pessoas aqui que não tinha como nós salvarmos, e através da FUNAI a gente levava a pessoa a chegar até Manaus e salvava sem a comunidade gastar nenhum centavo. [Que vínculos foram esses?] É de a gente se aliar com Belém do Solimões e aí eles davam a assistência para nós de medicação. No momento nós estamos repassando à comunidade um apoio indígena agora. [Como assim?] É porque a comunidade, a gente pensava que ela tinha 100% indígena, mas na realidade ela não tem 100% indígena, ela tem uns 40% indígena e 60% Cocama, e aí mas só que o Cocama e o indígena estão trabalhando igual, um pelo outro, aí vai ser repassado o Cocama agora, mas pegando toda a documentação, todo o recurso de Belém do Solimões pela FUNAI.

A Associação referida é a APRT. Seu líder é também o presidente comunitário. Nas disputas por destaque comunitário, ele refere que os 'Cocama' e os 'indígenas' estão trabalhando juntos. Os indígenas é a referência aos 'Ticuna', que se acreditava que todo

tauaruense possuía alguma descendência – mas não se considerava isso como positivo⁴⁹³. Com a eleição do cacique, em 2001, esse quadro começa a mudar. Como a comunidade foi classificada como Cocama, recuperou-se a raiz dessa etnia. A família A (a dominante, com algumas figuras de destaque) possui descendência de cearenses e Cocama. Daí que a referência de 60% expressa a percepção da dominância de uma família das tramas familiares de Tauaru. Nessa nova configuração de forças, o 'indígena' que está trabalhando junto, no trecho destacado acima, é uma referência à figura do cacique (da Família E, também descendente de Cocama), que tem permanente contato com os Ticuna de Belém do Solimões.

Enfim, essa interferência exógena vem trazendo uma nova configuração à organização social de Tauaru, às tramas familiares e à redefinição de lideranças e do fluxo de tomada de decisão. Especialmente no que se refere às identidades coletivas, ainda é cedo para fazer prognósticos a respeito da recuperação de tradições indígenas (Cocama), que venham a reconstruir o 'ser indígena' (SARAIVA, 2008) do tauaruense.

13.8. Conclusão

Neste capítulo, vimos que as identidades coletivas em Tauaru envolvem um processo dinâmico de constituição do sujeito coletivo (pertença ao 'Nós' X 'Eles' – caboclo amazonense/ indígena, cocama/ticuna, pescador/agricultor, comunitário/cidadino) em ações coletivas marcadas principalmente pela luta por direitos e bem-estar, cuja força foi ampliada com a fundação das distintas entidades existentes na comunidade.

Para facilitar a compreensão desses processos identitários, nos valem de leituras das redes comunitárias, das lideranças e das relações entre grupos, como estratégias para desmistificar a inacessibilidade das 'forças internas' que plasman a organização sociopolítica de uma comunidade.

Ao focarmos os entrelaçamentos entre as dinâmicas internas e as influências externas à comunidade, vimos que em Tauaru os mecanismos que conduzem às ações coletivas passam, necessariamente, pelos laços de parentesco. Colocado de outra forma, a comunidade, enquanto unidade representativa do coletivo, consegue obter benefícios e tem força de barganha política com os agentes externos graças à sua organização interna. Os tauaruenses se reúnem, deliberam os rumos de suas ações, elaboram abaixo-assinados, dirigem-se às autoridades responsáveis e reivindicam suas necessidades. A maneira como isso ocorre internamente é pela trama das relações familiares. Nessa perspectiva, compartilhamos com a opinião de Almeida (2008a, p. 161) de que “as disputas internas, o

⁴⁹³ Aqui temos uma aparente contradição de informações. Em uma das viagens a campo, o presidente nos fala em 80% de descendentes indígenas. No entanto, com a evolução da presença de benefícios vindos de órgãos indígenas, esse número aumentou para 100%.

faccionalismo e a diferenciação econômica quebram com as visões idílicas de unidade camponesa”. Como em boa parte dos grupos humanos – para não sermos generalistas –, nas comunidades ribeirinhas também há antagonismos e convergências que dão o caráter dinâmico da vida social humana. Dentro disso, vimos que os tauaruenses possuem mecanismos internos de superação das divergências para obtenção de benefícios coletivos – o que nos faz remeter ao respeito que se deve ter pela vida alheia, mesmo que isso cause certa estranheza.

Por fim, as transformações na organização social de Tauaru levaram à alteração dos mutirões agrícolas numerosos: sua frequência diminuiu e passou a agregar número menor de pessoas, em geral pela afinidade de um grupo familiar com outro – já não mais pelo coletivo como um todo. Por sua vez, alguns tauaruenses abandonam a religião e se mudam para outra localidade (principalmente a sede municipal). Os que permaneceram, uma parte continuou fiel aos preceitos da Santa Cruz, enquanto outra parte nem tanto. Estas pessoas inicialmente foram alvo da repressão do diretor, mas com o tempo, essa rigidez foi sendo afrouxada – muito em função dos processos que construíram as novas lideranças, que amenizam o poder concentrado do diretor e do proprietário. Mesmo assim, persiste a autoridade da Santa Cruz como a superior e sua junta diretiva continua sendo consultada para direcionamento dos rumos da comunidade.

Atualmente, Tauaru passa por um momento de crise com a religião, pois muitos já não querem seguir seus preceitos. Em 2007, o diretor disciplinário visita a comunidade para dar algumas orientações. Já em 2008, ele foi para perguntar aos moradores se queriam que a cruz continuasse plantada lá. Visto que decidiram pela sua permanência, alguns moradores voltaram a frequentar a igreja. Foi o caso de S. Marcos, conhecido na comunidade por ser subversivo às regras da Missão. Em 2009, ele lia a bíblia e frequentava diariamente a igreja nos dois rituais diários, em geral acompanhado dos filhos.

Não temos razões para fazer prognósticos dos rumos da comunidade. Somente com o tempo poderemos avaliar quais os impactos da assunção da nova identidade indígena, que ainda é rejeitada por muitos no que se refere a seus aspectos culturais, mas valorizada quando vista pelo ângulo de direitos e exercício pleno da cidadania⁴⁹⁴.

⁴⁹⁴ Uma das preocupações trazidas pelas mulheres é a respeito do uso de anticoncepcionais. A prefeitura fornece uma injeção anticoncepcional de duração de três meses. Já pelo lado indígena, elas não poderão fazer uso desse remédio. Isso tem causado sérias preocupações às mães de Tauaru.

Capítulo 13. Considerações finais

Para Almeida (2008b), a autodefinição expressa um contexto mais amplo de emergência de identidades coletivas na Amazônia objetivadas em movimentos sociais. Nesta tese tentamos mostrar que as identidades coletivas dos tauaruenses indicam um processo dinâmico de constituição do sujeito coletivo (pertença ao 'Nós' – cada autodefinição específica) em ações coletivas (a luta por direitos, bem-estar), materializadas em distintas formas de representação política (associações, colônias de pescador, etc.).

Colocado em termos empíricos, os tauaruenses expressam suas múltiplas identidades (pescador, agricultor, caboclo amazonense, comunitário, indígenas, cocama) por meio das várias entidades formalizadas e da luta comunitárias por benefícios sociais. Nesse contexto dinâmico é que emerge a assunção da identidade indígena.

Como pudemos observar, o caso de Tauaru não se trata do ressurgimento de uma etnia não classificada pelos viajantes ou órgãos governamentais, tal qual ocorreu no nordeste brasileiro, segundo explica Oliveira Filho (1999b, p. 07)⁴⁹⁵. Na comunidade estudada, sabe-se que são descendentes de Cocama e Ticuna, etnias da região que resistiram à conquista, ciclos econômicos e reconquista.

Tampouco estamos diante de uma situação de luta por acesso a terras, que explicita a reivindicação de uma situação fundiária – o direito pela posse de terras garantido por constituição, como aponta Barreto Filho (2004, 2006) –, como é o caso de muitas etnias indígenas no Brasil, que lutam pela garantia de uso de recursos naturais e reprodução social (OLIVEIRA FILHO, 1994, 1999a). As produções antropológicas mostram que a luta por terras não é apenas uma questão de território, mas um *processo de territorialização*, que para Oliveira Filho (1999b, p. 20)

é precisamente o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a 'etnia', na América espanhola as 'reducciones' e 'resguardos', no Brasil as 'comunidades indígenas' – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionamento com o meio ambiente e com o universo religioso).

⁴⁹⁵ Como explica Arruti (2010), um processo de etnogênese: “As 'emergências', 'ressurgimentos', ou 'viagens da volta' são designações alternativas, cada uma com suas vantagens e desvantagens, para o que, de forma mais clássica e estabelecida, a antropologia designa por etnogêneses. Esse é o termo, ainda assim conceitualmente controverso, usado para descrever a constituição de novos grupos étnicos”.
ARRUTI, José Maurício (2010). *Etnogêneses indígenas*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/etnogeneses-indigenas>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

Por tais colocações, podemos dizer que o processo de territorialização envolve a construção de uma identidade coletiva (cada autodefinição; por exemplo 'cocama', 'ticuna'), que agrega cada 'comunidade indígena' em prol de ações coletivas de reivindicação por direitos territoriais⁴⁹⁶ e sociais. Como lembra autor (1994, p. 327), as lutas comuns e os rituais compartilhados dão àquelas identidades uma grande importância normativa, afetiva e valorativa – o que nos remete ao caráter dinâmico das identidades coletivas.

O caso de Tauaru tampouco expressa a construção da identidade indígena como elemento de significação de uma 'comunidade indígena' (no caso, Cocama). Nem estão passando por um processo de reconstrução do 'ser indígena', como aponta Saraiva (2005, 2008), vinda do interior da vida comunitária. Talvez com o tempo isso venha acontecer, mas ainda é cedo para prognósticos. O que fica bem claro é que a recuperação dos laços ancestrais indígenas vem ocorrendo, neste momento, como um mecanismo político para obtenção de bens e serviços sociais.

Tomando o contexto em que Tauaru se insere, vemos que o poder público local muitas vezes é negligente com sua população, fornecendo-lhe serviços a partir de mobilizações, reivindicações e lutas políticas. De um modo mais amplo, Alencar (2005, p. 72) mostra que as políticas dos municípios do Alto Solimões voltadas às comunidades rurais expressam claramente desvalorização e descaso com essas populações. E entre as comunidades de terra firme e as de várzea, estas últimas são as que menos recebem a atenção do poder municipal.

As comunidades de várzeas dificilmente recebem investimentos de melhoria de serviços sociais na área da saúde e educação, bem como em infra-estrutura (saneamento, água tratada, tratamento de lixo, pavimentação). Com lembra Alencar (2005), tais comunidades conseguem obter algum benefício somente pela força política de pressão à administração pública.

Como tivemos a chance de vivenciar pelo contato e conversas com os políticos da região, os órgãos municipais não investem na melhoria das condições de vida dessas populações por julgarem que elas moram em um ambiente inadequado. Há uma crença compartilhada de que existem lugares melhores para morar, como a terra firme, onde se pode plantar o ano todo e praticar agricultura extensiva e criação de gado. Em Tauaru foi feita proposta das autoridades para que se mudassem para uma área de terra firme, mas a grande maioria dos tauaruenses recusou tal oferta. Essa situação é resumida da seguinte

⁴⁹⁶ Como explica Gallois (2007), Terra Indígena é uma figura jurídica que consta na Constituição de 1988. A territorialidade (ou processos de territorialização) é maneira com um determinado grupo ocupa um território, o que envolve não só o aspecto jurídico de terras, mas a reprodução social e cultural nesse espaço. GALLOIS, Dominique Tilkin. *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?* Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/introducao/o-que-sao-terras-indigenas>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

maneira:

Deliberadamente deixa-se de investir nas localidades para forçar a saída de moradores. Tal descaso também expressa a falta de valorização desse modo de vida, já que o morador da várzea é visto quase sempre como alguém a ser transformado. A falta de políticas voltadas para assistir os moradores da várzea, em casos de perdas materiais, evidencia essa desvalorização do morador da várzea e a maneira como o poder público lida com os problemas causados por fenômenos naturais, apontando para uma naturalização dos problemas que eles vivenciam quase todos os anos (ALENCAR, 2005, p. 72-3).

Por tais colocações, vemos que as discussões de desenvolvimento sustentável e de dimensões de sustentabilidade parecem passar longe desses municípios amazônicos. Como refere Simonian (2007, p. 33)⁴⁹⁷, “no que se refere à Amazônia propriamente dita, as propostas de políticas públicas sequer indicam uma preocupação mais adequada aos critérios que definem sustentabilidade”. O reflexo disso é que a valorização do modo de vida dessas pessoas continua a ser desconsiderada nos planos governamentais e em boa parte das políticas públicas voltadas à região (CHAVES, 2009).

Pelo caso de Tauaru, notamos que as autoridades locais estão longe de tentar executar projetos que visem ao pleno desenvolvimento do ser humano (MENDES & SACHS, 2007), ao envolvimento sustentável (VIANA, 2007), às liberdades instrumentais e substantivas (SEN, 2000), ou qualquer uma das idéias que apresentamos no capítulo 08.

Fica agora mais claro porque consideramos que a parte II deste trabalho tratava dos contextos envolvendo o estudo de Tauaru. Mais do que culpabilizar os agentes dos órgãos públicos pela negligência declarada – o que não os isenta da responsabilização –, podemos perceber que ainda vivemos sob uma racionalidade que cinde Homem e natureza, que considera o progresso material como indicador de desenvolvimento, que desconsidera formas diferentes de conhecer e de viver. Isso não significa que não sejamos capazes de tentar transformar essa situação. As discussões a respeito do desenvolvimento sustentável têm indicado para o rompimento de algumas verdades cristalizadas, gerando novos sentidos e práticas sociais. No entanto, ao efetivar esses ideais em ações supostamente transformadoras, podemos observar que as dificuldades delas alcançarem seu objetivo ainda são grandes.

Seriam necessários projetos educativos e de atualização voltados aos agentes governamentais locais? Como efetivar a mudança paradigmática, tal qual defendido por Santos (2008)? Como fazer com que se valorizem as populações das várzeas amazônicas,

⁴⁹⁷ SIMONIAN, Lúcia Terezinha Lopes (2007). Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: Aragón, Luis E. (org.). *População e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA.

que possuem estilo de vida particular e têm o direito de quererem buscar o bem-estar nesses ambientes? Que tipo de projetos de desenvolvimento são adequados a essas populações?

Idéias de dispositivos práticos de como proceder para propiciar a qualidade de vida dessas populações não faltam, como indicam Sachs (2002, 2004), Mendes (2006), Mendes e Sachs (1997). Fica então uma derradeira pergunta: se os tauaruenses recebessem assistência diferenciada do poder público, teriam eles optado por se tornar indígenas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SABER, Aziz (2005). Refletindo sobre questões ambientais: ecologia, psicologia e outras ciências. *Psicologia USP*, vol. 16, nº 1/2, p.19-34. Psicologia e Ambiente.
- ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (2006). Introdução. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.
- ADORNO, Theodore W. et al. (1950/1965). *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Editorial Proyección.
- ____ & HORKHEIMER, Max (1944/1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora.
- AGENDA 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- ALENCAR, Edna Ferreira (1993). Gênero e Trabalho nas Sociedades Pesqueiras. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza de (orgs). *Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia* Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi.
- ALENCAR, Edna Ferreira (2005). Políticas Públicas e (in)sustentabilidade social: o caso de comunidades de várzea no Alto Solimões, Amazonas. In: LIMA, Deborah de Magalhães (org.). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Manaus: Ibama, ProVárzea.
- ALLEGRETTI, Mary Helena (1992). Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 54, p. 05-24. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201992%20v54_n1.pdf>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- ALLEN, Robert (1980). *How to save the world: Strategy for world conservation*. London: Kogan Page.
- ALLPORT, Floyd Henry (1924). *Social Psychology*. Boston; New York: Houghton Mifflin.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1994). Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- ____ (2006). Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo & ____ (org.). *Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia*. Belém: UNAMAZ.
- ____ (2008a). *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8: Fundação Universidade do Amazonas.
- ____ (2008b). *Terra de quilombo, terras indígenas, 'babaçuais livres', 'castanhais do povo', faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2ª Edição. Manaus: PGSCA-UFAM. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico.

- _____. *et al.* (2009). Boletim informativo nova cartografia social da amazônia: complexo madeira – conflitos sociais na panamazônia. *Ano 02, nº 2, Mar. Manaus: UEA Edições; PPGAS-UFAM.*
- ALMEIDA, Flávio Vaz Ribeiro de (2005). *Desenvolvimento Sustentado entre os Ticuna: as escolhas e os rumos de um projeto.* Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, *série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 1, jan-abr., p. 45-110.*
- ALONSO, Angela (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: revista de cultura e política, São Paulo, nº 76, p. 49-86.*
- ÁLVARO, José Luis & GARRIDO, Alicia (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas.* Tradução Miguel Cabrera Fernandes; revisão técnica Raquel Rosas Torres. São Paulo: McGraw-Hill.
- ANDERY, Alberto Abib (1984). Psicologia na comunidade. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer & CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia Social – o homem em movimento.* São Paulo: editora Brasiliense.
- ARAGÓN, Luis E. (org.) (1998). *Amazônia 21: uma agenda para um mundo sustentável.* Anais. Belém: UNAMAZ.
- _____. (org.) (2000a). *Debates sobre a Agenda Amazônia 21.* Belém: UNAMAZ. Serie Cooperación Amazónica, nº 21.
- _____. (2000b). Introdução. In: _____. (org.) *Debates sobre a Agenda Amazônia 21.* Belém: UNAMAZ. Serie Cooperación Amazónica, nº 21.
- ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira (1997). Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.* Vol. 1. Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- ARRUTI, José Maurício (2010). *Etnogêneses indígenas.* Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/etnogeneses-indigenas>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- ASCH, Solomon Elliott (1952/1977). *Psicologia Social.* 4ª edição. Tradução de Dante Moreira Leite e Miriam Moreira Leite. São Paulo: Nacional.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (ABRAPSO). Disponível em: <<http://abrapso.org.br>>. Acesso em: 03 de Agosto, 2009.
- AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. (2004) Teoria crítica, democracia e esfera pública. Concepções e usos na América Latina. *DADOS - Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, v. 47, nº 4, p. 703-728. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- BANERJEE, Subhabrata Bobby (2006). Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.* 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.

- BARBIERI, José Carlos (2005). *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. 7ª edição rev. e atual. Petrópolis: Vozes.
- BARDIN, Laurence (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BAREMBLITT, Gregório (1986). Notas estratégicas a respeito da orientação da dinâmica de grupo na América Latina. In: _____ (org). *Grupos: teoria e técnica*. Rio de Janeiro: Edições graal. 2ª edição.
- BARNEY, Gerald O. (org.) (1980). The Global 2000 Report to the President. Vol. I: Entering the Twenty-First Century. Vol. II: The Technical Report. Washington: U.S. Government Printing Office.
- BARRETO FILHO, Henyo Trindade (2004). Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, Fany. *Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- _____ (2006). Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (eds.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*.
- BARUS-MICHEL, Jacqueline (2004). *O sujeito social*. Tradução de Eunice Galery e Virgínia Mata Machado. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.
- BECK, Ulrich (1998). *La sociedad dels riesgo: hacia una nueva modernidad*. Traducción: Jorge Navarro, Daniel Jiménez, Ma. Rosa Borrás. Barcelona: Paidós.
- BEGOSSI, Alpina (2004). Introdução – Ecologia Humana. In: _____ (org.). *Ecologia de pescadores da mata atlântica e da amazônia*. São Paulo: Hucitec; NEPAM/UNICAMP; NUPAUB/USP; FAPESP.
- BENCHIMOL, Samuel Isaac (1999). *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer: UFAM.
- BENTES, Rosineide (2005). A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago. p. 225-240.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas (1966/ 2008). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 29ª Edição. Petrópolis: Vozes.
- BEZERRA NETO, José Maia (1999). José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877/1915). *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 42, nº. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- BIBLIOTECA VIRTUAL DO AMAZONAS. Tabatinga. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/tabatinga.php>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- BLANCO, Amalio (2001). Introducció. La coherencia en los compromisos. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: editora trota. Colección estructuras y procesos. Serie pensamiento, psicopatología y psiquiatría.

- BLUMER, Herbert (1969). *Symbolic interaction: perspective and method*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- BOBBIO, Norberto et al. (1986). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UnB. 1318p. Verbete Sociedade civil.
- BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria Graça M.; FURTADO, Odair (orgs.) (2004). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez Editora.
- BOCKING, Stephen. *Linking Science and Practice: The History of UNESCO's Man and the Biosphere Programme. Symposium, UNESCO*. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=30393&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- BOSI, Ecléa (1994). *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. 3ª edição. São Paulo: Cia das Letras.
- _____. (1998). Cultura popular e cultura operária. Leituras operárias. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec/Unesp.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1999). Participar-pesquisar. In: _____. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- BRANDT, W. & ICIDI (1980). *North-South: a programme for survival – report of the Independent Commission on International Development Issues under the chairmanship of Willy Brandt*. Massachusetts: MIT Press.
- _____. (1983). *Common crisis north-south: cooperation for world recovery*. Massachusetts: MIT Press. Disponível em: <http://files.globalmarshallplan.org/inhalt/coc_2.pdf>. Acesso: 03 de Ago, 2009.
- BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Assembléia Constituinte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Constituição (1988). *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acessado em: 03 de Ago, 2009.
- _____. COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS. Disponível: <http://www.mds.gov.br/ascom/hot_enct/encontro.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Decreto nº 563, de 05 de Junho de 1992. *Institui o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e cria a Comissão de Coordenação*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=225696>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

- _____. Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004. *Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Decreto nº 5758, de 13 de abril de 2006. *Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Decreto nº 6040, de 07 de Fevereiro de 2007. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- _____. Decreto nº 10884, de 13 de julho de 2006. *Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Decreto nº 61244, de 28 de agosto de 1967. *Regulamenta o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957 e cria a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D61244.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Decreto nº 96944, de 12 de outubro de 1988. *Cria o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/96944-88.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Decreto nº 98897, de 30 de janeiro de 1990. *Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.lei.adv.br/98897-90.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Decreto-Lei nº 288, de 28 de Fevereiro de 1967. *Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Alterado pelo Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975. Alterado pelo Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976. Alterado pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Alterado pela Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001. Alterado pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005*. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos-leis/DecLei28867.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Decreto-Lei nº 289, de 28 de Fevereiro de 1967. *Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0289.htm>. Acesso em: 27 de Jan. 2010.
- _____. Decreto-Lei nº 1110, de 09 de julho de 1970. *Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1988/Del1110.htm>>. Acesso em: 27 de jan, 2010.

- _____. Decreto-Lei nº 8072, de 20 de junho de 1910. *Crêa o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento.* Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=48347>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.* 2ª edição. Brasília: Ministério da Saúde: FUNASA. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/internet/Bibli_saudeInd.asp>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Os índios na constituição federal de 1988. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/quem/legislacao/indios_na_constitui.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Histórico. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/historico/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. INCRA. Portaria nº 627, de 30 de julho de 1987. Criar a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=322&Itemid=133>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Lei nº 1806, de 06 de Janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=163890>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Lei nº 5173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5173.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Lei nº 7735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7735.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Lei nº 9985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. Departamento de Política e Estratégia. Programa Calha Norte (PCN). *Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PDLIS) do município de Tabatinga-AM/2001-2004.* Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=41463&tipo=6&cat_id=38&subcat_id=506>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Antecedentes da PNPCT. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-articulacao-institucional-e-parcerias/arquivo-saip/povos-e-comunidades-tradicionais-1/antecedentes-da-pnpct.pdf/view>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Meio Ambiente I. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/tomenota.cfm?tomenota=/port/se/pnma/index.html&titulo=PNMA>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Programa Piloto para a Proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG7). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/ppg7/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- BRITO, Daniel Chaves de (1999). A paradoxal unidade do discurso de desenvolvimento. In: ALTVATER, Elmar et all. *Terra incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento*. Belém: UFPA/NAEA.
- BURY, John Bagnell (1920/1921). The idea of progress: an inquiry into its origin and growth. London: Macmillan and Co.
- CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar (2005). *A transformação social no discurso de uma organização do Terceiro Setor*. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. (2007). Abordagens metodológicas atuais na pesquisa em psicologia social brasileira: considerações metodológicas sobre investigação em comunidades rurais amazônicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 14, Novembro de 2007. *Anais*. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/html/mesa/1962_mesa_resumo.htm>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- CÂMARA, Evandro P. Leal & McGRATH, David (1995). A viabilidade da reserva de lago como unidade de manejo sustentável dos recursos da várzea amazônica. *Museu paraense Emílio Goeldi*, Belém, vol. 14, nº 1, p. 87-132. Série Antropologia.
- CAMPOS, Antônio João Teixeira (1993). Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza de (orgs). *Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas (1996). Introdução: a psicologia social comunitária. In: _____ (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes. 11ª Edição.
- CARVALHO, David Ferreira (2006). Desenvolvimento Sustentável e seus limites teóricos-metodológicos. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.
- CASTANHO, Pablo de Carvalho de Godoy *Entre Línguas e Afetos: Uma Investigação Psicanalítica da Língua em Grupos Multilíngues*. 2005. 333f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CASTELLS, Manuel (2002). *O poder da identidade*. São Paulo: editora paz e terra.

- CASTRO, Edna Maria Ramos de (1997). Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: _____ & PINTON, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA.
- CASTRO, Fábio de (2006). Economia familiar cabocla na várzea do médio-baixo amazonas. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.
- CAVALCANTI, Clóvis (1993). Em busca da compatibilização entre a ciência da economia e a ecologia: bases da economia ecológica. In: VIEIRA, Paulo Freire & _____ (orgs.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: APED; Belém: NAEA/UFPA.
- _____ (1997). Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: _____ (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- CENTRE INTERNATIONAL DE RECHERCHE SUR L'ENVIRONNEMENT ET LE DÉVELOPPEMENT. Disponível em: <<http://www.centre-cired.fr/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Os militares e a Amazônia. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/militares-amazonia/bibliografia>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- CERQUEIRA, Flora & FACCHINA, Márcia (2005). *A Agenda 21 e os Objetivos Do Milênio: as oportunidades para o nível local*. Brasília: MMA; Secretaria de políticas para o desenvolvimento sustentável. Caderno de Debate: Agenda 21 e Sustentabilidade. Nº 07. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/#>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- CHAUI, Marilena de Souza (1980/2003). *Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas*. 10ª Edição. São Paulo: Cortez.
- CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues (2001). *Uma experiência de Pesquisa-ação para gestão de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá*. Tese. Doutorado em Política Científica e Tecnológica. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____ (2009). Políticas públicas e manejo das populações tradicionais. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 61, 2009. Manaus. Mimeo.
- _____ et al. (2004). Serviço social e meio ambiente: aliança entre saberes técnicos-científicos e tradicionais na Amazônia. In: Congresso Brasileiro de Serviço Social, XI, 2004. *Anais*. Fortaleza: CBSS.
- _____ et al. (2006). Relatório Fase I do Projeto: *Estudo-diagnóstico sobre o modo de organização da produção pesqueira para implantação de empreendimentos solidários nas comunidades ribeirinhas nos municípios de Coari e Tabatinga no Estado do Amazonas*. Circulação interna restrita.
- _____ et al. (2008). Recursos naturais, biotecnologia e conhecimentos tradicionais: questões sobre o desenvolvimento sustentável na Amazônia. *Revista Perspectiva*. Erechim: URI. v.32, n. 117, p. 137-148. mar.

_____; BARROS, José Fernandes; FABRÉ, Nídia Noemi (2008). Conflitos socioambientais e identidades políticas na Amazônia. *Achegas.net – revista de Ciência Política*, nº 37, maio-junho, p. 42-57. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/37/maria_37.pdf>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

_____; BATISTA, Vandik da Silva; OLIVEIRA, Maria Francenilda Gualberto de; et all. (2003) *Relatório Parcial da Pesquisa Caracterização Socioeconômica da Atividade Pesqueira e da Estrutura de Comercialização do Pescado na Calha do Rio Solimões-Amazonas (Pará e Amazonas – municípios de Belém, Manaus, Tabatinga, Tefé, S. P. de Olivença, Santarém*. Manaus: Pró-Várzea/IBAMA/PNUD.

_____ & RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira (2006). Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. *INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, vol. 08, n. 13, p.99-106.

_____; SIMONETTI, Susy Rodrigues; LIMA, Marly dos Santos (2008). Pueblos ribereños de la Amazonía: haberes y habilidades. *Interações*, Campo Grande, vol. 09, n. 02, p.129-139, jul./dez.

CENTRE INTERNACIONAL DE RECHERCHE ET ETUDES TRANSDISCIPLINAIRES - CIRET (1994). *Carta da Transdisciplinaridade*. Primeiro congresso mundial da transdisciplinaridade. Arrabida, Portugal. Disponível em: <<http://basarab.nicolescu.perso.sfr.fr/ciret/index.htm>>. Acessado em: 03 de Ago, 2009.

CIAMPA (1987). *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

CLEARY, David (1994). Problemas na interpretação da história moderna da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

COMANDO DO 9º DISTRITO NAVAL. Amazônia. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/9dn/OM/Amazon.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *NOSSO FUTURO COMUM* (1987/1991). 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

COMITÊ CHICO MENDES. Disponível em: <<http://www.chicomendes.org/index.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.9.html>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

CONVENÇÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4069.html#ancora>>. Acessado em: 03 de Ago, 2009.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. Disponível em: <<http://www.cbd.int/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

CORGA, Danielle Monteiro (1998). *Uma história da Psicologia Social: sua diversidade*. 269f. Tese (doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998.

CRUZ, Rafael (2004). La movilización de la cultura em la acción colectiva. *Revista Psicología Política*. São Paulo, vol. 04, nº 07, p. 95-112.

CRUZ, Valter do Carmo (2008). O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro & TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/_arquivos/estocolmo.doc>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/_arquivos/joanesburgo.doc>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/#>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=576>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

DELANDES, Suely Ferreira (2007). O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26ª edição. Petrópolis: Vozes.

DESCARTES, René (2008a). *Discurso do Método*. Edição eletrônica livre. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/>>. Acessado em: 03 de Ago, 2009.

_____(2008b). *Meditaciones Metafísicas*. Edição eletrônica livre. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/>>. Acessado em: 03 de Ago, 2009.

DESCOLA, Philippe (2000). *Ecologia e Cosmologia*. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUPAUB/USP; Annablume; Hucitec.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana (2000). Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: _____ (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUPAUB/USP; Annablume; Hucitec.

_____(2001). *Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras*. 2ª Edição. São Paulo: NUPAUB/USP.

_____(2004a). *A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira*. São Paulo: NUPAUB/USP.

_____(1996/2004b). *O mito moderno da natureza intocada*. 5ª Edição. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP.

_____ & ARRUDA, Rinaldo, S. V. (orgs.) (2001). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP. (Biodiversidade, 4). Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

- ____ & MOREIRA, André de Castro Cotti (2001). Apresentação. In: ____ (orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP.
- D'INCAO, Maria Ângela (1994). Estruturas familiares e unidades produtivas na Amazônia: uma avaliação das entidades fixas e transitórias. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Antropologia, vol. 10, nº 01, p. 57-73.
- DORNA, Alexandre (2003). *Crisis de la democracia y liderazgo carismático*. México, D.F.: Ediciones Coyoacán.
- ____ (2004). La re-habilitacion d'un paradigme perdu: la psychologie politique. *Revista Psicologia Política*. São Paulo, vol. 4, nº 8, p. 225-254.
- DUTRA, Manuel Sena (2006). Biodiversidade e desenvolvimento sustentável: considerações sobre um discurso de inferiorização dos povos da floresta. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.
- ENGFELDT, Lars-Göran (2002). *Chronicle Essay: The Road from Stockholm to Johannesburg*. Online edition. Disponível em: <http://www.un.org/Pubs/chronicle/2002/issue3/0302p14_essay.html>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- ERIKSON, Erik Homburger. (1967). Identity, Psychosocial. In: Sills, D. L. *International encyclopedia of social sciences*. New York: The MacMillan Company and The Free Press, v. 7, p. 61-65.
- ESTADO DO AMAZONAS. Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA). Disponível em: <<http://www.mmcriacoes.com/ceclima/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- ____. Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC). Disponível em: <<http://www.ceuc.sds.am.gov.br/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- ____. Lei Estadual nº 3135, de 04 de Junho de 2007. Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/pagina_interna.php?cod=33>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- ____. Lei Complementar nº 53, de 05 de Junho de 2007. Regulamenta o o inciso V do artigo 230 e o § 1º do artigo 231 da Constituição Estadual, institui o sistema estadual de unidades de conservação – SEUC, dispondo sobre infrações e penalidades e estabelecendo outras providências. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/pagina_interna.php?cod=33>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- FARR, Robert M. (1998). *As raízes da psicologia social moderna*. Tradução: Pedrinho A. Guareschi e Paulo V. Maya. Petrópolis: Editora Vozes.
- FAULHABER, Priscila (2005). A história dos institutos de pesquisa na Amazônia. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago. p. 241-257.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (1994/2007). *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 14ª Edição. Campinas: Papirus.

- _____. (2008). Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: _____ (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez.
- FEARNSIDE, Philip Martin (1997). Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco.
- _____. Disponível em: <<http://philip.inpa.gov.br>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- FERNANDES, Marcionila (2006). Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito. In: _____ & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.
- FERREIRA, Antônia M. M. & SALATI, Enéas (2005). Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Maio/Agosto, p. 25-44. Dossiê Amazônia Brasileira II.
- FESTINGER, Leon (org.) (1974). *Pesquisa na psicologia social*. Rio de Janeiro: FGV.
- _____. (1957/1975). *Teoria da dissonância cognitiva*. Tradução Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____; SCHACHTER, Stanley & BACK, Kurt. (1950/1963). *Social pressures in informal groups: a study of human factors in housing*. London: Tavistock.
- FOLADORI, Guillermo & TAKS, Javier (2004). Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Maná*, vol. 10, nº 02, p. 323-348.
- FOSTER, John Bellany (2005). *A ecologia de Marx – materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- FOUCAULT, Michael (2002). *Microfísica do poder*. 23ª Edição. São Paulo: Graal editora
- _____. (2005). *Vigiar e Punir – história da violência nas prisões*. 30ª edição. Petrópolis: Vozes.
- FRABE, Deborah, E. S. (1997). Gender, racial, ethnic, sexual, and class identities. *Annual Review of Psychology*, vol. 48, p. 139-162. Disponível em: <http://maxweber.hunter.cuny.edu/pub/eres/SOC217_PIMENTEL/frabe.pdf>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto (2000). *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará.
- _____. (2004). *Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade*. São Paulo: Annablume.
- _____; WITKOSKI, Antônio Carlos; LIMA, Marcos castro de; CASTRO, Albejamere Pereira de (2006). Natureza e mundo vivido: o espaço e lugar na percepção da família cabocla/ribeirinha. In: SCHERER, Elenie & OLIVEIRA, José Aldemir de (orgs.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond.
- FREIRE, Paulo (2007). *Pedagogia do oprimido*. 46ª edição. São Paulo: Paz e Terra.

- FREITAS, Maria de Fátima Quintal de (1999a). Desafios e necessidades apresentados ao(a) psicólogo(a) para trabalhar em comunidade, na perspectiva da comunidade. *PSYKHE: revista de la escuela de psicología, facultad de ciencias sociales, Pontificia Universidad Católica de Chile*. Vol. 08, nº 1, p. 49-55.
- _____. (1999b). Grupos, entrevistas coletivas e produção de conhecimento popular em trabalhos da psicologia comunitária. *PSYKHE: revista de la escuela de psicología, facultad de ciencias sociales, Pontificia Universidad Católica de Chile*. Vol. 08, nº 1, p. 189-194.
- _____. (2001). Psicologia social comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com a psicologia política. *Revista de Psicología Política*, vol 1, nº 02, p.71-92.
- FREY, Klaus (2001). A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicação para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, ano IV, nº 9, 2º semestre, p. 1-34.
- FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira et al. (coord.) (2004). Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas. Grupo DiTeses. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP*: documento eletrônico e impresso. São Paulo: SIBi-USP.
- _____. (2009). Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP*: documento eletrônico e impresso Parte I (ABNT). São Paulo: SIBi-USP. (Cadernos de Estudo, 9).
- FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL. Disponível em: <<http://www.fas-amazonas.org/pt/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS. Dados Estatísticos. Disponível em: <http://www.fepi.am.gov.br/programas_02.php?cod=1103>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves (1993). *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- FUTEMMA, Célia (2006). Uso e acesso aos recursos florestais: os caboclos do baixo amazonas e seus atributos sócio-culturais. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.
- GADELHA, Maria Regina A. Fonseca (2002). Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 16, nº 45, p.63-80. Amazônia Brasileira I.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. *Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?* Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/introducao/o-que-sao-terras-indigenas>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e viagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. São Paulo: companhia editora nacional.
- GAMA, William & VELHO, Léa (2005). A cooperação científica internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago. p. 205-224.

- GERGEN, Kenneth J. (1973). Social Psychology as History. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 26, nº 02, p. 309-320. Disponível em: <http://www.swarthmore.edu/Documents/faculty/gergen/soc_psych.pdf>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- GERGEN, Kenneth J. (2008). A psicologia social como história. *Psicologia & Sociedade*, vol. 20, nº. 3, Dec., p. 475-484. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- GERHARDT, Cleyton Henrique. *Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos 'lados' e a multiplicidade estrutural das 'posições'*. 545p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais aplicadas ao conhecimento do mundo rural). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- GLEASON, Philip. (1983). Identifying identity: a semantic history. *Journal of American History*, vol. 69, n. 04, March, p. 910-931. Disponível em: <http://www.soec.uni-jena.de/fileadmin/soec/media/GSBC/Veranstaltungen/Gleason_Identifying_identity_-_a_semantic_history.pdf>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- GODARD, Olivier (1997). O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de & PINTON, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA.
- _____. (2002). A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo Freire & WEBER, Jacques (orgs.). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental*. 3ª edição. São Paulo: Cortez.
- GODIM, Neide (2007). *A invenção da Amazônia*. 2ª Edição. Manaus: Editora Valer.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes (1997). *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2008). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *CADERNO CRH*, Salvador, vol. 21, nº. 54, Set./Dez, p. 439-455. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=83>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. (2009). *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2010). *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações no Brasil Contemporâneo*. 1a. edição. Petrópolis: Vozes.
- GÓMEZ-POMPA, Arturo & KAUS, Andréa (2000). Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna (org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: NUPAUB-USP; Hucitec; Annablume.
- GUARESCHI, Pedrinho Arcides (1996). Relações comunitárias relações de dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes. 11ª edição.

- HABERMAS, Jürgen (1990). *Pensamento Pós-Metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HARAWAY, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, nº 05, p.07-41. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/?q=node/35>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- HARDING, Sandra (1993). Rethinking standpoint epistemology: what is "strong objectivity"? In: ALCOFF, Linda & POTTER, Elizabeth (eds.). *Feminist epistemologies*. New York: Routledge.
- HARRIS, Mark (1998). The rhythm of life on the amazon floodplain: seasonality and sociality in a riverine village. *The journal of the royal anthropological institute*, vol. 04, nº 01, March, p. 65-82.
- _____. (2006). Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.
- HARTMANN, Wolf. D. (2001). Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas para sua solução. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana & MOREIRA, André de Castro Cotti (orgs.) (2001). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP.
- HOBBS, Thomas (1651/2008). *Leviatã; ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Edição eletrônica livre. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- HOMANS, George Caspar (1951). *The human group*. London: Routledge & K. Paul.
- HULL, Clark Leonard (1952). *Behavior system: an introduction to behavior theory concerning the individual organism*. New York Science Editions.
- IBAMA & PRÓVARZEA (2007). *O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendência do desenvolvimento a indústria da pesca – Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea*. Manaus: IBAMA/PróVarzea.
- IBAÑEZ GRACIA, Tomás (2004). O 'giro lingüístico'. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes.
- INFANTES, Ulisses (1998). *Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação*. 5ª Edição. São Paulo: Scipione.
- IÑIGUEZ, Lupicínio (2004). Os fundamentos da Análise do Discurso. In: _____ (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Vozes.
- INSTITUTO BRASIL PNUMA. Disponível em: <www.brasilpnuma.org.br/>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) E UNIVERSIDADE LIVRE DA MATA ATLÂNTICA (UMA) (2002/2004). *Perspectivas do Meio Ambiente Mundial - 2002 GEO-3: Passado, presente e futuro*. Tradução de Sofia Shellard e Neila Barbosa Corrêa. Brasília: IBAMA; Salvador: UMA. Disponível em: <http://www.wiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/index.htm>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Kambéba*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kambéba>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

_____. *Kokama*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kokama>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

_____. *Ticuna*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

_____. Unidades de Conservação na Amazônia Legal. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/uc/quadro_geral>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

IRIBARRY, Isac Nikos (2003). Aproximações sobre transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 16, nº 3, p.483-490.

ISAAC, Victoria J. et al. (1993). Considerações sobre a legislação da 'Piracema' e outras restrições da pesca da região do Médio Amazonas. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza de (orgs). *Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

JAPIASSU, Hilton (2005). *Ciência e destino humano*. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (2006). *O sonho transdisciplinar: e as razões da filosofia*. Rio de Janeiro: Imago.

JOHNSTON, Hank; LARAÑA, Enrique; GUSFIELD, Joseph (2001). Identidad, ideología y vida cotidiana en los nuevos movimientos sociales. In: LARAÑA, Enrique & GUSFIELD, Joseph (orgs.). *Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad*. Madrid: CIS.

KLANDERMANS, Bert (1992). Mobilization and Participation: Social Psychological expansion of the resource mobilization theory. *American Sociological Review*, 49. p. 583-600.

_____. (1997). *The social psychology of protest*. Cambridge: Blackwell Publishers.

_____. (2001). La construcción social de la protesta y los campos pluriorganizativos. In: LARAÑA, Enrique & GUSFIELD, Joseph (orgs.). *Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad*. Madrid: CIS.

_____. (2002). The demand and supply of participation: Social psychological correlates of participation in a social movement. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, vol. 02, nº 03, p. 83-114.

KUHN, Thomas Samuel (1962/2006). *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9ª Edição. São Paulo: Perspectiva.

- LANDES, David S. (1969/1994). *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova fronteira.
- LANE, Silvia Tatiana Maurer (1981). *O que é Psicologia Social*. São Paulo: editora brasiliense. Coleção primeiros passos. N° 39.
- _____. (2006). Avanços da Psicologia Social na América Latina. In: _____ & SAWAIA, Bader Burihan (2006). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense; Educ.
- LEFF, Henrique (2002). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2006). *Racionalidade ambiental: e reapropriação social da natureza*. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LEOPOLDI, José Sávio (2002). Rousseau – Estado de natureza, o 'bom selvagem' e as sociedades indígenas. *ALCEU*, vol. 02, nº. 04, jan./jun., p. 158-172.
- LERVOLINO, Solange Abrocesi & PELICIONI, Maria Cecilia Focesi (2001). A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da Saúde. *Revista da Escola de Enfermagem USP*, vol. 35, n. 2, p. 115-21, jun.
- LEWIN, Kurt (1951). *Field theory in social science: selected theoretical papers*. Edited by Dorwin Cartwright. New York: Harper.
- _____. (1970). *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Editora Cutrix.
- LIMA, Aluísio Ferreira de (2005). *A dependência de drogas como um problema de identidade: possibilidades de apresentação do 'Eu' por meio da oficina terapêutica de teatro*. 198p. Dissertação (mestrado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo:PUC-SP
- _____. (2009). *Sofrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação*. 283p. Tese (doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo:PUC-SP.
- LIMA, Deborah de Magalhães (1997). Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade: algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de & PINTON, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; NAEA-UFPA.
- _____. (1999). A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, vol .2, nº. 2. Belém : NAEA/UFPA. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/issue/view/14>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. (2006). A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.
- _____. & POZZOBON, Jorge (2005). Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. *Estudos Avançados*, nº 54, p. 45-76.

- LIMA, Rubens Rodrigues (1973). *A conquista da Amazônia: reflexos na segurança nacional*. Belém: Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26920>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- LINHARES, Célia (1999). Memórias e projetos nos percursos interdisciplinares e transdisciplinares. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *A virtude da força nas práticas interdisciplinares*. 1ª Edição. Campinas: Papirus.
- LITTLE, Paul E. (2002). Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza & BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas – bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- _____. (2004). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico 2002/2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 251-290.
- LOCKE, John (1690/2006). *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. São Paulo: Vozes.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky (2004). *Amazônia: estado, homem, natureza*. 2ª Edição. Belém: Cejup. (Coleção amazoniana, 1).
- _____. & PINTO, Jax Nildo Aragão (2005). A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago. p. 77-98.
- LOVELOCK, James (1998). O que é Gaia? In: NICHOLSON, Shirley & ROSEN, Brenda (orgs.). *A vida oculta de Gaia – a inteligência invisível da terra*. São Paulo: Gaia.
- LUDWIG, Antonio Carlos Will (2009). *Fundamentos e prática de metodologia científica*. Petrópolis: Vozes.
- MACHADO, José Alberto (1999). Desenvolvimento sustentável: a busca de unidade para seu entendimento e operacionalização. In: ALTVATER, Elmar et al. *Terra incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento*. Belém: UFPA/NAEA.
- MACHADO, Marília Novais da Mata & ROEDEL, Sonia (2001). Prefácio. In: MACHADO, Marília Novais da Mata et al. (org.). *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica.
- MAIMON, Dália (1993). A economia e a problemática ambiental. In: VIEIRA, Paulo Freire & _____ (orgs.). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: APED; Belém: NAEA/UFPA.
- MALUF, Maria Regina (2004). A participação de psicólogos brasileiros na sociedade interamericana de psicologia: contribuições e perspectivas. *Interamerican journal of psychology*, v. 38, n. 02, p.323-332
- MANTOVANI, Waldir (2009). Relação homem e natureza: raízes do conflito. *Gaia Scientia*, vol. 03, nº 01, p. 3-10.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo & CASTRO, Edna Maria Ramos de (2006). Prefácio 2ª edição. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.

- _____. & GUERRA, Gutemberg Armando Diniz (1994). Trabalhadores rurais: a cidadania via seguridade social. *Paper do NAEA*, Belém, nº 28, novembro, p. 01-25. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/detalhes_publicacao.php?idpubli=59>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: editora trota. Colección estructuras y procesos. Serie pensamiento, psicopatología y psiquiatria.
- _____. (1999). *Sistema, grupo y poder: psicología social desde centroamérica II*. San Salvador: UCA Editores.
- _____. (2001). *Acción e ideología: psicología social desde centroamérica*. San Salvador: UCA Editores.
- MAYBURY-LEWIS, Biorn (1997). Terra e água, identidade camponesa como referência de organização política entre os ribeirinhos do rio Solimões. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves (org.). *Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA: NUMA. Universidade e Meio Ambiente, 09.
- MAYO, Elton (1933/1945). *The social problems of an industrial civilization*. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University.
- McGRATH, David et al. (1994). Reservas de lado e manejo comunitário da pesca no baixo amazonas: uma avaliação preliminar. *Paper do NAEA*, Belém, nº 18, p. 01-21. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/detalhes_publicacao.php?idpubli=84>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- _____. (1996). Manejo comunitário de lagos de várzea e o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. *Paper do NAEA*, Belém, nº 58, p. 01-20. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/detalhes_publicacao.php?idpubli=126>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- MEAD, George Herbert (1934/1962). *Mind, Self and Society: from the standpoint of a social behaviorist*. Edited by Charles W. Moris. Chicago: The University of Chicago Press.
- MEADOWS, Dennis L.; MEADOWS, Donella H.; RONDERS, Jorgen (1972/1978). *Limites do crescimento: um relatório para o projeto do clube de roma sobre um dilema da humanidade*. 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva.
- MEDEIROS, Maria das Graças Ferreira de (2004). *Um estranho no espelho: representações do caboclo amazônico*. 2004. 187 p. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação sociedade e cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM.
- MEGGERS, Betty Jane (1977). *Amazônia: a Ilusão de um Paraíso*. Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MELUCCI, Alberto (2001). Qué hay de nuevo em los 'nuevos movimientos sociales'? In: LARAÑA, Enrique & GUSFIELD, Joseph (orgs.). *Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad*. Madrid: CIS.

- MELLO, Alex F. de (1995). Movimentos Sociais na Pesca: breve balanço bibliográfico; novos desafios teóricos. In: SILVEIRA, Isolda Maciel da. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, vol. 11, nº1, julho, p. 19-39. Série Antropologia. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém.
- MELLO, Neli Aparecida de (2006). *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume.
- MENDES, Armando Dias (2006). *A invenção da Amazônia*. 3ª Edição revisada e aumentada. Belém: Banco da Amazônia.
- ____ & SACHS, Ignacy (1997). A inserção da Amazônia no mundo. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de & PINTON, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; NAEA-UFPA.
- MEUNIER, Olivier & FREITAS, Marcílio de (2005). Culturas, técnicas, educação e ambiente: uma abordagem histórica do desenvolvimento sustentável. In: FREITAS, Marcílio de (org.). *Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza*. Manaus: EDUA. v. 1.
- MIRANDA, Raquel Gianolla (2008). Da interdisciplinaridade. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (2000). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde*. 7ª Edição. São Paulo: Hucitec.
- ____ (2007a). O desafio da pesquisa social. In: ____ (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26ª edição. Petrópolis: Vozes.
- ____ (2007b). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: ____ (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26ª edição. Petrópolis: Vozes.
- ____; ASSIS, Simone Gonçalves e SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs.) (2006). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- MOL, Annemarie (2008). Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo (Org.). *Objectos impuros. Experiências em estudos sobre a ciência*. Tradução de Gonçalo Praça. Porto: Edições Afrontamento.
- MONTEIRO, Luís Gonzaga Mattos (2006). Objetividade X Subjetividade: da crítica à psicologia à psicologia crítica. In: LANE, Sílvia Tatiana Maurer & SAWAIA, Bader Burihan (2006). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense; Educ.
- MONTERO, Maritza. (2004a). *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. 1ªed. Buenos Aires: Paidós.
- ____ (2004b). Relaciones entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: Una respuesta Latino Americana. *PSYKHE: revista de la escuela de psicología, facultad de ciencias sociales, Pontificia Universidad Católica de Chile*. Vol. 13, nº 2, p. 17-28.
- ____ (2004c). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tensión entre comunidad y sociedad*. 1ª ed. 1ª reimpr. Buenos Aires: Paidós.

- ____ & MARTÍN-BARÓ, Ignacio (1987). Presentación. In: ____ (org.). *Psicología Política Latinoamericana*. Caracas: Editorial Panapo.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto (2004). *O mito do desenvolvimento sustentável – meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2ª Edição. Florianópolis: Ed. UFSC.
- MORAN, Emilio F. (1994). *Adaptabilidade humana: uma introdução à Antropologia Ecológica*. Tradução de Carlos E. A. Coimbra Jr. E Marcelo Soares Brandão. São Paulo: Edusp.
- MORENO, Jacob Levy (1999). *Psicoterapia de grupo e psicodrama: introdução à teoria e à prática*. Tradução José Carlos Vitor Gomes. 3ª ed. revisada. Campinas: Livro pleno.
- MORIN, Edgar (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.
- ____ (1982/ 2008). *Ciência com consciência*. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Ed. revista modificada pelo autor. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ____ & KERN, Anne Brigitte (2002). *Terra/Pátria*. Porto Alegre: Sulina.
- MOSCOVICI, Serge (1961/1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- NICOLESCU, Barasab (1996). *La transdisciplinarité – manifeste*. Monaco: Edition du Rocher. Collection “Transdisciplinarité”. Disponível em: <<http://basarab.niculescu.perso.sfr.fr/ciret/vision.htm>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- NISBET, Robert A. (1980/1985). *História da idéia de progresso*. Tradução de Leopoldo José Collor Jobim. Brasília: Editora UnB.
- NODA, Sandra do Nascimento; NODA, Hiroshi; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi (2006). Agricultura familiar na várzea amazônica: espaço de conservação da diversidade cultural e ambiental. In: SCHERER, Elenie & OLIVEIRA, José Aldemir de (orgs.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond.
- NOGUEIRA, Marinez Gil & CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues (2005). Desenvolvimento sustentável e Ecodesenvolvimento: uma reflexão sobre as diferenças ideo-políticas conceituais. *Somanlu: revista de estudos amazônicos*. Manaus: EDUA/ CAPES, ano 5, n. 1, jan/jun, p. 129-143.
- NOGUEIRA, Ricardo José Batista. (2005). Dinâmica territorial na fronteira Brasil-Colômbia. In: *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia*. Manaus, ano 05, nº 01, Jan/Jun, p. 175-197.
- NUGENT, Stephen (2006). Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/#>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de (1994). A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

OLIVEIRA, Maria Francenilda Gualberto de (2008). *A organização política dos pescadores em uma comunidade ribeirinha no município de Tabatinga/AM*. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação sociedade e cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (1998). Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: _____ (org.) *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: HUCITEC/UNESP.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (1996). *O índio e o mundo dos brancos*. 4ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

_____. (2006). *O trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp. 2ª edição.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (1988). 'O nosso governo': os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq.

_____. (1994). Novas identidades indígenas: análise de alguns casos na Amazônia e no Nordeste. In: D'INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

_____. (1999a). *Ensaio em antropologia histórica*. Prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____. (1999b). Uma etnologia dos 'índios misturados': situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ (org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

ORO, Ari Pedro (1989). *Na Amazônia um messias de índios e brancos: traços para uma antropologia do messianismo*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Edupucrs.

PAIVA, Geraldo José (2007). Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. *Revista Psico*, Porto Alegre, vol. 38, nº. 1, jan./abr, pág. 77-84. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1926>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

PEREIRA, Deusamir (2005). *Amazônia (in)sustentável: Zona Franca de Manaus – estudo e análise*. Manaus: Editora Valer.

PEREIRA, Marcus Abílio & CARVALHO (2008), Ernani. *Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social*. *Lua Nova: revista de cultura e política*, nº 73, pág. 45-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000100002>. Acesso em: 26 de Ago, 2009.

- PETREIRE JUNIOR, Miguel (1978). Pesca e esforço de pesca no estado do Amazonas. I. Esforço e captura por unidade de esforço. *Acta Amazônica*, nº 08, vol. 03, p. 439-454.
- _____. et al. (2007). Amazônia: ambientes, recursos e pesca. In: IBAMA & PRÓVARZEA. *O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendência do desenvolvimento a indústria da pesca – Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea*. Manaus: IBAMA/PróVárzea.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique (2002). *Teoría del vínculo*. 1ª ed. 24ª reimp. Buenos Aires: Nueva Visión.
- _____. (2003). *El proceso grupal: del psicoanálisis a la psicología social (1)*. 2ª ed. 33ª reimp. Buenos Aires: Nueva Visión.
- PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DE JOANESBURGO. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/_arquivos/planojoanesburgo.doc>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- PONS, Philippe (1997). Japão: um apego seletivo à natureza. In: BOURG, Dominique (org.). *Os sentimentos da Natureza*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PONS, Xavier (1997). Austrália: entre o terror e a beleza. In: BOURG, Dominique (org.). *Os sentimentos da Natureza*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PORRO, Antônio (1992). História indígena do alto e médio Amazonas: século XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP.
- _____. (1995). *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes.
- PORTAL TABATINGA. Disponível em: <<http://www.portaltabatinga.com.br/>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo (2001). Psicologia Política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do 'nós'. *Revista Psicologia Política*, vol. 01, nº 01, p. 149-172.
- _____. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: Reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, vol. 08, nº 11, p. 59-71. Disponível em: <http://www.pucminas.br/destaques/index_interna.php?pagina=775>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- PRILLELTENSKY, Isaac (2004). Prólogo – Validez psicopolítica: o próximo desafio à psicologia comunitária. In: MONTERO, Maritza. *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Disponível em: <<http://www.novacartografiasocial.com>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

- PROTOCOLO DE MONTREAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.protocolodemontreal.org.br/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- QUARESMA, Helena Doris de Almeida Barbosa (2003). *O desencanto da pincesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodoal/Maiandeuá*. Belém: NAEA.
- QUEIROZ, Helder L. (2005). A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago, p. 183-203.
- RANGEL, Alberto (2001). *Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas*. 5ª Edição. Manaus: Editora Valer.
- REDCLIFT, Michael (2006). Os novos discursos de sustentabilidade. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição revisada. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA.
- REIS, Arthur César Ferreira (1993). *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols. Belém: Secretaria do Estado da Cultura. Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas.
- REGAN, Jaime (1993). *Hacia la tierra sin mal: estudio sobre la religiosidad del pueblo en la Amazonía*. Iquitos: CAAAP, CETA.
- REPORT OF THE UNITED NATIONS CONFERENCE ON THE HUMAN ENVIRONMENT - STOCKHOLM 1972. Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, Eliana Teles (2006). *Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ribeirinho em uma ilha da Amazônia*. 128p. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Programa de pós-graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido, Núcleo de altos estudos amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém: NAEA-UFPA.
- ROUÉ, Marie (1997). Novas perspectivas em etnoecologia: 'saberes tradicionais' e gestão dos recursos naturais. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de & PINTON, Florence (orgs.). *Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1755/2001). *Discurso sobre a origem da desigualdade*. Tradução de Maria Lacerda de Moura. Edição eletrônica livre. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- _____. (1762/2002). *Do contrato social; ou princípios do direito político*. Tradução de Rolando Roque da Silva. Edição eletrônica livre. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.org/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- RUFFINO, Mauro Luiz (2005). *Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia*. Manaus: Pró-Várzea/IBAMA.

- SÁ, Manuel Maria de Amorim (2000). O imaginário social sobre a Amazônia: antropologia dos conhecedores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VI (suplemento), Setembro, p. 889-900.
- SABUCEDO, José Manuel Cameselle (1996). *Psicología Política*. Madrid: Editora Síntesis.
- SACHS, Ignacy (1993). *Estratégias de transição para o século XXI – desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel: Fundap.
- _____. (1998). O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.12, n.33, Mai/Ago. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- _____. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. (2004). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SAIDON, Osvaldo I. (1983). *Práticas grupais*. Rio de Janeiro: Campus.
- SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles (1994). Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil, In: Spink, Mary Jane (org.) *A Cidadania em Construção: Uma Reflexão Transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2001). The crisis of the brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*. São Paulo, vol. 1, nº 01, p. 173-195.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2008). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez. Coleção para um novo senso comum; v. 4.
- SANTOS, Geraldo Mendes dos & SANTOS, Ana Carolina Mendes dos (2005). Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estudos Avançados*, nº 54, p. 165-182.
- SANTOS, José Luiz dos (1994). *O que é cultura*. 9ª edição. São Paulo: editora brasiliense. Coleção Primeiros Passos, vol. 110.
- SANTOS, Milton (1982/ 2007). *Pensando o espaço do homem*. 5ª edição. 1ª reimpr. São Paulo: EDUSP.
- SARAIVA, Márcia Pires (2005). Sob o signo da identidade: os índios Juruna da TI Paquçamba e a ameaça da UHE Belo Monte. *Papers do NAEA*, Belém, nº 183, p. 01-20.
- _____. (2008). *Identidade multifacetada: a reconstrução do 'ser indígena' entre os Juruna do Médio Xingu*. Belém: NAEA.
- SARBIN, Theodore R. & ALLEN, V. L. (1968) Role Theory. In: LINDZEY, Gardner & ARONSON, Elliot (orgs.). *Handbook of Social Psychology*. 2nd edition. Massachussets: Addison-Wesley. Vol. 1.

SAWAIA, Bader Burihan (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes. 11ª Edição.

_____. (1997). O ofício da psicologia social à luz da idéia reguladora de sujeito: da eficácia da ação à estética da existência. In: ZANELLA, Andrea, V. et all. (orgs.). *Psicologia e práticas sociais*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.

SCHAMA, Simon (1996). *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das letras.

SCHERER-WARREN, Ilse (2005). Redes de movimentos sociais. 3ª edição. São Paulo: Loyola.

_____. (2008). Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, Set./Dez., p. 439-455. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=83>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval (2006). Pesquisa Participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*. São Paulo, v. 17, nº 2, p. 11-39.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/capa/index.html>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

SEN, Amartya Kumar (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

SERÁFICO, José & SERÁFICO, Marcelo (2005). A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. *Estudos Avançados*, vol. 19, nº 54, Mai/Ago. p. 99-113.

SERRES, Michel (1991). *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.

SHERIF, Muzaref (1948). *An outline of social psychology*. New York: Harper.

_____. (1962). *Intergroups relations and leadership approaches and research in industrial, ethnic, cultural, and political areas*. New York: John Wiley.

SILVA, Alessandro Soares da (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. *Revista Psicologia Política*. São Paulo, vol. 03, nº 05, p. 55-88.

_____. (2006). *Marchando pelo Arco-Íris da política: A Parada do Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal*. 612p. Tese (doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP.

SILVA, Christian Nunes da & ALBUQUERQUE, Antônio Marcos (2004). Organização social: demografia, família, associativismo e participação política. In: SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes (org). *Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca – Barcarena/PA*. Belém: NAEA-UFPA; Projeto NAEA/Fundação Ford.

- SILVA, Elane Cristina Lima da (2008). *A dinâmica das relações comunitárias na amazônia: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauaru no município de Tabatinga-AM*. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação sociedade e cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM.
- SILVA, Maria Amélia da (2009). *Introdução à economia ecológica (a economia na perspectiva ecológica)*. Manaus, UFAM, julho de 2009. Mini-curso 61ª Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
- SILVA, Marilene Corrêa da (2004). *O Paiz do Amazonas*. Manaus: Editora Valer; Governo do Estado do Amazonas; UniNorte.
- SILVA JUNIOR, Nelson da (2007). *Linguagens e pensamento: a lógica na razão e na desrazão*. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Coleção Clínica Psicanalítica).
- SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes (2007). Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: Aragón, Luis E. (org.). *População e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA.
- SKINNER, Burrhus Frederick (1938). *The behavior of organisms: an experimental analysis*. New York; London: D. Appleton-Century Company incorporated.
- SOUZA, Maurício Rodrigues de (2007). *A igreja em movimento – catolicismo carismático e identidades religiosas na Amazônia*. São Paulo: Letras À Margem.
- SPINK, Mary Jane P. & MENEGON, Vera Mincoff (2004). Práticas Discursivas. In: IÑIGUEZ, Lupicinio (Coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscellyne. Petrópolis: Vozes.
- STEIMAN, Rebeca (2002). *Geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. 117p. Dissertação (mestrado em ciências) – instituto de geociências, universidade federal do rio de janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/publicacoes.htm>>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- STRYKER, Sheldon & BURKE, Peter J. (2000). The Past, Present, and Future of an Identity Theory. *Social Psychology Quarterly*, Vol. 63, No. 4, Dec., pp. 284-297. Special Millenium Issue on the State of Sociological Social Psychology. Disponível em: <<http://wat2146.ucr.edu/papers/00c.pdf>>. Acesso em: 22 de Mar. 2006.
- TAJFEL, Henri (1972). *La categorisation sociale*. In: MOSCOVICI, S. (org.). *Introduction à la psychologie sociale*. Paris: Larousse, v. 1.
- _____ (1978). *Differentiation between social groups*. London: Academic Press.
- _____ (1981). *Human groups and social categories: studies in social psychology*. Cambridge [Cambridgeshire]; New York: Cambridge University Press.
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira (2006). *A psicologia social e o enfrentamento da crise ambiental*. Texto apresentado em Prova de Erudição para obtenção de título de professora titular junto ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (PST) do Instituto de Psicologia da USP, em 05/05/2006.
- _____ (2007). *Aula expositiva*. Esalq-USP.

- TAVARES, Dirce Encarnacion (2008). A interdisciplinaridade na contemporaneidade – qual o sentido? In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez.
- TEIXEIRA, Elizabeth (2002). Travessias, redes e nós: complexidade do cuidar cotidiano da saúde do ribeirinho. In: COUTO, Rosa Carmina; CASTRO, Edna Maria Ramos de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (orgs.). *Saúde, Trabalho e meio ambiente: políticas públicas na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA.
- THE CARTAGENA PROTOCOL ON BIOSAFETY. Disponível em: <<http://www.cbd.int/biosafety/protocol.shtml>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- THE KYOTO PROTOCOL. Disponível em: <http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- THE MONTREAL PROTOCOL ON SUBSTANCES THAT DEplete THE OZONE LAYER. Disponível em: <<http://ozone.unep.org/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- THIBAUT, John N. & KELLEY, Harold. H. (1959/1967). *Social psychology of groups*. New York: John Wiley.
- THOMAS, Keith (1983/1988). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das letras.
- THORON, Henrique Onffroy (Dom) (2004). Da navegação do oceano. Viagens dos navios de Salomão ao rio das Amazonas, Ophir, Tardschisch e Parvaim. Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/acervo/digitalizado/descObraDigitalizada.php?i_dTitulo=98#>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.
- TOCANTINS, Leandro (2000). *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 9ª Edição. Manaus: Editora Valer.
- TURNER, John C. (1987). *Rediscovering the social group: a self-categorization theory*. Oxford: Basil Blackwell.
- UNITED NATIONS COMMISSION ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Disponível em: <http://www.un.org/esa/dsd/csd/csd_aboutcsd.shtml>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- UNITED NATIONS CONVENTION TO COMBAT DESERTIFICATION. Disponível em: <<http://www.unccd.int/>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Disponível em: <<http://unfccc.int>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- VALADE, Bernard (1999). Le 'sujet' de l'interdisciplinarité. *Sociologie et société*, vol. 31, nº 01, printemps. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/001814ar>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- VEIGA, José Eli da (2006a). Territórios para um desenvolvimento sustentável. *Ciência e Cultura*, vol. 58, nº. 1, p. 20-24. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a12v58n1.pdf>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.
- _____. (2006b). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Segunda Edição. Rio de Janeiro: Garamond.

VIANA, Virgílio Maurício (2007). *As florestas e o DESEnvolvimento sustentável na Amazônia*. 2ª edição. Manaus: Editora Valer.

_____. (2008). Bolsa Floresta: um instrumento inovador para a promoção da saúde em comunidades tradicionais na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 22, nº 64, Dec., p. 143-153. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 de Jan, 2010.

VIANNA, Lucila Pinsard (2008). *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume; FAPESP.

VILELA, Suely (2004). Prefácio. In: FUNARO, Vânia M. B. De Oliveira et al. (coord.). Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas. Grupo DiTeses. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP*: documento eletrônico e impresso. São Paulo: SIBi-USP.

WAGLEY, Charles (1953/1988). *Uma comunidade amazônica: estudos do homem nos trópicos*. Tradução de Clotilde da Silva Costa. 3ª Edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.

WHAT NOW – another development. The 1975 Dag Hammarskjöld Report. *Development Dialog*, 1/2. Disponível em: <<http://www.dhf.uu.se>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

WITKOSKI, Antônio Carlos (2007). *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Editora da UFAM. (série: Amazônia: a terra e o homem).

WORLD CHARTER FOR NATURE. ONU. Assembléia Geral 37/7. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/37/a37r007.htm>>. Acesso em: 03 de Ago, 2009.

YARED, Ivone (2008). O que é interdisciplinaridade? In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez.

Apêndice 01 - Novas interseções disciplinares

Begossi (2004) e Diegues (2000; 2001; 2004a; 2004b) nos dão um panorama sobre as novas disciplinas, áreas de estudo, movimentos e conceitos oriundos dessas hibridizações que visam compreender a relação da humanidade com os recursos, incluindo aspectos cognitivos, comportamentais e de conservação. Resumiremos-nos apenas a apresentá-las esquematicamente, sem retomar as contingências da emergência de cada uma delas, com o objetivo de mostrar uma fração da gama de opções existentes dentro dessas temáticas socioambientais:

- Ecologia Profunda. Cunhado, em 1972, por Ane Naess (Noruega) e também desenvolvido por Bill Devall e George Sessions (EUA), e Warwick Fox (Austrália). A vida humana e não humana têm valores intrínsecos independentes do utilitarismo; humanos não têm direito de reduzir a biodiversidade; e o florescimento da vida requer decréscimo substancial da população humana. Em suma, uma visão biocêntrica que afirma dever a natureza ser preservada por ela própria, independentemente da contribuição que possa trazer aos seres humanos – separando-se sociedade e natureza (DIEGUES, 2000, p.09; 2001, p.61; 2004a, p.40; 2004b, p.44).
- Ecologia Social. Seu principal expoente é Murray Bookchin, que criou o termo em 1964. Segue uma visão ecocêntrica: seres humanos são seres sociais e não espécie diferenciada (como na Ecologia Profunda). Degradação ambiental está diretamente ligada ao capitalismo. Vê na acumulação capitalista força motriz de destruição do planeta e criticam noção de Estado (críticas oriundas de leituras marxistas). Considera o equilíbrio e integridade da biosfera como um fim em si mesmo: homem deve mostrar respeito consciente pela espontaneidade do mundo natural. Criticam-se as hierarquias existentes nas sociedades urbanas modernas, contrapondo-as às denominadas sociedades primitivas, que respeitam o mundo natural. (DIEGUES, 2000, p.19-20; 2001, p.62; 2004b, p.45-7).
- Ecossocialismo/ Ecomarxismo. A partir da década de '60, critica-se o marxismo clássico no que diz respeito à concepção do mundo natural e propõem releituras relacionadas às questões socioambientais. Consideram as lutas econômicas, sociais, políticas e culturais como lutas ecológicas, integrando ecologia humana e meio ambiente (DIEGUES, 2000, p.20; 2004b, p. 47-51).
- Biologia da conservação. Nascida no final dos anos '60, associa ciência à gestão e manejo das áreas naturais (gestão ambiental) e se dedica à conservação de toda a diversidade biológica, mas ignora a importância do uso sustentável dos recursos pelas populações locais. Segundo Diegues, esta serve de base teórica para vários cursos de Ecologia e conservação brasileiros, apesar de serem pautadas em parâmetros norte-americanos e

apoiadas em organizações desse país, o que traz alto grau de inaplicabilidade no caso brasileiro (DIEGUES, 2000, p.10-14; 2004a, p.40).

- Ecologia Cultural. Tem em Julian H. Steward um de seus fundadores, em 1955. Da interação entre Antropologia e Ecologia, temos este campo de estudo dos processos nos quais a sociedade se adapta ao ambiente, por meio do cerne cultural (que inclui a tecnologia, economia e organização social). Possui abordagens de escolas materialistas, nos anos '60-'80, em que características ambientais sustentam explicações para comportamentos e adaptações de populações humanas, debatidas por M. Sahlins, 1976, e Marvin Harris, 1979 (BEGOSSI, 2004, p.18-9; DIEGUES, 2004b, 75-6).

- Ecologia Humana. Como descrita por Begossi, trata de analisar a interação entre populações humanas e os recursos naturais. A Ecologia Humana é uma subdisciplina da Ecologia, que por sua vez é uma ramificação da Biologia. Recebeu influências da Geografia, Sociologia, Antropologia e Economia, mais recentemente, o que resulta em uma série de conceitos e métodos próprios, dispostos em abordagens diferentes, como, por exemplo, a Ecologia Evolutiva e Ecologia de Sistemas. Faz interface com inúmeras outras disciplinas e seu campo de estudos é enriquecido pelos contatos entre estas (BEGOSSI, p.13-7).

- Etnociências. As áreas que estudam os conhecimentos e práticas produzidos por um grupo cultural sobre determinado campo do saber. Inclui a Etnobiologia, Etnobotânica, Etnoictiologia, Etnofarmacologia, Etnomatemática, entre muitas outras. Parte da linguística para estudar o conhecimento dos povos tradicionais sobre os processos naturais, tentando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural. Por exemplo, a Etnobiologia recebe contribuições da Sociolinguística, Antropologia Estrutural e da Antropologia Cognitiva, para estudar o conhecimento e conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da Biologia. Dentro dessa perspectiva, Diegues defende uma nova ciência da conservação: a Etnoconservação, em que se aliam conhecimentos científicos aos dos povos tradicionais, visões conservacionistas de países do Norte às do Sul e propósitos/interesses globais e locais para a conservação de determinadas áreas, considerando a população como indissociável daquele ambiente (DIEGUES, 2000, p.28-9/40-3; 2001, p.66-8; 2004a, p.41; 2004b, p.78).

- Sociobiologia. Primeiros escritos de Edward O. Wilson, 1975 e 1978, e W. D. Hamilton, 1964. Estuda a co-evolução dos sistemas genéticos e culturais para entender diversos comportamento humanos, na base e na homogeneidade da espécie humana. Diferencia-se da Antropologia Ecológica (ou Ecologia Cultural), que se suporta na diversidade humana de resposta a ambientes diferentes, pela expressão diversificada de comportamentos (BEGOSSI, 2004, p.20).

- Psicologia Evolutiva. Com origem na Psicologia Cognitiva e Biologia Evolutiva, mas com influência de muitas outras disciplinas, visa compreender a evolução do comportamento

humano à luz da comparação com a evolução de outras espécies, apontando que o cérebro consiste num conjunto de mecanismos funcionais psicológicos que evoluíram por seleção natural (como: visão, audição, memória e controle motor; e mecanismos para evitar incesto, detectar mentira, estratégias para escolha de parceiro). Em suma, o entendimento da função do comportamento que envolve a comunicação entre organismos (com foco nos humanos), à luz da evolução das espécies (BEGOSSÍ, 2004, p.20).

- Economia Ecológica. Herman E. Daly, John Proops, Kenneth Boulding, Joshua Farley, Robert Constanza, Robert Goodland, Joan Martínez-Alier e Richard Norgaard, como destaques internacionais e Clóvis CAVALCANTI (1997), entre muitos outros, no cenário nacional. Considerada como campo transdisciplinar por seus estudiosos, funda-se no princípio de que o funcionamento do sistema econômico (na escala temporal e espacial mais ampla) deve ser compreendido tendo-se em vista as condições do mundo biofísico sobre o qual este se realiza, pois é deste que derivam a energia e matérias-primas para o próprio funcionamento da Economia. Portanto, entender o subsistema econômico dentro do ecossistema físico global, segundo a integração das disciplinas que assim compreendem a imbricação entre a Economia e o ambiente.

Apêndice 2. Do compromisso ético e político do pesquisador

Para Maria Luísa Sandoval SCHMIDT (2006)⁴⁹⁸, no início da pesquisa etnográfica clássica pretendia-se uma objetividade das informações coletadas e se buscava metodologicamente de recursos para criá-la, reforçando o caráter positivista que cindia sujeito/ objeto. No entanto, ao tratar com indivíduos/grupos, passou-se a questionar que esses objetos não eram passivos, ou seja, o outro era sujeito ativo na produção do conhecimento. Portanto, a problemática da relação com o outro está posta desde o princípio numa pesquisa em que o pesquisador é participante do cotidiano do pesquisado, o que exige repensar-se a maneira como o conhecimento é construído nessas circunstâncias.

Na esteira de Carlos Rodrigues BRANDÃO (1999)⁴⁹⁹, a observação participante (um instrumento etnográfico) se torna pesquisa participante, por influência marxista, na medida em que o pesquisador compreende o outro não apenas pela 'convivência', mas também pelo 'compromisso' político em participar de sua história. Nesse sentido, a pesquisa participante requer a inserção do pesquisador num campo de investigação formado pela vida social e cultural do outro, mas ao mesmo tempo considerá-lo como co-produtor do conhecimento, pois é só a partir da colaboração deste outro, seja na qualidade de informante ou interlocutor, que essa produção é possível. Além disso, à medida que o pesquisador é convocado a repensar as posições de sujeito/ objeto, em função do engajamento político dos pesquisados nas ações coletivas e do convite ao pesquisador a participar desses processos, pesquisar assume um caráter político e de luta popular. Como aponta Brandão (1999, p. 12),

A relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de 'classe', que constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa. Está inventada a pesquisa participante.

De acordo com essa perspectiva de Brandão, estamos diante de um panorama metodológico em que o ato de pesquisar, em hipótese alguma, configura neutralidade por parte do pesquisador. No momento em que o pesquisador faz contato com os pesquisados, ao estabelecer os termos e acordos da pesquisa, ao pisar no campo, ao conversar com as pessoas, ao criar expectativas e fantasias pela sua presença, ao interagir com gente de

⁴⁹⁸ SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval (2006). Pesquisa Participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*. São Paulo, v. 17, nº 2, p. 11-39.

⁴⁹⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1999). Participar-pesquisar. In: _____ (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

todas as idades, gênero e posição social, todas estes aspectos tornam a pesquisa parcial. O fato do pesquisador estar presente no local de pesquisa influencia, de uma maneira ou de outra, tanto na construção dos conhecimentos desejados quanto no cotidiano das pessoas estudadas. Assim, a observação da vida cotidiana dos grupos e a participação na mesma possibilitam a quem pesquisa tomar parte, de algum modo, da luta contra a dominação e a opressão, contra o preconceito e as discriminações, a que esses grupos possam estar subordinados, pois a relação do pesquisador junto ao campo de pesquisa é uma relação de implicação na vida da comunidade.

Seguindo a compreensão de Schmidt (2005), o ponto central da presença do pesquisador em campo é que esta deve ser pensada a partir da relação de alteridade (*altereitas* – diferença, diversidade) e da capacidade auto-reflexiva dos envolvidos na pesquisa, que tensionam objetividade e subjetividade, e constituem pontes entre o trabalho de campo e a escrita etnográfica. Isso quer dizer que estar no lugar de vida dos interlocutores da pesquisa significa considerar as implicações éticas e políticas dessa interação.

De acordo com essa abordagem, a construção de sentido da alteridade é resultado do diálogo que se estabelece entre os interlocutores, da negociação de sentidos e do intercâmbio entre saberes. Por esse motivo é que afirmamos que a presença do pesquisador no local de pesquisa configura sempre uma situação de participação, pois mesmo que ele não se engaje diretamente nas lutas dos pesquisados, sua atitude de pesquisa implica, necessariamente, no envolvimento com estes, pois é só dessa maneira que consegue construir as informações que está buscando. Sendo assim, sempre se está implicado eticamente com o outro, restando-lhe dar o devido valor do outro à construção do conhecimento: deve-se falar em co-construção do conhecimento e ter isso como compromisso ético em todas etapas da pesquisa (antes, durante e depois de sua realização).

Tal perspectiva é corroborada por Pedrinho Arcides GUARESCHI (1996, p.89)⁵⁰⁰, ao descrever que as relações nunca se predicam de um só elemento, pois elas sempre implicam em dois. Por essa razão, deve-se considerar a interação que se estabelece entre os envolvidos segundo sua dimensão ética. Nesse sentido, entendemos o outro como

parceiro na construção de interpretações da cultura e para empreender a reflexão sobre as relações de poder entre pesquisador e pesquisados, bem como sobre o sentido ou a utilidade da pesquisa etnográfica um para o outro

⁵⁰⁰ GUARESCHI, Pedrinho Arcides (1996). Relações comunitárias relações de dominação. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes. 11ª edição.

(SCHMIDT, 2006, p. 27).

Portanto, o próprio encontro/relação é entendido como fonte de significação e de conhecimentos. O outro não é apenas informante, mas também interlocutor. A permanência em campo serve mais para elaborar conceitos teóricos, do que testar seus limites e insuficiências pré-existentes, pois o senso comum e os conhecimentos tradicionais ganham status diferente na constituição do saber científico. Assim sendo, a interpretação da alteridade está na articulação dos pontos de vista entre os envolvidos nesse diálogo da situação de pesquisa.

De acordo com o recém exposto sobre o compromisso ético, entende-se que o engajamento político do pesquisador inicia a partir do momento em que delineia a pesquisa e na maneira como concebe a construção do conhecimento, e não apenas pela participação direta nas lutas políticas dos coletivos. Ao considerar a relação de alteridade como uma das chaves da leitura etnográfica, coloca-se o pesquisado em primeiro plano como informante/interlocutor da situação estudada. E, ao assim proceder, é essencial se levar em consideração a implicação ética e política dos acordos feitos entre os atores envolvidos, pois toda e qualquer informação que se venha a obter é fruto do consentimento, de ambas as partes, em tocar a pesquisa adiante. Isso significa que os procedimentos éticos não devem se restringir apenas à informação do pesquisado sobre os objetivos, métodos e utilização de dados da pesquisa em atividades posteriores às idas a campo. A ética e o compromisso político do pesquisador está pautada também em confirmar as informações junto aos pesquisados, na devolução do trabalho final a eles e no uso posterior das informações obtidas (publicação da tese; apresentação em congressos e revistas científicas; influência junto ao poder público local; subsídios para formulação, implementação e avaliação de políticas públicas; etc.).

Se o outro é colocado na posição de co-autor do conhecimento construído, este contato no trabalho de campo é o que Roberto Carlos de Oliveira (2006, p.25-31)⁵⁰¹ nomeia como 'estar lá', complementando a dupla situação etnográfica pelo par 'estar aqui'. Este último se caracteriza como o momento em que o pesquisador produz um texto que deriva de sua experiência em campo, buscando compreender seu lugar diante do outro, num movimento de auto-reflexão que se acentua no gabinete. A produção do texto é mais do que a retomada de registros. Trata-se da recuperação da cena em que se estabeleceu uma relação de confiança e, por esse motivo, os escritos atualizam o compromisso ético e político assumidos com os interlocutores, implícita ou explicitamente. Mais além, o texto possui uma função política na medida em que produz efeitos ideológicos daquilo que se

⁵⁰¹ OLIVEIRA, Roberto Carlos de (2006). *O trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp. 2ª edição.

está transmitindo e comunica interpretações sobre uma determinada situação. Por sua vez, sua redação também é pautada segundo padrões acadêmicos, pares do pesquisador e meios de divulgação do trabalho, que determinam a maneira como esse compromisso político é estabelecido.

ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar da pesquisa a ser realizada por Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, doutorando do Instituto de Psicologia da USP, no projeto intitulado *Contribuições da Psicologia Social ao estudo de uma comunidade ribeirinha no Alto Solimões: redes comunitárias e identidades coletivas*. O pesquisador explicou que este projeto de pesquisa servirá para o conhecimento da realidade dos ribeirinhos(as) da comunidade de Tauarú, nossa identidade, organização social e projetos realizados aqui. Sendo assim, fui informado (a):

- a) quais são os objetivos e atividades do projeto a serem desenvolvidos;
- b) terei total liberdade de participar ou não da entrevista, sem que haja nenhum problema na minha vida ou da minha família;
- c) somente responderei as perguntas que eu souber, tendo total liberdade de pedir mais explicações ao pesquisador ou encerrar a entrevista;
- d) não vou precisar gastar dinheiro, assim como não vou receber nenhum recurso financeiro em troca;
- e) o pesquisador trará o resultado da pesquisa para que todos os ribeirinhos(as) de Tauarú tenham conhecimento;
- f) minha entrevista poderá ser usada integralmente ou em partes, sem restrição de citação, desde que meus dados sejam mantidos em sigilo;
- g) aceito que as informações obtidas neste estudo sejam publicadas em revistas científicas e apresentadas em congressos, também mantendo-se o sigilo;
- h) autorizo o registro fotográfico de mim e meus familiares, para mostrar como é a vida dos habitantes de Tauarú, e que as imagens seja utilizadas com essa finalidade;
- i) poderei fazer contato para adquirir mais informações sobre o projeto junto a Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, pelo telefone 0 xx 92 3232-6930, ou ainda por meio dos pesquisadores do Grupo Inter-Ação, no seguinte endereço: Rua Paranaguá, nº 200, Bairro: Centro, Manaus/AM – Telefone: 0 xx 92 3232-6930.

Diante de tais informações, concordo em responder as perguntas que o entrevistador irá fazer.

Tauarú, ____/____/____

Assinatura do entrevistado

Assinatura do Pesquisador